



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXVI - Nº 057 - SEXTA-FEIRA, 08 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2011/2012)**

PRESIDENTE	MARCO MAIA – PT-RS
1ª VICE-PRESIDENTE	ROSE DE FREITAS – PMDB-ES
2º VICE-PRESIDENTE	EDUARDO DA FONTE – PP-PE
1º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES – PSDB-TO
2º SECRETÁRIO	JORGE TADEU MUDALEN – DEM-SP
3º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PR-PE
4º SECRETÁRIO	JÚLIO DELGADO – PSB-MG
1º SUPLENTE	GERALDO RESENDE – PMDB-MS
2º SUPLENTE	MANATO – PDT-ES
3º SUPLENTE	CARLOS EDUARDO CADOCA – PSC-PE
4º SUPLENTE	SÉRGIO MORAES – PTB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 61ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 7 DE ABRIL DE 2011.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nº 427/11 – Do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, devolvendo à Deputada Flávia Moraes o PL nº 427/11, de autoria desta, pelas razões que aduz. 16382

Nº 428/11 – Do Senhor Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, devolvendo ao Deputado Inocêncio Oliveira o PL nº 439/11, de autoria deste, pelas razões que aduz. 16382

Nº 185/11 – Do Senhor Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, indicando os Deputados Paulo Freire e Ronaldo Fonseca para integrarem a Comissão Especial destinada a efetuar estudo sobre as causas e consequências do consumo abusivo de álcool entre cidadãos brasileiros e, especialmente, as razões que determinam o aumento exponencial do consumo dessa substância nos últimos cinco anos..... 16384

Nº 147/11 – Do Senhor Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democratas, indicando o Deputado Rodrigo Maia para integrar o quadro de Vice –Líderes do referido Partido. 16384

Nº 105/11 – Do Senhor Deputado Osmar Júnior, Líder do PCdoB, indicando os Deputados João Ananias e Chico Lopes para integrarem a Comissão Especial destinada a efetuar estudo sobre as causas e consequências do consumo abusivo de álcool entre cidadãos brasileiros e, especialmente, as razões que determinam o aumento exponencial do consumo dessa substância nos últimos cinco anos..... 16385

Nº 017/11 – Do Senhor Deputado Arthur Oliveira Maia, Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, encaminhando os Projetos de Decreto Legislativo nºs 2.627, 2.630, 2.704, 2.706, 2.975 e 3.105, de 2010, apreciados pela referida Comissão. 16385

Nº 912/2011 – Do Senhor Deputado Félix Júnior, solicitando mudança do seu nome Parlamentar 116385

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 44/2011 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010. 16386

Nº 45/2011 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. 16390

Nº 46/2011 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007. 16394

Nº 47/2011 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008. 16400

Nº 48/2011 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Aprova o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010..... 16407

REQUERIMENTOS

Nº 1187/2011 – Da Comissão de Seguridade Social e Família – Requerendo a reconstituição do PL nº 6.813/2010, de autoria do Senado Federal.. 16410

Nº 1188/2011 – Da Comissão de Seguridade Social e Família – Requerendo a reconstituição do PL nº 1.879/2007, de autoria do Sr. Sebastião Bala Rocha.. 16411

Nº 1189/2011 – Da Comissão de Seguridade Social e Família – Requerendo a reconstituição do PL nº 1.044/2007, de autoria da Srª. Luiza Erundina. 16411

Nº 1192/2011 – Da Comissão de Finanças e Tributação – Requer a revisão do despacho apostado ao PL nº 7.521/10, do Poder Executivo, para que a Comissão

de Finanças e Tributação aprecie sobre o mérito, além da adequação financeira e orçamentária.....	16411	tes de gastos com a área de saúde. Necessidade de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, acerca da destinação de recursos ao setor. Realização de investimentos na saúde pelo Governo do Estado de Sergipe.	16415
Nº 1193/2011 – Da Comissão de Finanças e Tributação – Requerendo a reconstituição do PL nº 1.375/07 de autoria do Sr. Otávio Leite.	16411	MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Expectativa quanto à liberação pelo Poder Executivo de Restos a Pagar de exercícios anteriores com relação a emendas orçamentárias.	16416
IV – Breves Comunicações		NEWTON LIMA (PT, SP) – Transcurso do 60º aniversário da instalação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC no Município de São Carlos, Estado de São Paulo. Desafio do órgão de capacitação de jovens junto ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica – PRONATEC. ...	16416
DR. UBIALI (Bloco/PSB, SP) – Precariedade da saúde pública brasileira. Necessidade de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, para o custeio do Sistema Único de Saúde – SUS...	16411	GERALDO RESENDE (PMDB, MS) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Saudações às entidades médicas brasileiras. Atuação do orador em prol da saúde pública. Importância da universalização dos serviços de saneamento básico e de preservação do meio ambiente. Imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a alocação de recursos para a saúde pública. Paralisação dos médicos em protesto contra a baixa remuneração praticada pelos planos de saúde. Necessidade de adoção, pelas autoridades competentes, de medidas de combate à violência e o uso de drogas entre indígenas, especialmente no âmbito das aldeias Jaguapiru e Bororó, no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.	16416
EROS BIONDINI (Bloco/PTB, MG) – Criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas, Acolhedoras e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados.....	16412	SIBÁ MACHADO (PT, AC) – Saudação à Presidenta Dilma Rousseff pela promoção de ato comemorativo da entrega da milionésima unidade habitacional construída por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Expectativa de redução do <i>deficit</i> habitacional brasileiro.....	16418
PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Leitura de Atos da Presidência sobre a criação de Comissões Especiais destinadas à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 405-A, de 2009, acerca da concessão do benefício de aposentadoria a garimpeiros e pequenos mineradores, e do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, a respeito da criação do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.....	16412	VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA) – Comemoração do 20º aniversário de criação do Movimento dos Atingidos por Barragens. Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Lançamento, por entidades da sociedade civil, de campanha permanente contra o uso de agrotóxicos no País. Defesa de banimento do uso de defensivos agrícolas nas lavouras brasileiras. .	16418
RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Inadiável adoção de ações governamentais em prol da saúde pública brasileira. Necessidade de avanço na Agenda Parlamentar da Saúde Responsável, proposta pelo Conselho Federal de Medicina e pela Federação Nacional dos Médicos – FENAM. Importância de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, para o custeio do Sistema Único de Saúde – SUS.....	16413	GERALDO SIMÕES (PT, BA) – Participação de produtores de cacau brasileiros no 3º Salão do Chocolate, realizado em Paris, França.....	16419
WASHINGTON REIS (PMDB, RJ) – Visita aos Municípios de Comendador Levy Gasparian, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro. Construção de obras nas municipalidades durante a gestão do orador à frente da Subsecretaria de Estado de Obras do Interior do Governo do Estado do Rio de Janeiro.....	16414	HUGO LEAL (PSC, RJ) – Massacre de crianças por atirador na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Solidariedade às famílias enlutadas.	16420
MARCON (PT, RS) – Aprovação, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Casa, de requerimentos sobre a criação de subcomissão destinada à discussão do endividamento dos agricultores brasileiros e sobre a realização de audiência pública para debate a respeito dos baixos valores pagos aos produtores de fumo pelas grandes empresas do setor.....	16414	PINTO ITAMARATY (PSDB, MA) – Inexistência de motivos para a comemoração do Dia Mundial da Saúde no País. Paralisação de médicos no País em protesto contra os baixos valores repassados à categoria pelas operadoras de planos de saúde...	16420
ROGÉRIO CARVALHO (PT, SE) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Crise da saúde pública brasileira. Questionamento sobre as fontes de financiamento e o modelo gerencial do Sistema Único de Saúde – SUS. Criação, pela Comissão de Seguridade Social e Família, de Subcomissão Especial destinada à elaboração de proposta de reforma sanitária. Divulgação, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de estudo sobre o Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS com o tema saúde. Definição pelos governan-		LOURIVAL MENDES (Bloco/PTdoB, MA) – Anúncio de apresentação do Projeto de Lei nº 841, de 2011, sobre concessão de compensação	

financeira aos Estados e Municípios impactados pela exploração mineral.	16420	Renato Casagrande, bancada federal e representantes da classe empresarial capixaba com o Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, para discussão da cadeia produtiva de fornecedores da empresa.	16425
VALDIR COLATTO (PMDB, SC) – Manifestação popular na Capital da República a favor da votação pela Casa da proposta de instituição do novo Código Florestal Brasileiro. Denúncia de majoração abusiva pelas companhias aéreas dos preços de passagens para voos domésticos durante os chamados feriados. Solicitação à Mesa Diretora da Casa de providências para assegurar o custo ordinário das passagens aéreas aos Parlamentares em deslocamento no exercício do mandato.	16421	BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Assassinato de crianças em escola no Bairro de Realengo, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	16425
ZÉ GERALDO (PT, PA) – Protesto contra a ingerência da Organização dos Estados Americanos – OEA na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará. Criação da Secretaria Nacional de Saúde Indígena.	16421	JUTAHY JUNIOR (PSDB, BA) – Decepção com a aprovação, pela Casa, do projeto de lei do chamado trem-bala.	16425
ANTONIO BRITO (Bloco/PTB, BA) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Defesa de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a destinação de recursos para a saúde pública.	16421	FÁTIMA BEZERRA (PT, RN) – Regozijo com a declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade da Lei nº 11.378, de 2008, sobre a instituição do piso salarial nacional do magistério público da educação básica.	16425
AMAURI TEIXEIRA (PT, BA) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Paralisação de médicos no País em protesto contra práticas e procedimentos adotados pelas operadoras de planos de saúde. Defesa do fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS e da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a destinação de recursos para a saúde pública. Apresentação à Comissão de Seguridade Social e Família de requerimento de realização de audiência pública destinada ao debate da questão dos planos de saúde.	16421	GABRIEL CHALITA (Bloco/PSB, SP) – Violência praticada contra crianças em estabelecimento escolar no Bairro do Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de combate ao bullying nas escolas brasileiras.	16425
CHICO LOPES (Bloco/PCdoB, CE) – Declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade da lei sobre a instituição do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	16422	PADRE JOÃO (PT, MG) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Convite aos Parlamentares para participação em audiência pública destinada ao debate da incidência de agrotóxicos nos alimentos, no Plenário 7 da Casa. Solidariedade aos profissionais da educação por vitória alcançada.	16425
DR. ALUIZIO (Bloco/PV, RJ) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Expectativa de aprimoramento das políticas públicas destinadas à assistência e ao tratamento dos portadores de câncer.	16422	JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB, CE) – Inauguração de hospital público na região do Cariri, Estado do Ceará.	16426
MÁRCIO MACÊDO (PT, SE) – Realização, por entidades defensoras do meio ambiente e da agricultura familiar, de manifestação em defesa da reforma agrária, contra o uso de agrotóxicos e o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo ao projeto de lei de reformulação do Código Florestal Brasileiro.	16422	OZIEL OLIVEIRA (PDT, BA) – Transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa dos Municípios de Santa Rita de Cássia, Correntina e Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia.	16426
RONALDO BENEDET (PMDB, SC) – Pauta de reivindicações do setor orizícola nacional.	16423	GASTÃO VIEIRA (PMDB, MA) – Conveniência de encerramento da greve dos professores da rede pública estadual maranhense.	16426
RENATO MOLLING (PP, RS) – Posse do orador na presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha. Elogio às ações desenvolvidas pelo Deputado Nilson Pinto, ex-Presidente do Grupo. Importância do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha no aprimoramento das relações comerciais, econômicas e culturais entre Brasil e Alemanha.	16423	CHICO ALENCAR (PSOL, RJ) – Violência praticada contra crianças na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Bairro de Realengo, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	16426
MANATO (PDT, ES) – Realização de reunião entre o Governador do Estado do Espírito Santo,		ROMERO RODRIGUES (PSDB, PB) – Regozijo com a declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade do piso salarial nacional do magistério da educação básica. Razões da apresentação de projeto de lei sobre a elevação do piso salarial da categoria para R\$2.180,00.	16426
		ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM, RJ) – Lançamento da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Ferrovia Oeste-Leste e Porto Sul. Imediata concessão, pelo IBAMA, de licença ambiental para a construção do Porto Sul, no Estado da Bahia.	16427
		DR. CARLOS ALBERTO (PMN, RJ) – Convite formulado a brasileiros, por parte da Diretora da Fundación Carolina, Rosa Conde Gutiérrez del Álamo, para participação em intercâmbio cultural na Espanha.	16427

DR. PAULO CÉSAR (Bloco/PR, RJ) – Transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro.....	16427	FERNANDO FERRO (PT, PE) – Reclamação contra a tendenciosidade do <i>Jornal da Câmara</i>	16434
SÁGUAS MORAES (PT, MT) – Transcurso do 292º aniversário de fundação de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Decisão do Supremo Tribunal Federal pela manutenção do piso salarial nacional do magistério público da educação básica. Apreciação pela Casa do projeto de lei sobre as metas do novo Plano Nacional de Educação – PNE.....	16427	MARCON (PT, RS – Pela ordem) – Realização de encontro de integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, em Brasília, Distrito Federal. Transcurso do 20º aniversário de criação da entidade. Lançamento, pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – SINPAF, da <i>Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida</i> . Transcurso do Dia Mundial da Saúde.	16434
VICENTINHO (PT, SP) – Falecimento do Vereador Otávio Manente, do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Congratulação ao Prefeito Luiz Marinho pela implantação do orçamento participativo no Município e pela realização de assembleias populares.	16427	SIBÁ MACHADO (PT, AC – Pela ordem) – Antecipação da campanha eleitoral de 2014 pelo Senador Aécio Neves.	16442
JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB, CE – Pela ordem) – Apelo à Presidenta Dilma Rousseff de prorrogação do prazo de validade de Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores.	16428	MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ) – Assassinato de crianças no interior de escola pública, no Bairro do Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro..	16442
IVAN VALENTE (PSOL, SP) – Contradições do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, acerca de criação do novo Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2011/2020. Descumprimento de recomendações da Conferência Nacional de Educação – CONAE. Defesa da aplicação de 10% do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro no setor educacional.	16429	JILMAR TATTO (PT, SP) – Solidariedade aos familiares das vítimas de tragédia ocorrida em escola pública do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de debate acerca do desarmamento da população brasileira. Criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV.....	16442
OTAVIO LEITE (PSDB, RJ) – Participação do orador na Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Inclusão social de portadores de deficiência.	16430	PASTOR MARCO FELICIANO (PSC, SP) – Conexão entre o banimento do ensino religioso do currículo escolar norte-americano e a ocorrência de atentados no interior de escolas dos Estados Unidos da América.	16442
ROGÉRIO MARINHO (PSDB, RN) – Carência de mão de obra qualificada no País. Necessidade de reformulação do sistema educacional brasileiro, especialmente do ensino técnico profissionalizante. Importância da revisão do Plano Nacional de Educação para a diversificação do ensino médio. Apoio ao estabelecimento de parcerias público-privadas na área educacional.	16430	EDUARDO CUNHA (PMDB, RJ) – Massacre de crianças no interior da Escola Municipal Tasso da Silveira, no Bairro do Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	16443
RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE – Pela ordem) – Críticas à atuação da Câmara dos Deputados. Posicionamento contrário à revisão do Tratado de Itaipu, firmado entre o Brasil e o Paraguai.	16432	DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB, SP) – Repúdio à matéria <i>A Rede do Terror no Brasil</i> , publicada pela revista Veja	16443
AMAURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Sucesso do Programa Microempreendedor Individual. Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal a favor da manutenção do piso salarial nacional do magistério público da educação básica. Comemoração do 49º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Caém, Estado da Bahia. Atuação do orador em prol da municipalidade.....	16432	LAERCIO OLIVEIRA (Bloco/PR, SE) – Convite aos Parlamentares para participação na Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços.	16443
CHICO LOPES (Bloco/PCdoB, CE – Pela ordem) – Artigo <i>O Obama e o visto</i> , de autoria do Prof. Antônio Mourão Cavalcante, publicado pelo jornal O Povo , do Estado do Ceará.....	16433	ALESSANDRO MOLON (PT, RJ) – Massacre de crianças no interior da Escola Tasso da Silveira, no Bairro do Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Realização, pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de audiência pública destinada ao debate sobre o controle de armas e munições no País.....	16443
		PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Transcurso do aniversário natalício do Deputado Izalci.	16444
		ÁTILA LINS (PMDB, AM) – Agradecimento à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pela determinação ao Presidente do IBAMA de suspensão de ação contra fazendeiros e pequenos agricultores do Município de Boca do Acre, Estado do Amazonas..	16444
		ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM, SC – Pela ordem) – Apelo à Presidência para início da Ordem do Dia.	16444
		PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Resposta ao Deputado Onofre Santo Agostini.	16444

HUGO MOTTA (PMDB, PB) – Comemoração do Dia Mundial da Saúde e do Jornalista. Transcurso do Dia Mundial de Combate ao Câncer.	16444	do Estado da Bahia. Repúdio às invasões de florestas de eucalipto no Estado.....	16447
RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR) – Declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, de constitucionalidade da lei federal sobre a instituição do piso salarial nacional do magistério público da educação básica....	16444	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Informação ao Plenário sobre a realização de reunião de Líderes para debate da votação do Projeto de Lei nº 4.208, de 2001, a respeito de alteração do Código de Processo Penal.....	16448
RENATO MOLLING (PP, RS) – Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de medidas em prol do setor de exportação. Relançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Coureiro-Calçadista e Moveleiro. Criação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Têxtil.	16445	GABRIEL CHALITA (Bloco/PSB, SP – Pela ordem) – Ocorrência de tragédia em escola pública no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Reexame do processo educativo no País.	16448
ROGÉRIO CARVALHO (PT, SE) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Reestruturação do Sistema Único de Saúde – SUS. Comemoração do Dia do Jornalista. Associação às manifestações a favor da realização pela Casa de amplo debate sobre a violência. .	16445	JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE) – Inauguração do Hospital Regional do Cariri, no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.	16448
ZÉ GERALDO (PT, PA) – Imediata realização de ações governamentais integradas para combate à epidemia de malária na região da Ilha do Marajó, Estado do Pará.	16445	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Presença nas galerias do plenário de alunos da Universidade Evangélica de Anápolis, Estado de Goiás.	16448
BRUNO ARAÚJO (PSDB, PE) – Conveniência de determinação ao Plenário, pela Presidência, de observância de 1 minuto de silêncio em solidariedade aos familiares das vítimas de tragédia ocorrida no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	16446	DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB, SP – Pela ordem) – Assassinato de crianças no interior de escola, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Incentivo à violência pela grande mídia brasileira. Repúdio à matéria publicada pela revista Veja a respeito do povo muçulmano. Adoção pela Casa de medidas contra a discriminação religiosa.	16449
LILIAM SÁ (Bloco/PR, RJ) – Tragédia ocorrida em escola do Bairro de Realengo, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	16446	RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR – Pela ordem) – Prioridade do País na educação. Declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, de constitucionalidade do piso salarial nacional do magistério público da educação básica.	16449
ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM, SC – Pela ordem) – Reiteração do apelo à Presidência para início da Ordem do Dia.....	16446	CÂNDIDO VACCAREZZA (PT, SP – Como Líder) – Balanço dos 100 primeiros dias do Governo Dilma Rousseff. Apelo à Oposição em prol do diálogo com a Presidenta da República.	16450
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Onofre Santo Agostini. Observância pelo Plenário de 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas de tragédia.	16446	HUGO MOTTA (PMDB, PB – Pela ordem) – Apresentação do Projeto de Lei nº 743, de 2011, sobre o livre exercício da profissão de músico.....	16451
ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR, RJ) – Solidariedade aos familiares das vítimas de ato de violência ocorrido em escola pública, no Bairro do Realengo, no Rio de Janeiro. Implantação de lei sobre a inclusão do ensino religioso no currículo escolar, na gestão do orador à frente do Governo do Estado do Rio de Janeiro.....	16446	INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR, PE) – Desempenho da economia brasileira. Inclusão de trabalhadores brasileiros no mercado formal, especialmente na Região Nordeste.	16452
CLEBER VERDE (Bloco/PRB, MA – Pela ordem) – Assinatura da carta sindical da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.....	16447	SANDES JÚNIOR (PP, GO) – Importância da realização de investimentos na exploração de fontes de energia renováveis.....	16452
RICARDO QUIRINO (Bloco/PRB, DF) – Solidariedade à população do Estado do Rio de Janeiro, diante de episódio ocorrido em estabelecimento escolar. Necessidade de ampliação da segurança no interior das escolas brasileiras.	16447	PAULO WAGNER (Bloco/PV, RN) – Conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.....	16453
ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB, BA – Pela ordem) – Papel significativo desenvolvido pelo setor florestal e de celulose na economia		LEONARDO QUINTÃO (PMDB, MG) – Correção de rumos da política econômica brasileira. .	16454
		PASTOR MARCO FELICIANO (PSC, SP) – Necessidade de adoção, pelas autoridades competentes, de medidas efetivas para a reversão dos elevados índices de acidentes de trânsito no País.....	16455
		BRUNA FURLAN (PSDB, SP) – Transcurso de aniversário do Município de Barueri, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo. Comemoração do 46º aniversário da	

emancipação político-administrativa dos Municípios de Carapicuíba e Embu-Guaçu, no Estado.	16455	Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB, RS).	16467
PERPÉTTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB, AC) – Lançamento, pela Presidenta Dilma Rousseff, do Programa Rede Cegonha, destinado ao atendimento a gestantes e crianças até 2 anos de idade.	16459	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados PAULO TEIXEIRA (PT, SP), MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB, RS), JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO), LINCOLN PORTELA (Bloco/PR, MG), JOÃO CAMPOS (PSDB, GO), EFRAIM FILHO (DEM, PB), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), MARCELO AGUIAR (PSC, SP), FELIPE MAIA (DEM, RN).....	16468
CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB, GO) – Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de providências acerca da cobrança de propina para liberação de bens e mercadorias de cidadãos brasileiros em portos do País.	16459	Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB, RS), JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB, GO).....	16469
EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Participação em encontro promovido pelo Grupo RIC – Rede Independência de Comunicação – com as bancadas dos Estados de Santa Catarina e do Paraná.	16460	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Esclarecimento ao Plenário sobre a votação do requerimento.	16470
V – Ordem do Dia		Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP).....	16470
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação e aprovação da Mensagem nº 155, de 2008, que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.687, de 1998, que dispõe sobre a extinção da Fundação Escola Nacional de Administração Pública e a absorção de suas atividades por organização social.	16464	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Rejeição do requerimento.	16470
Encaminhamento da matéria ao Arquivo.	16464	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação dos dispositivos do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.208-C, de 2001, com parecer favorável, ressalvados os destaques.	16470
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação e aprovação da Mensagem nº 278, de 2010, do Poder Executivo, que solicita a retirada tramitação das Mensagens nºs 389 e 498, de 2005, referentes, respectivamente, ao “Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile” e ao “Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul”, ambos celebrados em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.	16464	MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a existência de requerimentos de destaque.	16470
Encaminhamento da matéria ao Arquivo. ...	16464	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Miro Teixeira.	16470
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação e aprovação do Ofício/PGR/GAB/Nº 588/09, da Procuradoria Geral da República, que solicita a retirada do Projeto de Lei nº 4.299, de 2008, do Ministério Público da União, que altera o Anexo XXI da Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, o art. 23, parágrafo único, e o art. 25, ambos da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.....	16465	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados PAULO TEIXEIRA (PT, SP), FABIO TRAD (PMDB, MS), EDSON SILVA (Bloco/PSB, CE), LINCOLN PORTELA (Bloco/PR, MG), JOÃO CAMPOS (PSDB, GO), EFRAIM FILHO (DEM, PB), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), ANTÔNIA LÚCIA (PSC, AC), FELIPE MAIA (DEM, RN).....	16471
Encaminhamento da matéria ao Arquivo. ...	16465	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aprovação dos dispositivos.....	16472
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Consulta aos Líderes sobre a existência de acordo para a votação do item 1 da pauta.	16465	Votação dos dispositivos do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.208-E, de 2001, com parecer contrário, ressalvados os destaques.....	16472
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP)	16466	Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado SIBÁ MACHADO (PT, AC)...	16472
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação de requerimento de retirada do projeto da pauta. .	16467	Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP).	16472
PAULO TEIXEIRA (PT, SP – Pela ordem) – Posicionamento do PT contrário à retirada do projeto da pauta.....	16467	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB, MG), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), JOÃO CAMPOS (PSDB, GO), FABIO TRAD (PMDB, MS), LINCOLN PORTELA (Bloco/PR, MG), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), EFRAIM FILHO (DEM, PB), ANTÔNIA LÚCIA (PSC, AC).	16473
RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR – Pela ordem) – Não participação do PPS em acordo sobre a votação da matéria.	116467	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Rejeição dos dispositivos.	16473

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação da expressão “ <i>ou do País</i> ”, constante do inciso IV do art. 319 do art. 1º do substitutivo do Senado Federal, com pareceres divergentes, ressalvados os destaques. ...	16473	JOÃO CAMPOS (PSDB, GO), EFRAIM FILHO (DEM, PB), LÁZARO BOTELHO (PP, TO), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB, MG), MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR, AL), DR. CARLOS ALBERTO (PMN, RJ), JEAN WYLLYS (PSOL, RJ), FELIPE MAIA (DEM, RN), LAURIETE (PSC, ES).....	16478
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), SIBÁ MACHADO (PT, AC), JOÃO CAMPOS (PSDB, GO), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP).....	16473	Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR), PAULO TEIXEIRA (PT, SP), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ)...	16479
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Rejeição da expressão.	16474	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Rejeição do texto.	16479
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação da expressão “ <i>e, ainda, da análise do prejuízo causado ou do proveito obtido com a prática da infração</i> ”, constante do § 1º do art. 325 do art. 1º do substitutivo do Senado Federal, com pareceres divergentes, ressalvados os destaques.	16474	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Reiteração do resultado da votação.....	16479
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados JOÃO CAMPOS (PSDB, GO), RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ).....	16474	RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR – Pela ordem) – Pedido de apoio da verificação de votação. ...	16479
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados SIBÁ MACHADO (PT, AC), JOÃO CAMPOS (PSDB, GO). .	16474	Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados PAULO TEIXEIRA (PT, SP), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP).	16479
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Rejeição da expressão.	16474	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Indeferimento do pedido de verificação de votação.	16479
Votação do art. 350, constante no art. 1º do substitutivo do Senado Federal, com pareceres divergentes, ressalvado o destaque.	16474	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR).....	16479
Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado JOÃO CAMPOS (PSDB, GO).....	16474	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação e aprovação da redação final.....	16480
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Rejeição do dispositivo.	16474	Encaminhamento da matéria à sanção presidencial.....	16493
Requerimento de destaque para votação em separado do art. 295 do Código de Processo Penal, constante do art. 1º do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.208, de 2001 e, em consequência, a supressão do art. 4º do substitutivo.	16474	ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP) – Répúdio a discurso do Líder do PT acerca do posicionamento do PPS relativo ao projeto.	16493
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP), MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ).	16476	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Ratificação do posicionamento da bancada do PPS favorável ao projeto.....	16493
Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados JOÃO CAMPOS (PSDB, GO), ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS, SP).....	16476	JOÃO CAMPOS (PSDB, GO – Pela ordem) – Posicionamento do PSDB a favor da aprovação do projeto.	16493
SARNEY FILHO (Bloco/PV, MA – Pela ordem) – Ocorrência de novo terremoto no Japão. Defesa de suspensão do Programa Nuclear Brasileiro.	16477	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Presença, na Casa, do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante Junior.	16493
Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ).	16477	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.567-A, de 2008, que altera a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecida pela Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008.....	16494
PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Presença nas galerias da Casa de alunos da Escola Classe nº 3, ca cidade-satélite do Guará, e do Colégio Imaculada Conceição, no Plano Piloto, Distrito Federal. Transcurso dos aniversários natalícios do Deputado Izalci e do Ministro da Fazenda, Guido Mantega... ..	16478	PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Votação de requerimento de retirada do projeto da pauta. .	16494
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados PAULO TEIXEIRA (PT, SP), MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB, RS),		Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB, RS).....	16494
		Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado EFRAIM FILHO (DEM, PB).	16494
		Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado IZALCI (Bloco/PR, DF)....	16494
		Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB, RS).	16495
		PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aprovação do requerimento.....	16495

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.739-A, de 2009, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008. 16495

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado DOMINGOS SÁVIO (PSDB, MG). 16495

FELIPE BORNIER (Bloco/PHS, RJ) – Questão de ordem sobre o encerramento da sessão em solidariedade aos familiares de crianças assassinadas no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.. 16496

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Inexistência de amparo regimental para acatamento da questão de ordem do Deputado Felipe Bornier..... 16496

SIBÁ MACHADO (PT, AC – Pela ordem) – Apelo à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma às crianças assassinadas no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro..... 16496

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Sibá Machado. 16496

RUBENS BUENO (Bloco/PPS, PR – Pela ordem) – Anúncio de proposta de realização de acordo de Líderes para suspensão da sessão, em face da chacina de crianças em escola pública no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro..... 16497

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Solicitação ao Deputado Rubens Bueno de encaminhamento à Mesa Diretora de requerimento para o encerramento da sessão..... 16497

MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ – Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a existência de matérias na pauta. 16497

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Resposta ao Deputado Miro Teixeira. 16497

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados EFRAIM FILHO (DEM, PB), FELIPE MAIA (DEM, RN). 16497

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Encerramento da discussão..... 16498

Aprovação do projeto. 16498

Votação e aprovação da redação final..... 16498

Encaminhamento da matéria ao Senado Federal..... 16498

MIRO TEIXEIRA (PDT, RJ – Pela ordem) – Posicionamento do PDT favorável à aprovação do projeto. 16498

PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Retirada, de ofício, dos demais itens da pauta. 16498

VI – Encerramento

2 – ATA DA 62ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 7 DE ABRIL DE 2011.

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

IV – Pequeno Expediente

EDINHO ARAÚJO (PMDB, SP) – Transcurso do Dia do Jornalista. Manifestação da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ pela valorização da categoria. Saudação ao Diretor do periódico *O Jornal de Santa Fé do Sul*, Alcides Silva..... 16506

CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS, SC) – Assassinato de crianças em estabelecimento escolar no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Implementação de ações preventivas da saúde no País. Imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, acerca da destinação de recursos para a saúde pública..... 16506

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ) – Designação do orador e do Deputado Edson Santos para acompanhamento dos desdobramentos do massacre de crianças em escola pública, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Maior controle na circulação de armas de fogo e munições no Brasil. Revisão de programas televisivos de estímulo à violência..... 16507

EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Saudações ao Presidente do Grupo RIC – Rede Independência de Comunicação, Mário Petrelli, e aos jornalistas brasileiros. Pavimentação da SC-100..... 16507

GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB, RJ) – Assassinato de crianças em estabelecimento escolar, no Bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro..... 16508

WELITON PRADO (PT, MG) – Anúncio da apresentação, à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de recurso contra o índice de reajuste de tarifas pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Solidariedade à população do Estado do Rio de Janeiro diante de tragédia ocorrida em estabelecimento escolar, no Bairro de Realengo. . 16508

CLÁUDIO PUTY (PT, PA) – Instauração de CPI destinada à investigação de denúncias de prática de trabalho escravo no País. Solidariedade aos familiares de vítimas de tragédia ocorrida no Rio de Janeiro. Retomada da campanha de desarmamento no País.... 16509

MENDONÇA PRADO (DEM, SE) – Designação dos Deputados Alessandro Molon, Dr. Carlos Alberto e Stepan Necessian, pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para acompanhamento dos desdobramentos de tragédia ocorrida no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro..... 16509

SANDRO ALEX (Bloco/PPS, PR – Pela ordem) – Documento sob o título *Reorganização da Escola Brasileira*, de autoria do professor universitário Antônio José França Satyro. Transcurso do 92º aniversário de criação do Município de Palmeira, Estado do Paraná. Comemoração do centenário da imigração holandesa ao Município de Carambeí. . 16509

JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB, PA) – Realização, por produtores rurais, de manifestação no Distrito Federal a favor da imediata aprovação do substitutivo oferecido pelo Deputado Aldo Rebelo à proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro. Defesa de inclusão da matéria na pauta de votações da Casa....	16517	organizações não governamentais contempladas com recursos do Ministério da Justiça.	16521
VAZ DE LIMA (PSDB, SP) – Falecimento do ex-Deputado Federal Fausto Rocha.....	16517	ACELINO POPÓ (Bloco/PRB, BA) – Transcurso do aniversário natalício do Deputado Izalci.	16522
VICENTE CANDIDO (PT, SP – Pela ordem) – Solidariedade aos familiares das vítimas de tragédia ocorrida em escola pública, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.....	16517	PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Presença, nas galerias do plenário, de alunos e professores da Escola Piaget, instalada em Goiânia, Estado de Goiás.....	16522
LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB, SP) – Solidariedade aos familiares de crianças assassinadas em escola municipal, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.....	16518	VALTENIR PEREIRA (Bloco/PSB, MT) – Transcurso do Dia do Jornalista. Comemoração do 292º aniversário de fundação de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	16522
FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB, MA – Pela ordem) – Homenagem ao Deputado Inocência Oliveira. Necessidade de providências da Casa a respeito de abusos praticados contra usuários do transporte aéreo.	16518	ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV, SP – Como Líder) – Massacre de crianças em escola municipal no Bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Combate à prática de bullying nas escolas brasileiras. Falecimento do ex-Deputado Federal Fausto Rocha.....	16524
SÁGUAS MORAES (PT, MT) – Transcurso do 292º aniversário de fundação de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.	16518	PAULO PIAU (PMDB, MG) – Importância da discussão da proposta de revisão do Código Florestal Brasileiro.	16524
RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE) – Realização pelo Instituto Teotônio Vilela de amplo debate sobre a reforma política.	16519	VICENTINHO (PT, SP) – Solidariedade aos familiares das crianças assassinadas em escola pública, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Repúdio às declarações de natureza racista e homofóbica do Deputado Jair Bolsonaro. Equívoco de manifestações do Deputado Pastor Marco Feliciano contra o povo africano.....	16525
VALDIR COLATTO (PMDB, SC) – Reexame, pela Caixa Econômica Federal, de exigências para o financiamento da construção de moradias por meio do Programa <i>Minha Casa Minha Vida</i> . Imediato descontingenciamento de recursos de emendas orçamentárias.....	16519	MARLLOS SAMPAIO (PMDB, PI) – Solidariedade aos familiares de crianças assassinadas no Rio de Janeiro. Aprovação, pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de requerimento de realização de audiência pública destinada ao debate da aplicação de golpes contra idosos por meio de empréstimos consignados. Publicação pelo jornal Correio Braziliense de reportagens sob o título <i>Retratos de um País que não sabe envelhecer</i>	16526
AMAURI TEIXEIRA (PT, BA) – Apelo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de nomeação de candidatos aprovados em concurso público para ocupação de cargos em áreas estratégicas.	16520	ACELINO POPÓ (Bloco/PRB, BA – Pela ordem) – Defesa do Deputado Pastor Marco Feliciano, em face de retratação quanto a declaração sobre a população negra.	16526
DR. ALUIZIO (Bloco/PV, RJ) – Solidariedade aos familiares de vítimas de tragédia ocorrida no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.....	16520	PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Proibida e decência do Deputado Vicentinho.	16527
DOMINGOS SÁVIO (PSDB, MG) – Empenho na construção de hospital regional no Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.....	16520	IZALCI (Bloco/PR, DF) – Defesa da criação da Frente Parlamentar pela Educação Global e pela Ciência e Tecnologia e da Frente Parlamentar em Defesa do Fortalecimento do Legislativo. Imediata votação pela Casa do projeto de lei sobre a criação de novos cargos de Desembargador no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Solidariedade aos familiares de crianças assassinadas em escola pública, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.....	16527
JAIME MARTINS (Bloco/PR, MG) – Associação às iniciativas a favor da alocação de recursos para a área da saúde do Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. Transcurso do centenário de criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.....	16520	ERIKA KOKAY (PT, DF) – Associação ao pronunciamento do Deputado Izalci em defesa da aprovação, pela Casa, de projeto de lei de interesse do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.....	16528
FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB, PR) – Realização pela Polícia Federal da Operação <i>Déjà Vu</i> , destinada à investigação do desvio de recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, no Estado do Paraná. Defesa de realização, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, de auditoria especial em			

ROSANE FERREIRA (Bloco/PV, PR) – Agradecimento à Presidência pelo deslocamento do cronômetro instalado no painel eletrônico de votação. Apresentação de requerimento de inclusão na pauta do Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008, sobre a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, acerca da destinação de recursos para a saúde pública.....	16528	FERNANDO MARRONI (PT, RS) – Tragédia ocorrida em escola pública no Bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Avanços do País na área da saúde.....	16532
RODRIGO DE CASTRO (PSDB, MG) – Homenagem ao Senador Aécio Neves pelo teor de discurso proferido no plenário do Senado Federal.....	16528	SANDRO ALEX (Bloco/PPS, PR) – Aprovação, pela Comissão Especial destinada ao exame de propostas de reforma política, de requerimento para participação dos ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva em audiência pública do órgão. Realização pela Comissão de audiência pública em Curitiba, Estado do Paraná. Tragédia ocorrida em estabelecimento escolar no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Apresentação de Projeto de Lei nº 587, de 2011, sobre a tipificação de crimes digitais e o estabelecimento de procedimentos padronizados aos provedores de acesso à Internet.	16533
JOSÉ HUMBERTO (Bloco/PHS, MG) – Defesa de execução de emendas orçamentárias. Urgência na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 605, de 2010, a respeito da fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.	16529	PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Presença no plenário de delegação de Parlamentares da Austrália.....	16535
ROGÉRIO CARVALHO (PT, SE) – Instauração de CPI destinada à investigação de denúncias de prática de trabalho escravo no País. Imediata aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, sobre a desapropriação de propriedades rurais, no caso da constatação de tal prática.	16530	AMAURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Manifestação de boas-vindas à delegação de Parlamentares da Austrália em visita à Casa.....	16535
AMAURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Luta dos Deputados Domingos Dutra e Vicentinho contra o trabalho escravo. Necessidade de banimento de tal prática no País.	16530	FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB, MA) – Importância de cumprimento pela Casa de sua prerrogativa legiferante. Elogio ao Presidente Inocêncio Oliveira pelo cumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da posse de suplentes.....	16535
DOMINGOS DUTRA (PT, MA) – Instauração de CPI destinada à investigação da prática do trabalho escravo no País. Imediata inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, sobre a desapropriação de propriedades rurais no caso da constatação de trabalho escravo..	16530	INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR, PE) – Empenho do orador na interiorização do ensino superior no Estado de Pernambuco. Crescimento do Produto Interno Bruto – PIB pernambucano. Imperiosa necessidade de qualificação da mão de obra e de ampliação dos investimentos em pesquisa e tecnologia, no Estado.	16536
ERIKA KOKAY (PT, DF – Pela ordem) – Instauração de CPI destinada à investigação de denúncias da prática de trabalho escravo no País.	16530	MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Congratulações ao escritor Adirson Vasconcelos pelo lançamento de obra sobre o fundador dos <i>Diários Associados</i> , jornalista Assis Chateaubriand.....	16536
VICENTE CANDIDO (PT, SP) – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2011, proibitiva da cobrança de impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços de instituições culturais e de desporto, sem fins lucrativos.....	16531	OZIEL OLIVEIRA (PDT, BA) – Transcurso do 11º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia. Comemoração do 73º e do 171º aniversários de emancipação político-administrativa, respectivamente, dos Municípios de Correntina e Santa Rita de Cássia, no Estado.....	16537
DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB, SP) – Transcurso do Dia do Jornalista. Assassinato de crianças em escola pública, no Bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Tendenciosidade de matéria publicada pela revista Veja a respeito do povo muçulmano.....	16531	DIMAS FABIANO (PP, MG) – Apoio ao parecer oferecido pelo Deputado Aldo Rebelo ao projeto de reformulação do Código Florestal Brasileiro. Pedido à Presidência para inclusão da matéria na pauta..	16537
AGNOLIN (PDT, TO – Como Líder) – Apoio à aprovação da Medida Provisória nº 527, de 2011, sobre a criação da Secretaria Especial de Aviação Civil. Proposta aos órgãos de aviação civil para transformação do Aeroporto de Palmas/Brigadeiro Lycias Rodrigues em centro de convergência aérea.....	16531	JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB, RJ) – Perplexidade ante o massacre de crianças na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.....	16537
ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM, SC – Pela ordem) – Presença, na Casa, do empresário Jorge Osmar Borsa, de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.....	16532	DR. ROSINHA (PT, PR) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde e do Dia do Jornalista. Equívoco da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a extinção da exigência de diploma em jornalismo para o exercício	

da profissão. Defesa de aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nº 386, de 2009, da Câmara dos Deputados, e nº 33, do Senado Federal, acerca do restabelecimento da exigência de formação em jornalismo para o exercício da profissão..... 16537

KEIKO OTA (Bloco/PSB, SP) – Assassinato de estudantes da Escola Municipal Tasso da Silveira, no Bairro Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, pelo ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira. 16538

AUREO (Bloco/PRTB, RJ) – Assassinato de crianças na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Defesa de exibição de programas religiosos pelas emissoras de televisão..... 16538

V – Grande Expediente

ANDRÉ ZACHAROW (PMDB, PR) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Inclusão da saúde no capítulo dos direitos sociais do texto constitucional. Imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a destinação de recursos para a saúde pública. Compromisso da Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, de aprimoramento do Sistema Único de Saúde – SUS..... 16539

Aparteantes: ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM, SC), ROSANE FERREIRA (Bloco/PV, PR), FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB, MA), JOÃO ARRUDA (PMDB, PR). 16542

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM, BA – Como Líder) – Indignação com as declarações do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito de relatório da Polícia Federal sobre o escândalo do Mensalão..... 16544

SALVADOR ZIMBALDI (PDT, SP) – Contentamento do orador com seu retorno à Casa. Consternação com a chacina de jovens alunos por atirador em escola pública no Rio de Janeiro. Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 478, de 2007, sobre instituição do Estatuto do Nascituro. Contrariedade às propostas de legalização do chamado casamento *gay* e de adoção de crianças por homossexuais. Desvirtuamento dos princípios da Lei nº 9.998, de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST. Defesa da proposta de instituição da Carteira Nacional de Identidade. Temas da reforma política, em discussão na Casa. 16545

Aparteante: SIBÁ MACHADO (PT, AC)..... 16548

DR. ROSINHA (PT, PR – Pela ordem) – Resposta ao pronunciamento do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto sobre declarações do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Envolvimento do Líder do Democratas em esquema de corrupção no âmbito do Governo do Distrito Federal, segundo o ex-Governador José Roberto Arruda em entrevista concedida à revista *Veja*. Encaminhamento à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, de

ofício com sugestões para a reformulação do Código Florestal Brasileiro. 16548

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROJETOS DE LEI

Nº 53/2011 – Da Sr^a. Bruna Furlan – Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos. 16550

Nº 954/2011 – Do Sr. Felipe Bornier – Acrescenta § 4º ao art. 733 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, a fim de estabelecer diretrizes para o cumprimento da ordem de prisão civil decretada em desfavor do devedor de alimentos..... 16550

Nº 955/2011 – Do Sr. Dr. Aluizio – Modifica o inciso V do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1996, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”, para incluir irmão, neto e bisneto, cujos pais não auferiram rendimentos superiores ao limite de isenção, no rol de dependentes, para efeito de apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas..... 16551

Nº 956/2011 – Do Sr. Marçal Filho – Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico ao corpo discente das escolas públicas de ensino fundamental para prevenção de maus-tratos. 16551

Nº 957/2011 – Do Sr. Odair Cunha – Acrescenta inciso ao art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, para que os serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres sejam incluídos no rol de operações sujeitas à legislação anterior a estas leis. 16552

Nº 958/2011 – Do Sr. Alessandro Molon – Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 que define os crimes de tortura e dá outras providências..... 16553

Nº 959/2011 – Do Sr. William Dib – Acrescenta o § 6º ao art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de modo a incluir o tratamento odontológico à gestante no período pré-natal e dá outras providências..... 16553

Nº 960/2011 – Do Sr. William Dib – Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências..... 16554

Nº 961/2011 – Do Sr. Renato Molling – Dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho. 16555

Nº 962/2011 – Do Sr. Pauderney Avelino – Altera o caput do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para prorrogar, até 31 de dezembro de

2038, o prazo do incentivo de redução do imposto de renda de pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em setores econômicos prioritários para o desenvolvimento nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências 16557

Nº 963/2011 – Do Sr. Eduardo Azeredo – Dispõe sobre opção de naturalidade no registro de nascimento..... 16558

INDICAÇÕES

Nº 305/2011 – Do Sr. Alberto Filho – Sugere ao Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, a adoção de medidas relativa à recuperação da ponte sobre o Rio Mearim, na BR 316, em Bacabal/MA. 16558

Nº 306/2011 – Do Sr. Gastão Vieira – Sugere ao Ministério dos Transportes, ao Senhor Ministro ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO, a liberação de recursos para a construção da estrada que liga Carolina/MA a Goiatins/TO. 16558

Nº 307/2011 – Do Sr. Gastão Vieira – Sugere ao Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, a inclusão no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de três unidades do Instituto Federal de Educação Tecnologia (IFET), nos municípios de Araisos, Vargem Grande e São Benedito do Rio Preto, estado do Maranhão..... 16559

Nº 308/2011 – Da Srª. Marinha Raupp – Sugere a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, a inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, da obra da ponte bi-nacional sobre o rio Mamoré, em Rondônia, interligando as cidades de Guajará-Mirim, no Brasil, e Guayaramerín, na Bolívia. 16559

Nº 309/2011 – Do Sr. Pauderney Avelino – Sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dê prosseguimento e permita a posse dos aprovados no último concurso do Banco Central do Brasil, realizado no início de 2010. 16560

REQUERIMENTO DE INSTITUIÇÃO DE CPI

Nº 5/2011 – Do Sr. Cláudio Puty – Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a exploração do trabalho escravo ou análogo ao de escravo, em atividades rurais e urbanas, de todo o território nacional. 16560

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

Nº 452/2011 – Do Senhor Homero Pereira – Solicitando informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde quanto às análises realizadas para registro e reavaliação de agrotóxicos, analisados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA..... 16562

Nº 453/2011 – Do Senhor Homero Pereira – Solicitando informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde quanto às análises realizadas para registro e

reavaliação de agrotóxicos, analisados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA..... 16562

Nº 454/2011 – Do Senhor Arnaldo Faria de Sá – Solicitando ao Ministro de Estado da Saúde sobre o cumprimento do art. 100, III, da Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso..... 16563

Nº 455/2011 Do Senhor Joaquim Beltrão – Solicitando informações ao Sr. Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, sobre a aplicabilidade do Art. 17, do Decreto nº 1998 de 08 de julho de 1998, dos estudos sócio-econômicos relativos a proibição do emprego do fogo na agricultura..... 16564

Nº 456/2011 – Do Senhor Joaquim Beltrão – Solicitando informações a Srª Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Teixeira Vieira, sobre a aplicabilidade do art. 17, do Decreto nº 1998 de 08 de julho de 1998, dos estudos sócio-econômicos relativos a proibição do emprego do fogo na agricultura..... 16564

REQUERIMENTOS

Nº 1186/2011 – Do Senhor Henrique Fontana – Requerendo o desarquivamento de proposições. . 16565

Nº 1190/2011 – Do Senhor André Figueiredo – Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 7699/2006..... 16565

Nº 1191/2011 – Do Senhor André Figueiredo – Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4651/2001..... 16565

Nº 1194/2011 – Do Senhor Antônio Carlos Biffi – Requerendo o desarquivamento de proposições..... 16565

Nº 1195/2011 – Do Senhor Flaviano Melo – Requer a inclusão na Ordem do Dia do PL nº 2295/2000 do Senado Federal, que “dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e auxiliares de enfermagem”. 16565

Nº 1196/2011 – Da Senhora Solange Almeida – Requerendo o desarquivamento do Projeto de Lei 2003/2007 da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). 16566

Nº 1197/2011 – Do Senhor Marcelo Aguiar – Requerendo a realização de Sessão Solene, em homenagem ao Dia do Taquígrafo..... 16566

Nº 1198/2011 – Do Senhor Artur Bruno – Solicitando votos de Louvor à Dra. Luisa Elisabeth Timbó Corrêa Furtado e ao Professor Emmanuel Furtado pela autoria do livro “De Corpo e Alma – Trajetória de Thomaz de Araújo Corrêa Ícone de Ipu”. 16566

Nº 1199/2011 – Do Senhor Artur Bruno – Solicitando votos de Louvor à nova Diretoria da Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE. 16566

Nº 1200/2011 – Do Senhor Missionário José Olímpio – Requer à retirada de minha assinatura do Requerimento do Sr. Anthony Garotinho e outros, que cria a CPI da CBF, nos termos do §4º do Art. 102 do Regimento Interno. 16566

Nº 1201/2011 – Do Senhor Dr. Ubiali – Requeiro a V.Exa. a retirada de minha assinatura do Requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito.	16567	54/1999, que Dispõe que o pessoal em exercício que não tenha sido admitido por concurso público, estável ou não, passe a integrar quadro temporário em extinção, à medida que vagarem os cargos ou empregos respectivos; altera a Constituição Federal de 1988	16573
Nº 1202/2011 – Do Senhor Mauro Nazif – Requeiro a V.Exa. a retirada de minha assinatura do Requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito.....	16567	Nº 1215/2011 – Do Senhor Mendonça Filho – REQUEIRO a VExa, a retirada de minha assinatura do Requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades para a realização da Copa do Mundo de 2014	16573
Nº 1203/2011 – Do Senhor Roberto Britto – Solicita a retirada de assinatura do requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades na composição societária do COL, bem como nos critérios de divisão dos lucros da Copa de 2014 e nos acordos firmados entre a Confederação Brasileira de Futebol e redes de TV e patrocinadores...	16568	Nº 1216/2011 – Do Senhor Andre Vargas – Solicitando nos termos do parágrafo único do art.105 do RICD, o pedido de desarquivamento das seguintes proposições em anexo.	16573
Nº 1204/2011 – Do Senhor Edinho Araújo – Solicita inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 89/2007, que “Dá nova redação ao inciso XI do art. 37 da Constituição Federal”.....	16568	Nº 1217/2011 – Do Senhor João Arruda – Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 270/2008.....	16573
Nº 1205/2011 – Do Senhor Eli Correa Filho – Requer a retirada de assinatura ao Requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....	16568	Nº 1218/2011 – Do Senhor Francisco Pracinno – Requer o registro da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção na 54ª Legislatura	16574
Nº 1206/2011 – Do Senhor Oziel Oliveira – Requerendo o envio de Moção de Congratulação ao município de Correntina – BA, em comemoração aos seus 73 anos de emancipação política.....	16568	Nº 1219/2011 – Do Senhor Salvador Zimbaldi – Requer registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto Conforme o disposto do Ato da Mesa nº 069 de 10/11/2005....	16574
Nº 1207/2011 – Do Senhor Oziel Oliveira – Requerendo o envio de Moção de Congratulação ao município de Santa Rita de Cássia – BA, em comemoração aos seus 171 anos de emancipação.	16569	Nº 1220/2011 – Do Senhor Felipe Maia – Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 270/2008.....	16575
Nº 1208/2011 – Do Senhor Oziel Oliveira – Requerendo o envio de Moção de Congratulação ao município de Luís Eduardo Magalhães – BA, em comemoração aos seus 11 anos de emancipação política..	16569	Nº 1221/2011 – Da Senhora Rose de Freitas – Requerendo Moção de Solidariedade.....	16575
Nº 1209/2011 – Da Senhora Rosane Ferreira – Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008.....	16570	VI – Ordem do Dia (Debates e Trabalho de Comissões.).....	16575
Nº 1210/2011 – Do Senhor Marçal Filho – Requer o registro da “Frente de Apoio ao Ensino Técnico e Profissionalizante”.	16570	VII – Comunicações Parlamentares RONALDO BENEDET (PMDB, SC) – Transcurso do Dia do Jornalista e do Dia Mundial da Saúde. Bandeiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Chacina de jovens alunos por atirador em escola pública no Rio de Janeiro. Defesa de legislação sobre acompanhamento psicológico de jovens nas escolas brasileiras.	16575
Nº 1211/2011 – Da Senhora Erika Kokay – Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura aposta ao Requerimento de autoria do Dep. Anthony Garotinho que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.	16571	SIBÁ MACHADO (PT, AC) – Expectativa de criação da anunciada Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. Importância da pequena empresa no desenvolvimento das municipalidades. Caráter ofensivo ao ex-Presidente Lula do discurso proferido pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Envolvimento de lideranças do DEM no esquema do Mensalão de Brasília.	16577
Nº 1212/2011 – Do Senhor Amauri Teixeira – Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura aposta ao Requerimento de autoria do Dep. Anthony Garotinho que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.	16572	PAULO TEIXEIRA (PT, SP – Como Líder) – Solidariedade à população do Rio de Janeiro diante do assassinato de crianças em escola pública. Balanço dos 100 dias de Governo Dilma Rousseff. Repúdio às acusações do Líder do DEM contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.....	16579
Nº 1213/2011 – Do Senhor Nazareno Fonteles – Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura aposta ao Requerimento de autoria do Dep. Anthony Garotinho que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....	16572	ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV, SP – Pela ordem) – Falecimento do ex-Deputado Federal Fausto Rocha.....	16580
Nº 1214/2011 – Do Senhor Wellington Roberto – Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº			

ADRIAN (PMDB, RJ – Como Líder) – Massacre de crianças no interior da Escola Municipal Tasso da Silveira, no Bairro de Realengo, Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro. Defesa de fortalecimento da segurança nas escolas brasileiras. Necessidade de expansão do Aeroporto de Macaé e de melhorias na Rodovia BR-101, no Estado do Rio de Janeiro. Realização de feira offshore em Macaé. Apresentação de projeto de lei sobre a obrigatoriedade de cumprimento, pelas empresas de offshore , da carga horária de trabalhadores terceirizados. Necessidade de aprovação, pela Casa, da proposta de redução de carga horária dos profissionais de enfermagem para 30 horas semanais. Apresentação, à Comissão de Desenvolvimento Urbano, de requerimento de criação de subcomissão especial destinada ao acompanhamento da regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. .	16580	do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.600, de 2010, sobre a revisão do Tratado de Itaipu, firmado entre o Brasil e o Paraguai. Protesto contra a anunciada redução dos valores de emendas orçamentárias..	16586
JOSÉ GUIMARÃES (PT, CE – Pela ordem) – Sucesso do Programa Empreendedor Individual. .	16582	ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Repúdio à recomendação da Organização dos Estados Americanos – OEA de suspensão do processo de licenciamento das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, Estado do Pará.	16587
JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB, SP – Como Líder) – Solidariedade aos familiares das crianças vitimadas por atirador em escola pública no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Solicitação à Casa de apoio ao Projeto de Lei nº 854, de 2011, sobre a obrigatoriedade da presença de profissional da saúde nas escolas brasileiras, e ao Projeto de Lei nº 853, de 2011, a respeito da destinação de verbas da educação para o pagamento salarial de profissionais da saúde atuantes em estabelecimentos escolares. Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Fausto Rocha.	16582	LAERCIO OLIVEIRA (Bloco/PR, SE – Como Líder) – Apresentação de projeto de lei sobre a regulamentação do atendimento telefônico pelas empresas.	16588
PRESIDENTE (Maury Teixeira) – Solidariedade da Mesa Diretora aos familiares das vítimas de tragédia ocorrida no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	16582	JOSÉ STÉDILE (Bloco/PSB, RS) – Êxito da política de tratamento de dependentes químicos implantada no Município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul. Conveniência de revisão de normas do Ministério da Saúde para o setor. Encaminhamento de proposta de reforma do Código Florestal Brasileiro ao Presidente Marco Maia pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura – CONTAG e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG. Solicitação ao Ministério da Integração Nacional de liberação de recursos para execução de obras de saneamento básico em municipalidades gaúchas. Sugestão ao Ministério da Justiça para atendimento às reivindicações da Polícia Rodoviária Federal. Realização, pela Comissão de Viação e Transportes, de audiência pública destinada ao debate da construção de aeroporto na região da Serra Gaúcha. Transcurso do 50º aniversário de atividades da Federação Israelita no Estado do Rio Grande do Sul.	16589
ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB, SP – Como Líder) – Associação às manifestações da Casa acerca do assassinato de crianças no Rio de Janeiro. Falecimento do ex-Deputado Federal Fausto Rocha. Protesto contra a aprovação pela Casa de proposta pecuniária a favor do governo paraguaio. Apoio à implantação do voto distrital no País.	16583	PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Leitura de moção de solidariedade da Mesa Diretora aos familiares das crianças assassinadas na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	16590
ASSIS CARVALHO (PT, PI – Pela ordem) – Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Transcurso do 133º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de José de Freitas, Estado do Piauí. Relevância do Programa Saúde Não Tem Preço, lançado pelo Governo Federal. Ações desenvolvidas pelo orador à frente da Secretaria Estadual da Saúde do Piauí. Apoio à Presidenta Dilma Rousseff e ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Solidariedade aos familiares de crianças assassinadas no Rio de Janeiro.	16584	VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA – Pela ordem) – Concessão, pela Presidenta Dilma Rousseff, de audiência a mulheres integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Transcurso do 20º aniversário de fundação da entidade. Aplausos à base governista na Casa pela aprovação de medida projeto de decreto legislativo de interesse do governo paraguaio.	16590
FELIPE MAIA (DEM, RN – Como Líder) – Inoportunidade da aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 511, de 2010, sobre a implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV, entre o Rio de Janeiro e Campinas, São Paulo. Contrariedade à aprovação		FRANCISCO PRACIANO (PT, AM – Pela ordem) – Impactos da corrupção sobre a economia nacional. Empenho na criação da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção.	16591
		PAES LANDIM (Bloco/PTB, PI – Pela ordem) – Acerto da indicação do Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira para Ministro-Chefe da futura Secretaria Nacional de Aviação Civil.	16591
		ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Protesto contra a solicitação, pela Organização dos Estados Americanos – OEA, de suspensão das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do	

Pará. Amparo das comunidades indígenas pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.. 16591

GIOVANNI QUEIROZ (PDT, PA – Pela ordem) – Associação ao pronunciamento do Deputado Zé Geraldo em defesa da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Apoio à reformulação do Código Florestal Brasileiro. Truculência da Polícia Federal contra produtores rurais da região amazônica. 16592

JOAQUIM BELTRÃO (PMDB, AL – Pela ordem) – Apresentação de requerimento de informação à Casa Civil da Presidência da República a respeito dos estudos socioeconômicos previstos no Decreto nº 2.661, de 1998, sobre as normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais. 16593

ERIKA KOKAY (PT, DF – Pela ordem) – Temas debatidos pela Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa. Apoio à instalação da Comissão da Verdade, destinada à investigação de crimes e abusos praticados durante o regime militar. Defesa da abertura de processos contra Deputados por quebra de decoro parlamentar, em face de declarações de natureza racista e homofóbica. 16594

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB, CE – Pela ordem) – Transcurso do Dia do Jornalista. Saudações aos profissionais da imprensa. Compromisso de atuação parlamentar em prol da categoria. Elevado índice de violência contra jornalistas no mundo. Imediata votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 386, de 2009, sobre o restabelecimento da exigência do diploma de jornalismo para o exercício da profissão. ... 16594

WILSON FILHO (PMDB, PB – Pela ordem) – Tragédia ocorrida em estabelecimento escolar no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Participação do orador no Conselho Nacional de Juventude, na condição de representante do Parlamento brasileiro. Compromisso de atuação parlamentar em prol da juventude. 16595

LUCIANO MOREIRA (PMDB, MA – Pela ordem) – Saudações aos jornalistas brasileiros. União entre a imprensa e a política em favor da democracia. 16596

VIII – Encerramento

3 – DESPACHOS DO PRESIDENTE EM PROPOSIÇÕES

Projetos de Lei nºs 427 e 439, de 2011; Recursos nºs 19 e 21, de 2011; Requerimento nº 1049, de 2011. 16603

4 – ATO DA PRESIDÊNCIA

Decide criar Comissão Externa para fiscalizar as entradas de produtos oriundos do Japão no Porto de Santos. 16638

5 – PARECERES

Projetos de Decreto Legislativo nºs 2627-A/10, 2630-A/10, 2704-A/10, 2706-A/10, 2975-A/10 e 3105-A/10. 16639

COMISSÕES

6 – ATAS

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 8ª Reunião (Ordinária), em 6-4-11. 16645

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, 28ª Reunião (Ordinária), em 26-11-08, 29ª Reunião (Ordinária), em 10-12-08, 30ª Reunião (Extraordinária – Audiência Pública), em 10-12-08, 31ª Reunião (Ordinária), em 17-12-08 e Reunião (Extraordinária – Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), em 17-12-08. 16646

Comissão de Seguridade Social e Família, 2ª Reunião (Ordinária), em 16-3-11, 3ª Reunião (Ordinária), em 23-3-11, 4ª Reunião (Extraordinária – Audiência Pública), em 23-3-11 e 5ª Reunião (Audiência Pública), em 29-3-11. 16650

7 – DESIGNAÇÕES

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em 7-4-11. 16655

Comissão de Seguridade Social e Família, em 7-4-11. 16655

SEÇÃO II

8 – ATOS DO PRESIDENTE

Dispensar: Alessandra Müller Vidal Guerra, Emilia Maria de Araujo Carvalho, Francisco Vaz Neto, Osmar Perazzo Lannes Junior, Raimundo José Alves. 16656

Designar: Edleuza de Souza de Castro, Luiz Humberto Ferreira Carneiro, Roney Gandra Pereira, Simone Sarkis Teixeira Bergo. 16657

Exonerar: Elzi Teixeira Melo.

Nomear: Eduardo Jose Berti.

9 – MESA

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

11 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

12 – COMISSÕES

SEÇÃO I

Ata da 61ª Sessão, Extraordinária, Matutina, 7 de abril de 2011

*Presidência dos Srs. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente,
Inocência Oliveira, 3º Secretário*

ÀS 9 HORAS COMPARECEM À CASA
OS SRS.:

Jorge Tadeu Mudalen
Inocência Oliveira
Geraldo Resende
Sérgio Moraes
Partido Bloco

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Teresa Surita PMDB
Total de Roraima: 2

AMAPÁ

Sebastião Bala Rocha PDT
Vinicius Gurgel PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Amapá: 2

PARÁ

Miriquinho Batista PT
Zequinha Marinho PSC
Total de Pará: 2

RONDÔNIA

Nilton Capixaba PTB PsbPtbPcdob
Total de Rondônia: 1

ACRE

Sibá Machado PT
Total de Acre: 1

TOCANTINS

Agnolin PDT
Total de Tocantins: 1

MARANHÃO

Domingos Dutra PT
Lourival Mendes PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Maranhão: 2

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Antonio Balhmann PSB PsbPtbPcdob

Chico Lopes PCdoB PsbPtbPcdob
João Ananias PCdoB PsbPtbPcdob
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Total de Ceará: 6

PIAUI

Júlio Cesar DEM
Marcelo Castro PMDB
Marllos Sampaio PMDB
Total de Piauí: 3

PARAÍBA

Damião Feliciano PDT
Total de Paraíba: 1

PERNAMBUCO

Fernando Ferro PT
José Augusto Maia PTB PsbPtbPcdob
José Chaves PTB PsbPtbPcdob
Mendonça Filho DEM
Roberto Teixeira PP
Total de Pernambuco: 5

ALAGOAS

Celia Rocha PTB PsbPtbPcdob
Givaldo Carimbão PSB PsbPtbPcdob
Total de Alagoas: 2

BAHIA

Mauro Teixeira PT
Geraldo Simões PT
José Carlos Araújo PDT
Márcio Marinho PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Maurício Trindade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Nelson Pellegrino PT
Oziel Oliveira PDT
Valmir Assunção PT
Total de Bahia: 8

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PDT
Aelton Freitas PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Antônio Andrade PMDB
 Eduardo Barbosa PSDB
 Jairo Ataíde DEM
 José Humberto PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Marcus Pestana PSDB
 Mauro Lopes PMDB
 Newton Cardoso PMDB
 Paulo Abi-Ackel PSDB
 Paulo Piau PMDB
 Stefano Aguiar PSC
 Toninho Pinheiro PP
Total de Minas Gerais: 16

RIO DE JANEIRO

Arolde de Oliveira DEM
 Benedita da Silva PT
 Deley PSC
 Dr. Adilson Soares PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Aluizio PV PvPps
 Dr. Paulo César PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Hugo Leal PSC
 Jair Bolsonaro PP
 Jandira Feghali PCdoB PsbPtbPcdob
 Nelson Bornier PMDB
 Washington Reis PMDB
Total de Rio de Janeiro: 11

SÃO PAULO

Arnaldo Faria de Sá PTB PsbPtbPcdob
 Arnaldo Jardim PPS PvPps
 Delegado Protógenes PCdoB PsbPtbPcdob
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS PvPps
 Dr. Ubiali PSB PsbPtbPcdob
 Luiza Erundina PSB PsbPtbPcdob
 Milton Monti PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Otoniel Lima PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Roberto de Lucena PV PvPps
 Roberto Santiago PV PvPps
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
Total de São Paulo: 14

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
 Neri Geller PP

Ságuas Moraes PT
Total de Mato Grosso: 3

DISTRITO FEDERAL

Izalci PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Distrito Federal: 1

GOIÁS

Delegado Waldir PSDB
 João Campos PSDB
 Marina Santanna PT
 Pedro Chaves PMDB
 Rubens Otoni PT
Total de Goiás: 5

PARANÁ

Luiz Carlos Setim DEM
 Moacir Micheletto PMDB
 Nelson Padovani PSC
 Rosane Ferreira PV PvPps
 Takayama PSC
 Zeca Dirceu PT
Total de Paraná: 6

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB
 Esperidião Amin PP
 Onofre Santo Agostini DEM
 Zonta PP
Total de Santa Catarina: 4

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Alexandre Roso PSB PsbPtbPcdob
 Danrlei De Deus Hinterholz PTB PsbPtbPcdob
 Henrique Fontana PT
 Jeronimo Goergen PP
 Luis Carlos Heinze PP
 Marcon PT
 Ronaldo Nogueira PTB PsbPtbPcdob
Total de Rio Grande do Sul: 8

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 108 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. GERALDO RESENDE, 1º Suplente de Secretário, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. GERALDO RESENDE, 1º Suplente de Secretário, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

Of. 427 / 2011 /SGM/P

Brasília, 7 de abril de 2011.

A Sua Excelência a Senhora

Deputada **Flávia Morais**

Anexo IV – Gabinete Nº 738

Nesta

Assunto: Devolução de Proposição.

Senhora Deputada,

Reporto-me ao Projeto de Lei Nº 427, de 2011, de sua autoria, que “Dispõe sobre o Dia Nacional de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa”.

Informo a Vossa Excelência que não será possível dar seguimento à proposição em apreço, vez que a referida não se encontra devidamente formalizada e em termos, conforme a Lei nº 12.345/10.

Nesse sentido, encaminho-lhe em devolução o Projeto de Lei nº 427/11, nos termos do artigo 137, § 1º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Atenciosamente, – **Marco Maia**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 427, DE 2011

(Da Sr.^a Flávia Morais)

Dispõe sobre o Dia Nacional de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituído o Dia Nacional de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, a ser celebrado no dia 15 de junho de cada ano.

Parágrafo único. Os órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação da Política Nacional do Idoso ficam incumbidos de promover a realização de eventos que valorizem a pessoa idosa junto à sociedade.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O dia 15 de junho marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, data instituída em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa. Devemos também instituir este dia como uma data nacional.

O objetivo da data é criar uma consciência mundial, social e política da existência da violência contra a pessoa idosa e, simultaneamente, disseminar a ideia de não aceitá-la como normal. A violência contra os idosos deve ser entendida como uma grave violação aos Direitos Humanos.

A violência contra o idoso é um grave problema no Brasil. Um levantamento divulgado em 2007 pela Universidade Católica de Brasília (UCB), mostra que 12% dos quase 18 milhões de idosos do país já sofreram maus-tratos. A violência psicológica é a mais comum, como humilhação, ameaças e discriminação. Agressões físicas, negligência, abandono e uso indevido do dinheiro do idoso são formas de violência que ainda ocorrem contra pessoas com mais de 60 anos.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2011. – Deputada **Flávia Morais**.

Devolva-se a proposição, com base no art. 137, §1º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por contrariar o disposto no art. 4º da Lei 12.345/10. Oficie-se ao Autor e, após, **publique-se**.

Em 7-4-11. – **Marco Maia**, Presidente.

Of. 428 / 2011 /SGM/P

Brasília, 7 de abril de 2011

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **Inocência Oliveira**

Anexo II – Gabinete Nº 26

Nesta

Assunto: Devolução de Proposição.

Senhor Deputado,

Reporto-me ao Projeto de Lei Nº 439, de 2011, de sua autoria, que “Dispõe sobre a obrigação dos fornecedores e das entidades que mantenham banco de dados de consumidor para proteção ao crédito a excluir o registro de débito do consumidor de suas bases de dados num prazo máximo de 48 horas após o pagamento do débito”.

Encaminho em devolução o projeto em apreço, em virtude de já se encontrar em tramitação na Casa proposição de sua autoria de idêntico teor (Projeto de Lei Nº 5039/2009).

Atenciosamente, – **Marco Maia**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 439, DE 2011

(Do Sr. Inocêncio Oliveira)

Dispõe sobre a obrigação dos fornecedores e das entidades que mantenham banco de dados de consumidor para proteção ao crédito a excluir o registro de débito do consumidor de suas bases de dados num prazo máximo de 48 horas após o pagamento do débito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga as entidades que mantenham bancos de dados de consumidores para proteção ao crédito a excluir o nome do consumidor de seus registros num prazo máximo de 48 horas após o pagamento do débito.

Art. 2º Os fornecedores credenciados para registrar o nome de consumidor inadimplente em entidades que mantenham bancos de dados de consumidores para proteção ao crédito ficam obrigados a solicitar a exclusão do registro de inadimplência do consumidor num prazo máximo de 24 horas após o pagamento do débito que originou o registro.

Parágrafo único. O fornecedor fica obrigado, a título de multa, ao pagamento para o consumidor do dobro da quantia registrada como débito caso não cumpra o estabelecido no caput.

Art. 3º As entidades que mantenham bancos de dados de consumidores para proteção ao crédito ficam obrigadas a excluir o registro de débito do consumidor de seus bancos de dados num prazo máximo de 24 horas após o recebimento de aviso do fornecedor de que o débito gerador do registro já está quitado.

§ 1º A entidade mantenedora de banco de dados de proteção ao crédito fica obrigada, a título de multa, ao pagamento para o consumidor do dobro da quantia registrada como débito caso não cumpra o estabelecido no **caput**.

§ 2º Caso existam outras anotações de débito para o mesmo consumidor, a exclusão do nome do consumidor dos bancos de dados de inadimplentes somente ocorrerá após a liquidação de todos os débitos, sem prejuízo da exclusão da anotação referente ao débito já pago.

Art. 4º As multas referidas nesta lei serão aplicadas sem prejuízo de outras sanções legais previstas na legislação em vigor.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proteção e defesa do consumidor é tema de suma importância para a vida social e econômica do país. Lamentavelmente, os próprios fornecedores e entidades que os representam não tomaram ainda a devida consciência da importância do consumidor e do respeito a seus direitos.

Obviamente não somos favoráveis à inadimplência e muito menos a deixar que empresas e empresários honestos sejam vítimas de pessoas inescrupulosas que utilizam os mais diversos artifícios para não pagar o que devem ou para praticar “golpes na praça”.

No entanto, a quantidade de golpistas e inadimplentes compulsivos é mínima quando comparada ao universo de consumidores que eventualmente fiquem em condição de inadimplência. Muitos são os consumidores que, pelos mais variados motivos, são obrigados a deixar de pagar alguma conta em algum momento. A punição é imediata: estes consumidores têm seu nome inscrito em entidades de proteção ao crédito.

O problema é que a recíproca, ao menos em termos de prazo, não é verdadeira. O consumidor que teve seu nome “negativado” tem de passar por uma verdadeira “Via Crucis” para retirar o registro de seu nome dos bancos de dados de proteção ao crédito.

Nossa proposta objetiva resolver a questão determinando um prazo máximo de 48 horas, 24 horas para o fornecedor solicitar a exclusão do registro e mais 24 horas para o mantenedor do registro excluir o mesmo.

As multas são necessárias e estão em sintonia com o Código Civil que prevê pagamento em dobro para o caso de cobrança indevida de quaisquer débitos. “Mutatis mutandis” é o que ocorre quando não se retira uma anotação de débito após a quitação da dívida.

Assim, em nome da defesa do consumidor brasileiro e do equilíbrio das relações de consumo, exortamos os nobres pares à aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2011. –
Inocêncio Oliveira, Deputado Federal.

Devolva-se a presente proposição, tendo em vista já se encontrar em tramitação na Casa proposição de idêntico teor de autoria do mesmo parlamentar. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 7-4-11. – **Marco Maia**, Presidente.

Of. nº 185/2011 – Bloco

Brasília, 6 de abril de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação para Titulares de Comissão Especial.

Exceientíssimo Senhor Presidente,


Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar como membros **Titulares** o Deputado **Paulo Freire (PR/SP)** e o Deputado **Ronaldo Fonseca (PR/DF)** para a Comissão Especial para efetuar estudo sobre as causas e conseqüências do consumo abusivo de álcool entre cidadãos brasileiros e, especialmente, as razões que determinam o aumento exponencial do consumo dessa substância nos últimos cinco anos. – CEALCOOL.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Em 7/4/2011.

Publique-se.

Respeitosamente,



MARCO MAIA
Presidente



Deputado Lincoln Portela
Líder do Bloco Parlamentar
PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL

Ofício nº 147-L-/2011/DEM

Brasília, 7 de abril de 2011.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da
Câmara dos Deputados
NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **RODRIGO MAIA** para integrar o quadro de **Vice-Líderes** da Liderança do Democratas.


Respeitosamente,



Deputado **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO**
Líder do Democratas

Em 07/04/2011.

Defiro. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.



MARCO MAIA
Presidente

Ofício N. 105/11

Brasília, 06 de abril de 2011.

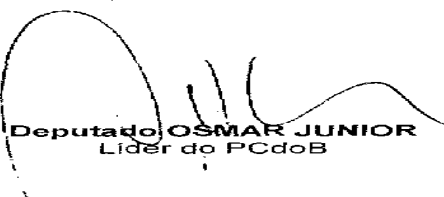
Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCO MAIA
 Presidente da Câmara dos Deputados
 N E S T A

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação do **Deputado JOÃO ANANIAS (PCdoB-CE)** e do **Deputado CHICO LOPES (PCdoB-CE)**, na condição de titular e suplente, respectivamente, da Comissão Especial destinada a efetuar estudo sobre as causas e consequências do consumo abusivo de álcool entre cidadãos brasileiros e, especialmente, as razões que determinam o aumento exponencial do consumo dessa substância nos últimos cinco anos.

Respeitosamente,



Deputado OSMAR JUNIOR
 Líder do PCdoB

Em 7/4/2011.
 Publique-se.



MARCO MAIA
 Presidente

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
 JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

OF. nº 017- PP/2011 – CCJC

Brasília, 5 de abril de 2011

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado **MARCOS MAIA**
 Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: encaminhamento de proposição

Senhor Presidente,

OF. Gab. 912/010/2011.

Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCO MAIA
 Presidente da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA – DF.

Assunto: Pedido de mudança do nome parlamentar.

Caro Presidente,

Peço-lhe autorizar a mudança do meu nome parlamentar de Félix Júnior para Félix Mendonça Júnior.

Pela atenção, agradeço-lhe,



Félix Júnior
 Deputado Federal

Em 07/04/2011.
 Defiro. Publique-se.



MARCO MAIA
 Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Decreto Legislativo apreciados por este Órgão Técnico, nesta data, a seguir relacionados: 2.627/10, 2.630/10, 2.704/10, 2.706/10, 2.975/10 e 3.105/10.

Atenciosamente, – Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Presidente em exercício.

Publique-se.

Em 7-4-11. – **Marco Maia**, Presidente.

Brasília, 05 de abril de 2011.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 2011**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Mensagem nº 507/2010

Aviso nº 629/2010 – C. Civil

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do “Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010”.

Parágrafo único: Ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem o referido Acordo, bem como quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do Art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2011. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

MENSAGEM N.º 507, DE 2010

(Do Poder Executivo)

Aviso nº 629/2010 – C. Civil

Submete à deliberação do Congresso Nacional o Texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre

o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

Brasília, 26 de agosto de 2010.

EM Nº 00253 MRE – DAI/ABC/DOM I/AFEPA/PAIN-BRAS-PALE

Brasília, 25 de maio de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo Projeto de Mensagem que encaminha o texto do “Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina”, assinado em Ramallah, por mim e pelo Ministro das Relações Exteriores da Autoridade Nacional Palestina, Riyyad Al-Malki, em 17 de março de 2010, por ocasião da visita de Vossa Excelência aos Territórios Palestinos Ocupados.

2. A assinatura desse Acordo possibilita a continuidade das ações já iniciadas no campo da urbanização e da comunicação pública e o início de atividades de cooperação em outras áreas de interesse comum, como agropecuária, saúde, esportes, educação e eleitoral.

3. A cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambas as partes.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, – **Antonio de Aguiar Patriota**.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA, EM NOME DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA

O Governo da República Federativa do Brasil e A Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina (doravante denominados “Partes”),

Reconhecendo o desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em fomentar o desenvolvimento socioeconômico;

Convencidos da urgente necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas da cooperação técnica em áreas de interesse comum;

Desejosos de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado “Acordo”, tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes.

ARTIGO II

Na consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes poderão fazer uso de mecanismos trilaterais de cooperação, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais.

ARTIGO III

1. Os projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares.

As instituições executoras e coordenadoras e outros componentes necessários à implementação dos mencionados projetos serão definidos por meio de Ajustes Complementares.

3. Com vistas a desenvolver os projetos ao amparo do presente Acordo, as Partes poderão considerar a participação de instituições dos setores público e privado, assim como de organizações não-governamentais, conforme acordado por meio de Ajustes Complementares.

4. As Partes deverão, em conjunto ou separadamente, contribuir para a implementação dos projetos por elas aprovados e poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

ARTIGO IV

1. Serão realizadas reuniões entre representantes das Partes para tratar de assuntos pertinentes aos projetos de cooperação técnica, tais como:

a) avaliação e definição de áreas comuns prioritárias adequadas para a implementação de cooperação técnica;

b) estabelecimento de mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes;

c) exame e aprovação de Planos de Trabalho;

d) análise, aprovação e implementação dos projetos de cooperação técnica; e

e) avaliação dos resultados da execução dos projetos implementados no âmbito deste Acordo.

2. O local e a data das reuniões serão acordados por via diplomática.

ARTIGO V

Cada uma das Partes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não sejam divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte.

ARTIGO VI

As Partes assegurarão ao pessoal enviado por uma das Partes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo a sua instalação, transporte e acesso à informação necessária para o cumprimento de suas funções específicas, a serem definidas nos Ajustes Complementares.

ARTIGO VII

1. Cada Parte concederá ao pessoal designado pela outra Parte para exercer suas funções, nos termos do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se aplique a brasileiros em território brasileiro ou estrangeiros com residência permanente no Brasil:

a) a emissão dos vistos apropriados conforme a legislação aplicável a cada Parte;

b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal na Parte que recebe seja superior a um ano; tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) isenção e restrição idênticas àquelas previstas na alínea “b” deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos sobre renda incidentes sobre salários a cargo de instituições da Parte que os enviou; em caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação da Parte que recebe, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes; e

e) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte que o enviar e deverá ser aprovada pela Parte que o receber.

ARTIGO VIII

O pessoal enviado, no âmbito do presente Acordo, deverá atuar em função do estabelecido em cada projeto e estará sujeito às leis e aos regulamentos vigentes no território da Parte anfitriã, ressalvado o disposto no Artigo VII do presente Acordo.

ARTIGO IX

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte à outra, para a execução de projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, conforme definido e aprovado no respectivo Ajuste Complementar, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

2. Ao término dos projetos, todos os bens, equipamentos e demais itens que não tiverem sido transferidos a título permanente à Parte receptora serão reexportados com igual isenção de direitos de exportação e outros impostos normalmente incidentes, com exceção de taxas e encargos relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de projetos desenvolvidos no âmbito do presente Acordo, a instituição pública encarregada da execução tomará as medidas necessárias para a liberação alfandegária dos referidos bens.

ARTIGO X

1. Cada Parte notificará à outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de cinco (5) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes manifeste, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com pelo menos seis (6) meses de antecedência à sua renovação automática.

3. Em caso de denúncia do presente Acordo, inclusive no caso da cooperação triangular com terceiras partes, caberá às Partes deste Acordo decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

4. O presente Acordo poderá ser emendado por troca de Notas Diplomáticas segundo o mesmo procedimento descrito no parágrafo primeiro deste Artigo.

ARTIGO XI

As controvérsias surgidas na implementação do presente Acordo serão dirimidas por negociações diretas entre as Partes.

Feito em Ramallah, em 17 de março de 2010, em dois (2) exemplares, nos idiomas português e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês. – Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores. – Pela Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, **Riyyad Al-Malki**, Ministro das Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

I – Relatório

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

Conforme a citada Exposição de Motivos, a assinatura desse Acordo possibilita a continuidade das ações já iniciadas no campo da urbanização e da comunicação pública e o início de atividades de cooperação em outras áreas de interesse comum, como agropecuária, saúde, esportes, educação e eleitoral.

Ademais, o documento enviado pelo Poder Executivo a esta Casa especifica também que a cooperação técnica prevista no Acordo poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambas as partes.

Pois bem, o ato internacional em apreço segue as regras consagradas em acordos dessa natureza e está composto de apenas 11 artigos.

Entre tais artigos, destacamos, em primeiro lugar, o Artigo II, que permite as Partes fazerem uso de mecanismos trilaterais de cooperação, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais. Já o Artigo III especifica que os projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares e que as instituições executoras e coordenadoras e ou-

tros componentes necessários à implementação dos mencionados projetos serão definidos também pelos mesmos instrumentos.

Por sua vez, o Artigo IV prevê que serão realizadas reuniões entre representantes das Partes para tratar de assuntos pertinentes aos projetos de cooperação técnica, tais como:

- a) avaliação e definição de áreas comuns prioritárias adequadas para a implementação de cooperação técnica;
- b) estabelecimento de mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes;
- c) exame e aprovação de Planos de Trabalho;
- d) análise, aprovação e implementação dos projetos de cooperação técnica; e
- e) avaliação dos resultados da execução dos projetos implementados no âmbito deste Acordo.

O Artigo V tange à proteção das informações, e especifica que cada uma das Partes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não sejam divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte.

Os Artigos VI, VII, e XIX tangem às facilidades que as Partes concedem, em condições de reciprocidade, para facilitar as atividades de cooperação. Entre tais facilidades, destacamos a emissão de vistos para o pessoal designado, a isenção de taxas aduaneiras para os materiais e equipamentos e a aplicação de mecanismos para evitar a bitributação das remunerações.

Já os Artigos X e XI dizem respeito à vigência do Acordo (5 anos), prorrogáveis automaticamente por períodos iguais e sucessivos, e à solução de controvérsias, as quais seriam dirimidas via negociações diretas entre as Partes.

É o Relatório.

II – Parecer

Antes de analisar o Acordo em apreço, é necessário enfatizar que o nosso País adota, há muito tempo, uma posição diplomática equilibrada, em relação ao conflito entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina.

Com efeito, o Brasil é um histórico defensor da criação de um Estado Palestino soberano, geograficamente coeso e economicamente viável, situado nos territórios ocupados por Israel desde 1967, a saber: Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. Ao mesmo tempo, o Brasil também reconhece o Estado de Israel e seu direito a uma existência segura e pacífica.

Tal defesa, compartilhada por quase toda a comunidade internacional, tem sua base jurídica em muitos instrumentos internacionais existentes, com destaque para a Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas 181, de 1947. Essa Resolução, que criou o Estado de Israel, assegurou, ao mesmo tempo, ao povo palestino, o direito à criação de um Estado que conviveria pacificamente com Israel, configurando o que se chama de “solução de dois Estados” para aquele conflito do Oriente Médio. Saliente-se que o Brasil, através da atuação decisiva de Osvaldo Aranha, Presidente da II Assembléia Geral da ONU, teve participação de relevo na aprovação dessa Resolução.

Em virtude dessa posição histórica da nossa diplomacia em prol da convivência pacífica entre um Estado de Israel e um Estado Palestino, o Brasil reconheceu a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como representante legítima do povo palestino já em 1975. A partir daí, a OLP foi autorizada a designar uma representação em Brasília, a qual passou a funcionar na Missão da Liga Árabe no Brasil.

Em 1993, em decorrência do primeiro Acordo de Oslo, firmado entre Israel e a Autoridade Palestina, bem como em virtude das demais iniciativas de paz no Oriente Médio, decidiu-se elevar o status da representação palestina no Brasil para o de “Delegação Especial Palestina no Brasil”.

Posteriormente, o Brasil continuou a dar firme apoio a todas as iniciativas destinadas à retomada das negociações de paz e favoráveis ao estímulo do diálogo direto entre israelenses e palestinos. Assim, o nosso país, em consonância com a comunidade internacional, apoiou os entendimentos alcançados no segundo Acordo de Oslo (1995), na Iniciativa Árabe de Paz de Beirute (2002), no chamado “Mapa do Caminho para a Paz” (2003) e na “Iniciativa de Genebra” (2003).

Pois bem, essa posição histórica do Brasil em favor da solução de “dois Estados” para por fim pacificamente a tal conflito do Oriente Médio conduz a um estreitamento harmonioso e concomitante das relações Brasil/Israel e Brasil/Autoridade Palestina. Assim, Israel foi o primeiro país extrazona com o qual o Mercosul assinou um acordo de livre comércio. Ao mesmo tempo, o Brasil vem envidando esforços para aproximar-se da Autoridade Palestina, de modo a ter presença equilibrada na região e, desse modo, contribuir, na medida do possível e dados os limites geopolíticos, para a progressiva superação daquele grave conflito do Oriente Médio, que causa tensão e instabilidade no cenário mundial. Esse é o contexto geopolítico e diplomático no qual se enquadra o presente Acordo.

Especificamente em relação à cooperação técnica almejada, deve-se assinalar, em primeiro lugar, que

o Brasil já vem apoiando a Autoridade Palestina em atividades de urbanização e construção civil. Mas, em virtude da situação política complexa e tensa, dos dramáticos estrangulamentos financeiros e da ocupação dos seus territórios, a Palestina tem carências enormes em inúmeras outras áreas. Nesse sentido, o conhecimento técnico brasileiro poderá trazer grande alívio à sofrida população palestina, especialmente nas áreas agrícola, de saneamento básico, saúde e educação.

No que tange às regras constantes do Acordo, é preciso observar que elas são idênticas às de dezenas de acordos da mesma natureza que o Brasil já ratificou com outros países.

Assim sendo, não há, do nosso ponto de vista, nenhum obstáculo de ordem jurídica ou diplomática que impeça a pronta aprovação do Acordo em epígrafe.

Em vista do exposto, o nosso voto é pela **aprovação** do texto do “Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010”, na forma do projeto de decreto legislativo, em anexo.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2010. – Deputado **Nilson Mourão**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2010**

(Mensagem nº 507, de 2010)

Do Poder Executivo

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do “Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010”.

Parágrafo único: Ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem o referido Acordo, bem como quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do Art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2010. – Deputado **Nilson Mourão**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 507/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer do Relator, Deputado Luiz Nishimori.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Carlos Alberto Leréia, Presidente; Fábio Souto e Vitor Paulo – Vice-Presidentes; Aldo Rebelo, Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arlindo Chinaglia, Arnon Bezerra, Átila Lins, Cida Borghetti, Damião Feliciano, Dimas Ramalho, Dr. Rosinha, Eduardo Azevedo, Flaviano Melo, George Hilton, Geraldo Resende, Henrique Fontana, Hugo Napoleão, Íris de Araújo, Ivan Valente, Jair Bolsonaro, Roberto de Lucena, Sebastião Bala Rocha, Takayama, Benedita da Silva, Janete Rocha Pietá e Marcelo Castro.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2011. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 45, DE 2011**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Mensagem nº 589/2010

Aviso nº 716/2010 – C. Civil

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2011. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

MENSAGEM Nº 589, DE 2010

(Do Poder Executivo)

Aviso nº 716/10 – C. Civil

Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Brasília, 11 de outubro de 2010.

EM Nº 282 MRE – DAI/DODC/DMAC/AFEPA/PAIN-BRAS-BELI

Brasília, 22 de junho de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo texto do “Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize”, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010, por ocasião da Cúpula Brasil – Comunidade do Caribe (CARICOM).

2. O instrumento resultou de processo negociador entre representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países e foi concluído pelas assinaturas do Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, Senhor Wilfred Peter Elrington.

3. O presente Acordo tem como objetivo promover valores culturais e estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre Brasil e Belize.

4. Convencidas de que a cooperação contribuirá não somente para o progresso das Nações, mas também para o conhecimento cada vez mais amplo da cultura dos países, as Partes acordaram em fixar um marco geral que ordena, fortalece e incrementa suas relações no campo cultural.

5. O Acordo prevê intercâmbio de experiências e realizações na área cultural, destacando o conceito de patrimônio cultural, a importância da cooperação nos campos da cinematografia, artes plásticas, teatro e música, e as facilidades para a pesquisa em institutos, arquivos, bibliotecas e museus. As Partes concordaram, outrossim, em criar uma Comissão Mista para acompanhar a execução do referido Acordo.

6. O Acordo deverá entrar em vigor na data da última notificação em que as Partes se comuniquem, por escrito e por via diplomática, sobre o cumprimento dos requisitos legais internos.

7. Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por escrito e por via diplomática, sua decisão de denunciar o Acordo. A denúncia surtirá efeito 06 (seis) meses após a data da notificação.

8. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, – **Ruy Nunes Pinto Nogueira.**

ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DE BELIZE

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo de Belize (doravante denominados as “Partes”),

Convencidos de que a cooperação cultural pode contribuir significativamente para o fortalecimento das relações de amizade e para o entendimento mútuo entre os dois países, assim como para elevar o nível de conhecimento entre si;

Reconhecendo a importância de promover valores culturais em ambos os países;

Guiados pelo desejo de melhorar o relacionamento no campo da cultura,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes apoiarão a cooperação entre suas instituições culturais, públicas e privadas, com o objetivo de desenvolver atividades que possam contribuir para melhorar do conhecimento recíproco e para a difusão das respectivas culturas.

ARTIGO II

As Partes envidarão esforços para melhorar e para aumentar o nível de conhecimento e o do ensino da cultura em geral nos seus países, levando em conta os conceitos de diversidade cultural, étnica e linguística.

ARTIGO III

As Partes estimularão o intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual, e da educação cultural, encorajando a participação de artistas do Brasil e de Belize em festivais, oficinas, exposições e eventos internacionais a serem realizados no território da outra Parte.

ARTIGO IV

As Partes promoverão contatos diretos entre seus respectivos museus, com o objetivo de fomentar a difusão e o intercâmbio de suas respectivas coleções.

ARTIGO V

As Partes, reconhecendo a importância do patrimônio cultural, estimularão o intercâmbio de experiências e a cooperação nos campos da restauração, proteção e conservação do mencionado patrimônio.

ARTIGO VI

As Partes colaborarão na preservação do patrimônio cultural imaterial e convidarão grupos artísticos tradicionais para participar de festivais internacionais organizados em seus países, assim como encorajarão o intercâmbio de especialistas para participar de seminários e oficinas de arte amadora.

ARTIGO VII

As Partes encorajarão iniciativas visando à promoção de suas produções literárias por meio do estímulo a projetos de tradução de livros, a programas de intercâmbio de escritores e à participação em feiras de livros nos dois países.

ARTIGO VIII

1. As Partes estimularão a cooperação entre suas bibliotecas e arquivos, por meio do intercâmbio de informações, livros e publicações.

2. Ademais, as Partes promoverão o intercâmbio de experiências na conservação, restauração e difusão do patrimônio bibliográfico, na manutenção e restauração de manuscritos e documentos antigos, e na área de novas tecnologias de informação.

ARTIGO IX

As Partes estimularão a cooperação nos campos da transmissão radiofônica, cinema e televisão, com o objetivo de disseminar informações sobre produções recentes e de apoiar a difusão da cultura dos dois países.

ARTIGO X

As Partes tomarão as medidas apropriadas para prevenir a importação, exportação e transferência ilegal de bens que são parte de seus respectivos patrimônios culturais, em conformidade com suas legislações nacionais e na aplicação dos tratados de que são partes.

ARTIGO XI

As Partes estimularão o intercâmbio de informações e a colaboração na área de direitos autorais e direitos conexos. As Partes proverão os meios e procedimentos para a devida obediência aos direitos

autorais e aos direitos conexos, de acordo com suas legislações nacionais e as convenções internacionais relacionadas às quais são partes.

ARTIGO XII

As Partes fortalecerão o intercâmbio de informações sobre suas respectivas instituições culturais e promoverão o desenvolvimento de projetos conjuntos entre elas.

ARTIGO XIII

1. Será estabelecida uma Comissão Mista para o devido acompanhamento da execução do presente Acordo. A Comissão Mista será coordenada, no Brasil, pelo Ministério das Relações Exteriores e, em Belize, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores.

2. A Comissão Mista será constituída por representantes dos dois países, reunidos pelas Partes quando necessário, alternativamente no Brasil e em Belize.

3. A Comissão Mista terá as seguintes funções:

a) analisar, revisar, aprovar, acompanhar e avaliar os programas de cooperação cultural;

b) supervisionar o andamento do presente Acordo, assim como a execução de projetos acordados, e submeter às Partes qualquer recomendação que possa considerar relevante.

ARTIGO XIV

Cada Parte garantirá as facilidades para a entrada, permanência e partida de participantes oficiais em projetos de cooperação. Esses participantes submeter-se-ão aos dispositivos migratórios, sanitários e de segurança nacional válidos no país receptor e não se dedicarão a qualquer atividade alheia às suas funções sem a prévia autorização das autoridades competentes.

ARTIGO XV

As Partes garantirão as facilidades administrativas e de inspeção necessárias para a entrada e a saída de quaisquer equipamentos e materiais que serão utilizados para o cumprimento dos projetos, de acordo com as legislações nacionais. Os bens consignados a exposições culturais podem ser importados sob um sistema de admissão temporária específico. As facilidades de imigração, importação e exportação estabelecidas no presente Acordo serão limitadas às leis presentemente válidas nos territórios das Partes.

ARTIGO XVI

Todas as divergências que possam surgir entre as Partes referentes à interpretação e à implementação desse Acordo serão solucionadas pela via diplomática.

ARTIGO XVII

1. Cada Parte notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento de todas as formalidades legais internas necessárias para a aprovação deste Acordo, o qual entrará em vigor na data de recepção da última notificação.

2. O presente Acordo terá vigência inicial de cinco (5) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, a menos que uma das Partes o denuncie, por escrito, por via diplomática, mediante aviso prévio de seis (6) meses.

3. O presente Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por via diplomática.

4. O término do presente Acordo não afetará a conclusão dos programas e projetos em andamento.

Assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010, em dois (2) exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos igualmente autênticos. – Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Antonio Patriota**, Ministro, interino, das Relações Exteriores. – Pelo Governo de Belize, **Wilfred Peter Elrington**, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

I – Relatório

Com fundamento no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, por meio da Mensagem em epígrafe, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Na parte preambular do Acordo, as Partes revelam-se convencidas de que a cooperação cultural pode contribuir de modo significativo para o fortalecimento das relações de amizade e entendimento mútuo. Além disso, Brasil e Belize reconhecem a importância de promover valores culturais e manifestam o desejo de melhorar o relacionamento na área da cultura.

A parte dispositiva do Acordo contém 17 (dezesete) artigos, cujas disposições serão a seguir resumidas.

Nos termos do art. I do Acordo, as Partes apoiarão a cooperação entre suas instituições culturais, públicas e privadas, para o desenvolvimento de atividades de promoção do conhecimento recíproco e para a difusão das respectivas culturas.

A cooperação será realizada por meio do intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual e da educação cultural. O Acordo também dispõe sobre o contato

direto entre museus, o estímulo à cooperação nos campos da restauração, proteção e conservação do patrimônio cultural, bem como a cooperação entre bibliotecas e arquivos.

Em conformidade com o Acordo, as Partes se comprometem: a tomar medidas apropriadas com o objetivo de prevenir a importação, a exportação e as transferências ilícitas de bens culturais (art. X); a estimular o intercâmbio de informações na área de direitos autorais e conexos (art. XI); e a fortalecer o intercâmbio de informações sobre as respectivas instituições culturais (art. XII).

Com a finalidade de acompanhar a execução do presente Acordo, será criada uma Comissão Mista, coordenada, no Brasil, pelo Ministério das Relações Exteriores e, em Belize, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores. A comissão reunirá-se quando necessário, alternativamente, no Brasil e em Belize.

O Acordo vigorará pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, após segunda notificação, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas aplicáveis à matéria. O prazo inicial de vigência poderá ser renovado automaticamente. Qualquer uma das Partes poderá denunciar o Acordo, pela via diplomática, mediante aviso prévio de 6 (seis) meses.

É o relatório.

II – Voto da Relatora

Firmado por ocasião da Cúpula Brasil – Comunidade do Caribe (CARICOM), o presente Acordo estabelece as bases para a implementação de futuros projetos de cooperação cultural entre Brasil e Belize, com a finalidade de difundir as respectivas culturas, com base em ações de cooperação entre instituições culturais, públicas e privadas.

As ações de cooperação abrangerão o intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual e da educação cultural, em particular a promoção de contatos diretos entre museus, bibliotecas e arquivos.

Sob a perspectiva das relações bilaterais, o Acordo deverá contribuir para o adensamento das relações de amizade entre Brasil e Belize, por meio de atividades de cooperação e de intercâmbio relacionados às manifestações culturais de cada país em suas múltiplas acepções.

Por derradeiro, cumpre ressaltar que o Instrumento pactuado está em harmonia com os princípios constitucionais aplicáveis às relações internacionais brasileiras, em particular com o princípio constitucional de cooperação entre os povos para o progresso

da humanidade, preceituado no inciso IX do Art. 4º da Constituição Federal.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010, nos termos do anexo projeto de decreto legislativo.

Sala da Comissão, 30 de março de 2011. – Deputada **Benedita da Silva**, Relatora.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2011**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de março de 2011. – Deputada **Benedita da Silva**, Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 589/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer da Relatora, Deputada Benedita da Silva.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Carlos Alberto Leréia, Presidente; Fábio Souto e Vitor Paulo, Vice-Presidentes; Aldo Rebelo, Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arlindo Chinaglia, Arnon Bezerra, Átila Lins, Cida Borghetti, Damião Feliciano, Dimas Ramalho, Dr. Rosinha, Eduardo Azevedo, Flaviano Melo, George Hilton, Geraldo Resende, Henrique Fontana, Hugo Napoleão, Íris de Araújo, Ivan Valente, Jair Bolsonaro, Roberto de Lucena, Sebastião Bala Rocha, Takayama, Benedita da Silva, Janete Rocha Pietá e Marcelo Castro.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2011. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 46, DE 2011**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

**Mensagem nº 643/2010
Aviso nº 782/2010 – C.Civil**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2011. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

**MENSAGEM Nº 643, DE 2010
(Do Poder Executivo)
Aviso nº 782/2010 – C. Civil**

Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informa-

ções Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Brasília, 5 de novembro de 2010

EM Nº 54 MRE – COCIT/DAI/DE I/AFEPA/ASEG-BRAS-ESPA

Brasília, 10 de fevereiro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007, pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix, e pelo Diretor do Centro Nacional de Inteligência da Espanha, Alberto Caix Cortés.

2. O acordo reconhece a necessidade de garantir a segurança de informações sigilosas trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre o Brasil e a Espanha e visa a estabelecer regras e procedimentos para a segurança das informações que venham a ser trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.

3. Para esse fim, o documento define as Autoridades nacionais de segurança de cada Parte que deverão informar-se mutuamente sobre as respectivas legislações em vigor que regulamentam a matéria, efetuar visitas no estabelecimento da Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte e colaborar entre si no decurso dos procedimentos necessários ao credenciamento de segurança de suas pessoas físicas que tenham residido ou residam no território da outra Parte.

4. Fica definido, ainda, que a Parte destinatária das informações não poderá reclassificar, desclassificar ou destruir informação sigilosa recebida, sem prévia autorização escrita da Autoridade de Segurança da outra Parte. O acesso à informação sigilosa será limitado às pessoas que tenham necessidade de conhecer e que estejam habilitadas por credenciamento de segurança. As informações sigilosas serão transmitidas por canais diplomáticos, sistemas de comunicação protegidos, pessoas físicas, órgãos ou entidades devidamente credenciadas.

5. Além disso, os contratos sigilosos deverão conter cláusulas que contemplem a identificação das informações sigilosas, a previsão de uma instrução de segurança do projeto, a responsabilização pelos danos decorrentes de quebra de segurança, a obrigação de informar qualquer quebra de segurança, vedação de sub-contratação total ou parcial do objeto, previsão dos canais de comunicação e meios para a transmissão das informações sigilosas, obrigação do contratado de manter sigilo e identificar as pessoas que terão aces-

so a tais informações, bem como a responsabilização pelo não-cumprimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às informações sigilosas.

6. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 49, inciso I, combinado com o artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ESPANHA RELATIVO À SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS

A República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha (doravante designados por “Partes”),

Reconhecendo a necessidade de garantir a segurança de informações sigilosas trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre as mesmas, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas;

Desejando estabelecer um conjunto de regras e procedimentos sobre segurança de informações sigilosas em conformidade ao ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil e do Reino da Espanha; Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º

Objeto e Âmbito de Aplicação

1. O presente Acordo estabelece regras e procedimentos para segurança de informações sigilosas trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.

2. Nenhuma das Partes poderá invocar o presente Acordo com o objetivo de obter informação sigilosa que a outra Parte tenha recebido de uma terceira Parte.

ARTIGO 2º

Definições

Para os efeitos do presente Acordo:

a) “Autoridade nacional de segurança – ANS” designa a entidade indicada por cada Parte para a implementação do presente Acordo;

b) “Parte transmissora” designa a Parte que transmite informação sigilosa à outra Parte;

c) “Parte destinatária” designa a Parte à qual é transmitida informação sigilosa;

d) “terceira Parte” designa qualquer organização internacional ou Estado que não é parte no presente Acordo;

e) “instrução de segurança do projeto” designa os procedimentos e medidas de segurança aplicáveis a um determinado projeto ou contrato sigiloso;

f) “contrato sigiloso” designa qualquer ajuste, convênio ou acordo de cooperação cujo objeto ou execução implique o tratamento de informações sigilosas;

g) “quebra de segurança” designa a ação ou omissão, intencional ou acidental, que resulta no comprometimento ou no risco de comprometimento de informação sigilosa;

h) “tratamento” designa a recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, destruição e controle de informações sigilosas;

i) “credenciamento de segurança” designa a habilitação de pessoas físicas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas;

j) “credencial de segurança” designa o certificado, concedido por autoridade competente, que habilita determinada pessoa a ter acesso a informações em diferentes graus de sigilo.

ARTIGO 3º

Autoridades Nacionais de Segurança

1. As Autoridades nacionais de segurança de cada Parte são representadas pelos órgãos abaixo relacionados:

Pela República Federativa do Brasil:

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República – GSIPR
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto

70.150-900 Brasília

Brasil

Pelo Reino de Espanha:

Oficina Nacional de Seguridad – ONS
Centro Nacional de Inteligencia – CNI
Avda. Padre Huidobro, s/n

28023 Madrid

Espanha

2. As Autoridades nacionais de segurança informar-se-ão mutuamente sobre a respectiva legislação em vigor que regulamenta a segurança de informações sigilosas.

3. Com vistas a assegurar uma estreita cooperação na aplicação do presente Acordo, as Autoridades nacionais de segurança poderão consultar-se sempre que solicitado por uma delas.

4. Representantes da Autoridade nacional de segurança de uma Parte poderão efetuar visitas nos estabelecimentos da Autoridade nacional de segurança da outra Parte com a finalidade de conhecer procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às informações sigilosas.

5. Se solicitado, as Partes, por meio das suas Autoridades nacionais de segurança, tendo em conta o respectivo direito interno em vigor, colaborarão entre si no decurso dos procedimentos necessários ao credenciamento de segurança de suas pessoas físicas que tenham residido ou residam no território da outra Parte.

6. As Autoridades nacionais de segurança assegurarão que as pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas de seu país cumprirão as obrigações do presente Acordo.

ARTIGO 4º

Regras de Segurança

As Partes acordam que os seguintes graus de sigilo são equivalentes:

República Federativa do Brasil	Reino da Espanha
ULTRA SECRETO	SECRETO
SECRETO	RESERVADO
CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
RESERVADO	DIFUSIÓN LIMITADA

2. A Parte destinatária concederá à informação sigilosa recebida o grau de sigilo equivalente ao expressamente concedido pela Parte transmissora, em conformidade ao disposto no item 1.

3. A Parte destinatária não poderá reclassificar, desclassificar ou destruir informação sigilosa recebida sem prévia autorização escrita da Autoridade nacional de segurança da Parte transmissora.

4. A Parte transmissora informará à Parte destinatária da reclassificação ou desclassificação da informação sigilosa transmitida.

5. O acesso à informação sigilosa será limitado às pessoas que tenham necessidade de conhecer e que estejam habilitadas por credenciamento de segurança.

6. As Partes reconhecerão reciprocamente as credenciais de segurança emitidas de acordo com legislação da outra Parte.

7. A informação sigilosa transmitida só poderá ser usada para os fins para os quais foi transmitida.

8. A informação sigilosa marcada como ULTRA-SECRETO/SECRETO somente poderá ser traduzida, reproduzida ou destruída mediante autorização escrita da Autoridade nacional de segurança da Parte transmissora.

9. As traduções e reproduções de informações sigilosas serão efetuadas em conformidade com os seguintes procedimentos:

- a) os tradutores deverão estar credenciados na categoria correspondente ao grau de sigilo da informação sigilosa a ser traduzida;
- b) as traduções e as reproduções deverão ser marcadas com a mesma classificação que a informação sigilosa original;
- c) as traduções e reproduções serão controladas pelas Partes;
- d) as traduções deverão ter a indicação apropriada, na língua para a qual foram traduzidas, de que contêm informações sigilosas recebidas da Parte transmissora.

ARTIGO 5º

Transmissão entre as Partes

1. A informação sigilosa será transmitida entre as Partes por meio dos canais diplomáticos ou de pessoas físicas, órgãos ou entidades devidamente credenciadas e autorizadas pela Parte transmissora.

2. A informação sigilosa poderá ser transmitida por meio de sistemas de comunicação protegidos, redes ou outros meios eletromagnéticos aprovados por ambas as Partes.

3. A transmissão de informação sigilosa volumosa ou em grande quantidade será aprovada em cada caso, por ambas as Autoridades nacionais de segurança.

4. A Autoridade nacional de segurança da Parte destinatária confirmará, por escrito, a recepção de informação sigilosa.

5. A Parte destinatária não transmitirá informação sigilosa a uma terceira Parte, ou a qualquer pessoa física, órgão ou entidade que tenha a nacionalidade de um terceiro Estado, sem autorização prévia, por escrito, da Parte transmissora.

ARTIGO 6º

Contratos Sigilosos

1. No caso de contratos sigilosos celebrados ou a celebrar que prevejam a transmissão de informações sigilosas será exigido o credenciamento de segurança dos contratantes pelas Autoridades nacionais de segurança das Partes.

2. Qualquer sub-contratante também deverá ser credenciado, obrigando-se pela segurança das informações sigilosas.

3. Os contratos sigilosos deverão conter cláusulas que contemplem os seguintes itens:

- a) identificação das informações sigilosas;
- b) previsão de uma instrução de segurança do projeto definindo o conjunto de procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às informações sigilosas;
- c) responsabilização pelos danos decorrentes de quebra de segurança;
- d) obrigação de informar qualquer quebra de segurança a sua Autoridade nacional de segurança;
- e) vedação de sub-contratação total ou parcial do objeto sem expressa autorização do outro contratante;
- f) previsão dos canais de comunicação e meios para transmissão das informações sigilosas;
- g) obrigação do contratado, de seus empregados, prepostos ou representantes, de manter sigilo;
- h) necessidade de identificação das pessoas que terão acesso a informações sigilosas;
- i) responsabilização pelo não cumprimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às Informações Sigilosas.

4. Uma cópia do contrato sigiloso deverá ser remetida à Autoridade nacional de segurança da Parte onde o contrato sigiloso será cumprido para verificação do cumprimento das cláusulas de segurança.

ARTIGO 7º

Visitas

1. As visitas que envolvam acesso a informação sigilosa por nacionais de uma Parte à outra Parte estarão sujeitas a autorização prévia, por escrito, conferida pelas autoridades nacionais de Segurança.

2. O pedido de visita será apresentado por intermédio das Autoridades nacionais de segurança com um prazo de antecedência mínima de trinta (30) dias à data prevista para a visita.

3. As visitas serão autorizadas por uma Parte aos visitantes da outra Parte, somente se estes:

- a) possuírem credenciamento de segurança válido concedido pelo seu país de origem; e
- b) estiverem autorizados a receber ou a ter acesso à informação sigilosa fundamentado na necessidade de conhecer.

4. O pedido de visita será apresentado por intermédio das Autoridades nacionais de segurança, devendo incluir as seguintes informações:

a) dados pessoais do visitante: nome e sobrenome, data e local de nascimento, nacionalidade, passaporte ou outra cédula de identidade;

b) indicação do órgão ou da entidade à qual o visitante pertence;

c) dados relacionados à visita: período da visita, objeto e propósito da visita, indicação da entidade que pretende visitar;

d) indicação de um contato no órgão ou entidade que pretende visitar, com nome, sobrenome e número de telefone;

e) indicação do grau de sigilo da informação que se pretende acessar;

f) certificação da posse de uma credencial de segurança do visitante, constando o grau de sigilo, o prazo de validade e qualquer limitação que conste na mesma.

5. A Autoridade nacional de segurança do país anfitrião notificará a Autoridade nacional de segurança do país do visitante de sua decisão com um prazo de antecedência mínima de dez (10) dias à data prevista para a visita.

6. Uma vez autorizada a visita, a Autoridade nacional de segurança do país anfitrião fornecerá uma cópia do pedido à entidade a ser visitada.

7. Em relação aos projetos ou contratos que exijam visitas recorrentes poderá ser elaborada uma lista das pessoas autorizadas. Essa lista não poderá ter validade superior a doze (12) meses.

ARTIGO 8º

Quebra de Segurança

1. Em caso de quebra de segurança relacionada à informação sigilosa que envolva as Partes deste acordo, a Autoridade nacional de segurança da Parte onde ocorre a quebra de segurança informará, prontamente, a Autoridade nacional de segurança da outra Parte.

2. A Parte onde ocorre a quebra de segurança deverá investigar ou acompanhar a investigação do incidente e, ao final, informar prontamente a outra Parte sobre o resultado da investigação e as medidas de correção aplicadas.

ARTIGO 9º

Custos

Cada Parte assumirá os custos que para si advierem da aplicação e supervisão do presente Acordo.

ARTIGO 10

Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia sobre a interpretação ou a aplicação do presente Acordo será resolvida por via diplomática com a participação das Autoridades nacionais de segurança.

2. Durante o período de resolução das controvérsias o Acordo deverá continuar sendo cumprido.

ARTIGO 11

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, informando que foram cumpridos os requisitos do Direito interno das Partes.

ARTIGO 12

Revisão

1. O presente Acordo poderá ser objeto de revisão com base no consentimento mútuo, por escrito, das Partes.

2. As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no Artigo 11 do presente Acordo.

ARTIGO 13

Vigência e denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período indeterminado.

2. As Partes poderão, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo.

3. A denúncia deverá ser notificada por escrito e por via diplomática com no mínimo seis (6) meses de antecedência.

4. Não obstante a denúncia, a informação sigilosa trocada ao abrigo do presente Acordo continuará a ser protegida em conformidade com as disposições do mesmo, até que a Parte transmissora dispense a Parte destinatária dessa obrigação.

Em fé do que, os representantes devidamente autorizados por seus respectivos Governos assinam esse Acordo em Madri, no dia 17 do mês de setembro do ano de 2007, nas versões em língua portuguesa e espanhola, sendo ambas igualmente autênticas. – Pela República Federativa do Brasil: **Jorge Armando Félix**, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. – Pelo Reino da Espanha, **Alberto Caix Cortés**, Diretor do Centro Nacional de Inteligência.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem Nº 643,

de 2010, acompanhada de Exposição de Motivos do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o inciso I do art. 49 da Constituição Federal, do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Autuada pelo Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados como proposição sujeita à apreciação do Plenário, a Mensagem foi inicialmente encaminhada a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, estando igualmente prevista a apreciação da matéria por parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em sua Exposição de Motivos, o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim assinala que o Acordo reconhece a necessidade de garantir a segurança de informações sigilosas trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre Brasil e Espanha e visa a estabelecer regras e procedimentos para a segurança das informações que venham a ser trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.

O presente instrumento conta em sua seção dispositiva com treze artigos, dentre os quais destacamos o Artigo 1º, que define o objeto do presente Acordo, ressaltando que nenhuma das Partes poderá invocar o presente Acordo com o objetivo de obter informação sigilosa que a outra Parte tenha recebido de uma terceira Parte.

O Art. 3º estabelece as autoridades nacionais de segurança: o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSIPR, pelo Brasil, e Oficina Nacional de Seguridad – ONS; Centro Nacional de Inteligencia – CNI, pela Espanha.

O Art. 4º dispõe sobre a equivalência dos graus de sigilo tradicionalmente estabelecidos por cada uma das Partes, ressaltando, dentre outros pontos, que:

a) a Parte destinatária concederá à informação sigilosa recebida o grau de sigilo equivalente ao expressamente concedido pela Parte transmissora, conforme equivalência estabelecida nesse dispositivo;

b) a Parte transmissora informará à Parte destinatária da reclassificação ou desclassificação da informação sigilosa transmitida;

c) a informação sigilosa transmitida só poderá ser usada para os fins para os quais foi transmitida;

d) a informação sigilosa marcada como ULTRA-SECRETO no Brasil ou marcada como seu equivalente SECRETO na Espanha, somente poderá ser traduzida, reproduzida ou destruída mediante autorização escrita da Autoridade nacional de segurança da Parte transmissora.

O Art. 5º estabelece que a informação sigilosa será transmitida entre as Partes por meio dos canais diplomáticos ou de pessoas físicas, órgãos ou entidades devidamente credenciadas e autorizadas pela Parte transmissora, ao passo que o Art. 6º dispõe que contratos sigilosos celebrados ou a celebrar que prevejam a transmissão de informações sigilosas exigirão o credenciamento de segurança dos contratantes pelas Autoridades nacionais de segurança das Partes, devendo ainda tais contratos conter cláusulas contemplando os itens arrolados nesse dispositivo, dentre os quais:

a) identificação das informações sigilosas;

b) responsabilização pelos danos decorrentes de quebra de segurança;

c) previsão dos canais de comunicação e meios para transmissão das informações sigilosas; e

d) necessidade de identificação das pessoas que terão acesso à informação sigilosa.

Nos termos prescritos no Art. 7º, as visitas que envolvam acesso à informação sigilosa por nacionais de uma Parte à outra Parte estarão sujeitas a autorização prévia, por escrito, conferida pelas Autoridades nacionais de segurança.

Em caso de quebra de segurança relacionada à informação sigilosa que envolva as Partes deste Acordo, a Autoridade nacional de segurança da Parte onde ocorre a quebra de segurança, nos termos do Art. 8º, informará prontamente a Autoridade nacional de segurança da outra Parte.

Segundo o disposto no Art. 9º, cada Parte assumirá os custos que para si advenham da aplicação e supervisão do presente Acordo, sendo que, nos termos do Art. 10, qualquer controvérsia sobre a interpretação ou a aplicação do presente Acordo será resolvida por via diplomática com a participação das Autoridades nacionais de segurança.

O presente Acordo, nos termos prescritos nos Arts. 11, 12 e 13, poderá ser objeto de revisão mediante consentimento mútuo das Partes, entrará em vigor trinta dias após a data de recepção da última notificação entre as Partes comunicando o cumprimento dos requisitos legais internos necessários e vigorará por prazo indeterminado, facultando-se às Partes, no entanto, denunciá-lo a qualquer momento

É o Relatório.

II – Voto do Relator

Estamos a apreciar Acordo entre Brasil e Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, firmado na capital espanhola em 2007.

O Acordo, conforme relatado visa a estabelecer regras e procedimentos para segurança de informações sigilosas trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.

Trata-se de uma avença oportuna e que virá a enriquecer o dinâmico intercâmbio Brasil-Espanha, caracterizado por um significativo fluxo comercial e de investimentos, e que se somará a diversos outros relevantes instrumentos firmados com aquele país recentemente, como o Plano de Parceria Estratégica, de 2003.

A rede de acordos bilaterais firmados pelo Brasil não é ampla e deve certamente se expandir no futuro próximo. De qualquer modo, cabe citar que recentemente esta Comissão apreciou instrumentos de natureza similar firmados com Portugal e com a Rússia.

Trata-se, portanto, de um relevante ato internacional que atende aos interesses nacionais, na medida em que dará fundamento jurídico para a proteção de informações sigilosas trocadas entre as Partes, fortalecendo assim o relevante intercâmbio Brasil – Espanha.

Ante o exposto, considerando que o presente Acordo coaduna-se com os princípios constitucionais que regem as nossas relações internacionais, particularmente com o princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, VOTO pela aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, 23 de março de 2011. – Deputado **Ivan Valente**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº , DE 2011

(Mensagem nº 643, de 2010)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de março de 2011. – Deputado **Ivan Valente**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 643/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer do Relator, Deputado Ivan Valente.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Carlos Alberto Leréia, Presidente; Fábio Souto e Vitor Paulo, Vice-Presidentes; Aldo Rebelo, Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arlindo Chinaaglia, Arnon Bezerra, Átila Lins, Cida Borghetti, Damião Feliciano, Dimas Ramalho, Dr. Rosinha, Eduardo Azevedo, Flaviano Melo, George Hilton, Geraldo Resende, Henrique Fontana, Hugo Napoleão, Íris de Araújo, Ivan Valente, Jair Bolsonaro, Roberto de Lucena, Sebastião Bala Rocha, Takayama, Benedita da Silva, Janete Rocha Pietá e Marcelo Castro.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2011. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 47, DE 2011

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Mensagem nº 645/2010

Aviso nº 799/2010 – C. CIVIL

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2011. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

MENSAGEM Nº 645, DE 2010

(Do Poder Executivo)

Aviso nº 799/2010 – C. Civil

Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

DESPACHO: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Segurança Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Brasília, 12 de novembro de 2010.

EM Nº 81 MRE – ETEC-BRAS-MOÇA

Brasília, 17 de março de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Instalação da Sede do Escritório Regional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a África, assinado em Brasília, no dia 4 de setembro de 2008.

2. A assinatura deste instrumento atende à disposição de Vossa Excelência de intensificar a cooperação na área da Saúde, com vistas a estimular o progresso e o desenvolvimento em toda a África, por meio do apoio técnico direto, do auxílio na formação de pessoal e da transferência de tecnologias.

3. O Acordo, negociado com participação direta do Ministério da Saúde, estabelece o quadro jurídico para o funcionamento da Sede Fiocruz na África, com a função de coordenação, acompanhamento e avalia-

ção de programas de cooperação entre a instituição e os países africanos.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARA A
INSTALAÇÃO DA SEDE DO ESCRITÓRIO
REGIONAL DA FIOCRUZ PARA A ÁFRICA**

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República de Moçambique (doravante denominados “Partes”),

Considerando o Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981; o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde, assinado em 20 de junho de 2001; e o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Saúde, assinado em 5 de novembro de 2003 e a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de abril de 1961,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Definições

Para os fins do presente Acordo, as seguintes expressões terão o sentido adiante indicado:

a) “FIOCRUZ” significa Fundação Oswaldo Cruz;

b) “Escritório da FIOCRUZ na África” ou “FIOCRUZ África” significam os prédios, locais, estruturas ou respectivas partes que, em qualquer momento, estejam de fato ocupados ou sejam utilizados pela FIOCRUZ em Moçambique;

c) “Representante Residente” significa o Diretor da FIOCRUZ África e/ou seu substituto autorizado, o Diretor – Adjunto da FIOCRUZ África;

d) “Funcionários da FIOCRUZ” significa os membros da equipe da FIOCRUZ África;

e) “Trabalhador local” significa os prestadores de serviços recrutados localmente pela FIOCRUZ África;

f) “Convenção de Viena” significa a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961;

g) “Autoridades competentes de Moçambique” significa o Governo da República de Moçambique e suas autoridades pertinentes segundo as leis de Moçambique; e

h) “Leis de Moçambique” incluem a Constituição, atos legislativos, ordens ou regulamentos emitidos pelo Governo da República de Moçambique ou por qualquer autoridade competente da República, ou sob a sua autoridade.

ARTIGO 2

Objetivo

O presente Acordo estabelece o quadro jurídico sobre o qual irá assentar a instalação da Sede da FIOCRUZ ÁFRICA em Moçambique, com a função de coordenação, acompanhamento e avaliação de programas de cooperação em saúde entre a FIOCRUZ e os países africanos, incluindo o programa de cooperação interinstitucional com o Ministério da Saúde da República de Moçambique.

ARTIGO 3

Sede

A Sede da FIOCRUZ África estará estabelecida em Maputo, Moçambique, onde levará a cabo as suas atividades conforme o presente Acordo, o Estatuto da Fundação FIOCRUZ e as demais leis em vigor em Moçambique.

ARTIGO 4

Inviolabilidade da Sede da Fiocruz

1. A Sede da FIOCRUZ África será inviolável e ficará sob o seu controle e autoridade, conforme estabelecido neste Acordo.

2. A FIOCRUZ África e todos os seus bens gozarão de imunidade de todas as formas de processo legal, exceto em qualquer caso específico em que tenha expressamente dispensado tal imunidade, de acordo com o estabelecido no presente Acordo.

3. Os locais da FIOCRUZ África serão invioláveis e estarão isentos de busca, requisição, confisco, expropriação ou qualquer outra forma de ação administrativa ou judicial. Em consequência, as autoridades competentes moçambicanas não entrarão na Sede da FIOCRUZ África para executar qualquer obrigação oficial, a não ser com o conhecimento e a licença do Representante Regional Residente ou do funcionário por ele autorizado a agir em seu nome, e nas condições que forem estabelecidas pelo presente Acordo.

4. Sem prejuízo da Convenção de Viena ou do presente Acordo, a FIOCRUZ África poderá estabelecer regras e regulamentos aplicáveis dentro da sua Sede e criar meios para aplicar e implementar essas regras e regulamentos.

5. A FIOCRUZ África terá o direito de hastear em sua Sede as bandeiras da República Federativa do Brasil e da FIOCRUZ.

6. Sem prejuízo das determinações da Convenção de Viena e do presente Acordo, a FIOCRUZ África não permitirá que a sua Sede se torne refúgio de pessoas procuradas pelas autoridades oficiais moçambicanas por terem praticado crimes ou outros ilícitos criminais à luz do direito moçambicano, e/ou solicitadas para efeitos de extradição para qualquer país.

7. As autoridades competentes moçambicanas deverão agir com a devida diligência para garantir que a tranqüilidade da Sede não seja perturbada pelo ingresso não autorizado de pessoas ou grupos externos, ou por distúrbios que ocorram na sua vizinhança imediata, e providenciarão proteção policial nas imediações da Sede.

8. Se e quando solicitadas pelo Representante Regional Residente ou pelo funcionário da FIOCRUZ África devidamente autorizado a agir em seu nome, as autoridades competentes moçambicanas deverão prover agentes da lei e ordem de modo a estabelecer a lei e ordem na Sede, ou para dela remover pessoa(s), conforme solicitação feita pelo Representante Regional Residente ou pelo funcionário da FIOCRUZ África devidamente autorizado a agir em seu nome.

ARTIGO 5

Estatuto da Fiocruz África

1. A FIOCRUZ África tem personalidade jurídica internacional e prossegue fins de interesse público.

2. A FIOCRUZ África é órgão da estrutura regimental da Fundação Oswaldo Cruz, entidade integrante da Administração Pública Federal da República Federativa do Brasil, vinculada ao Ministério da Saúde, cuja missão institucional é a de desenvolver atividades no campo da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

3. A FIOCRUZ África tem a capacidade jurídica necessária para o desempenho das suas funções.

ARTIGO 6

Entrada e Saída

1. As autoridades competentes moçambicanas concederão o direito de entrada e saída do território moçambicano, quando tal entrada e saída forem necessárias para o desempenho das suas funções, às seguintes pessoas:

ao Representante Residente e sua família;
aos funcionários da FIOCRUZ África e suas famílias e parentes que com eles residam ou sejam seus dependentes;

convidados em regime oficial para a Sede da FIOCRUZ África, cujos nomes devem ser informados ao Governo da República de Moçambique, pelo Representante Residente ou pelo funcionário da FIOCRUZ África devidamente autorizado a agir em seu nome;

aos participantes em seminários ou outros encontros organizados pela FIOCRUZ África; e

quaisquer outras pessoas ligadas ao trabalho da FIOCRUZ África, mas que não sejam cidadãos nacionais ou estrangeiros com residência permanente em Moçambique.

2. Os vistos para as pessoas mencionadas no parágrafo 1 acima serão concedidos gratuitamente desde que se prove que tais pessoas estão incluídas nas categorias especificadas nas alíneas (a), (b) e (c) do parágrafo 1 do presente Artigo.

3. As autoridades competentes moçambicanas abster-se-ão de tomar qualquer medida que restrinja ou torne ilegal a residência em Moçambique de qualquer das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) e (c) do parágrafo 1 do presente Artigo que estejam atuando a serviço da FIOCRUZ África e com objetivo oficial. No entanto, se qualquer uma das pessoas mencionadas cometer abuso dos privilégios concedidos no âmbito do presente Acordo, o Governo da República de Moçambique poderá tomar as medidas apropriadas para proibir a sua continuidade em Moçambique.

4. Os vistos para as pessoas referidas neste Artigo são concedidos de acordo com a legislação moçambicana.

ARTIGO 7

Comunicações e Transporte

1. O Governo moçambicano permitirá e protegerá a liberdade de comunicação para todos os fins oficiais da FIOCRUZ África. No que se refere à comunicação e à transferência de todos os seus documentos, a FIOCRUZ África gozará em Moçambique do tratamento dispensado às Organizações Internacionais.

2. Os arquivos e documentos da FIOCRUZ África serão invioláveis, assim como a respectiva correspondência oficial. Todavia, se as autoridades competentes do Governo moçambicano tiverem sérios motivos para crer que se trata de algo diverso de correspondência oficial, tais autoridades poderão pedir que a mala seja aberta na presença de um oficial designado pela FIOCRUZ África para o efeito.

3. Os volumes ou pastas da FIOCRUZ África deverão ser providos de sinais exteriores, visíveis e

indicadores da sua natureza, e só poderão conter correspondência e documentos oficiais ou objetos destinados exclusivamente ao uso oficial.

4. Nada neste Artigo obsta a adoção de medidas de precauções apropriadas, a serem estabelecidas por um Acordo entre as Partes, para evitar o abuso de imunidades, isenções e privilégios estipulados neste Artigo.

ARTIGO 8

Privilégios e Imunidades

1. O Governo da República de Moçambique tratará os funcionários da FIOCRUZ África com o devido respeito e tomará todas as medidas adequadas para evitar qualquer atentado às suas pessoas, liberdades ou dignidade.

2. O Representante Residente e os funcionários da FIOCRUZ África terão, na sede do Escritório, os mesmos privilégios e imunidades aplicáveis aos funcionários de Organismos Internacionais. Em consequência, o Governo da República de Moçambique compromete-se a conceder ao Representante Residente o mesmo reconhecimento e as mesmas facilidades dadas aos Diretores de Organismos Internacionais.

3. De conformidade com o parágrafo 2 do presente Artigo, os funcionários da FIOCRUZ África gozam, em particular, dos seguintes privilégios e imunidades:

inviolabilidade dos seus direitos, estando isentos de qualquer forma de detenção ou prisão, sendo que as autoridades competentes moçambicanas tomarão todas as providências necessárias para impedir qualquer ofensa à sua dignidade e liberdade pessoal;

isenção de taxas sobre os salários ou emolumentos pagos pela FIOCRUZ África, bem como a isenção do pagamento de contribuições fiscais;

inviolabilidade e proteção concedidas ao local de sua Sede para a residência particular dos funcionários da FIOCRUZ África;

isenção de qualquer processo judicial, exceto em caso de:

processo relativo a imóvel particular situado no território moçambicano, salvo esteja em nome da FIOCRUZ África para os fins de seu mandato;

ação relacionada à sucessão, envolvendo um funcionário como executante, administrador, herdeiro ou legatário na condição de pessoa privada e não em nome da FIOCRUZ África; e

ação relacionada com qualquer profissão ou atividade comercial exercida pelo funcionário fora das suas funções oficiais;

nenhuma ação de execução poderá ser movida contra funcionário da FIOCRUZ África exceto nos casos previstos pela alínea d), itens (i), (ii) e (iii) do parágrafo 3 do presente Artigo, sem infringir a inviolabilidade da sua pessoa ou da sua residência;

não-obrigatoriedade em atuar como testemunha em qualquer procedimento legal;

isenção de restrições aplicáveis à imigração, assim como de todas as formalidades para o registro de estrangeiros em relação ao seu cônjuge, dependentes, e parentes que com ele residam; e

o início de qualquer ação judicial por funcionário da FIOCRUZ o impedirá de invocar imunidade de jurisdição.

4. Todos os funcionários da FIOCRUZ África e seus dependentes designados às autoridades competentes moçambicanas e pelo Embaixador do Brasil em Moçambique, como titulares dos privilégios e imunidades, receberão um cartão de identidade especial, emitido pela autoridade moçambicana competente, certificando serem funcionários da FIOCRUZ África ou titulares dos privilégios e imunidades especificados no presente Acordo.

5. O patrimônio, rendimentos e outros bens da FIOCRUZ África e de seus funcionários gozarão de isenção de impostos e taxas ou quaisquer outros privilégios e isenções.

ARTIGO 9

Dispensa de Imunidade

As imunidades e os privilégios previstos no presente Acordo são concedidos aos funcionários expatriados da FIOCRUZ África, e a seus dependentes registrados, tendo em vista exclusivamente o interesse prosseguido pela FUNDAÇÃO FIOCRUZ África, e não o benefício pessoal dos mesmos. No entanto, o Embaixador do Brasil, por solicitação do Presidente da FIOCRUZ e/ou do Governo brasileiro, terá o direito e o dever de dispensar a imunidade de qualquer funcionário sempre que essa imunidade impeça a aplicação da Justiça e quando não prejudique os interesses da FIOCRUZ África.

ARTIGO 10

Dever de Colaboração da Fiocruz África

1. A FIOCRUZ África colaborará sempre com as autoridades competentes moçambicanas para facilitar a administração da Justiça, garantir a observância dos regulamentos policiais e prevenir quaisquer abusos relacionados com os privilégios, imunidades e facilidades especificadas no presente Acordo.

2. Caso o Governo da República de Moçambique considere que tenha havido abuso de qualquer privilégio ou imunidade concedida no âmbito do presente Acordo, haverá consultas entre as Partes para a busca de soluções.

ARTIGO 11

Prestação de Serviços

1. Em caso de solicitação pelo Representante Residente ou pelo funcionário responsável pela FIOCRUZ África, as autoridades competentes moçambicanas poderão exercer seus poderes em relação ao fornecimento de serviços públicos para garantir que a Sede os receba em termos normais, incluindo o suprimento de eletricidade, água, correio, telefone, telégrafo, transporte, esgoto, coleta de lixo e proteção contra incêndios.

2. As autoridades competentes moçambicanas tomarão em conta as necessidades da FIOCRUZ África, atribuindo-lhe o mesmo tratamento dado às Organizações Internacionais congêneres ou afins acreditadas em Moçambique.

ARTIGO 12

Edifício e Local para a Sede da Fiocruz África

O Governo da República de Moçambique compromete-se a apoiar na identificação de um local apropriado, seguro e em boas condições de ocupação para a instalação da Sede da FIOCRUZ África.

ARTIGO 13

Interpretação e Aplicação

1. O estabelecido no presente Acordo será interpretado e aplicado à luz do seu propósito primordial, que é permitir à FIOCRUZ África desempenhar as suas responsabilidades e realizar seus objetivos em Moçambique de forma plena e eficiente.

2. As Partes poderão firmar acordos suplementares para atingir os objetivos do presente Acordo, sendo estes igualmente interpretados e aplicados à luz do seu propósito primordial.

ARTIGO 14

Denúncia

1. Qualquer das Partes poderá notificar à outra Parte, a qualquer momento, por via diplomática, sua intenção de denunciar o presente Acordo ou qualquer acordo suplementar. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data de recebimento da notificação pela outra Parte.

2. A denúncia deste Acordo não deverá afetar as obrigações assumidas pelas Partes antes da referida denúncia.

ARTIGO 15**Emendas**

Qualquer das Partes poderá consultar a outra Parte, por escrito, com o objetivo de modificar ou emendar o presente Acordo ou qualquer acordo suplementar.

ARTIGO 16**Solução de Controvérsias**

1. Quaisquer controvérsias relativas à interpretação e/ou implementação do presente Acordo ou de qualquer acordo suplementar será resolvida por meio de negociação entre as Partes.

2. Se não for possível resolver a controvérsia por meio de negociação, esta será arbitrada por uma Comissão de Arbitragem composta por um representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, e um terceiro membro designado pelos dois outros membros da Comissão de Arbitragem.

ARTIGO 17**Entrada em Vigor**

O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento, por via diplomática, da última notificação de uma das Partes, informando que foram cumpridas as formalidades legais internas necessárias para a entrada em vigor do presente Acordo.

Feito em Brasília, em 4 de setembro de 2008, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos. – Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores. – Pelo Governo da República de Moçambique, **Oldemiro Baloi**, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**I – Relatório**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem Nº 645, de 2010, acompanhada da Exposição de Motivos do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o inciso I do art. 49 da Constituição Federal, do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Autuada pelo Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, a Mensagem foi inicialmente

encaminhada a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, estando igualmente prevista a apreciação da matéria por parte da Comissão de Seguridade Social e Família; da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em sua Exposição de Motivos, o então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim informa que o presente Acordo visa a “..... *estimular o progresso e o desenvolvimento em toda a África, por meio do apoio técnico direto, do auxílio na formação de pessoal e da transferência de tecnologias*”.

Sua Excelência assinala ainda que o Acordo foi negociado com a participação direta do Ministério da Saúde e que o instrumento estabelece o quadro jurídico para o funcionamento da Sede Fiocruz na África.

O Acordo conta em sua seção dispositiva com dezessete artigos, dentre os quais destacamos o Artigo 2, segundo o qual o presente Acordo estabelece o quadro jurídico sobre o qual irá assentar a instalação da Sede da Fiocruz África em Moçambique, com a função de coordenação, acompanhamento e avaliação de programas de cooperação em saúde entre a Fiocruz e os países africanos, incluindo o programa de cooperação interinstitucional com o Ministério da Saúde da República de Moçambique.

Nos termos prescritos no Artigo 3, a Sede da Fiocruz África estará estabelecida em Maputo, Moçambique, onde levará a cabo as suas atividades conforme o presente Acordo; ao passo que o Artigo 4 versa sobre a inviolabilidade dessa Sede, dispondo que a Sede da Fiocruz África será inviolável e ficará sob o seu controle, sendo que todos os seus bens gozarão de imunidade de todas as formas de processo legal e seus locais serão invioláveis e estarão isentos de busca, requisição, confisco, expropriação ou qualquer outra forma de ação administrativa ou judicial.

O Artigo 5 dispõe que a Fiocruz África tem personalidade jurídica internacional e prossegue fins de interesse público; ao passo que o Artigo 6 versa sobre o direito de entrada e saída do território moçambicano, dentre outros, do Representante Residente e sua família e dos funcionários da Fiocruz África, juntamente com familiares e dependentes.

No que se refere à comunicação e à transferência de todos os seus documentos, segundo o que prescreve o Artigo 7, a Fiocruz África gozará em Moçambique do tratamento dispensado às Organizações Internacionais, sendo que os seus arquivos e documentos serão invioláveis, assim como a respectiva correspondência oficial.

Nos termos do Artigo 8, o Representante Residente e os funcionários da Fiocruz África terão, na sede do Escritório, os mesmos privilégios e imunida-

des aplicáveis aos funcionários de Organismos Internacionais, concedendo ao Representante Residente, desse modo, as facilidades dadas aos Diretores de Organismos Internacionais.

Conforme estabelecem os Artigos 14, 15, 16 e 17, o presente Acordo poderá ser emendado por meio de consultas, poderá ser objeto de denúncia de qualquer das Partes, terá qualquer controvérsia relacionada a sua interpretação ou implementação resolvida por meio de negociações entre as Partes e entrará em vigor na data de recebimento da última notificação de uma das Partes, informando que foram cumpridas as formalidades legais internas necessárias para tanto.

É o Relatório.

II – Voto da Relatora

Estamos a apreciar Acordo firmado entre Brasil e Moçambique com vistas à instalação da Sede do Escritório Regional da Fundação Oswaldo Cruz para a África, celebrado em Brasília, em 2008.

O presente instrumento insere-se em um contexto de um crescente intercâmbio entre esses dois países lusófonos, com a assinatura de diversos instrumentos em áreas como educação, meio ambiente, desporto e cooperação judiciária.

Especificamente na área da saúde destacam-se um Acordo Geral de Cooperação, de 1981, com seus subseqüentes Ajustes Complementares; o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde, de 2001 e o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Saúde, de 2003.

Conforme relatamos, trata-se de um típico Acordo de Sede, visando a instalação do Escritório da Fundação Oswaldo Cruz para o continente Africano – Fiocruz África, contado com as cláusulas usuais em instrumentos da espécie, como inviolabilidade da Sede, direito de entrada e saída de pessoal, liberdade de comunicação e privilégios e imunidades aplicáveis a funcionários de organismos internacionais nos termos do direito internacional.

A Fiocruz África é o primeiro escritório de representação daquela fundação no exterior, representado o início da projeção da Fiocruz no exterior a exemplo do que já ocorre com as ações e projetos da Embra-pa, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura.

A escolha da África para implantação do primeiro escritório da Fundação é bastante apropriada, considerando-se o enorme potencial de cooperação na área de saúde que se abre para a Fiocruz África com os países do continente africano, em particular da África subsaariana.

O presente acordo insere-se no contexto de uma opção por uma maior aproximação entre os países do

Sul, em particular com um estreitamento das relações Brasil-África, que tem sido adotada pela diplomacia brasileira ao longo dos últimos anos.

Desse modo, o instrumento em apreço atende aos interesses nacionais e coaduna-se com os princípios constitucionais que regem as nossas relações internacionais, em particular com o princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, razão pela qual VOTO pela aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2011. – Deputada **Janete Rocha Pietá**, Relatora.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº , DE 2011

(Mensagem nº 645, de 2010)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2011. – Deputada **Janete Rocha Pietá**, Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 645/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer da Relatora, Deputada Janete Rocha Pietá.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Carlos Alberto Leréia, Presidente; Fábio Souto e Vitor Paulo, Vice-Presidentes; Aldo Rebelo, Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arlindo China-glia, Arnon Bezerra, Átila Lins, Cida Borghetti, Damião Feliciano, Dimas Ramalho, Dr. Rosinha, Eduardo Aze-redo, Flaviano Melo, George Hilton, Geraldo Resende, Henrique Fontana, Hugo Napoleão, Íris de Araújo, Ivan Valente, Jair Bolsonaro, Roberto de Lucena, Sebastião Bala Rocha, Takayama, Benedita da Silva, Janete Ro-cha Pietá e Marcelo Castro.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2011. – Deputa-do **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 48, DE 2011

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Mensagem nº 508/2010

Aviso nº 630/2010 – C. Civil

**Aprova o Texto do Acordo entre o Go-
verno da República Federativa do Brasil e
o Governo da República da Libéria sobre
Cooperação Educacional, celebrado em
Brasília, em 7 de abril de 2010.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gover-no da República da Libéria sobre Cooperação Educa-cional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resul-tar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2011. – Deputa-do **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

MENSAGEM Nº 508, DE 2010

(Do Poder Executivo)

Aviso nº 630/10 – C. Civil

**Submete à elevada consideração do
Congresso Nacional o Texto do Acordo
entre o Governo da República Federati-
va do Brasil e o Governo da República
da Libéria sobre Cooperação Educacio-
nal, celebrado em Brasília, em 7 de abril
de 2010.**

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Educação E Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apre-
ciação do Plenário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, com-
binado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, sub-
meto à elevada consideração de Vossas Excelências,
acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores,
o texto do Acordo entre o Governo da República Fe-
derativa do Brasil e o Governo da República da Libéria
sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília,
em 7 de abril de 2010.

Brasília, 26 de agosto de 2010.

EM Nº 272 MRE

Brasília, 15 de junho de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Ex-
celência, para posterior envio ao Congresso Nacional,
o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto
do Acordo entre o Governo da República Federativa
do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre
Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7
de abril de 2010, assinado pelo Ministro das Relações
Exteriores, Celso Amorim, e pela Ministra dos Negó-
cios Estrangeiros, Olubanke King Akerele.

2. O referido Acordo é o primeiro instrumento as-
sinado entre os dois países no campo da cooperação
educacional, e estabelece como compromisso princi-
pal fomentar as relações entre os países, com vistas a
contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos
os seus níveis e modalidades.

3. A cooperação poderá incluir, de forma não
exaustiva, o intercâmbio de estudantes, professores
e pesquisadores, além de programas e projetos de-
senvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas
as Partes, incluindo programas de bolsas de estudos
oferecidos de acordo com as legislações internas.

4. A assinatura do referido Acordo está em conso-
nância com a promoção do desenvolvimento por meio
do estímulo à educação de qualidade, da promoção da
língua portuguesa, e da aproximação entre os países
em desenvolvimento, em especial no Oriente Médio.

5. O Ministério da Educação participou da ela-
boração do texto do Acordo em apreço e aprovou sua
versão final.

6. À luz do exposto e com vistas ao encaminha-
mento do assunto à apreciação do Congresso Nacional,
em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado

com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA LIBÉRIA SOBRE
COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República da Libéria (doravante denominados as “Partes”),

Reconhecendo a importância da cooperação entre ambos os países no plano educacional;

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global exige nova visão para a promoção da excelência de seus recursos humanos; e

Desejosos de incrementar a cooperação educacional e interuniversitária entre ambos os países, com vistas a reforçar as relações de amizade entre o Brasil e Libéria,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

As Partes promoverão a cooperação na área educacional com vistas a contribuir para o desenvolvimento mútuo em todos os níveis e modalidades de ensino, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais.

ARTIGO II

Os objetivos do presente Acordo, sem prejuízo de atos firmados diretamente entre instituições de ensino e/ou outras entidades afins de ambos os países, no setor público ou privado, em conformidade com as respectivas legislações nacionais de cada Parte, são:

- a) fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária;
- b) troca de informações e experiências, especialmente aquelas relacionadas ao aprimoramento da qualidade da educação; e
- c) formação e aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores.

ARTIGO III

As Partes envidarão esforços para atingir os objetivos estabelecidos no Artigo II do presente Acordo por meio da promoção de atividades de cooperação em diversos níveis e modalidades de ensino, incluindo:

intercâmbio de estudantes, professores, acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas para que

participem de cursos de graduação e/ou pós-graduação em instituições de educação superior e técnica;

intercâmbio de missões de ensino e pesquisa;

elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas pelas Partes; e

intercâmbio de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministros da Educação de ambas as Partes, especialmente aqueles com foco na melhoria da qualidade da educação.

ARTIGO IV

As Partes estabelecerão sistemas de bolsas e/ou benefícios para estudantes e pesquisadores com vistas a promover o aperfeiçoamento acadêmico e profissional, em conformidade com condições previamente acordadas entre instituições acadêmicas de ambos os países e com as respectivas legislações de cada Parte.

ARTIGO V

1. O ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte será regido pelos processos seletivos nacionais aplicados por cada Parte.

2. Os estudantes que se beneficiarem de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas e aos procedimentos de seleção estabelecidos por esses instrumentos.

ARTIGO VI

O reconhecimento e/ou revalidação, em uma das Partes, de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra estará sujeito à legislação nacional correspondente da Parte responsável pelo reconhecimento e/ou revalidação de diplomas e títulos.

ARTIGO VII

As Partes encorajarão a difusão e o ensino de suas línguas e culturas em ambos os territórios.

ARTIGO VIII

As Partes acordarão, por meio de instrumentos adequados, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais e disponibilidades orçamentárias, as modalidades de financiamento das atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo.

ARTIGO IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da segunda notificação pela qual uma Parte informa a outra do cumprimento de seus requisitos internos para a entrada em vigor deste Acordo.

2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, de sua intenção de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação e não afetará a conclusão das atividades em curso, salvo se acordado em contrário entre Partes.

3. Este Acordo poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática. As emendas entrarão em vigor em conformidade com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 1 do presente Artigo.

4. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação deste Acordo será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Feito em Brasília, em 7 de abril de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos. – Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores. – Pelo Governo da República da Libéria, **Olubanke King Akerele**, Ministra dos Negócios Estrangeiros.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

I – Relatório

Na reunião ordinária deliberativa do dia 06/04/11 desta Comissão, em decorrência da ausência do relator, Deputado GEORGE HILTON, tive a honra de ser designada relatora substituta da presente proposição e acatei, na íntegra, o parecer do Nobre Parlamentar.

“O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 508, de 2010 – a qual se encontra instruída com exposição de motivos firmada pelo Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores – o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

O texto do acordo é composto de um preâmbulo e por apenas nove (9) dispositivos, nos quais são estabelecidos os compromissos das Partes Contratantes quanto ao desenvolvimento da cooperação educacional em questão. O ato internacional em apreço tem por objetivo (conf. Art. I) o desenvolvimento da cooperação educacional entre as Partes e, nesse sentido, estabelece como principal compromisso o fomento das relações entre os dois países com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades. Outros objetivos do acordo, conforme estabelece seu Artigo II, são: o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária; a troca de

informações e experiências, especialmente aquelas relacionadas ao aprimoramento da qualidade da educação; e a formação e aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores.

Para alcançar tais objetivos o instrumento prevê o desenvolvimento de atividades de cooperação baseadas, sobretudo, no intercâmbio de estudantes, professores, acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas; no intercâmbio de missões de ensino e pesquisa; e na elaboração e execução conjunta de programas e de projetos de pesquisa, especialmente aqueles com foco na melhoria da qualidade da educação (conf. Art. III).

O Acordo contempla também um programa de concessão de bolsas de ensino e/ou benefícios para estudantes e pesquisadores, com vistas a promover o aperfeiçoamento acadêmico e profissional (Art. IV). No Artigo VI o acordo disciplina o tema do reconhecimento e/ou revalidação, por uma das Partes, de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra Parte, ao passo que, no Artigo VII, é assentado o compromisso das Partes quanto à difusão e o ensino de suas línguas e culturas. Além disso, as Partes Contratantes estabelecem que oportunamente serão definidas, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas no Acordo, segundo disposto no Artigo VIII.

No derradeiro dispositivo do Acordo, o Artigo IX, são estabelecidas normas de caráter adjetivo, relacionadas à entrada em vigor e à definição dos procedimentos que deverão ser adotados nos casos de proposição de emendas, solução de controvérsias e encaminhamento de denúncia do acordo.

II – Voto do Relator

O instrumento internacional em apreço é o primeiro instrumento assinado entre o Brasil e a Libéria no campo da cooperação educacional, e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os dois países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

Conforme destacamos no relatório, a cooperação entre os dois países na área educacional será bastante ampla e se desenvolverá em várias frentes e sob diversas modalidades, dentre as quais destacam-se: o intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores e especialistas (com a previsão, inclusive, de um programa de concessão de bolsas de estudos); a troca de informações e experiências, especialmente aquelas relacionadas ao aprimoramento da qualidade da educação; a formação e o aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores; o intercâmbio

de missões de ensino e pesquisa; elaboração e execução conjunta de programas e projetos de pesquisa, especialmente aqueles com foco na melhoria da qualidade da educação, entre outras.

Conforme já se observou, quando da apreciação desta espécie de acordo nesta Comissão, é importante reconhecer que o intercâmbio educacional é um instrumento eficaz tanto para a aproximação entre os povos como para a promoção da transferência do conhecimento. O intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores com a finalidade de realização de estudos, pesquisa ou pós-graduação no exterior é uma estratégia poderosa tanto para a propagação das ciências, das artes, da literatura, para o desenvolvimento conjunto e a transferência de tecnologias, como também, uma forma de propiciar o conhecimento recíproco dos valores culturais dos povos e de promover a sua amizade. Esta foi e tem sido uma estratégia importante de busca, ampliação e difusão do conhecimento científico adotada pela maioria das nações desenvolvidas e em desenvolvimento, inclusive porque ela permite o contato entre diferentes pontos de vista e abordagens, ampliando assim as possibilidades de geração de novos conhecimentos e descobertas.

Vale notar que o Acordo está em consonância com a política de promoção do desenvolvimento social e econômico por meio do estímulo à educação de qualidade, com a política de difusão da língua portuguesa, e com a estratégia de aproximação com os países em desenvolvimento, em especial com os países do continente africano o que, aliás, tem sido um importante viés da política externa do Brasil nos tempos recentes.

Assim sendo, **VOTO PELA APROVAÇÃO** do Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos anexo a este parecer.

Sala das Reuniões, de de 2011. – Deputado **George Hilton**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2011

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Aprova o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gover-

no da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2011. – Deputado **George Hilton**, Relator.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2011. – Deputada **Cida Borghetti**, Relatora Substituta.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 508/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer do Relator, Deputado George Hilton e da Relatora Substituta Deputada Cida Borghetti.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Carlos Alberto Leréia, Presidente; Fábio Souto e Vitor Paulo, Vice-Presidentes; Aldo Rebelo, Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arlindo Chinaglia, Arnon Bezerra, Átila Lins, Cida Borghetti, Damião Feliciano, Dimas Ramalho, Dr. Rosinha, Eduardo Azevedo, Flaviano Melo, George Hilton, Geraldo Resende, Henrique Fontana, Hugo Napoleão, Íris de Araújo, Ivan Valente, Jair Bolsonaro, Roberto de Lucena, Sebastião Bala Rocha, Takayama, Benedita da Silva, Janete Rocha Pietá e Marcelo Castro.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2011. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.187, DE 2011

(Da Comissão de Seguridade Social e Família)

Requer a reconstituição do PL nº 6.813/2010, de autoria do Senado Federal.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 106 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência determinar a **RECONSTITUIÇÃO**, por motivo de extravio, do **Projeto de Lei 6.813, de 2010**, de autoria do Senado Federal que, “Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem e dá outras providências”.

Sala da Comissão, 7 de Abril de 2011. – Deputado **Saraiva Felipe**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.188, DE 2011

(Da Comissão de Seguridade Social e Família)

Requer a reconstituição do PL nº 1.879/2007, de autoria do Sr. Sebastião Bala Rocha.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 106 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência determinar a **RECONSTITUIÇÃO**, por motivo de extravio, do **Projeto de Lei 1.879, de 2007**, de autoria do Sr. Sebastião Bala Rocha que, “Dispõe sobre a Seguridade Social, cirurgias reparadoras e direitos trabalhistas às vítimas de escaldamento nos acidentes com eixos dos motores de embarcações em todo Território Nacional”.

Sala da Comissão, 7 de Abril de 2011. – Deputado **Saraiva Felipe**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.189, DE 2011

(Da Comissão de Seguridade Social e Família)

Requer a reconstituição do PL nº 1.044/2007, de autoria da Srª. Luiza Erundina.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 106 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência determinar a **RECONSTITUIÇÃO**, por motivo de extravio, do **Projeto de Lei 1.044, de 2007**, de autoria da Srª. Luiza Erundina que, “Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.213, de 1991”.

Sala da Comissão, 7 de Abril de 2011. – Deputado **Saraiva Felipe**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.192, DE 2011

(Da Comissão de Finanças e Tributação)

Requer a revisão do despacho apostado ao PL nº 7.521/10, do Poder Executivo, para que a Comissão de Finanças e Tributação aprecie sobre o mérito, além da adequação financeira e orçamentária.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência revisão do despacho inicial apostado ao Projeto de Lei nº 7.521/10, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio – QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências”, a fim de que esta Comissão se pronuncie sobre seu mérito, além da adequação financeira e orçamentária.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Cláudio Puty**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.193, DE 2011

(da Comissão de Finanças e Tributação)

Requer a reconstituição do PL nº 1.375/07 de autoria do Sr. Otávio Leite.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 106 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência determinar a **RECONSTITUIÇÃO**, por motivo de extravio, do Projeto de Lei nº 1.375/07, de autoria do Sr. Otávio Leite e outros, que “Classifica como atividade econômica exportadora, o setor de turismo receptivo”.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Cláudio Puty**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Finda a leitura do expediente, passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o ilustre Deputado Dr. Ubiali, do PSB de São Paulo.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos sabem que a saúde brasileira vai mal, com filas para cirurgias eletivas, falta de medicamentos, demora em exames e consultas e um sistema preventivo tímido e muito ineficiente.

O SUS remunera mal e não cobre as despesas hospitalares, levando os hospitais filantrópicos, como as Santas Casas, à falência.

Fala-se em gestão. Com certeza, há problemas nessa área, mas sabemos que, de fato, falta recurso para o financiamento do SUS.

A volta da CPMF na forma de CSS não corrigirá subfinanciamento no SUS. Há quem pense que, para resolver o subfinanciamento do setor, seria necessária a recriação da CPMF na forma de CSS.

O financiamento do Sistema Único de Saúde é problema mal concebido e resolvido desde a sua instituição na Constituição de 1988. Nunca houve, em bases permanentes, distribuição de responsabilidades federativas, tampouco uma clara regra de equilíbrio entre receitas disponíveis e despesas a serem cobertas.

A primeira referência do financiamento do SUS foi feita no art. 55 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prevendo-se a destinação de 30% do Orçamento da Seguridade Social ao setor da saúde. Quanto seria isso hoje? Em 2011, na Lei Orçamentária, essa proporção daria ao SUS R\$150 bilhões, em vez dos aproximadamente R\$65 bilhões previstos.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 proporcionaria um dever de gasto público federal, dentro do Orçamento Geral da União, na casa dos R\$100 bilhões. Precisamos ter normas claras e obrigações

consistentemente progressivas para os gastos públicos de responsabilidade federal, estadual e municipal.

Um novo tributo poderia ser uma solução complementar, mas não suficiente, pois a área da saúde precisa ter um arranjo protetivo estável na Constituição, tal como já ocorre com a área da educação.

A despeito do caráter solidário desenhado inicialmente na Constituição de 1988 para o sistema da Seguridade Social, os gestores das políticas de saúde, assistência social e previdência social nunca foram realmente solidários – cada um cuida somente do seu interesse. Por outro lado, a União descentralizava despesas e concentrava receitas.

A Previdência Social conseguiu segregar suas fontes próprias de receita no art. 195 da Constituição, com o advento da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Em 1996, foi instituída a CPMF. Teria sido uma solução adequada para o problema do subfinanciamento do SUS se não fosse a vigência da Desvinculação de Receitas da União – DRU, que retirava, na fonte, 20% do produto da sua arrecadação. Além disso, a CPMF, criada para a saúde, passou a ser dividida com a Previdência Social e com o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, foi aprovada, bem como promulgada, com a promessa de estabilizar o custeio da saúde pública no País. Com a Emenda 29, tal como ficou mais conhecida, os três níveis da Federação foram obrigados a cumprir patamares mínimos de gasto. Determina que os Municípios apliquem 15% e que os Estados apliquem 12% das suas receitas de impostos e transferências constitucionais, enquanto a União deveria manter o seu patamar de gasto do ano anterior, corrigindo-o apenas pela variação nominal do PIB.

Faltam recursos ao SUS – a despeito de a arrecadação federal bater recordes sucessivos e vertiginosos de crescimento – porque a União não tem nenhum dever de correlação de gasto mínimo na saúde em face do comportamento da sua receita.

Enquanto o gasto mínimo federal continuar sendo corrigido apenas pela variação nominal do PIB e a regulamentação da Emenda 29 continuar sendo negligenciada, o SUS sofrerá não com a falta da CPMF, mas com a regressividade do gasto federal em saúde.

Falta dinheiro ao SUS porque falta obrigar a União do mesmo modo que os Estados e Municípios estão obrigados.

Isso precisa ser mudado com urgência.

Vamos votar a regulamentação da Emenda 29, sem novos impostos ou contribuições!

Obrigado.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PTB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ocorreu, na última terça-feira, dia 5, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, um evento muito importante, histórico. Foi instalada a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas, Acolhedoras e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados, as APACs.

Estamos trazendo para discussão no Congresso Nacional, uma vez que é uma frente parlamentar mista, esse importante tema, em resposta ao questionamento que hoje todo o Brasil apresenta sobre o que fazer com os 2,5 milhões de dependentes químicos que existem no País. Ao fortalecer as entidades vocacionadas para tal e conseguir do poder público esse investimento, acreditamos que em breve vão estar em recuperação 100 mil pessoas que têm dependência química.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário dos seguintes

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 405-A, de 2009, do Sr. Cleber Verde, que “altera a redação do § 8º do art. 195 da Constituição Federal, para assegurar ao garimpeiro e ao pequeno minerador o direito à aposentadoria”.

A Comissão será composta de 25 (vinte e cinco) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 6 de abril de 2011. – **Marco Maia**, Presidente da Câmara dos Deputados.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que “aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências”, e *Resolve*

I – designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II – convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 13 de abril, quarta-feira, às 14h30min, no Plenário 11 do Anexo II.

Brasília, 6 de abril de 2011. – **Marco Maia**, Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSIÇÃO: PL nº 8.035/2010

PT

Titulares: Angelo Vanhoni, Emiliano José, Fátima Bezerra, Newton Lima.

Suplentes: Alessandro Mono, Antônio Carlos Biffi, Artur Bruno, Dr. Rosinha (vaga do PRB), Gilmar Machado.

PMDB

Titulares: Gastão Vieira, Lelo Coimbra (vaga do PMN), Raul Henry, Renan Filho, Teresa Surita.

Suplentes: Joaquim Beltrão, Luciano Moreira (vaga do PMN), Osmar Serraglio, Pedro Chaves, Professor Setimo.

PSDB

Titulares: Eduardo Barbosa, Nelson Marchezan Junior, Rogério Marinho.

Suplentes: Jorginho Mello, Mara Gabrielli, Raimundo Gomes de Matos.

PP

Titulares: José Linhares, Waldir Maranhão.

Suplentes: Esperidião Amin, Iracema Portella.

DEM

Titulares: Nice Lobão, Professora Dorinha Seabra Rezende.

Suplentes: Marcos Montes, Onyx Lorenzoni.

PR

Titulares: Izalci, Neilton Mulim.

Suplentes: Paulo Freire, (Deputado do PSOL ocupa a vaga).

PSB

Titulares: Ariosto Holanda, Gabriel Chalita.

Suplentes: Dr. Ubiali, 1 vaga.

PDT

Titular: Paulo Rubem Santiago.

Suplente: Brizola Neto.

Bloco Parlamentar PV/PPS

Titular: Antônio Roberto.

Suplente: Stepan Nercessian.

PTB

Titular: Alex Canziani.

Suplente: Paes Landim.

PSC

Titular: Hugo Leal.

Suplente: André Moura.

PCdoB

Titular: Alice Portugal.

Suplente: Chico Lopes.

PRB

Titular: Márcio Marinho.

Suplente: (Deputado do PT ocupa a vaga).

PMN

Titular: (Deputado do PMDB ocupa a vaga).

Suplente: (Deputado do PMDB ocupa a vaga).

PSOL

Suplente: Ivan Valente (vaga do PR).

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Dando continuidade às Breves Comunicações, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País está vivendo uma epidemia de dengue; as Santas Casas e os hospitais beneficentes estão acumulando um prejuízo de R\$4 bilhões por ano; as filas para atendimento nos hospitais crescem a cada dia; faltam condições para profissionais médicos atuarem no interior dos Estados; levam-se meses para se conseguir marcar um exame, e o Governo Federal quer criar um novo imposto para a saúde. Esse é o retrato da saúde pública brasileira.

É preciso melhorar a saúde da população neste País, que vive grandes dificuldades no que diz respeito à epidemia de dengue e a patologias que estão recrudescendo.

Enumeramos alguns problemas vividos pela população, para chamar a atenção desta Casa, com vista à celeridade na discussão e aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Houve o compromisso do Presidente Marco Maia em colocá-la para votação até o final deste mês. A regulamentação dessa importante emenda, além de fixar os percentuais mínimos a serem gastos na saúde pelos Estados, Municípios e União, deixará claro quais ações estarão vinculadas ao Sistema Único de Saúde – SUS, tirando do sufoco as Santas Casas e os hospitais beneficentes.

Acredito que, com essa regulamentação, haverá avanços consideráveis que permitirão a todas essas categorias, por meio de seu trabalho, melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos ao povo brasileiro.

Para se ter uma ideia, em 2009 essas instituições desembolsaram mais de R\$12 bilhões no atendimento

gratuito e receberam, por isso, apenas R\$7,9 bilhões. Calcula-se que o déficit atual gira em torno de 40%, ou seja, para cada R\$100,00 empregados no atendimento gratuito, recebem de volta R\$60,00. De acordo com o Presidente da Confederação das Misericórdias do Brasil – CMB e da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes de São Paulo – FEHOSP, José Reinaldo de Oliveira, o reajuste da tabela do SUS é fundamental para a reabilitação da rede beneficente.

Nesta oportunidade, quero também destacar outras lutas que tenho defendido para que a saúde possa vir a ser, de fato e de direito, de qualidade e para todos os cidadãos. Faz-se necessária e urgente a implementação do Coeficiente Brasileiro de Hierarquização de Procedimento Médico – CBHPM; o plano de cargos, carreiras e salários no serviço público; a definição de um salário-base para os profissionais da saúde; a realização de concurso público; a aprovação do ato médico; melhores condições ao exercício da profissão; uma política de incorporação científica e tecnológica no SUS; o fim da tributação do ISS para a categoria; a revisão da criação dos cursos de Medicina; o apoio ao cooperativismo e uma política de medicamentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, repito desta tribuna que as ações e investimentos para a saúde precisam ser prioridade na pauta do Governo Federal. Não podemos ver crescer assustadoramente os números de mortes no País, das mais diferentes causas, sem nada fazer. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontam que, entre 2003 e 2010, morreram cerca de 6,8 milhões de brasileiros por disfunções dos serviços públicos de saúde. O mesmo instituto declara que o gasto público em saúde é de apenas 41,6% do gasto total. Como se vê, a saúde não é prioridade do Partido dos Trabalhadores, que prefere aumentar os seus gastos, criando mais cargos e Ministérios.

Como conselheiro da Frente Parlamentar da Saúde nesta Casa, quero me solidarizar com os 160 mil médicos brasileiros que atuam na área suplementar e, neste dia 7 de abril, estão mobilizados em defesa do reajuste dos honorários médicos; pela regularização dos contratos conforme a Resolução ANS nº 71/04; e pela aprovação do projeto de lei que contemple a relação entre médicos e planos de saúde.

No Estado do Ceará, o Dia Nacional de Paralisação do Atendimento aos Planos de Saúde está sendo coordenado pelos Presidentes José Maria Pontes (Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará) e Florentino Cardoso (Associação Médica Cearense).

Por fim, destaco a importância da Agenda Parlamentar da Saúde Responsável, lançada no último dia 17 e coordenada pelo Conselho Federal de Medicina,

Associação Médica Brasileira e Federação Nacional dos Médicos, em que foram definidas as prioridades em tramitação no Congresso Nacional para o setor. Temos o compromisso de colocá-las em discussão e atuar para que sejam aprovadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. WASHINGTON REIS (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, quero registrar nesta manhã de hoje que no próximo sábado vamos visitar algumas cidades onde conquistei obras importantes quando Subsecretário de Obras do Governo do Estado do Rio de Janeiro, assim que deixei a Prefeitura de Duque de Caxias.

Vamos visitar o Município de Comendador Levy Gasparian, onde conseguimos realizar uma obra importantíssima: uma ciclovia de 6 quilômetros que corta a pequena cidade de apenas 13 mil habitantes no Vale do Paraíba. Também vamos visitar nosso querido Vice-Prefeito Ralph Kezen, do Município de Santo Antônio de Pádua, onde está sendo construída, a todo vapor, uma vila olímpica.

Depois vamos até Itaperuna, noroeste fluminense, onde está sendo feita uma grande ponte sobre o Rio Muriaé que liga o bairro de Cubatão ao centro da cidade.

Ao fazer este registro, quero agradecer ao nosso querido Governador Sérgio Cabral, que viabilizou os recursos para essas grandes obras.

O SR. MARCON (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obtivemos nesta Casa hoje duas vitórias importantes para a pequena agricultura. Aprovamos dois requerimentos na Comissão de Agricultura: o primeiro, que trata da Subcomissão do Endividamento Agrário; e, o segundo, de um seminário sobre a produção de fumo.

A Subcomissão Permanente do Endividamento Agrário destina-se a acompanhar, fiscalizar, avaliar e propor medidas sobre o endividamento do setor agropecuário brasileiro e a efetivação pelos agentes financeiros das renegociações autorizadas por leis e resoluções do Conselho Monetário Nacional. Assim, a Comissão quer estudar novas formas de viabilizar a permanência dos pequenos agricultores endividados no campo, já que a prorrogação das dívidas, que acontece há mais de uma década, chegou a seu limite. Precisamos criar um mecanismo que resolva a questão das dívidas agrícolas dos pequenos agricultores, assentados e agricultores familiares, que correm o risco de perder suas propriedades e de se tornarem novos sem-terra ou de morarem nas favelas das grandes cidades, aumentando os bolsões de miséria.

A questão da produção de fumo nos Estados do Sul é o tema de outro requerimento por nós proposto,

e aprovado no dia de hoje. Os fumicultores estão sofrendo mazelas nas mãos das empresas fumageiras, pois estas multinacionais não dão alternativas para a comercialização da produção. É uma única empresa que “financia” (entre aspas) o plantio, faz a previsão da produção, classifica o fumo e estabelece os valores.

O produtor de fumo tem sua produção levada pela empresa, para só depois saber a classificação que a fumageira dá; ou seja, não presencia a avaliação nem sabe por que critérios se baseiam para tal classificação.

Neste ano, a produção de fumo nos Estados do Sul foi maior que a estimada e de melhor qualidade, mas os produtores receberam um valor 30% menor do que a safra passada justamente por causa dessa classificação.

Outro problema enfrentado pelos fumicultores foi que a indústria, depois de feita a estimativa da produção (que deveria ser uma garantia de compra), mudou sua avaliação quando o fumo já estava sendo colhido, dizendo que a safra seria menor. Dessa forma, os produtores poderiam ficar com fumo nos galpões, estocado e estragando, ou o venderiam de acordo com as condições impostas pelas empresas.

Portanto, esse segundo requerimento prevê que sejam convidados para participarem em sessão de audiência pública na Comissão o representante do Sindicato da Indústria do Tabaco, o representante da Souza Cruz S/A, o representante da empresa Alliance One Ltda., e o representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo em Santa Cruz e Região.

Acredito que foi uma grande vitória a aprovação dessas duas subcomissões para a pequena agricultura. Conquistamos vários apoios de Deputados da Comissão de Agricultura, que passam a subscrever nosso projeto.

Esse foi apenas o primeiro passo de uma grande luta que temos por enfrentar nesta Casa em prol dos pequenos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Mundial da Saúde foi criado em 1948, pela Organização Mundial de Saúde, demonstrando a preocupação de seus integrantes em manter o bom estado de saúde das pessoas do mundo, bem como alertar sobre os principais problemas que podem atingir a população. Ou seja, ter saúde “é garantir a condição de bem-estar das pessoas, envolvendo os aspectos físicos, mentais e sociais delas, em harmonia”, definição dada pela OMS.

A pergunta que me faço no dia internacional da saúde é se temos o que comemorar no Brasil. Recentemente, a grande mídia mostrou, apropriadamente, uma série de problemas que a Saúde enfrenta no Brasil. Foram questões de todas as ordens: médicos

que trabalham em vários locais ao mesmo tempo com flagrante choque de horário da jornada de trabalho; precariedade dos serviços; não atendimento; falta de medicamentos e aparelhos etc.

Contudo, reconhecendo explicitamente todas essas mazelas e necessidades de enfrentarmos os problemas e avançarmos, digo hoje que nossa grande comemoração é o SUS brasileiro. O nosso SUS escrito na Constituição é uma política de Estado, pois deixamos de atender somente a população que tinha carteira assinada para atendermos toda a população brasileira. Ou seja, nos propusemos a deixar de ter uma cidadania regulada (regulada porque só era cidadão aquele indivíduo com vínculo de trabalho profissional reconhecido, e daí ser titular de direitos) para reconhecermos direitos a todos os brasileiros, sejam eles excluídos, desempregados, indigentes, trabalhadores com vínculo estável ou instável. Todos os brasileiros são titulares do direito à saúde e não dependem da filantropia como era no passado. A saúde passou a ser um direito fundamental!

Isso significa uma mudança grande de paradigma, pois até hoje se desdobra e cria novas situações quando se pensa em comemorar o dia internacional da saúde, por exemplo: como definir o padrão de integralidade do SUS, isto é, definir a todos e a cada um o que é de todos e o que é de cada um em termos de serviços de saúde? Quais as fontes de recursos e de financiamento? Qual a responsabilidade e o pacto intergovernamental a favor da saúde? Qual o modelo gerencial para o SUS a fim de se garantir legalidade, eficiência e efetividade a serviço de saúde?

São várias perguntas sobre as quais o tempo não me permite discorrer aqui, mas que estão sendo objeto de Subcomissão Especial destinada a elaborar proposta de reforma sanitária, de minha autoria, na Comissão de Seguridade Social e Família.

E digo, Sr. Presidente, que, ao reconhecer os vários problemas que o SUS apresenta, isso não implica ignorar seus avanços, até para pautar a discussão de aperfeiçoamento de um serviço de saúde de qualidade para o povo brasileiro. Nosso povo sabe da importância do SUS, tanto que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA divulgou no mês de março passado estudo sobre o Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS com o tema saúde. O estudo teve por objetivo principal avaliar a percepção da população sobre serviços prestados pelo SUS e incluiu perguntas sobre planos e seguros privados de saúde.

O SIPS Saúde apresenta a percepção dos entrevistados sobre cinco serviços do SUS: atendimento em centros ou postos de saúde, atendimento pelo Saúde da Família, a distribuição gratuita de medicamentos,

atendimento por médicos especialistas e de urgência e emergência. Os dados foram coletados no período de 3 a 19 de novembro de 2010, nos domicílios dos entrevistados. O questionário foi aplicado a uma amostra de 2.773 pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, em todas as Unidades da Federação.

Os resultados mostram que os serviços do SUS são mais bem avaliados por aqueles que costumam utilizá-los quando comparados com aqueles que não os utilizam. A principal queixa dos usuários do SUS foi a falta de médicos e a demora no atendimento. O programa Saúde da Família foi o programa melhor avaliado. E lembro aqui que em 2007 já tinha sido realizada outra pesquisa que mostrava semelhantes dados. O Brasil tinha investido R\$7 bilhões no programa. E o grau de satisfação era grande: 74% das pessoas atendidas pelo programa disseram estar satisfeitas ou muito satisfeitas, segundo uma pesquisa do instituto Vox Populi na época.

Por fim, lembro que o setor de saúde brasileiro emprega 2,5 milhões de trabalhadores, sendo 1,5 milhão no setor público e 1 milhão no setor privado. No ano de 2010, as ações e serviços de saúde foram na ordem de 3,6 bilhões de procedimentos, tais como: 1,7 bilhões de atendimentos básicos; 11,1 milhões de internações; 92 milhões de procedimentos de imagens e 11, 2 milhões de hemodiálises, dentre outros dados.

Nesse Dia Mundial da Saúde precisamos definir o que deverá ser modificado, o que deverá ser aperfeiçoado e, porque não, o que deverá ser mantido. Pensar a saúde no Brasil é pensar que os governadores precisam definir os seus gastos com o setor saúde e contribuir para o debate sobre a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Os Municípios já estão sobrecarregados, aplicaram a mais no setor Saúde, em 2010, 30 bilhões de reais.

No meu Estado de Sergipe nós já regulamos a aplicação no serviço de saúde, definindo o que é serviço de saúde para fins de aplicação dos recursos necessários. Implantamos as fundações estatais como modelo ágil para o complexo serviço que é a prestação e ações de saúde. Esse debate precisa ser travado nesta Casa, enfrentando os interesses econômicos (que defendem o modelo que alimenta a demanda pelos procedimentos especializados, medicamentoso e de alto custo), bem como enfrentando os interesses corporativos que não pensam no usuário. Confio no espírito público dos meus pares para levar adiante esse imperioso debate.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há uma expectativa de breve solução,

por parte do Poder Executivo, quanto à liberação dos Restos a Pagar de passados exercícios, relativamente às emendas parlamentares, atribuídas a Municípios de todas as unidades federadas.

O Ministro das Relações Institucionais, Deputado Luiz Sérgio, já fez chegar ao Planalto as postulações de Senadores e Deputados, na busca de um equacionamento postulado pelos interessados, em todos os recantos do território nacional.

Como já se anunciou, a incidência do corte orçamentário não alcançaria as indicações individuais, atingindo as de bancada, por envolver quantitativos mais ponderáveis.

Na semana passada, a nossa representação esteve reunida para avaliar as últimas providências governamentais, restando a confiança em que o Executivo dirima favoravelmente a referida e polêmica reivindicação.

As comunas, aliás, por seus Prefeitos, reclamam um posicionamento de nossa parte que resguarde os interesses de todas elas.

Da Presidente Dilma Rousseff espera-se a indicação positiva de um deslinde satisfatório nas próximas horas.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é com satisfação que ocupo a tribuna para me congratular com todo o corpo docente e discente do SENAC de São Carlos pela passagem do seu 60º aniversário.

Comemoramos os 60 anos de trabalho profissional junto aos comerciários de São Carlos e redondeza, com resultados muito importantes para o desenvolvimento econômico da nossa região.

Na oportunidade do evento, pude expressar os desafios do SENAC, com a proposta do PRONATEC, que a Presidenta Dilma e o Ministro Fernando Haddad apresentarão à Nação ainda no mês de abril. Sabemos que o SENAC-São Carlos, o SENAI e outras instituições do Sistema S terão papel central na ampliação de oportunidades de capacitação para o jovem brasileiro, reclamada pelo mercado de trabalho, no âmbito do PRONATEC, saindo de 200 para 500 vagas.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência vai seguir concedendo apenas 1 minuto pelo fato de haver muitos oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo este espaço na tribuna para destacar a data de hoje, muito importante para a humanidade, o Dia Mundial da Saúde. Criado em 1948, pela Or-

ganização Mundial de Saúde, nos leva a demonstrar nossa preocupação na luta pela adoção de práticas e políticas que garantam o bom estado de saúde das pessoas, bem como a fazer alertas sobre os principais problemas que podem atingir a população.

Na condição de médico e membro da Frente Parlamentar da Saúde, lembro que ter saúde, de acordo com a OMS, é garantir o bem-estar das pessoas, tanto nos aspectos físicos, mentais e sociais, em harmonia. Em minha vida profissional e de Parlamentar, tenho buscado, nesta Casa, desenvolver ações que caminhem nessa direção, principalmente na saúde pública, no âmbito dos Estados, Municípios e da União. Entre elas, a principal é a solidificação do Sistema Único de Saúde – SUS, que envolve a garantia de estrutura física, como a construção e reforma de unidades hospitalares; a construção e adequação de unidades básicas de saúde; entrega de equipamentos hospitalares e medicamentos; garantia de consultas e exames adequados, o que também depende de profissionais como médicos e enfermeiros bem treinados, remunerados e com condições adequadas de trabalho.

Outra frente de ação do nosso mandato é a questão do saneamento básico, garantindo água tratada a todas as residências e o escoamento adequado do esgoto, o que evita doenças e epidemias. A preservação do ambiente em que vivemos, além da criação de espaços adequados para a prática do esporte, do lazer e da convivência também não podem ser esquecidos, bem como a adoção de programas que garantam que as pessoas tenham, em sua mesa, alimentos que forneçam, pelo menos, as quantidades mínimas de nutrientes para o seu desenvolvimento físico e intelectual.

São princípios aos quais tenho sido fiel ao longo de minha vida, principalmente no período em que ocupei o cargo de Secretário Estadual de Saúde, em Mato Grosso do Sul, de outubro de 2000 a abril de 2002, quando propicie, junto com minha equipe, uma verdadeira revolução na saúde pública naquele Estado. Na condição de Deputado Federal, desde 2003, também tenho voltado minhas ações para garantir aos Municípios sul-mato-grossenses, em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Prefeitos, Secretários Municipais de Saúde e o Governo Federal, melhores condições de saúde para a nossa gente.

Neste Dia Mundial da Saúde, aproveito para fazer um apelo às Lideranças e bancadas partidárias, Governadores e principalmente ao Governo Federal. O Brasil passa atualmente por uma crise generalizada na área da saúde. E para enfrentar este problema, é necessária a imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, em tramitação nesta Casa. A expectativa é de que ainda neste mês de abril possamos concluir esta

importante votação, desde que haja acordo entre os entes federados e o Poder Legislativo. O projeto permite que os recursos aplicados nas ações e serviços de saúde não sofram desvio de finalidade, tendo em vista que a lei definirá o que poderá ser considerado de fato ações e serviços de saúde, contribuindo, então, para atacar de frente a problemática sobre financiamento do SUS.

Em recente seminário realizado pelo PMDB sobre o Sistema de Saúde no Brasil, três especialistas de peso demonstraram que os gastos públicos em saúde no País são insuficientes e há necessidade de mais recursos federais. Os números são assustadores.

Segundo o Dr. Gilson Carvalho, médico pediatra, e de saúde pública, os gastos com saúde no País chegam a R\$270 bilhões. Deste montante, R\$143 bilhões são do setor privado e apenas R\$127 bilhões do setor público. Ou seja, o gasto por habitante não ultrapassa R\$1,82 por dia. Desde que foi criado, há 22 anos, o SUS deixou de receber da União R\$20 bilhões; e dos Estados, R\$28 bilhões. A conta sobrou para os municípios, que gastaram R\$30 bilhões além do previsto na Emenda Constitucional nº 29.

Áquilas Mendes, professor, doutor de Economia da Saúde da Universidade de São Paulo, revelou que os R\$127 bilhões gastos em saúde representam apenas 4% do PIB brasileiro. Para manter um sistema universal, como é o SUS, a Organização Mundial de Saúde recomenda no mínimo 6%. Ou seja, seriam necessários pelo menos R\$210 bilhões no orçamento da saúde. Faltam, portanto, R\$83 bilhões para que o Brasil consiga atender a universalidade do sistema. Já Adib Jatene, ex-Ministro da Saúde, explicou que o Brasil gasta hoje com saúde o que os países desenvolvidos gastavam em 1960. Ou seja, estamos com mais de 50 anos de atraso.

Dessa forma, finalizo na certeza de que os números demonstram que não há alternativa, senão restabelecer o projeto original de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 do então Senador Tião Viana. O texto, além de especificar o que são as ações e serviços de saúde, acabando com os desvios de recursos do setor, obriga a União a gastar o equivalente a 10% de suas receitas correntes brutas com saúde, o que proporcionaria um orçamento de R\$104 bilhões para o Ministério da Saúde, ou seja, R\$32,5 bilhões a mais que o previsto na proposta orçamentária da União para 2011.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, quero manifestar minha solidariedade a todas as entidades médicas que hoje, comandadas pela Associação Médica Brasileira,

fazem um dia de paralisação para denunciar as péssimas condições de trabalho e a baixa remuneração dos planos de saúde.

Quero também tratar de tema que já abordei desta tribuna: a violência que campeia nas reservas indígenas do meu Estado.

Estive no Ministério da Justiça, conversei com representantes de vários setores e estou propondo que façamos em Dourados, nas aldeias Jaguapiru e Bororó, um projeto pioneiro para combater as ondas de suicídio e de violência, que têm vitimado principalmente jovens, e, além disso, o uso do *crack* e de drogas dentro da reserva indígena.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 16 de março, em audiência com o Diretor Alberto Liebling Kopittke, do Departamento de Políticas, Programas e Projetos, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, deixei claro minha profunda preocupação com a segurança pública em Dourados, no Mato Grosso do Sul. O Município, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, é um dos mais violentos do País. Em se tratando de crimes violentos letais e intencionais, a cidade está entre as setenta mais violentas no **ranking** nacional. Ou seja, Dourados não pode esperar.

O meu Município, onde resido e crio minha filha, apresenta uma peculiaridade importante, que influencia nos índices de violência. Dourados abriga a segunda maior população indígena do Brasil. Suplantando toda a riqueza cultural dos povos tradicionais, os sucessivos equívocos das políticas destinadas aos nossos irmãos índios estão produzindo resultados desastrosos.

As aldeias Jaguapiru e Bororó já chamaram a atenção da mídia nacional e internacional por graves problemas. Exemplos dessa crise foram os inúmeros casos de suicídio, que começaram a ser tema de estudos acadêmicos no começo da década de 1990. A maior tristeza do Presidente anterior, relatado pelo próprio Lula a mim, em viagem no final de seu mandato, é a morte de crianças indígenas por desnutrição nos anos de 2005 e 2006.

Porém, atualmente, o que está suscitando as coberturas midiáticas são outros acontecimentos: a chegada das drogas e consigo os altos índices de violência de toda sorte na região. Além dos já citados casos de suicídios e desnutrição, os homicídios, as brigas, a violência contra a mulher, o abandono de crianças e o tráfico de seres humanos, assim como o aliciamento para a prostituição estão assolando as comunidades.

A situação é tão grave que, se isolados os índices das reservas indígenas, a região estaria ainda mais próxima das primeiras colocadas na questão da violência. Aqueles povos correm risco emergente de

desaparecer tendo em vista tantos conflitos e a impotência do poder público local.

Mais uma vez, recorri à instância federal para construir uma solução, na reunião no Ministério da Justiça. Mesmo com o contingenciamento orçamentário, conquistamos alguns avanços para planejar um enfrentamento dos casos de violência e uso de drogas entre os índios. Saímos do encontro com a promessa de uma Unidade de Policiamento Comunitário, uma viatura e 10 câmeras de vigilância a serem instaladas na primeira Vila Olímpica do País.

A Vila Olímpica, que será inaugurada no dia 19 de abril deste ano, Dia do Índio, é um investimento de mais de R\$1,4 milhão, valores conquistados nos anos de 2006 e 2008, confirmando nossa particular atuação em ofertar alternativas de esporte e lazer para os jovens índios.

Porém, esta ação apenas não basta. Neste momento assumo novamente a luta articulada para diminuir os índices de violência, tanto nas aldeias em Mato Grosso do Sul, como em minha querida Dourados. Para tanto, em audiência com o Prefeito Murilo Zauith, na última segunda-feira, dia 28, acertamos o planejamento de um seminário de autoridades representando o Governo Federal, o Governo do Estado e a administração municipal para constituirmos um gabinete de Gestão Integrada e assim planejarmos com inteligência o combate à entrada de drogas e armas nas aldeias, o tratamento de viciados em drogas, a recuperação de criminosos, oferecer ocupação aos empregados sazonais e policiamento ostensivo.

Vamos assim agir de maneira eficiente e eficaz, debatendo, planejando e cobrando investimentos. O que não pode mais acontecer é esperar. A tragédia já está acontecendo, todos os dias, e chegou a hora de um enfrentamento robusto e articulado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu preciso parabenizar a Presidenta Dilma Rousseff, que daqui a pouco vai realizar um evento para comemorar a milionésima unidade habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida.

Um milhão de casas, Sr. Presidente! Um milhão de famílias têm agora um lugar bonito e prazeroso para morar. Portanto, neste momento eu preciso fazer esta saudação à Presidenta Dilma e também ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Esperamos que em breve o nosso déficit habitacional esteja totalmente corrigido.

Toda esta Câmara, no meu entendimento, saúda a Sra. Presidenta.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Movimento dos Atingidos por Barragens completa 20

anos de existência. Foram 20 anos de muita luta para reassentar famílias abandonadas, despejadas do seu local de origem.

Hoje o Movimento dos Atingidos por Barragens, juntamente com outras entidades, vai estar na Câmara para se reunir com o Presidente Marco Maia.

Hoje é o Dia Mundial da Saúde. Ocupo a tribuna para tratar de uma preocupação que deve ser de toda a sociedade brasileira. O Brasil, desde 2009, é o País que mais usa e consome agrotóxicos no mundo. Por isso, movimentos sociais como a Via Campesina e outras 20 entidades da sociedade civil e pesquisadores lançaram hoje a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida no Brasil com a marcha que se pôde ver na Esplanada.

A situação é tão grave que se contabiliza que, sem saber, cada um de nós bebe, por ano, 5 litros de veneno. Mais de um bilhão de litros de veneno foram jogados nas lavouras, de acordo com dados oficiais.

Esse alto consumo de veneno, no entanto, tem uma causa. O agronegócio, esse modelo de agricultura hegemônico no Brasil, sustenta-se do grande latifúndio e, mais ainda, da utilização de agrotóxicos de forma exorbitante. Vendem a ideia de que o agronegócio é a chave para o desenvolvimento do Brasil, mas escondem que esse mesmo modelo será responsável por uma sociedade sem saúde.

Esse modelo prejudica, inclusive, quem opta por produzir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos. Os agrotóxicos contaminam os alimentos e a água que bebemos. Estudos acadêmicos mostram que os agrotóxicos causam câncer, problemas hormonais, problemas neurológicos, má-formação do feto, depressão, doenças de pele, problemas de rim, diarreia, vômito, desmaio, dor de cabeça, problemas reprodutivos, e chegam a contaminar o leite materno.

Mas há alternativas: precisamos desenvolver a agroecologia como uma forma de produção que respeita o meio ambiente, o trabalhador e a trabalhadora do campo e usa tecnologias que contribuam com os trabalhadores e acabem com o uso de agrotóxicos. Para tanto, a pequena agricultura e a reforma agrária são fundamentais.

Sras. e Srs. Deputados, a saúde humana está seriamente ameaçada. Nós, Parlamentares, precisamos pensar em projetos de lei, em iniciativas legais e jurídicas que impeçam a expansão do uso de agrotóxicos. Esses produtos precisam ser banidos de nossas lavouras.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante meu mandato defendo, reiteradamente, a agregação de valor à produção cacaujeira como meio atrair mais recursos para o Sul da Bahia e melhorar as condições de vida da população local.

A região, principal produtora de cacau do Brasil, tradicionalmente comercializa as amêndoas de cacau com grandes empresas intermediárias, que, por sua vez, vendem a matéria-prima para fábricas no Brasil ou exportam para fabricantes no exterior.

Nesse trajeto, as amêndoas de diversos produtores e de distintas qualidades são misturadas, gerando um produto que, no exterior, não é considerado de primeira qualidade.

Por ocasião do 3º Salão do Chocolate, em Paris, que se realizará em outubro, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaujeira, do Ministério da Agricultura, está adotando uma estratégia para garantir apresentação mais adequada do cacau brasileiro.

A instituição classificou amostras de amêndoas de cacau originárias da Bahia, do Espírito Santo e do Pará, que participarão, no mês de outubro, do Salão do Chocolate de Paris. Foram selecionadas 20 amostras de um total de 35 recebidas de produtores de cacau brasileiros.

As amostras foram rigorosamente selecionadas pelos técnicos de controle de qualidade vegetal da CEPLAC – Núcleo Regional de Ilhéus e pela Seção de Tecnologia e Engenharia Agrícola – SETEA do Centro de Pesquisas do Cacau – CEPEC. Foram considerados os diversos fatores que determinam a qualidade da amêndoa, como tamanho, aspectos físicos, sensoriais, composição e outros itens técnicos. Todo o processo está sendo dirigido pelo Coordenador do Centro de Pesquisa do Cacau – CEPEC, na Bahia, o agrônomo Almir Martins.

Na França, essas amostras serão exaustivamente avaliadas por técnicos, fabricantes de chocolates, gastrônomos, jornalistas especializados e autoridades no assunto.

No ano passado, segundo a CEPLAC, *“produtores de cacau do Sul da Bahia foram destaque no Salão do Chocolate em Paris, especialmente João Tavares, da Fazenda São Pedro, em Ilhéus, que conquistou o prêmio de melhor cacau da América, na categoria Cacau Chocolate. Também mereceram classificação amostras da Fazenda Venturosa, em Floresta Azul, e Pimenteira, da M. Libânia, em Nova Ibiá”*.

O reconhecimento da qualidade da amêndoa com identificação de origem seguramente possibilitará sua melhor avaliação e a comercialização diretamente do produtor, trazendo mais recursos para a região.

Nossa ideia é deixarmos de ser produtores de amêndoas para sermos produtores de chocolate de primeira qualidade.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, considero que essa iniciativa da CEPLAC é de suma importância e coincide com nossa posição de valorizar a produção regional, agregar valor e buscar o desenvolvimento, motivo pelo qual felicitamos o seu Diretor, Jay Wallace da Silva e Mota, os Superintendentes Regionais, particularmente o do meu Estado da Bahia, Antônio Zózimo de Matos Costa, e seus técnicos e funcionários.

Agradeço ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Gonçalves Rossi, por seguir fortalecendo a CEPLAC em sua atuação na defesa da produção cacaueteira brasileira.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. HUGO LEAL (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu pronunciamento de hoje seria sobre o Dia Mundial da Saúde. Mas, infelizmente, vou ocupar esta tribuna para anunciar um fato extremamente trágico, mais uma vez, para o Estado do Rio de Janeiro, especialmente para o Município do Rio de Janeiro.

Um homem, em princípio, pai de aluno, invadiu agora pela manhã a Escola Tasso da Silveira, do Ensino Fundamental, na Zona Oeste do Rio de Janeiro e assassinou crianças e jovens.

Mais uma vez, o Rio de Janeiro está de luto, agora por causa dessa violência praticada contra alunos do ensino fundamental da Escola Tasso da Silveira. Até agora já foram constatadas três mortes e mais de 15 alunos feridos. Nada justifica ato dessa violência, nem mesmo as primeiras notícias de que teria havido *bullying* contra um filho dessa pessoa. Nada.

Fica registrada minha solidariedade às famílias enlutadas, Sr. Presidente, neste dia em que se comemora o Dia Mundial da Saúde.

O SR. PINTO ITAMARATY (PSDB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é o Dia Mundial da Saúde, e pouco temos para comemorar. Os hospitais públicos estão abarrotados de doentes, a situação nos hospitais privados não é muito diferente, e hoje acontece uma paralisação da classe médica brasileira, o que eu acho mais do que justo – no entanto, milhares de pessoas deixarão de ser atendidas no País.

Os planos de saúde precisam ser investigados. Para se ter uma ideia, nos últimos 7 anos, os planos de saúde cresceram mais de 129%. No mesmo período, o valor da consulta médica cresceu apenas 44%.

Hoje, uma consulta particular custa, em média, de 100 a 150 reais, enquanto os planos de saúde pagam entre 25 e 40 reais.

Precisamos debater este assunto com muita veemência, com muita dedicação, e trazer a esta Casa representantes dos planos de saúde para uma discussão nacional. Se a situação continuar dessa forma, a saúde vai continuar um caos, tanto a pública quanto a privada.

Obrigado.

O SR. LOURIVAL MENDES (Bloco/PTdoB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, agradeço a V.Exa. as palavras carinhosas com relação ao meu Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso desta tribuna para tratar de um assunto de suma importância para este País. Trata-se de um projeto de lei que tem como finalidade corrigir um enorme equívoco financeiro que, ao longo dos anos, vem provocando perdas significativas aos Estados responsáveis pelo transporte, armazenamento, beneficiamento, embarque e desembarque de minérios extraídos do território nacional.

A Constituição da República, em seu artigo 20, § 1º, assegura aos Estados e aos Municípios, bem como a órgãos da Administração Direta, da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por exploração.

Atualmente, a compensação financeira é calculada sobre o valor do lucro líquido das empresas mineradoras, no percentual de 2%. Os recursos oriundos da Compensação Financeira são distribuídos entre a União, os Estados onde são extraídas as substâncias minerais e o Município produtor. Nota-se aqui que os Estados e os Municípios impactados, que viabilizam o transporte, estoque, benefício, embarque e desembarque, ficam prejudicados com relação à arrecadação.

A alteração proposta neste projeto de lei, majorando o percentual de 2% para 4% sobre o valor bruto, e destinando o percentual de 1,5% para os Estados impactados, criará as condições necessárias para investimentos em infraestrutura e meio ambiente dos Estados. Por conseguinte, proporcionará melhorias na qualidade de vida da população de Estados e Municípios impactados pelo processo de mineração. E aqui entendemos como impactando os Estados que não extraem minérios, mas que porém participam da cadeia produtiva, transportando, beneficiando, armazenando, embarcando ou desembarcando minérios.

Maranhão e Espírito Santo são reconhecidos como Estados que escoam e processam grande quantidade da produção mineral do Pará e Minas Gerais, respectivamente.

Bahia e possivelmente o Ceará, além de grande diversidade de minérios produzem urânio. Goiás e Paraíba também são destaques na produção mineral.

O Maranhão é um dos Estados mais pobres do nosso País, ocupando a vigésima sexta posição na lista do IDH dos Estados Nacionais, sendo, portanto, um dos que possuem maior índice de analfabetismo e menor expectativa de vida. Em contrapartida, possui um dos maiores centros de exportação de minério de ferro do País: o Porto do Itaquí. É também, juntamente com Pará, Espírito Santo e Minas Gerais, um dos responsáveis pela produção mineral do Brasil. É absurdo que um Estado com tal potencial esteja nas condições socioeconômicas em que se encontra. Nesse sentido, tornam-se necessárias a realização de políticas públicas que mudem esse quadro alarmante.

Acredito, Sr. Presidente, que, diante do que foi exposto e com o embasamento jurídico constitucional ora apresentado, o Projeto de Lei nº 841, de 2011, alcançará seu objetivo, corrigindo a perda na arrecadação dos Estados e Municípios impactados com a exploração mineral do nosso País.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 25 mil pessoas vieram a Brasília pedir a votação do Código Florestal. E esta Casa tem obrigação de ajudar nesse processo. A matéria deverá ser votada nos próximos dias. Há convocação de todo o Congresso para se resolver a legislação ambiental.

Sr. Presidente, aproveito a presença de V.Exa, que é o 3º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para fazer uma denúncia. Na próxima semana haverá um feriadão. Em virtude disso, já está havendo abuso das empresas de transporte aéreo. Para se ter ideia, uma passagem de Santa Catarina para Brasília, que custa hoje entre 300 e 400 reais, nesse período custará 1.800 reais – um abuso! uma extorsão!

Os Deputados têm de vir a Brasília para trabalhar, e as empresas se aproveitam desse período para cobrar tarifas abusivas. É o dinheiro público que está em jogo.

Gostaria que a Casa tomasse alguma providência quanto a este assunto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrado meu protesto contra a maneira como a OEA se comportou diante da política do Governo brasileiro de geração de energia na Amazônia, por intermédio de Belo Monte.

Há um processo participativo entre os órgãos do Governo Federal, o Ministério Público Federal, as comunidades indígenas, as igrejas, o movimento sindical, o movimento social e Parlamentares.

A vida dos índios do Xingu, em Altamira, não vai piorar por causa de Belo Monte. Muito pelo contrário. Os índios do Pará estão melhorando de vida, porque o Governo Dilma está cuidando da demarcação das áreas indígenas, como fez o Governo Lula. Recentemente, foi criada a Secretaria Nacional de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde.

Há um debate permanente.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PTB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, 7 de abril, é o Dia Mundial da Saúde. Dia de comemoração pelo fortalecimento do SUS em nosso País, com ampla atividade dos programas Saúde da Família, Atenção Básica e de vacinação. É um dia de muitas conquistas.

Entretanto, precisamos de mais recursos, com a regulamentação, nesta Casa, da Emenda nº 29. São recursos importantes para a reativação das Santas Casas de Misericórdia e de hospitais filantrópicos, recursos importantes para o combate à tuberculose, à hanseníase e a várias doenças em cujo número de casos o Brasil é campeão, entre vários países.

Sr. Presidente, só damos importância à saúde quando ela falta. E, neste Dia Mundial da Saúde, o Brasil precisa avançar muito na regulamentação dessa emenda e de várias outras atividades dos entes federativos.

Mas hoje vamos comemorar o Dia Mundial da Saúde!

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que hoje se comemora o transcurso do Dia Mundial da Saúde, criado em 1948 pela Organização Mundial da Saúde – OMS, fundamentado no direito do ser humano a saúde e na obrigação do Governo de promovê-la.

Ao longo dos anos da história da humanidade, o saneamento ambiental tem sido o instrumento mais eficaz para a promoção da saúde. Nesse sentido, lembro-me – já se vão muitos anos – de decisivo depoimento de moradora de uma favela do Recife, no lançamento do Programa Fome Zero pelo Presidente Lula: *“O que o pessoal precisa mesmo é de uma casa com água e esgoto. Tendo uma habitação digna, a comida a gente consegue”*.

Quando se fala em saúde, nobres pares, nosso pensamento se direciona logo para assistência médica, hospital, remédio... Essas coisas, no entanto, constituem apenas um dos elementos do setor saúde. Muitas vezes, é mais importante ter água potável, ambiente

e alimentos saudáveis. Tudo isso, quando bem feito, resulta num bom nível de saúde pública.

Mas este ano, Sr. Presidente, o Dia Mundial da Saúde será dedicado aos medicamentos, mais precisamente à resistência aos antimicrobianos, uma ameaça para a atenção aos pacientes e ao controle das doenças em todo o mundo.

A resistência aos antimicrobianos é um obstáculo importante para o êxito, por exemplo, do controle do HIV, da malária e da tuberculose – três das principais causas de mortalidade por doenças infecciosas no mundo. Esse grave problema faz com que se torne mais difícil tratar as infecções adquiridas nos hospitais, facilita o aparecimento de superbactérias resistentes aos principais antibióticos e cria a necessidade de novos tratamentos, mais caros e mais complexos.

Assim sendo, o Dia Mundial da Saúde 2011 pretende despertar a consciência das sociedades em geral sobre os fatores que contribuem para a resistência aos antimicrobianos, construir o compromisso para encontrar soluções comuns no combate às doenças e impulsionar a implementação de políticas e práticas que possam prevenir e conter a resistência aos antimicrobianos.

Trata-se, portanto, de uma oportunidade para reforçarmos e ampliarmos os investimentos no Sistema Único de Saúde – SUS, além, é claro, de envidarmos os maiores esforços possíveis para levar a plenário e finalmente aprovar a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, definindo formas de efetivo financiamento da saúde pública no País, e garantir o piso salarial dos agentes comunitários. Conseguimos liberar os recursos da saúde e da educação contingenciados pela DRU – a Deputada Fátima Bezerra liderou a luta –, mas precisamos aumentar o financiamento do SUS. A propósito, quero parabenizar a Presidente Dilma Rousseff e o Ministro Alexandre Padilha, que tem realizado excelente trabalho, mas, repito, chegou a hora de aumentar o financiamento do SUS, a fim de garantir políticas públicas de saúde de qualidade para o povo brasileiro.

Por outro lado, Sr. Presidente, não podemos fechar os olhos para a questão dos planos de saúde. Justamente em face da situação que ocorre nesse setor, hoje está ocorrendo uma greve geral de médicos por todo o País. A paralisação será de 24 horas e atingirá apenas o atendimento de pacientes de planos e seguros de saúde – o atendimento aos casos de urgência e de emergência está garantido.

Os médicos reivindicam fim da ingerência das operadoras, garantia de direitos dos pacientes e remuneração digna e também protestam quanto ao papel desempenhado pela Agência Nacional de Saúde

Suplementar – ANS, órgão regulador dos planos de saúde, cuja fiscalização está aquém do desejado.

Sobre o primeiro assunto, registro que já apresentei requerimento à Comissão de Seguridade Social e Família, da qual sou membro titular, de realização de audiência pública a fim de discutir aprofundadamente a questão dos planos de saúde no Brasil.

Mas ainda assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos hoje o transcurso do Dia Mundial de Saúde, lembrando que todos brindamos à saúde e ao mais completo estado de bem-estar físico, mental e social e não simplesmente à ausência de doença. Isso significa, Sr. Presidente, que uma pessoa saudável não é aquela que não está doente, mas aquela cujo corpo e a mente funcionam em harmonia, desempenhando as funções que cabem a cada um e proporcionando o máximo de bem-estar, disposição e vitalidade.

E Governo e Legislativo saudáveis são justamente aqueles que seguem esses preceitos!

Muito obrigado.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi uma alegria vermos o Supremo Tribunal Federal votar ontem pela constitucionalidade da lei que institui o piso salarial nacional do magistério, aprovada por unanimidade nesta Casa.

Nós militamos nessa área. Temos como Presidente da Comissão de Educação a nossa companheira Deputada Fátima Bezerra, que está ali sentada.

Foi uma luta dura. Enfrentamos algumas dificuldades, mas, no cômputo geral, o saldo foi positivo. Com o reconhecimento da constitucionalidade dessa lei, o avanço da educação em nosso País será cada vez maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. ALUIZIO (Bloco/PV-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia Mundial da Saúde, dia de extrema importância para toda a sociedade.

Eu dedico este dia aos profissionais da saúde, especialmente aos médicos, e sobretudo aos doentes de câncer deste País. Trezentos mil casos novos de câncer são diagnosticados todos os anos, e cerca de 120 mil pessoas morrem de câncer neste País.

Rogo a Deus que nós, homens públicos, possamos estabelecer uma real política de combate ao câncer, oferecendo-se diagnóstico precoce e tratamento efetivo à população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que hoje está ocorrendo

um movimento de ambientalistas e de agricultores familiares em defesa da reforma agrária e contra o uso de agrotóxicos, em homenagem ao transcurso do Dia da Saúde e em protesto contra o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo, Relator do projeto que altera o Código Florestal Brasileiro.

A Via Campesina, a FETRAF e o MST, os movimentos sociais ligados ao ambientalismo e à agricultura familiar, estão firmando uma posição aqui em Brasília. Esperam que haja consenso em torno dos pontos polêmicos do parecer do Deputado Aldo Rebelo, a fim de que possa vir a este plenário um Código Florestal digno desta Casa e do século XXI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado de Santa Catarina é responsável por 9% da produção de arroz no Brasil, produção essa oriunda de pequenas propriedades em que se utiliza mão de obra familiar. Aproximadamente 13 mil famílias catarinenses se dedicam à produção de arroz, sendo utilizados para essa cultura em torno de 145 mil hectares.

No entanto, Sr. Presidente, a excessiva queda no preço do arroz vem descapitalizando de forma desesperadora o setor orizícola.

Diante dessa realidade e tendo em vista a crescente preocupação e ansiedade reinantes entre os agricultores, foram realizadas várias reuniões em que se elencou como prioritárias as seguintes reivindicações:

Garantir o preço mínimo do arroz de R\$25,80 a saca de 50 quilos, através de mecanismos ou medidas para a sustentação do preço, tais como contrato de opções AGF, EGF, PEP, PGPAF, entre outros, com imediata liberação de recursos para o agricultor e com respeito do preço mínimo pela indústria,

As providências mencionadas estão sendo aplicadas pelo Governo Federal, mas, infelizmente, não estão surtindo efeito ao mercado. Por isso, é fundamental que sejam credenciados, de forma emergencial, armazéns no âmbito das propriedades, pois a indústria não está demonstrando interesse em aderir ao PGPM. O credenciamento de armazéns em nível de propriedade tornaria os mecanismos do Governo Federal muito mais eficazes.

Viabilizar alternativas para o agricultor que eventualmente tenha frustração de safra, ou problemas com a comercialização, a fim de que ele possa negociar suas dívidas perante as entidades creditícias.

Mobilizar os Governos Federal, Estaduais e Municipais para a inclusão do arroz na merenda escolar, PENAE, sacolões e programas sociais.

Controlar rigorosamente o peso e realizar exames fitossanitários na entrada de arroz nas fronteiras; em caso de ajuda humanitária, que os Governos não o façam em moeda, mas em alimentos (arroz);

Intensificar as exportações e o consumo interno de arroz, realizando campanha de valorização desse importante grão para o povo brasileiro;

Intervir o Governo Federal nos acordos comerciais do MERCOSUL, com o objetivo de dar competitividade ao setor orizícola nacional, tendo em vista as desigualdades tributárias do MERCOSUL.

Ficam registradas, Sr. Presidente, as reivindicações do setor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que comunico a este Plenário que assumi, no início desta Legislatura, na Câmara dos Deputados, a presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha.

Preliminarmente, antes mesmo de falar um pouco sobre a honra e a responsabilidade de presidir esse tradicional Grupo Parlamentar, gostaria de dirigir algumas palavras ao meu ilustre antecessor na presidência, o nobre Deputado Nilson Pinto, do PSDB do Pará, que assumiu neste ano a Secretaria da Educação do seu Estado e que já foi professor na Alemanha.

Considero uma grande responsabilidade suceder a Nilson Pinto como Presidente desse Grupo Parlamentar. A sua forte personalidade de homem, de intelectual e de político marcou a função em termos indelévels, granjeando-lhe prestígio, no âmbito nacional e internacional. Procurarei honrar tão distinta e rica herança, que se junta ao patrimônio acumulado por todos os antigos titulares do cargo; e aqui cito, entre as preeminentes figuras de destaque da política nacional que integraram o Grupo Parlamentar, o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, Presidente de Honra do Grupo nos anos 90 do século passado.

Na hora da despedida ao Presidente Nilson Pinto, os integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha só podem dizer-lhe, cordialmente, muito obrigado!

Sr. Presidente, devo confessar que o sentimento dominante de quem assume funções de liderança parlamentar – como é o caso quando se assume a presidência de um grupo ou frente parlamentar – é, antes de tudo, um sentimento de responsabilidade. Mas é também o sentimento, profundamente republicano, de quem se sente honrado por ter a rara oportunidade de poder servir, ainda mais intensamente, na democracia, aos seus compatriotas e ao seu País. É com esse espírito de serviço, portanto, que inicio a função de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha.

É com essa consciência – de responsabilidade e de gratidão – que redobro a minha vontade, a minha energia e o meu orgulho de servir ao Parlamento nacional.

Minhas senhoras e meus senhores, vivemos tempos exigentes e difíceis. Tempos de grandes desafios para todas as nações. Os reflexos da última crise econômica mundial ainda impõem a todos os países um esforço sério para a recuperação das suas economias.

É nesse contexto de arregimentação de forças para superar incertezas que se torna ainda mais imperioso que o Brasil saiba o que quer e qual o seu caminho rumo à modernização da economia, do Estado e da sociedade brasileira. E não há rumo claro sem prioridades claras...

Penso que uma das prioridades deve ser o estreitamento de laços com nações amigas. O cenário internacional exige dos países e blocos econômicos crescente integração. Nossas relações com a nação alemã, não resta dúvida, são um exemplo emblemático de uma integração viva e de sucesso. É um rumo certo a tomar...

As relações comerciais, econômicas e culturais entre Brasil e Alemanha existem há séculos, e o mercado brasileiro sempre foi muito atraente para o comércio e para os investimentos alemães. O mercado brasileiro, por sua vez, também se interessa por uma parceria experiente e confiável que o auxilie no processo de crescimento e de modernização.

Vejam, Srs. Deputados: dados de 2010 corroboram a excelente relação entre os dois países, que vivem grande momento no cenário mundial. O comércio entre o Brasil e a Alemanha registrou recorde em 2010. Após um período de pequena retração nas relações comerciais em 2009, devido à crise financeira global, o intercâmbio entre os dois países mostra rápida recuperação e apresenta forte movimentação positiva, com crescimento de 29% no consolidado de 2010.

O crescimento das exportações brasileiras foi acelerado principalmente pela expansão nas saídas de minério de ferro, de cobre, de automóveis, de aviões, de café e de soja. Do lado dos europeus, destaque para medicamentos humanos e veterinários, compostos químicos, automóveis e tratores.

As exportações brasileiras para a Alemanha chegaram, até o final de 2010, a US\$8,1 bilhões, o que representa um crescimento de 31,8% na comparação com 2009, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento. As importações brasileiras aumentaram 27,2% e passaram de US\$9,9 bilhões para US\$12,6 bilhões. A corrente de comércio teve recuperação de 29%, totalizando US\$20,7 bilhões, enquanto em 2009 foi de US\$16 bilhões.

A Alemanha ocupa a quinta posição entre os principais mercados de destino de produtos brasileiros, abaixo apenas de China, Estados Unidos, Argentina e Países Baixos, e permaneceu estável na comparação com 2009. Entre os países fornecedores de produtos ao Brasil, a Alemanha ocupa a quarta posição, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Argentina. É o primeiro país da Europa nas relações comerciais com o Brasil.

Sr. Presidente, é justamente ancorado em todo o quadro auspicioso de integração crescente com essa nação amiga que emerge a importância do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha e seu papel no aprimoramento das relações entre os dois países, que se fortalecem à medida que a economia brasileira ganha importância no cenário econômico-político global. O Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha é um instrumento valioso de aproximação entre os Parlamentares dos dois países, um fórum de discussão e resolução de problemas para o benefício de ambos e um catalisador do aperfeiçoamento do regime democrático e o progresso social das duas nações.

Senhores, vivemos um momento em que o País precisa dos seus setores mais empreendedores, do seu sistema científico e tecnológico, das suas escolas e universidades, da integração com parceiros internacionais e com nações amigas. Não tenho dúvidas de que todos esses atores se empenharão em responder aos desafios do presente. E a Alemanha não deixará de ser uma de nossas mais aguerridas parceiras...

Pela minha parte, quero deixar uma palavra de confiança: a presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha confia na capacidade dos nossos Parlamentares e não deixará de apelar para o que de mais dinâmico tem o País, ou seja, sua capacidade de inovar, sua ambição de ser uma Pátria com pleno desenvolvimento social. E o que posso garantir é que podem contar com o nosso empenho na procura de acordos e de compromissos sociais entre nações irmãs que deem sentido e sustentação aos grandes objetivos nacionais.

Para finalizar, anuncio para este plenário que hoje, no final da manhã, receberei em meu gabinete o Embaixador do Brasil na Alemanha, Sr. Everton Vargas, ocasião em que vamos estreitar as relações de amizade, integração e intercâmbio, bem como planejar juntos a contribuição do Parlamento brasileiro nas comemorações que ocorrerão no Brasil em 2012, que será o ano do país alemão em nossa Pátria..

Essas eram as minhas considerações.

Peço à Presidência que determine a divulgação deste pronunciamento nos veículos de comunicação da Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. MANATO (PDT-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que, segunda-feira passada, no Palácio Anchieta, em Vitória, o Governador Renato Casagrande, com a presença da bancada federal e de representantes da classe empresarial, recebeu o Presidente da PETROBRAS, Sr. José Sérgio Gabrielli, para discutir a cadeia produtiva de fornecedores da empresa.

O Estado do Espírito Santo tem grande potencial no setor petrolífero. Aliás, é hoje o segundo maior produtor de petróleo do País e o primeiro na região do pré-sal.

Na oportunidade, foi discutido o que os empresários podem fazer para se habilitarem a fornecer para PETROBRAS, e o nosso Estado precisa disso.

Parabenizo a PETROBRAS e o Governo do Estado pela visão desenvolvimentista, principalmente na área de gás e petróleo, setor que mais cresce no Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, era meu propósito, hoje, fazer um discurso sobre o Dia Mundial da Saúde, mas o deixarei para outra oportunidade, tendo em vista a tragédia ocorrida em Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde crianças foram brutalmente assassinadas.

Vou me inteirar melhor dos fatos, mas, desde logo, manifesto meu total apoio ao Governador do Estado e ao Prefeito do Rio de Janeiro, que têm feito todo o esforço para combater qualquer tipo de violência.

Nada justifica esse fato. Não podemos imitar países que não dão orientação nem oportunidade às crianças, como temos feito em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho manifestar minha profunda tristeza com a decisão adotada pela Câmara dos Deputados, ontem e anteontem, ao aprovar essa insensatez, o projeto do trem-bala.

O País precisa de transporte de massa. Os trabalhadores passam horas em ônibus de péssima qualidade e em vagões de metrô superlotados e que precisam de novas linhas. Mesmo assim, o meu Estado, a Bahia, deu apenas três votos contrários ao projeto do trem-bala – e o Estado que precisa de aeroportos, que precisa de portos.

O metrô de Salvador está há 10, 11 anos parado, sem ser concluído, e nós transferimos 25 bilhões de reais em subsídios e em financiamentos para uma obra absolutamente não prioritária.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Chico Lopes, saúdo mais uma vez os professores de todo o Brasil pela importante conquista obtida na noite de ontem no julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial nacional da categoria. A Suprema Corte reafirmou a constitucionalidade da lei e definiu com clareza que piso é o vencimento básico. Não adianta criarem artifícios para tentar burlar a lei: o piso é o vencimento básico.

Rendo também minhas homenagens a esta Casa, que aprovou o piso por unanimidade, à Frente Parlamentar e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que desempenharam papel muito importante na mobilização da categoria.

Agora, Sr. Presidente, vamos nos preparar para o próximo desafio: debater o PNE – Plano Nacional de Educação, na recém-criada Comissão Especial destinada a apreciar a matéria.

O SR. GABRIEL CHALITA (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a imprensa noticiou, nesta manhã, a ocorrência de uma tragédia no Bairro do Realengo, Rio de Janeiro: um homem armado entrou numa escola e começou a atirar em crianças.

O que a imprensa revelou, por enquanto, é que o fato seria um caso de **bullying**, de um pai que foi vingar-se do que o filho estaria sofrendo na escola.

Hoje, o **bullying** é um dos problemas mais sérios da educação no Brasil. Aliás, essa triste prática transformou-se numa preocupação mundial.

Daí por que precisamos fazer com que as escolas sejam espaços de paz. Às vezes, a imprensa internacional noticia casos de pessoas que, ao reagirem ao **bullying**, se transformam em valentões. Na verdade, tanto os agressores quanto os agredidos são vítimas nesse processo.

Precisamos combater esse tipo de procedimento e construir a paz.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Mundial da Saúde é também um dia de luta das mulheres brasileiras contra o agrotóxico.

Temos de ir à raiz dos problemas. Todos sabemos que uma série de doenças têm origem na nossa alimentação. Muitos desprezam, às vezes, pequenos resíduos que aparecem nos alimentos. É importante termos consciência de que basta uma gota de determinada vacina para a pessoa estar imunizada por muito tempo. Imaginem, então, a gravidade de certos resíduos, de veneno em legumes, em verduras, em frutas.

Convidamos todos para participarem agora de audiência pública no Plenário 7, onde vamos debater esse assunto.

Expressamos também a nossa solidariedade, o nosso apoio e a nossa alegria aos trabalhadores da educação pela grande conquista alcançada ontem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar um fato importante para o nosso Estado, o Ceará, que ocorrerá amanhã. O Governador do Estado, Cid Gomes, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o Secretário de Saúde, Dr. Arruda Bastos, vão inaugurar o Hospital Regional do Cariri.

O Ceará possui três macrorregionais de Saúde: a sede fica em Fortaleza; outra na Zona Norte; e a terceira no Cariri.

Esse hospital, com perfil de atendimento de urgências e emergências, tem quase 300 leitos e custou aos cofres públicos do Ceará 180 milhões de reais, o que mostra a coragem, a ousadia, o desprendimento com que os investimentos vêm sendo feitos na área de saúde no Estado.

Tive a honra de ser Secretário de Saúde do Estado do Ceará no primeiro Governo de Cid Gomes e de dar início a essa grande obra a ser inaugurada amanhã.

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna desta Casa do povo para fazer uma homenagem a três Municípios da região oeste da Bahia que comemoraram o aniversário de fundação na semana passada: o Município de Santa Rita de Cássia, o segundo a ser criado na região; o Município de Correntina, que comemorou 73 anos de emancipação político-administrativa; e o Município de Luís Eduardo Magalhães.

Faço aqui um registro muito importante em relação ao Município de Luís Eduardo Magalhães, do qual fui Prefeito por dois mandatos. É um dos mais promissores da região oeste. Apesar de ser o mais jovem Município do País, com apenas 11 anos de emancipação político-administrativa, é uma das grandes economias da Bahia – a décima do Estado –, pois gera muitos empregos e oportunidades para os nossos trabalhadores.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize o registro desta homenagem nos Anais da Casa e sua divulgação pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – V.Exa. será atendido.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os professores da rede estadual do Maranhão estão em greve. Embora julgada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, cuja decisão foi mantida pelo Ministro Ricardo Lewandowski,

do Supremo Tribunal Federal, não há sinais de que a greve acabará.

O direito a greve é democrático e constitucional, Sr. Presidente, mas quero lembrar que em novembro haverá a Prova Brasil, com a finalidade de apurar o que os alunos aprenderam no período anterior. Portanto, se vier um resultado ruim, todos serão responsabilizados, não apenas o pobre do aluno, o professor ou a escola, mas o conjunto da sociedade, principalmente os líderes sindicais que não conseguem entender que a greve foi declarada ilegal. É preciso respeitar a decisão da Justiça e compreender que os alunos precisam estar bem preparados para a Prova Brasil em novembro.

É o meu apelo: que a greve seja encerrada e que as escolas voltem à normalidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enlutado, quero somar-me aos colegas que manifestaram horror em face do episódio acontecido pela manhã no ambiente sagrado de uma escola pública, a Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Parece que, importando a cultura da violência, do desatino e da agressão, supostamente um pai de estudante entrou em sala de aula e atirou a esmo em várias crianças para se vingar de possível **bullying** que o filho ou a filha sofria.

Se essa versão é verdadeira, trata-se da importação da cultura da violência que acontece nos Estados Unidos, no Canadá e em outros países, cultura que, infelizmente, também vai entrando na rotina estúpida do Brasil.

Temos de reagir com toda a força contra isso e combater suas causas: o armamentismo desenfreado, pois qualquer um pode portar uma arma; o contrabando de armas letais; e a visão cultural tacanha de que a violência resolve tudo.

A ocorrência de hoje revela um declínio pedagógico e educativo. É um absurdo total.

O SR. ROMERO RODRIGUES (PSDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero louvar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que ontem considerou constitucional o piso salarial nacional do magistério da educação básica.

Já tive oportunidade de propor a esta Casa a modificação da lei que fixou o valor desse piso, elastecendo-o para R\$2.180,00. O Brasil e esta Casa precisam reconhecer e valorizar esses profissionais.

(O microfone é desligado.)

O SR. ROMERO RODRIGUES – Sr. Presidente, peço mais um tempo para concluir meu raciocínio, pois, no início da minha fala, houve um problema no som. Sou regimentalista e não iria faltar ao respeito com

V.Exa. e com esta Casa, até porque respeito o tempo dos demais Parlamentares.

Concluo dizendo que minha proposta visa exatamente valorizar esses profissionais, ao fixar o piso salarial nacional do magistério em R\$2.180,00. Reconhecer o valor desses profissionais é a única forma de tirarmos o Brasil do atraso e da miséria, construindo, por meio da educação, uma base mais sólida para nosso povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que, por proposta de minha autoria, ontem foi lançada a Frente Parlamentar de Acompanhamento da Ferrovia Oeste-Leste e Porto Sul, destinada apoiar e observar o desenvolvimento das obras.

Neste momento, a Ferrovia Oeste-Leste é a obra mais importante do Estado da Bahia. Partindo do Estado de Tocantins, ela atravessa todo o território baiano, levando desenvolvimento àquela área e propiciando sua integração ao contexto nacional.

Apesar de as obras da ferrovia já terem sido iniciadas, infelizmente não há licença do IBAMA para a construção do Porto Sul. Assim, quero enfatizar, da tribuna desta Casa, a urgente necessidade de o IBAMA conceder a respectiva licença ambiental.

Muito obrigado.

O SR. DR. CARLOS ALBERTO (PMN-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho registrar o meu agradecimento à Dra. Rosa Conde, da Fundación Carolina, que está convidando 16 brasileiros a irem à Espanha para um intercâmbio de conhecimentos, inclusive sobre o trem-bala. Entre esses brasileiros está o Chefe de Gabinete da Liderança do PMN, Nivaldo Adão Ferreira Júnior.

Muito obrigado.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o Município de Rio das Ostras que amanhã completará mais um ano de emancipação político-administrativa.

Integrante da chamada Região dos Lagos, a linda cidade de Rio das Ostras é vizinha de Cabo Frio e próxima de Búzios, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Araruama, Iguaba e Saquarema.

Amanhã, Rio das Ostras estará em festa.

À noite, estarei na Câmara de Vereadores, participando da cerimônia da entrega de títulos de Cidadão Riostrense.

Deixo um forte abraço à população de Rio das Ostras, ao mesmo tempo em que parabenizo o Prefeito Carlos Augusto, que faz uma belíssima administração.

Eram as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, Cuiabá, Capital de Mato Grosso, completará 292 anos amanhã. Embora eu vá fazer um pronunciamento sobre isso no Pequeno Expediente de hoje à tarde, gostaria de ler o refrão do Hino de Cuiabá, de autoria de Esequiel Pompeu Ribeiro de Siqueira e Luiz Cândido da Silva:

“Cuiabá, és rica de ouro;
És do Senhor Bom Jesus;
Do Estado, a Cidade-luz;
És, enfim, nosso tesouro.”

Sr. Presidente, mas o que me trouxe neste momento à tribuna foi a decisão do Supremo Tribunal Federal de garantir o piso salarial nacional dos professores do nosso País. Essa é uma vitória dos professores, acima de tudo da educação brasileira, porque não há como fazer educação de qualidade sem garantir uma remuneração adequada aos profissionais da área.

E vou além da questão dos professores, para me referir aos demais profissionais que atuam na área da educação. Em Mato Grosso, há mais de 15 anos já se trata no plano de carreira, cargos e salários da remuneração desses profissionais.

Entendo, entretanto, que foi um avanço significativo o que esta Casa aprovou, ou seja, o piso salarial do magistério. Em Mato Grosso e, creio, na maioria dos Estados brasileiros, nos próximos 10 anos mais da metade dos professores deverá se aposentar. Nós temos de criar uma forma de atrair novos profissionais para a carreira do magistério. Uma forma de atrair novos profissionais para essa área é garantir a educação de qualidade; para isso, precisamos garantir uma boa formação inicial; e, depois, quando na atividade do magistério, uma excelente formação continuada. Acima de tudo, temos de garantir boa remuneração, porque é uma atividade que requer muito empenho desses profissionais abnegados.

Sr. Presidente, se queremos garantir cidadania ao povo brasileiro, isso deve ser feito através da educação e através de profissionais qualificados. Assim como a saúde, a educação acontece prioritariamente com recursos humanos.

Portanto, faço um apelo para que avancemos cada vez mais no que se refere à destinação de recursos para a educação, o que podemos fazer durante a apreciação do Plano Nacional de Educação, que está sendo discutido nesta Casa e que será votado este ano.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de lamentar o falecimento do Vereador Otávio Ma-

nente, de São Bernardo do Campo, figura política da cidade, que foi Secretário Municipal e Vereador. É pai do Deputado Estadual Alex Manente. São homens da política da nossa região.

Poderíamos até ter algumas divergências, mas este é um momento de pesar e de solidariedade. À família a nossa solidariedade.

Por falar em São Bernardo, Sr. Presidente, vim hoje falar a respeito do que está para acontecer naquele Município. O Prefeito Luiz Marinho, nosso companheiro, introduziu desde o seu primeiro ano de mandato o orçamento participativo. Mais de 20 mil pessoas já participaram de assembleias. Agora estão sendo programadas novas assembleias, sendo o primeiro período destinado à prestação de contas e o segundo período à definição das prioridades. Na ocasião serão ouvidas as donas de casa, as pessoas mais simples, os moradores e as lideranças, para que sejam definidas as metas, os três pontos mais importantes. É um espaço para que a cidade se manifeste.

Estou muito feliz com os acontecimentos em São Bernardo. O povo daquela cidade nunca foi ouvido. Aliás, é ouvido apenas na época da campanha eleitoral, quando lhe pedem votos, mas não na hora de prestar contas, nem na hora de discutir projetos.

E não é à toa que o Luiz Marinho já é considerado o Prefeito que mais trabalhou na história de São Bernardo do Campo.

Apenas para citar um exemplo, participei há poucos dias da inauguração de um espaço muito querido por todo o Brasil, que é o Parque Estoril, onde um teleférico estava paralisado há 16 anos. Tudo isso é fruto da participação da comunidade, da participação do povo.

Serão realizadas mais de 20 assembleias populares, com critério, com eleições democráticas, quando serão definidas as ações para saúde, educação, habitação. Enfim, serão definidos belos projetos para a nossa comunidade. E mais importante do que o projeto é a maneira como estão sendo discutidos, ou seja, com a participação do povo. Pessoas das regiões mais carentes e que nunca tinham ouvido falar desse tipo de ação têm comparecido às assembleias para protestar e também para apresentar propostas. E esse povo é unido.

Quero parabenizar o meu companheiro Prefeito Luiz Marinho e também a companheira Nilza de Oliveira, a Secretária responsável por essas importantes e grandiosas assembleias, em que os debates democráticos e transparentes têm durado horas.

Esse é o jeito petista de governar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado João Ananias.

O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participei ontem de reunião da bancada dos Deputados do Estado do Ceará, na qual esteve presente o Dr. Luiz Azevedo, Subchefe de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais. O tema discutido foi Restos a Pagar. Segundo o Governo Federal, em 30 de abril serão cancelados todos os contratos entre o Governo Federal entre os Ministérios e os Municípios, aqueles que não foram processados.

Acho que essa é uma preocupação de todos nós que temos ligações estreitas com os Municípios, principalmente nós do Nordeste, dos Estados mais pobres, como é o caso do Estado do Ceará. Esses recursos das emendas, dos programas dos Ministérios, das transferências do próprio Governo Federal são de suma importância para esses Municípios. Sem eles a capacidade de investimento dos Municípios é abolida – nem digo que será diminuída, pois será mesmo abolida.

A APRECE (Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará) realizou reunião conosco há 1 semana e externou a sua justa preocupação com esse fato, em função da importância desses recursos financeiros para os Municípios de nosso Estado, principalmente no momento em que enfrentam grave crise decorrente da má distribuição tributária no nosso País – a grande fatia dos recursos oriundos dos impostos arrecadados fica com a União, sendo repassados recursos insuficientes para o atendimento das fartas demandas aos Prefeitos Municipais.

Não é justo que o Governo Federal proceda assim, já que muitas obras não são iniciadas ou concluídas por dificuldades causadas pela tramitação burocrática, seja na esfera dos Ministérios, seja na esfera da própria CEF (Caixa Econômica Federal).

É claro que alguns Municípios são os responsáveis pelo atraso na execução orçamentária desses contratos. Porém, isso representa uma minoria insignificante diante do todo, que valoriza sobremaneira esse aporte que propicia os investimentos que os Municípios não podem fazer com os recursos das receitas transferidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui Prefeito da minha pequena e pobre cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará, e lembro-me bem do que representa uma emenda parlamentar para as obras demandadas pelo povo. Em função disso, eu me engajo nessa luta dos Municípios, liderados pela APRECE através da sua presidente, a Prefeita Eliene Brasileiro, grande batalhadora das causas municipalistas.

Repito que é providência de suma importância porque são esses recursos que garantem a construção das passagens molhadas e dos ginásios cobertos ou a reforma de escolas e hospitais, bem como a melhoria e a compra de equipamentos. Então, esses recursos são fundamentais. E muitas vezes se passa a ideia de que o atraso é culpa dos Municípios. É claro que há os que se descuidam, mas a maioria dos atrasos se dá em função da burocracia.

Até proponho que, tal como fizemos no Ceará, a transferência seja feita fundo a fundo, como se faz com os recursos de custeio, para que os investimentos também possam ser feitos nessa modalidade, acabando com a figura do convênio, que é burocrático, pois tem de passar pela Caixa Econômica Federal, o que dificulta muito o trâmite e a chegada desses recursos aos Municípios.

Concluo fazendo coro com os demais Deputados Federais do meu Estado, apelando à Presidenta Dilma Rousseff para que prorrogue esses prazos, para que não gere decepção e prejuízo intenso aos nossos Municípios.

Era só, Sr. Presidente. Peço que o meu pronunciamento seja incluído nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 8.035/10, que estabelece o Plano Nacional de Educação 2011-2020 e inicia sua tramitação nesta Casa, é um importante instrumento para a definição da política educacional brasileira. Poderá contribuir de forma consistente para que o País dê um salto de qualidade na educação.

No entanto, o texto apresentado pelo Governo Dilma apresenta uma série de problemas, decorrentes de uma opção equivocada por políticas privatistas na educação.

Desde a Constituição Federal de 1988, desenrola-se no País uma aberta disputa entre o público e o privado no campo da educação: de um lado, aqueles que defendem uma perspectiva da garantia do direito a educação de qualidade para todos e todas; de outro, os que defendem políticas neoliberais, marcadas pelo favorecimento aos interesses do mercado na exploração da educação.

O projeto apresenta alguns avanços em relação ao PNE 2001-2010, boa parte deles vindos de imposições já definidas em outras legislações. É o caso da

obrigatoriedade da educação básica para todas as crianças de 4 a 17 anos e o estabelecimento de uma meta de aplicação de recursos públicos no setor em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, determinado pela Emenda Constitucional nº 59, promulgada em 11 de novembro de 2009.

Chama a atenção, porém, no conjunto de metas estabelecidas pelo Plano, o fato de que as estratégias para a superação dos desafios passam, na maioria das vezes, por soluções privatizantes, que permitem a exploração de serviços educacionais ou o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada.

De forma geral, o PL nº 8.035/10, ao tratar do atendimento nos diversos níveis de ensino, não define percentuais de crescimento para o setor público, mas propõe estratégias baseadas no repasse da responsabilidade da prestação do serviço para entidades privadas, seja por intermédio de isenção fiscal em troca de bolsas, seja por subsídios a entidades filantrópicas, através de convênios.

Isso fica evidente, por exemplo, nas estratégias que estimulam a expansão das creches comunitárias. É uma forma de gerar mais vagas em entidades que muitas vezes funcionam em condições precárias, que mantêm relações de trabalho que não são ideais, até com pessoal não habilitado, e não contam com recursos educacionais mínimos.

A lógica também é evidente na expansão proposta para o ensino profissionalizante. O modelo é o de bolsas parciais e integrais conseguidas por meio de isenções fiscais dadas à iniciativa privada. A proposta já foi inclusive publicada pelo Governo Dilma no chamado PRONATEC.

São várias as estratégias ainda que focam a destinação de recursos e a terceirização de serviços para o chamado Sistema S, além de propostas de estímulo à expansão da oferta de cursos de pós-graduação que claramente apontam para modelos que favorecem as instituições privadas de ensino à distância.

A Conferência Nacional de Educação – CONAE, convocada pelo próprio Governo entre 2009 e 2010, foi realizada sob a propaganda de que definiria as diretrizes para o novo PNE. O processo foi marcado por enormes limitações para o debate das políticas educacionais, mas a mobilização dos setores que defendem a educação pública garantiu, na etapa nacional, a conquista de diversas diretrizes e metas que reafirmam a educação como um direito, o dever do Estado na garantia desse direito e o direcionamento dos recursos

públicos para as instituições públicas. Apesar disso, a proposta do Governo Federal para o novo PNE ignorou as mais importantes decisões da CONAE.

Entre os pontos do novo Plano que não respondem às diretrizes traçadas pela CONAE, destaco o financiamento da educação, que deveria ser o ponto forte do projeto. Nessa questão, o PNE proposto avança em relação ao Plano anterior, completamente aliado pelo veto de FHC aos itens de financiamento. Mas a meta de recursos a serem aplicados – aumento progressivo do gasto público para alcançar 7% do PIB em 2020 – está bem abaixo das deliberações da CONAE. Essa era a meta de 2001, que foi vetada por FHC e que deveria ter sido atingida nesta década. Ou seja, o PNE do Governo adia por mais de 10 anos um dos elementos mais importantes para que o País possa avançar na qualidade da educação pública.

Para termos ideia da insuficiência desse montante, basta dizer que, se desdobrássemos o número de crianças atendidas na educação infantil (o que ainda deixaria 60% das crianças de 0 a 3 anos sem creche), universalizássemos o ensino fundamental, aumentássemos em cerca de 50% as matrículas no ensino médio e dobrássemos as matrículas no ensino superior público, ampliaríamos os gastos para 6,9% do PIB. Mas como avançar na melhoria do salário dos profissionais, na garantia da qualidade das estruturas escolares, na redução do número de alunos por sala e em todas as outras metas apresentadas, se não há garantia de mais recursos para isso?

O estabelecimento de um gasto de 10% do PIB ao longo da vigência do novo PNE, como aprovado na CONAE, é o mínimo de que precisamos para que a educação pública de fato avance na superação de seus problemas e para que possamos garantir o direito de todos a uma educação de qualidade.

Por isso, apresentei nesta Casa, com o apoio de mais de 180 Deputados de diferentes partidos, projeto de lei para a realização de um plebiscito nacional sobre o tema, mediante o qual se ouça o conjunto da população brasileira sobre a prioridade que queremos dar à educação.

A defesa de 10% do PIB para o setor e a aprovação de mudanças significativas no Projeto de Lei nº 8.035/10, o novo PNE, devem mobilizar entidades, profissionais, pesquisadores, alunos e todos que defendem as bandeiras históricas da educação pública.

Vamos à luta!

Muito obrigado.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de expressar a minha satisfação por integrar a Frente Parlamentar Mista de Defesa das Pessoas com Deficiência.

Instalada esta semana, a Frente tem um grande horizonte de tarefas a realizar.

Na Legislatura anterior, conseguimos aprovar a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Agora, o desafio consiste em internalizar no Direito brasileiro esse conjunto de regras modernas em prol daqueles que no Brasil constituem 15% da população e que não querem outra coisa senão dignidade, autonomia e independência: as pessoas com deficiência. Isso significa humanização da sociedade e justiça para tantos brasileiros que precisam de oportunidade.

Então, vamos batalhar, vamos criar um grupo de trabalho para introduzir no Direito brasileiro todas as modernas regras que nele precisam ser instituídas.

Verificar o nome correto da frente.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos maiores entraves para o alcance de um crescimento econômico robusto, sustentado e de longo prazo no Brasil é o quadro de baixa escolaridade dos brasileiros.

Hoje, na primeira página do UOL, a CNI fez constar que, por meio de ampla sondagem junto ao empresariado nacional, a falta de mão de obra qualificada afeta 69% das empresas e que, para mais da metade das empresas do setor industrial consultadas, a má qualidade da educação básica é uma das principais dificuldades para qualificar esses funcionários.

De certa forma, há no País uma completa inversão da lógica das coisas: o mercado parece ser forçado a se adaptar ao sistema educacional, quando o correto seria o contrário, ou seja, o sistema educacional precisa ser parceiro do desenvolvimento e suprir as necessidades de formação de capital humano para o incremento do mercado, da produção e do emprego de qualidade.

A falta de qualidade educacional que assola o País está minando as possibilidades de crescimento econômico consistente, impedindo o acesso de grandes quantidades de pessoas a empregos melhores e obstruindo uma verdadeira ascensão social para os setores menos favorecidos.

O ensino concebido como assistência social, em voga hoje no Brasil, não dará as bases necessá-

rias para a construção de um país livre, democrático e que permita aos mais jovens realizarem seus projetos e sonhos de vida. O modelo brasileiro de ensino está construindo uma sociedade frágil, com muitos desequilíbrios, e semeando um terreno fértil para o crescimento de conflitos, de marginalidade e pobreza.

Começamos por falhar, gravemente, em alfabetizar adequadamente as nossas crianças e não desenvolvemos em sala de aula as habilidades necessárias para que o estudante prossiga nos estudos, adquira autonomia e no futuro se profissionalize adequadamente.

O estudante brasileiro carrega consigo profundas deficiências educacionais durante toda a sua trajetória de vida. Esse é o nosso maior problema, é o que nos trava, é o que nos impede de viver em um país que supere as condições básicas de uma nação subdesenvolvida.

Quando se conhece os resultados dos estudantes brasileiros em avaliações educacionais e testes de desempenho, chega-se à conclusão inescapável de que o ensino básico precisa ser reformado profundamente. Essa é a reforma mais necessária e urgente.

Uma análise realista dos resultados de desempenho – Prova Brasil/2009/MEC; PISA/OCDE –, indica o percentual de 50% de alunos, matriculados em séries avançadas do ensino fundamental, analfabetos funcionais, ou seja, podem até decodificar as letras, mas não compreendem o que leem. O fato é corroborado por uma posição humilhante no *ranking* internacional de desempenho da OCDE. Infelizmente, é preciso dizer em alto e bom som que o Brasil abriga um dos piores sistemas de ensino do mundo.

Em documento intitulado *Reformas da Política Econômica: A Caminho do Crescimento*, da OCDE, publicado em meados de 2010, no capítulo referente a Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul, é dito que as recentes evidências econômicas mostram que a escolaridade de qualidade e o desenvolvimento de padrões cognitivos altos são fatores estruturais para o incremento do capital humano e o alcance do crescimento econômico, pois a indústria e o mercado poderão contar com pessoas qualificadas e aptas a implementar inovações e a executar processos produtivos.

O que agrava o problema é que o sistema educacional brasileiro destoa de todos os sistemas educacionais produtivos no tocante à formação profissional e técnica: o ensino médio brasileiro não oferece as oportunidades diversificadas de profissionalização. Praticamente só há uma opção de ensino médio, for-

çando todos a se submeterem a uma lógica de formação exclusiva e redutora para o vestibular.

Não há oferta consistente e abrangente de formação profissional para atender à demanda e o acesso ao ensino profissional não atinge 1 milhão de matrículas, 10% do total de matrículas no ensino médio. Em relação a esse total de matrículas, o Governo Federal, com suas escolas técnicas, detém um pouco mais de 1% da oferta. O setor privado (em especial o Sistema S) é responsável por quase 60% da oferta.

A diversificação do ensino técnico profissional nos países desenvolvidos se dá em pelo menos três modalidades: aprendizagem profissional, com cursos práticos e de curta duração, com ou sem certificado; nível técnico médio, com mais ou menos ênfase na prática; mais 2 anos de especialização em alguma profissão. Em todos há educação geral. Os cursos profissionais estão sendo cada vez mais flexibilizados e desenvolvendo habilidades gerais, refletidas pelas intensas mudanças do mercado de trabalho.

A falta de investimentos em formação e capacitação de pessoal, equipamentos e tecnologia acaba levando a uma subutilização do potencial humano. O País desperdiça talentos e cérebros.

Qualificar, diversificar e flexibilizar o ensino médio são pontos centrais de um projeto de nação. Esses devem ser também um dos principais objetivos da revisão do Plano Nacional de Educação, oportunidade ímpar para o País indicar o caminho da superação dos aspectos do subdesenvolvimento brasileiro.

Em educação profissional é preciso estimular inúmeras e consistentes parcerias entre os setores público e privado para aumentar a oferta de cursos e a qualidade dos mesmos, aumentar o financiamento para os cursos profissionalizantes com base em critérios de desempenho e demanda do setor produtivo e integrar de forma consistente os cursos de Educação de Jovens e Adultos com formação profissional.

O diagnóstico real dos problemas de ensino no Brasil impõe a necessidade de uma reforma educacional de todo o sistema. Os pontos principais de uma reforma deveriam ser o da completa reformulação dos currículos das etapas educacionais; da amenização da intromissão do Estado nos sistemas; do aprimoramento de um verdadeiro sistema federado e descentralizado; do fortalecimento das comunidades escolares; da responsabilização dos dirigentes educacionais, incluindo gestores escolares e professores e do aprimoramento da qualidade do gasto público.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Parlamentares, o Congresso Nacional viveu, neste mês de abril, uma semana negra. Antigamente, dizia-se que 1º de abril era o dia da mentira. Mas acredito que para esta Casa a semana toda tenha sido a semana da mentira.

Nós ouvimos vários Parlamentares, usando a sua prerrogativa, cobrarem a execução dos Restos a Pagar, dos recursos destinados às estradas. Lá no Ceará ainda ontem faleceram cinco pessoas em virtude de acidentes na BR-116, por causa da má qualidade da rodovia. Já são 32 óbitos nas BRs do Estado do Ceará.

Existem as filas nos hospitais e a paralisação, hoje, pelo Dia Mundial da Saúde. Quer dizer, o que vamos comemorar no Dia Mundial da Saúde? Muito pelo contrário, vamos lamentar óbitos, dengue. O Brasil está sendo o campeão no que diz respeito à proliferação do mosquitinho da dengue.

E ainda ficam fazendo cortesia com o chapéu alheio, com o chapéu do povo brasileiro. Por quê? Estão aprovando empréstimo de recursos do BNDES, que deveriam ter ido para as Santas Casas. O BNDES nunca mais, desde a época do ex-Ministro Serra, tão criticado por alguns, financiou ou ajudou as Santas Casas. Aí se pega recurso para um projeto que nem está licitado ainda, cujo consórcio nem existe.

Quem tiver um tempinho para ler o que dizem os articulistas da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*, vai ver também a quebra do pacto diplomático. Parece uma insensatez na Câmara Federal.

Vamos aguardar. Daqui a uns dias ou daqui a uns meses virá o aumento no preço da energia. Aí o agricultor, que está com seu motorzinho movido a energia lá no Ceará, vai dizer: *“Deputado, não posso mais ligar porque a energia está muito cara. Subiu o preço da energia”*. Uma insensatez, uma falta de compreensão.

Grande parte dos Parlamentares, inclusive os da base do Governo, cobram ações mais urgentes, cobram mais recursos para a saúde, para a educação, para a assistência social; cobram também o cumprimento do orçamento, mas na hora de votar acabam dizendo: *“Vou verificar lá no Estado do Ceará, quando estiverem falando”*.

Muito bem. É uma prerrogativa, é uma decisão política, mas nós não podemos virar as costas para o

povo brasileiro. É claro que temos de ajudar o Paraguai, mas não desse modo. Estamos ajudando o Haiti. Estive há poucos dias lá no Haiti, numa missão oficial do Exército Brasileiro. O Brasil está de parabéns pela solidariedade, pela reconstrução daquele país. Mas quebrar pactos em virtude de acordo ou de palavra de Presidente? Não podemos ter essa irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, usarei este período de Breves Comunicações, primeiramente, para parabenizar a Presidenta Dilma Rousseff e o SEBRAE, na pessoa do meu amigo Superintendente do SEBRAE na Bahia, Edival Passos, por ter alcançado a meta de 1 milhão de inscritos no Programa Microempreendedor Individual.

Hoje, Sr. Presidente, haverá uma cerimônia às 11 horas, no Palácio do Planalto, para comemorar esse feito.

Também gostaria de comemorar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que, por 7 votos a 2, confirmou o piso salarial dos professores de diversos Estados, inclusive de Estados de Parlamentares do partido do Deputado Raimundo que não queriam aplicar o piso. Alguns professores consideram o piso insuficiente. Mesmo o Sindicato dos Professores considerando insuficiente, alguns Estados não queriam aplicá-lo. Mas o Supremo se pronunciou ontem pela aplicação necessária.

Quero parabenizar diversos Parlamentares desta Casa que lutaram por isso: Deputada Fátima Bezerra, Deputado Gilmar Machado, Deputado Artur Bruno, meu amigo Deputado Alessandro Molon e outros, de outros partidos, vitoriosos nessa luta para garantir aos professores do Brasil o piso salarial instituído por lei.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para saudar e parabenizar o Município de Caém, situado na região centro-norte do sertão, na Bahia, que amanhã comemora seu 49º aniversário de emancipação político-administrativa.

A minha querida Caém nasceu da construção, na primeira década do século passado, da estrada de ferro na região, graças ao bom serviço do engenheiro francês Henry de Brutelles, que empreendera várias viagens pela região, fazendo as explorações necessárias para o serviço de locação da referida obra, do trecho que vai de Pindobaçu até o local denominado

Ladeira Grande, tendo decidido pela área que chamou de Cahen, por lembrar sua cidade de nascimento na França.

Aberto o canteiro de obras, operários de diversos recantos vieram à procura de emprego nos serviços de construção da via férrea. Com a chegada desses operários, foram surgindo cabanas em toda a extensão marginal da estrada, e o movimento tornou-se ativo e constante. Estava Cahen no limiar de sua fundação propriamente dita, efetuada no ano de 1918, como Distrito de Jacobina. Somente mais tarde, em 1963, tornou-se Município, então com o nome de Anselmo da Fonseca. Atualmente brilha como Caém, com seus dois belos povoados: Gonçalves e Piabas.

E foi justamente Gonçalves, Sr. Presidente, que tive a oportunidade de visitar, mês passado, reunindo-me com líderes comunitários, que aqui cumprimento na figura de Carlos Alberto Ferreira, meu bom “Pezão”, que nos recebeu em sua residência, onde assegurei à população local que levaria avante as suas reivindicações, pois agora tinham um Deputado disposto a lutar pela região.

Com isso, quero anunciar que os importantes pleitos repassados a mim pela comunidade já possuem alternativas de ação. Conversei com o Governador Jaques Wagner e oficializei a demanda do abastecimento de água para Gonçalves através da Barragem de Ponto Novo, além da pavimentação que liga Gonçalves ao Distrito de Junco, na fronteira de Jacobina com Quixabeira. Ainda ontem, o Governador Wagner me comunicou que já havia expedido ofícios às Secretarias de Infraestrutura e Meio Ambiente para providenciar as obras necessárias.

Agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caém está em festa. Lamentavelmente, não podemos estar presentes para desfrutar do convívio desse povo bom e trabalhador que amanhã promoverá uma fantástica apresentação cultural dos colégios e escolas do Município, seguida de uma marcante atividade esportiva, com a abertura do Campeonato Municipal no aconchegante Estádio de Caém.

Mas as comemorações não param por aí: em um exemplo de grande virtude cívica, será realizada uma sessão solene na Câmara de Vereadores de Caém, seguida de um coquetel, culminando numa estupenda apresentação de bandas na Praça Desembargador Souza Dias.

Fui convidado, mas não estarei presente devido a diversas atividades aqui na Câmara dos Deputados, que culminam às 18 horas.

Caém é uma cidade hospitaleira, e seu povo é trabalhador e pacífico. O melhor presente para Caém, Sr. Presidente, é o asfaltamento de um trecho de 12 quilômetros da estrada que liga Paraíso a Gonçalves; é a instalação de água não salobra, através da Barragem de Ponto Novo; é o término das obras na Praça do Gonçalves, através de convênio feito com o Ministério do Turismo. Esses seriam os melhores presentes para Caém, cidade pequena do interior da Bahia e com enormes carências.

Gostaria de parabenizar o ex-Prefeito Arnaldo de Oliveira, primeiro Prefeito de Caém, que tão gentilmente me convidou para participar dessas festividades. E, para concluir, peço aos meus pares, neste momento, a aprovação de uma moção de congratulações a esse egrégio Município. E que se faça constar dos Anais desta Casa.

Parabéns, Caém!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ler, para que seja transcrito nos Anais desta Casa, artigo de Antônio Mourão Cavalcante, médico, antropólogo e professor universitário da Universidade Estadual do Ceará, publicado no jornal *O Povo* do dia 2 de abril, com o título *Obama e o Visto*:

“O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, esteve no Brasil. Ganhou a simpatia de todos. Com sua família a tiracolo, pode mostrar aos brasileiros uma nova imagem do Tio Sam. Ele insistiu que somos parceiros, com igualdade e reciprocidade. E chegou mesmo a elogiar o grande esforço que o Brasil fez, nos últimos tempos, para merecer o respeito e a consideração de todos. Não deu carão, nem grito. Massageou o ego nacional. Precisávamos dessas palavras.”

Mas, lamentavelmente, parece que as orientações e o espírito de Obama ainda não conseguiram chegar às suas casas diplomáticas. Ou, pelo menos, ao consulado dos USA na cidade de Recife.

É que nessa semana, com esposa e filha, fomos renovar o pedido de visto para entrarmos no ‘país irmão’. Eu acreditava que os gestos e as palavras de Obama tinham chegado aos seus pares. Ledo engano. No Consulado de

Recife, somos (brasileiros) tratados com extrema indelicadeza. Aliás, nem sei se o Cônsul ou mesmo o Embaixador sabem disso.

No propósito de organizar, pedem que seja marcado um horário para atendimento. Um agendamento, com dia e hora precisos. Entretanto, as pessoas são obrigadas a formar uma fila, do lado de fora – expostas a chuva e ao sol – aguardando a boa vontade de verdadeiros leões de chácara que dão ordens para deixar qualquer um com medo. Fazem ameaças. Exigem coisas absurdas. Não se pode levar uma garrafa d'água ou mesmo um trivial biscoito como merenda. Tudo é ameaçador. O tratamento é sumário, ríspido. Sem maiores explicações. Como se buscássemos um favor!

Além disso, cada brasileiro que deseja se submeter a esse processo deve pagar algo em torno de R\$300 de taxas e serviços. Segundo me informei, são solicitados – só em Recife – em torno de quinhentos vistos por dia. Feitas as contas, 150 mil reais/dia.

Não fora os parentes que lá residem – e que a gente morre de saudades! – bem que eu daria tudo por visto! Na próxima viagem vou pedir ao Obama que dê uma passadinha no Recife.”

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Reclamação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as matérias publicadas no *Jornal da Câmara* têm um viés que eu considero não adequado ao jornalismo que cobre o resultado de votações nesta Casa. Diz o *Jornal da Câmara*: “*Plenário aprova acordo que triplica os repasses pela energia de Itaipu*”. Outra manchete: “*Estatal do trem-bala pode ser questionada no STF*”.

Isso expressa uma postura muito sintonizada com o discurso da Oposição. Não estou pedindo que o jornal seja favorável à posição majoritária, mas que tenha a postura de analisar o que de fato aconteceu. Foi tomada uma decisão nesta Casa e o *Jornal da Câmara* deve expressar isso, e não sinalizar com a intenção ou com a postura política que houve na disputa.

A Câmara dos Deputados tem uma posição, que não é a do partido A nem do partido B. Essa posição é tomada democraticamente e tem de ser expressa nos meios de comunicação da Casa.

Faço essa reclamação e peço que seja levada aos responsáveis pela redação desse texto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, em Brasília, está acontecendo um encontro de mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Esse movimento celebra os 20 anos da resistência contra a construção das grandes usinas no Brasil.

Desse encontro participam trabalhadores da América-Latina, que hoje de manhã fizeram uma caminhada até o Congresso Nacional e se juntaram a integrantes da FETRAF Brasil, da Via Campesina, a ambientalistas e estudantes. Às 10h30min, eles vão ser recebidos aqui, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, para discutir e também dar sugestões sobre o Código Florestal, bem como promover a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Dados assustadores fornecidos pela indústria da produção de agrotóxicos demonstram que o Brasil comercializa, por ano, 1 milhão de litros de veneno. Esses agrotóxicos são pulverizados no ar e na água, durante a produção de alimentos. Se dividirmos isso pelo número de habitantes, veremos que cada habitante brasileiro consome, por ano, 5 litros de agrotóxicos.

E há denúncia, cujo teor está sendo discutido numa Subcomissão da Casa, segundo a qual os nossos produtos, inclusive o arroz que os brasileiros consomem todos os dias, estão em 11º lugar entre os que mais contêm agrotóxicos.

O referido movimento promove essa campanha contra os agrotóxicos, a favor da vida, a favor dos produtos orgânicos e que podem salvar os seres humanos. Por isso, é necessário que esta Casa debata esse assunto importante para o futuro do Brasil, para o futuro das nossas crianças para o futuro da humanidade. Hoje, quando se celebra o Dia Mundial da Saúde, é preciso alertar sobre o fato de que não haverá saúde se não prevenirmos a contaminação dos nossos alimentos, da comida que chega à mesa de todos os trabalhadores.

Então, quero elogiar a Via Campesina, a FETRAF Brasil e as demais entidades pela atitude tomada.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a transcrição desse material nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – V.Exa. será atendido.

MATERIAL A QUE SE REFERE O ORADOR

Palavra do presidente

O SINPAF é uma das entidades que promovem, a partir deste dia 7 de abril, a *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*. Para nós, tão importante quanto a mobilização da nossa base pela necessidade de reavaliação técnica, legal e política do uso de agrotóxicos, é a participação de toda a sociedade nesse debate.

Infelizmente, dentro das nossas empresas, notadamente na Embrapa, que é a maior estatal de pesquisa agropecuária do mundo, esse tema não tem o merecido destaque. Em que pese nossa situação de maior consumidor de agrotóxicos do planeta, inclusive de substâncias já banidas em outros países, a empresa continua a reboque do discurso conservador que busca reafirmar a velha ideia de que esses venenos são indispensáveis à produção de alimentos.

Estamos cada vez mais reféns do agro-negócio concentrador de terra, contaminador, desmatador e escravizador. E essa realidade só mudará com a adoção de um outro modelo de desenvolvimento, comprometido com a sustentabilidade social e ambiental, e não apenas com a obtenção de lucros bilionários a custa da nossa saúde.

Ao contrário do que dizem as empresas nacionais e grandes multinacionais fabricantes desses venenos, podemos, sim, produzir alimentos limpos e saudáveis. Para isso temos a agroecologia, que precisa ser incentivada e apoiada. Para nós, está claro que a transição entre esses dois modelos já começou. No entanto, para que esse processo se consolide é necessário que a Embrapa apoie os grupos de pesquisa voltados para a agricultura familiar agroecológica, provocando e executando políticas públicas que garantam o avanço da agricultura limpa.

Como uma das entidades coordenadoras da campanha, almejamos contribuir com essa justa mobilização de trabalhadores do campo e da cidade e sensibilizar o poder público para essa questão. Lutamos por estatais fortes, livres da influência das grandes multinacionais. Por isso nos somamos a esta campanha, afinal, a luta contra os agrotóxicos é uma luta permanente pela vida.

Agrotóxico contamina, polui e mata

Inúmeros estudos realizados ao longo dos anos por diversas organizações e pesquisadores que se dedicam a estudar os efeitos dos agrotóxicos, também chamados eufemisticamente de defensivos agrícolas, têm demonstrado o resultado nocivo do uso dessas substâncias na produção de alimentos. Campeão mundial de uso de agrotóxicos, o Brasil se tornou nos últimos anos o principal destino de produtos banidos em outros países.

A maioria dos agrotóxicos comercializados aqui são classificados como perigosos ou muito perigosos para o meio ambiente, de acordo com relatório divulgado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Em 2009, 1% dos defensivos agrícolas comercializados no país pertencia à classe 1 (altamente perigosos); 38%, à classe 2 (muito perigosos); e 49%, à 3 (perigosos). Apenas 12% estão na classe 4

(pouco perigosos).

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo menos dez produtos banidos na União Europeia (UE), Es-

tados Unidos e um deles no Paraguai, continuam sendo usados nas nossas lavouras. A informação se apóia em dados das Nações Unidas (ONU) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Uma maneira de isentar a população da nocividade dessas substâncias seria a reavaliação desses produtos para posterior restrição ou exclusão do mercado. Já temos um grupo responsável por essa avaliação, formado pela Anvisa, Ministério da Agricultura (Mapa) e Ibama. Sua atuação, porém, é prejudicada pelo poder econômico e político dos fabricantes desses venenos. Até janeiro deste ano, de uma lista de 14 substâncias altamente nocivas, somente quatro haviam sido proibidas: cihexatina, tricloform, endossulfam e metamidofós.

Contaminação de leite materno por agrotóxicos é alarmante

Cinco anos depois de ter sido banhado pelo herbicida paraquate, o município de Lucas do Rio Verde, a 350 km de Cuiabá-MT, voltou a ser notícia nacional. Uma pesquisa que coletou amostras de leite de 62 mulheres atendidas pelo Programa Saúde da Família, entre a terceira e oitava semanas após o parto, mostrou que 100% delas estavam contaminadas com pelo menos um tipo de agrotóxico.

Em 85% das amostras foram encontrados entre dois e seis tipos. Entre as variáveis estudadas, ter tido aborto foi uma variável que se manteve associada à presença de três agrotóxicos. A substância com maior incidência é conhecida como DDE, um derivado de outro agrotóxico, o DDT, proibido pelo Governo Fe-

deral em 1998 por provocar infertilidade no homem e abortos espontâneos na mulher.

A pesquisa foi realizada pela mestranda em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Danielly Palma, sob orientação do professor Wandelely Pignati.

Lucas do Rio Verde está entre os maiores produtores de grãos do Mato Grosso e entre os maiores produtores nacionais de milho "safrinha", figurando como um dos principais pólos do agronegócio do estado e do país. Os defensores do modelo agroquímico que impera na região consideram o município como modelo de desenvolvimento.

Em março de 2006, a cidade foi banhada pelo herbicida Paraquate, usado na planta-

ção de soja. O veneno, despejado de um avião, destruiu plantações, hortas e jardins. Atingiu cursos d'água, casas e pessoas, provocando problemas de saúde e colocando em risco toda a população local.

O lobby pró-veneno

De acordo com Lia Geraldo, coordenadora do grupo de pesquisadores responsáveis por revisar os estudos científicos existentes sobre os componentes desses venenos, a Anvisa tem uma lista de cerca de 60 produtos já proibidos em outros países. “Esse trabalho, porém, é muito lento porque, infelizmente, não temos uma conjuntura política e jurídica favorável à proteção da saúde, mas sim favorável à produção”.

A gerente de normatização da Anvisa, Leticia Silva, reafirma que há uma grande

pressão das empresas para que o trabalho de avaliação e reavaliação não seja feito adequadamente. “A pressão sempre é no sentido de avaliar mais rápido determinado produto, para que ele possa chegar ao mercado mais depressa e passar à frente de outras empresas. No caso de reavaliação, existe pressão para o produto não ser reavaliado. Isto significa poder tirá-lo do mercado. Isso ocorreu tanto no âmbito político, com tentativas de sustar a reavaliação toxicológica iniciada pela Anvisa, como também no âmbito judicial”, afirma em entrevista à Rádioagência NP.

No interior paulista, agrotóxicos ameaçam bicho-da-seda

Outra notícia preocupante é a de que o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de cana no interior do estado de São Paulo está acabando com as criações do bicho-da-seda. De acordo com os produtores, a baixa na produção está aumentando significativamente desde 2007, quando a pulverização aérea começou na região. A informação é da Rádio-gência NP.

Em propriedades dos municípios de Estrela do Norte, Sandovalina e Mirante do Paranapanema, a produção caiu de 150 para 40 quilos por mês. O preço do quilo também desabou, saiu de quase R\$ 10 para apenas R\$ 3.

O engenheiro agrônomo Yassuyuki Horio, afirma que a pulverização aérea está de fato destruindo a criação, pois o bicho-da-seda é sensível e reage quando há alteração no ambiente. Além disso, ele relata a situação dos criadores do município de Estrela do Norte.

“É difícil controlar o veneno que é jogado pelo avião. O vento o leva pra qualquer lugar. Tínhamos 18 produtores, destes, só restam dois produzindo. Mas, há 10 dias pulverizaram novamente, e com isso, quase toda criação foi perdida. A coisa foi bem feia, praticamente pararam agora. O bicho-da-seda é importante aqui para nós. Ele é uma opção para a agricultura familiar.”

Um dos produtores, Fausto Correia da Silva, em entrevista à TV Fronteira, ele relata a situação que está vivendo. “Eu considero a atividade morta. Criei uma família com 13 pessoas, sempre paguei minhas contas em dia. Agora estou prejudicado, e isso teve início com a chegada dos canaviais. E se fosse para mim depender somente dessa última safra, eu estaria passando fome. O usineiro vive do canavial, e eu vivo do bicho-da-seda. Eu tenho certeza que eles sabem que o veneno jogado na cana

prejudica essa atividade.

O Ministério Público já está investigando os casos. O estado de São Paulo é o campeão em consumo de agrotóxico no Brasil. O estado absorve 30% dos agrotóxicos utilizados nas lavouras brasileiras.

O que queremos

A Câmara dos Deputados criou, no dia 30 de março, uma subcomissão para estudar as consequências da utilização de agrotóxicos para a saúde humana, para a previdência e assistência social e para a qualidade dos alimentos.

A subcomissão está vinculada à Comissão de Seguridade Social e Família e foi proposta pelo

deputado Padre João (PT-MG).

Queremos que esse trabalho apresente resultados compatíveis com os interesses da sociedade e que os parlamentares se disponham a discutir os projetos de lei relacionados aos agrotóxicos de forma aberta e plural, assim como os demais poderes do País.

AGROTÓXICOS

VENENOS NO NOSSO PRATO!

Você sabia que todos os dias quando almoçamos e jantamos ingerimos uma quantidade enorme de venenos? Nossos alimentos estão contaminados porque as lavouras em todo o Brasil são pulverizadas com grande quantidade de agrotóxicos.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2009. Mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras, de acordo com dados oficiais.

Os agrotóxicos contaminam a produção dos alimentos que comemos e a água (dos rios, lagos, chuvas e os lençóis freáticos) que bebemos!

Mas os venenos não estão só no nosso prato. Todo o ambiente, os animais e nós, seres humanos, estamos ameaçados!

Os agrotóxicos causam uma série de doenças muito sérias, que atacam os trabalhadores rurais, comunidades rurais e toda a população, que consome alimentos com substâncias tóxicas e adquire muitas doenças.

Alguns dos agrotóxicos causam câncer, problemas hormonais, problemas neurológicos, má formação do feto, depressão, doenças de pele, problemas de rim, diarreia, vômitos, desmaio, dor de cabeça, problemas reprodutivos, contaminação do leite materno.

MAS POR QUE TANTO VENENO?

A culpa é do agronegócio! Esse é o nome dado ao modelo de produção agrícola que domina o Brasil e o mundo. Esse jeito de produzir se sustenta nas grandes propriedades de terra (o latifúndio), uma grande quantidade de máquinas (que levam à expulsão das famílias do campo e à superpopulação das cidades), no pagamento de baixos salários (inclusive, trabalho escravo), muito lucro para as grandes empresas estrangeiras e na utilização de uma enorme quantidade de agrotóxicos.

A expansão desse modelo de produção agrícola é responsável pelo desmatamento, envenena os alimentos e contamina a população.

Ao contrário do que dizem as grandes empresas, é possível uma produção em que todos comam alimentos saudáveis e diversificados. A saída é fortalecer a agricultura familiar e camponesa. Mas como?

- No lugar dos latifúndios, pequenas propriedades e Reforma Agrária.
- Desmatamento zero, acabando com devastação do ambiente.
- Em vez da expulsão campo, geração de trabalho e renda para a população do meio rural.
- Novas tecnologias que contribuam com os trabalhadores e acabem com a utilização de agrotóxicos
- Proibição do uso dos venenos
- Daí será possível um jeito diferente de produzir: a agroecologia!

Participe dessa campanha para acabar com os agrotóxicos!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas externar a esta Casa a minha preocupação com a antecipação do processo eleitoral de 2014, feita recentemente pelo Senador Aécio Neves, da tribuna do Senado.

Se o Senador quiser antecipar o processo, será pior para ele, porque esse caminho já foi trilhado por outros e deu muito errado. Será um tipo de embate que foi feito com a liderança que hoje exerce a força da Presidência da República, por dois mandatos pelo Presidente Lula e agora pela Presidenta Dilma Rousseff. Então, o nosso partido está atento a isso e tomando todos os cuidados, porque tem a responsabilidade de governar, e governar bem o País.

Mas é claro que, se for para discutir na política, não vamos aceitar nenhum tipo de provocação, muito menos baixar o nível. Nós queremos discutir a política com seriedade, até mesmo porque este é o momento de discussão da reforma do contexto da política, depois do sacrifício hercúleo do Presidente Lula para superar as principais dificuldades da nossa economia e, principalmente, a forma como o nosso País era tratado mundo afora.

Nós fizemos aqui ontem, até quase meia-noite, um debate riquíssimo sobre os preços a serem cobrados pela energia elétrica de Itaipu. Ele foi muito importante para entendermos os dois lados e a visão que se tem do Brasil frente aos países mais pobres do planeta. E o Presidente Lula inaugurou a criação do G-20, o qual restabeleceu uma metodologia de negociação com o G-7, dos países mais ricos do mundo.

Não podemos mais nos curvar, não podemos dobrar os nossos joelhos diante dessa situação. Então, se o PSDB adotar esse tipo de jogo, nós vamos enfrentar o debate. Esta Casa está preparada para o debate, assim como o nosso partido está preparado para enfrentá-lo no nível em que for colocado.

Portanto, externo aqui uma única preocupação: quero entender que aquilo que motivou o Senador Aécio Neves a ir à tribuna do Senado foi única e simplesmente a tentativa de antecipação do processo eleitoral de 2014. Isso é danoso para a construção da reforma política que queremos fazer ainda este ano, para oferecer ao Brasil uma base muito mais sedimentada e organizada, que respeite a forma como o eleitor brasileiro vai escolher os seus representantes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

houve uma tragédia há pouco, no Rio de Janeiro, da qual tomei conhecimento agora, na sala do café, assistindo à televisão. Uma pessoa invadiu uma escola pública no Bairro do Realengo, e já são 13 os mortos.

É fundamental, Sr. Presidente, que nós tenhamos uma palavra para essas pessoas, uma palavra de solidariedade, de compreensão, de deploração de uma prática como essa, que sempre esteve distante do nosso País mas que de repente surge aqui como num fenômeno de mimetismo, de “copismo” – chamem como quiserem.

Eu tenho a impressão de que, se nós não estimularmos um grande movimento de esclarecimento, pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, pelo Programa *A Voz do Brasil*, pela *Agência Brasil*, atos de violência como esse podem se multiplicar. Já é deplorável a criminalidade no Rio de Janeiro. É lamentável, é de enlutar muitas famílias, é de consternar todos nós. Precisamos fazer alguma coisa para que fatos como este ocorrido na escola, que não são de criminalidade, que são de violência, não se disseminem.

Eu penso que é oportuna neste momento uma palavra do poder público, do Ministério da Justiça, da Câmara dos Deputados, dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas, para que nos Estados as pessoas fiquem alertas e não deixem que se repita esse tipo de violência, que provoca uma enorme dor.

Obrigado pela sua compreensão, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha solidariedade às famílias das vítimas dessa violência.

E é evidente que um fato como este suscita o debate sobre o desarmamento da população. Com certeza se trata de mais uma daquelas tragédias que acontecem porque se tem arma em casa, porque se vive a cultura da violência. E, infelizmente, a própria mídia acaba potencializando o risco de atentados como este.

Mas eu pedi este minuto, Sr. Presidente, também para dizer da minha alegria de ver aprovada ontem a criação da ETAV – Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade. Isso é um marco para o Brasil. Poucos momentos da nossa história são marcantes como este. Exemplos: a criação da PETROBRAS e a criação da EMBRAER, empresas que se tornaram orgulho do povo brasileiro. Com certeza a ETAV ainda vai orgulhar muito este País.

Está de parabéns a Câmara dos Deputados.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, a informação que nós recebemos agora do nosso companheiro é lamentável. Eu tive acesso a alguns estudos – por coincidência tenho estudado esta matéria – e soube que, nos Estados Unidos

da América, em 1960, uma mulher chamada Madelyn recorreu à Suprema Corte contra o Governo dos Estados Unidos para tirar das escolas o ensino sobre a fé, sobre Deus. Ela foi vitoriosa: com o resultado de 8 votos a 1, esse ensino foi eliminado das escolas. De 1967 para cá, houve mais de vinte atentados em escolas americanas. Tiraram a base da fé daquelas crianças e colocaram em suas mãos armamento pesado.

É preciso que se faça alguma coisa para que isso não chegue ao nosso País. As nossas crianças precisam aprender a ter respeito e pudor; precisam saber que matar, que tirar a vida de alguém é errado, que continua sendo errado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar a nossa solidariedade às famílias que estão sofrendo com essa terrível tragédia ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, Rio de Janeiro. Até agora são 13 os mortos e 24 os feridos. E há possibilidade de ainda aumentar o número de mortos.

A discussão será enorme. Terão de identificar as causas. Certamente vai-se concluir que há problema de sanidade mental, de vingança. Mas no fundo, no fundo, vamos sentir que está faltando a presença de Deus. Não adianta discutir armas porque, pelo volume de tiros dados, essa arma não foi comprada numa loja convencional. A questão é muito mais complexa do que o problema da violência. A discussão a fazer é sobre a sociedade. Não estamos diante de um ato de violência como um assalto, um homicídio na rua.

Neste primeiro momento, só podemos confortar as famílias das vítimas, diante de tudo o que estão sofrendo e pelo que vão sofrer pelo resto de suas vidas por causa dessa tragédia marcante.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este fato que consterna todos nós brasileiros, este fato que consterna o Congresso Nacional, converge na mesma direção da grave denúncia que eu trago hoje.

Está aqui, na primeira página deste órgão de imprensa, publicidade de incentivo à violência. Manchete da revista *Veja*: *A Rede do Terror no Brasil*. Dizem que o povo muçulmano, que o povo inocente muçulmano, que ajuda a construir a nossa economia, é o terror no Brasil. Ora, o terror no Brasil, Srs. Parlamentares, é cometido a cada dia, em políticas públicas de ausência, porque o poder público não cumpre as suas metas. O terror no Brasil é esse atentado na escola do Rio de Janeiro.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas,

estamos coletando assinaturas de Deputados e Senadores para a formação da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços.

O setor de serviços é pujante no mundo todo, no Brasil especificamente. Milhares e milhares de brasileiros vivem desse setor. Por isso, estamos fazendo na Câmara dos Deputados um trabalho para congregar todos nessa Frente.

Faço um convite aos Deputados e Deputadas, aos Senadores e Senadoras que tenham alguma atividade empresarial vinculada ao setor de serviços ou que representem alguma categoria desse setor a participar dessa Frente, que será atuante e comprometida com os objetivos de gerar emprego e renda para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com enorme pesar, com um verdadeiro sentimento de luto, que venho a esta tribuna falar da tragédia que aconteceu esta manhã no Rio de Janeiro. Já são 13 os mortos na Escola Tasso da Silveira, em Realengo. E as informações dão conta de que o crime teria sido praticado por um ex-aluno da escola, de 23 anos de idade, que teria entrado armado, conversado com uma professora, ao que tudo indica cordialmente no primeiro momento, depois escolhido uma sala e praticado esse crime que chocou o Rio de Janeiro e o Brasil e que enche a nossa cidade, o nosso Estado e o nosso País de tristeza.

De certa forma, é importante falar de um tema vinculado a esta tragédia, que é a disponibilidade, a facilidade de acesso a armas e munições no nosso País. Mas é claro que esse não é o único elemento. E certamente há que se procurar a motivação dessa violência, que jamais se justificará, pois não se justificaria nenhum ato semelhante a este. É preciso entender as motivações para prevenir outros crimes de mesma natureza e também, de outro lado, evitar que as pessoas continuem tendo acesso fácil a armas e munições no Brasil.

Antes mesmo desta tragédia, eu propus à Comissão de Segurança Pública desta Casa a realização de uma audiência pública sobre o controle de armas e munições. A realização da audiência foi aprovada na reunião de ontem. Vamos fazer este debate com representantes dos mais diversos setores. Parlamentares sugeriram nomes de entidades que representam o setor de armamentos no Brasil, o que foi aceito, e nomes de organizações que lutam pelo desarmamento, como o Viva Rio e outras que trabalham para evitar que o acesso a armas e munições continue sendo tão fácil como ainda é neste País, lamentavelmente.

Sr. Presidente, esse crime, que precisa ser entendido e investigado – o que as autoridades policiais do Rio de Janeiro já estão começando a fazer –, deve gerar, no Congresso Nacional, medidas que evitem que tragédias dessa natureza, que não fazem parte da nossa tradição e que infelizmente estão sendo importadas de outros países, ocorram.

Por essa razão, a Comissão de Segurança Pública desta Casa têm o dever de se debruçar sobre o assunto e analisar as medidas que podemos tomar preventivamente, Deputado Delegado Protógenes, para que tragédias como esta não voltem a ocorrer em nosso País, que não tinha essa marca, mas que infelizmente passa a ter depois deste caso no Rio de Janeiro.

Minha solidariedade a todas as famílias das vítimas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Deputado Izalci, parabeno V.Exa. por seu aniversário natalício, desejando-lhe muitos anos de vida.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (PMDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, por haver determinado ao Presidente do IBAMA que suspendesse a operação que visava desalojar mais de 250 fazendeiros e pequenos agricultores do Município de Boca do Acre que tiveram suas terras embargadas no ano passado.

Essa medida foi adotada ontem, após audiência que tivemos com S.Exa., junto com o Senador Eduardo Braga, com a Senadora Vanessa Grazziotin, com o Senador João Pedro e com as lideranças de Boca do Acre, que tinham à frente o ex-Prefeito Iran Lima e os Vereadores João Souza, Alisson, Louro da Vivi e Neide.

Tudo isso objetiva encontrarmos um caminho para, em até seis meses, o IBAMA, com as autoridades locais, regularizar essas terras, para restabelecer a tranquilidade em Boca do Acre.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me V.Exa., pela experiência que o ilustre Presidente desta sessão tem, mas vou invocar novamente o art. 82, § 2º, do Regimento Interno.

Há número legal e há matéria na pauta para começarmos a votar. Daqui a pouco, Sr. Presidente, não haverá Parlamentares para votar, porque há quem precise viajar.

Vou fazer um apelo a V.Exa.: que se cumpra o Regimento Interno, haja vista que V.Exa. é seu profundo conhecedor. Que se cumpra o § 2º do art. 82.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – V.Exa. tem toda a razão, nobre Deputado Onofre Santo Agostini. Já avisei ao Presidente Marco Maia, para ver se S.Exa. pode vir agora. Se o Presidente autorizar, começarei a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Hugo Motta, por 1 minuto.

Em seguida, o Deputado Rubens Bueno terá a palavra.

O SR. HUGO MOTTA (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uso o espaço das Breves Comunicações para lembrar que hoje é o Dia Mundial da Saúde.

Estudante de Medicina, rogamos a esta Casa que continue contribuindo para que a saúde neste País, que está muito aquém do que precisamos, melhore a cada dia.

Parabeno também todos os jornalistas do Brasil, que hoje comemoram seu dia. Essa profissão é muito importante para que a sociedade continue tendo conhecimento das notícias que acontecem em nosso País. Meus parabéns a todos os jornalistas brasileiros.

Amanhã é o Dia Mundial de Combate ao Câncer. Nós, Parlamentares, precisamos ter essa preocupação, porque o câncer é um mal que vem arruinando vidas por todo o País. Temos de agir para que possamos combater o câncer e obter bons resultados.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a decisão do Supremo Tribunal Federal a favor da constitucionalidade da lei que estipula o piso nacional para professores da rede pública precisa ser comemorada no País inteiro.

Não é possível ainda haver governantes com a capacidade de ir ao Supremo Tribunal Federal questionar a constitucionalidade de uma lei que valoriza o magistério no País, permitindo que professores possam receber condignamente e ter condições de trabalho. Com isso o Brasil faz o que qualquer nação fez na história do mundo: investir em educação.

Não há argumento econômico ou orçamentário, há o argumento daqueles que querem dar prioridade a investimento em educação. E investimento em educação começa pelo professor.

Essa decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal deixa muito feliz não só a bancada do PPS, mas todos aqueles que querem um Brasil melhor, que tenha condições de investir efetivamente em educação.

Parabenizo o Senador Cristovam Buarque, que sempre teve uma posição muito clara a esse respeito. Não é possível haver um salário num Município e, no Município vizinho, ele ser completamente diferente, ou seja, ensino diferenciado, com brasileiros de primeira e segunda categoria.

Por isso, louvamos e aplaudimos a decisão do Supremo Tribunal Federal em favor dos professores e da educação no Brasil.

Durante o discurso do Sr. Rubens Bueno, o Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Sr. Deputado Renato Molling.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, continuo usando esta tribuna para fazer um apelo ao Governo. Fala-se tanto de exportação, mas, infelizmente, os produtos de transformação com valor agregado estão encontrando seriíssimas dificuldades, especialmente em função do câmbio e da alta carga tributária em cima da folha de pagamento.

Em várias oportunidades foi anunciado que seriam tomadas medidas, especialmente a desoneração da folha de pagamento e a tributação sobre os dólares especulativos que entram no País. Infelizmente até hoje, de concreto, nada aconteceu.

Setores importantíssimos da economia, que já exportaram por muitos e muitos anos, como o setor de calçados, que foi pioneiro na exportação, exportando para aproximadamente 170 países, não conseguem mais competir, não conseguem mais vender. Com certeza, isso é muito ruim. Não podemos deixar nossas indústrias quebrarem. Qualquer país forte precisa gerar emprego e trazer divisas por meio da exportação.

Por isso a importância de medidas urgentes. Estamos relançando a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Coureiro-Calçadista e Moveleiro e esta semana se formou a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Têxtil. São setores intensivos de mão de obra fundamentais para a cidadania, porque geram milhares de empregos neste nosso País.

No entanto, no mercado interno não há espaço suficiente. Precisamos exportar, pois a exportação de produtos manufaturados e industrializados, de valor agregado, faz o País crescer, as nossas cidades crescerem, aumentando a cidadania através da geração de emprego.

Esperamos que os Ministros da equipe econômica possam agir rapidamente, antes que haja a quebra de todo o setor produtivo, das indústrias, porque depois será muito difícil reativá-las.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT-SE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, no Dia Internacional da Saúde, faço um apelo a esta Casa.

Nestes 20 anos em que a saúde se transformou num direito do cidadão brasileiro, avançamos muito no que diz respeito à descentralização, à construção de um sistema descentralizado de saúde no Brasil. No entanto, o grande princípio do Sistema Único de Saúde, o princípio da integralidade, sequer foi tocado por todos nós que fazemos o Brasil e as instituições republicanas.

Temos um compromisso e um desafio pela frente: fazer o Sistema Único entregar aos brasileiros o que cada um deles precisa para ter atendidas suas necessidades de saúde. E isso só será possível se nós, em aliança com o Governo Federal e com apoio dele, revisarmos toda a estruturação do Sistema Único de Saúde, tornando a integralidade o princípio norteador da construção do sistema de saúde, de modo que, de fato, possamos nele incluir todos os brasileiros e garantir-lhes o sagrado e fundamental direito à saúde.

Refiro-me à integralidade porque nestes 20 anos só o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU representou uma política organizada de levar redes assistenciais para o Brasil inteiro. Nós não investimos em saúde. Saímos de uma situação em que atendíamos 35 milhões de brasileiros, em 1986, com o INAMPS, para, com o SUS, atender 130 milhões de brasileiros, e não tivemos nenhuma política consistente de conformação de redes assistenciais no Brasil.

Urge que o Brasil aponte qual é a sua política de conformação de redes assistenciais. Nós precisamos de muitos hospitais, centros de diagnósticos, centros de atenção primária para que o País possa cumprir o seu compromisso com o povo brasileiro, assegurando saúde a todos, dentro do que cada cidadão precisa, e atender integralmente às suas necessidades.

Sra. Presidenta, aproveito ainda a oportunidade para parabenizar os jornalistas pelo Dia do Jornalista, comemorado hoje.

Por fim, quero me solidarizar com as vítimas da violência no Brasil e fazer coro com todos os Parlamentares que querem discutir o tema. Esse fenômeno não é isolado. É um fenômeno global. No Brasil e nos demais países, cada vez mais, a sociedade terá comportamento muito parecido, por conta da globalização.

Muito obrigado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, aproveito este dia em que debatemos intensamente a falta de

recursos para a saúde e a sua melhor estruturação para atender o povo brasileiro para pedir providências imediatas ao Ministro da Saúde e a toda sua equipe, ao Governo do Estado do Pará, na pessoa do seu Secretário de Saúde, aos Prefeitos dos Municípios da Ilha de Marajó, a fim de se intensificar o combate à malária naquela região.

Mais da metade da população de Curalinho já passou por essa epidemia e está passando novamente, assim como o Município de Anajás.

Penso que não está havendo uma atenção voltada para o Marajó, a fim de que se combata a epidemia de malária. Nunca, em nenhuma comunidade do Brasil, nem mesmo nas regiões de garimpo do Pará e de outras localidades, viram-se tantos cidadãos com a doença. São crianças que não podem estudar, trabalhadores que não podem trabalhar, porque há uma epidemia de malária, principalmente, repito, nos Municípios de Curalinho e Anajás.

É preciso que os Governos Federal e Estadual e a Prefeitura Municipal sentem e discutam um programa para combater a malária na região do Marajó, no Estado do Pará.

No momento em que o Governo tem um programa de desenvolvimento, que faz a energia de Tucuruí chegar a toda a Ilha do Marajó, infelizmente o povo está sofrendo com o grande número de casos de malária, principalmente nos dois Municípios que cito. O momento é de desespero no Município de Curalinho.

Peço, portanto, providências imediatas ao Ministério da Saúde, do Governo Federal, e à Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Pará, para que possamos intensificar os trabalhos e estar junto com o povo daquela região, para podermos, inicialmente, fazer esse combate e, quem sabe, erradicar a malária, que faz o povo sofrer no Marajó.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, gostaria de propor a V.Exa. 1 minuto de silêncio no plenário em solidariedade às vítimas da tragédia por que o Rio de Janeiro passa no momento. Trata-se de algo absolutamente terrível e inimaginável e por conta disso dezenas de famílias vivem um drama.

Gostaria de propor a V.Exa. que este Plenário fizesse 1 minuto de silêncio em solidariedade às famílias do Rio de Janeiro.

A SRA. LILIAM SÁ (Bloco/PR-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, informamos que só da nossa igreja, em Realengo, quatro famílias tiveram filhos envolvidos nessa tragédia.

Segundo informações que recebemos, 13 crianças foram mortas. Nossa solidariedade às famílias atingidas.

Pedimos aos colegas que façam 1 minuto de silêncio em respeito às vítimas.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, provavelmente V.Exa. vai deferir o pedido de 1 minuto de silêncio, mas eu gostaria, antes, de lhe fazer um apelo, já que a Mesa é rigorosa no cumprimento do Regimento Interno. O art. 82, § 2º, é claro quando dispõe que, havendo matéria e *quorum* regimental, deve-se dar início à Ordem do Dia. Por isso, faço mais uma vez esse apelo a V.Exa.

O Presidente da Casa não está aqui, mas V.Exa. foi eleita Vice-Presidenta – aliás, eu votei em V.Exa. Portanto, tem a prerrogativa de dar continuidade à sessão e colocar as matérias em votação.

Concordo com o pedido de 1 minuto de silêncio e me associo a ele, mas solicito a V.Exa. que, em seguida a essa homenagem, dê andamento à Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Infelizmente, Sr. Deputado, não poderei atender seu pedido. V.Exa., tão cuidadoso, sabe que esta Casa procura, antes das votações, fazer o máximo de entendimento possível, para que ela seja célere. É o que estamos fazendo neste momento. Logo em seguida, quando já houver acordo, faremos as votações. V.Exa. conhece o andamento do trabalho no plenário e sabe perfeitamente que uma verificação de *quorum* derrubaria esta sessão. Se for o caso de darmos início à Ordem do Dia, vamos fazê-lo, mas para produzir.

Peço a V.Exa. um pouco de calma. Não se preocupe, porque logo vamos iniciar a Ordem do Dia, como V.Exa. solicita.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Defiro o pedido dos Deputados Onofre Santo Agostini e Bruno Araújo e da Deputada Liliam Sá, para que façamos um minuto de silêncio, se todos assim o permitirem.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há mais um inscrito para falar, o Deputado Arthur Oliveira Maia, mas, antes de ouvir S.Exa., concedo a palavra ao Deputado Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, gostaria, neste momento, de estar junto ao povo da querida zona oeste do Rio de Janeiro, especialmente dos familiares das vítimas daquele ato de violência, neste momento de dor. Presto a minha solidariedade e o meu apoio a todas as famílias e aos professores.

Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro, é uma região em que obtive mais de 100 mil votos e onde tenho grandes amigos.

Mas gostaria também de fazer uma reflexão. Quando era Governador do Estado, Sra. Presidenta, foi aprovada a lei que instituía o ensino religioso nas escolas do Rio de Janeiro. A Bíblia tem um versículo, que o nobre Deputado João Campos conhece tão bem quanto eu, que diz assim: “*Com Deus não se brinca. Deus não se deixa escarnecer*”. Estou citando esse versículo porque recentemente a lei foi revogada. E Deus não se deixa escarnecer.

É claro que cada um tem o direito de professar a sua religião, o que é bom, pois vivemos num Estado laico, mas o ensino religioso nas escolas do Estado do Rio de Janeiro vinha há um bom tempo oferecendo às crianças uma visão diferenciada da vida.

O rapaz que cometeu o crime é ex-aluno da escola. Deixou nas mãos da diretora do colégio uma carta em que revelava os motivos por que cometeu essa barbaridade. Alguma coisa o levou a isso, provavelmente o desespero, a falta de uma visão espiritualizada da vida, a falta de Deus no coração.

Para concluir, Sra. Presidenta, nós registramos esse fato lamentável, mas também pedimos que seja feita uma reflexão sobre o que um homem sem Deus no coração pode fazer.

O SR. CLEBER VERDE – Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem a palavra o Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer um registro, Sra. Presidenta. No dia de ontem, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, recebeu parte da Diretoria da Frente Parlamentar da Pesca, as federações de todos os Estados brasileiros e a Confederação Nacional. S.Exa. assinou a carta sindical da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores e registrou que, a partir de então, vai dar sequência à expedição das cartas sindicais das demais colônias de todo o País.

Faço este registro para parabenizar o Sr. Ministro por essa decisão. As colônias são as mais antigas representantes de defesa do pescador brasileiro. Portanto, nada mais justo que lhes dar o cunho sindical, permitindo-lhes apoiar, organizar de forma associativa e defender seus filiados, os pescadores brasileiros.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Ricardo Quirino.

O SR. RICARDO QUIRINO (Bloco/PRB-DF. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, sou carioca, apesar de ser Parlamentar pelo Distrito Federal, e quero

também mostrar a minha solidariedade ao povo do Rio de Janeiro.

Há muito tempo venho trazendo ao plenário desta Casa que nós temos que dar mais atenção à vulnerabilidade das escolas. Esse fato tem prejudicado o desenvolvimento escolar e amedrontado os próprios professores, que também são vítimas dessa situação.

Quero apresentar minha solidariedade ao povo do Rio de Janeiro e dizer que estamos juntos. E mais uma vez chamo a atenção de nossos pares e de todos os presentes: precisamos dar mais atenção à segurança nas escolas. Essa vulnerabilidade, em que se encontram as escolas, os professores e os alunos, simplesmente vem de encontro a tudo aquilo por que nós lutamos: a qualidade do ensino. Infelizmente!

Volto a dizer, a qualidade do ensino passa, sim, pela valorização dos professores, mas especialmente por mais segurança aos educadores e aos alunos que estão nessa situação de vulnerabilidade.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna na manhã de hoje destacar o papel significativo que o setor florestal e de celulose vem tendo no Estado da Bahia.

Hoje, o setor florestal gera 30 mil empregos, 30 mil postos de trabalho no Estado, arrecada 200 milhões de impostos por ano, protege 300 mil hectares da Mata Atlântica, tão ameaçada de extinção nos dias de hoje. Esse setor investiu cerca de 50 milhões de reais nas áreas de projetos sociais e é responsável atualmente pelo maior investimento privado da Bahia: a ampliação do parque industrial da Veracel. Trata-se de um investimento de 5 bilhões de reais. Além disso, o setor florestal é o maior exportador do Estado. Portanto, é extremamente importante para a economia da Bahia, do Nordeste e de todo o Brasil.

Entretanto, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, apesar desses números impressionantes, temos observado na Bahia uma sequência de invasões a florestas de eucalipto, área dessa atividade significativa do Estado, o que tem trazido grandes prejuízos para o setor. O pior de tudo é que essas repetidas invasões têm acontecido sem que haja uma atuação do Governo do Estado. Muitas vezes é dada reintegração de posse, mas o Governo do Estado não dá o apoio, o suporte suficiente para que se cumpram as decisões judiciais.

Além disso, Sra. Presidenta, muitas vezes temos visto não o Ministério Público da Bahia, mas alguns de seus membros – como já foi trazido a esta tribuna

– fazerem acusações sem provas, sem nenhum dado concreto. Depois, ditos representantes são convocados a uma Comissão desta Casa e se negam a atender ao convite. Dessa forma, simplesmente deixam suas palavras no vazio, embora tenham sido colocadas nas rádios do interior como sendo a verdade.

Quero, portanto, Sra. Presidenta, ressaltar a importância do setor para a Bahia e dizer que nós, baianos, acreditamos muito no desenvolvimento dessa atividade como uma alavanca para o progresso do Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu gostaria de esclarecer ao Plenário, antes de mais nada, que está havendo uma reunião, ao fundo, entre os Líderes, com o objetivo de esclarecer algum questionamento que ainda não foi acordado para o bom andamento da votação do Projeto de Lei nº 4.208, sobre o qual houve uma pequena divergência.

Enquanto aguardamos, passo a palavra ao Deputado Gabriel Chalita, do PSB de São Paulo.

O SR. GABRIEL CHALITA (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, essa tragédia no Rio de Janeiro nos leva a uma reflexão profunda do que está acontecendo com a educação no País. Quando falamos em educação, não nos referimos só à educação como responsabilidade do Governo ou das escolas privadas, mas ao conceito amplo de educação, daquela que dialoga com as famílias.

Às vezes, a preocupação educacional está focada apenas na competição. Nós ficamos exagerando a forma de cobrar memória dos nossos alunos. Mas o processo educativo vai muito além. A escola serve para educar, para formar a pessoa para a vida.

Nós precisamos desenvolver outras habilidades nos alunos, como a habilidade social, que é fundamental. O preconceito, a discriminação, a violência, o *bullying* e a intolerância dentro das escolas, tudo isso está ligado a uma educação que não nos prepara para a vida. E nós temos de ajudar esses alunos a serem preparados para a vida. A habilidade social é exatamente isso: fazer com que os alunos trabalhem em equipe, que construam uma política de paz, que se respeitem, que um ajude o outro a ser melhor.

A primeira habilidade é a cognitiva. É a que a escola mais trabalha: a cognição e a memória. E ela se esquece da habilidade social e da habilidade emocional, que é a terceira. Nós precisamos preparar essas pessoas para que saibam conviver em sociedade e se respeitarem.

Não sabemos ainda as razões da tragédia do Rio de Janeiro, embora não exista razão para alguém entrar em uma escola e atirar em outras pessoas. Nada

justifica a violência, nada justifica a agressão, nada justifica o desequilíbrio. De qualquer forma, o índice de suicídio de adolescentes vem crescendo muito.

A forma com que o jovem trata o outro na escola faz com que se perca o sentido do que é a própria escola. A escola tem que ser um centro de luz da comunidade. A escola tem que gerar paz para a comunidade. A escola tem que ajudar as pessoas a terem um comportamento adequado na vida.

Isso é educar, é realizar aquilo que falavam Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Miguel Reale e Paulo Freire: que a essência do brasileiro é a gentileza, é a educação, é a cordialidade. Que isso saia da escola também. Que a partir da escola nós contagiemos a sociedade. Este País só será de fato um grande País se tivermos uma grande educação.

Concluo, Sra. Presidenta, fazendo uma homenagem aos professores, os responsáveis pelo processo educativo e que são muitas vezes vítimas desses problemas.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, gostaria de comunicar um fato relevante que acontecerá no meu Estado, o Ceará.

Amanhã, sexta-feira, o Governador do Estado, em companhia do Ministro Alexandre Padilha, inaugurará o maior hospital regional do Nordeste. O hospital vai comportar quase 300 leitos para atender a uma população de mais de 1 milhão e 300 mil habitantes da região do Cariri, parte do nosso Estado, em uma área de 27 mil metros quadrados.

Por meio de processo de seleção pública, já foi acertada a contratação de 996 profissionais da área de saúde.

Sra. Presidenta, esse hospital regional é estratégico para enfrentarmos o drama da saúde pública em nosso Estado e em parte da Região Nordeste. É um hospital de referência que, aliado ao hospital regional que está sendo construído na Região Norte e a outro que será construído em outra região do Estado do Ceará, será fundamental para que a população dessa regiões não tenha de se dirigir a Fortaleza. Investindo na saúde pública e fortalecendo o SUS é que vamos enfrentar a crise da saúde pública no País.

Portanto, amanhã, a partir das 19 horas, na cidade de Juazeiro do Norte, haverá a inauguração de um hospital de referência para o Nordeste e para o Brasil.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A Mesa registra, com prazer, a presença nas galerias dos alunos da Universidade Evangélica de Anápolis.

Agradecemos a presença de todos.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, colegas Deputados, visitantes que se encontram nas galerias, hoje registramos, aqui no Congresso Nacional, um fato estarrecedor: violência jamais vista no País foi praticada contra crianças indefesas na cidade do Rio de Janeiro, crianças essas que se encontravam na escola.

A motivação para fatos como esse, muitas vezes, vem da grande mídia brasileira, que constrói o palco da violência, da excrescência, da falta de ética e de moral no Brasil. Temos de atuar contra isso.

A responsabilidade por esse fato, coincidentemente, é revelada em matéria da revista **Veja**, que em uma de suas matérias retrata o povo muçulmano como bandido, povo que ajuda a construir este Brasil, que veio para trabalhar e não para ser bandido, nem tratado como tal.

A grande mídia usa autoridades brasileiras e se infiltra no poder da República para perseguir o povo muçulmano e incitar formas discriminatórias dos cultos religiosos no País. Isso é contra a Constituição da República! Isso é contra o Brasil! Isso é contra os interesses nacionais!.

Quanto a isso, o Congresso Nacional não só tem de se manifestar como agir. O conteúdo discriminatório dessa reportagem, além de incitar à violência, retrata mentiras sobre o povo muçulmano trabalhador. E revela um esquema de financiamento e espionagem no Brasil.

Eles vão ter de dar explicações ao Congresso Nacional. Tomarei providências na data de hoje. Tomarei providências junto à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. E encaminharei, na data de hoje, expediente ao Presidente desta Casa para que providências sejam tomadas contra a discriminação religiosa no Brasil, contra o culto do ódio levantado por essa grande mídia nacional.

Temos de agir para que fatos como esse que houve no Rio de Janeiro não ocorram mais. Como bem retrataram os Deputados Miro Teixeira e Anthony Garotinho, há um culto à violência, à negativa do óbvio, à negativa dos princípios fundamentais da formação do Estado brasileiro, que se baseiam na família, na ética, no princípio de humanidade e de solidariedade àqueles que professam o seu culto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, volto a insistir no tema educação. O Brasil insiste, teimosamente, em não priorizar a educação e em manter-se cada vez mais distante do conhecimento e das inovações tecnológicas.

O Supremo Tribunal Federal disse, ontem, ao Brasil aquilo que o Congresso já atestou: é preciso haver um piso mínimo de salário para os professores em todo o País. E foi mais contundente: no piso nacional de salário dos professores não pode e não deve ser embutido qualquer tipo de penduricalho, seja vale-transporte, seja vale-alimentação ou o que quer que seja. Salário é salário e não o que se paga a título de indenização para garantir o direito de ir e vir, o acesso ao trabalho e o direito a alimentar-se.

O Supremo Tribunal disse aos Governadores que eles não têm noção de que o Brasil precisa investir muito mais em educação, da qual estamos cada vez mais distantes, como mostra a OCDE. Segundo essa organização internacional, estamos cada vez mais distantes da realidade em termos de conhecimento, de como melhorar a qualidade de ensino, dar mais condições de trabalho, melhorar os equipamentos, fazer da escola a extensão da casa de cada pessoa.

O Brasil insiste nisso. Há Governadores e Prefeitos que vêm sempre discutir o aspecto econômico, a questão orçamentária. Nada disso deve prevalecer sobre a educação, sobre o que é essencial para fazer o País avançar e diminuir a distância que há entre ele e os grandes países.

Um grande exemplo é o Japão. Saiu da guerra derrotado, mutilado, e, no entanto, daquilo que arrecadava, aplicava 50% em educação. Poucos anos depois, tornou-se uma potência no mundo.

O Brasil insiste, teimosamente, em criar milhares e milhares de cargos comissionados para apadrinhados, para a companheirada, sem se preocupar com os profissionais de ensino e em fazer valer o que é mais importante: o acesso ao conhecimento, a capacidade de servir e de avançar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos ainda vivendo os tempos da República Velha, em que, para se manter o poder, a educação era distante, não havia ensino e existia um grande contingente de analfabetos. Hoje, mais da metade da população do Brasil é analfabeta funcional: lê e não sabe o que lê, lê e não interpreta o que está lendo.

O País tem de sair dessa situação para compreender o mundo atual, o mundo integrado e globalizado do conhecimento e das inovações tecnológicas.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Cândido Vaccarezza, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos de fazer hoje uma pequena avaliação dos 100 dias do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Para mim, é uma satisfação fazer este breve balanço, e o início agradecendo à Base por todo o debate que estamos realizando na Casa e também à Oposição, porque, com contraditório, encontramos o caminho correto.

Gostaríamos de fazer referência aos bons índices de aprovação popular do Governo há pouco divulgados. Segundo pesquisa IBOPE/CNI, o Governo da Presidente Dilma é aprovado por 83% dos brasileiros. Para 56% dos brasileiros sua gestão é considerada ótima ou boa.

O fato tem significado indiscutível: reflete não apenas a confiança na manutenção dos programas do Governo Lula, mas também a percepção de que a Presidente tem luz própria, imprime o seu ritmo, seu estilo e sua dinâmica às atividades de governo. Assim, ao propósito explícito de seguir mudando, aprofundando e avançando as metas estabelecidas nos últimos 8 anos, a Presidente vem acrescentando demonstrações cabais de competência, vontade política, determinação e capacidade de comunicação com a população.

Alguns aspectos merecem destaque.

O investimento voltou a crescer com força no começo de 2011 e os números indicam que a expansão da capacidade produtiva segue firme na economia, uma notícia muito positiva.

A Presidente deu início ao seu governo apresentando disposição no *front* fiscal, um dos pilares da política de combate à inflação. Em fevereiro, o setor público gerou superávit primário de quase oito bilhões de reais. Com o resultado de fevereiro, o superávit acumulado no primeiro bimestre foi de 25,6 bilhões de reais, equivalente a 21,8% da meta fixada para 2011.

De olho na necessidade de garantir a estabilidade sem comprometer o desenvolvimento, o Banco Central vem conduzindo a política monetária adotando instrumentos alternativos à elevação dos juros.

Por essas e outras medidas, a agência de classificação de risco Fitch elevou a nota de risco soberano do Brasil de BBB para BBB, com perspectiva estável. A elevação dos *ratings* significa que o País, que já tem grau de investimento desde maio de 2008, subiu mais um degrau na avaliação devido à taxa de crescimento potencial da economia para este ano, entre 4% e 5%, o que melhora a perspectiva fiscal a médio prazo e endossa o contínuo fortalecimento da sua posição de

liquidez externa, aumentando a capacidade do País de absorver choques.

Este é um Governo que mantém as conquistas de Lula, mas que avança e conduz o País para estar entre as cinco maiores potências mundiais.

Como a primeira mulher a exercer a Presidência no Brasil, Dilma Rousseff valoriza sua condição de forma extremamente adequada e coerente. Lançou o Programa Nacional de Combate ao Câncer de Mama e de Colo de Útero em Manaus; em Belo Horizonte, o Projeto Rede Cegonha, que garantirá atendimento público integral às gestantes, parturientes e recém-nascidos em todo o Brasil.

Jamais a composição ministerial brasileira apresentou um número tão alto de participações femininas: são nove Ministras, sem falar em 28% dos cargos de segundo escalão. Não temos receio de afirmar que, a julgar por seu desempenho em três meses no mais alto cargo eletivo do País e pelo avanço em termos de paridade nos espaços de poder, a passagem de Dilma Rousseff pela Presidência da República já garantiu dimensão inédita à questão de gênero no Brasil.

Sra. Presidenta, o primeiro trimestre do Governo Dilma foi nitidamente marcado por várias medidas em favor do crescimento econômico, da distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da população brasileira. Destaque para a definição do novo salário mínimo, que, dentro das possibilidades orçamentárias, implicou ganho real para o trabalhador e garantiu continuidade à política de valorização do piso nacional até 2015, além de corrigir a tabela do Imposto de Renda. Do mesmo modo, o reajuste de até 45% para o Programa Bolsa Família, que favorecerá mais de 13 milhões de famílias de baixa renda, e a assinatura de acordo para a construção de 718 creches em 419 Municípios, que dá a largada no grande projeto de consolidação da educação infantil em nosso País.

Na área de saúde, o Programa Saúde Não Tem Preço, implantado há 45 dias, já atendeu 3,5 milhões de pessoas, que puderam retirar medicamentos gratuitos para diabetes e hipertensão nos estabelecimentos associados ao Programa Farmácia Popular. O novo programa praticamente dobrou o número de atendimentos do anterior, garantindo tratamento extensivo a duas doenças graves, responsáveis por muitos óbitos no Brasil.

Já na área econômica, o Governo deu mostras inequívocas de que persevera na busca pelo crescimento estável, adotando medidas destinadas ao controle da inflação. Os ajustes nos gastos públicos, da ordem de 50 bilhões de reais, associados a medidas de natureza fiscal, não significarão a diminuição no volume de investimentos públicos para os próximos

anos, muito pelo contrário. No firme propósito de gastar menos e gastar melhor, a própria Presidente fez questão de assegurar que haverá uma adequação dos investimentos públicos de modo a priorizar o PAC e as obras de infraestrutura, bem como a viabilizar o conjunto de programas sociais e a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Verifica-se, dessa forma, que, mesclando bom senso e sensibilidade, a equipe da Presidente vem sabendo conduzir com equilíbrio as tensões do atual momento econômico, buscando controle da inflação sem prejuízo do crescimento, sempre visando à oferta de empregos e à distribuição de renda. Daí o otimismo generalizado em relação às perspectivas criadas pelo Governo Dilma, internamente e no exterior.

Outro aspecto que merece menção são as relações da Presidente com o Congresso Nacional e, em particular, com a Câmara dos Deputados, marcadas por profundo respeito. Muito significativo o gesto inicial de apresentar pessoalmente ao Parlamento a Mensagem da Presidência a traduzir o apreço à representação democrática e o reconhecimento às elevadas atribuições do Legislativo Federal. Em outro gesto de deferência ao Legislativo, os líderes da bancada do Governo foram recebidos no Palácio do Planalto, e as reuniões do Conselho Político, retomadas. Tal gesto tem sido claramente corroborado na sequência, uma vez que a Presidente tem procurado tanto atender à ampla e heterogênea base que lhe dá sustentação, quanto dialogar de forma aberta e produtiva com a Oposição; manifesta, assim, e a cada ocasião, verdadeira reverência ao princípio de autonomia e harmonia entre os Poderes da República.

Finalmente, do ponto de vista das relações internacionais, o Brasil de Dilma Rousseff consolida o respeito das grandes nações, tal como apontado pela visita do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Também se mostrou de extrema importância política a escolha da Argentina como primeira visita oficial da Presidente, confirmando o interesse nacional pelo fortalecimento das relações de âmbito sul-americano.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, como se vê, os primeiros 100 dias de Governo Dilma Rousseff acenam com perspectivas extremamente positivas para o povo brasileiro. Reconhecendo que a Presidente tem pulso firme, trabalha de modo sério e transparente e não se afasta do compromisso com os reais interesses da população, sobretudo no que diz respeito à erradicação definitiva da pobreza no Brasil, a população vem percebendo que as mudanças iniciadas no Governo Lula não apenas estão sendo mantidas, mas também aprofundadas e aperfeiçoadas, no propósito evidente

de se consolidarem conquistas e de se abrirem novas possibilidades.

Conscientes de que se trata apenas de um começo – mas de um bom começo –, a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados vem, assim, a esta tribuna partilhar o otimismo que, por todas as razões apontadas, tanto se justifica. De outro lado, vem reafirmar o propósito da Presidente Dilma de realizar um governo de base sólida, com propostas consistentes, marcado por definições corajosas e vontade política clara em favor do desenvolvimento econômico com justiça social.

Sra. Presidenta, quero fazer referência ao embate com a Oposição.

A Presidente Dilma, quando assumiu a Presidência, estendeu a mão a todos, para unificar o nosso País. Essas manifestações sectárias, antipartidárias ou violentas de contrapor um partido, ou de atacar diretamente o partido da Presidente, não ajudam a construção do diálogo da democracia. Durante a eleição, ficou claro que este caminho desesperado do abuso da violência verbal não é o melhor para construir a paz, o desenvolvimento econômico, social e político do nosso País.

Portanto, gostaria que os Líderes da Oposição refletissem e pelo menos apertassem a mão da Presidente, para saberem que nós queremos unificar o nosso Brasil, que, cada vez mais forte, será a quinta economia do mundo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Hugo Motta.

O SR. HUGO MOTTA (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, vimos à tribuna na manhã de hoje para falar que apresentamos o Projeto de Lei nº 743, de 2011, que *“dispõe sobre o livre exercício da profissão de músico”*.

Esse projeto visa beneficiar os artistas populares que, por talento e dons próprios, fazem música e apresentações artísticas em festas populares, como o nosso São João, no Nordeste, e diversas outras em todo o Brasil. Eles vêm sofrendo, por parte da Ordem dos Músicos do Brasil, a cobrança abusiva e excessiva de taxas para que possam se apresentar. Isso é um tremendo absurdo, porque eles são artistas populares, que não se formaram em música nem leem partituras, mas têm de contribuir para a Ordem dos Músicos, sem dela receber nenhum benefício.

Apresentamos o projeto de lei para isentar esses artistas do pagamento de contribuição à Ordem dos Músicos, cuja cobrança não traz nenhum benefício para a classe.

Segundo informações, os fiscais da Ordem dos Músicos do Brasil têm metas a cumprir, pois são remunerados com um percentual sobre as cobranças que fazem. Ou seja, não há nenhum critério, pois eles recebem de acordo com o que arrecadam em termos de cobrança.

Os artistas populares do Brasil não merecem essa penalização por parte da Ordem dos Músicos do Brasil. Vamos pedir para que o nosso projeto de lei seja colocado em pauta, na certeza de que vamos contar com a colaboração dos nossos colegas.

Os artistas populares e músicos artesanais agradecerão a esta Casa esse benefício que irá incentivar a livre expressão artística no Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, o PIB cresce (7,4%), e o Brasil muda a estrutura do emprego enquanto se posiciona como a sétima economia mundial, atrás somente dos Estados Unidos, da China, do Japão, da Alemanha, da França, do Reino Unido e, antes, da Itália. Esses dados são de 2010. O Brasil firma-se como país emergente confiável.

Todavia, analistas acreditam que esse desempenho não será conseguido em 2011, com o aperto das políticas monetária e fiscal para conter a inflação que rondaria, neste exercício, os 6% até dezembro. Se confirmadas as projeções, o resultado de 2011 poderá ficar pouco abaixo do PIB nos 8 anos do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As medidas recentes do Banco Central – dizem outros analistas –, como restrição de crédito (prazos menores e juros mais altos), começaram a “esfriar a economia”.

Mas a notícia boa é que o mercado de trabalho continua aquecido, principalmente no Nordeste do País, com uma gradativa mudança na estrutura do emprego, trazendo para a formalidade milhares de trabalhadores. Se 2010 foi terreno fácil para o consumo graças ao crédito barato e relativamente fácil – empréstimos consignados, sem restrições, prazos longos –, em 2011, registra-se a procura de empregos no mercado aberto com novos investimentos privados. O trabalho por conta própria perde realmente espaço para o emprego formal. Essa mudança estrutural, porém, requer habilitação profissional, pois as agências estaduais de emprego e os próprios departamentos de recursos humanos das empresas estão a fazer exigências mais formais aos candidatos e a aplicar testes de capacitação/qualificação, conforme a pretensão ao emprego. Segundo o IBGE (pesquisa mensal fevereiro de 2011), 18,2% da população ocupada no País trabalhava por

conta própria em janeiro de 2011 contra 18,9% em janeiro de 2010. O crescimento da oferta com carteira assinada faz aumentar a economia formal e traz vantagens para o sistema previdenciário, que sai fortalecido. No mesmo período de comparação, o contingente de trabalhadores formais passou de 50,3% para 52,1% do total da população ocupada em seis regiões metropolitanas do País – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Recife e Salvador.

É no Nordeste, porém, que a migração para a CTPS tem sido mais intensa em função dos projetos estruturadores na Região Metropolitana do Recife, no eixo do canal do São Francisco e nas obras da Transnordestina. Como o PIB do Nordeste vem crescendo mais do que o PIB nacional desde 2003, é natural que essa migração se verifique, o que para os trabalhadores se trata de vantagem adicional (plano de saúde ou SUS, auxílio transporte, auxílio alimentação etc.).

Várias empresas do Nordeste estão treinando, de forma acelerada, a mão de obra de que necessitam, como é o caso do Estaleiro Atlântico Sul, a 60 quilômetros do Recife. Também na construção civil e no setor metalmeccânico aumentam os cursos de especialização e formação básica. Nada mais digno para o ser humano do que o trabalho e o emprego, sem dependências, a não ser da sua própria capacidade profissional. Por isso, vejo com satisfação essas estatísticas de emprego e renda que o IBGE apresenta tangíveis para quem visita os Municípios do sul do Recife – Cabo, Ipojuca, Jaboatão, Escada.

Muito obrigado.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, estamos acompanhando a Copa do Mundo e um assunto relativo à África do Sul, país que a sediou, tem atraído minha atenção. Trata-se da questão de suprimento de energia elétrica. A questão da energia é preocupante pelo fato da dependência de uma única matriz energética.

Assim como nossos irmãos sul-africanos, o Brasil enfrenta esse mesmo problema: vivemos uma grande dependência de uma matriz energética. No caso brasileiro, nossa energia consumida pela indústria e pelos lares situados nas áreas urbanas e nas zonas rurais vem, majoritariamente, do setor hidrelétrico.

Temos um dos maiores potenciais de produção desse tipo de energia. No entanto, os locais de possível exploração, as regiões mais perto dos principais pontos consumidores, estão cada vez mais escassos. Os existentes podem produzir energia hidrelétrica em pequena escala.

O maior potencial produtivo está situado, hoje, na região amazônica, onde o Governo Federal tenta

a construção da Usina de Belo Monte, que deverá ser uma das maiores do mundo e construída dentro de uma nova perspectiva, em que o impacto ambiental é bem menor devido à área inundada ser mais restrita. Mesmo com esse ganho, essas novas usinas ficam a milhares de quilômetros dos principais locais consumidores que se localizam no centro-sul do País.

Por outro lado, temos o controle total da tecnologia de produção de energia renovável por meio do uso de álcool produzido a partir da cana-de-açúcar. Essa matriz hoje nos disponibiliza um estoque enorme de energia, ainda pouco utilizada e passível de ser utilizada no momento em que decidirmos investir na produção de energia termelétrica advinda do bagaço da mesma cana que já nos deu o álcool.

A possibilidade de geração desse tipo de energia pode nos ajudar a superar alguns gargalos de nossa economia. Ainda dispomos de outras fontes que merecem atenção especial de nossos governantes, mas aqui vou citar apenas duas delas. Ambas podem ser bem aplicadas em regiões carentes de nosso País, em especial no Centro-Oeste e Nordeste brasileiros.

Falo, senhoras e senhores, da energia possível de ser obtida por meio da produção eólica. Sabemos que o litoral brasileiro é farto de ventos durante todo o ano. No Nordeste, temos uma brisa contínua que já é usada no Estado do Rio Grande do Norte para a produção de energia elétrica limpa e renovável. Precisamos investir e instalar mais pontos de produção desse tipo de energia.

Também devemos aplicar mais recursos, construir programas específicos para o uso da energia solar. No Centro-Oeste e no Nordeste a quantidade média de dias ensolarados passa dos 200 por ano. Essa energia, sobretudo na zona rural, é totalmente desperdiçada.

Pensando em nossa dependência do setor hidrelétrico é que venho pedir uma reflexão maior para que coloquemos este tema na pauta das discussões em busca de soluções para essa questão no País.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta.

Muito obrigado.

O SR. PAULO WAGNER (Bloco/PV-RN. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, há algumas décadas, a degradação do meio ambiente era vista como parte do progresso e parecia inevitável – e até desejável – que a civilização tomasse o lugar da natureza.

Hoje, porém, sabemos que não existe progresso verdadeiro sem o respeito à natureza. A devastação e a poluição ocorridas nos últimos séculos foram tão agressivas que fomos forçados a perceber o desenvolvimento sustentável como único caminho viável.

Países como a China investem pesadamente para recuperar o seu passivo ambiental, prejudicial ao turismo, à saúde humana e, em última análise, ao progresso. Mesmo assim, muitos, como se ainda vivessem no século XIX, ainda pensam que o progresso se faz com a devastação e continuam, em ritmo acelerado, a prejudicar seriamente a natureza.

Para comprometer pessoas, partidos e governos com a consciência ambiental, ela precisa ser disseminada de forma mais enfática, não só nos currículos escolares, mas na mídia e na atuação dos gestores públicos e privados. Ora, entre os gestores privados de recursos encontram-se todos os cidadãos do planeta. Ou seja, precisamos começar a mudar nossos hábitos, os hábitos de nossa família e amigos, os hábitos de nossos colegas de trabalho.

O desenvolvimento sustentável não é assunto apenas dos governos e das empresas, mas do dia a dia de todos nós. A forma como nos locomovemos, fazemos compras ou usamos a água deve ser repensada à luz da consciência ambiental. Nosso exemplo será o maior mobilizador das pessoas que nos são próximas e será a partir de exemplos individuais que criaremos uma consciência coletiva.

Precisamos não apenas reutilizar e reciclar, mas principalmente reduzir o consumo. Essa redução terá impactos positivos em todas as áreas, da coleta do lixo à racionalização dos recursos hídricos e energéticos.

O combate ao desperdício exige uma atitude vigilante sobre nosso próprio comportamento. Não adianta apontar os conhecidos agressores do meio ambiente, como a indústria madeireira e agropecuária, sem lembrar que a devastação é feita não apenas de catástrofes ambientais massivas, mas também de pequenas agressões crônicas, gravíssimas em conjunto.

Grandes ou pequenas, essas agressões não deveriam mais ocorrer, e nossas leis já indicam o caminho da reutilização e reciclagem em todas as áreas possíveis. Sem o engajamento dos gestores públicos e de seus eleitores, porém, a lei é letra morta, e pessoas supostamente educadas, com bom nível de renda, continuarão a achar normal jogar lixo pela janela de seus automóveis, imaginando que o lixo privado é um problema público.

Sra. Presidenta, todos os recursos, materiais ou energéticos, naturais ou manufaturados, demandam a alteração do meio ambiente, o qual já está sobrecarregado com as nossas demandas. Assim, preservar o planeta depende de atitudes simples em nosso cotidiano: reduzir, reaproveitar, reciclar. Reduzir a compra e utilização de produtos, reaproveitá-los e, ao final, destiná-los à reciclagem. Essa, senhoras e senhores, é a mensagem que deixo ao Parlamento.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, muito se tem criticado a política econômica em geral e a política fiscal em particular do Governo Lula nos últimos anos. Gostaria de mostrar, a partir de alguns números básicos que, a despeito de alguma pertinência de parte de tais críticas, não se deve prosperar a visão de que o Governo Lula tenha sido irresponsável.

Ao contrário. A política econômica do Governo Lula tem viabilizado a consolidação de um cenário econômico bastante promissor para o País. Esse reconhecimento, no entanto, não implica olvidarmos a necessidade de algumas correções de rumos que já estão sendo responsabilmente tratadas no Governo Dilma.

Acredito, Sra. Presidenta, que a avaliação das contas públicas de um governo é, por excelência, um exercício de longo prazo. Realço a importância da evolução do estoque da dívida pública, tanto doméstica quanto externa, como indicador fundamental de aferição do desempenho fiscal do Governo Federal.

Com efeito, os números mostram um crescimento contínuo da relação entre a dívida pública federal e o PIB entre 1996 e 2002, atingindo um pico em setembro que ultrapassou a marca de 40%. A partir daí constatou-se firme tendência de redução da relação dívida/PIB até meados de 2005, quando se verifica uma estabilização do indicador em torno de 30% até o estouro da crise financeira internacional no segundo semestre de 2008. Após alguma volatilidade induzida pela variação da taxa de câmbio, a relação dívida/PIB volta a ter uma ligeira tendência de queda, oscilando, agora, em torno do patamar de 27% a 28%, nos últimos meses.

Ou seja, o principal indicador de dívida pública do Governo Federal mostrou consistente tendência de queda em grande parte do Governo Lula.

Mais do que isso: a gestão responsável da dívida permitiu uma diminuição significativa do percentual dos títulos da dívida pública indexados pela taxa de juros básica da economia, a SELIC, em favor de títulos indexados a preços ou prefixados. Essa mudança na composição da dívida foi chave para garantir maior tranquilidade da administração da dívida pública brasileira, reduzindo a exposição da política fiscal às oscilações da política monetária, responsável mais direta pelo controle da inflação.

Esse desempenho demonstra que não se pode, definitivamente, afirmar que o Governo Lula tenha faltado ao seu compromisso de garantir e melhorar a saúde das contas públicas brasileiras.

De outro lado, é na expressiva redução da relação entre a dívida federal externa e o PIB que se pode constatar avanço inequívoco da sustentabilidade macroeconômica do País. De uma dívida pública federal externa líquida que atingiu o seu maior valor no segundo semestre de 2002 de mais de 14%, o Governo conseguiu deixar de ser devedor no primeiro semestre de 2006, feito notável para um país anteriormente conhecido por um alegado endividamento insolúvel em passado não tão distante.

O último valor registrado, da relação dívida pública federal externa/PIB de janeiro de 2011, mostra que o Governo brasileiro atualmente é credor líquido do resto do mundo em cerca de R\$405,7 bilhões, o que representa mais de 11% do PIB.

Não à toa, o Tesouro Nacional tem sido capaz de emitir títulos da dívida no exterior a custos cada vez menores, um feito sem precedentes na usualmente triste história da dívida externa brasileira.

Para toda uma geração que conheceu um país sistematicamente devedor do exterior, a conquista dessa posição é, no mínimo, um fato notável da administração Lula, que demonstra de forma cabal o acerto da estratégia de longo prazo da política econômica. As implicações positivas dessa radical mudança estrutural na eliminação da dependência externa anterior são evidentes: hoje, o Brasil conseguiu uma respeitabilidade internacional que seria impensável a não mais que há uma década.

Aceito, no entanto, que há, de fato, críticas pertinentes que devem ser consideradas. De um lado observa-se deterioração contínua da conta de transações correntes que de um *superavit* de US\$13,9 bilhões, em 2005, convergiu para um *deficit* de US\$47,5 bilhões, em 2010, desempenho muito correlacionado à política cambial vigente no período.

Houve também pronunciado aumento dos gastos do Governo refletido em um incremento de 2,47 pontos percentuais do PIB ao longo de todo o Governo Lula. Esse aumento de despesas não implicou desequilíbrio nas contas públicas em função do significativo aumento das receitas tributárias iniciado ainda no Governo FHC, passando de uma arrecadação de pouco mais de 20% do PIB para quase 40% do PIB.

É reconhecido que tanto a política de apreciação do câmbio quanto o aumento de despesas e receitas públicas têm onerado em demasia o empresário nacional, representando trava significativa para o crescimento econômico.

A pertinência dessas críticas não passou despercebida pela nova Presidenta, Dilma Rousseff, que já colocou em andamento ambicioso programa de con-

tenção, prevendo o corte de R\$50 bilhões das despesas públicas, quase 18% do PIB.

Esse programa de cortes representa inflexão necessária – e por que não dizer inevitável – neste processo de crescimento do Estado. Mais alvissareiro ainda é saber que grande parte desse corte recaiu sobre despesas de custeio (R\$32 bilhões), evitando redução excessivamente severa em investimentos.

Espera-se também que a diminuição dos gastos do Governo induza a uma política de juros menos agressiva pelo Banco Central, abrindo espaço para uma taxa de câmbio menos apreciada e, portanto, recuperação do desempenho positivo da conta de transações correntes.

Tenho certeza de que as ações iniciais do Governo Dilma prenunciam de forma indubitável o caminho para um ajuste virtuoso do Estado brasileiro. Menos dívidas do Governo Federal, mais espaço para o setor privado investir, crescer e gerar riquezas. Só assim consolidaremos o sonho de alcançar uma economia rica que propicie emprego, renda e padrão de vida equivalente aos países mais desenvolvidos do planeta.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, uso esta tribuna para expor a V.Exas. a minha preocupação. Sei do grande número de acidentes de trânsito no Brasil, sobremaneira nas estradas, com quase 40 mil mortos por ano, outros tantos inválidos e outros internados durante longo tempo em hospitais públicos com grande despesa para o Erário. Devemos, como Parlamentares e sociedade civilizadamente constituída, tomar medidas urgentes, pois se torna inadiável uma campanha institucional, que eu daria o nome de Feriado Prolongado Sem Acidentes. Como seria feita? Os meios de comunicação, coordenados pelos órgãos estatais, num próximo fim de semana prolongado, massificaria as instruções sobre como evitar acidentes – atenção às sinalizações, velocidade compatível com o permitido, manutenção preventiva dos veículos e, em especial, atenção com os motociclistas. Pode ser constatado o resultado imediato, comparando-o às estatísticas.

Srs. Deputados, é um absurdo que tenhamos estradas conhecidas como Rodovia da Morte, trechos conhecidos como Curva da Morte, etc. Sou de uma cidade do interior de São Paulo, de nome Orlandia, que tem o triste desígnio de possuir um trecho chamado trevo da morte, devido a grande quantidade de acidentes automobilísticos com vítimas fatais, localizado na confluência da Rodovia Altino Arantes com a Rodovia Marcos Junqueira Neto, que liga Orlandia a Sales de

Oliveira. Inclusive, neste final de semana, morreram três pessoas em um acidente automobilístico.

Em casos de acidentes aéreos, sabemos que se investem milhões de dólares na prevenção de novos acidentes, com reconstituição completa, na medida do possível, da aeronave. Se constatada alguma falha no projeto de engenharia, ou mesmo uma necessidade de aprimoramento do projeto original, os órgãos públicos responsáveis devem tomar providências urgentes para que se evitem novos acidentes, efetuando essas correções, não medindo gastos, pois resultará na prevenção de acidentes.

Esses investimentos em médio prazo serão revertidos em economia com seguros, assistência médica e trará tranquilidade aos usuários, poupando muitas vidas, pois todo equipamento que se coloca à disposição dos usuários é para trazer vida e uma vida feliz. Assim, estaremos cuidando do mais importante projeto de Deus: a vida.

Muito obrigado.

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, em alusão ao aniversário da cidade de Barueri, celebrado no dia 26 de março, desejo saudar todos os habitantes e filhos da cidade, que hoje é um dos principais centros financeiros do Estado de São Paulo e um dos polos empresariais mais famosos do Brasil.

Temos, de fato, além do aniversário do Município, uma série de outros motivos para comemoração, por vários aspectos com que se vem distinguindo Barueri, pela história, pelo espírito empreendedor de seus cidadãos, pelo grau de desenvolvimento do Município.

As raízes históricas da cidade remontam aos meados do século XVI e início do século XVII, quando, na margem direita do Rio Tietê, pouco acima da confluência com o Rio Barueri Mirim, foi edificada a Capela de Nossa Senhora da Escada, hoje padroeira do Município. Ali, formou-se um dos mais importantes aldeamentos do Brasil Colônia, dos índios mbaruary, que, com a ajuda dos padres jesuítas, resistiram bravamente aos frequentes ataques de bandeirantes que desciam o Rio Tietê em direção ao interior, aprisionando índios para mão de obra escrava.

Forte impulso ao desenvolvimento ocorreria com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana e inauguração do primeiro trecho da ferrovia. Barueri ganha, então, sua estação ferroviária em 1875, tornando-se importante entreposto de cargas, rota obrigatória na ligação da cidade de São Paulo com Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus.

A partir do início do século XX, Barueri, a exemplo da cidade de São Paulo, receberia grande número

de imigrantes vindos da Europa e Ásia, a maior parte deles japoneses.

Finalmente, por intermédio da Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, foi criado o Município de Barueri. Assim, de 1949 em diante, estiveram à frente da Prefeitura de Barueri: Nestor de Camargo Oliveira; Adonay de Almeida Sylos, por dois mandatos; João Acácio de Almeida; Carlos Capriotti; Irani de Almeida; Arnaldo Rodrigues Bittencourt, por dois mandatos; Guilherme Guglielmo; João Villalobo Quero; Rubens Furlan; Carlos Alberto Bel Correia; Gilberto Macedo Gil Arantes, por dois mandatos consecutivos; e Rubens Furlan, já no quarto mandato como Prefeito de Barueri.

Localizada a apenas 26 quilômetros da Praça da Sé, marco zero da Capital paulista, a cidade de Barueri pertence à Região Metropolitana de São Paulo, microrregião de Osasco. De acordo com estimativas do IBGE, em 2010, a população de Barueri é de 240.656 habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) de R\$26.994.700.000, conforme dados referentes a 2008, está entre os 20 maiores do Brasil, superando cidades como Betim, Santos, Vitória, Recife, São José dos Campos, Goiânia, Belém e a maioria das capitais e grandes cidades do interior brasileiro. A economia do Município baseia-se na arrecadação de impostos, em especial o ISS, cuja alíquota é a mais baixa da Região Metropolitana de São Paulo e, segundo dados da Prefeitura de Barueri, varia entre 2% e 3%.

Em 1973, a Câmara Municipal aprovou a Lei de Zoneamento Industrial, que favoreceu o desenvolvimento econômico de Barueri, permitindo o surgimento de polos empresariais como o Tamboré, Alphaville, Jubran Votupóca e Jardim Califórnia. Atualmente, Alphaville, que abriga sedes e filiais de grandes empresas, é o principal centro econômico da região, um dos maiores polos industriais e comerciais do Estado de São Paulo e gera a maior parte dos impostos da cidade.

Além da política de baixa tributação garantida por lei, apresentam-se como vantagens da cidade para instalação de novos negócios: proximidade da capital paulista; localização favorável também em relação ao MERCOSUL; disponibilidade de mão de obra qualificada; infraestrutura eficiente, que inclui sistema viário, asfalto, iluminação, saneamento, abastecimento de água, entre outros fatores.

Há muitos anos, às margens do Rio Barueri-Mirim vicejavam flores vermelhas de hibisco. Vem daí, provavelmente, o epíteto pelo qual passou a ser conhecida a cidade de Barueri, “Flor Vermelha que Encanta”. Mas, como se vê, hoje o encanto de Barueri deve-se a muitas outras causas.

Merecem menção, por exemplo, as escolas municipais, pela qualidade do ensino, pelo conjunto de

recursos e instalações disponíveis; as 11 bibliotecas municipais, mantidas pela Secretaria de Cultura e Turismo, reunindo um total de mais de 200 mil livros e respondendo pelo desenvolvimento de importantes projetos voltados para a comunidade; o Instituto Técnico de Barueri – ITB, que, sob administração da Fundação Instituto de Educação de Barueri – FIEB, criada em 1994, pelo Prefeito Rubens Furlan, oferece gratuitamente para os alunos da rede municipal cursos técnicos profissionalizantes em diversas áreas, entre as quais Informática e Administração; cabe mencionar ainda o Campus Barueri da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), inaugurado em 21 de agosto de 2006, no prédio construído com recursos da Prefeitura, para abrigar uma universidade de ponta, com cursos de graduação em Economia e Comércio Internacional, Administração de Empresas e Psicologia. Além disso, há 23 cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão e o cursinho FOCO – Formação Complementar para Vestibulandos. No dia 17 de agosto de 2009, foi inaugurada, no centro da cidade, a Faculdade de Tecnologia de Barueri – FATEC-Barueri, onde são ministrados os cursos de Tecnologia em Comércio Exterior e Tecnologia em Transportes Terrestres. Ressalte-se também o SENAI/Barueri, escola resultante de parceria entre o SENAI/São Paulo e a Prefeitura Municipal. Inaugurada no dia 29 de maio de 2009, a escola dispõe de cursos técnicos na área Gráfica e Editorial, além de aprendizagem industrial em Eletrônica e outros cursos com formação profissional.

Na área de cultura, distinguem-se, com justiça, o Teatro Municipal de Barueri, inaugurado em 1992, e o Museu Municipal de Barueri, em casarão tombado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Cultural. No local, por intermédio de exposições temporárias e permanentes, conta-se a história de Barueri desde a origem até os dias atuais.

Outra iniciativa digna de reconhecimento, o Museu da Bíblia, fruto da parceria entre a Prefeitura Municipal de Barueri e a Sociedade Bíblica do Brasil, é o primeiro museu do gênero no País, tendo em seu acervo bíblias e partes de textos bíblicos em mais de 1.500 idiomas, além de várias miniaturas, incluindo o menor livro do mundo e uma réplica da prensa de Gutenberg, que imprimiu a primeira Bíblia da história. Interligado ao Museu, o Centro de Eventos, um pátio com dois auditórios, cada qual com 497 poltronas, servindo à realização de convenções, seminários, oficinas diversas etc.

Na área de saúde, conta o Município com ampla rede de atendimento, da qual fazem parte estabelecimentos como o Hospital Municipal Dr. Francisco Moran, o Hospital Albert Einstein Alphaville, o Serviço Assis-

tência Médica Barueri – SAMEB, o Hospitalis – Núcleo Hospitalar de Barueri e o Hospital Barueri. Relatório divulgado pelo Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo revela que o Município de Barueri apresentou apenas um caso de dengue importado de outra localidade, nos meses de janeiro e fevereiro de 2010.

Com registro também de significativos avanços, responde pela segurança a Guarda Municipal de Barueri, criada em 1994 e cujas atividades tiveram início no ano seguinte, com 158 guardiões municipais e 18 viaturas. Hoje, a Guarda Municipal de Barueri conta com um efetivo de 600 guardas municipais e uma frota de 70 viaturas. Inclusive, em estudo recente, realizado pelo Núcleo de Análise Estatístico da Guarda Municipal de Barueri, registra-se queda expressiva em todos os indicadores de criminalidade e violência nos primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

Barueri possui também excelente infraestrutura esportiva: mais de oito praças esportivas; campos de futebol; gramados com alambrado e vestiários; 13 ginásios municipais abertos ao público; 32 quadras descobertas e nove pistas de *skate*. Para incentivo à prática desportiva, a Prefeitura oferece escolinhas de esportes gratuitas, com aulas de tênis, judô, caratê, futebol de salão, futebol de campo, *skate*, entre outros. Em especial, engrandecem o patrimônio esportivo barueriense, o Ginásio Poliesportivo José Corrêa, com capacidade para 5 mil pessoas, e a Arena Barueri, uma das mais modernas arenas esportivas do Brasil, com capacidade para 32 mil pessoas, e que tem servido, inclusive, aos grandes clubes da Capital como Corinthians e Palmeiras.

Barueri ganhou espaço no noticiário nacional também em consequência da participação do Grêmio Barueri na Série A do Campeonato Brasileiro de 2009. Divergências entre a Prefeitura e a Diretoria do time levaram, no entanto, o Grêmio Barueri a transferir-se para a cidade de Presidente Prudente, tornando-se, então, Grêmio Prudente.

A cidade também é famosa pela realização da Corrida de São Silveira, originada nos anos 60 e realizada oficialmente desde 1975. Assim, no dia 19 de dezembro de 2010, a Prefeitura de Barueri, por intermédio da Secretaria de Esportes, promoveu a 35ª edição da corrida.

Sra. Presidenta, desejo que Barueri, “Flor Vermelha que Encanta”, receba as merecidas congratulações pelo transcurso de seu aniversário e pela trajetória repleta de realizações e reconhecimento aos méritos da ação e do compromisso com o progresso. Que sejam plenamente atendidas, portanto, as causas, aspirações

e os anseios de sua gente honesta e trabalhadora. Que Deus, em sua infinita sabedoria e misericórdia, continue a dar a direção para o trabalho de todos nós e, especialmente, das pessoas que respondem pelas Prefeituras e Secretarias Municipais e que se acham empenhadas em assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento das cidades.

Sra. Presidenta, aproveito a oportunidade para dizer que mais do que uma efeméride política, um evento protocolar, a comemoração do aniversário de uma cidade homenageia os pioneiros que a construíram, os filhos que a amam, os imigrantes que a adotam como berço. É, pois, com o sentimento da admiração e do respeito que assinalo os 46 anos da emancipação política do Município de Carapicuíba, na Região Metropolitana de São Paulo, transcorridos no dia 26 de março.

Assim, junto-me aos quase 400 mil habitantes que nele vivem e trabalham, conscientes de que ao outrora distrito de Barueri reservava-se um importante papel na luta em favor do desenvolvimento econômico, da justiça social e da cidadania plena a que todos têm direito. Nesse longo processo, coube à população abrir os próprios caminhos, construir o futuro que desejava, com o brilho da inteligência e a força do trabalho, em nome de dias melhores para as gerações vindouras.

Na centenária história de Carapicuíba inspirou-se o brasão da cidade, em que se inscrevem, ladeando o nome do Município, duas datas de relevo: 1580 e 1965. A primeira nos transporta à Aldeia de Carapicuíba, um dos 12 povoados indígenas fundados pelo Padre José de Anchieta, quando chegou a São Paulo, no século XVI. Ponto de parada dos bandeirantes que se dirigiam ao interior, ali se assentou o português Afonso Sardinha, primeiro grande proprietário de terras na região, cultivadas por índios feitos escravos pelo fazendeiro poderoso.

Com base na agricultura e no comércio, o aldeamento cresceu ao longo de 3 séculos, até que, em 1875, a ele chegou a Estrada de Ferro Sorocabana, propulsora do desenvolvimento que a partir de então impulsionaria a cidade. Muitos funcionários da via férrea, que ligava a Capital paulista a Itu, escolheram fixar residência ali, pela pouca distância que os separava da metrópole e pela excelência do clima subtropical, com temperatura média de 18°C no decorrer do ano.

Favoráveis à agricultura, especialmente ao cultivo de cereais, legumes e hortaliças, as terras de Carapicuíba logo interessaram a dezenas de famílias japonesas, dispostas a viver a aventura de trocar o País do Sol Nascente por um Brasil do qual ignoravam a língua, as tradições e os costumes. Aqui, com a obstinação e a disciplina que lhes são inerentes, trabalhavam de sol a sol para desenvolver a nação que os acolhera como

filhos. São os respeitáveis ascendentes dos nisseis e dos sanseis orgulhosos da condição de carapicuibanos, mulheres e homens que lhes seguem o exemplo e lhes honram a memória.

O desenvolvimento socioeconômico de cidades como Carapicuíba leva a que crianças e adolescentes já não planejem trocá-las pela Capital à procura de boa educação e de grandes salários. Mesmo profissionais bem-sucedidos nos grandes centros optam por um retorno às origens e regressam ao lugar onde nasceram em busca do sossego e da qualidade de vida que todos queremos.

O progresso é bom, mas não há como fugir dos males que também ocasiona, sobretudo relacionados à saúde, à educação, ao saneamento básico, à segurança pública e ao transporte coletivo, problemas que desafiam não só os administradores, mas igualmente o povo, a quem compete dar o melhor de si pelos interesses coletivos e pelo bem comum. Não por coincidência, os termos cidade e cidadão têm a mesma raiz, pois nela vivemos e convivemos, trabalhamos e sonhamos com um mundo em que prevaleçam a paz, a união e a concórdia entre os homens.

Esse o sentimento com que comemoramos o 46º aniversário da emancipação política do Município de Carapicuíba, na Grande São Paulo. Ao povo dessa querida cidade, a nossa homenagem, o nosso reconhecimento e a nossa saudação pelos 46 anos de uma bela, respeitável e edificante história.

Finalmente, Sra. Presidenta, quero prestar minhas homenagens a um dos mais belos Municípios de São Paulo, Embu-Guaçu, que no dia 28 de março completou 46 anos de emancipação político-administrativa.

O povoado que deu origem ao Município foi fundado no final de século XVIII pelo casal de sertanistas José Pires de Albuquerque e Emília Pires de Moraes Pedroso. Impressionados com a beleza da região, ergueram uma pequena casa feita de taipa, próximo ao Rio Santa Rita.

O casal de pioneiros achou, a princípio, que o local era uma ilha fluvial, tal a quantidade de rios existentes na região. Batizaram-no, então, de Ilha de Itararé. Quando se descobriu o engano, o povoado foi rebatizado de Embu-Guaçu, ou Cobra Grande, que é como os tupis-guaranis chamavam o Rio Santa Rita – extenso e cheio de curvas sinuosas.

Com a chegada de imigrantes, no início do século XX, a vila cresceu e desenvolveu-se. Em 1920, José Pires de Albuquerque construiu a primeira indústria, que produzia farinha de mandioca. A consolidação definitiva deu-se em 1929, quando a Estrada de Ferro Sorocabana chegou até lá.

A ferrovia transportava o café produzido no interior para o Porto Santista. Com o progresso levado pelos trilhos surgiram as estradas de rodagem. A primeira delas ligava o Município a Itapeverica da Serra. Depois veio a rodovia hoje chamada José Simões Louro Júnior, ligando o Município ao bairro paulista Santo Amaro e, finalmente, a Estrada Mina de Ouro, responsável pela ligação de Embu-Guaçu com a Rodovia Régis Bittencourt.

Em 1932, Benedito Roschel de Moraes inaugurou a primeira casa comercial, e em 1944 o povoado foi elevado à condição de distrito. Vinte e um anos depois, o distrito era emancipado. As primeiras eleições após a emancipação ocorreram no dia 7 de março de 1965, e em 28 de março do mesmo ano teve início a primeira Legislatura, com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Hoje Embu-Guaçu transformou-se em Município próspero e desenvolvido, com cerca de 73 mil habitantes. Ele integra o cinturão verde da Grande São Paulo e possui diversas indústrias, principalmente de transformação e metalurgia.

Felizmente o desenvolvimento econômico deu-se sem a devastação de suas riquezas naturais. O Município conserva grandes áreas de vegetação natural, com manacás, angicos, jacaré-paus, bromélias, araucárias, cedros e ipês. Lá também é possível encontrar remanescentes da Mata Atlântica, paisagens belíssimas e grande diversidade de fauna e flora.

Seus habitantes desfrutam de alta qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano de Embu-Guaçu é de 0,811, numa escala que vai de zero a um. A expectativa de vida dos moradores é de 74 anos, a taxa de alfabetização é de 90,70%, o índice de mortalidade infantil até 1 ano é de 10,47 por mil e a taxa de fecundidade é de 2,49 filhos por mulher.

Graças ao Programa Acessa São Paulo, do qual o Município faz parte, toda a sua população tem acesso livre e gratuito a modernas tecnologias de informação e comunicação, em especial a Internet. Em espaços públicos com computadores e conexão em banda larga são mantidos monitores capacitados para dar suporte aos usuários, oferecendo auxílio para a realização de tarefas escolares, pesquisa, uso de *sites* de redes sociais, entretenimento e serviços de governo eletrônico, entre outros.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, ao comemorarmos os 46 anos de emancipação político-administrativa de Embu-Guaçu quero parabenizar todos os seus habitantes, representados pelos dirigentes locais, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

São eles os responsáveis pela implantação de um modelo de desenvolvimento que concilia prosperi-

dade econômica e preservação da natureza. São eles os principais responsáveis pela alta qualidade de vida de que desfrutam, atestada pelo elevado Índice de Desenvolvimento Humano lá registrado.

Convido todos os senhores a visitar Embu-Guaçu e conhecer de perto as belezas naturais e a prosperidade deste jovem Município, que aos 46 anos de idade pode orgulhar-se de ser uma das mais aprazíveis cidades brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, a Presidenta Dilma Rousseff cumpre mais uma das suas promessas de campanha lançando o Programa Rede Cegonha para atendimento às gestantes. O Rede é formado por um rol de ações que visam garantir a todas as mães brasileiras, pelo SUS, serviço adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê.

O Governo Federal vai investir 9,3 bilhões no projeto até 2014 para que todas as unidades de saúde do País estejam integradas ao Rede. Para este ano, a meta é atingir 30% das unidades.

A maternidade é um milagre, é coisa divina. Conceber outro ser é algo espetacular, fantástico. Pena que esse momento tão feliz possa ainda gerar muitas angústias advindas do pouco apoio do poder público em momento singular.

Vemos que a Presidenta Dilma, como mãe e mulher, buscará mudar esta realidade com esse importantíssimo programa. Cuidar da maternidade, Sra. Presidenta, é proteger dois seres humanos e o futuro do nosso País. Cuidados a partir da gravidez significam menos doenças no futuro e menos gastos com saúde. Teremos mães e crianças mais felizes e seguras. Isso é cuidar bem do nosso povo.

A Presidenta, ao lançar esse programa, pensa na mulher grávida, no bebê que nascerá sadio e numa criança mais saudável. É uma bela iniciativa que merece todo nosso apoio e nosso destaque.

Se analisarmos o programa com cuidado, verificaremos que ele prevê dezenas de cuidados especiais para as gestantes, desde teste rápido de gravidez até atendimento pós-parto. Entre os objetivos está garantir que 100% das gestantes façam exame de ultrassom. A gestante poderá conhecer, com antecedência, a maternidade para a qual será encaminhada e vai ser estimulada a fazer parto normal.

Sra. Presidenta, o programa também planeja criar casas de apoio e entregar vale-transporte para garantir

a ida às consultas do pré-natal. É um programa voltado para atender as gestantes mais carentes.

Inicialmente, o cronograma de implantação do Programa Rede priorizará as regiões da Amazônia Legal e Nordeste, que têm os mais altos índices de mortalidade materna e infantil. As seringueiras, as ribeirinhas, os povos da floresta agradecem e esperam ansiosos o Rede Cegonha chegar a quem mais precisa de cuidado.

Para os bebês, caros colegas, é previsto, nos primeiros 2 anos de vida, atenção integral à saúde, desde a promoção do aleitamento materno até a oferta de atendimento médico especializado para eventuais necessidades.

Outra ação prevista na Rede Cegonha direcionada às crianças será equipar as unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU Cegonha para o transporte seguro do recém-nascido.

É um belo programa, uma grande iniciativa. Como mãe, mulher que sei da importância de um serviço de saúde como esse, somente tenho de parabenizar nossa Presidenta Dilma, o Ministro da Saúde Alexandre Padilha e desejar-lhes muito sucesso, garantindo sempre nosso apoio a este grande desafio.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, quero reportar-me sobre os impasses que os brasileiros que moram no exterior sofrem ao retornar ao País.

Atualmente nossos conterrâneos, quando decidem voltar a residir no Brasil, trazem consigo seus pertences em contêineres e são frequentemente surpreendidos com a retenção de suas bagagens nos portos brasileiros. Mesmo munidos de documentos que comprovam a legitimidade do produto, não raro terceiros cobram propina para liberar a mercadoria.

Isso é uma falta de respeito com nossos patriotas que pagam os impostos dos produtos naquele país e, quando retornam para o Brasil, são extorquidos. Hoje milhares de brasileiros se encontram nessa situação. Só neste ano, oito casos foram registrados por moradores de Goiás. Eles tiveram que pagar propina para ter de volta os seus pertences.

Esse material detido nos portos na sua maioria são bens pessoais como roupas, sapatos, perfumes, brinquedos, aparelhos eletrônicos, entre outros. Mas também os imigrantes enviam na remessa o sentimento de amor, carinho e saudade de quem teve que deixar seu país em busca de dias melhores em terras estrangeiras.

É uma tristeza ver inúmeros brasileiros lesados inocentemente. Eles vão trabalhar durante anos fora

do Brasil e quando voltam esperançosos ficam impossibilitados de obter seus pertences de volta. Irei cobrar qual a posição do Governo em relação a esse fato lastimável.

É surreal ver esse tratamento pífio, haja vista que anualmente os imigrantes enviam bilhões de dólares aos seus familiares no País, ajudando a gerir a economia nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, participei no último dia 5 de abril de uma solenidade do Grupo RIC Paraná e Santa Catarina/Record, onde tive a honra de falar em nome da bancada catarinense, Deputados e Senadores, na qualidade de Coordenador do nosso Fórum Parlamentar Catarinense, atendendo ao convite do Sr. Presidente do Grupo, Mário José Gonzaga Petrelli, e demais diretores.

Foi um encontro de relacionamento político e empresarial com as bancadas federais dos dois Estados e entidades, entre outros. O objetivo foi promover o envolvimento do grupo de comunicação com o País, conglomerado que representa hoje o maior gerador de conteúdo regional da Record.

Fundado na década de 80 pela Família Petrelli, o Grupo RIC – Rede Independência de Comunicação – atua nos mercados paranaense e catarinense, em uma área que tem mais de 16 milhões de habitantes, com uma plataforma multimídia composta por: emissoras de televisão; emissoras de rádio; jornais impressos; portais de Internet; entre outros.

Estas plataformas de mídia, junto a ações interativas, buscam levar à população atrações diferenciadas de programação que promovam o desenvolvimento das comunidades; resgatem os valores e as culturas locais; ofereçam informações, entretenimento e serviços.

Em uma solenidade bastante prestigiada, com as presenças das bancadas federais dos dois Estados, de Senadores, do Governador do Paraná, Beto Richa, dos Ministros Paulo Bernardo, das Comunicações, Ideli Salvatti, da Pesca e Aquicultura, do Vice-Governador de Santa Catarina, Eduardo Moreira, além de inúmeras autoridades, prefeitos, a classe empresarial também estava presente e elogiou o trabalho feito pelo Grupo RIC para o desenvolvimento de Santa Catarina e do Paraná. Estavam presentes, ainda, o Presidente da CNDL (Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas), Roque Pellizzaro Júnior, e, representando a FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina), Tito Schmidt.

Mostraram-nos todos os veículos de comunicação da Rede.

Cumprimento o Presidente Mário José Gonzaga Petrelli, bem como o seu filho Marcelo Petrelli, os demais diretores e, em nome de Paulo Alceu, cumprimento os demais profissionais e colaboradores da Rede, que levam informação a milhares de pessoas.

Este Parlamentar, quando do uso da palavra, falou da importância dos dois Estados, Paraná e Santa Catarina, no contexto nacional e que a integração na área da comunicação promovida pela RIC fortalece ainda mais a nossa integração, em especial das bancadas aqui no Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

Partido Bloco

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Edio Lopes PMDB
Jhonatan de Jesus PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Luciano Castro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Raul Lima PP
Teresa Surita PMDB
Total de Roraima: 6

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Fátima Pelaes PMDB
Professora Marcivania PT
Sebastião Bala Rocha PDT
Vinicius Gurgel PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Amapá: 5

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS PvPps
Beto Faro PT
Cláudio Puty PT
Giovanni Queiroz PDT
Lúcio Vale PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Luiz Otávio PMDB
Miriquinho Batista PT
Wladimir Costa PMDB
Zé Geraldo PT
Zequinha Marinho PSC
Total de Pará: 10

AMAZONAS

Átila Lins PMDB
Carlos Souza PP
Henrique Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Pauderney Avelino DEM
Rebecca Garcia PP
Silas Câmara PSC
Total de Amazonas: 6

RONDÔNIA

Lindomar Garçon PV PVPps
 Marinha Raupp PMDB
 Mauro Nazif PSB PsbPtbPcdob
 Moreira Mendes PPS PVPps
 Natan Donadon PMDB
 Nilton Capixaba PTB PsbPtbPcdob

Total de Rondônia: 6**ACRE**

Antônia Lúcia PSC
 Flaviano Melo PMDB
 Gladson Cameli PP
 Perpétua Almeida PCdoB PsbPtbPcdob
 Sibá Machado PT
 Taumaturgo Lima PT

Total de Acre: 6**TOCANTINS**

Agnolin PDT
 César Halum PPS PVPps
 Júnior Coimbra PMDB
 Professora Dorinha Seabra Rezende DEM

Total de Tocantins: 4**MARANHÃO**

Alberto Filho PMDB
 Cleber Verde PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi
 Davi Alves Silva Júnior PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi
 Domingos Dutra PT
 Edivaldo Holanda Junior PTC PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi
 Francisco Escórcio PMDB
 Gastão Vieira PMDB
 Pinto Itamaraty PSDB
 Professor Setimo PMDB

Total de Maranhão: 9**CEARÁ**

André Figueiredo PDT
 Antonio Balhmann PSB PsbPtbPcdob
 Artur Bruno PT
 Chico Lopes PCdoB PsbPtbPcdob
 Edson Silva PSB PsbPtbPcdob
 Eudes Xavier PT
 Genecias Noronha PMDB
 João Ananias PCdoB PsbPtbPcdob
 José Guimarães PT
 Manoel Salviano PSDB
 Mauro Benevides PMDB
 Raimundão PMDB
 Raimundo Gomes de Matos PSDB
 Vicente Arruda PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi

Total de Ceará: 14**PIAUI**

Assis Carvalho PT
 Hugo Napoleão DEM
 Iracema Portella PP

Jesus Rodrigues PT
 Júlio Cesar DEM
 Marcelo Castro PMDB
 Marillos Sampaio PMDB
 Nazareno Fonteles PT

Total de Piauí: 8**RIO GRANDE DO NORTE**

Fátima Bezerra PT
 Felipe Maia DEM
 Paulo Wagner PV PVPps
 Sandra Rosado PSB PsbPtbPcdob

Total de Rio Grande do Norte: 4**PARAÍBA**

Benjamin Maranhão PMDB
 Damião Feliciano PDT
 Efraim Filho DEM
 Hugo Motta PMDB
 Manoel Junior PMDB
 Romero Rodrigues PSDB
 Ruy Carneiro PSDB
 Wilson Filho PMDB

Total de Paraíba: 8**PERNAMBUCO**

Bruno Araújo PSDB
 Carlos Eduardo Cadoca PSC
 Fernando Coelho Filho PSB PsbPtbPcdob
 Fernando Ferro PT
 Inocêncio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi
 João Paulo Lima PT
 Jorge Corte Real PTB PsbPtbPcdob
 José Augusto Maia PTB PsbPtbPcdob
 José Chaves PTB PsbPtbPcdob
 Luciana Santos PCdoB PsbPtbPcdob
 Mendonça Filho DEM
 Pastor Eurico PSB PsbPtbPcdob
 Pedro Eugênio PT
 Roberto Teixeira PP
 Sílvio Costa PTB PsbPtbPcdob

Total de Pernambuco: 15**ALAGOAS**

Arthur Lira PP
 Celia Rocha PTB PsbPtbPcdob
 Givaldo Carimbão PSB PsbPtbPcdob
 Joaquim Beltrão PMDB
 Maurício Quintella Lessa PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi
 Rosinha da Adefal PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi

Total de Alagoas: 6**SERGIPE**

Andre Moura PSC
 Heleno Silva PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi
 Laercio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi
 Márcio Macêdo PT
 Rogério Carvalho PT

Valadares Filho PSB PsbPtbPcdob

Total de Sergipe: 6

BAHIA

Acelino Popó PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Amauri Teixeira PT

Antonio Brito PTB PsbPtbPcdob

Antonio Carlos Magalhães Neto DEM

Antonio Imbassahy PSDB

Arthur Oliveira Maia PMDB

Claudio Cajado DEM

Erivelton Santana PSC

Fábio Souto DEM

Felix Mendonça Júnior PDT

Fernando Torres DEM

Geraldo Simões PT

José Carlos Araújo PDT

José Nunes DEM

José Rocha PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Joseph Bandeira PT

Josias Gomes PT

Jutahy Junior PSDB

Luiz Alberto PT

Luiz Argôlo PP

Márcio Marinho PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Maurício Trindade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Nelson Pellegrino PT

Oziel Oliveira PDT

Paulo Magalhães DEM

Roberto Britto PP

Rui Costa PT

Sérgio Barradas Carneiro PT

Valmir Assunção PT

Total de Bahia: 29

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PDT

Aelton Freitas PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Antônio Andrade PMDB

Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPrbPtdob-

PrtbPrpPhsPtcPsl

Diego Andrade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Dimas Fabiano PP

Domingos Sávio PSDB

Dr. Grilo PSL PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Eduardo Azeredo PSDB

Eduardo Barbosa PSDB

Eros Biondini PTB PsbPtbPcdob

George Hilton PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Geraldo Thadeu PPS PvPps

Gilmar Machado PT

Jairo Ataíde DEM

Jô Moraes PCdoB PsbPtbPcdob

João Magalhães PMDB

José Humberto PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Lael Varella DEM

Leonardo Monteiro PT

Leonardo Quintão PMDB

Lincoln Portela PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Luis Tibé PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Márcio Reinaldo Moreira PP

Marcos Montes DEM

Marcus Pestana PSDB

Mauro Lopes PMDB

Newton Cardoso PMDB

Odair Cunha PT

Padre João PT

Reginaldo Lopes PT

Renzo Braz PP

Rodrigo de Castro PSDB

Stefano Aguiar PSC

Toninho Pinheiro PP

Walter Tosta PMN

Weliton Prado PT

Total de Minas Gerais: 37

ESPÍRITO SANTO

Audifax PSB PsbPtbPcdob

Cesar Colnago PSDB

Manato PDT

Rose de Freitas PMDB

Sueli Vidigal PDT

Total de Espírito Santo: 5

RIO DE JANEIRO

Alessandro Molon PT

Alexandre Santos PMDB

Alfredo Sirkis PV PvPps

Andreia Zito PSDB

Anthony Garotinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Arolde de Oliveira DEM

Aureo PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Benedita da Silva PT

Chico Alencar PSOL

Cristiano PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Deley PSC

Dr. Adilson Soares PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Dr. Aluizio PV PvPps

Dr. Carlos Alberto PMN

Dr. Paulo César PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Edson Ezequiel PMDB

Eduardo Cunha PMDB

Eliane Rolim PT

Felipe Bornier PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Fernando Jordão PMDB

Glauber Braga PSB PsbPtbPcdob

Hugo Leal PSC

Jair Bolsonaro PP

Jandira Feghali PCdoB PsbPtbPcdob

Liliam Sá PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Marcelo Matos PDT

Miro Teixeira PDT

Nelson Bornier PMDB

Otávio Leite PSDB

Rodrigo Maia DEM

Romário PSB PsbPtbPcdob

Solange Almeida PMDB
 Stepan Nercessian PPS PvPps
 Vitor Paulo PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Washington Reis PMDB
 Zoinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Rio de Janeiro: 36

SÃO PAULO

Alberto Mourão PSDB
 Alexandre Leite DEM
 Aline Corrêa PP
 Antonio Bulhões PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Arnaldo Faria de Sá PTB PsbPtbPcdob
 Arnaldo Jardim PPS PvPps
 Bruna Furlan PSDB
 Carlinhos Almeida PT
 Carlos Zarattini PT
 Delegado Protógenes PCdoB PsbPtbPcdob
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS PvPps
 Dr. Ubiali PSB PsbPtbPcdob
 Edinho Araújo PMDB
 Eli Correa Filho DEM
 Gabriel Chalita PSB PsbPtbPcdob
 Guilherme Campos DEM
 Ivan Valente PSOL
 Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PSB PsbPtbPcdob
 Jilmar Tatto PT
 Jonas Donizette PSB PsbPtbPcdob
 Jorge Tadeu Mudalen DEM
 José De Filippi PT
 José Mentor PT
 Junji Abe DEM
 Luiz Fernando Machado PSDB
 Luiza Erundina PSB PsbPtbPcdob
 Milton Monti PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Missionário José Olimpio PP
 Newton Lima PT
 Otoniel Lima PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Pastor Marco Feliciano PSC
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Penna PV PvPps
 Ricardo Izar PV PvPps
 Roberto de Lucena PV PvPps
 Roberto Freire PPS PvPps
 Roberto Santiago PV PvPps
 Rodrigo Garcia DEM
 Tiririca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Valdemar Costa Neto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Vicente Candido PT
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
 William Dib PSDB
Total de São Paulo: 46

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB

Júlio Campos DEM
 Neri Geller PP
 Roberto Dorner PP
 Ságua Moraes PT
 Valtenir Pereira PSB PsbPtbPcdob
Total de Mato Grosso: 6

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho PPS PvPps
 Erika Kokay PT
 Izalci PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Policarpo PT
 Reguffe PDT
 Ricardo Quirino PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Ronaldo Fonseca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Distrito Federal: 7

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Delegado Waldir PSDB
 Flávia Moraes PDT
 Heuler Cruvinel DEM
 Íris de Araújo PMDB
 João Campos PSDB
 Jorge Pinheiro PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Jovair Arantes PTB PsbPtbPcdob
 Marina Santanna PT
 Pedro Chaves PMDB
 Ronaldo Caiado DEM
 Rubens Otoni PT
 Sandes Júnior PP
 Valdivino de Oliveira PSDB
Total de Goiás: 14

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
 Fabio Trad PMDB
 Geraldo Resende PMDB
 Giroto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Mandetta DEM
 Marçal Filho PMDB
 Reinaldo Azambuja PSDB
Total de Mato Grosso do Sul: 7

PARANÁ

Alex Canziani PTB PsbPtbPcdob
 André Vargas PT
 Cida Borghetti PP
 Dilceu Sperafico PP
 Dr. Rosinha PT
 Eduardo Sciarra DEM
 Leopoldo Meyer PSB PsbPtbPcdob
 Luiz Carlos Setim DEM
 Luiz Nishimori PSDB
 Moacir Micheletto PMDB
 Nelson Padovani PSC
 Reinhold Stephanes PMDB
 Rosane Ferreira PV PvPps

Rubens Bueno PPS PvPps
Sandro Alex PPS PvPps
Takayama PSC
Zeca Dirceu PT

Total de Paraná: 17

SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS PvPps
Celso Maldaner PMDB
Esperidião Amin PP
Jorge Boeira PT
Jorginho Mello PSDB
Luci Choinacki PT
Mauro Mariani PMDB
Onofre Santo Agostini DEM
Ronaldo Benedet PMDB
Valdir Colatto PMDB
Zonta PP

Total de Santa Catarina: 11

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
Alexandre Roso PSB PsbPtbPcdob
Danrlei De Deus Hinterholz PTB PsbPtbPcdob
Fernando Marroni PT
Henrique Fontana PT
Jeronimo Goergen PP
José Otávio Germano PP

Jose Stédile PSB PsbPtbPcdob
Luis Carlos Heinze PP
Marcon PT
Mendes Ribeiro Filho PMDB
Nelson Marchezan Junior PSDB
Paulo Pimenta PT
Pepe Vargas PT
Renato Molling PP
Ronaldo Nogueira PTB PsbPtbPcdob
Sérgio Moraes PTB PsbPtbPcdob
Vilson Covatti PP

Total de Rio Grande do Sul: 18

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A lista de presença registra o comparecimento de 346 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Matéria sobre a mesa.

Item I.

Mensagem nº 155, de 2008, do Poder Executivo, que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.687, de 1998, que dispõe sobre a extinção da Fundação Escola Nacional de Administração Pública e a absorção de suas atividades por organização social, e dá outras providências.

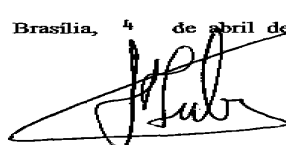
A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação a mensagem.

Mensagem nº 155

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.687, de 1998, que “Dispõe sobre a extinção da Fundação Escola Nacional de Administração Pública e a absorção de suas atividades por organização social, e dá outras providências”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 850, de 1998.

Brasília, 4 de abril de 2008.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem pela aprovação da retirada permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item II.

Mensagem nº 278, de 2010, do Poder Executivo, que solicita a retirada tramitação das Mensagens nºs 389 e 498, de 2005, referentes, respectivamente,

ao “Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile” e ao “Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul”, ambos celebrados em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

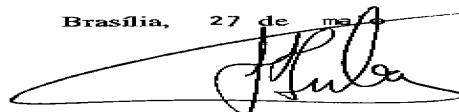
A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação a mensagem.

Mensagem nº 278

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, a retirada da tramitação das Mensagens nº 389 e 498, de 2005, referentes, respectivamente, ao "Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile" e ao "Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul", ambos celebrados em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Brasília, 27 de maio de 2010.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que forem pela aprovação da retirada permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria irá ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Sobre a mesa Ofício nº 588, de 2009, da Procuradoria Geral da República:

Ofício/PGR/GAB/Nº 588/09, da Procuradoria Geral da República, que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.299, de 2008, do Ministério Público da União, que altera o Anexo XXI da Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, o art. 23, parágrafo único, e o art. 25, ambos da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o ofício.

OFÍCIO/PGR/GAB/Nº 588

Brasília, 14 de maio de 2009.


A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal MICHEL TEMER
Presidente da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-se a Vossa Excelência para solicitar, em conformidade com o art. 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada do projeto de lei nº 4.299/2008, que altera o Anexo XXI da Lei nº 10.771/2003, o art. 23, parágrafo único, e o art. 25, ambos da Lei nº 11.415/2006, de iniciativa do Ministério Público da União, que se encontra em tramitação nessa Casa.

Atenciosamente,


ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

De Ordem à Secretaria
Genal da Mesa

Marcos Vasconcelos
Assessor Jurídico da Presidência

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que forem pela aprovação da retirada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria irá ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Antes de passar ao item 1, gostaria de consultar os Srs. Líderes sobre se já há entendimento a respeito dessa matéria, para que possamos passar logo ao processo de votação. Peço aos Líderes que se pronunciem.

Líder Cândido Vaccarezza...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem, Sem revisão do orador.) – Tenho a impressão de que os Líderes, na sua maioria, estão junto à Mesa, assinando um destaque supressivo.

A ideia é votar. Cada um sustenta sua posição e, na votação, ganha ou perde.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Alguém mais quer se pronunciar? *(Pausa.)*

Temos clareza de que, se não houver entendimento com relação a pedidos de verificação, não teremos nenhuma votação. Quero dizer ao Plenário que havíamos chegado até aqui com bom entendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Roberto Freire, com a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, antes de qualquer discussão de destaque, apenas quero avisar que temos um requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item I

PROJETO DE LEI Nº 4.208-E, DE 2001

(Do Poder Executivo)

Votação, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.208-C, de 2001, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação do art. 1º do Substitutivo do Senado Federal, que altera os arts. 282, 283, 289, 295, 299, 300, 306, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 334, 335, 336, 337, 341, 343, 344, 345, 346, 350 e 439, do Código de Processo Penal, da seguinte forma: pela aprovação do art. 282, incisos I e II, e §§ 1º a 3º, 5º e 6º; pelo restabeleci-

mento do § 4º do art. 282, constante do art. 1º do Substitutivo da Câmara; e pela rejeição do § 7º do art. 282 do Substitutivo do Senado; pela aprovação dos arts. 283; 289, caput, exceto o termo “investigado”, §§ 1º, 2º e 3º, exceto a expressão “sob pena de a autoridade requisitada ou deprecada colocá-lo em liberdade independentemente de qualquer formalidade”; pela aprovação dos arts. 295, 299, 300, exceto a expressão “e, o desertor ou insubmisso preso por autoridade policial”, constante do parágrafo único; 306, 310, inciso I, e parágrafo único, e pelo restabelecimento dos incisos II e III do art. 310, constante do art. 1º do Substitutivo da Câmara; pela aprovação dos arts. 311, 312, 313, 314, 315, 318, 319, caput e inciso I, IV, exceto a expressão “ou do País”, V, VI, VIII e IX, e §§ 1º a 4º e pelo restabelecimento dos incisos II, III e VII; pela aprovação dos arts. 322, 323, 324, 325, 334, 335, 336, 337, 341, 343, 344, 345, 346, 350 e 439; pela rejeição dos arts. 317, 320 e 321, para restabelecer, em substituição, os arts. 317, 320 e 321, constantes do art. 1º do Substitutivo da Câmara; pela aprovação do art. 2º, com a redação dada ao art. 289-A e rejeição do art. 315-A; e pela aprovação dos arts. 3º e 4º do substitutivo do Senado Federal (Relator: Dep. João Campos); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado e, no mérito, na forma seguinte: a) pela aprovação do art. 282, incisos I e II, e §§ 1º a 3º, 5º e 6º; pelo restabelecimento do § 4º do art. 282, constante do art. 1º do Substitutivo da Câmara; e pela rejeição do § 7º do art. 282 do Substitutivo do Senado; b) pela aprovação dos arts. 283; 289, caput, exceto o termo “investigado”, §§ 1º, 2º e 3º, exceto a expressão “sob pena de a autoridade requisitada ou deprecada colocá-lo em liberdade independentemente de qualquer formalidade”; c) pela aprovação dos arts. 295, 299, 300, exceto a expressão “e, o desertor ou insubmisso preso por autoridade policial” do parágrafo único, 306, 310, inciso I, e parágrafo único, e pelo restabelecimento dos incisos II e III do art. 310, constante do art. 1º do Substitutivo da Câmara; d) pela aprovação dos arts. 311, 312, 313, 314, 315, 318, 319, caput e inciso I, IV, V, VI, VIII e IX, e §§ 1º

a 4º e pelo restabelecimento dos incisos II, III e VII; e) pela aprovação dos arts. 322, 323, 324, 325, exceto a expressão “e, ainda, da análise do prejuízo causado ou do proveito obtido com a prática da infração” do §1º, 334, 335, 336, 337, 341, 343, 344, 345, 346 e 439, e pelo restabelecimento do §1º do art. 325 do art. 1º do substitutivo da Câmara; f) pela rejeição dos arts. 317, 320, 321 e 350, para restabelecer, em substituição, os arts. 317, 320, 321 e 350, constantes do art. 1º do Substitutivo da Câmara; e g) pela aprovação do art 289-A e rejeição do art. 315-A, citados no art. 2º do Substitutivo do Senado Federal, e pela aprovação dos arts. 3º e 4º do Substitutivo do Senado Federal (Relator: Dep. José Eduardo Cardozo).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Requerimento sobre a mesa.

“Sra. Presidenta, requeiro a V.Exa., nos termos do inciso VI do art. 117, c/c art. 83, inciso II, alínea ‘c’, do Regimento Interno, a retirada de pauta do PL nº 4.208, de 2001, constante da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Roberto Freire** – PPS/SP”

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Roberto Freire, V.Exa. continua inscrito para falar a favor. (*Pausa.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o PT é contra a retirada de pauta. Queremos discutir hoje, conforme combinado no Colégio de Líderes, por todas as Lideranças.

Foi acordado no Colégio de Líderes, com a concordância de todos os Líderes, pautar e votar essa matéria no dia de hoje.

Quero fazer um apelo a V.Exa., já que o conjunto de Líderes concorda que votemos no dia de hoje: que coloque a matéria em votação. Entendemos que todo debate é bom para o País e que iremos aprovar um projeto de lei de grande relevância e repercussão.

Portanto, gostaríamos de votá-lo na sessão de hoje. Inclusive, foi objeto de acordo o encaminhamento da votação.

Por isso, quero fazer um apelo a todos os Deputados, em especial ao Deputado Roberto Freire: que votemos esse projeto de lei nesta sessão de quinta-feira.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, apenas gostaria de informar à Mesa e ao Plenário que

não procede a informação, pois o PPS não participou desse acordo.

Não fomos convidados para o acordo, até porque temos a posição claríssima de que somos contrários à prisão especial para quem quer que seja. O PPS é contrário à prisão especial para quem quer que seja.

Portanto, nós vamos manter a mesma decisão. E quero deixar muito claro que não participamos desse acordo.

O SR. PAULO TEIXEIRA – Pela ordem, Sra. Presidenta.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Sra. Presidenta, também me inscrevo para falar.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O Deputado Roberto Freire está com a palavra para falar a favor do requerimento.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, acredito que já cumpri um pouco o meu papel: vai haver um debate.

A matéria é importante, ninguém está retirando sua relevância. Trata-se apenas de um pequeno detalhe. Esse projeto foi ao Senado, o qual, talvez ouvindo melhor o clamor da sociedade brasileira de há muito tempo, contra as chamadas prisões especiais, atendeu aquilo que a Câmara não quis e não se preocupou em atender. Ou seja, o Senado propôs uma emenda proibindo a concessão de prisão especial.

Não sou criminalista nem especialista nessa matéria, mas apresentei um projeto e estudei um pouco o que significava prisão especial. A prisão especial acontece antes de qualquer condenação, até porque não existe prisão especial para cumprimento de pena. Então, já temos uma primeira característica, qual seja a de que é apenas um privilégio antes de qualquer decisão da Justiça. Decidido, a pessoa que recebeu o referido privilégio vai cumprir sua pena em igualdade de condições com qualquer preso punido pela Justiça brasileira.

Quanto à questão da incolumidade – que é o que se fala –, no que se refere ao cumprimento da pena, o juiz e o próprio Estado têm a obrigação de manter a incolumidade do preso. É evidente que não se vai colocar delegado junto de quem ele prendeu quando do cumprimento da pena. Mas se está falando de prisão especial antes de qualquer decisão final da Justiça: prisão preventiva, prisão provisória, prisão em flagrante. Portanto, existe todo um quadro de garantias, benefícios e privilégios para determinadas categorias. É disso que se está falando.

Pois bem, no art. 295 da proposta aprovada pelo Senado está escrito: “É proibida a concessão de prisão especial...” – e aí vem o equívoco –, salvo por decisão de um juiz ou de um delegado. Ou seja, retira-se da

lei, mas se concede tal arbítrio ao juiz e ao delegado. Esse é o grave equívoco. E, talvez, tenha-se levantado, num primeiro momento, uma posição contrária a essa mudança feita pelo Senado.

Portanto, Sra. Presidenta, quero dizer que o PPS é contra a prisão especial – e não é de hoje, mas de há muito tempo. E creio que a maioria da sociedade brasileira gostaria que esse privilégio odioso, abusivo, fosse revogado.

Pois bem, estamos propondo – e por isso estamos pedindo a retirada de pauta, para que haja outra reunião, a fim de chegarmos a um acordo – a aprovação das medidas cautelares, que é um projeto relevante. O PPS não tem nada a opor quanto à matéria, mas quer manter a proibição da concessão de prisão especial, para o que apresentamos um destaque.

Poderíamos fazer acordo em torno disso, e esta Casa aprovaria o fim da prisão especial, sem delegar ao delegado ou ao juiz tal arbítrio. Pura e simplesmente acaba-se com esse privilégio, removido por destaque supressivo o restante do texto e mantido apenas o início: *“É proibida a concessão de prisão especial”*.

Era o que a Casa deveria fazer, até para atender à sociedade. Ou seja, nossa proposta é manter o que o Senado teve a coragem de aprovar e que esta Casa, por um acordo, tentando remeter o projeto para as agendas, propôs concretamente: a manutenção da prisão especial.

Por isso, o PPS pede que seja transferida a votação para uma outra sessão, a fim de chegarmos a um acordo. Ou, então, podemos fazer o acordo nesta sessão, retirando essa parte final do art. 295 redigido pelo Senado, mas mantendo o início daquele texto, o qual determinou o fim da prisão especial.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Ribeiro Filho, que falará contra a matéria.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu fui o primeiro a dizer, na condição de Líder, que é preciso terminar com a “poesia” da prisão especial. Há os que usam a prisão especial para fazer discurso e há os que se utilizam dela para ter um privilégio.

É preciso que examinemos a legislação. Mas não será votando uma matéria como essa que nos foi apresentada que definitivamente vamos tratar do assunto. Existem leis complementares que tratam da matéria – e nós sabemos muito bem disso. Porém, aqueles que estão nos assistindo pela televisão muitas vezes não conhecem a realidade. As pessoas apresentam questões como se fossem verdadeiras e todos começam a fazer julgamentos. Nós não acabaremos com a prisão especial se votarmos a matéria em pauta. Nós temos

de examinar o Código. Eu não tenho clareza sobre a posição da minha bancada a esse respeito, mas sou capaz de elencar aqui as leis que tratam do assunto – acho que não preciso fazê-lo, pois os advogados e os que tratam dessa matéria sabem do que estou falando.

Então, Sra. Presidenta, quero dizer claramente que a aprovação desse requerimento não significa ser a favor ou contra ao que quer que seja. Nós queremos examinar a prisão especial para, de fato, termos uma postura que vá ao encontro do desejo da sociedade, e não é esta.

O PMDB acompanha a posição das Lideranças de votar a prisão cautelar, uma vez que são extremamente importantes as medidas cautelares para o que a sociedade deseja.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tendo um Parlamentar falado a favor e outro contra a matéria, passamos ao processo de encaminhamento da votação.

Para orientar a bancada sobre a retirada do requerimento, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, nós somos contrários à retirada de pauta. Queremos discutir na manhã de hoje esse tema, objeto de acordo entre os líderes, e igualmente por ser um projeto de grande relevância para o Brasil. Portanto, queremos enfrentar o debate, e a melhor forma de fazermos isso é votando.

Então, queremos manter o debate e não concordamos com o requerimento de retirada de pauta. Portanto, votamos “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como orienta o PMDB?

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Orientamos “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Bloco PSB/PTB/PCdoB.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, pelo Bloco PSB/PTB/PCdoB, entendemos que essa matéria deva ser muito mais profundamente discutida. Da forma como está sendo votada, estamos acabando com as prisões especiais, de um lado, mas deixando para depois uma série de outras categorias. Então, se é para discutir uma coisa mais efetiva, que a sociedade possa aplaudir, temos que fazer essa discussão mais profundamente.

Então, o voto do Bloco PSB/PTB/PCdoB é “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Bloco/PR.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PR encaminha o voto “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – PSDB, como encaminha a votação do requerimento?

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – PSDB, “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – DEM. Como o DEM encaminha?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o DEM acompanha a posição das Lideranças que estão em plenário. Nós temos consultado o partido. E, em virtude de um entendimento que é novo, o DEM libera a bancada, porque há divergência dentro da bancada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – PP? *(Pausa.)* Como orienta o PP? *(Pausa.)*

PDT?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – “Não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Bloco PV/PPS.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas esclarecer o que nós estamos aqui defendendo.

Com esse requerimento, nós queremos continuar uma discussão que me parece importante para a sociedade. O PPS é a favor da quase totalidade desse acordo. As medidas cautelares são fundamentais. Todo o sistema penitenciário e o Brasil como um todo está pedindo. E, portanto, o PPS vota favoravelmente. Mas queremos votar também favoravelmente ao fim da prisão especial para representantes sindicais e ao fim de uma série de benefícios e privilégios concedidos por esse tipo de prisão e que foram revogados pelo projeto do Senado. Segundo aquele texto, pode haver a decisão fundamentada de um magistrado ou de qualquer outro ainda pela conveniência da prisão especial, mas amanhã ou depois podemos também revogar essa hipótese de prisão especial.

Mas vamos revogar hoje, aqui e agora, aquilo que o Senado Federal já revogou, porque, na prática, o que a Câmara dos Deputados está fazendo é manter a prisão especial. Não se pode fugir disso.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Conclua a orientação, Sr. Deputado.

O SR. ROBERTO FREIRE – O encaminhamento do PPS, evidentemente, uma vez que é o autor do destaque, é “sim”. Mas esclarecemos: o PPS não é contra as medidas cautelares. No que se refere à regulamentação, é “sim”, pelo fim da prisão especial, que a Câmara dos Deputados, com esse acordo, quer manter.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PSC?

O SR. MARCELO AGUIAR (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o PSC vota “não”, contra a retirada de pauta e favorável à discussão, ainda, desta matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O Governo já fez o encaminhamento?

E a Minoria?

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, a Minoria, em função de algumas divergências internas, de diferentes pontos de vista, vai acompanhar a posição do Democratas. Vai liberar a sua bancada para tentar formar um consenso, um acordo internamente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o requerimento de retirada de pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Por favor, eu preciso da manifestação do Plenário. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que estiverem de acordo! Os senhores estão de acordo, pela retirada de pauta?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, foi rejeitado, é claro.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Foi rejeitado.

Eu pergunto se estão de acordo ou se estão contra ao levantar o braço.

O SR. JOVAIR ARANTES – Sra. Presidenta, questão de ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA – V.Exa. falou “aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham”. Quando levantamos a mão...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. JOVAIR ARANTES – Sra. Presidenta, eu queria...

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não acredito que a Presidenta tenha errado. Votaram equivocadamente. Talvez, por problema de consciência,...

O SR. MIRO TEIXEIRA – Vota de novo.

O SR. ROBERTO FREIRE – ...de não querer decidir com a prisão especial. Mas, na prática, estão mantendo a prisão especial.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Para que não se tenha dúvida, Deputado Roberto Freire, eu vou repetir a pergunta ao Plenário.

O SR. MIRO TEIXEIRA – A confusão foi da Mesa. Vota de novo.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem a favor da retirada permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. JOVAIR ARANTES – Um momento, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os contrários se manifestem.

O SR. JOVAIR ARANTES – Apenas um momento, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Contra a retirada.

O SR. JOVAIR ARANTES – Presidenta, eu quero a orientação adequada.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Nós todos que estamos levantando a mão somos contra a retirada, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Está aqui o resultado: rejeitado.

O SR. JOVAIR ARANTES – Sra. Presidenta, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Jovair Arantes, eu já lhe dei a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE – O que eu estou querendo dizer é que prestem mais atenção. É evidente que foi apenas o PPS que votou pela retirada. Está claro.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Então, por que discutir?

O SR. ROBERTO FREIRE – Mas é importante talvez todo mundo prestar um pouco mais de atenção, porque o que nós estamos votando não é uma coisa qualquer. Aqui se está decidindo se vamos manter prêmio especial no Brasil.

O SR. JOVAIR ARANTES – Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Jovair Arantes.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas quem quer retirar é o Deputado! É o Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Está vencida a matéria.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero apenas ter respeitado o direito de falar aqui. Eu já pedi a palavra por várias vezes, e as pessoas interpelam a nossa fala. Acho que nós temos que ter certa ordem e respeito às Lideranças que querem abordar os temas que estão sendo discutidos.

Eu acho que a votação foi um tanto quanto confusa. A respeito do que eu estava querendo, V.Exa. até já deliberou. Mas o que eu estava querendo era que V.Exa. orientasse a forma do voto, de tal sorte que pudessemos votar adequadamente, para não ocorrer o que aconteceu aqui, sem saber o que se está votando.

Nós estamos discutindo a matéria, mas não sabemos se quem vai levantar a mão está aprovado ou reprovando.

Então, quem pôs “não” ali, como é que vota? Essa é a orientação que nós já havíamos pedido.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado, eu declarei rejeitado o requerimento pela confusão que se estabeleceu no Plenário. Eu disse: *“Aqueles que forem contrários permaneçam como estão”*. Evidentemente que o PPS era a favor; todos os demais, contrários. É que na hora, muitas vezes – eu também sou Parlamentar –, não se presta atenção. Vamos fazer da maneira mais pragmática possível. Se houver confusão, repete-se a votação, porque todos somos adultos.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a minha solidariedade. Não foi erro de V.Exa. Foi falta de atenção do Plenário.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Pois é, mas isso acontece também, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – REJEITADO O REQUERIMENTO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Em votação os dispositivos do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.208-C, de 2001, para os quais houve parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quais são os destaques que estão sobre a mesa, por favor?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Agora estamos na parte da orientação.

O SR. ROBERTO FREIRE - Orientação, exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aprovados? Aqueles que foram aprovados...

O SR. ROBERTO FREIRE – Não. Queremos orientar, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Querem orientar novamente nesse processo?

O SR. ROBERTO FREIRE – Claro. Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Com a palavra o PT, para orientar.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Já é a matéria principal, Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Já é a matéria principal.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Se não tem os destaques, está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu falei duas vezes *“ressalvados os destaques”*.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o PT, para orientar.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós, em acordo no Colégio de Líderes, pautamos esta matéria nesta manhã de quinta-feira, em que normalmente se vota por acordo. Qual é o principal objeto da matéria? O principal objeto da matéria é conceder ao juiz um rol, um cardápio de medidas cautelares para muitas situações em que o juiz não precisará indicar prisão.

Portanto, se o juiz entende que a pessoa que está sob investigação pode ser a que cometeu o delito, ele pode dar medidas alternativas à prisão. Por exemplo, aqui em medidas cautelares. Permite um comparecimento periódico em juízo nos prazos e nas condições fixadas pelo juiz; proibição de acesso ou frequência a determinados lugares; proibição de manter contato com pessoa determinada; proibição de ausentar-se da comarca; recolhimento domiciliar; suspensão do exercício de função pública; internação provisória.

Portanto, esse projeto é de alta relevância para o Brasil. Por quê? Porque em muitos casos o juiz só tem uma possibilidade: determinar a prisão daquela pessoa.

Então, é de grande relevância que nós adotemos para o Brasil essas medidas cautelares. Outros países já adotaram medidas como essas. Esse era o objeto do debate inicial.

Quando trouxemos o projeto para debate, havia apensada uma decisão do Senado sobre prisão especial. E esse é um tema importante. Muitos Líderes são favoráveis a que esse tema seja discutido, decidido e resolvido. Porém, este projeto, da forma como veio do Senado, atribui ao delegado de polícia essa decisão. Nós achamos que o contorno que veio do Senado não é satisfatório.

Nós entendemos que ele revoga algumas prisões especiais, mas não todas, mantendo algumas prisões que, em nossa opinião, poderiam ser revogadas também. E ele revoga algumas que, em nossa opinião, não deveriam ser revogadas. Por isso, qual é o acordo dos Líderes? É que, em debate em separado, nós discutamos o fim da prisão especial, e que nós possamos fazê-lo em foro próprio.

Então, qual é o compromisso nosso hoje? É votar o destaque pelo fim da prisão especial. Todos os Líderes assinarão uma proposta remetendo esse debate à discussão do Código de Processo Penal. Por quê? Porque na debate do Código de Processo Penal, que se encontra na CCJ, nós vamos poder discutir o conjunto das prisões especiais, não parte dele, mas o conjunto do tema. E, aí, nós vamos discutir profundamente a questão do fim da prisão especial.

Portanto, o acordo entre todos os Líderes é para a votação das medidas cautelares, e o acordo de todos os Líderes, exceto do Líder do PPS, é remeter este

debate ao debate do Código de Processo Penal. Por isso, nós queremos votar na manhã de hoje o fim das prisões cautelares e amadurecer esse tema no debate do Código de Processo Penal, que já se encontra nesta Casa.

E, assim, pedimos a compreensão de todos, porque, no conteúdo, muitos de nós temos posição favorável ao fim da prisão especial em alguns casos, como é a posição do Deputado Roberto Freire, mas nós não sentimos maturidade ainda para a votação nos termos em que o projeto veio do Senado Federal, que, em nossa opinião, não resolve o problema, resolve apenas parcialmente e não resolve corretamente o problema. Queremos, então, enviá-lo ao debate do Código de Processo Penal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Para orientar, PMDB.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna com a delegação do meu partido para sustentar a legitimidade da manutenção no projeto que veio do Senado das medidas alternativas à prisão preventiva, e o faço procurando me ater a razões técnicas.

Prisão preventiva é uma medida cautelar de natureza segregatória e é utilizada em relação àqueles, em favor de quem milita a presunção de não culpabilidade.

Portanto, os presos cautelares, pela Constituição Federal, são considerados inocentes, não culpados até uma decisão condenatória transitada em julgado. Ora, se a prisão é um mal, o mal se acentua quando a prisão ocorre antes da sentença condenatória transitada em julgado.

Daí por que, no encaminhamento, a palavra para os meus correligionários é no sentido de votar a favor das medidas alternativas à prisão preventiva, porque legítima o princípio da presunção de não culpabilidade.

Quantos e quantos casos de prisões cautelares injustas desaguarão no Judiciário, em virtude de ações indenizatórias morais e materiais ajuizadas por aqueles que depois foram considerados inocentes?

Esta é a manifestação do PMDB, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o Bloco PSB/PTB/PCdoB?

O SR. EDSON SILVA (Bloco/PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Bloco vota “sim”, ressaltando os destaques, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o Bloco/PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Bloco/PR vota “sim” Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PSDB?

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o projeto é excepcional, trabalha contra a impunidade, é a favor da sociedade brasileira.

O PSDB vota “sim”, evidentemente que ressaltado o destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o DEM?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, a nossa orientação é seguir os argumentos até agora expostos. O debate técnico está posto, as Lideranças discutiram sobre o tema.

A nossa votação será também “sim”, ressaltados os destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PDT?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, nós votamos “sim”. E, na hora do destaque, apresentaremos o nosso ponto de vista a favor do destaque, contrário à redação do Senado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Esta Presidência agradece a V.Exa., que está sempre pronto a chegar aos ajustes necessários para dar bom andamento à sessão.

Como vota o Bloco PV/PPS?

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, votamos favoravelmente ao projeto. O PPS se associa à reivindicação de todos que querem a melhoria da aplicação da pena, a aplicação das medidas cautelares.

Mas o PPS vota ressaltando o seu destaque, que é em relação ao art. 295, porque queremos manter a proibição da concessão de prisão especial. Queremos que fique claro: o PPS é favorável ao projeto, ressaltando seu destaque que quer manter nos termos do Senado – um destaque que apresentamos –, que proíbe a concessão de prisão especial no Brasil, porque infelizmente o acordo que foi aqui articulado é para manter o instituto da prisão especial no Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PSC?

A SRA. ANTÔNIA LÚCIA (PSC-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, o PSC orienta voto “sim”, ressaltando seu destaque.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

Como vota a Liderança do Governo? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, a Minoria entende que o projeto é válido. É importante se criar

medidas alternativas às prisões preventivas. É claro que orientamos o voto “sim”, tendo em vista esse posicionamento, esperando a votação do destaque. Está ressaltado na votação dessa matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação os dispositivos do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.208-C, de 2001, para os quais houve – todos sabem – parecer pela aprovação.

Sobre a mesa há apenas um destaque.

Aqueles que forem pela aprovação...

Eu peço que só os Líderes não votem, porque, de repente, quando eu falo “permaneçam como se acham” alguns acham que não têm que votar.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação os dispositivos do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.208-C, de 2001, para os quais houve parecer pela rejeição, restabelecendo, onde citados, os dispositivos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Há apenas um destaque sobre a mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o PT encaminha “não” nesta votação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Querem orientar a votação?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Essa é a votação do que foi rejeitado em globo?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Do parecer pela rejeição.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Claro, rejeitado!

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O parecer pela aprovação já aprovamos. Agora estamos com o parecer pela rejeição.

O SR. MIRO TEIXEIRA – O PDT, então, votando “não”, está apoiando o parecer contrário. É isso, então? É isso? Mas, não o DVS.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – É para votar “sim”.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Não, são os DVS?

O SR. ROBERTO FREIRE – Os destaques estão ressaltados.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – É “sim”. Vamos novamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA – É isso. Votando “sim”...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Vou ler novamente: “Em votação os dispositivos do subs-

titutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei 4.208-C, para os quais houve parecer pela rejeição”.

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o Bloco vota “não”.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Votamos “sim” ao parecer.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Nessa rejeição, estão-se restabelecendo, Deputado Miro, os dispositivos do texto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, obviamente ressaltados os destaques.

O SR. MIRO TEIXEIRA – O destaque já tirou tudo. Então, é “não”, mesmo, como já havíamos falado inicialmente. *(Risos.)* É isso?

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSDB vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O PDT vota “não”.

PSDB, “não”.

O SR. FABIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota “não”, Sra. Presidenta.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PR vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – PR, “não”.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como consequência natural, o voto é a favor do parecer. Portanto, é “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – “Não”, PPS.

Mais alguma orientação?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Democratas também vota “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O Democratas vota “não”.

Como vota a Minoria?

A SRA. ANTÔNIA LÚCIA (PSC-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, o PSC também vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – “Não.” Mais alguma orientação, Sras. e Srs. Deputados? *(Pausa.)* Não.

Então, encerradas as orientações.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permanecem como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Alguns pareceres das Comissões são divergentes.

Vamos passar ao processo de votação de expressões contidas no texto.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação a expressão “*ou do País*”, constante do inciso IV do art. 319 do art. 1º do substitutivo do Senado Federal, com pareceres divergentes, ressaltado o destaque.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, os destaques vão ser votados após?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Não é o destaque.

O SR. ROBERTO FREIRE – Eu sei.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – São pareceres divergentes quanto a algumas expressões.

O SR. ROBERTO FREIRE – Os destaques serão votados posteriormente. Isso não foi votado globalmente?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Não, não foi votado, Sr. Deputado, porque os pareceres são divergentes.

O SR. ROBERTO FREIRE – Ah! E divergentes entre Comissões?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Exatamente. Entre as Comissões, e temos de submeter a voto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, peço a V.Exa. que repita a leitura da matéria a ser votada.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Vou repetir.

Em votação a expressão “*ou do País*”, constante do inciso IV do art. 319 do art. 1º do substitutivo do Senado Federal, com pareceres divergentes, ressaltado o destaque existente sobre a mesa.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, em auxílio à Mesa, registro que, em relação aos pareceres divergentes, aqueles que desejam manter o acordo estabelecido no plenário devem votar “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O esclarecimento foi feito. Todos estão de acordo? Posso colocar em votação a matéria? *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu gostaria apenas de ressaltar que o PPS não participou do acordo. Portanto, não vamos pautar a votação na base do acordo. Isso não é bom.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Sr. Deputado, a Presidência esclareceu que se trata apenas de uma expressão.

O SR. ROBERTO FREIRE – Vamos acertar que aqueles que votaram favoravelmente ao projeto votam “não”, ressaltado o destaque, a única coisa que interessa ao PPS, porque, quanto ao restante, poderíamos ter feito o acordo. Este é o princípio básico.

Portanto, quem votou a favor do projeto, ressaltado o destaque, vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Foi o esclarecimento feito pelo Deputado do PSDB.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem pela aprovação da expressão permanecem como se acham. *(Pausa.)*

Todo mundo disse “não”, mas só vejo quatro mãos levantadas.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Aqui há uma.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Duas, três, quatro...

O SR. MIRO TEIXEIRA – As Lideranças estão se manifestando.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Se o voto é “não”, por favor, se manifestem.

O SR. ROBERTO FREIRE – As Lideranças estão se manifestando.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Está certo.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – REJEITADA.

A expressão fica suprimida do texto do substitutivo do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação a expressão “*e, ainda, da análise do prejuízo causado ou do proveito obtido com a prática da infração*”, constante do § 1º do art. 325 do art. 1º do substitutivo do Senado Federal, com pareceres divergentes, ressalvado o destaque.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Novamente, Sra. Presidenta, quem deseja votar conforme o acordo, vota “não”.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, não participamos desse acordo, é preciso que isso seja esclarecido. Ao invés de o Deputado João Campos dizer que vota a favor do projeto pela sua importância, S.Exa. insiste em falar num acordo do qual não participamos.

Peço a V.Exa., Sra. Presidenta, que oriente para votarem de acordo com o projeto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, estamos falando do § 1º do art. 325, que diz o seguinte: “*Se assim recomendar a situação econômica do preso e, ainda, da análise do prejuízo causado ou do proveito obtido...*” É esse?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Exatamente, Sr. Deputado. Estamos votando a supressão da expressão “*e, ainda, da análise do prejuízo causado ou do proveito obtido com a prática da infração*”.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Foi o que eu acabei de ler. A expressão que vai ser suprimida é: “*e, ainda, da análise do prejuízo...*”. É isso?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Exatamente. É o que acabei de ler. Não estamos querendo que alguém faça encaminhamento; o Deputado João

Campos está apenas esclarecendo que aqueles que forem a favor...

O SR. MIRO TEIXEIRA – ...da supressão votam “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – É isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Neste item, o PT encaminha o voto “não”, Sra. Presidenta.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSDB vota “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem pela aprovação da supressão da expressão permanecem como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA A EXPRESSÃO, FICA RESTABELECIDO O TEXTO APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação a última divergência, constante do art. 350 do art. 1º do substitutivo do Senado Federal, com pareceres divergentes, ressalvado o destaque.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSDB vota “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem pela aprovação do dispositivo permanecem como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO O DISPOSITIVO, FICA RESTABELECIDO O TEXTO APROVADO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas) – Em votação o substitutivo.

Sobre a mesa o seguinte requerimento de destaque:

“Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, IX, c/c 161, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da alteração proposta pelo Senado ao art. 295 do Código de Processo Penal, constante do art. 1º do substitutivo daquela Casa ao PL nº 4.208-E, de 2001, e a consequente supressão da expressão constante do art. 4º do referido substitutivo...”

O requerimento está escrito à mão. Eu gostaria de mostrar ao Plenário o texto que chegou à Mesa, sem condições de ser lido. *(A Sra. Presidenta exhibe o requerimento.)*

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE A SRA. PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº
(Bancada)

Requer destaque para votação em separado.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 117, IX c/c 161, inciso _____ e § 2º do

Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado

do (a) para alterar o parágrafo primeiro do inciso I do art. 295 do Código de Processo Penal, passando do art. 1º do Substituto daquele Case ao PL 2208 - E, de 2001, e a consequente supressão da supressão constante do art. 4º do referido substitutivo
"Art. 4º."

(-) a Lei nº 2.760 de 31 de agosto de 1956; a Lei nº 3.988 de 24 de novembro de 1967; a Lei nº 5.606, de 9 de setembro de 1970; o inciso III do art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983; a Lei nº 9.177, de 14 de dezembro de 1983; o art. 135 da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990; o inciso V do art. 4º da Lei nº 8.626, de 12 de fevereiro de 1993; e o inciso V do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

A FAVOR:
ROBERTO FREIRE

Deputado Líder

PT
CONTRA:
~~Mário Teixeira~~
~~Felipe Coutinho~~
~~Felipe~~

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, se o texto estiver muito confuso, rejeite o requerimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, se V.Exa. quiser, designe um secretário *ad hoc* para lê-lo. Eu me ofereço.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas) – Por favor. Se V.Exa. puder decifrá-lo... V.Exa. é o autor e poderá fazê-lo.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se estivesse no comando da Mesa o Deputado Marco Maia, era possível que ele rejeitasse o requerimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O teor do requerimento sobre a mesa é o seguinte:

“Requer destaque para votação em separado.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117 (...) destaque para votação em separado da alteração proposta pelo Senado ao art. 295 do Código de Processo Penal, constante do art. 1º do substitutivo daquela Casa ao PL nº 4.208-E, de 2001, e a consequente supressão da expressão constante do art. 4º do referido substitutivo.

E aí vem a redação do art. 4º, com as leis que são revogadas e que posso passar a ler. (*Pausa.*)

“A Lei nº 2.860, de 31 de agosto de 1956; a Lei nº 3.988, de 24 de novembro de 1961; a Lei nº 5.606, de 9 de setembro de 1970; o inciso III do art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983; a Lei nº 7.172, de 14 de dezembro de 1983; o art. 135 da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990; o inciso V do art. 40 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; e o inciso V do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.”

E quero chamar a atenção dos Srs. Deputados para o fato de que este rol de leis está nas páginas 110 e 111 do avulso distribuído ao Plenário.

Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO – O Deputado Miro Teixeira passa a ser Secretário *ad hoc* permanente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – V.Exas. teriam também enorme dificuldade para entender a letra do Deputado Miro Teixeira.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Estão inscritos para falar contra o próprio Deputado Miro Teixeira, que é o autor – não sei se S.Exa. abre mão da inscrição para outro Parlamentar –, e o Deputado João Campos, também para falar contra.

Tem a palavra o Deputado João Campos.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o destaque de fato separa esses dispositivos, com o objetivo de suprimi-los do texto. É o único ponto do texto introduzido pelo Senado, objeto de debate aqui na Casa, sobre o qual não se chegou a bom termo, até porque o Senado não foi feliz nesse particular.

O Senado anunciou que estaria acabando com o instituto das prisões especiais, o que não é verdade, pois ele apenas mudou o critério para a prisão especial. E o fez de forma equivocada, porque, ao mudar o critério, não o fez de forma geral, mas apenas para alguns casos. Por exemplo, as prisões especiais previstas em lei complementar não são revogadas, e seria impróprio fazê-lo neste projeto.

Daí a necessidade, para que se mantenha a coerência, de esta Casa rejeitar a parte destacada do texto, a fim de que prevaleça o que já consta na legislação, e possamos fazer essa discussão de forma completa no projeto de reforma do Código de Processo Penal já em tramitação aqui.

Em relação a prisões especiais previstas lei complementar, podemos fazer um projeto de lei complementar para também promover um debate a respeito e, se for o caso, revogá-las.

Para sermos coerentes, há necessidade de votarmos “não” em relação ao texto destacado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Freire, que falará a favor da matéria.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, as coisas estão se tornando claras. Aprovamos o projeto, que representa um avanço, uma grande conquista – não temos o que discutir –, mas agora, com esse destaque, fica evidente que esta Casa quer manter a prisão especial.

É simples: quer-se retirar do texto do projeto a concessão da prisão especial, justamente o privilégio que o Senado extinguiu.

Portanto, é preciso assumir que a decisão não decorre de uma questão processual ou do fato de que a matéria vai ser discutida de forma mais adequada posteriormente. Não, a intenção é manter a prisão especial para advogados, para Deputados, para dirigentes sindicais, enfim, para uma imensa gama daqueles que têm direito a um privilégio que a sociedade considera odioso.

Não adianta ficar dizendo que a reforma do Código de Processo Penal já está tramitando. Esta é a oportunidade de a Casa assumir a postura de acabar com a prisão especial para todos. O que faltar, faremos

posteriormente, mas devemos começar a acabar com o privilégio agora, dando seguimento ao que o Senado começou. Temos de assumir isso.

O PPS quer enfatizar que apenas apresentou um destaque para manter a prisão especial, aprovando o restante do projeto, que é relevante. Que fique claro isto: o PPS é pelo fim da prisão especial. Infelizmente, a Câmara dos Deputados está mantendo a prisão especial.

O SR. SARNEY FILHO – Sra. Presidenta, pela ordem, em nome do Partido Verde.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Um momento, Deputado. Estamos discutindo a matéria. Pode V.Exa. aguardar?

O SR. SARNEY FILHO (Bloco/PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É um comunicado importante, Sra. Presidenta.

Acabo de receber a notícia de que um novo terremoto de magnitude 7,8 aconteceu no Japão na mesma região do anterior.

Também acabo de chegar da Embaixada da Alemanha, onde estava justamente entregando ao Embaixador uma carta dirigida à Primeira Ministra da Alemanha em que pedimos o encerramento do Programa Nuclear Brasileiro.

O terremoto agora acontecido no Japão vem reforçar a insegurança que representa um programa nuclear desnecessário para o nosso País.

Deixo nossa solidariedade ao povo japonês diante de mais essa tragédia.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Miro Teixeira, que falará contra a matéria.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, num dos artigos sobre a liberdade de imprensa que Karl Marx publicava na *Gazeta Renana* ele disse: “*Deus me livre de alguns aliados*”. É fantástico! Marx, tido como ateu, disse esta verdade formidável: “*Deus me livre de alguns aliados*”.

Procurei o Deputado Roberto Freire há duas semanas como quem procura um aliado. Mostrei a S.Exa. o que veio no projeto do Senado e disse-lhe que tinha o propósito de suprimir todo o artigo, mantendo o atual art. 295 do Código de Processo Penal.

Em seguida, o Deputado Roberto Freire chegou a mim e disse: “*Nessa questão do delegado e do juiz, você tem razão, mas no resto eu quero manter essa posição*”. E eu lhe respondi: “*Eu também tenho esse destaque para a hipótese de perder o primeiro e ficar como linha de recuo no segundo*”.

Conto aqui essa conversa pelo grande apreço que tenho ao Deputado Roberto Freire, companheiro de lutas formidáveis nas horas mais variadas, do dia e da noite.

O Sr. Roberto Freire – Muitas vezes saíamos daqui ao nascer do dia.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sempre o trabalho avançava até altas horas da madrugada.

Estou aqui para dizer que quero garantir a plenitude da prestação jurisdicional, das garantias de direitos individuais. Quero que o juiz tenha garantias, e ele continua tendo; quero que o procurador e o promotor tenham garantias, e eles continuam tendo; mas quero que o advogado também tenha garantias para que os direitos individuais não sejam violados ou fiquem sob risco de sê-lo.

Não me oculto, não. Eu defendo, sim. Não é privilégio. É o equilíbrio da relação acusação e defesa. O risco não é para o advogado; o risco é para o direito da parte que está ali às vezes sob coação ilegal. E o advogado, com o risco de prisão imediata, não terá condições sequer de sustentar convenientemente o direito assegurado pela Constituição aos cidadãos.

Não tenho o menor embaraço em sustentar uma posição se estiver convicto de que ela representa garantia para os cidadãos. As incompreensões em tempos passados jamais me impediram de assumir posições. A pena de morte já foi defendida neste País por 80% da população e, no entanto, aqui resistimos, fomos contra sua instituição. Por quê? Porque os mortos seriam necessariamente aqueles que lotam as penitenciárias. Usavam-se em geral três letras para caracterizar o perfil da população carcerária: PPP, cujo significado não direi porque existe nesta Casa um Código de Ética que nos impede de usar certas expressões.

O direito do cidadão, este, sim, está sendo defendido neste momento, pura e simplesmente. Deputado não vai preso! Deputado tem imunidade! Deputado tem inviolabilidade! Não conheço nenhum Deputado preso!

Sra. Presidenta, não vou me alongar. Esse projeto vem do Governo Fernando Henrique e é um bom projeto. Dele não constava esse dispositivo. Ao passar por esta Casa, também nele não foi incluído esse dispositivo que suprime a chamada prisão especial, ou seja, que revoga o art. 295 do Código de Processo Penal. No Senado, numa redação de quatro linhas, aquela Casa revogou direitos – não são privilégios – de lideranças. E aí se incluem, por exemplo, as lideranças sindicais que estão reivindicando direitos em construções no norte do Brasil, chegando até – e eu não concordo – a incendiar galpões para chamar a atenção das autoridades.

Retira-se o direito à prisão especial das lideranças sindicais e dos servidores de modo geral!

Sra. Presidenta, cito uma decisão referencial da Suprema Corte norte-americana, no Caso Sullivan. O juiz Brennan, redator do acórdão da Corte, num certo momento, diz: “*Os nossos servidores têm, sim, garantias. Eles não podem ser processados com faci-*

lidade, porque nós queremos servidores que possam, destemidamente, sustentar o interesse público”. E não devemos ter medo de dizer isso, não.

Sou autor de projeto de Código de Processo Penal, elaborado pelo Instituto dos Advogados do Brasil. Estive aqui ainda há pouco com o Dr. Ophir Cavalcante, Presidente do Conselho Federal OAB, como falei também com o Presidente da IAB, o Prof. Fernando Frago. Há um certo horror das comunidades acadêmicas e científicas do plano do Direito com essa tentativa de atabalhoadamente se revogar pura e simplesmente o art. 295 do Código de Processo Penal e as leis que têm conexão com o assunto.

Então, eu não me escondo, não Estou claramente aqui para defender a redação atual do artigo 295 do Código de Processo Penal. Consequentemente, quero que a Casa aceite o destaque o suprima a redação oriunda do Senado Federal.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Antes de submeter a votos o requerimento de autoria do Deputado Miro Teixeira, registro a presença nas galerias da Casa de alunos do Colégio Educacional nº 3, do Guará, e do Colégio Imaculada Conceição, da Asa Sul.

Comunico ainda que o Deputado Izalci e o Ministro Guido Mantega, da Fazenda, aniversariam hoje. Uma boa notícia diante do quadro de notícias tão tristes que esta Casa toma conhecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Para orientar a bancada.

Como vota o PT?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT vota “não”, pela supressão, Sra. Presidenta,

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PMDB?

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pelos assuntos já mencionados por mim, vota “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o Bloco PSB? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB?

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, com o objetivo de salvar esse projeto, porque ele é excepcional, o PSDB vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o DEM?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, respeitando a posição da bancada do DEM no Senado, a bancada do partido na Câmara dos Deputados apresenta divergências.

É natural, então, num processo em que não haja consenso, que a posição seja liberar a bancada, para que cada um vote de acordo com sua consciência.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PP?

O SR. LÁZARO BOTELHO (PP-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o PP vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PDT?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vota “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o Bloco/PV?

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, se-rei rápido. Não adianta argumentar, até por que Marx não pode vir em socorro de um aliado.

Queremos acabar com o privilégio e não com o direito de quem quer que seja. E queremos acabar com o privilégio da prisão especial há muito tempo, não de agora.

Ofereceu-se a oportunidade quando o Senado a extinguiu, e, se fizermos o acerto nos termos do nosso destaque, da melhor forma possível.

O que se está pretendendo com o discurso sobre garantia de direitos é a prisão especial, é o privilégio inadmissível. Há muito tempo a sociedade brasileira reclama desse privilégio. Não se está extinguindo o direito de quem quer que seja, principalmente o direito à incolumidade física, porque isso é algo que tem de ser garantido pelo Estado. Garantir a incolumidade física de juiz, de delegado, se por acaso forem presos, é direito de qualquer preso. Para isso, não há necessidade de lei; esse direito já está garantido na Constituição.

O que é necessário dizer – e que fique bem claro que não é discurso de leguleio – é que votar a favor da retirada desse dispositivo é manter a prisão especial no Brasil, o que o Senado começou a acabar e que esta Casa deveria extinguir definitivamente. É só isso.

O PPS vota “sim”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PSC? (*Pausa.*)

O SR. JÚLIO DELGADO (Bloco/PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o Bloco PSB/PTB/PCdoB vota “não”.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PSC? (*Pausa.*)

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PR vota “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PMN?

O SR. DR. CARLOS ALBERTO (PMN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A bancada está liberada, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o PSOL?

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Votamos “sim”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Como vota o Governo? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria?

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, há divergências entre os partidos da Minoria.

Respeitando a posição do partido no Senado, o autor da emenda é da bancada do DEM, libero os Parlamentares da Minoria para votarem de acordo com a consciência de cada qual em relação a esse destaque.

A SRA. LAURIETE (PSC-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O PSC vota “não”, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Passamos à votação do texto destacado.

Por favor, prestem atenção nesta parte da votação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que rejeitarem o texto que veio do Senado permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR) – Solicito verificação de votação, Sra. Presidenta.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, regimentalmente, o PPS não conta com o número legal de Deputados para apresentar pedido de verificação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Nobre Deputado Rubens Bueno, V.Exa. precisa de apoio para pedir verificação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, V.Exa. não vai proclamar o resultado?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Posso proclamar o resultado?

REJEITADO O TEXTO QUE VEIO DO SENADO.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Tem de proclamar o resultado. Tem de proclamar o resultado, só isso.

O SR. RUBENS BUENO – Mas S.Exa. já proclamou.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu estava proclamando ao mesmo tempo em que V.Exa. falava.

Vou repetir.

O SR. RUBENS BUENO – Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O TEXTO QUE VEIO DO SENADO FOI REJEITADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Fica prejudicado o seguinte requerimento:

DESTAQUE DE BANCADA (PPS)

“Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex.^a, nos termos do art. 161, § 2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “salvo a destinada (...) cumprimento da medida”, constante do art. 295 do art. 1º do PL nº 4208, de 2001.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2011. – **Roberto Freire**, PPS-SP”.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, pedimos apoio para a verificação de *quorum*, a fim de acabar com a prisão especial. Essa é a nossa posição.

O SR. PAULO TEIXEIRA – Pela ordem, Sra. Presidenta.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Já fizeram o discurso, Sra. Presidenta. Chega!

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, quero dizer o seguinte ao PPS: estamos votando projeto de grande relevância para o Brasil, e o PPS entrou com requerimento de retirada do projeto da Ordem do Dia. Queremos discutir esse tema, repito, de grande relevância para o Brasil e o PPS entrou na contramão do acordo feito no Colégio de Líderes. O único partido que no Colégio de Líderes levantou questão não foi o PPS, mas o PMDB. Depois, ele foi convencido.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – E o PT vota contra o fim da prisão especial. É isso, Sr. Deputado? Nós vamos ficar nessa disputa em relação a esse erro?

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Eles estão preocupados com o noticiário dos jornais de amanhã.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não é um equívoco.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu gostaria de dizer aos Srs. Parlamentares que todos têm o direito de usar a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE – Eu não disse que o PT está a favor da manutenção. Portanto, não diga que o PPS está contra. Pare com isso! Pare com isso!

O SR. PAULO TEIXEIRA – O PPS não tem número para pedir verificação de votação.

O SR. ROBERTO FREIRE – Pare com isso!

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – É regimental. Se não tem número, não será concedido.

O SR. ROBERTO FREIRE – O PPS votou a favor do projeto. O PT votou pela manutenção da prisão especial.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – O PPS está pedindo verificação de *quorum*.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sra. Presidenta, podemos votar a redação final?

O SR. RUBENS BUENO – Sra. Presidenta, só para esclarecer.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, não é possível que o Líder do PT mencione por duas vezes

o Colégio de Líderes. Há duas semanas o Colégio de Líderes não se reúne. Não é possível!

O SR. MIRO TEIXEIRA – Questão de ordem, Sra. Presidenta! Questão de ordem. Estamos no meio de uma votação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 4.208-F DE 2001

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 282, 283, 289, 299, 300, 306, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 334, 335, 336, 337, 341, 343, 344, 345, 346, 350 e 439 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"TÍTULO IX
DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE
PROVISÓRIA"

"Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;

II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

§ 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

§ 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por repre-

sentação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

§ 3º Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.

§ 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único).

§ 5º O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

§ 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).” (NR)

“Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.

§ 1º As medidas cautelares previstas neste Título não se aplicam à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade.

§ 2º A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio." (NR)

"Art. 289. Quando o acusado estiver no território nacional, fora da jurisdição do juiz processante, será deprecada a sua prisão, devendo constar da precatória o inteiro teor do mandado.

§ 1º Havendo urgência, o juiz poderá requisitar a prisão por qualquer meio de comunicação, do qual deverá constar o motivo da prisão, bem como o valor da fiança se arbitrada.

§ 2º A autoridade a quem se fizer a requisição tomará as precauções necessárias para averiguar a autenticidade da comunicação.

§ 3º O juiz processante deverá providenciar a remoção do preso no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da efetivação da medida." (NR)

"Art. 299. A captura poderá ser requisitada, à vista de mandado judicial, por qualquer meio de comunicação, tomadas pela autoridade, a quem se fizer a requisição, as precauções necessárias para averiguar a autenticidade desta." (NR)

"Art. 300. As pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas, nos termos da lei de execução penal.

Parágrafo único. O militar preso em flagrante delito, após a lavratura dos procedimentos legais, será recolhido a quartel da instituição a que pertencer, onde ficará preso à disposição das autoridades competentes." (NR)

"Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

§ 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas." (NR)

"Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente:

I - relaxar a prisão ilegal; ou

II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou

III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

Parágrafo único. Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do caput do art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação." (NR)

"Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial." (NR)

"Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º)." (NR)

"Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;

II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para

garantir a execução das medidas protetivas de urgência;

IV - (revogado).

Parágrafo único. Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida." (NR)

"Art. 314. A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal." (NR)

"Art. 315. A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada." (NR)

"CAPÍTULO IV DA PRISÃO DOMICILIAR"

"Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial." (NR)

"Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo." (NR)

"CAPÍTULO V DAS OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES"

"Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;

III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;

IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;

V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;

VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;

IX - monitoração eletrônica.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º A fiança será aplicada de acordo com as disposições do Capítulo VI deste Título, podendo ser cumulada com outras medidas cautelares." (NR)

"Art. 320. A proibição de ausentar-se do País será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas." (NR)

"Art. 321. Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deve-

rá conceder liberdade provisória, impondo, se for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código.

I - (revogado)

II - (revogado).” (NR)

“Art. 322. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas.” (NR)

“Art. 323. Não será concedida fiança:

I - nos crimes de racismo;

II - nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos;

III - nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

IV - (revogado);

V - (revogado).” (NR)

“Art. 324. Não será, igualmente, concedida fiança:

I - aos que, no mesmo processo, tiverem quebrado fiança anteriormente concedida ou infringido, sem motivo justo, qualquer das obrigações a que se referem os arts. 327 e 328 deste Código;

II - em caso de prisão civil ou militar;

III - (revogado);

IV - quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva (art. 312).” (NR)

“Art. 325. O valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos seguintes limites:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada).

I - de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos;

II - de 10 (dez) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º Se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser:

I - dispensada, na forma do art. 350 deste Código;

II - reduzida até o máximo de 2/3 (dois terços); ou

III - aumentada em até 1.000 (mil) vezes.

§ 2º (Revogado):

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado).” (NR)

“Art. 334. A fiança poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.” (NR)

“Art. 335. Recusando ou retardando a autoridade policial a concessão da fiança, o preso, ou

alguém por ele, poderá prestá-la, mediante simples petição, perante o juiz competente, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas." (NR)

"Art. 336. O dinheiro ou objetos dados como fiança servirão ao pagamento das custas, da indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa, se o réu for condenado.

Parágrafo único. Este dispositivo terá aplicação ainda no caso da prescrição depois da sentença condenatória (art. 110 do Código Penal)." (NR)

"Art. 337. Se a fiança for declarada sem efeito ou passar em julgado sentença que houver absolvido o acusado ou declarada extinta a ação penal, o valor que a constituir, atualizado, será restituído sem desconto, salvo o disposto no parágrafo único do art. 336 deste Código." (NR)

"Art. 341. Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado:

I - regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo;

II - deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo;

III - descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança;

IV - resistir injustificadamente a ordem judicial;

V - praticar nova infração penal dolosa." (NR)

"Art. 343. O quebramento injustificado da fiança importará na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras me-

didias cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva." (NR)

"Art. 344. Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, condenado, o acusado não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta." (NR)

"Art. 345. No caso de perda da fiança, o seu valor, deduzidas as custas e mais encargos a que o acusado estiver obrigado, será recolhido ao fundo penitenciário, na forma da lei." (NR)

"Art. 346. No caso de quebramento de fiança, feitas as deduções previstas no art. 345 deste Código, o valor restante será recolhido ao fundo penitenciário, na forma da lei." (NR)

"Art. 350. Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso.

Parágrafo único. Se o beneficiado descumprir, sem motivo justo, qualquer das obrigações ou medidas impostas, aplicar-se-á o disposto no § 4º do art. 282 deste Código." (NR)

"Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral." (NR)

Art. 2º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 289-A:

"Art. 289-A. O juiz competente providenciará o imediato registro do mandado de prisão em banco

de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça para essa finalidade.

§ 1º Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

§ 2º Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão decretada, ainda que sem registro no Conselho Nacional de Justiça, adotando as precauções necessárias para averiguar a autenticidade do mandado e comunicando ao juiz que a decretou, devendo este providenciar, em seguida, o registro do mandado na forma do caput deste artigo.

§ 3º A prisão será imediatamente comunicada ao juiz do local de cumprimento da medida o qual providenciará a certidão extraída do registro do Conselho Nacional de Justiça e informará ao juízo que a decretou.

§ 4º O preso será informado de seus direitos, nos termos do inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, será comunicado à Defensoria Pública.

§ 5º Havendo dúvidas das autoridades locais sobre a legitimidade da pessoa do executor ou sobre a identidade do preso, aplica-se o disposto no § 2º do art. 290 deste Código.

§ 6º O Conselho Nacional de Justiça regulamentará o registro do mandado de prisão a que se refere o caput deste artigo."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação oficial.

Art. 4º São revogados o art. 298, o inciso IV do art. 313, os §§ 1º a 3º do art. 319, os incisos I e II do art. 321, os incisos IV e V do art. 323, o inciso III do art. 324, o § 2º e seus incisos I, II e III do art. 325 e os arts. 393 e 595, todos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 2011.

Deputado JOÃO CAMPOS
Relator

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA A REDAÇÃO FINAL. *(Palmas.)*

A matéria vai à sanção.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, veja como foi fácil resolver sem precisar criar aqui aquilo que o PPS não quis. O PPS votou a favor do projeto. Apenas discutiu a respeito da prisão especial.

Vir aqui acusar o PPS de ser contra o projeto é a mesma coisa de eu vir aqui – e eu não o fiz – dizer que o PT é a favor da manutenção da prisão especial. Seria aleivosia e leviandade da minha parte, como foi da Liderança do PT em relação ao PPS. Repudio essa posição.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Ficou claro para a opinião pública, Deputado Roberto, que a bancada votou favoravelmente ao projeto e fez o destaque, que foi prejudicado pela votação.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu estava inscrito para orientar pelo PSDB, e não foi possível.

Este projeto faz parte de um conjunto de projetos encaminhados a esta Casa em 2001 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que compreendia a reforma processual penal completa. Na legislatura anterior, esta Casa e o Senado aprovaram parte desses projetos, implementando metade da reforma do Código

de Processo Penal. Aprovamos o projeto que tratava das novas regras para o Tribunal do Júri; aprovamos o projeto que tratava do instituto da prova, com significativos avanços; aprovamos o projeto que trata dos procedimentos. Todos esses projetos se converteram em lei, já com significativas consequências na política de enfrentamento da impunidade no País.

Agora o PSDB votou a favor deste projeto, inclusive acolhendo a emenda do Senado acerca da mudança dos critérios da prisão especial, porque é uma falácia dizer, Sra. Presidenta, que o Senado acabou com a prisão especial. Não é verdade. É uma falácia. O Senado apenas mudou os critérios, e o fez mal. O PSDB, nesta Casa, nas Comissões, acolheu a emenda do Senado, por mais que fosse imprópria e inadequada, porque não revoga todas as prisões, sequer revoga prisões, apenas muda os critérios. Mesmo assim, o PSDB concordou.

Ocorre que, neste plenário, em razão do dissenso, para salvar o projeto, que é excepcional – ele inclui medidas cautelares novas, dá eficácia ao mandado de prisão em todo o território nacional, aperfeiçoa o instituto da fiança –, nós concordamos com o destaque e votamos o projeto, para o bem do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer somente a título de esclarecimento, Sra. Presidenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A Presidência registra a presença do Presidente Nacional

da OAB, Dr. Ophir Cavalcante Junior, que se encontra conosco aqui, à mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 2.

PROJETO DE LEI Nº 4.567-A, DE 2008

(Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.567-A, de 2008, que altera a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecida pela Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (Relator: Deputado Laerte Bessa); da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária deste e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Relator: Deputado Magela); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Relator: Deputado Paes Landim).

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta do item 2 da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos regimentais.

REQUERIMENTO

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Requeremos, nos termos regimentais, a retirada de pauta do item 2 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011.
– **Cândido Vaccarezza**, Líder do Governo;
e **Mendes Ribeiro Filho**, 1º Vice-Líder do PMDB.”

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, um esclarecimento.

Eu assino o requerimento e sou contra a retirada de pauta da matéria. (*Pausa.*) Mas esse é o processo legislativo. Quem colocou esse projeto em pauta foi o Deputado Mendes Ribeiro Filho, em nome do Deputado Henrique Eduardo Alves, com o apoio de todos os Líderes, numa reunião de Líderes.

Agora, isso teve alguns fatores fundamentais, entre os quais a concordância do Governo, que ainda

não deu o sinal necessário para concluirmos a votação da matéria.

Eu, cumprindo o acordo que fiz, estou me somando ao Líder do Governo, a fim de que deixemos para apreciar a matéria quando houver a definição da despesa, coisa que o Governo Federal está tentando verificar.

Por isso eu assino o requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Posso considerar a manifestação de V.Exa. como favorável?

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Sim.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, há divergência no Plenário quanto a esse tema? Se não houver, a votação pode ser por consenso.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu quero dizer o seguinte: quando é colocado em votação um requerimento, nós ouvimos dois Parlamentares, no máximo: um a favor e um contra. O Deputado Mendes, que não estava inscrito, falou favoravelmente. Vou considerar sua intervenção como se inscrito estivesse, para o bom andamento dos trabalhos. Agora o Deputado Izalci falará contra. Vamos, assim, encerrar esta fase, e depois entramos em entendimento com o Plenário.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Izalci, que falará contra a matéria.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, vou manifestar o meu posicionamento. Não falo em nome da Liderança. Se o fizesse, pediria verificação de *quorum*, e não vou fazer isso.

Este projeto, Sra. Presidenta, está na Casa desde 2008. O requerimento de urgência para sua apreciação foi assinado por todos os Líderes, de todos os partidos, e a matéria foi objeto de pauta das sessões de quinta-feira passada e também da retrasada.

Não havia qualquer óbice técnico para sua apreciação. Vejamos: já consta do anexo a previsão orçamentária; está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal; o projeto tramitou e foi aprovado em todas as Comissões.

No Distrito Federal há 35 desembargadores. A proposta é aumentar esse número para 40 – portanto, haverá mais cinco. Isso será feito porque hoje há apenas oito desembargadores criminais, um para 450 mil pessoas.

Conversando com o Líder do Governo, fui convencido da pertinência técnica da proposição. Fui ao Ministério do Planejamento, juntamente com o Presidente do Tribunal, e todos os indicativos que recebi foram no sentido de que não havia nenhum óbice técnico para a aprovação da matéria.

Hoje, entretanto, o Líder do Governo me disse que o óbice era político. E disse inclusive que Brasília tem muitos desembargadores. Disse que Minas Gerais tem 50. Fui verificar agora e vi que o Estado tem, na verdade, 120 desembargadores.

Houve um crescimento muito grande da população do Distrito Federal, o índice de criminalidade aumentou 100% nesse período, foram criadas por esta Casa 79 varas – aumentando o número de juízes de primeira instância, evidentemente aumentará também a demanda por juízes de segunda instância. Portanto, precisamos votar a matéria.

Agora, eu faria um apelo para que a proposição voltasse à pauta na próxima quinta-feira ou na seguinte, a fim de que possamos saber exatamente o que está impedindo a sua apreciação, porque realmente o Distrito Federal precisa ter o seu quadro de desembargadores completo e, evidentemente, também precisa de pessoas que exerçam os demais cargos.

Por tudo isso, eu faço um apelo para o Governo e para todas as Lideranças – como o nosso Líder do PMDB disse há pouco, todos assinaram o requerimento, e sobre a matéria há consenso – no sentido de que garantam para a próxima quinta-feira ou para a quinta-feira seguinte a manutenção deste projeto na pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Já ouvimos a manifestação favorável do Deputado Mendes Ribeiro Filho e a manifestação contrária de V.Exa., Deputado Izalci. O sentimento do Plenário é o de que não há entendimento. Portanto, a Mesa retira...

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, só quero registrar a insistência do Vice-Governador Tadeu Filippelli para que coloquemos esta matéria em pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Permitam-me votar o requerimento, porque já houve encaminhamento.

Os Srs. Líderes querem orientar as bancadas? Fazem questão de orientar as bancadas? (*Pausa.*) Não. Então, vamos votar.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o requerimento de retirada do item 2 da pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Item 3.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.739-A, DE 2009

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.739-A, de 2009, que aprova o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Deputado José Genoíno.)

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em discussão.

Há oradores inscritos para falar contra a matéria. Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, colegas Deputadas e Deputados, serei breve.

De antemão, deixo claro que eu e o PSDB não temos nada contra o mérito da matéria, mas eu me manifesto para registrar o nosso posicionamento contra alguns aspectos do processo legislativo e para alertar esta Casa do que vem ocorrendo e, ao mesmo tempo, estabelecer com clareza a verdade com relação ao posicionamento do PSDB e da Oposição nesta Casa.

Nós vivemos aqui um momento que ajuda a ilustrar isso. Não há *quorum*. Se fôssemos olhar os aspectos regimentais e dar crédito ao que foi dito ontem aqui por Lideranças do Governo, que atribuíram à Oposição um papel de oposição radical, de oposição que é simplesmente contra, que não quer deixar que as coisas funcionem ou que as matérias sejam votadas, seria absolutamente simples: bastaria que eu, na condição de Líder do PSDB neste momento, Vice-Líder que sou, dissesse que estamos em obstrução ou pedisse verificação de *quorum* – o partido tem número suficiente para isso. Mas não o faremos, Sra. Presidenta, nem com relação a este projeto, nem com relação a vários outros que o seguirão, em uma clara demonstração de boa vontade com o País e de disposição para o entendimento. O mesmo não ocorre com relação ao Governo.

Por que ontem lutamos tanto? Por que anteontem ficamos aqui até quase meia-noite? Por que queríamos de alguma forma pressionar ou apenas criar alguma dificuldade para os colegas aqui? Não. Não! Porque queríamos manifestar com clareza os nossos posicionamentos sobre temas relevantes para o País!

Quem está nos acompanhando ouça bem o que vou dizer: ontem esta Casa aprovou, contra nossas posições, passando por cima de nós, literalmente nos atropelando, sem abrir espaço para discussão – agora eu me remeto à questão do processo legislativo –, medida provisória que tratava sobre o trem-bala e tinha cinco artigos. O projeto de conversão veio com 25 artigos, e foi apresentado na hora da votação.

Eu denunciei aqui e volto a fazê-lo: centenas de Deputados da própria base do Governo votaram sem sequer conhecer esses artigos. É assim que está funcionando a Câmara brasileira: o Governo manda e aprova. E se a Oposição questiona, ela é raivosa.

A Oposição questionava, Sra. Presidenta, porque um dos artigos dizia que o empréstimo de 20 bilhões do BNDES à empresa ou consórcio que ganhar a licitação da obra do trem-bala poderá ser perdoado na íntegra pelo Tesouro Nacional. Isso significa doar dinheiro público sem discutir prioridades.

O metrô de Belo Horizonte está parado, outras capitais precisam de investimentos, as rodovias federais estão destruídas, e são doados 20 bilhões sem que haja uma discussão mais profunda.

Ontem, doamos 26 bilhões. Foram 20 bilhões pela manhã e 6 bilhões à noite para o Paraguai. Foram feitos aqui alguns discursos absurdos. Um dos Líderes da base do Governo falava em 200 mil “brasiguaios”. Cinco minutos depois, outro Líder dizia que eram 400 mil. E nada disso constava do acordo. Pior, diziam que o Brasil estava apenas reajustando o valor de compra da energia elétrica de Itaipu.

Sra. Presidenta, o contrato assinado vai até 2020. Já compramos essa energia. Existe um acordo entre o Brasil e o Paraguai, com vigência e valores definidos até 2020. Vamos reajustar voluntariamente, doar 6 bilhões ao Paraguai, enquanto não há dinheiro para melhorar a saúde, não há dinheiro para pagar um salário mínimo melhor!

Mas a Oposição é séria e responsável, fez o seu papel patriótico de alertar o Governo. Há poucos dias o Governo teve sensibilidade: queria criar 480 cargos de livre nomeação para a Autoridade Olímpica. Nós protestamos, e ele recuou pelo menos para 180 cargos.

Ontem queríamos sugerir ao Governo que pelo menos incluísse uma cláusula em que o Paraguai combatesse o tráfico de drogas. Mas eles nos atropelaram. Disseram que queríamos simplesmente fazer oposição por oposição.

Está aqui a prova hoje, Sra. Presidenta. O PSDB poderia obstruir todos esses acordos que estão sendo discutidos agora, inclusive esse com a Venezuela. Não o faremos. Nós temos compromisso com o Brasil, e não vamos aceitar ser subjulgados. Se for preciso,

estaremos aqui alertando toda quinta, toda sexta. Há limite para tolerar essa atitude de “tratorar”.

O Líder do Governo chegou a nos ironizar mais uma vez. Eu não aceitarei isso. Eu quero uma discussão sensata em defesa do Brasil.

O SR. FELIPE BORNIER – Sra. Presidenta, gostaria de levantar uma questão de ordem, baseado no art. 95 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PHS-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, sou do Estado do Rio de Janeiro e sinto certa tristeza ao assistir a este debate. Na verdade, poderíamos estar falando da juventude brasileira e da educação.

Já foi solicitado 1 minuto de silêncio, mas quero muito mais. Gostaria de pedir o encerramento desta sessão para que a Casa realmente avalie a situação. Vieram a falecer 11 crianças de 4, 5, 6 anos de idade.

Esta Casa tem que fazer um debate mais amplo, tem de debater a educação. A escola é um lugar que tem de gerar paz e futuro, e o que ocorreu hoje foi um terrorismo para aquelas famílias.

Gostaria de pedir o encerramento da sessão, em solidariedade aos familiares e ao Estado do Rio de Janeiro, que está preparando-se para sediar os Jogos Olímpicos em 2016. Esse episódio certamente veio abalar não somente o coração da Zona Oeste e do Estado do Rio de Janeiro, mas também o de todo o Brasil.

Peço aos nobres pares apoio para que haja esse respeito à população carioca, que está hoje de certa forma desequilibrada e pede à Casa para debater o suicídio de jovens, que vem aumentando muito no Brasil, assim como o *bullying* e a competitividade nas escolas, e tantas outras questões em relação ao ensino. Peço aos nobres pares esse respeito.

Eu, por exemplo, estou me ausentando desta sessão porque não tenho nenhum tipo de equilíbrio emocional para estar aqui discutindo qualquer matéria, pelo sentimento em relação ao meu Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Felipe Bornier, quero esclarecer algo.

O SR. RUBENS BUENO – Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – A Presidência pode esclarecer ao Deputado Felipe Bornier?

O Deputado solicitou à Mesa que fosse encerrada a sessão. Não encontro amparo regimental, apesar de entender o sentimento de V.Exa., que é o mesmo de todos, de perplexidade e desconforto.

O SR. SIBÁ MACHADO – Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Sibá Machado, ouço V.Exa. o tempo todo, e até

para fazer um encaminhamento está difícil. Peço que tenha um pouco de paciência.

Gostaria de dizer que não há amparo regimental para encerrar esta sessão. Estamos em processo de votação. Eu teria de consultar os Líderes. Lamento não poder atender ao Deputado Bornier.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, quero apenas sugerir a V.Exa. que, para atender minimamente a situação, seja feito 1 minuto de silêncio. Pelo menos isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Sibá Machado, lamento, mas já foi feito 1 minuto de silêncio no início da sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, vamos acordar aqui com as Lideranças e encaminhar ofício a V.Exa. a respeito da suspensão da sessão, até porque o fato é da maior gravidade.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO – O Brasil hoje acordou com a notícia, ao vivo, dessa chacina que aconteceu em Realengo e que precisa ser devidamente apurada. É preciso que haja punição exemplar. Trata-se de uma escola, que diz respeito ao futuro do País, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Por favor, Deputado Rubens Bueno, encaminhe à Mesa o requerimento, com as devidas assinaturas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me, Sra. Presidenta, ainda há matéria na Ordem do Dia?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Estamos agora no encaminhamento a favor. Vou dar a palavra ao Deputado Ribamar Alves.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Os Líderes, de repente, para simplificar os trabalhos da Mesa, podem encaminhar requerimento de retirada de pauta, algo assim, ou de adiamento por uma sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Pois não. Por acordo, os Líderes podem fazer isso, Deputado Miro Teixeira. Podem encaminhá-lo imediatamente à Mesa, apesar de faltarem 5 minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA – V.Exa. o aceita verbalmente?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu poderia aceitar integralmente.

O SR. RUBENS BUENO – Nós já estamos providenciando.

O SR. MIRO TEIXEIRA – V.Exa. aceita verbalmente o requerimento ou precisa ser apresentado por escrito?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu não tenho amparo regimental para fazê-lo.

O SR. RUBENS BUENO – Nós já estamos requerendo por escrito.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A sessão se encerra às 13 horas, Sra. Presidenta. O amparo regimental...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Faltam 5 minutos para o encerramento da sessão. Eu não prorrogarei a sessão.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Está bem. Então, está resolvido.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Deputado Ribamar Alves, V.Exa. abre mão da fala? (*Pausa.*)

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, a minha sugestão é a seguinte...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Líder da Minoria.

O SR. FELIPE MAIA – Sugiro que não prorrogemos a sessão e votemos a matéria de forma dinâmica. Afinal de contas, é importante para os brasileiros que estão presos na Venezuela a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.739.

Vamos dar celeridade ao processo. Atendemos ao Rio de Janeiro e ao Plenário. É o nosso trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Se V.Exa. deseja assim, vou fazer melhor. Vou encerrar a discussão. Está ausente o orador que falaria contra a matéria.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Em votação o Projeto de Decreto Legislativo 1.739, de 2009 – não há destaques.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.739-A DE 2009

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre

Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.739-B DE 2009**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **João Campos**, Relator.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, o PDT é a favor.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Eu vou atender à solicitação feita no plenário. Vamos retirar, de ofício, os demais requerimentos.

O SR. RUBENS BUENO – Muito bem, Sra. Presidenta.

VI – ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – *COM-PARECEM MAIS À SESSÃO OS SRS.:*
Partido Bloco

RORAIMA

Paulo Cesar Quartiero DEM

Total de Roraima: 1

AMAPÁ

Davi Alcolumbre DEM

Evandro Milhomen PCdoB PsbPtbPcdoB

Total de Amapá: 2

PARÁ

Dudimar Paxiúba PSDB

José Priante PMDB

Total de Pará: 2

AMAZONAS

Francisco Praciano PT

Total de Amazonas: 1

RONDÔNIA

Carlos Magno PP

Padre Ton PT

Total de Rondônia: 2

TOCANTINS

Irajá Abreu DEM

Lázaro Botelho PP

Total de Tocantins: 2

MARANHÃO

Carlos Brandão PSDB

Lourival Mendes PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi

Luciano Moreira PMDB

Sarney Filho PV PvPps

Total de Maranhão: 4

CEARÁ

Gorete Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi

Total de Ceará: 1

PIAUI

Osmar Júnior PCdoB PsbPtbPcdoB

Paes Landim PTB PsbPtbPcdoB

Total de Piauí: 2

RIO GRANDE DO NORTE

Rogério Marinho PSDB

Total de Rio Grande do Norte: 1**PARAÍBA**

Aguinaldo Ribeiro PP

Nilda Gondim PMDB

Wellington Roberto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Paraíba: 3**PERNAMBUCO**

Augusto Coutinho DEM

Raul Henry PMDB

Vilalba PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Pernambuco: 3**BAHIA**

Jânio Natal PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

João Carlos Bacelar PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Lucio Vieira Lima PMDB

Total de Bahia: 3**MINAS GERAIS**

Jaime Martins PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Júlio Delgado PSB PsbPtbPcdob

Saraiva Felipe PMDB

Vitor Penido DEM

Total de Minas Gerais: 4**ESPÍRITO SANTO**

Lauriete PSC

Total de Espírito Santo: 1**RIO DE JANEIRO**

Chico D`Angelo PT

Filipe Pereira PSC

Jean Wyllys PSOL

Total de Rio de Janeiro: 3**SÃO PAULO**

Abelardo Camarinha PSB PsbPtbPcdob

Arlindo Chinaglia PT

Beto Mansur PP

Cândido Vaccarezza PT

Guilherme Mussi PV PVPps

João Paulo Cunha PT

Keiko Ota PSB PsbPtbPcdob

Mara Gabrilli PSDB

Marcelo Aguiar PSC

Paulo Freire PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Paulo Teixeira PT

Ricardo Berzoini PT

Salvador Zimbaldi PDT

Vanderlei Macris PSDB

Total de São Paulo: 14**MATO GROSSO**

Homero Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Mato Grosso: 1**GOIÁS**

Sandro Mabel PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Goiás: 1**PARANÁ**

Assis do Couto PT

Fernando Francischini PSDB

João Arruda PMDB

Osmar Serraglio PMDB

Total de Paraná: 4**SANTA CATARINA**

Edinho Bez PMDB

Total de Santa Catarina: 1**RIO GRANDE DO SUL**

Marco Maia PT

Total de Rio Grande do Sul: 1

DEIXAM DE COMPARECER À SESSÃO

OS SRS.:

Partido Bloco

RORAIMA

Berinho Bantim PSDB

Total de Roraima: 1**AMAPÁ**

Luiz Carlos PSDB

Total de Amapá: 1**PARÁ**

André Dias PSDB

Elcione Barbalho PMDB

Josué Bengtson PTB PsbPtbPcdob

Lira Maia DEM

Wandenkolk Gonçalves PSDB

Total de Pará: 5**AMAZONAS**

Sabino Castelo Branco PTB PsbPtbPcdob

Total de Amazonas: 1**ACRE**

Henrique Afonso PV PVPps

Marcio Bittar PSDB

Total de Acre: 2**TOCANTINS**

Eduardo Gomes PSDB

Laurez Moreira PSB PsbPtbPcdob

Total de Tocantins: 2

MARANHÃO

Hélio Santos PSDB
Nice Lobão DEM
Ribamar Alves PSB PsbPtbPcdob
Waldir Maranhão PP
Zé Vieira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Maranhão: 5

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB
Ariosto Holanda PSB PsbPtbPcdob
Arnon Bezerra PTB PsbPtbPcdob
Danilo Forte PMDB
Domingos Neto PSB PsbPtbPcdob
José Airton PT
José Linhares PP
Total de Ceará: 7

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PMN
Henrique Eduardo Alves PMDB
João Maia PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Rio Grande do Norte: 3

PARAÍBA

Luiz Couto PT
Total de Paraíba: 1

PERNAMBUCO

Ana Arraes PSB PsbPtbPcdob
Anderson Ferreira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Eduardo da Fonte PP
Gonzaga Patriota PSB PsbPtbPcdob
Paulo Rubem Santiago PDT
Sergio Guerra PSDB
Wolney Queiroz PDT
Total de Pernambuco: 7

ALAGOAS

João Lyra PTB PsbPtbPcdob
Renan Filho PMDB
Rui Palmeira PSDB
Total de Alagoas: 3

SERGIPE

Almeida Lima PMDB
Mendonça Prado DEM
Total de Sergipe: 2

BAHIA

Alice Portugal PCdoB PsbPtbPcdob
Daniel Almeida PCdoB PsbPtbPcdob
Edson Pimenta PCdoB PsbPtbPcdob
Emiliano José PT

Marcos Medrado PDT
Sérgio Brito PSC
Waldenor Pereira PT
Total de Bahia: 7

MINAS GERAIS

Antônio Roberto PV PVPps
Aracely de Paula PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Bonifácio de Andrada PSDB
Carlaile Pedrosa PSDB
Fábio Ramalho PV PVPps
Gabriel Guimarães PT
João Bittar DEM
Luiz Fernando Faria PP
Miguel Corrêa PT
Paulo Abi-Ackel PSDB
Paulo Piau PMDB
Zé Silva PDT
Total de Minas Gerais: 12

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB
Dr. Jorge Silva PDT
Lelo Coimbra PMDB
Paulo Foletto PSB PsbPtbPcdob
Total de Espírito Santo: 4

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
Brizola Neto PDT
Edson Santos PT
Francisco Floriano PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Neilton Mulim PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Simão Sessim PP
Walney Rocha PTB PsbPtbPcdob
Total de Rio de Janeiro: 7

SÃO PAULO

Aldo Rebelo PCdoB PsbPtbPcdob
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Carlos Sampaio PSDB
Duarte Nogueira PSDB
Eleuses Paiva DEM
João Dado PDT
Nelson Marquezelli PTB PsbPtbPcdob
Paulo Maluf PP
Ricardo Tripoli PSDB
Vaz de Lima PSDB
Total de São Paulo: 10

MATO GROSSO

Wellington Fagundes PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Mato Grosso: 1

DISTRITO FEDERAL

Jaqueline Roriz PMN

Total de Distrito Federal: 1**GOIÁS**

Leandro Vilela PMDB

Roberto Balestra PP

Total de Goiás: 2**MATO GROSSO DO SUL**

Vander Loubet PT

Total de Mato Grosso do Sul: 1**PARANÁ**

Abelardo Lupion DEM

Alfredo Kaefer PSDB

André Zacharow PMDB

Angelo Vanhoni PT

Edmar Arruda PSC

Giacobo PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Hermes Parcianello PMDB

Nelson Meurer PP

Ratinho Junior PSC

Total de Paraná: 9**SANTA CATARINA**

Décio Lima PT

Pedro Uczai PT

Rogério Peninha Mendonça PMDB

Total de Santa Catarina: 3**RIO GRANDE DO SUL**

Alceu Moreira PMDB

Assis Melo PCdoB PsbPtbPcdob

Bohn Gass PT

Darcísio Perondi PMDB

Enio Bacci PDT

Giovani Cherini PDT

Luiz Noé PSB PsbPtbPcdob

Manuela D`ávila PCdoB PsbPtbPcdob

Onyx Lorenzoni DEM

Osmar Terra PMDB

Ronaldo Zulke PT

Vieira da Cunha PDT

Total de Rio Grande do Sul: 12

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) – Encerro a sessão, antes convocando para hoje, quinta-feira, dia 7 de abril, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões)

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 58 minutos.)

Ata da 62ª Sessão, 7 de abril de 2011

*Presidência dos Srs.: Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, Amauri Teixeira,
§ 2º do artigo 18 do Regimento Interno*

*ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA
OS SRS.:*

Marco Maia

Rose de Freitas

Eduardo da Fonte

Eduardo Gomes

Jorge Tadeu Mudalen

Inocêncio Oliveira

Júlio Delgado

Geraldo Resende

Manato

Carlos Eduardo Cadoca

Sérgio Moraes

Partido Bloco

RORAIMA

Berinho Bantim PSDB

Chico das Verduras PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Edio Lopes PMDB

Jhonatan de Jesus PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Luciano Castro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Paulo Cesar Quartiero DEM

Raul Lima PP

Teresa Surita PMDB

Total de Roraima: 8**AMAPÁ**

Dalva Figueiredo PT

Davi Alcolumbre DEM

Evandro Milhomen PCdoB PsbPtbPcdob

Fátima Pelaes PMDB

Professora Marcivania PT

Sebastião Bala Rocha PDT

Vinicius Gurgel PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Amapá: 7**PARÁ**

Arnaldo Jordy PPS PvPps

Beto Faro PT
 Cláudio Puty PT
 Dudimar Paxiúba PSDB
 Giovanni Queiroz PDT
 José Priante PMDB
 Josué Bengtson PTB PsbPtbPcdob
 Lúcio Vale PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luiz Otávio PMDB
 Miriquinho Batista PT
 Wladimir Costa PMDB
 Zé Geraldo PT
 Zequinha Marinho PSC
Total de Pará: 13

AMAZONAS

Átila Lins PMDB
 Carlos Souza PP
 Francisco Praciano PT
 Henrique Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Pauderney Avelino DEM
 Rebecca Garcia PP
 Silas Câmara PSC
Total de Amazonas: 7

RONDÔNIA

Carlos Magno PP
 Lindomar Garçon PV PvPps
 Marinha Raupp PMDB
 Mauro Nazif PSB PsbPtbPcdob
 Moreira Mendes PPS PvPps
 Natan Donadon PMDB
 Nilton Capixaba PTB PsbPtbPcdob
 Padre Ton PT
Total de Rondônia: 8

ACRE

Antônia Lúcia PSC
 Flaviano Melo PMDB
 Gladson Cameli PP
 Perpétua Almeida PCdoB PsbPtbPcdob
 Sibá Machado PT
 Taumaturgo Lima PT
Total de Acre: 6

TOCANTINS

Agnolin PDT
 César Halum PPS PvPps
 Irajá Abreu DEM
 Júnior Coimbra PMDB
 Lázaro Botelho PP
 Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de Tocantins: 6

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
 Carlos Brandão PSDB
 Cleber Verde PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Davi Alves Silva Júnior PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Domingos Dutra PT
 Edivaldo Holanda Junior PTC PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Francisco Escórcio PMDB
 Gastão Vieira PMDB
 Lourival Mendes PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luciano Moreira PMDB
 Pinto Itamaraty PSDB
 Professor Setimo PMDB
 Sarney Filho PV PvPps
Total de Maranhão: 13

CEARÁ

André Figueiredo PDT
 Antonio Balhmann PSB PsbPtbPcdob
 Artur Bruno PT
 Chico Lopes PCdoB PsbPtbPcdob
 Edson Silva PSB PsbPtbPcdob
 Eudes Xavier PT
 Genecias Noronha PMDB
 Gorete Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 João Ananias PCdoB PsbPtbPcdob
 José Guimarães PT
 Manoel Salviano PSDB
 Mauro Benevides PMDB
 Raimundão PMDB
 Raimundo Gomes de Matos PSDB
 Vicente Arruda PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Ceará: 15

PIAUI

Assis Carvalho PT
 Hugo Napoleão DEM
 Iracema Portella PP
 Jesus Rodrigues PT
 Júlio Cesar DEM
 Marcelo Castro PMDB
 Marillos Sampaio PMDB
 Nazareno Fonteles PT
 Osmar Júnior PCdoB PsbPtbPcdob
 Paes Landim PTB PsbPtbPcdob
Total de Piauí: 10

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
 Felipe Maia DEM
 Paulo Wagner PV PvPps
 Rogério Marinho PSDB
 Sandra Rosado PSB PsbPtbPcdob
Total de Rio Grande do Norte: 5

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP
 Benjamin Maranhão PMDB
 Damião Feliciano PDT
 Efraim Filho DEM
 Hugo Motta PMDB
 Manoel Junior PMDB
 Nilda Gondim PMDB
 Romero Rodrigues PSDB
 Ruy Carneiro PSDB
 Wellington Roberto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Wilson Filho PMDB

Total de Paraíba: 11**PERNAMBUCO**

Ana Arraes PSB PsbPtbPcdob
 Augusto Coutinho DEM
 Bruno Araújo PSDB
 Fernando Coelho Filho PSB PsbPtbPcdob
 Fernando Ferro PT
 João Paulo Lima PT
 Jorge Corte Real PTB PsbPtbPcdob
 José Augusto Maia PTB PsbPtbPcdob
 José Chaves PTB PsbPtbPcdob
 Luciana Santos PCdoB PsbPtbPcdob
 Mendonça Filho DEM
 Pastor Eurico PSB PsbPtbPcdob
 Pedro Eugênio PT
 Raul Henry PMDB
 Roberto Teixeira PP
 Silvio Costa PTB PsbPtbPcdob
 Vilalba PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Pernambuco: 17**ALAGOAS**

Arthur Lira PP
 Celia Rocha PTB PsbPtbPcdob
 Givaldo Carimbão PSB PsbPtbPcdob
 Joaquim Beltrão PMDB
 Maurício Quintella Lessa PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Rosinha da Adefal PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Alagoas: 6**SERGIPE**

Andre Moura PSC
 Heleno Silva PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Laercio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Márcio Macêdo PT
 Mendonça Prado DEM
 Rogerio Carvalho PT
 Valadares Filho PSB PsbPtbPcdob

Total de Sergipe: 7**BAHIA**

Acelino Popó PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Amauri Teixeira PT
 Antonio Brito PTB PsbPtbPcdob
 Antonio Carlos Magalhães Neto DEM
 Antonio Imbassahy PSDB
 Arthur Oliveira Maia PMDB
 Claudio Cajado DEM
 Erivelton Santana PSC
 Fábio Souto DEM
 Felix Mendonça Júnior PDT
 Fernando Torres DEM
 Geraldo Simões PT
 Jânio Natal PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 João Carlos Bacelar PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 José Carlos Araújo PDT
 José Nunes DEM
 José Rocha PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Joseph Bandeira PT
 Josias Gomes PT
 Jutahy Junior PSDB
 Lucio Vieira Lima PMDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Argôlo PP
 Márcio Marinho PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Maurício Trindade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Nelson Pellegrino PT
 Oziel Oliveira PDT
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP
 Rui Costa PT
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Valmir Assunção PT

Total de Bahia: 32**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT
 Aelton Freitas PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Antônio Andrade PMDB
 Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPrbPtdob-PrtbPrpPhsPtcPsl
 Carlaile Pedrosa PSDB
 Diego Andrade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dimas Fabiano PP
 Domingos Sávio PSDB
 Dr. Grilo PSL PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Eduardo Azeredo PSDB
 Eduardo Barbosa PSDB
 Eros Biondini PTB PsbPtbPcdob
 George Hilton PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Geraldo Thadeu PPS PvPps
 Gilmar Machado PT
 Jaime Martins PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Jairo Ataíde DEM
 Jô Moraes PCdoB PsbPtbPcdob
 João Magalhães PMDB
 José Humberto PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB
 Lincoln Portela PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luis Tibé PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Marcos Montes DEM
 Marcus Pestana PSDB
 Mauro Lopes PMDB
 Newton Cardoso PMDB
 Odair Cunha PT
 Padre João PT
 Paulo Abi-Ackel PSDB
 Paulo Piau PMDB
 Reginaldo Lopes PT
 Renzo Braz PP
 Rodrigo de Castro PSDB
 Saraiva Felipe PMDB
 Stefano Aguiar PSC
 Toninho Pinheiro PP
 Vitor Penido DEM
 Walter Tosta PMN
 Weliton Prado PT
 Zé Silva PDT

Total de Minas Gerais: 44

ESPÍRITO SANTO

Audifax PSB PsbPtbPcdob
 Cesar Colnago PSDB
 Lauriete PSC
 Sueli Vidigal PDT

Total de Espírito Santo: 4

RIO DE JANEIRO

Alessandro Molon PT
 Alexandre Santos PMDB
 Alfredo Sirkis PV PVPps
 Andreia Zito PSDB
 Anthony Garotinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Arolde de Oliveira DEM
 Aureo PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Benedita da Silva PT
 Chico Alencar PSOL
 Chico D`Angelo PT
 Cristiano PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Deley PSC
 Dr. Adilson Soares PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Aluizio PV PVPps
 Dr. Carlos Alberto PMN

Dr. Paulo César PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Edson Ezequiel PMDB
 Edson Santos PT
 Eduardo Cunha PMDB
 Eliane Rolim PT
 Felipe Bornier PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Fernando Jordão PMDB
 Filipe Pereira PSC
 Glauber Braga PSB PsbPtbPcdob
 Hugo Leal PSC
 Jair Bolsonaro PP
 Jandira Feghali PCdoB PsbPtbPcdob
 Jean Wyllys PSOL
 Liliam Sá PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Marcelo Matos PDT
 Miro Teixeira PDT
 Nelson Bornier PMDB
 Otavio Leite PSDB
 Rodrigo Maia DEM
 Romário PSB PsbPtbPcdob
 Solange Almeida PMDB
 Stepan Necessian PPS PVPps
 Vitor Paulo PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Walney Rocha PTB PsbPtbPcdob
 Washington Reis PMDB
 Zoinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Rio de Janeiro: 41

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB PsbPtbPcdob
 Alberto Mourão PSDB
 Aldo Rebelo PCdoB PsbPtbPcdob
 Alexandre Leite DEM
 Aline Corrêa PP
 Antonio Bulhões PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Arlindo Chinaglia PT
 Arnaldo Faria de Sá PTB PsbPtbPcdob
 Arnaldo Jardim PPS PVPps
 Beto Mansur PP
 Bruna Furlan PSDB
 Cândido Vaccarezza PT
 Carlinhos Almeida PT
 Carlos Zarattini PT
 Delegado Protógenes PCdoB PsbPtbPcdob
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS PVPps
 Dr. Ubiali PSB PsbPtbPcdob
 Edinho Araújo PMDB
 Eli Correa Filho DEM
 Gabriel Chalita PSB PsbPtbPcdob
 Guilherme Campos DEM
 Guilherme Mussi PV PVPps
 Ivan Valente PSOL

Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PSB PsbPtBpcdob
 Jilmar Tatto PT
 João Paulo Cunha PT
 Jonas Donizette PSB PsbPtBpcdob
 José De Filippi PT
 José Mentor PT
 Junji Abe DEM
 Keiko Ota PSB PsbPtBpcdob
 Luiz Fernando Machado PSDB
 Luiza Erundina PSB PsbPtBpcdob
 Mara Gabrilli PSDB
 Marcelo Aguiar PSC
 Milton Monti PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Missionário José Olimpio PP
 Nelson Marquzezelli PTB PsbPtBpcdob
 Newton Lima PT
 Otoniel Lima PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Pastor Marco Feliciano PSC
 Paulo Freire PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Paulo Teixeira PT
 Penna PV PvPps
 Ricardo Berzoini PT
 Ricardo Izar PV PvPps
 Roberto de Lucena PV PvPps
 Roberto Freire PPS PvPps
 Roberto Santiago PV PvPps
 Rodrigo Garcia DEM
 Salvador Zimbaldi PDT
 Tiririca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Valdemar Costa Neto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Vanderlei Macris PSDB
 Vicente Candido PT
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
 William Dib PSDB
Total de São Paulo: 61

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
 Homero Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Júlio Campos DEM
 Neri Geller PP
 Roberto Dorner PP
 Sguas Moraes PT
 Valtenir Pereira PSB PsbPtBpcdob
Total de Mato Grosso: 7

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho PPS PvPps
 Erika Kokay PT
 Izalci PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Policarpo PT
 Reguffe PDT
 Ricardo Quirino PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Ronaldo Fonseca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Distrito Federal: 7

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Delegado Waldir PSDB
 Flávia Morais PDT
 Heuler Cruvinel DEM
 Íris de Araújo PMDB
 João Campos PSDB
 Jorge Pinheiro PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Jovair Arantes PTB PsbPtBpcdob
 Marina Santanna PT
 Pedro Chaves PMDB
 Ronaldo Caiado DEM
 Rubens Otoni PT
 Sandes Júnior PP
 Sandro Mabel PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Valdivino de Oliveira PSDB
Total de Goiás: 15

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
 Fabio Trad PMDB
 Giroto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Mandetta DEM
 Marçal Filho PMDB
 Reinaldo Azambuja PSDB
 Vander Loubet PT
Total de Mato Grosso do Sul: 7

PARANÁ

Alex Canziani PTB PsbPtBpcdob
 André Vargas PT
 Assis do Couto PT
 Cida Borghetti PP
 Dilceu Sperafico PP
 Dr. Rosinha PT
 Edmar Arruda PSC
 Eduardo Sciarra DEM
 Fernando Francischini PSDB
 João Arruda PMDB
 Leopoldo Meyer PSB PsbPtBpcdob
 Luiz Carlos Setim DEM
 Luiz Nishimori PSDB
 Moacir Micheletto PMDB
 Nelson Padovani PSC
 Osmar Serraglio PMDB
 Reinhold Stephanes PMDB
 Rosane Ferreira PV PvPps
 Rubens Bueno PPS PvPps
 Sandro Alex PPS PvPps
 Takayama PSC
 Zeca Dirceu PT
 Total de PARANÁ 22
 SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS PVPps
 Celso Maldaner PMDB
 Edinho Bez PMDB
 Esperidião Amin PP
 Jorge Boeira PT
 Jorginho Mello PSDB
 Luci Choinacki PT
 Mauro Mariani PMDB
 Onofre Santo Agostini DEM
 Pedro Uczai PT
 Ronaldo Benedet PMDB
 Valdir Colatto PMDB
 Zonta PP

Total de Santa Catarina: 13

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Alexandre Roso PSB PsbPtbPcdob
 Danrlei De Deus Hinterholz PTB PsbPtbPcdob
 Fernando Marroni PT
 Henrique Fontana PT
 Jeronimo Goergen PP
 José Otávio Germano PP
 Jose Stédile PSB PsbPtbPcdob
 Luis Carlos Heinze PP
 Marcon PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB
 Nelson Marchezan Junior PSDB
 Paulo Pimenta PT
 Pepe Vargas PT
 Renato Molling PP
 Ronaldo Nogueira PTB PsbPtbPcdob
 Vilson Covatti PP

Total de Rio Grande do Sul: 17

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 420 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Há número regimental.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. EDINHO ARAÚJO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edinho Araújo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 7 de abril, é o Dia do Jornalista. Venho saudar a todos os profissionais da Casa, a todos os que atuam diariamente na cobertura dos trabalhos legislativos e também a todos os jornalistas que nos assistem pela *TV Câmara*.

Um manifesto da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, a propósito desta data, afirma que “*valorizar a profissão de jornalista é valorizar a própria sociedade*”.

De fato, a imprensa teve – e tem ao longo do tempo – um papel fundamental na conquista das liberdades democráticas e, sobretudo, na luta pelo fim de qualquer tipo de censura que restrinja a livre expressão do pensamento. Devemos essas conquistas à persistência e coragem de jornalistas que, muitas vezes, colocando em risco a própria vida, fizeram a verdade sair dos porões para ganhar a luz do dia.

Permitam-me cumprimentar, em nome de todos os jornalistas, um batalhador de uma pequena cidade paulista, Alcides Silva, que aos 80 anos dirige com entusiasmo juvenil *O Jornal de Santa Fé do Sul*.

Parabéns a todos os jornalistas.

Muito obrigado.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (Bloco/PPS-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje, 7 de abril, nós também comemoramos o Dia Mundial da Saúde. Gostaríamos de dar como lido pronunciamento no qual destacamos, em especial, que a saúde não é apenas as emergências dos hospitais, a rede hospitalar como um todo, mas também todas as ações de prevenção em saúde, em relação às quais nosso País tem, através do Programa Saúde da Família, avançado muito.

Sras. e Srs. Deputados, também lamentamos o episódio ocorrido nesta manhã. Não temos palavras para descrever o que aconteceu no Rio de Janeiro, hoje, no Dia Mundial da Saúde. Queremos acreditar que estava com um sério problema o senhor que entrou na escola e assassinou 11 crianças, deixou 18 alunos feridos e depois se suicidou. É lamentável que esse grave episódio tenha ocorrido hoje, quando se comemora o Dia Mundial da Saúde, porque saúde é vida.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Líderes presentes, há 63 anos, a Organização Mundial de Saúde criou o Dia Mundial da Saúde, que é celebrado hoje,

7 de abril. É uma data de fundamental importância e uma oportunidade para que a comunidade internacional reflita a respeito de algo tão imprescindível para a vida das pessoas e, conseqüentemente, para a vida de uma nação. Segundo definição da própria OMS, ter saúde é garantir a condição de bem-estar das pessoas. É algo que envolve os aspectos físicos, mentais e sociais de uma população.

Mas a saúde pública, Sr. Presidente, ao contrário do que muitos são levados a acreditar, não se resume apenas aos prontos-socorros dos hospitais, cuja situação é conhecida por todos. Cuidar da saúde da população é investir em saneamento básico, é a utilização responsável dos aterros sanitários, a destinação adequada dos resíduos sólidos. E, principalmente, é a elaboração de programas eficientes de prevenção às doenças epidêmicas. Em Santa Catarina, Estado ao qual tive a honra de servir como Secretária de Saúde, conquistamos o *status* de Estado livre do vetor da dengue. Isso é fruto de um trabalho árduo, profundamente planejado e acompanhado de vigilância permanente. Hoje, o catarinense pode se orgulhar de viver em um Estado livre de uma doença que se alastra e progride em tantas outras regiões brasileiras.

Entretanto, Sr. Presidente, nós não podemos nos esquecer de que a saúde pública não é de responsabilidade apenas dos governantes, do Poder Executivo. Este tema deve ser uma preocupação, sobretudo, nossa, como legisladores. Eu levanto esta questão, pois, entre as matérias que tramitam nesta Casa, temos uma de suma importância, cuja votação vem sendo postergada desde a legislatura passada. Falo da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

De acordo com cálculos feitos no ano passado, a regulamentação da Emenda 29 garantiria ao setor da Saúde uma injeção extra de recursos. E o mais importante disso, Sr. Presidente, é que tais recursos seriam injetados sem onerar o contribuinte.

Nós, Parlamentares, devemos à população a regulamentação da Emenda 29. É uma responsabilidade da qual não podemos nos esquivar. A situação dos hospitais públicos está difícil, quase trágica, e está em nossas mãos a regulamentação que pode reverter esse quadro.

Quero parabenizar, como enfermeira de profissão que sou, a todos os profissionais de saúde pela importante data, pessoas guerreiras e voluntárias, que muitas vezes enfrentam péssimas condições de trabalho para executá-lo da melhor maneira possível.

Espero, Sr. Presidente, que a data de hoje leve todos os Parlamentares a uma profunda reflexão sobre nosso papel de legisladores. Está em nossas mãos a responsabilidade de injetar ou não mais recursos na saúde pública brasileira. Que nós aproveitemos a data de hoje, o Dia Mundial da Saúde, para iniciar de uma

vez por todas as discussões para a regulamentação da Emenda 29.

Muito obrigada.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, designado que fui, juntamente com o companheiro Deputado Edson Santos, para acompanhar os desdobramentos dessa tragédia do Rio de Janeiro, dessa matança de crianças na manhã de hoje, na Zona Oeste da Capital, já antecipo que temos que entender esse episódio, quase que incompreensível ao olhar humano, como algo inscrito mais na violência larvar da sociedade do que na criminalidade propriamente dita.

Não há nem o que se apurar. A motivação objetiva e os efeitos trágicos da ação do criminoso assassino são inteiramente conhecidos. Ele já foi condenado, aliás, está fora desta vida, que tirou de tantas crianças com idades entre 12 e 14 anos.

É preciso haver um controle maior e rígido sobre a circulação de armas e munições – as dele eram totalmente ilegais – e maior responsabilidade dos meios de comunicação de massa que veiculam esses seriados de violência, esses filmes, essa cultura norte-americana tão nefasta.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, quero aqui cumprimentar o empresário Mário Petrelli, Presidente do Grupo RIC (Rede Independência de Comunicação), que tem por objetivo integrar a comunicação nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Cumprimento também os jornalistas pelo seu dia.

Anteontem, Sr. Presidente, tivemos uma reunião importante. Foi um encontro de confraternização que integrou ainda mais o Congresso Nacional, a esfera federal, com os Estados do Paraná e Santa Catarina. Nessa reunião estava também presente a nossa Deputada Carmen Zanotto.

Também, no último dia 3, domingo, tivemos uma reunião no Município de Laguna que contou com a presença do Secretário de Estado de Infraestrutura, ocasião em que S.Exa. anunciou que, no próximo dia 10 de maio, terão início as obras da pavimentação da SC-100, ligando Laguna às comunidades de Ponta da Barra, Farol e Camacho. Lembro que, quando eu era Secretário de Estado da Infraestrutura, pavimentamos o perímetro urbano que vai de Jaguaruna à comunidade de Camacho. Agora vamos dar continuidade a essa pavimentação, que ligará Camacho a Farol, indo até a Ponta da Barra.

Quero agradecer ao Governador Raimundo Colombo, que está honrando os compromissos do ex-Governador Luiz Henrique da Silveira e também de Leonel Pavan. Agradeço a todas as lideranças, ao Deputado Genésio Goulart, à Deputada Ada de Luca e a todos aqueles que participaram, de forma direta e indireta,

dessa obra muito esperada, que vai fazer parte da rodovia Interpraias, que deverá em breve ser concluída.

Era isso, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo nesta oportunidade falar sobre as obras de pavimentação da SC-100, que fará parte da futura estrada Interpraias, no trecho entre a Ponta da Barra até o farol de Santa Marta, incluindo também a comunidade de Camacho, no Município de Jaguaruna.

As obras devem ter início no dia 10 de maio. A data foi anunciada pelo Secretário de Estado da Infraestrutura, Deputado Estadual Valdir Cobalchini, em uma reunião realizada na comunidade da Passagem da Barra, no domingo à noite (3 de abril).

Na ocasião foi esclarecido o motivo do suposto atraso da obra. O ex-Governador Leonel Pavan, cumprindo compromisso anteriormente assumido pelo Ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, assinou a ordem de serviço visando dar início à construção da pavimentação daquele trecho da SC-100. Ocorre que, dias após, assumiu o novo Governador, Raimundo Colombo, que suspendeu o início de todas as obras assumidas pelo Governo anterior pelo prazo de 120 dias em que estava incluída a SC-100, por não ter sido iniciada ainda em dezembro.

Vale lembrar que este Deputado Federal, quando no exercício da função de Secretário de Estado da Infraestrutura, com aquiescência do então Governador Luiz Henrique da Silveira, deu início às tratativas visando à pavimentação asfáltica do perímetro urbano do Município de Jaguaruna até a comunidade do Camacho, totalizando 19 quilômetros.

Naquele período fui convidado para uma reunião em um domingo pela manhã na comunidade do Farol, acompanhado do então Deputado Estadual Genésio de Sousa Goulart, quando então o Município de Laguna e as comunidades ligadas à SC-100 solicitaram-me a continuidade da pavimentação da comunidade do Camacho, ligando a Comunidade do Farol até a Ponta da Barra.

Naquela oportunidade falei para mais de 200 pessoas presentes que não existem obras sem projetos definitivamente aprovados. Assumi naquele dia o compromisso de elaborar o referido projeto.

Lembro, ainda, que tivemos (Governo do Estado) dificuldades para aprovar o projeto junto à área ambiental.

Este Deputado, juntamente com o Prefeito de Laguna, Célio Antônio, tivemos por inúmeras vezes, aqui em Brasília, no IBAMA e no Instituto Chico Mendes, objetivando resolver os problemas ambientais. A última reunião definitiva ocorreu no meu Gabinete nº 703, aqui na Câmara dos Deputados, com a presença

do Presidente do Instituto Chico Mendes, Rômulo José Fernandes Barreto Melo.

Encerro relatando apenas parte da história deste importante trecho, que vai ligar no futuro, todo pavimentado, o Município de Laguna, da Comunidade Ponta da Barra até o Farol, e o Município de Jaguaruna, que fará parte, como já disse, da futura Interpraias.

Parabenizo aquelas comunidades, em nome da líder comunitária Maria Aparecida dos Santos Ramos (a Cida), o Vanderlei, o Cláudio e os demais líderes que foram importantes para este sucesso que arrematamos em uma reunião na minha residência em Laguna e na última reunião na passagem da Barra no último domingo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar minha tristeza pelo episódio ocorrido na escola de Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e dizer que o consolo às famílias, tanto do jovem que entrou na escola quanto das crianças que foram vitimadas, é uma tarefa muito difícil neste momento.

Agora, ao mesmo tempo em que nos entristecemos, que nos comovemos, que procuramos consolar os parentes das vítimas, precisamos procurar entender esse fenômeno, que acontece com tanta frequência em algumas comunidades do mundo, como, por exemplo, nos Estados Unidos da América, e que vem vitimando também o Brasil. Há alguns anos, tivemos um episódio parecido, quando um jovem entrou num cinema e efetuou vários disparos com arma de fogo, assassinando um número grande de pessoas.

Esses fatos nos fazem refletir sobre a cultura do isolamento, que existe não só no Brasil, mas em todos os países que, no final das contas, fazem com que o ser humano, numa ação de natureza individual, de natureza excludente, afaste-se do contato comunitário. Grande percentual das avaliações sobre crimes desse tipo realizados no mundo afora revela que essa característica deve ser analisada e combatida. Não queremos sentir novamente o grau de tristeza que temos hoje devido a um crime que vitimou um número grande de pessoas na cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana travamos mais uma grande batalha contra os valores abusivos cobrados na tarifa de energia elétrica.

Estivemos na ANEEL e enfrentamos um batalhão de advogados da CEMIG, que queria um reajuste de 13,43%. Isso é muito, mas muito acima da inflação. Questionamos a planilha de custos e conseguimos provar várias irregularidades e furos na planilha. A CEMIG queria cobrar PIS e COFINS, recursos retro-

ativos a 2004 e a 2005, mas conseguimos impedir essa cobrança.

A ANEEL indeferiu o recurso da CEMIG, e o aumento ficou pela metade. O aumento para consumidores residenciais e pequenas indústrias seria de 13,43%, mas ficou em torno de 6,6%. Mesmo assim, não concordamos, ante a grande arrecadação. A CEMIG obteve quase 2 bilhões de lucros, mas a qualidade da energia é péssima.

Temos 10 dias para recorrer da decisão da ANEEL. Vamos recorrer por causa do lucro obtido pela CEMIG, de quase 2 bilhões de reais, e da péssima qualidade da energia.

Os diretores da ANEEL concordaram em que o procurador faça uma investigação permanente na qualidade da energia em Minas Gerais, que é muito precária. Foram fechados escritórios regionais, mas isso não se justifica perto de uma conta realmente alta.

Antes de encerrar meu pronunciamento, quero manifestar minha solidariedade à população do Rio de Janeiro pela tragédia inusitada ocorrida numa escola em Realengo. Essa é a primeira vez que isso acontece numa escola em nosso País.

É importante que a Guarda Municipal, em vez de ficar na rua multando motoristas, uma guarda preventiva e especializada, fique cuidando do patrimônio público na porta das escolas. Outra forma de prevenção é a implementação do 0800 para denunciar casos de violência nas escolas. Seria fundamental também implementar serviços psicológicos nas escolas.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, às 15 horas, neste plenário, uma pequena vitória contra o trabalho escravo será efetivada. Um grupo de Deputados irá protocolar o pedido de instauração da CPI do Trabalho Escravo.

Esse é um trabalho que venho fazendo desde o início desta Legislatura e já recolhi um número significativo de assinaturas de Parlamentares.

Agradeço a todos os colegas que confiaram em nós, assinando o pedido de requerimento que será protocolado ainda hoje. O próximo movimento será lutar pela instalação da CPI.

Como todos aqueles que lutam pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo, tenho ouvido nesta Casa o argumento de que a PEC, votada em primeiro turno na Câmara e também no Senado, não deve ser aprovada, porque há um certo exagero do Ministério do Trabalho na fiscalização do trabalho escravo.

Então, nada como uma CPI para investigar exatamente o que está ocorrendo e para mais uma vez confirmar, assim como fizeram os Presidentes Fernando Henrique e Lula, a existência do trabalho escravo no Brasil.

É óbvio que não queremos punir alguém injustamente, mas é necessário reestruturar o Estado, criar elementos de punição àqueles que recorrem a essas formas que inclusive causarão prejuízos à balança comercial brasileira, na medida em que o **dumping** por esse tipo de trabalho na cadeia produtiva pode ser utilizado por países que se contrapõem aos interesses comerciais do Brasil.

Por fim, manifesto minha solidariedade às famílias do Rio de Janeiro. No plebiscito sobre desarmamento, fomos derrotados, e vemos agora os resultados de um país armado.

Além de outras medidas apontadas, é necessário que esta Casa retome o debate sobre desarmamento. Fomos derrotados no plebiscito, sim, porque o argumento utilizado era de que os bandidos estariam armados e as pessoas de bem desarmadas, caso fosse proibida a compra de armas. Mas o que está ocorrendo é exatamente o contrário.

É necessário repensar a situação das armas no Brasil e retomar o debate sobre a necessidade de desarmar este País, em nome das mães que hoje choram na frente da escola a perda de seus entes queridos.

Muito obrigado.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública, comunico à Mesa Diretora, de modo especial a V.Exa., que preside os trabalhos nesse instante, que designamos os Deputados Alessandro Molon, Dr. Carlos Alberto e Stepan Necessian, três Parlamentares do Rio de Janeiro, para acompanhar os desdobramentos desse fato lamentável ocorrido naquele Estado.

Quero dizer, de forma clara, que as ações de um legislador são diferentes das atitudes daqueles que ocupam cargos no Poder Executivo.

Cabe a esses três Parlamentares acompanhar os desdobramentos dessa tragédia, para que posteriormente a Comissão de Segurança Pública possa discutir e, com a realização de seminários com a presença de especialistas, apresentar ao Plenário do Poder Legislativo propostas que visem inibir ações criminosas como a que o País acaba de constatar no Estado do Rio de Janeiro.

É a Comissão de Segurança Pública prestando contas ao Plenário, prestando contas à sociedade brasileira. E, a partir deste instante, vamos iniciar um processo de debates para a elaboração de projetos que serão submetidos à apreciação desta Casa.

Muito obrigado a V.Exas. pela atenção.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, nesta quinta-feira, quando estamos todos entristecidos com essa tragédia acontecida no Rio de Janeiro, peço a V.Exa. que considere lido artigo do

Prof. Satyro, do Paraná, intitulado *Reorganização da Escola Brasileira*. No artigo o professor discorre sobre o resgate da tradição escolar, a escola brasileira, os novos tempos, a crise educacional, a escola de tempo integral, a formação do professor e o respeito.

Peço a V.Exa. que autorize o registro desse artigo nos Anais da Casa.

Cumprimento também hoje ao Município de Palmeira, Estado do Paraná, pelos seus 92 anos,

e a cidade de Carambeí, também no Paraná, pelo Centenário da Imigração Holandesa, comemorado no último final de semana. A comemoração dos 100 anos dos holandeses no Paraná, com fé, educação e cooperativismo, envolveu toda a população da cidade.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

REORGANIZAÇÃO DA ESCOLA BRASILEIRA

O Resgate da Tradição Escolar

No passado, quando o ensino básico era ministrado pelo Grupo Escolar e o Ginásio completava a primeira fase da escolaridade do adolescente, o jovem chegava melhor preparado para a vida adulta e com uma fundamentação ainda lembrada com saudades pelos pais e avós, que não se cansam de comparar, para as gerações modernas, a qualidade do ensino de sua época.

Não se pretende atribuir a qualidade do ensino, das décadas de 30, 40, 50 e 60 à denominação escolar, embora, seja recordada com saudades o Grupo Escola e o Ginásio.

Outra época, uma concepção magisterial singular, que marcou gerações e mais gerações brasileiras, hoje, ainda pontilhando na vida do país e recordando com saudades aqueles anos dourados da primeira Escola, guardada carinhosamente a lembrança de seus professores, rostos que não se apagam na memória de seus ex-alunos.

Se esses traços permanecem como sinais indelévels de um período educacional do país, porque não resgatá-los, através da escola que foi capaz de marcar um longo período da vida brasileira, deixando resultados de uma escolaridade, que alicerçou e inspirou sonhos e realizações humanas, oferecendo à Pátria, cidadãos preparados para responderem pelo País.

Nesse sentido e com a finalidade de sugerir a renovação da estrutura escolar, resgatando um passado, marcado pela qualidade do ensino e da Escola e lembrado com saudades pela importância da contribuição à formação da geração de sua época.

A identificação do estabelecimento deve soar com certa expressão, para marcar a escola, caracterizando com facilidade o seu nível de ensino, como acontecia com o Grupo Escolar, o Ginásio, o Colégio, a Escola Normal e o Instituto de Educação.

A Escola Brasileira

Profundamente entristecida, a população assiste a decadência da escola brasileira, sem que as tentativas para recuperá-la, consigam restabelecer o prestígio alcançado, em algumas décadas, de um passado não muito distante.

Nos últimos anos, a preparação educacional, das novas gerações, tem decepcionado a família e preocupado o país com a falácia sobre os sistemas e planos, métodos e tecnologias e tantas outras propostas de reformulações e inovações, sem que produzam os resultados esperados.

Novos Tempos

A necessidade da reformulação da Escola brasileira apresenta-se como uma das mais urgentes providências, a fim de levá-la a corresponder aos anseios da família e às esperanças da Pátria.

Uma Escola capaz de educar, ajustada às necessidades dos avanços sociais e tecnológicos da sociedade contemporânea, para despertar no educando, o interesse pelos elementos essenciais da vida e prepará-lo para integrar-se ao progresso do mundo moderno.

A Crise Educacional

O fracasso educacional assusta o país, levando a juventude ao desemprego e à criminalidade, para desespero da família, sempre na expectativa das providências dos governantes, enquanto os estudiosos da educação e dos sistemas de ensino, não chegam a um denominador comum, para a superação da crise educacional brasileira.

Ultimamente, a Nação vem acompanhando manifestações favoráveis à implantação da Escola de Tempo Integral, como solução para a nossa educação.

Feria o Brasil condições de implantar, em todo o seu território, Escolas de Tempo Integral, ou seria colocada em alguns centros, privilegiando milhares de crianças, em prejuízo de milhões de brasileiros, aos quais a Escola de Tempo Integral não passaria de uma distante miragem.

A existência de crianças sem escola, escola de lata, escola sem professor, escola que paga mau o professor, escola sem carteira, escola sem material didático, escola sem biblioteca, escola sem giz, escola revendedora de livros didáticos para a sucata e até escola sem escola... como pretender implantar a Escola de Tempo Integral no Brasil ?

A Escola de Tempo Integral

Para o nosso país, que ainda não consegue matricular todas as suas crianças, em uma escola decente, em condições de oferecer, pelo menos, um modesto ambiente escolar, como pretender implantar a Escola de Tempo Integral?

O país precisa lembrar-se, que a escola inicial deve ser universal, alcançando ricos e pobres, em todo o território nacional, para cumprir os preceitos constitucionais e a sua finalidade de preparar as novas gerações, para uma vida digna, com efetiva participação na vida do país.

Sem dúvida, a Escola de Tempo Integral será o ideal a ser alcançado pela educação brasileira. Entretanto, na atualidade nacional, essa escola seria um privilégio para poucos.

Antes da Escola de Tempo Integral, o Governo Federal deveria federalizar a fiscalização do ensino básico, estabelecer o mínimo para o funcionamento de uma escola - um modelo de Escola Padrão - para ser autorizada a funcionar, com a definição, desde a sua localização, área escolar, espaços físicos para as atividades de ensino, material e equipamento didático-pedagógico, Biblioteca Escolar, área de recreação e esportes, instalações para economia doméstica, trabalhos manuais e técnicas agrícolas.

Para completar essas exigências, seria importante a criação da "Carta Escolar", definindo a área populacional a ser atendida preferencialmente pela Escola, na qual a criança terá prioridade de matrícula.

A Formação do Professor

A formação do professor, dos primeiros anos de escolaridade, era de responsabilidade das Escolas Normais e dos Institutos de Educação, posteriormente, ou melhor, atualmente, essa responsabilidade é do Curso Normal Superior.

O Professor Normalista

Quem não se lembra, com saudades, das tradicionais Escolas Normais, consagradas pela qualidade do ensino, voltado para a formação do professor e da professora normalista.

A unidade de comando da Escola e do seu processo de formação proporcionavam à Escola Normal e ao Instituto de Educação, uma ação ordenada e eficaz do corpo docente, com excelente resultado para a formação dos professores normalistas.

Mestres dedicados, compondo o corpo docente, levavam as Escolas Normais e os Institutos de Educação a uma marcante presença na vida do país, formando professores idealistas, vocacionados e devotados ao seu magistério.

Curso Normal Superior

A diversidade de comando e de unidade do plano filosófico, didático-pedagógico dos cursos universitários, de formação de professores, não somente prejudica o encadeamento da ação pedagógica, como cria dificuldades para o desenvolvimento da formação do professor.

O sistema departamental, além de outras dificuldades, ao reunir as disciplinas por departamento, estabelece a atuação de mais de um departamento por curso, sem que haja a preocupação da definição de um plano comum de ação, deixando o professor livre para desenvolver o seu trabalho.

Sem unidade de comando, com posições filosófica e didático-pedagógica diferenciadas, preocupado mais com a preparação de um Técnico do Magistério, o curso de formação do professor, em geral, perde de vista a sua importante e nobre finalidade de formação do Educador.

Mesmo com todas essas diversidades, os cursos de formação de professores têm formado excelentes docentes, graças ao idealismo de muitos jovens, que procuram os cursos de formação de professores, impulsionados pela vocação, que lhe desperta na alma a ansiedade do educador, como uma inspiração própria dos escolhidos, compensados pela lembrança do Senhor...de que um dia brilharão como Estrela nos Céus!

A Valorização do Magistério

A almejada qualidade da educação, somente alcançará os níveis desejados pelo país, quando a Nação reconhecer o valor do trabalho do professor.

Não basta a reverência conferida ao professor nas festividades comunitárias. A distinção e as honrarias ajudam a confortá-lo e a esquecer temporariamente a sua modesta e até mesmo acanhada remuneração, embora, seja o responsável pela educação das gerações, que, um dia, responderão pelo país, na vida pública e na iniciativa particular.

Eis o segredo da boa educação. A valorização do Professor, também pela sua emancipação financeira, demonstrando o reconhecimento material ao seu trabalho, para proporcionar-lhe condições para viver, com dignidade, na sociedade que ajuda a construir.

Remuneração à altura da dignidade do Magistério, plano de carreira, prioridade para a docência, constituem-se realmente em demonstrações de reconhecimento e estímulo ao seu idealismo, fortalecendo a missão em que transforma o seu Magistério.

O Tempo Certo

Os novos tempos, a longevidade da vida e o sistema de aposentadoria devem alertar os Governantes, para a necessidade do ajuste do Sistema de Ensino a esses condicionantes, assegurando a melhor idade para o jovem ingressar na força do trabalho e o idoso chegar à aposentadoria.

A maturidade favorece o jovem para o início de sua vida de trabalho e proporciona ao idoso a melhor idade para a conquista da sua aposentadoria.

A maturidade favorece o jovem para o início de sua vida de trabalho e proporciona ao idoso a melhor idade para a conquista da sua aposentadoria.

Assegurar, portanto, o tempo certo para a entrada e a saída da força de trabalho, deve ser uma preocupação dos Governantes, atentos a esses dois importantes momentos da vida de seus concidadãos.

O Currículo Escolar

A simplicidade é o segredo para as grandes conquistas e facilita o domínio da complexidade, quando se é capaz de simplificá-la.

Essa deve ser a linha estrutural do conteúdo e do desenvolvimento curricular, a fim de simplificar a aprendizagem para a criança e o desenvolvimento gradual do conhecimento.

Não se deve apressar a aprendizagem. O Professor precisa verificar, no dia-a-dia, se o aluno está entendendo as suas explicações, se sabe expor o conteúdo ensinado, interpretá-lo e aplicá-lo em exemplos de seu cotidiano.

O currículo não deve constituir-se num painel de amostragem de conteúdo básico e essencial, aumentando gradativamente, com segurança e domínio pelos educando, lembrando sempre - o aluno somente aprende se tiver domínio da leitura e interpretação.

Reorganização Escolar

Revendo a História da Escola Brasileira, percebe-se a saudade do povo, pelas nossas tradições escolares, justificando também a presente proposta de reorganização, aproveitando as consagradas denominações de Escola Primária, Grupo Escolar e Ginásio.

Não se antecipa a escolaridade. O melhor seria ajustá-la à maturidade das crianças, para assegurar-lhe melhores condições para a aprendizagem, sem prejuízo da sua infância, dos anos livres para brincar, em casa ou no Jardim de Infância, ainda sem os compromissos da vida.

O aumento dos anos de estudos foi uma decisão acertada. Entretanto, esse acréscimo, de um ano para o ensino fundamental, deve ser no final do curso, quando o aluno está mais maduro e sente-se mais à vontade no ambiente escolar.

Assim também acontece com a brevidade do período escolar, proporcionando à criança e ao adolescente a expectativa de vencer mais facilmente aquele período de estudo.

Essa sensação, a criança e o adolescente do antigo curso primário e do ginásial, sentiam quando iniciavam um daqueles cursos, com certo entusiasmo, pois o término dos mesmos não estava tão distante.

O curso mais breve possibilitava a conquista das primeiras vitórias na vida escolar, comemoradas solenemente com uma inesquecível festividade escolar, para o recebimento do diploma.

Estímulos como esses são importantes na vida da criança e constituem-se apoio para a grande caminhada escolar iniciada pela criança.

Parece tratar-se de argumentação pouco consistente. Entretanto, quem trabalhou no curso primário ou no curso ginásial, lembra-se da alegria da criança e do adolescente pelos primeiros diplomas, premiações inesquecíveis para a criança, orgulho para a família e entusiasmo para enfrentar o desafio do curso ginásial.

São acontecimentos importantíssimos para os primeiros anos de vida e da vida escolar, lembranças imperecíveis para o coração e para a alma do pequeno cidadão.

Os Finalmente

Mesmo vivendo as agruras de uma docência esquecida e de uma escola maltratada, existem professores idealistas e denodados, que ainda mantém as suas esperanças na renovação e reabilitação da educação brasileira.

Para que o ardor e o entusiasmo desses verdadeiros heróis acordem a Escola Brasileira e a transformem na força propulsora do desenvolvimento, basta que os Governantes percebam a angústia da alma do professor e se voltem com patriotismo para o problema educacional do país e ofereçam aos professores condições para colocar a escola nas páginas da História da Educação Brasileira, pela importância da sua contribuição à formação das novas gerações, à elevação do nível educacional do povo, ao despertar cívico da Nação e à prosperidade do Brasil.

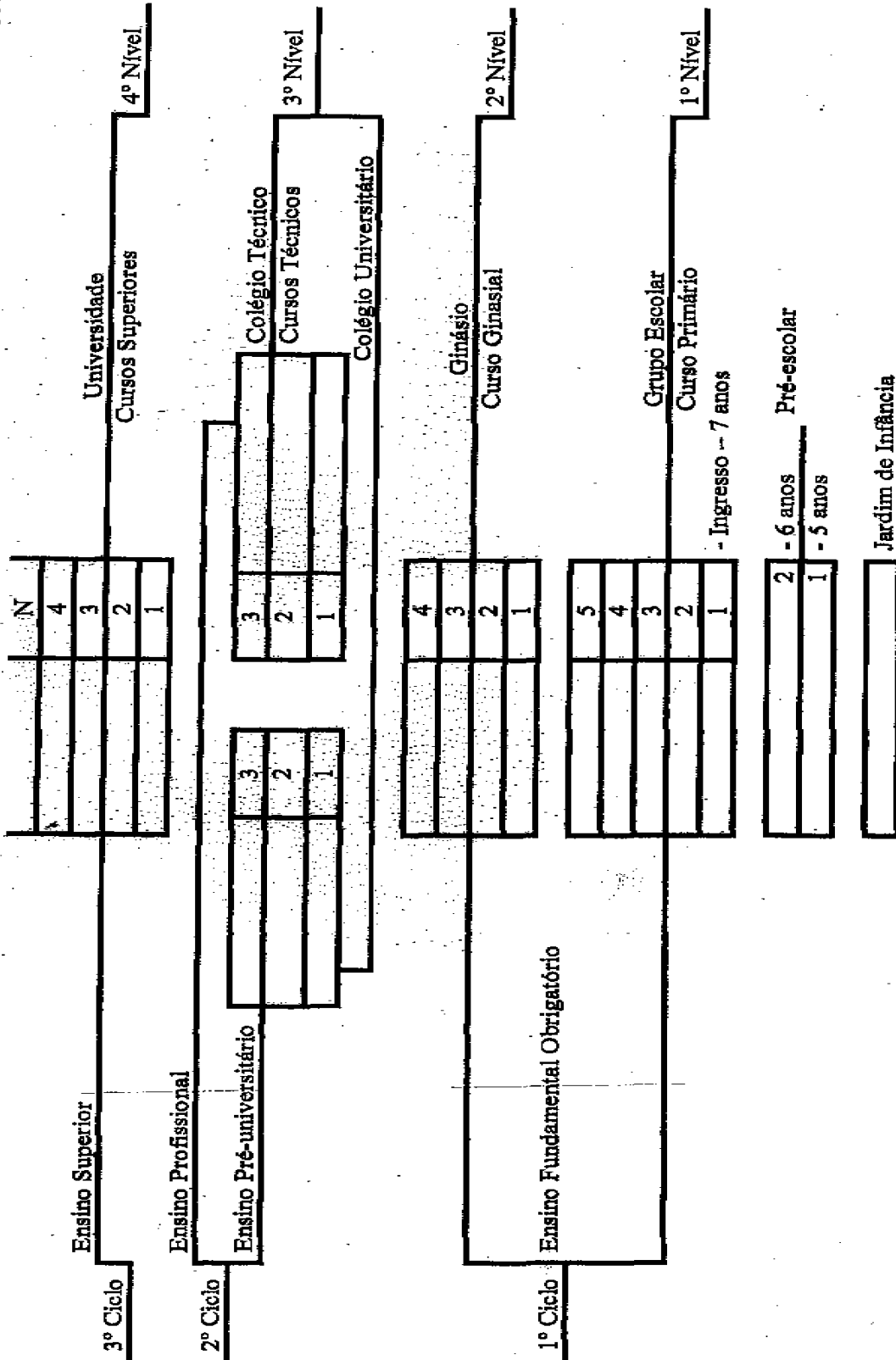
Ponta Grossa 19 de novembro de 2006

Antonio José França Satyro

Fundador, Diretor, Professor do Colégio Diocesano São Luiz	1960/1965.
Secretário do Governo Municipal de Ponta Grossa	1966/1967
Secretário Municipal da Educação e Cultura de Ponta Grossa	1967/1968
Conselheiro de Educação do Paraná	1968/1981
Delegado de Ensino do Paraná	1970/1971
Professor de Estrutura de Ensino	1972/1995
Professor de Currículos e Programas	1972/1995
Coordenador do Curso de Pedagogia	1985/1988
Diretor do Departamento de Pedagogia	1989/1990
Coordenador do Curso de Formação de Professores de Educação Especial nas áreas Mental , Visual , Auditiva.	1987/1991.

PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Novembro de 2006



Prof. Antônio José França Satyro
Ponta Grossa - Paraná

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais de 20 mil produtores rurais vieram a Brasília na última terça-feira apoiar o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB de São Paulo, ao Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, que pretende revisar o Código Florestal Brasileiro.

Os trabalhadores ocuparam a Esplanada dos Ministérios e deram uma demonstração da força do campo para todo o Brasil. Pacificamente, eles apresentaram ao País o abril da agricultura, o abril da paz, o abril branco, o abril de quem produz. Cobraram com toda a justiça a votação de um projeto que está pronto para ser apreciado por esta Casa.

A reivindicação vinda do campo é legítima. Não é possível manter o quadro atual: a legislação em vigor tem quase 50 anos, prejudica os produtores rurais e colabora para construir um cenário de insegurança jurídica.

O atual Código Florestal sofreu mudanças desde a sua promulgação, em 1965, entretanto nenhuma delas foi debatida com a sociedade brasileira. Portanto, os senhores podem imaginar quem sempre saiu prejudicado com essas modificações.

Um integrante da CNA, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, participou de uma reunião na terça-feira, na Comissão da Amazônia, para discutir o substitutivo do Deputado Aldo Rebelo. O representante afirmou que as multas aplicadas aos produtores rurais pelos órgãos ambientais ultrapassam 25 bilhões de reais e que a maior parte delas é aplicada incorretamente.

Além disso, a legislação vigente tem provocado abandono das terras e dificultado a obtenção de licenciamento. Esses fatores levam à redução da oferta de produtos e encarecem os alimentos na mesa dos brasileiros.

Nosso Código está há quase meio século em vigor, e, ao longo desses anos, as alterações feitas nele só contribuíram para criminalizar os próprios agricultores. Constata-se, portanto, que os produtores rurais têm sido submetidos a um verdadeiro linchamento verde, ou seja, vige no Brasil a ditadura ambientalista, e ninguém pode contestá-la!

Entidades protetoras do meio ambiente afirmam que a nova proposta trará prejuízos à natureza. Isso não é verdade. Não haverá uma explosão de desmatamento como pregam os mais radicais. Aproveito para lembrar que, segundo a lei vigente, 104 milhões de hectares de florestas estão desprotegidos e outros 87 milhões, que já foram convertidos para a produção, estão na ilegalidade.

Quando o Presidente Médici abriu as fronteiras para a colonização da Amazônia, qualquer pessoa que

quisesse obter 100 hectares de terra teria de desmatar a metade. E a mudança dessa regra prejudicou nosso povo.

O substitutivo do Deputado Aldo Rebelo não pretende transformar regiões produtivas à custa de novos desmatamentos. Em contraponto, organizações internacionais querem extinguir as áreas consolidadas, embora o próprio parecer do nosso colega defina que elas sejam conservadas.

O novo Código Florestal foi debatido durante meses e está pronto para ser votado. Ele leva em conta o desenvolvimento sustentável e está de acordo com a realidade econômica dos produtores familiares, que, segundo levantamento do EMBRAPA, são os principais beneficiados pela proposta de regularização ambiental contida no projeto a ser analisado.

O momento de definição chegou. Não podemos postergar ainda mais essa decisão. O novo Código Florestal está pronto e é bom. Vamos trazê-lo para o plenário e vamos aprová-lo! Precisamos resgatar a dignidade dos nossos produtores rurais!

Parabenizo a CNA pelo grande evento ocorrido em Brasília na última terça-feira. Parabenizo também a Senadora Kátia Abreu pelo extraordinário trabalho realizado.

Deus abençoe o Brasil.

Agradeço a oportunidade e solicito a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro de pesar.

Acabo de ser informado, por um torpedo no celular, do falecimento do ex-Deputado Fausto Rocha. Ele foi Deputado Estadual em algumas legislaturas e Deputado Federal nas décadas de 70 e 80.

Fausto Rocha morava ultimamente em Campinas. Era homem do rádio, que na década de 70 ficou muito conhecido e famoso por ser âncora de televisão.

Registro, Sr. Presidente, com pesar, o falecimento do ex-Deputado Fausto Rocha. Estou embarcando para São Paulo, pois seu corpo será velado na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Ele era muito meu amigo. Apresento minhas condolências à família de Fausto Rocha.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero também registrar meu espanto, meu sentimento, minhas condolências às

famílias em razão desse episódio lamentável ocorrido no Rio de Janeiro, naquela comunidade da escola.

Resta-nos orar para que Deus penetre na mente das pessoas para que essas coisas não aconteçam mais. Tudo o que o Brasil não precisa é importar essas experiências internacionais. Nosso País é ordeiro, com um povo alegre, um povo hospitaleiro. Nunca poderíamos imaginar que fosse surgir uma pessoa com problema mental dessa natureza para causar um episódio que choca o Brasil e o mundo.

Que Deus proteja essas famílias, que as alimente para que suportem essa dor!

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Fernando Machado.

O SR. LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também manifestar todo o meu pesar pelo acontecido no início da manhã de hoje na cidade do Rio de Janeiro. Acompanhei com muita frustração, com muita comoção, as ocorrências do início de manhã, quando a Polícia cercou uma escola municipal no Rio de Janeiro e diversas ambulâncias estavam estacionadas para retirarem de lá os feridos e as vítimas de alguém que, por uma razão absolutamente sem sentido, por uma falta de razão, cometeu uma atrocidade dessa contra inúmeras crianças, vítimas inofensivas.

Então, quero manifestar às famílias do Rio de Janeiro que hoje sofrem, não são só as famílias que perdem os seus filhos, mas todas as famílias que estão naquela comunidade, todo o meu sentimento, a minha compaixão por aquilo que hoje pela manhã aconteceu no Rio de Janeiro.

Era este o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente, para dizer que estou extremamente chateado com tudo aquilo que presenciamos no início da manhã de hoje e pela morte daquelas nove crianças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Francisco Escórcio.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocência Oliveira, como é bom, ao retornar a esta Casa, encontrar a figura ilustre de Inocência Oliveira, figura amada por todos nós, velho jequitibá. Eu sei do amor, do carinho que esta Casa devota a V.Exa., e eu rendo aqui uma homenagem especial ao grande estadista que é Inocência Oliveira.

Na qualidade de representante do povo do Estado do Maranhão, quero dizer às Sras. e aos Srs. Deputados uma coisa que está me incomodando, assim como também a população do Brasil. É a questão da aviação neste País. Há praticamente um cartel nessa

área, que eleva o preço das passagens. Na verdade, fazem o que querem.

Ao chegar do Maranhão, deparei-me com uma absurda situação. Até para se sentar nas cadeiras especiais, ou seja, na saída de emergência, é necessário pagar uma taxa. Que coisa mais ridícula! Nós temos de tomar uma posição contra isso.

Portanto, no sentimento da população brasileira, venho aqui pedir a esta Casa uma providência.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ságuas Moraes.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta sexta-feira, 8 de abril, a cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, estará em festa! Cuiabá comemora 292 anos de uma especial existência, 292 anos de lutas e conquistas, de uma rica tradição, guardada como um tesouro pelos cuiabanos e cuiabanas de nascimento: sua profunda religiosidade; a alegria refletida no canto e na dança do Cururu e do Siriri; a arte de tecer redes multicoloridas como a própria vida; a musicalidade da viola de cocho e das mais diversas manifestações artísticas e culturais. Mas, com certeza, o maior tesouro de Cuiabá é a permanente disposição do povo cuiabano de acolher, com espontânea generosidade, as pessoas das diversas regiões do País e do mundo que a ela chegam, com inúmeras expectativas e, encantados pelo que nela descobrem, elegend-na como a sua cidade.

Localizada no Centro Geodésico da América do Sul, às margens do rio do mesmo nome, Cuiabá consolida-se como uma importante cidade brasileira, considerada porta de entrada para a Amazônia. Guarda também as riquezas do cerrado e do pantanal.

A Cidade Verde, como também é conhecida, tem diversas versões para a origem do nome Cuiabá. Conta uma delas que a sua origem é da língua indígena bororo, do termo “ikuiapá”, que significa “lugar da ikuia” (ikuia: flecha-arpão, flecha para pescar, feita de uma espécie de cana brava do lugar). O nome designaria uma localidade onde os índios bororos costumavam pescar e caçar com essa flecha, no córrego da Prainha, que é um afluente da margem esquerda do Rio Cuiabá.

Em 8 de abril de 1719, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral assina a ata de fundação da futura cidade de Cuiabá, num lugar conhecido como Forquilha. O bandeirante Moreira Cabral chegou à região em 1718, em busca de índios para serem capturados. Quando encontra ouro na região, muda seus planos para se dedicar ao garimpo.

Em 28 de agosto de 1835, Cuiabá torna-se a Capital da então Província de Mato Grosso. A corrida em busca do ouro naquela época trouxe para Cuiabá

diversos imigrantes. Com o passar do tempo, foram mudando as atividades e os desafios para a cidade que viu no cultivo da cana-de-açúcar e no extrativismo suas principais atividades econômicas. A fundação da Capital do País, Brasília, também será um marco interessante para o crescimento da cidade e da região, impulsionado pelo trabalho dos seus habitantes e os desafios da modernização, que em Cuiabá convivem até os dias atuais com as belas tradições e lembranças da cidade do interior.

Atualmente com mais de 550 mil habitantes, Cuiabá se constitui num excelente polo de desenvolvimento econômico e industrial, de comércio e serviços, além de ter um interessante potencial turístico. Ela se prepara para ser uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

Na calorosa Cuiabá crescem os sonhos e ações para se construir uma cidade que, conservando o que de melhor tem, o seu povo e seus costumes, possa crescer com sustentabilidade, cuidando da natureza, dos cidadãos e cidadãs, preservando cultura e tradição e se abrindo para o novo com a certeza de que essa novidade é realmente boa para Cuiabá e para a sua gente.

Querida Cuiabá, nós, os chamados “paus rodados”, os outrora migrantes e imigrantes que a ti chegamos com nossos sonhos e expectativas e em ti encontramos acolhida e possibilidades de uma vida melhor, somos eternamente gratos!

Teus 292 anos de existência, que se junta à vida do teu povo carinhoso, as nossas vidas, a de nossos filhos e filhas agora cuiabanos de “tchapa e cruz” (filho desta terra), são motivo de orgulho e esperança para esta região do Centro-Oeste brasileiro. E junto a teu povo alegre e lutador queremos expressar, através do poema de Antônio Padilha de Carvalho, *Cuiabano de Tchapa e Cruz*, o que sentimos:

“Sou daqui,
Terra onde o Pacu abunda,
manga ‘borbom’ tem aúfa,
piquei carnudo do cerrado aberto,
cerrado sem cercas,
cerrado do povo,
cerrado rico de verdes lixeiras...
Sou daqui,
Terra hospitaleira e alegre,
de panela de barro,
de siriri e furrundu,
do guaraná de ralá...
Sou daqui,
lugar de muito peixe,
lugar de muito verde,
terra de piquei,

festança, dança e comilança,
bolo de queijo, de arroz,
viola de cocho, farofa de banana, fartu-
ra de caju...
Só aqui,
tem tudo isso!
Só aqui,
não careço de red bull para criar asas
estou em casa,
Só aqui,
dou carta e jogo de mão,
pois aqui é terra do Nosso Senhor Bom
Jesus,
meu amado Irmão.
Sou Cuiabano de Chapa e Cruz!”

Parabéns, Cuiabá, pelos 292 anos! Parabéns, querido povo cuiabano!

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na manhã de hoje, o Instituto Teotônio Vilela, órgão vinculado ao PSDB, realizou ampla discussão sobre a reforma política. Com o nosso Presidente Sérgio Guerra, o nosso Líder nesta Casa, lado a lado com o Senador Aécio, com o ex-Governador José Serra, houve amplo debate com os Deputados Federais e com os Senadores, a fim de que possamos alinhar o que os Deputados Estaduais estão raciocinando, pensando e defendendo, assim como os Senadores, a fim de que as duas Casas possam dar esta resposta à sociedade brasileira, que é uma ampla reforma política, para que nas eleições de 2012 possamos já implementar alguns sistemas que fortaleçam o processo democrático: o voto distrital, o voto em lista, o financiamento de campanha, o voto facultativo ou obrigatório.

Acredito que todos os partidos devem já estar se mobilizando no sentido de fazermos esse debate sobre a reforma política, a fim de nós darmos essa resposta que a sociedade vem cobrando a todos os políticos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há duas questões que eu gostaria de levantar aqui. A Caixa Econômica colocou normas para que não se financiem mais casas cobertas com brasilita, mas sim com telhas de barro. Isso aumenta em 30% o financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Faço aqui um pedido à Presidente Dilma para que libere isso e que os tecnocratas da Caixa Econômica parem de fazer normas encarecendo as obras e impedindo que as pessoas de menor renda possam financiar as suas casas. Há também o asfalto e outras exigências absurdas que não há como financiar, e as

pessoas com pequena renda estão ficando fora do Programa Minha Casa Minha Vida.

Isso é um absurdo, e temos que colocar de novo nos trilhos aquelas áreas já contratadas. Não pode mudar a regra do jogo no meio do jogo, e isso está inviabilizando o Programa Minha Casa Minha Vida.

Também quero dizer que nós compactuamos com a questão das passagens, e seria bom que S.Exa. trabalhasse isso.

Seria bom também ver a questão das emendas dos Deputados, que estão paradas. Ontem, gastou-se um monte de dinheiro em ajuda ao Paraguai. Então, nós precisamos liberar esses recursos. Há prefeitos que não conseguem mais empresas, porque elas não querem entrar mais nas licitações, porque não recebem, apesar de já haver empenho das emendas, construções já feitas e máquinas entregues. É o caos no Brasil. E esse é o dinheiro mais democrático do Orçamento, que são as emendas dos Deputados e Senadores.

Muito obrigado.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje eu, os Deputados Vicentinho e Policarpo e outros estivemos com o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Valter Correia. Pleiteamos que fossem abertas algumas exceções a fim de que se chamassem alguns servidores concursados para cargos estratégicos. Fizemos o apelo especialmente em relação aos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da ANATEL e dos policiais rodoviários federais.

Houve grande receptividade, não é isso, Vicentinho? O Governo está sensível e vai analisar caso a caso. Com certeza, tendo em vista a sensibilidade da Presidente Dilma e da nossa Ministra, esses casos vão ser contemplados excepcionalmente.

O SR. DR. ALUIZIO (Bloco/PV-RJ. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente, o Padre Antônio Vieira, um dos mais importantes escritores da língua portuguesa, disse, em um de seus versos, que tudo o que é intenso demais tem efeito contrário. Isso significa que o sol, que ilumina, pode cegar por sua intensidade; e a dor que faz gritar, gemer, quando intensa demais, emudece.

Emudecidos pela dor no Rio de Janeiro, hoje, pedimos a Deus misericórdia; que alivie o sofrimento daquelas vítimas e seus familiares. O Rio de Janeiro se sente extremamente consternado.

Peço a Deus que nos ilumine e nos dê sabedoria para enfrentar todas as dificuldades da vida.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade da palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro. Estamos empenhados, com o apoio dos demais colegas, na construção de um hospital regional em Divinópolis, Minas Gerais.

Estaremos reunidos amanhã com o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, o prezado Dr. Helvécio, em Belo Horizonte, e com o Secretário de Estado Dr. Antônio Jorge, para que possamos envidar esforços já pensando no funcionamento desse hospital, que se encontra em obras, com previsão de inauguração para meados do ano que vem.

Aproveito a oportunidade para saudar o nobre Deputado Jaime Martins, que se encontra presente, também de minha querida Divinópolis. Vamos envidar esforços conjuntos, não só eu e o Deputado Jaime, mas também as demais lideranças que têm assento nesta Casa e que zelam pelos interesses de Minas Gerais e da saúde, especialmente aqueles votados no centro-oeste mineiro, região para a qual esse hospital trará um benefício fantástico.

Estamos trabalhando não apenas para que se concluam as obras, mas também para que o hospital funcione bem e o mais rápido possível.

O SR. JAIME MARTINS (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero externar apoio a todas as boas iniciativas realizadas para melhorar a condição de saúde da minha região, o centro-oeste de Minas, particularmente de minha querida Divinópolis. Somo-me ao esforço de buscar recursos para a saúde em Divinópolis.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores presentes; crianças, jovens, senhoras, senhores e pessoas com deficiência que me ouvem, veem e leem pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara*, pela *Internet*, pelas mídias sociais e pela Língua Brasileira de Sinais – Libras; ilustres cidadãos do meu Estado, Minas Gerais, a quem tenho o orgulho de aqui representar, as pessoas e as entidades centenárias são dignas do respeito da sociedade. Atingir esse marco é um sinal de vitalidade e de presença marcante na vida dos demais.

Quem atinge os 100 anos de existência pode se orgulhar de ter influenciado, de alguma forma, o rumo dos acontecimentos sociais, seja em âmbito familiar, seja em âmbito local, seja em âmbitos ainda mais elevados.

Uma dessas entidades, mineira de nascimento, das mais respeitadas não apenas em meu Estado, mas também em todo o Brasil, é a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, cuja Faculdade de Medicina completou dia 5 de março último 100 anos de vitoriosa trajetória.

Criada em 1911, pouco depois da inauguração de Belo Horizonte, a faculdade é localizada na região centro-sul da Capital mineira e abriga um vasto acervo de livros, documentos, quadros, esculturas e outras peças fundamentais para a preservação da história da Medicina e da saúde.

Pela Faculdade de Medicina da UFMG já passaram importantes personalidades, como Guimarães Rosa, Ivo Pitanguy, Juscelino Kubitschek, Carlos Chagas, Vital Brasil, Hilton Rocha, entre outros que contribuíram muito para o desenvolvimento da saúde no Brasil.

Referência nacional de pesquisa científica, a faculdade marcou uma série de comemorações para este mês de março. A mais importante delas foi a inauguração da primeira etapa das obras externas de seu novo edifício, localizado na Avenida Alfredo Balena.

Dois dos pontos altos das comemorações foram a palestra do médico Ângelo Machado, autor da peça *Como sobreviver em festas e recepções* com buffet escasso, e a apresentação dos Doutores da Alegria, reconhecidos por levar a arte do palhaço a crianças hospitalizadas.

Outras atividades abrilhantaram a festa de 100 anos da UFMG: apresentação da Banda da Polícia Militar de Minas Gerais; descerramento de placa comemorativa ao centenário; homenagem aos professores e funcionários técnico-administrativos em educação com mais tempo de atividade na instituição; lançamento do livro *Medicina: história em exame*, organizado pelas Profas. Heloisa Starling, Lígia Beatriz Paula e Rita de Cássia Marques; palestra *Literatura infantil e meio ambiente*, com o Prof. Ângelo Machado; Sessão Solene de Comemoração do Centenário da Faculdade de Medicina da UFMG.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, ao anotar que *“uma coisa é pôr ideias arranjadas, fazer planejamento, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil e tantas misérias”*, João Guimarães Rosa criticava o distanciamento entre o sistema político e a população brasileira. Mas não seria nada impróprio se o trecho do *Grande Sertão: Veredas* também tivesse sido escrito para alfinetar o ensino médico de 80 anos atrás, época em que um dos mais renomados escritores brasileiros estudava na Faculdade de Medicina da UFMG.

Nos 100 anos de existência da quarta escola de Medicina mais antiga do País, poucas transformações foram tão orgulhosamente recebidas como a aproximação do ensino com a prática médica. Ano após ano, os alunos são inseridos, sob acompanhamento de professores, com mais antecedência nos ambientes de cuidados com a saúde, onde têm contato com os pacientes “de carne e sangue”. Hospitais, ambulatórios,

postos de saúde, creches e asilos transformaram-se nas melhores salas de aulas.

No início, o trabalho com o público era pequeno, e os projetos de extensão, quase inexistentes. Hoje, os alunos têm aulas nos ambulatórios e fazem inclusive o internato rural. Refiro-me ao programa que prevê a estada, por 3 meses, de alunos do último ano do curso em cidades do interior de Minas Gerais. Nesse período de rico aprendizado médico e humano, os futuros doutores atendem moradores de lugares com recursos mais limitados, sem ressonância magnética, muitas vezes sem mesmo aparelhos de Raios X e determinados medicamentos de tarja vermelha.

Ao mesmo tempo em que a Faculdade de Medicina vai invadindo, no melhor sentido da palavra, espaços de saúde pública, nota-se que o caminho inverso vem sendo percorrido: a população nunca esteve tão representada dentro da unidade. O curso de Medicina, que no passado já foi tachado de elitista, está formando alunos de todas as classes sociais. A política do bônus no vestibular para alunos negros e pardos e oriundos de escolas públicas ajudou a diversificar o corpo de alunos e professores daquela instituição.

Há 10 anos, a faculdade abriu suas portas para outra área da saúde: a Fonoaudiologia, cuja graduação recebe 50 alunos por ano. A área estuda agora estruturar programas de pós-graduação. E, mais recentemente, com o curso de Tecnologia em Radiologia, implantado em 2010, a instituição passou a receber estudantes no período noturno e ingressou de vez no ramo das graduações tecnológicas, formando profissionais para atuar nas áreas de Medicina Nuclear, Radiologia e Radioterapia.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, parabéns à Universidade Federal de Minas Gerais e, em particular, à sua Faculdade de Medicina pelos 100 anos de sua criação. Orgulho de todos os mineiros, a UFMG e sua área de saúde são um modelo de ensino e pesquisa médica, de acesso democrático aos alunos de todos os níveis sociais e de apropriação de conhecimento e serviços por toda a coletividade a que serve.

Parabéns à UFMG e à sua respeitável Faculdade de Medicina pelo primeiro centenário de seu nascimento! Que venham muitos outros. As sociedades mineira e brasileira agradecem.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado nos órgão de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, boa tarde.

Ontem, no Estado do Paraná, foi deflagrada operação da Polícia Federal intitulada *Déjà Vu*. Essa operação desvendou desvios de dinheiro público federal do PRONASCI do Ministério da Justiça, em vários Estados, por meio de contratos com OSCIPs que atuavam intermediando e gerenciando o referido programa. Dirigentes, funcionários e ex-funcionários do PRONASCI, do Ministério da Justiça, estão presos neste momento.

Houve denúncia da *Gazeta do Povo*, jornal do Paraná, de que o ex-coordenador do PRONASCI recebeu dinheiro público em suas contas e nas de seu filho. Ele está neste momento preso na Polícia Federal, em Brasília.

Solicitamos à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que viabilize auditoria especial do TCU nas contas das ONGs que recebem dinheiro do Ministério da Justiça. Confiamos no excelente trabalho do atual Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Dessa forma, o PSDB pode contribuir, ajudando realmente a separar o joio do trigo, as ONGs do bem das que estão desviando dinheiro público e precisam de ações mais duras, realizadas pela Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. ACELINO POPÓ (Bloco/PRB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna para prestar minha homenagem ao Deputado Izalci, que hoje completa mais um ano de vida. Além de ser nosso companheiro na Câmara, é um companheiro também de futebol.

Parabéns, Deputado Izalci! V.Exa. foi presenteado hoje com a presença de jovens na plateia.

Um beijo para a garotada e boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – A Mesa tem o prazer de comunicar ao Plenário que se encontram, nas galerias, professores e alunos do ensino fundamental da Escola Piaget, da cidade de Goiânia, Estado de Goiás, aos quais saúdo neste momento. Recebam minhas homenagens e a homenagem do Poder Legislativo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PSB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez peço licença para cumprimentar nosso Presidente, Deputado Federal Marco Maia, em nome de todos os que nos ouvem e assistem à sessão pela *TV Câmara* e pela Internet. Estendo meu cumprimento também a todos os colegas do PSB, em nome da nossa Líder, que tão bem conduz o partido, a Deputada Federal Ana Arraes, do querido Estado de Pernambuco.

Bom dia aos servidores desta Casa, às autoridades dos Poderes que aqui se encontram e aos meus

colegas da bancada do Estado de Mato Grosso. Hoje, em especial, cumprimento os jornalistas e todos os profissionais de imprensa da Câmara e dos meios de comunicação pela passagem do Dia Nacional do Jornalista. Parabéns a todos vocês que fazem parte da luta democrática, pois não há democracia sem imprensa livre. E por fim, em uma saudação também especial, cumprimento os cuiabanos nativos e os de coração pela passagem dos 292 anos de Cuiabá amanhã, dia 8 de abril, motivo da minha presença nesta tribuna da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, colegas de Parlamento, tenho orgulho de vir hoje aqui manifestar meu apreço à cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e minha homenagem pelo transcurso dos seus 292 anos de fundação.

Cuiabá, como alguns de vocês já tiveram oportunidade de visitar e ver, é uma cidade de uma gente hospitaleira, acolhedora, que se orgulha da sua cultura e de sua história, um povo que mantém suas tradições no falar e no agir típico. É uma cidade de quase 300 anos, a serem completados em 2019, e à qual devo minha presença aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sim, porque foram os cuiabanos que me reelegeram, sendo responsáveis por 53 mil votos dos quase 102 mil votos que obtive na eleição do ano passado. Obrigado, povo de Cuiabá, por esta confiança. É sempre um orgulho trabalhar por você! Fui acolhido e adotado politicamente por Cuiabá, vindo do distrito de São Lourenço de Fátima, onde nasci, no Município de Juscelino, para representar a cidade.

A Cuiabá que hoje conhecemos e temos foi fundada e construída ao longo do tempo. No início, por bandeirantes paulistas como Paschoal Moreira Cabral, Miguel Sutil – homenageado na nossa principal avenida, a Perimetral, que circunda a cidade –, e pela contribuição da família de Antônio Pires de Campos. Outros personagens e ícones também ajudaram a construir a cidade, como o ex-Governador Totó Paes, nosso eterno Governador; o Arcebispo D. Aquino, autor do Hino de Mato Grosso; os ex-Governadores Fernando Corrêa da Costa, Dante de Oliveira, Blairo Maggi; e figuras típicas que povoam a mente e a lembrança dos cuiabanos que escolheram a cidade para morar e aqueles de pai e mãe ali nascidos, que carinhosamente chamamos de “Tchapa e cruz”.

E, Sr. Presidente, ao comemormos mais um aniversário de Cuiabá, não podemos esquecer-nos de profissionais que dedicaram sua vida à cidade, como ex-Prefeito Aecim Tocantins, professor e contador que tem seu nome emprestado a um dos nossos principais ginásios que animam jovens ao esporte e que é fonte viva de nossa história até hoje.

Ao saudar o aniversário de Cuiabá, lembramos também daqueles que cantaram e contaram pelo seu conhecimento a cultura e a bravura da gente cuiabana, como a Profa. Maria de Arruda Müller, nome oficial da nossa instituição secular de educação, o Liceu Cuiabano, onde se formaram tantos políticos do nosso Estado, muitos deles presentes nesta Casa.

Comemorar os 292 anos da Capital de Mato Grosso, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é falar e reviver a arte de Zé Bolo Flô, do lendário Jeje, de Dunga Rodrigues, Silva Freire, Lenine Póvoas, do fotógrafo Lázaro Papazian e do historiador Rubens de Mendonça. E por que não falar daqueles mais recentes, que ainda carregam a cultura musical ou artística, marca registrada da terra cuiabana, como Chico Gil, *in memorian*, Marcela Mangabeira, Roberto Lucialdo, Pescuma, Henrique e Claudinho, João Elói e Vera Capilé? E do nosso pé de valsa, Sr. Névio Lotufo, que registrou em foto a visita do ex-Presidente Getúlio Vargas, na década de 1940, e, em uma moderna filmadora manual, a inauguração do Cine Teatro Cuiabá, há 2 anos?

Os 292 anos de Cuiabá neste 8 de abril nos lembram a rica culinária do guaraná ralado; de doces e frutas, cujos símbolos são a manga e os cajus plantados em extensos quintais; a cozinha do peixe frito dentro da cidade, no Rio Cuiabá, para depois ser degustado frito, assado, grelhado e ensopado, como o pintado, o pacu, a piraputanga. De tão especial é a culinária cuiabana que lá nosso arroz com carne, prato tão típico de muitos lugares do Brasil, recebe o nome singular de Maria Isabel.

Cuiabá é uma terra de magia, um encontro de gente alegre, bonita, a festejar no ritmo e canto único do Siriri e do Cururu. Atributos, Sr. Presidente, que vamos mostrar aos visitantes do Brasil e do exterior quando Cuiabá for uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014.

E por ser uma cidade construída no século XVIII, Cuiabá guarda na lembrança uma rica história da mineração, e, nos traçados e arquitetura das suas igrejas e casarões, a arte barroca, além da cultura da cerâmica de artesãos ribeirinhos, do ganzá, da viola de cocho, tocada e ensinada pelo mestre Abel Santos. É a memória contada nas histórias de roda e nas conversas dos cuiabanos nas calçadas, manifestação de um povo hospitaleiro, com temperamento forte e firme na religiosidade das festas de São Benedito, São Gonçalo e do Senhor do Divino.

Os 292 anos de Cuiabá nos remetem ainda às histórias de conquistadores em busca do eldorado no centro do Brasil, quando o Planalto Central, hoje colorido pelos campos do agronegócio, com algodão, soja e milho, e pelos 28,5 milhões de cabeças de gado,

era de uma mata fechada, quase um continente a ser descoberto, onde habitavam índios de diversas etnias.

É por esses povos originários e seus descendentes que dirijo também esta homenagem da tribuna pela passagem amanhã dos 292 anos de Cuiabá, porque Cuiabá é negra e índia na sua origem, mas avivada com o tempo por sulistas, nordestinos, nortistas, cariocas e paulistas, mineiros e goianos, enfim, gente de todo o Brasil, numa migração contínua que mostra nossa característica de acolher todos. Como bem resumiu esta semana a socióloga mineira de nascimento e cuiabana de encantamento Miriam Braga, da Vetor Pesquisas, o povo é o maior patrimônio de Cuiabá.

Cuiabá, Sr. Presidente, continua, desde o povoamento inicial, a Vila Senhor Bom Jesus de Cuiabá, até o dia de hoje banhada pelo rio, fonte de vida que avança e deságua no Pantanal Mato-grossense. E esse ecossistema singular próximo a Cuiabá, também cantado em prosa e verso, com o sugestivo nome de Cidade Verde, pode ser apreciado, visto e visitado com alma leve, bastando se deslocar da cidade em um raio de 100 a 220 quilômetros. Trata-se de um santuário com uma das maiores biodiversidades do planeta, patrimônio da humanidade.

A Cuiabá de hoje, como já disse, prepara-se para a futura Copa de 2014 e passa, atualmente, por obras para modernização de sua infraestrutura urbana, com investimentos de 7,5 bilhões de reais para torná-la ainda mais aconchegante, com a cultura do bem receber própria dos cuiabanos.

A Copa de 2014 já anima jovens a se dedicar mais ao conhecimento de línguas estrangeiras, a se dedicar mais aos esportes, a querer preparar a cidade em seus mínimos detalhes para hospedar gente de todas as partes. Uma Cuiabá moderna começa a nascer, mas que preserva seu ar e característica de cidade histórica.

Cuiabá, em seus 292 anos, como que destinada por gerações, guarda na sua localização o marco do Centro Geodésico da América do Sul: 2 mil quilômetros a oeste, em direção ao Pantanal e à Bolívia, sobe-se a Cordilheira dos Andes e sua enigmática civilização e chega-se ao Pacífico; 2 mil quilômetros em direção ao Oceano Atlântico, atinge-se a costa brasileira. Essa é uma prova viva de que Cuiabá, desde sua fundação, até nossos dias, tem o caráter acolhedor das pessoas que lá moram. É a revelação de uma cidade que integra os povos, lugar especial que congrega todos nós para um grande ato de fraternidade, amor, solidariedade, construção permanente de um povo e manutenção de uma cultura que não se perde no tempo, um espaço de celebração e certeza da vida.

Feliz aniversário, Cuiabá! E que todos nós cuiabanos de nascimento e de coração sempre nos orgulhemos de morar na Capital de Mato Grosso, quente, sim, no clima anual de 45 graus, mas de um calor humano imensurável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PV/PPS.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, o Brasil foi surpreendido da pior maneira e ficou chocado quando, por volta das 8h, um homem invadiu uma escola municipal em Realengo, no Rio de Janeiro, e disparou, com arma de fogo, contra um grupo de crianças indefesas, com idade entre 9 e 14 anos, provocando a morte de pelo menos 10 delas e ferindo outras 18 – dentre as crianças mortas, 9 são meninas.

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, estamos diante de uma das mais terríveis tragédias ocorridas em solo brasileiro e diante de um fato gravíssimo, permeado de componentes que devem ser considerados com a maior seriedade e responsabilidade por parte desta Casa e da sociedade com um todo.

Eu imploro, Sr. Presidente, em nome dessa nova geração de crianças e adolescentes do Brasil, que as autoridades competentes não se furtem da condição de investigar com a maior seriedade e profundidade o que aconteceu.

Podemos estar diante de um caso provocado por *bullying* escolar? Se estivermos, isso coloca o tema dentre os mais urgentes. Trata-se de ex-aluno que estudou por 5 anos numa escola municipal e que, na hipótese de ter sofrido o *bullying*, teve uma reação tardia e voltou, finalmente, aos 24 anos de idade, para despejar o seu trauma em forma de violência sem tamanho e grotesca. É uma possibilidade.

Estamos organizando aqui na Casa uma frente parlamentar que se propõe exatamente a debater esse tema e buscar saídas, seja na forma de legislação, seja na forma de políticas públicas de combate ao *bullying* escolar.

Mas chama a atenção também, Sr. Presidente, a existência de outros componentes envolvidos nessa barbárie. Há perguntas que precisam ser respondidas e dúvidas a serem esclarecidas e que são muito sérias.

Será esse um fato isolado ou haverá conexões com uma cultura do terror que supostamente se instala no País, conforme denúncias da revista *Veja* e de outros órgãos da imprensa?

Sr. Presidente, oportunamente voltarei a abordar esse tema nessa perspectiva. Hoje quero apenas externar, não somente em meu nome, mas também em nome da bancada do Partido Verde, na Câmara dos Deputados, o nosso sentimento de pesar e de solidariedade aos familiares das crianças que foram mortas e das que estão feridas e ao povo do Estado do Rio de Janeiro.

Faço público o meu lamento de que uma escola, que é um santuário, um local onde se constroem sonhos, tenha sido violada e transformada num palco de pesadelos, onde a vida de pequenos brasileiros foi ceifada.

Não há palavras agora que possamos usar para preencher o vazio e a dor que nos toma. Resta-nos apenas pedir ao grande Deus que dê às famílias das vítimas o conforto necessário, bem como a toda sociedade brasileira, pois a dor é de todos nós.

O Brasil está de luto. Nossas crianças estão tristes; os pais de todo o Brasil, assustados; a sociedade, apavorada; e não temos respostas.

Que episódios e tragédias como essas nunca mais venham a se abater sobre as nossas famílias.

Envio aos pais, irmãos, parentes e amigos das vítimas, bem como a todos os professores e profissionais daquela escola, o abraço especial de toda a bancada do Partido Verde e a nossa solidariedade.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. É com grande pesar que venho comunicar o falecimento do ex-Deputado Federal por São Paulo Fausto Rocha e expressar os meus sentimentos à sua esposa, a querida Sra. Juliana, e filhos.

Nascido em 1938, Fausto Rocha iniciou sua carreira na *TV Tupi*, como apresentador do telejornal *Imagens do Dia*, nos anos 60. Elegeu-se por duas vezes Vereador da cidade de São Paulo e por duas vezes, também, Deputado Estadual. E exerceu três vezes o mandato com Deputado Federal, sendo um dos nossos ilustres constituintes.

Fausto Rocha foi um exemplo de filho, de pai, de esposo, de cidadão. O Brasil perdeu um grande brasileiro. A cidade de Campinas está sob impacto, e todos nós, empobrecidos.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Paulo Piau.

O SR. PAULO PIAU (PMDB-MG. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, quero abordar um assunto que está na ordem do dia desta Casa: a revisão do Código Florestal.

Primeiro, temos que ter equilíbrio nessa discussão, contemplando o meio ambiente, assunto cuja

importância ninguém discute, e a biodiversidade brasileira, um patrimônio do Brasil. Mas temos que fazer essa discussão também sob o prisma social, quer dizer, analisando a situação dos pequenos agricultores que estão situados às margens dos rios, os ribeirinhos, e também a da produção dos nossos alimentos no dia a dia.

Quero chamar a atenção para um assunto muito maior do que resolver ou discutir os problemas brasileiros, a saber: a interferência externa nas nossas coisas.

A discussão do Código Florestal passa por interesses internacionais na nossa Amazônia. Parou-se de discutir a internacionalização da Amazônia, porque as ONGs que têm interesse nesse aspecto dominam esse assunto de dentro do Ministério do Meio Ambiente. Evidentemente, a Amazônia já está isolada do resto do Brasil pelas terras dos índios, pelas reservas florestais, federais e estaduais. Portanto, esse assunto é importante.

O segundo aspecto, além da Amazônia, Sr. Presidente, é a capacidade do Brasil de produzir alimentos, fibras e energia. Nenhum país do mundo, evidentemente, tem a competência que nós temos. Isso incomoda a América, a Europa, parte da Ásia.

Então, quero apenas chamar a atenção para que, na discussão do Código Florestal, pensemos nas influências externas e em tudo aquilo que interessa ao Brasil, sobretudo a sua soberania.

Obrigado, Presidente.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, quero também manifestar minha mais profunda solidariedade ao povo do Rio de Janeiro, aos familiares daquelas crianças vítimas dessa loucura e dizer que todos nós devemos estar, cada vez mais, atentos ao que está acontecendo com a nossa sociedade, sobretudo a nossa juventude.

Faço este pronunciamento também para prestar solidariedade à Preta Gil. Eu conheço essa mulher e também seu pai, Gilberto Gil. Ela não poderia receber o ataque que recebeu do nosso colega, Deputado Jair Bolsonaro, seja por questões de raça, seja por questões de homossexualidade. Gilberto Gil criou seus filhos, sua família, com liberdade ímpar. Preta Gil é alegre, humana, solidária; não é promíscua, nem vive em ambientes promíscuos.

Aliás, quando entrei aqui, captei as mensagens reacionárias de ultradireita, conservadoras do Deputado Jair Bolsonaro. Mas decidimos não ligar para as coisas que falava. Afinal de contas, é um Deputado que sempre diz a mesma coisa, é um Deputado de uma nota só. Resolvemos, no partido, não responder aos seus comentários, até porque respeitamos sua

postura. É um homem de direita, reacionário, defende a ditadura militar, enfim, tem sua opinião. Mas chegar ao ponto de atacar... Ele até disse que não foi assim. Mas, como é reincidente, temos dúvidas.

Por essa razão, seja pelo ataque aos homossexuais ou ao povo negro, nosso manifesto é de repúdio a sua fala. Espero que a Comissão de Ética faça a devida apuração do fato, com o direito de defesa, obviamente. Mas não podemos estimular o ódio, como é estimulado em determinados pronunciamentos. Por isso, aqui manifesto esta minha posição: homofobia ou essa doença chamada preconceito que contamina nossa sociedade precisa acabar. O Congresso é o grande espaço para esse importante trabalho.

Sr. Presidente, quero manifestar também minha solidariedade ao povo africano, ao povo negro. Um jovem colega nosso, Deputado Pastor Marco Feliciano, baseou-se na Bíblia para dizer que o continente africano é condenado por Deus. Cuidado com as interpretações, pessoal!

Uma vez assisti na Rede Globo a um pastor dizer que traía a mulher porque a Bíblia dizia que o homem tinha de adular. Até que a jornalista falou: "*Não, senhor! Aqui não está escrito adular, está escrito adúltera*". Mas ele já havia traído, já tinha feito.

Não se deve interpretar a Bíblia de modo a justificar que os negros da África, que vêm sofrendo ao longo dos tempos, primeiro com os ataques europeus por mais de 200 anos, que retiraram suas riquezas, seus direitos, que lhes arrancaram de suas terras para a escravidão em vários continentes, que não têm culpa de absolutamente nada, os primeiros homens e mulheres da história da Terra serem condenados por Deus?

Meu colega Deputado, por favor, essa interpretação está completamente equivocada. Nós não podemos, de maneira alguma, permitir uma coisa dessas. Que estímulo, que educação se está dando? A Bíblia é o Santo Livro e deve ser interpretada à luz da solidariedade, da generosidade. Meus Deus! Interpretação satânica!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa precisa, cada vez mais, tomar cuidado com nossos Parlamentares. Estamos aqui para aprender, para fazer valer a lei. Num país onde o preconceito é maldito, causa fome, desemprego, exclui, provoca dor, nós não podemos ficar quietos diante de um caso desses, mesmo que dito por um colega. Afinal de contas, nós somos Parlamentares e estamos aqui para fazer cumprir a Constituição brasileira, para garantir o direito de igualdade, sem querer tirar o direito de pensar de cada um, sem querer tirar inclusive o direito de cada um dizer o que pensa. Mas cuidado com o que dizem e com o

que pensam, porque a frase pode repercutir profundamente na sociedade brasileira de maneira deturpada.

Quero reafirmar minha profunda discordância tanto com o Deputado Jair Bolsonaro – eu jurei que não responderia nada a ele nunca, mas a coisa foi tão grave que hoje estou me manifestando – quanto com nosso jovem Deputado, que está chegando à Casa e que faz essas afirmações calcadas na Bíblia Sagrada.

Espero o máximo de generosidade de todos, para que possamos construir um novo tempo, uma nova história na qual o mais importante sejam os homens e as mulheres do planeta.

Obrigado, Presidente.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de fazer meu breve discurso, eu não poderia deixar de manifestar meu sentimento de pesar pelas crianças vitimadas de forma covarde no Rio de Janeiro, por um psicopata, evidentemente. Ainda sairá o resultado dos estudos da autópsia para saber o que o levou a cometer tal atrocidade.

Minhas condolências às famílias enlutadas, ao povo carioca, ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, meu pronunciamento se refere a um tema relacionado aos idosos. É com muita gratidão que ressalto a aprovação ontem, na Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado, de requerimento para a realização de audiência pública que vai tratar dos golpes do empréstimo consignado, criado para fazer o bem aos idosos, mas que está se tornando uma armadilha fatal.

O empréstimo consignado está enriquecendo indevidamente milhares e milhares de pessoas. Por trás da legalidade, milhares de agiotas ganham dinheiro à custa dos nossos idosos.

Sou delegado da Polícia Civil e fui delegado da Delegacia do Idoso, em Teresina, por mais de 5 anos. Tenho experiência com relação ao tema. Ontem, na Comissão, o assunto gerou polêmica. Sou Deputado da base do Governo, e disse aos Líderes do PT, à Liderança do Governo e aos demais blocos que a compõem que não quero criar atrito com minha propositura.

Faço um convite aos representantes do Ministério da Previdência Social, do INSS, do Conselho Nacional do Idoso, da FEBRABAN, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para discutirmos o tema. Tenho argumentos suficientes para pedir a criação de CPI para investigar o golpe do empréstimo consignado. Quero fazer essa discussão a fim de que, por meio de mecanismos mais eficazes e eficientes, possamos proteger os idosos.

O Governo Federal, com muito boa intenção e em prol dos idosos, criou o empréstimo consignado.

Mas, ao longo dos anos, os crimes vão se modernizando. Quando o Estatuto do Idoso foi instituído, ninguém imaginava que existiriam crimes por meio dos empréstimos compulsórios. Apresentei projeto de lei que torna crime o golpe do empréstimo consignado. Isso não está previsto no Estatuto do Idoso.

Devemos fazer ampla discussão, trazer os atores principais. Já estive com o Ministro da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves Filho, que me recebeu muito bem e ficou estarelecido com o que ocorre no Brasil. Só no Piauí, dezenas de quadrilhas especializadas foram presas. Elas desviavam milhões de reais não só no Piauí, mas no Ceará, Maranhão, Bahia, Paraíba, Pernambuco, em vários Estados do Nordeste principalmente.

Esse tema é de fundamental importância, e a Câmara nunca o debateu com a devida prioridade. Muitos Deputados ficaram indignados e, ao mesmo tempo, apreensivos, porque não tinham noção de como esse terrível crime é feito. Como disse uma vez, tráfico de drogas é hediondo, não é? Traficantes induzem crianças, jovens, adolescentes a consumir e ganham dinheiro à custa deles. Por que não é pior ganhar dinheiro ilícitamente à custa dos idosos?

Por isso estamos propondo a audiência pública. Quando estiver marcado o dia, virei à tribuna avisar ao Plenário, Deputado Inocêncio Oliveira, que é do Nordeste, de Pernambuco, Estado onde apurei vários casos também.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação no programa *A Voz do Brasil* deste importante tema em favor dos idosos, a quem temos de dar atenção especial. Esse foi assunto de uma série de reportagens no *Correio Braziliense*, *Retratos de um País que não sabe envelhecer*. Mostra o descaso com que vêm sendo tratados os idosos. Inclusive, o tema da audiência pública está no *Correio Braziliense*. Ele vai dar o que falar. É importante que o Congresso Nacional venha debatê-lo, porque é importantíssimo para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Deputado Acelino Popó.

O SR. ACELINO POPÓ (Bloco/PRB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer a defesa do amigo Deputado Pastor Marco Feliciano. Todos temos o direito de errar e de acertar. Ele errou, ao fazer uma observação em uma rede social. Minha mãe também é negra. No momento em que mais errei na vida, aprendi, para consertar lá na frente.

Pela ausência no Plenário do caro amigo Deputado Pastor Marco Feliciano, peço desculpas a todos pela observação que fez numa rede social e que teve repercussão muito grande.

O caro Deputado citou o Deputado Pastor Marco Feliciano. Por ele não estar aqui para se defender, eu o faço como amigo – poderia ser outro Deputado a fazer a mesma coisa. Ele já se desculpou, pediu perdão. Acho que estamos aí para errar e consertar nossos defeitos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O Deputado Vicentinho não precisa que o defendemos. Defendem-no já seu passado, sua honestidade, sua seriedade, seu espírito público, a maneira como se conduz.

Posso dizer, pelos anos de convivência, que o Deputado Vicentinho tem um passado limpo, correto, decente, honesto. S.Exa. seria incapaz de algo daquela natureza. Além do mais, a acusação que lhe foi imputada é muito vaga: foi um terceiro que recebeu, e S.Exa. nem sabia que era seu assessor.

Parabenizo o Deputado Acelino Popó por ter-se sensibilizado. Estava por perto e percebi que havia sinceridade nas palavras do Deputado Vicentinho.

Deputado Vicentinho, recebas nossas homenagens. A Casa está solidária com V.Exa.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer ao colega Popó que não fiz um ataque a S.Exa., apenas manifestei minha discordância. Se eu soubesse que S.Exa. havia pedido desculpas, eu as teria recebido de bom grado. Mas estou sabendo agora, está tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Izalci, do PR do Distrito Federal.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna para comentar duas frentes parlamentares cuja criação resolvi propor e para o que peço o apoio dos nobres Deputados.

A primeira frente é relativa à educação global, já que há várias frentes relacionadas à educação. O grande mérito da Frente Parlamentar da Agricultura é ser única e, por isso, forte. Seguindo esse exemplo, propondo a criação de uma frente pela educação global e pela ciência e tecnologia.

A segunda frente é relativa ao Legislativo.

Desde criança, eu tinha o sonho de me tornar Deputado. O Deputado José Humberto foi Prefeito de Patos e certamente conhece minha pequena cidade Araújo, de 6 mil habitantes. Quando eu estava com 7 ou 8 anos de idade, um Deputado Federal esteve lá. Foi declarado feriado, e as crianças saíram da escola para homenageá-lo com bandeirinhas. Desde então ficou-me o sonho de um dia vir a ser Deputado Federal. Mas, finalmente aqui chegando, percebi que a realidade é completamente diferente. Deputado Federal,

hoje, não tem nenhum apoio, nenhum reconhecimento, para dizer que não representa de fato seus eleitores.

Por isso, peço apoio aos Parlamentares – vamos visitar cada gabinete – para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Fortalecimento do Legislativo.

Todos os dias converso com um e outro Deputado, e o que mais ouço são lamentos com relação às emendas que não são acatadas. Recentemente, participei de reunião com o Executivo em que tratamos das emendas parlamentares. Um colega de partido tinha exatamente 36 milhões de emendas – 2007, 2008, 2009 – sem execução. E o mais grave era que, na terra dele, os Prefeitos e a comunidade em geral o estavam taxando de caloteiro, de enganador, porque, à época da eleição ele havia prometido ao Prefeito benfeitorias para a cidade. E de fato ele apresentou aqui as emendas, que, contudo, não foram executadas.

Quando resolvi criar essa Frente, pensei em pedir apoio apenas aos novos Deputados, mas então percebi que os antigos estavam sendo castigados há muito mais tempo. Por isso, peço o apoio de todos.

Passo a contar o que aconteceu hoje pela manhã.

Desde 2008, tramita nesta Casa projeto que cria mais cinco cargos de Desembargador para o Tribunal de Justiça do DF. O projeto já passou por todas as Comissões, tendo sido aprovado sem nenhuma restrição. Consegui, como Vice-Líder, que toda Liderança assinasse o requerimento de urgência e que o projeto fosse colocado em pauta. Há 15 dias, na quinta-feira, o projeto estava na pauta para ser votado. Naquele dia, votamos projetos relativos a vários TRTs – só para o TRT de São Paulo foram criados mais de 1.200 cargos –, mas não votamos o projeto que criava mais cinco cargos de Desembargadores para o TJ, obviamente com a respectiva estrutura, num total de 55 cargos, já previstos no Orçamento e na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Líder do Governo me disse que havia um problema orçamentário a ser verificado. Disse, primeiro, que algo não constava do Anexo. Mostrei-lhe que tudo estava no Anexo. Disse-me, então, que era uma questão com o Ministério do Planejamento. Fui, junto com o Presidente do Tribunal, falar com o pessoal do Planejamento. Não havia nenhuma questão técnica do Ministério relativa ao Tribunal. Tentei falar com o Ministro de Relações Institucionais, Luiz Sérgio. Telefonei três vezes, mas S.Exa. não me atendeu – e vejam que sou Vice-Líder de um bloco de 64 Deputados. Não conseguindo ser atendido pelo Ministro, a secretária me perguntou se eu aceitava falar com o Secretário Executivo, ao que respondi que não havia problema. Aguardei na linha, até que ela retornou e me disse que o Secretário me retornaria a chamada mais tarde. De-

pois de 2 dias, recebi uma chamada de um assessor da assessora, que não resolveu nada.

Então, estou lançando essa frente para que possamos valorizar o Parlamento. Se não valorizarmos o Parlamento, melhor será aproveitar a reforma político-eleitoral para reduzir o número de membros desta Casa de 513 para 50 ou 60 – não é preciso tanta gente, se só se manifestam os Líderes.

Peço apoio a todos os Parlamentares para que possamos lutar pelo nosso direito de realmente representar quem representamos. Não falo por mim, mas pelas 100 mil pessoas que me elegeram e pelos quase 4 milhões de pessoas que hoje represento, somados os habitantes da cidade e de seu entorno.

Por falar em entorno, lembro que o Tribunal de Justiça hoje já atende o entorno. Temos um Desembargador Criminal para 450 mil pessoas. Precisamos aumentar o número de Desembargadores nesta capital, que vem sofrendo muito com a insegurança. Portanto, o projeto merece ser votado na próxima quinta-feira, e também para isso peço o apoio dos Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, quero me solidarizar com as crianças que foram vítimas do crime ocorrido hoje no Rio de Janeiro. Urge aumentarmos a segurança e a justiça no País.

Obrigado.

‘O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, permita-me uma breve manifestação de completo apoio ao pleito do Deputado Izalci e ao projeto por ele mencionado, que deveria ter sido aprovado hoje nesta Casa.

A Capital da República não pode ser tratada apenas como espaço de hospedagem dos Poderes. Precisamos ter um sentimento de pertencimento com a Capital da República, e havia toda uma construção para que pudéssemos aprovar, no dia de hoje, a ampliação dos Tribunais no Distrito Federal.

Então, solidarizo-me com o pronunciamento do Deputado Izalci e faço um apelo ao Governo e à Presidência desta Casa, para que possamos, na próxima semana, fazer justiça à Capital já dita por Juscelino Kubitschek de todas e de todos, nominada Capital da Esperança, Brasília.

A SRA. ROSANE FERREIRA (Bloco/PV-PR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer o pronto atendimento à Mesa a meu requerimento que pedia a mudança do cronômetro no painel. Com certeza, para quem está naquela tribuna, ficou muito mais fácil monitorar o tempo gasto no pronunciamento.

Quero também registrar que acabei de protocolar requerimento pedindo a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29. Essa regulamentação é imprescindível e é a grande luta que devemos travar. Definirmos claramente quanto e como se vai gastar no setor saúde é fundamental neste momento.

Aproveitando o 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, conclamo esta Casa a se mobilizar pela regulamentação da Emenda 29.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do meu partido – o PSDB – e do povo mineiro, venho aqui prestar uma homenagem ao Senador Aécio Neves pelo seu brilhante pronunciamento ontem no plenário do Senado Federal.

Apartado por cerca de 5 horas, de forma nunca vista naquela Casa, por quase metade do número de seus componentes, Aécio Neves definiu, com clareza, o papel da Oposição, fundada na *“lucidez da razão republicana contra os erros e omissões do poder público”*.

Iniciando por uma referência à história política dos últimos 25 anos, que sucederam a ditadura militar, demonstrou que o Brasil não nasceu ontem, nem com Cabral, nem em 2003, nem com nenhum partido ou líder político isoladamente.

O País que vivemos hoje é fruto de um processo que, como tal, se desenvolveu em etapas contínuas, progressivas e complementares.

Não teríamos mobilidade social com expansão da classe média, se não assentada em fundamentos econômicos que permitissem a estabilização da moeda.

Não teríamos inclusão social sem exorcizar a inflação.

Não teríamos aumento do número de empregos se não houvesse a expansão do mercado produtor, possível somente a partir da instalação de um ambiente jurídico-legal inspirador da confiança dos empresários e investidores.

Não teríamos Bolsa Família, sem as experiências de garantia de renda mínima, com o Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e cartões sociais (gás, leite e outros) que minimizaram o sofrimento da população pobre do País.

E, assim, de modo equilibrado e elegante, como é de seu caráter e estilo, Aécio Neves resgatou a atuação histórica do PSDB e dos aliados na construção dos rumos deste País.

Nesse quadro, assinalou a importância e a essencialidade do Governo Sarney, do Governo Itamar Franco e do Governo Fernando Henrique Cardoso nos avanços experimentados nos 8 anos do Governo do PT.

Ressaltou ainda mais a essencialidade da atuação daqueles antecessores o esforço e a determinação deles na superação das dificuldades interpostas, à época, pela ferrenha oposição do próprio PT, que lutou contra tudo o que constituía base ou pré-requisito dos avanços hoje vivenciados: Plano Real, PROER, Lei de Responsabilidade Fiscal, FUNDEF, privatizações e outros programas que buscavam melhorar a condição de vida dos brasileiros.

O discurso de Aécio Neves, como não poderia deixar de ser para um líder político, chamou a atenção também para os riscos do *“Brasil cor-de-rosa vendido competentemente pela propaganda política – apoiada por farta e difusa propaganda oficial”*.

É hora de um choque de realidade, disse ele, apontando, de forma incisiva, os problemas que hoje vivemos no Brasil real: o desarranjo fiscal; a grave possibilidade de desindustrialização de importantes setores da economia; ameaça de retorno da inflação; a frágil situação de nossa infraestrutura, tanto portuária como de estradas, responsável pela maior parte do transporte de cargas; o caos da saúde e a omissão na busca de uma educação de qualidade.

E termina Aécio Neves com importantes enunciação propositivas: redução de tributos cobrados em setores estratégicos da nossa economia, no caso a redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS das empresas de saneamento; redução dos tributos federais incidentes na conta de luz; transferência, aos Estados, da gestão das rodovias federais e dos recursos específicos, como parte da CIDE; distribuição aos Estados de 70% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e do Fundo Penitenciário; revisão do pacto federativo; e revisão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, com a criação do SIMPLES Trabalhista e extensão dos benefícios do Empreendedor Individual às micro e pequenas empresas.

Em relação à organização da Oposição, manifestou Aécio Neves que ela deverá dar-se em torno de três princípios: coragem, responsabilidade e ética.

Parabéns, Senador Aécio Neves, pelo conteúdo de seu pronunciamento, que traz novos conceitos; pelo equilíbrio, clareza e espírito de justiça com que repassa o passado; pela vontade e modernidade com que quer construir o futuro; pela seriedade, competência e credibilidade com que assume a liderança das Oposições.

Parabéns, enfim, pelo resgate do papel do Senado, que parou ontem para ouvi-lo e debater os temas propostos em seu discurso. Parabéns pelo novo ciclo – o ciclo do bom debate – que agora se inaugura naquela Casa, resgatando a sua função institucional e a sua dignidade: a de não ser apenas uma extensão do

Executivo. No Senado está posto o debate – o debate que vai discutir e rever o Brasil.

Obrigado.

O SR. JOSÉ HUMBERTO (Bloco/PHS-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna na tarde desta quinta-feira tratar de assuntos municipalistas.

Antes de entrar propriamente no assunto, abro parênteses para comentar a questão das emendas parlamentares abordada pelo Deputado Izalci.

Sabe o Deputado Izalci que sou Deputado de primeiro mandato. Tenho observado o andamento dos trabalhos na Casa e, de minha experiência de Prefeito, trago alguma expectativa em relação ao nosso papel.

Faço parte do bloco de apoio ao Governo Federal, o mesmo a que V.Exa. pertence. Os Poderes Executivo e Legislativo, de fato, precisam acertar as questões relacionadas com as emendas, para não correr o risco de futuramente passar por enganadores ou mesmo caloteiros, por não conseguirmos cumprir as promessas que fizemos aos nossos eleitores. Trata-se de algo muito sério.

Nós chegamos a esta Casa há pouco tempo. Por isso, neste primeiro ano de mandato em que ainda não apresentamos emendas, deveríamos ter pelo menos o direito de alocar projetos no PAC. Muitas vezes, à falta de projetos, alega-se que o PAC não é plenamente executado. Nossa base, em sintonia com o Governo, poderia, diante dos projetos que estão de acordo com o Orçamento da União e que interessam aos Municípios que fazem parte da nossa base, efetuar programas para assegurar a execução orçamentária.

Sr. Presidente, neste momento, quero falar sobre projeto de lei que tramita na Casa. Encareço aos Srs. Parlamentares que façam um apelo às suas lideranças, para que deem urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 605, de 2010, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM que sofreram redução a partir do Censo de 2010. Atualmente, 176 Municípios brasileiros acabam perdendo com essa contagem do Censo.

Ora, nenhum Prefeito vai subitamente reduzir os gastos com saúde e educação apenas porque determinado percentual sofreu redução. O FPM é estabelecido por faixas, o que causa um transtorno enorme, de difícil solução para os Prefeitos. Fui acionado pelo Prefeito Helder Boaventura, da minha querida Carmo do Paranaíba, uma das cidades atingidas da região do Alto Paranaíba de Minas Gerais.

Espero que os Srs. Deputados intervenham para que este projeto de lei, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, tramite rapidamente nesta Casa, para que os Municípios não sofram ainda mais as agruras

decorrentes de uma distribuição de tributos que, a meu ver, não é nada equilibrada.

Com essa distribuição, os pequenos Municípios, os Municípios que não são beneficiados com hidrelétricas nem com mineradoras ou indústrias, acabam com a sua receita *per capita* muito abaixo da média dos outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT-SE. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estamos reunidos neste plenário com os Deputados Domingos Dutra, Amauri Teixeira, Erika Kokay, Vicentinho, Newton Lima, para protocolar formalmente a CPI do Trabalho Escravo.

Há cerca de 6 anos, repousa em alguma gaveta do Congresso a PEC do Trabalho Escravo, que foi votada em primeiro turno nesta Casa e no Senado Federal. Portanto, mais uma vez, reafirmamos a necessidade de a aprovarmos.

Eu gostaria de agradecer aos Srs. Deputados a presença e aos Parlamentares que apoiaram o requerimento para a criação desta CPI.

Cerca de dois terços dos casos de trabalho escravo localizam-se na Amazônia. Segundo a CNBB, nos últimos 10 anos, cerca de 50 mil trabalhadores foram libertados. O Estado reconhece a existência do trabalho escravo no Brasil. O Ministério do Trabalho igualmente reconhece a existência da chamada lista suja dos empregadores que praticam o trabalho escravo. Em discurso na ONU, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu a existência do trabalho escravo no Brasil, como também o fez o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em nome de todas essas pessoas que lutam contra o trabalho escravo no Brasil, vamos protocolar o requerimento.

Chega neste momento o Senador José Nery, a quem agradecemos a presença neste plenário. Trata-se de um campeão na luta contra o trabalho escravo.

Sr. Presidente, confiando na generosidade de V.Exa., peço permissão para que outros Parlamentares se pronunciem acerca desse tema. Antes, porém, entregamos em sua mão o requerimento para instalação da CPI do Trabalho Escravo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra pela ordem ao ilustre Deputado Amauri Teixeira. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, num momento tão importante para esta Casa, eu gostaria de homenagear dois Deputados que talvez sejam o símbolo da luta contra o trabalho escravo no Brasil: Domingos Dutra e Vicentinho.

Não conseguiremos acabar com a miséria neste País se não extingirmos o trabalho escravo, uma das práticas mais indignas a que está submetido o ser humano. Essa será uma das prioridades do nosso mandato. Esse grupo de Parlamentares aqui presente tem esse assunto como uma das prioridades para efetivamente banirmos do Brasil o trabalho escravo e começarmos de vez, como afirmou a Presidenta Dilma Rousseff, a erradicar a miséria no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a CPI do Trabalho Escravo representa mais uma tentativa de se chamar a atenção da sociedade brasileira para a incompatibilidade que há entre o trabalho escravo e a luta pela cidadania e o nível de desenvolvimento em que se encontra o País.

Tenho certeza de que a maioria dos empresários brasileiros, até mesmo aqueles que atuam no campo, não concordam com a prática de uma minoria que teima em retirar o lucro e aumentar suas riquezas à custa da relação mais odiosa neste País, a exploração da mão de obra humana.

Esta Casa, que aprovou a Constituição cidadã e ajudou a homologar vários tratados internacionais de que o País é signatário, tem a obrigação de instalar esta CPI e, mais do que isso, Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, tem a obrigação de pautar a Emenda Constitucional nº 438, que expropria todos aqueles que praticam o trabalho escravo.

Parabenizo o Senador José Nery e nossos companheiros Deputados Paulo Rocha e Cláudio Puty pela iniciativa de criar essa CPI, ao tempo em que espero que a Câmara dê continuidade a esse propósito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra pela ordem à ilustre Deputada Erika Kokay. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

Peço desculpa aos outros Srs. Parlamentares, porque há uma lista com o nome dos oradores inscritos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos muito felizes por protocolar o pedido de instalação da CPI do Trabalho Escravo, para que esta Casa faça uma investigação profunda e consigamos, definitivamente, debelar o trabalho escravo no nosso País.

Nos últimos anos, 40 mil pessoas que viviam em condição escrava foram libertadas pela ação do Estado, durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas 25 mil pessoas acabam, todos os anos,

umentando a lista de quem ainda vive em situação de escravo. É inadmissível que ainda tenhamos de conviver com as senzalas metafóricas, que impedem os trabalhadores de viver a mágica condição humana, porque o trabalho escravo fere, de forma absolutamente mortal, a dignidade humana.

Estamos muito felizes e parabenizamos os Deputados Paulo Rocha, autor do requerimento; Cláudio Puty, que mobilizou cada uma e cada um de nós; e todos os Parlamentares desta Casa, homens e mulheres que se posicionam neste momento para varrerem definitivamente o trabalho escravo do nosso País. Assim, poderemos bater no peito e dizer que, enfim, vivemos em uma democracia; enfim, os ventos dos quilombos definitivamente destruíram as casas-grandes e as senzalas.

Parabéns a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Dando continuidade ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao ilustre Deputado Vicente Candido. Em seguida, disporá da palavra o Deputado Delegado Protógenes, anteriormente chamado.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, quero neste momento agradecer aos quase 200 Deputados que comigo subscreveram a PEC 08, de 2011, protocolada ontem nesta Casa.

Se aprovada, essa PEC responderá aos anseios das entidades esportivas e culturais do Brasil, que atualmente são tributadas da mesma forma que as empresas privadas ou as entidades com fins lucrativos.

A Constituição Federal, no seu art. 150, inciso VI, dá imunidade às igrejas, aos partidos políticos e aos sindicatos de trabalhadores. Institui, também, no mesmo artigo, a imunidade condicionada às entidades que promovem a educação, a saúde e a assistência social.

Com esse pleito, nós estamos criando a isonomia entre os produtores culturais e os produtores esportivos junto com a demais entidades. Também estaremos uniformizando a linguagem tributária pelo Brasil afora. Cada Município e cada Estado têm a sua política, e a União tem outra política para tributar as entidades que promovem a cultura e o desporto no Brasil.

Esse é um anseio que vem ao encontro, também, do fortalecimento econômico dos clubes do Brasil, no momento em que o País se prepara para receber os maiores eventos sociais do mundo – a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016.

Esse assunto é de suma importância. Espero que esta Casa dê a devida celeridade à matéria e que possamos concretizar esse trabalho, aprovando a PEC 08, de 2011, seguindo a linha do incentivo à produção

esportiva e da democratização do acesso dos brasileiros ao esporte, à cultura e à educação.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar, na data de hoje, meu tributo ao Dia do Jornalismo. E o faço com muito pesar, em razão do infortúnio ocorrido no Rio de Janeiro. Eu me refiro ao assassinato de crianças indefesas em uma escola pública de Realengo.

Também sinto muito pesar pela veiculação tendenciosa da revista *Veja*, ao colocar o povo muçulmano como precursor da violência e do terror no Brasil, incitando a discriminação.

O jornalista deve ser um intransigente defensor da liberdade de expressão da população e da democracia, e não do capital de determinados grupos interessados.

Estendo esse tributo aos bons jornalistas: ao Calebe, Assessor de Comunicação da Câmara dos Deputados; ao Paulo Henrique Amorim; ao Luis Nassif; ao Leandro Fortes, da *Carta Capital*; ao Lucas Ferraz e ao Rubens Valente, ambos da *Folha de S. Paulo*; à Mylena Ciribelli; à Fátima Bernardes, da *Globo*; ao Jamil Chade, correspondente em Genebra do *O Estado de S. Paulo*. A esses jornalistas, que têm compromisso com a sociedade e com a democracia, rendemos as nossas homenagens neste dia triste.

Se essa tragédia que abala a consciência do povo brasileiro e principalmente as estruturas do Estado não fosse divulgada, não teríamos como corrigir as nossas omissões em políticas públicas, principalmente nas escolas, com educação, e nas áreas de saúde e segurança pública, para não vermos mais episódios como esse. Que esse seja o primeiro e último fato trágico ocorrido no nosso Brasil envolvendo crianças e jovens, que já têm suas vidas ceifadas pelo consumo do *crack* e pelo tráfico de entorpecentes. Basta de violências absurdas como essa que ocorreu hoje em Realengo.

Dia do Jornalismo, data a ser comemorada e, ao mesmo tempo, lembrada como um dia muito triste para o Brasil, principalmente para as autoridades públicas constituídas no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Agnolin, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. AGNOLIN (PDT-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio a tantos temas relevantes debatidos ao longo desta semana, hoje quero destacar um que me parece, principalmente no aspecto econômico e no

que concerne à grandeza do nosso País, muito importante: a Medida Provisória nº 527, de 2011, que cria a Secretaria Especial de Aviação Civil.

Falo sobre isso porque é evidente o estrangulamento que já temos em nossos aeroportos e que haverá de se agravar muito com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas. Por isso, essa Secretaria tem um papel determinante e muito importante para otimizar as soluções alternativas que venham a propiciar um transporte aéreo condizente com a grandeza do nosso País.

Concomitantemente ao nosso apoio à MP 527, pretendemos, hoje, apresentar algumas alternativas para contornar os gargalos da aviação, soluções práticas e objetivas que podem efetivamente contribuir para minimizarmos a situação do transporte aéreo, que, repito, é grave.

E para isso, Sr. Presidente, trago aqui uma boa sugestão. Eu moro em Palmas, cidade localizada no centro geodésico do Brasil, ponto estrategicamente apropriado para promover uma convergência aérea, ou seja, transformar o aeroporto de Palmas em um centro de convergência aérea, facilitando as conexões para todos os aeroportos do Brasil, principalmente o de Brasília. Poderíamos, com muita facilidade, receber voos do Norte, alguns do Nordeste, e propiciar, de forma bem prática, uma interação com o Sul, Sudeste e outros Estados do Brasil.

Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns comentários do que dispomos em Palmas. Temos um aeroporto construído há menos de 12 anos, moderno na sua concepção, na sua infraestrutura, na sua edificação, e que tem, apenas como ilustração, nada menos do que 2.300 hectares, ou seja, 24 milhões de metros quadrados de área disponível para expansão, sem desapropriação, sem nenhum constrangimento, sem nenhum problema ambiental, pronto para receber qualquer expansão necessária e assim contribuir de forma efetiva para aliviar, para otimizar, para resolver parte do problema do tráfego aéreo.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado o meu apoio à medida provisória que cria a Secretaria Especial de Aviação Civil e também dizer que enviarei expedientes a todos os órgãos da aviação civil. Estamos comunicando à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, ao Conselho de Aviação Civil – CONAC, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e às operadoras aéreas nossa sugestão para que Palmas se transforme num centro de convergência aérea.

Muito obrigado.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Sr. Jorge Osmar Borsa, um grande empresário de Florianópolis, Santa Catarina.

É um enorme prazer receber a visita do Sr. Jorge. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, tem a palavra o ilustre Deputado Fernando Marroni.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro a respeito do Dia Mundial da Saúde, particularmente sobre o Programa Saúde Não Tem Preço, da Presidenta Dilma. Quero, também, lamentar o ocorrido em Realengo. Hoje, não há alento para Realengo.

Peguei-me pensando em como evitar que tragédias como essa ocorram. A escola é um lugar, por excelência, de cuidado com a criança, de transferência de conhecimentos e de descobertas. Mas é preciso também que a escola fique atenta à saúde dessas crianças.

No Dia Mundial da Saúde, quero lamentar a atitude desse garoto, que tinha distúrbio mental e cometeu um ato como aquele. E ninguém fica louco de uma hora para outra. Determinados comportamentos são reincidentes, até que chegam a um limite.

Cada vez mais devemos buscar um modelo de escola que proteja, que traga paz, que lute contra a violência e que isso componha o processo pedagógico, para que evitemos esse tipo de tragédia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como já disse, hoje é o Dia Mundial da Saúde e, por saber que este é um dos temas de maior influência direta na vida dos brasileiros, cabe a esta Casa aproveitar a data para ampliar ainda mais os debates a respeito do assunto. Assim como todos os companheiros Parlamentares, acompanho permanentemente essa pauta e conheço as dificuldades que o Brasil ainda enfrenta em alguns setores. No entanto, reconheço também os diversos avanços que o País vem conquistando nos últimos anos, os quais reforçam ainda mais o compromisso do Governo Federal com a sociedade.

Entre esses avanços devemos destacar os competentes programas federais de distribuição de medicamentos. Pacientes com as mais diversas doenças têm acesso gratuito aos remédios que, até alguns anos atrás, comprometiam praticamente toda a renda familiar. Exemplo disso é o programa Saúde Não Tem Preço, com o qual pessoas com diabetes e hiperten-

são passaram a ter acesso gratuito aos medicamentos. Basta que o cidadão se dirija a um dos milhares de estabelecimentos da rede de Farmácias Populares e apresente a prescrição médica. Somente com esse programa são beneficiados 33 milhões de brasileiros hipertensos e 7,5 milhões de diabéticos.

Além de diabéticos e hipertensos, pessoas que sofrem com asma, rinite, mal de Parkinson, osteoporose e glaucoma também possuem acesso a medicamentos nas Farmácias Populares. Ao todo são 24 remédios distribuídos sem custo às pessoas.

Outras tantas ações também vêm sendo desenvolvidas pelo Governo Federal em respeito à saúde dos brasileiros. Quebras de patentes e novos acordos com laboratórios são firmados com frequência, de forma a garantir que hospitais possam contar com mais remédios para usá-los no tratamento dos pacientes. Há poucos dias o Ministério da Saúde anunciou importante parceria que permitirá a produção nacional de remédios contra mal de Parkinson, AIDS, artrite reumatoide e doença de Crohn, gerando uma economia de 700 milhões de reais em 5 anos para o Governo, que certamente será revertida na aquisição de mais equipamentos e remédios, melhorando a vida dos pacientes.

Também é preciso ressaltar que o Governo Federal está construindo milhares de Unidades Básicas de Saúde por todo o Brasil. Isto amplia e melhora o atendimento em diversos bairros e Municípios, especialmente naqueles onde a maioria dos atendimentos era destacado para grandes hospitais, causando superlotação. Não podemos esquecer também que saúde não é apenas tratamento, mas sim prevenção. E, neste aspecto, o Programa de Aceleração do Crescimento 2 priorizou investimentos na área de saneamento básico, evitando assim que moradores de áreas até esquecidas por décadas pelos governos tenham água tratada e encanada, bem como ligação correta de esgoto, inclusive com tratamento.

Sabemos todos dos desafios que o Brasil enfrenta na área da saúde, no entanto, neste Dia Mundial da Saúde precisamos reconhecer os avanços conquistados e usá-los como exemplo de que os esforços estão dando resultados. São essas ações concretas e que melhoram a vida de milhões de pessoas que devem nos inspirar a continuar trabalhando para fazer do atendimento de saúde no País um motivo de orgulho. Nosso povo merece ser tratado com dignidade, e é este o compromisso do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje participei da Comissão da Reforma Política. Encaminhamos requerimentos, aprovados

por unanimidade, de convite ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e também ao ex-Presidente Lula para darem sua colaboração na reforma política. Também agendamos a visita da Comissão a Curitiba, Capital dos paranaenses, no próximo dia 27 de maio.

Mas confesso a V.Exa., Presidente, que hoje volto ao meu Estado entristecido com o que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. Aliás, quero relatar a V.Exas. que a Internet também faz parte desse crime.

O que está ocorrendo com a Internet neste País é inadmissível. Não podemos confundir liberdade com crime. Venho do maior veículo de comunicação de massa, o rádio; sou a favor da liberdade de expressão, mas não podemos mais conviver com a ausência de punição para os crimes da Internet, Sr. Presidente. E hoje as pessoas confundem o que é verdade, o que é fraude, o que é boato e o que é crime na Internet.

Sr. Presidente, se V.Exa. for alvo de um crime na Internet, digo-lhe que não tem ampla defesa e não consegue de lá retirar uma informação ou crime praticado contra sua pessoa ou contra uma Deputada, principalmente uma mulher.

Os políticos já estão acostumados com determinadas situações, mas o que acontece com as crianças e com as famílias por meio da Internet não é mais possível se admitir. Existem crimes de pedofilia e crimes contra mulheres. Moças são difamadas na Internet e têm que mudar de cidade ou de Estado porque foram vítimas da rede.

Acho que hoje é um dia importante para dizer aos senhores que estou apresentando um projeto sobre crimes cibernéticos. A insegurança no Brasil é tão grande porque não temos hoje uma legislação que ofereça instrumentos adequados para identificar autores de crimes na Internet, pessoas que usam a tecnologia para ofender a moral, para ofender as pessoas por intermédio de injúria, calúnia e difamação. Precisamos de uma legislação específica.

A nossa legislação penal é oriunda dos anos 40. Não prevê uma série de tipos penais surgidos com o advento da disseminação da Internet.

Estou apresentando uma legislação específica sobre crimes na Internet e tenho certeza de que, se durante o meu mandato eu conseguir discutir essa matéria e votar uma penalização mais grave para os crimes da rede, darei uma contribuição enorme para este País.

Não é possível que os crimes aconteçam e que a invasão de redes, a invasão de propriedade digital, a difusão de vírus, os programas, a pedofilia e mesmo as empresas internacionais sujeitas à legislação do Brasil fiquem sem punição.

Vamos discutir esse assunto porque o que aconteceu hoje no Brasil advém também de crimes na Internet.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a distância que separa a moderna tecnologia de informação, cristalizada na Internet, e a capacidade de atuação do Poder Público para estabelecer padrões mínimos de segurança e ordem no meio digital vem se ampliando exponencialmente, criando um vazio legal onde vigora a lei do mais forte. Em muitos casos, os mais fundamentais direitos constitucionais do cidadão são liminarmente ignorados ou violados.

A Internet já é considerada, nos principais países desenvolvidos, o meio de comunicação com maior reputação e credibilidade. Em que pese a ponderação de que reputação vincula-se especificamente com determinados *websites*, o fato é que grande parte da população que começa a ter acesso à Internet não tem condições de diferenciar uma informação de qualidade de uma fraude, ou de um boato.

A facilidade com que as informações são veiculadas e disseminadas na Internet, associada ao vazio legal no que diz respeito a esse mecanismo de comunicação, cria o ambiente propício para que os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos sejam vilipendiados.

A natureza internacional da rede, que atravessa as fronteiras geográficas, políticas e jurisdicionais, já é, por si só, um obstáculo suficientemente poderoso no combate ao crime digital.

No Brasil a insegurança é ainda maior, pois o Poder Público não dispõe sequer dos mais básicos instrumentos legais necessários para combater o crime na Internet. A legislação brasileira não oferece um dispositivo que dê aos órgãos judiciais e policiais os instrumentos adequados para identificar os autores de crimes na Internet, o que estimula ainda mais o mau uso dessa tecnologia.

O que fica evidente, Sras. e Srs. Deputados, é que a pesada burocracia estatal tem sua atuação limitada pelo princípio da legalidade estrita, princípio este fundamental da ordem democrática e do Estado de Direito. E mesmo que dispusesse de todos os mecanismos processuais e legais para combater o crime na Internet, ainda assim teríamos de reconhecer que esse aparato estatal não teria condições de elucidar todos os casos de violação de direitos e de crimes que ocorrem na Internet.

Além disso, Sr. Presidente, nossa legislação penal, oriunda da década de 40, não prevê uma série de novos tipos penais surgidos com o advento e com a

disseminação da moderna tecnologia de informação e comunicação. Tal limitação é agravada pelas restrições à interpretação analógica da Lei Penal, impedindo que tipos penais tradicionais sejam usados nessas novas modalidades criminosas.

Os crimes contra a honra, a injúria, a calúnia e a difamação são cometidos centenas de milhares de vezes diariamente na Internet, sem que os atingidos em sua honra tenham condições de fazer valer seus direitos legais e constitucionais. Não há mecanismo legal que possa ser usado, de modo incontroverso, contra um sítio de Internet que veicule informações inverídicas sobre pessoas ou empresas.

Pior que isso, esses registros digitais se perpetuam e se multiplicam ao longo do tempo, por intermédio de *blogs*, *e-mails*, redes sociais, em muitos casos com velocidade de propagação tanto maior quanto mais longe da verdade está a informação veiculada.

Outros tipos de crimes que ocorrem com frequência na Internet, como invasão de redes e de sistemas alheios – uma espécie de invasão de propriedade digital, difusão de vírus e programas de computador maliciosos, fraude eletrônica, roubo de propriedade intelectual, identidade, falsidade, roubo de ideológica, alteração não autorizada de dados e de programas de computador, ou ataques digitais – são exemplos de condutas que exigem urgência em seu tratamento legal.

Sras. e Srs. Parlamentares, as informações pessoais, profissionais, os processos judiciais, os dados financeiros e fiscais dos cidadãos estão hoje quase que totalmente armazenados em meio digital, e, com o advento da **cloud computing** – computação em nuvem –, estarão cada vez mais na Internet, e não em nossos próprios computadores pessoais.

Esse contexto mostra que o Brasil precisa, com urgência, de uma legislação que trate de Internet, que garanta a privacidade e a segurança dos usuários, mas que contenha dispositivos que permitam ao poder público identificar os criminosos no caso de cometimento de ilícitos.

A questão da identificação dos autores de crimes na Internet é, a meu ver, um ponto fundamental. A Internet tem origem militar, e seus principais protocolos de comunicação – TCP (*Transport Control Protocol*) e IP (*Internet Protocol*) – não foram projetados levando-se em consideração a necessidade de identificação.

Entretanto, hoje, sabemos que existem meios técnicos relativamente eficientes que permitem identificar o computador de onde partiu uma determinada ação na Internet. A dificuldade reside em descobrir qual a pessoa que estava operando aquele computador no momento em que aquela conduta foi realizada, e é nesse ponto que entra a lei.

Outro ponto importante que precisa ser levado em consideração, caros colegas Deputados e Deputadas, é a questão da extraterritorialidade, também presente no tratamento dos crimes cometidos por meio da Internet, que é uma rede global que desconhece fronteiras. Alguém pode cometer um crime em vários países simultaneamente a partir de seu terminal de computador, dificultando a ação dos órgãos policiais.

A relevância desse tema, caros colegas, é evidente, e não é por outro motivo que diversos projetos de lei sobre o assunto estão em tramitação tanto nesta Casa quanto no Senado Federal, inclusive, em estágio de tramitação avançado.

Ocorre que, pela complexidade técnica e jurídica do tema, tais projetos encontram muitos obstáculos à sua progressão, em uma dinâmica que não favorece o desenvolvimento de uma legislação moderna para que o Brasil possa tratar dessas questões com a eficiência desejável.

Enfim, caros colegas, quero demonstrar minha preocupação com o tema dos crimes na Internet, motivo pelo qual apresentei o Projeto de Lei nº 587, de 2011, no qual proponho novas tipificações penais para os crimes digitais, além de procedimentos padronizados para provedores de acesso à Internet. Considero que é urgente que a Câmara dos Deputados decida, de forma célere, sobre a Internet, uma matéria de interesse de toda a população brasileira, e que ganha relevância a cada dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – A Presidência tem o prazer de anunciar que está visitando o plenário uma delegação de Parlamentares da Austrália, sob a liderança do atual Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Harry Jenkins. (*Palmas.*) A delegação nos honra com sua presença.

Recebemos o Deputada Harry Jenkins, do Partido Trabalhista – ALP, que é Presidente da Câmara dos Deputados; a Senadora Judith Troeth, do Partido Liberal; o Deputado Dick Adams, do Partido Trabalhista; o Deputado Patrick Secker, do Partido Liberal; a Senadora Ursula Stephens, do Partido Trabalhista; a Sra. Debra Biggs, assessora do Presidente; e a Sra. Jeanette Radcliffe, secretária da delegação.

Expresso minhas homenagens e as do Poder Legislativo, para que o intercâmbio entre os Parlamentos do Brasil e da Austrália se tornem cada vez melhor, para que nós possamos discutir assuntos comuns às duas grandes nações, que hoje têm um processo de desenvolvimento muito avançado e, brevemente, se Deus quiser, estarão incluídas entre as nações mais desenvolvidas do mundo.

Minhas homenagens e a certeza de que o Brasil os recebe do braços abertos, sobretudo o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para dar boas-vindas à comitiva de Parlamentares da Austrália em visita à Casa e parabenizá-los. Registro ainda que 30% da composição do Parlamento daquele País é feminina. Queiramos nós um dia atingir esse índice e mostrar nosso avanço na pluralidade de representação.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Escórcio.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho mais uma vez à tribuna, com muito orgulho, para dizer ao Brasil, em especial a esta Casa e, por que não dizer, ao Senado da República, que aqui é que se fazem as leis para serem cumpridas no País inteiro.

Quero enaltecer a atitude do nosso Presidente, que teve a coragem, a determinação de bater no peito e dizer que era culpado também, porque esta Casa deixou de legislar para que exatamente o Judiciário pudesse fazer o papel dela.

Sr. Presidente, eu me lembro de que, aqui em Brasília, eu estava à frente da televisão quando V.Exa. dizia alto e bom tom que as determinações vindas do Supremo não eram para ser questionadas; eram para ser cumpridas. Digo a V.Exa. que, se houve um erro, foi um erro desta Casa, porque não fez o seu papel. É por isso que poderiam bater no peito e dizer: “*O erro foi nosso, porque não fizemos o dever de casa*”. Estou me referindo a essa discussão, que vai acabar, se Deus quiser, no dia 27, para sobre se o mandato pertence ao partido ou à coligação.

Quero dizer, Sr. Presidente, uma coisa. O Brasil todo viu que fui à Justiça. E eu tinha, tanto pela coligação como também pelo partido, o direito de estar aqui nesta Casa. Mas a Câmara dos Deputados não determinou que eu aqui entrasse no dia 1º de janeiro, quando também tinha as duas possibilidades de ter entrado aqui, inclusive porque era do mandato passado. O papel desta Casa é que não foi feito, e eu, quando fui Senador, batia no peito, porque também tive culpa de não tê-lo feito. Mas agora o Supremo Tribunal Federal está fazendo o nosso papel. Essa reforma precisa ser feita com carinho, com determinação, para que não passemos o nosso papel à Justiça brasileira.

Felicitó V.Exa. pela coragem que teve em defender a posição do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sempre defendi a tese de que as universidades têm papel ímpar no desenvolvimento das nações. Firme defensor de um modelo de desenvolvimento que integre o interior e a Região Metropolitana, nos últimos 40 anos, não tenho medido esforços para ter a universidade como catalisadora dessa integração.

Com efeito, trabalhamos pela implantação da Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF, em Petrolina; pela implantação dos *campi* da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em Vitória de Santo Antão e Caruaru; dos *campi* avançados da Universidade de Pernambuco – UPE, em Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, Salgueiro, Palmares e Serra Talhada; e da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, em Garanhuns e Serra Talhada.

Nos últimos 4 anos, capitaneado pelo Governador Eduardo Campos e com o apoio do então Presidente Lula, Pernambuco retomou o seu perfil histórico de Leão do Norte. No último ano, o crescimento do PIB pernambucano foi de 8,4%, bem acima do crescimento do Brasil, que alcançou a marca dos 7%.

Isso é fantástico! E esse crescimento traz consigo uma necessidade imperiosa de qualificação de mão de obra, em todos os níveis, e também a necessidade do avanço e ampliação dos investimentos em pesquisa e tecnologia. A universidade tem papel fundamental na emanção desses serviços – na Capital e no interior.

Com o Complexo Industrial de Suape, a Transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina, o desenvolvimento integrado do interior e Região Metropolitana se consolida. Nesse cenário, as possibilidades de fortalecimento econômico dos Municípios, as oportunidades de geração de novos e bons empregos e as oportunidades de investimentos se multiplicam de forma exponencial. Esse novo cenário integra Pernambuco ao desenvolvimento mundial, a exemplo da primeira metade do século XIX, quando a cidade do Recife se destacava como a maior parceira comercial da Inglaterra nas Américas.

O crescimento exponencial ocorrerá nos polos de caprinovinocultura, fruticultura e no setor gesseiro

do Sertão; nos polos leiteiro, avícola e de confecções do Agreste; nos polos álcool-açucareiro e tecnológico da Zona da Mata, e nos polos industrial e de serviços da Região Metropolitana. Nesse novo Pernambuco, as necessidades de lazer e turismo serão ainda mais prementes. Novas matrizes energéticas se farão necessárias, assim como novas tecnologias em gestão e recursos humanos.

O capital tecnológico e a expertise acumulados nas universidades precisam se integrar ainda mais a esse novo Pernambuco, para garantir o desenvolvimento sustentável e duradouro que se anuncia. E faço questão de estar no campo de batalha, à frente dessa luta, continuando a desfaldar essa bandeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o escritor cearense Adirson Vasconcelos, intelectual de méritos incontáveis, integrante que é de várias entidades culturais, lançou, ontem, mais uma obra sobre o fundador dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand, que, em vida construiu um império jornalístico, representado por rádios, jornais e televisão, em arrojados empreendimentos que lhe garantiram o reconhecimento indiscrepante do povo brasileiro. Estudioso da obra do filho da Paraíba, por onde se elegeu, Senador da República, em décadas passadas, aquele sempre lembrado político e intelectual alçou-se à condição de Embaixador, passando a representar o nosso País junto ao Reino Unido, ali levando a efeito valioso trabalho de aproximação das duas Nações.

Por sua vez, o autor do livro ontem entregue ao público leitor é originário da cidade de Santana do Acaraú, em plena zona norte do meu Estado, área geográfica que tem como carro chefe uma das nossas mais importantes urbes, Sobral, considerada a Princesa do Norte, berço, aliás, do nosso ex-colega Ciro Gomes e do atual Governador cearense Cid Ferreira Gomes, bem assim do nosso colega Deputado José Linhares.

Em razão das votações procedidas na noite de ontem, não me pude fazer presente à concorrida noite de cultura, o que não me dispensa de destacar a relevância da publicação, consubstanciando dados preciosos sobre um dos mais discutidos intelectuais de sua época, idealizador do chamado *Condomínio Associado*, ao qual pertence o *Correio Braziliense* e outras empresas que circulam em algumas metrópoles brasileiras.

Com o presente registro, congratulo-me com Adirson Vasconcelos pela referenciada obra, a qual vi crescer sua alentada bibliografia.

Há expectativa de que, em data a ser ainda aprazada, o eminente coestaduano promova Noite de Au-

tógrafos, em Fortaleza, com o patrocínio de entidades como o Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras, a cujos quadros tenho a honra de pertencer há alguns anos.

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna na condição de representante do Estado da Bahia, sobretudo, de minha estimada região oeste, registrar que protocolei nesta Casa de leis requerimentos de moções de congratulação em comemoração à emancipação de três importantes Municípios do oeste baiano.

O primeiro é o Município de Luis Eduardo Magalhães, do qual tive a honra de ser o gestor em seus primeiros 8 anos de existência e que completou, no último dia 30 de março, 11 anos de emancipação política.

Os outros requerimentos são relativos aos Municípios de Correntina, que, no mesmo dia 30 de março, completou 73 anos de emancipação, e Santa Rita de Cássia, que comemorou 171 anos de emancipação no dia 26 de março.

Portanto, Sr. Presidente, eleito que fui para representar o Estado da Bahia, não poderia deixar de aqui homenagear esses importantes Municípios, que participam ativamente da economia não apenas da região oeste, mas de todo o Estado, e, para tanto, apresentei as moções mencionadas.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dimas Fabiano.

O SR. DIMAS FABIANO (PP-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje a tribuna deste Parlamento para reiterar meu apoio ao Código Florestal com as mudanças que estão sendo propostas pelo Relator da matéria, o nobre Deputado Aldo Rebelo.

Recebi em meu gabinete esta semana a visita de importantes lideranças mineiras e representantes dos Municípios de Varginha, Soledade de Minas, Cristina, entre outras cidades do meu Estado de Minas Gerais, que vieram à Capital Federal para participar da última manifestação ocorrida na terça-feira, que inclusive, Sr. Presidente, demonstrou a maturidade do setor agrícola do nosso País.

Sr. Presidente, a expectativa quanto à votação do Código Florestal na Câmara dos Deputados é grande e muito esperada por toda a sociedade brasileira. Sabemos que será necessário um esforço concentrado

por parte de todos os Parlamentares desta Casa para logarmos êxito e colocarmos esse projeto em votação.

Temos de ouvir, Sr. Presidente, o clamor dos produtores rurais e apelarmos para que a Câmara de negociação criada com o objetivo de proporcionar um consenso justo entre ruralistas e ambientalistas consiga agilizar os seus trabalhos.

Acredito que a grande mobilização que está ocorrendo nesta Casa por um grande número de Deputados, que inclusive já declararam apoio ao substitutivo do nobre colega Aldo Rebelo, está sendo positiva. Dessa forma, entendo que estamos contribuindo para a aprovação da matéria pelo Congresso Nacional.

Para finalizar Sr. Presidente, reforço meu pedido de prioridade para votação do Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, que institui o novo Código Florestal.

Muito obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje logo pela manhã fomos surpreendidos com a veiculação de notícias sobre fatos chocantes ocorridos na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Às 8h30min, um jovem de 24 anos entrou no local dizendo que daria uma palestra e, uma vez lá dentro, passou a atirar contra os alunos que se encontravam nas salas de aula.

Até o momento estão confirmados 11 mortos e 18 feridos. Estamos falando de crianças e jovens entre 9 a 14 anos. O autor do massacre levou um tiro ao reagir contra o policial militar que chegou ao local e acabou cometendo suicídio. Não temos como analisar as causas da tragédia senão como fruto de um comportamento anormal e violento.

Estamos todos em choque, verdadeiramente perplexos com tamanha violência contra crianças e jovens indefesos. Mesmo sob o impacto da tragédia, como mãe e representante do Estado do Rio de Janeiro, não poderia deixar de me manifestar e registrar minha solidariedade aos familiares das vítimas, aos professores e funcionários da escola.

A ação dos Poderes Públicos Estadual e Municipal foi imediata e deve ser mantida para que as famílias, traumatizadas com o ocorrido, encontrem a firmeza e o apoio do Estado nas ações de assistência e nas políticas de segurança.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 7 de Abril, além de ser o Dia Mundial da Saúde, tema do meu pronunciamento de ontem, comemora-se também o Dia do Jornalista. Há mais

de 80 mil jornalistas em todo o País, conforme dados de 2009 do Ministério do Trabalho.

São profissionais cuja atividade é fundamental para a construção da democracia e da cidadania. Os jornalistas ajudam a produzir as diferentes interpretações da realidade, a legitimar ou questionar as relações de poder, a estimular ou a desestimular manifestações coletivas.

Os jornalistas cumprem uma relevante função social. Por isso, cabe hoje, mais uma vez, nossa crítica a uma decisão equivocada tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Em junho de 2009, o STF derrubou a exigência de formação superior específica em jornalismo para o exercício profissional.

A decisão do Supremo favoreceu apenas os empresários do setor, mas fragilizou tanto a categoria profissional dos jornalistas quanto a sociedade brasileira, principal interessada numa mídia plural e de qualidade.

A população tem o direito de receber informações apuradas por profissionais com formação apropriada. Dizer que o diploma ameaça a liberdade de expressão é uma falácia. Ou então a exigência do diploma do curso de Direito para o exercício da advocacia por acaso fere o direito à ampla defesa e o acesso à Justiça?

O diploma de jornalismo nunca foi obstáculo à liberdade de expressão ou à liberdade de imprensa. Obstáculo é, na verdade, o monopólio, a concentração da propriedade dos meios nas mãos de poucos grupos ou famílias. Obstáculo é a censura das empresas de comunicação, que chegam ao cúmulo de demitir jornalistas que cometem o “crime”, entre aspas, de emitir sua própria opinião no Twitter. Que liberdade é essa a defendida pela velha mídia?

Reitero todo o meu apoio às Propostas de Emenda à Constituição nº 386, de 2009, da Câmara, e nº 33, de 2009, do Senado, que restituem a exigência da formação para o exercício de jornalismo.

Registro ainda que os jornalistas do Paraná, há 14 anos sem aumento real, estão há 6 meses em campanha salarial. E os donos de jornais, rádios e TVs do Paraná não querem dar um centavo além da inflação.

É inadmissível que o piso de uma categoria fique à margem do crescimento econômico do País, enquanto quase todas as demais categorias conquistam sucessivos aumentos reais de salário.

Todo o nosso apoio às lutas dos jornalistas do Brasil.

A SRA. KEIKO OTA (Bloco/PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar nos Anais desta Casa meu voto de pesar pelo passamento das vítimas do ataque à Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na Zona Oeste do Rio, nesta quinta-feira.

Segundo informações, onze crianças morreram e 13 ficaram feridas. As crianças tinham idades entre 12 e 14 anos.

Conhecido na escola por ser ex-aluno, sob a alegação de que iria fazer uma palestra, Wellington Menezes de Oliveira usou dois revólveres, que chegou a recarregar várias vezes, efetuando uma série de disparos contra os estudantes.

É inaceitável a atitude desse cidadão que, por motivos diversos, destruiu muitos sonhos, esperanças e, sobretudo, colocou mais uma vez a segurança pública em pauta. É extremamente necessária a atenção de nosso País à segurança escolar diante dessa tragédia.

Eu, em nome da minha família, por meio deste discurso, venho expor todo nosso sentimento pelas perdas recentes dessas crianças inocentes.

Sinto-me desolada diante do fato ocorrido e revoltada, principalmente porque, antes de Deputada Federal, sou mãe.

Que Deus ilumine e console essas famílias, que necessitam de todo apoio no momento, prioritariamente do Estado do Rio de Janeiro.

O Brasil encontra-se de luto diante dessa tragédia. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. AUREO (Bloco/PRTB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País está de luto em solidariedade ao triste fato ocorrido na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na cidade do Rio de Janeiro. Ainda não conseguimos entender como um jovem de 23 anos entra em uma escola com o único objetivo de tirar vidas de crianças inocentes.

Certamente é o retrato fiel do que vive nossa juventude, sem perspectiva, sem esperança, com motivações erradas, submissa ao tráfico, às drogas lícitas e ilícitas e sujeita a todo o tipo de informação e valores equivocados.

Assistimos a mais importante instituição social se dissolver. Sr. Presidente, a família está vivendo uma crise profunda. Um ataque como esse, porém, nunca havia ocorrido em nosso País. Logo depois da tragédia, os canais de televisão exibiram debates de especialistas sobre como e o quanto eventos iguais ocorridos em outros países podem ou não influenciar jovens brasileiros. Nesse ponto, Sr. Presidente, quero deixar claro que não estamos contra a globalização da informação ou a importância dela. Apenas queremos trazer uma reflexão para esta Casa.

Se atitudes negativas podem influenciar e não temos como evitar que cheguem pelos meios de comunicação, não deveríamos estimular programas nesses mesmos meios de comunicação que demonstrem atitudes positivas? E, se não podemos regular a pro-

gramação das TVs, rádios e dos jornais da iniciativa privada, não devemos estimular que uma emissora de TV estatal dissemine boas programações e informações de atitudes positivas?

Com certeza é o desejo do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC elevar cada vez mais o nível de propostas de programa aos telespectadores de nosso País.

Sr. Presidente, em consonância com o que certamente é o foco do douto Conselho, venho pedir que revejam a determinação de não exibir programas religiosos.

Segundo informações da imprensa, a suspensão tem como objetivo garantir a diversidade religiosa em seus canais. Mas como assegurar a diversidade se a EBC quer proibir a exibição desses programas?

Qual será o mal da disseminação da palavra de Deus em canais estatais em um país laico. Qual será o dano em levarmos valores cristãos aos brasileiros? E quero novamente chamar a atenção para o fato de que não estamos fazendo apologia de uma religião. Muito pelo contrário. Estamos defendendo que qualquer religião tem o direito de divulgar seus dogmas.

Sr. Presidente, nosso País é laico e é justamente esse laicismo que queremos proteger, juntamente com a liberdade de expressão e profissão da fé. O art. 5º de nossa Carta Magna garante que “*todos são iguais perante a lei*”.

No § 6º do mesmo artigo está expresso que “*é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas litúrgias*”.

Sr. Presidente, o direito de quem quer assistir cultos em seus lares deve ser assegurado. A discriminação está partindo do próprio Poder Público e é dever desta Casa resguardar os princípios da livre profissão da fé, seja ela qual for.

Aproveito para solicitar aos representantes do Congresso Nacional no Conselho Curador que nos ajudem a manter o *status quo* e aos demais membros que revejam essa posição tão radical.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o ilustre Deputado André Zacharow, do PMDB do Paraná. S.Exa. dispõe de 25 até minutos na tribuna.

Antes, porém, do pronunciamento de S.Exa., informo que, por motivo superior, vou ter de me retirar do plenário – vou fazer os necessários exercícios fisioterápicos. Por isso, passarei a presidência dos trabalhos ao ilustre Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Deputado integrante da Frente Parlamentar da Saúde, da Frente Parlamentar em apoio às Santas Casas de misericórdia, Hospitais e entidades Filantrópicas, da Comissão de Seguridade Social e Família, militante há cerca de 30 anos em apoio a instituições filantrópicas na área da saúde, em especial a Sociedade Evangélica de Curitiba, mantenedora do Hospital Evangélico e da Faculdade Evangélica do Pará, assistindo a toda a rede filantrópica do Estado e lutando por esse segmento que tanto faz pela saúde do nosso País, não poderia, nesta oportunidade, deixar de me pronunciar sobre o tema da saúde.

Hoje é um dia muito importante para nós. É o dia em que no Brasil inteiro os médicos mostram a cara, saem de jaleco pelas ruas para pedir reconhecimento, dignidade no trabalho e melhor remuneração. Associamo-nos a esse segmento e aos demais que militam na área da saúde no Brasil. Precisamos fazer valer o princípio constitucional de que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemora-se na data de hoje o Dia Mundial da Saúde, instituído em 7 de abril de 1948 pela Organização Mundial da Saúde. Fundamenta-se no direito de todo ser humano à assistência à saúde e na obrigação do Governo de promover o serviço de saúde.

O Sistema Único de Saúde – SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do País.

Amparado por um conceito ampliado de saúde, o SUS foi criado, em 1988, pela Constituição Federal Brasileira para ser o sistema de saúde dos mais de 190 milhões de brasileiros. Além de oferecer consultas, exames e internações, o sistema também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção e de vigilância sanitária, como fiscalização de alimentos e registro de medicamentos, atingindo, assim, a vida de cada um dos brasileiros.

Antes da criação do SUS, que completou 20 anos em 2008, a saúde não era considerada direito social. O modelo de saúde adotado até então dividia os brasileiros em três categorias: os que podiam pagar por serviços de saúde privados; os que tinham direito à saúde pública por serem segurados pela previdência social – trabalhadores com carteira assinada; e os que não possuíam direito algum. Assim, o SUS foi criado para oferecer atendimento igualitário e promover a saúde de toda a população. O sistema constitui um projeto social único que se materializa por meio de

ações de promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros.

O Sistema Único de Saúde, criado com a missão de universalizar o atendimento, cumprindo o preceito constitucional segundo o qual a saúde é direito de todos e dever do Estado, chegou ao seu limite, e corre o risco de entrar em colapso.

O resultado disso se reflete nas filas nos hospitais e postos de saúde, na demora por atendimento, na perda de qualidade do serviço e nas caravanas de pacientes que são obrigados a percorrer longos trajetos, vindos de regiões interioranas, em direção aos grandes centros urbanos em busca de tratamento médico especializado.

A demora no atendimento é conseqüência da falta de médicos e de outros profissionais de saúde, que são mal remunerados e obrigados a trabalhar em condições precárias.

Os hospitais, em especial os filantrópicos, convivem diariamente com a falta de recursos para o custeio do atendimento por conta da defasagem da tabela do SUS, o que resulta em sucateamento e endividamento crônico.

Muitos hospitais têm se descredenciado do SUS ao longo dos últimos anos, uma vez que a remuneração não cobre sequer os custos dos procedimentos, que são crescentes.

O mesmo ocorre com os médicos e demais profissionais, que têm deixado de atender ao SUS por não conseguirem obter remuneração minimamente digna pelo seu trabalho.

Essa situação provoca uma concentração ainda maior do sistema nos grandes centros urbanos do País, para onde ocorrem as populações desassistidas das pequenas cidades.

Dados do Conselho Regional de Medicina do Paraná mostram, por exemplo, que em 89 cidades paranaenses – o que representa uma em cada cinco do Estado – não há sequer médico residente.

Moram nessas localidades 442 mil pessoas, que precisam recorrer ao atendimento em outros Municípios em caso de emergências, quando a unidade de saúde está fechada. Esse mesmo quadro se repete em todo o País.

O fato é que o SUS é um dos poucos sistemas de universalização do atendimento em saúde do mundo, mas até hoje sofre com a falta de regulamentação do financiamento.

O SUS é o sistema público de saúde que mais faz hemodiálises e transplantes no mundo e gasta apenas 660 reais *per capita*, dos quais a União contribui com 304 reais, e o restante é despendido por Estados e Municípios. Inglaterra e Canadá gastam seis vezes mais.

Dados da Fundação Oswaldo Cruz apontam que o Brasil gasta apenas 3,4% do Produto Interno Bruto com saúde, muito abaixo do minimamente recomendado pela Organização Mundial da Saúde.

A participação pública nos gastos com o sistema brasileiro de saúde é só de 44%. Os outros 56% são pagos pelas famílias ou cobertos por planos privados.

Relatório da Organização Mundial da Saúde divulgado em 2010 apontou que o Estado brasileiro aplicou apenas 5,4% dos seus recursos no setor, ocupando a vergonhosa 169ª posição entre 198 nações. Perdeu feio para a Argentina, que está em 54º lugar.

Das mais de 11 milhões de internações hospitalares realizadas no Brasil em 2009 pelo SUS, mais de 5 milhões foram atendidas por entidades filantrópicas sem fins lucrativos ou organizações sociais.

O custo dos serviços prestados ao SUS nesse mesmo ano foi de 12,3 bilhões de reais, contra uma receita de apenas 7,9 bilhões de reais, o que resultou em um déficit de 4,4 bilhões de reais.

Na prática, isso significa que o setor filantrópico acabou, portanto, financiando 35% dos gastos do SUS com internação hospitalar.

Trata-se de uma conta que não fecha, e que ameaça provocar a quebra generalizada dessas instituições, responsáveis por atender a maior parte dos pacientes do SUS, de vez que o setor público não é capaz de fazê-lo sozinho.

O resultado é o crescimento vertiginoso do endividamento desses hospitais e entidades, que saltou de 1,8 bilhão de reais no final de 2003 para os atuais 5,9 bilhões de reais.

O endividamento crescente e a progressiva descapitalização se reflete diretamente no fechamento e no descredenciamento de hospitais e na diminuição dos leitos disponíveis para o SUS.

E quem paga por isso é a população carente, que precisa de atendimento mas não tem condições de bancar serviços privados ou plano de saúde.

Isso inclui os cerca de 30 milhões de brasileiros que ascenderam à chamada nova classe média, mas que igualmente apelam ao SUS quando precisam de atendimento médico.

Em razão do endividamento e da falta de crédito, os hospitais acabam sendo obrigados a atrasar o pagamento de funcionários e fornecedores, o que prejudica ainda mais a qualidade do serviço, provocando também maior demora no atendimento.

Médicos, enfermeiros e profissionais de saúde acumulam vários empregos para melhorar sua renda, diante da baixa remuneração.

Faltam especialistas, e uma consulta muitas vezes demora meses para ser conseguida.

Outro problema cada vez mais grave é a dificuldade que os médicos formados pelas escolas brasileiras têm em obter a residência médica e fazer a especialização.

Apenas 35% dos médicos formados hoje no País conseguem a residência médica, por falta justamente de hospitais credenciados com cursos e vagas para receber esse contingente.

A prova disso é a proliferação de cursinhos para preparação de quem disputa uma vaga em residência médica no Brasil.

Continuamos convivendo com a concentração excessiva de profissionais nos grandes centros, e a carência de especialistas, o que afeta até iniciativas como o programa da Saúde da Família, que não consegue contratar profissionais para atender a população em regiões mais afastadas.

Todo esse cenário é extremamente grave e afeta diariamente a vida de milhões de brasileiros.

A situação é tão grave que já atinge até o setor privado, no qual os médicos que atendem aos planos de saúde se viram obrigados a promover uma mobilização para reivindicar melhoria da remuneração e das condições de trabalho.

Por isso, neste momento em que comemoramos o Dia Mundial da Saúde, ocupamos a tribuna desta Casa para fazer um apelo para que todos – Governos, Parlamento, setor público e privado, entidades filantrópicas e organizações sociais, bem como a sociedade civil brasileira – nos unamos em um esforço nacional para buscar, com urgência, soluções concretas e duradouras para os problemas da Saúde no Brasil.

Não podemos mais adiar o enfrentamento desse desafio, sob pena de sofrermos um retrocesso e colocarmos por terra os avanços conquistados com tanta dificuldade até aqui.

O SUS representa a materialização do sonho de milhões de brasileiros de que o nosso País pudesse oferecer atendimento digno em saúde para todos.

Mas, como bem disse a própria presidenta Dilma Rousseff, trata-se de uma construção inacabada, já que nunca se resolveu adequadamente a questão do financiamento do sistema.

É responsabilidade de todos nós buscar soluções para que o País possa efetivamente dar uma atenção maior para a saúde, tanto quanto a existente hoje para a economia ou o mercado financeiro.

Afinal, sem saúde não há trabalho, nem geração de renda, muito menos crescimento econômico.

O grande problema não é construir hospitais, clínicas, postos de saúde, mas sim mantê-los.

É preciso criar centros de especialidades médicas nas pequenas cidades, investir no serviço de urgência

e emergência e ampliar o número de UTIs, hoje concentradas nos grandes centros.

Para isso é preciso também instalar centros regionais de especialidades, que dariam apoio para a realização de diagnósticos, exames, biópsias e uma série de outras análises que hoje precisam ser encaminhadas para cidades maiores, o que gera perda de tempo no tratamento.

É necessário ampliar os recursos para a prevenção de doenças, bem como intensificar as campanhas de vacinação, **check-ups** e políticas de saúde do trabalhador, tornando-as contínuas.

Fundamentalmente, é preciso, de uma vez por todas, colocar a saúde como prioridade, não no discurso, nem em *slogans* de campanha, mas na prática do dia a dia, não só da administração pública, mas da própria sociedade.

Pois sem o comprometimento de todos os setores envolvidos não será possível vencer esse desafio, que hoje é um problema no mundo todo – vide a dificuldade que o Presidente dos Estados Unidos, a nação mais rica do planeta, está tendo para reformular o sistema de saúde de seu país.

No caso do Brasil, o primeiro passo a se enfrentar é, sem dúvida, a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que aguarda decisão do Congresso.

Aprovada há 10 anos, a Emenda prevê mais recursos para a Saúde, fixando os percentuais que devem ser investidos anualmente pela União, Estados e Municípios na saúde pública.

Ela estabelece como patamar de investimento obrigatório 10% da arrecadação de impostos pela União, 12% para os Estados e 15% para os Municípios.

Além disso, regulamenta os investimentos voltados à Saúde, acabando com artifícios e manobras utilizadas por praticamente todos os entes federados hoje, que incluem na conta da Saúde despesas estranhas ao setor, como saneamento, meio ambiente, aposentadorias de servidores, entre muitas outras, desvirtuando o propósito do mandamento constitucional.

Somente com a regulamentação da Emenda 29, estima-se que teríamos mais 20 bilhões de reais ao ano para a Saúde no Brasil, recursos que efetivamente contribuiriam para tirar o setor do estado de penúria e pré-falência em que se encontra.

Apenas no Paraná, por exemplo, avalia-se que se o dinheiro gasto com ações não exclusivas da área for redirecionado, o orçamento da Saúde terá o acréscimo de 1 bilhão de reais.

O mesmo ocorre em outros Estados e em grande parte dos Municípios.

Além disso, é preciso dar mais apoio às instituições filantrópicas, que hoje atuam como verdadeiros

“braços” do poder público, atendendo à maior parte dos pacientes do SUS em todo o País.

Temos visto nos últimos anos o Governo brasileiro contemplar uma série de setores da economia com benefícios fiscais e desoneração tributária, como as montadoras de automóveis e fábricas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, para citar só alguns.

As doações feitas aos partidos, aos candidatos, nas campanhas eleitorais, podem ser abatidas do Imposto de Renda. Mas não o podem as doações às instituições de caridade, que hoje carregam nas costas o Sistema Único de Saúde.

Por que não criar incentivos fiscais para que pessoas físicas e jurídicas possam ajudar a financiar a saúde, investindo em hospitais filantrópicos e projetos de melhoria da assistência médico-hospitalar, nos moldes do que já acontece, por exemplo, na área da cultura e da educação?

Temos cerca de 2.000 unidades de prestação de serviços médico-hospitalares assistenciais, filantrópicos no Brasil. Por que não oferecer a essas instituições compensações tributárias e fiscais pelos investimentos realizados na melhoria do sistema?

Não podemos mais continuar assistindo inertes ao contínuo agravamento da crise já crônica que se abate sobre os hospitais filantrópicos, que em grande parte do território brasileiro, são por vezes o único socorro disponível para a população no caso de atendimento médico-hospitalar.

Pois essa crise desativou nada menos do que 2.500 leitos e atinge principalmente instituições de pequeno porte, no interior do País.

Metade dos estabelecimentos fica em cidades de até 30 mil habitantes, onde são a única opção de atendimento.

Segundo informações da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), para cada 100 reais gastos pelos hospitais filantrópicos no atendimento de pacientes do SUS eles recebem, em média, somente 65 reais.

Além disso, desde 1999 não há reajuste linear da tabela do SUS, mas somente aumentos em grupos de procedimentos, sendo que a massa dos atendimentos é de média complexidade, com valores absolutamente defasados.

Não há como fugir do fato de que é aí que está a raiz da maior parte dos problemas do sistema.

Há, sim, avanços que podem ser feitos na gestão, como, por exemplo, a criação de um sistema de prontuário centralizado e unificado de pacientes do SUS, que reduziria os custos com exames desnecessários e feitos em duplicidade.

Entretanto, é inescapável a realidade de que nem com todos os avanços possíveis na gestão será possível oferecer aos brasileiros o atendimento em saúde de que eles necessitam e que eles querem sem aumentar os recursos para o setor.

É uma questão matemática, financeira, administrativa, política, mas principalmente, humana. Pois é de vidas humanas que estamos tratando quando discutimos os rumos da Saúde no Brasil.

Na condição de voluntário, profissional e Parlamentar que atua na defesa da melhoria da saúde pública brasileira há mais de duas décadas, sinto-me pronto para colocar este novo mandato a serviço dessa missão.

Tenho convicção de que todos nós brasileiros ansiamos por isso, e acredito fielmente em que está Casa, todos os Parlamentares que aqui estão hoje e conhecem de perto a realidade da saúde pública de seus Estados e Municípios terão a sensibilidade de se engajar nessa luta. Para que, finalmente, a Saúde tenha a atenção que merece, e a população brasileira possa se orgulhar de que o País efetivamente cumpriu o desejo expresso por sua Constituição de tornar realidade o atendimento digno em saúde como um dever do Estado e um direito de todos.

Ouçó, com muito prazer, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Onofre Santo Agostini – Deputado André Zacharow, é a segunda vez que ouço V.Exa. falar sobre saúde no Brasil. Até perguntei para a colega se V.Exa. era médico.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW – Não sou.

O Sr. Onofre Santo Agostini – Tenho observado a preocupação de V.Exa. com a saúde do povo brasileiro. Eu sou de Santa Catarina, perto do seu Estado, e comungo do pensamento do ilustre Parlamentar. Acho que a solução para os graves problemas da Saúde no Brasil está na regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. É claro, V.Exa. disse bem, o Governo está fazendo a sua parte, mas deixando uma parte muito importante para Estados e Municípios, porque não está colocando a sua parte na Saúde. Já cumprimentamos o Ministro da Saúde pelo programa Farmácia Popular, que está doando remédio para o diabético, para quem tem pressão alta. Pedimos, inclusive, que também seja distribuído remédio para quem tem problema de tireóide. Mas V.Exa. disse muito bem, o Município não aguenta mais o peso da Saúde. O Estado, da mesma forma. Portanto, não é preciso recriar CPMF, nada mais. Se a Emenda nº 29 estiver sendo aplicada, V.Exa. pode ter certeza de que o Brasil estará bem quanto à saúde. O Deputado Amauri há pouco tempo ocupou a tribuna para defender o SUS. Realmente o SUS é um grande

plano, só que está falhando por falta de investimento, não só do Governo Federal, mas também dos Estados e dos Municípios. É preciso o Governo Federal fazer a sua parte. Mais uma vez, Deputado, parabênizo V.Exa. por se preocupar com fundamental setor para a vida do ser humano.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW – Muito obrigado.

Ouçó, com prazer, a Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira – Quero parabenizá-lo, Deputado André Zacharow, pelo pronunciamento e testemunhar o seu trabalho junto ao Hospital Evangélico de Curitiba, um grande hospital, referência para o Sistema Único de Saúde e essencial para a prestação de serviço na Capital do Estado do Paraná. Desejo me somar ao seu pronunciamento e fazer minhas as suas palavras. Muitas vezes somos procurados no Paraná – V.Exa. sabe disso – por dirigentes de instituições hospitalares que nos perguntam: *“Deputado André, Deputada Rosane, nós não temos mais capacidade de endividamento, não damos mais conta de prestar serviço”*. Por isso, temos de nos unir e brigar pela regulamentação da Emenda nº 29; temos de buscar eficaz fonte de financiamento para o SUS, que, sem dúvida, é um grande sistema de saúde.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW – Muito obrigado.

Continuaremos sempre nessa luta – sei que V.Exa. e o companheiro de Santa Catarina também estão nessa luta –, pois é assim, unidos, de mãos dadas, que resolveremos um dos problemas mais sérios que hoje enfrentamos no País.

O Sr. Francisco Escórcio – Deputado André Zacharow, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. ANDRÉ ZACHAROW – Sim, Deputado.

O Sr. Francisco Escórcio – Estava ouvindo atentamente o seu pronunciamento de V.Exa., que tem sido muito zeloso com a saúde pública do País. O Ministro Padilha foi meu colega na época em que ocupei o cargo de Assessor Especial da Presidência da República. Por isso eu o conheço muito, sei do seu zelo com a Saúde e sei que fará importante trabalho nessa área. Deputado, parabéns pelo belo pronunciamento que faz na tarde de hoje.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW – Para encerrar, manifesto a grande esperança que depositamos na gestão do Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, para que as palavras da Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de posse se tornem realidade para o povo brasileiro:

“Queridas brasileiras e queridos brasileiros, consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo. Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

Quero ser a Presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo. O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar a força do Governo Federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do País será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema”.

Quero ser a Presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo.”

Vou repetir suas palavra porque são muito bonitas: *“Quero ser a Presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo”*. Que seu ideal não fique só nas palavras.

Que Deus a abençoe, Presidenta Dilma, para que este sonho se realize.

O Sr. João Arruda – Nobre Deputado André Zacharow, quero cumprimentá-lo pelo grande trabalho que tem feito em prol da Saúde no nosso Estado. Faço, portanto, minhas as palavras de V.Exa. relativas à defesa do SUS, um sistema de saúde extremamente importante para o povo brasileiro. A nossa perspectiva é a de termos um sistema melhor a cada dia. Parabéns a V.Exa.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW – Agradeço ao nobre Deputado João Arruda pelo aparte e a todos os que me apartearam e enriqueceram meu pronunciamento.

Que Deus nos abençoe.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Agradeço ao Deputado André Zacharow por ter cumprido o tempo.

S.Exa. fez um discurso mais do que apropriado em defesa do SUS neste dia em que se comemora o Dia Mundial da Saúde.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no Programa *A Voz do Brasil*, no *Jornal da Câmara* e em todos os demais meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje a tribuna para mostrar a minha indignação com as declarações feitas ontem pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

No último final de semana, a Polícia Federal, um órgão do Governo vinculado ao Ministério da Justiça, após 6 anos de investigações, divulgou relatório que veio comprovar o que já era de conhecimento de todos, já havia sido atestado pela CPI dos Correios e evidenciado pela Procuradoria-Geral da República. Essa investigação transcorreu exatamente no período em que Lula chefiou o País, e é claro que o Governo da Presidenta Dilma começou em janeiro deste ano; daí por que sequer se pode afirmar que foi uma revanche da Presidenta contra o ex-Presidente. Não.

Ora, qual foi a declaração que Lula deu ontem, quando indagado pela imprensa sobre o que achava do relatório da Polícia Federal? Ele diminuiu o documento, tratou com escárnio o documento, e disse: *“Não, isso deve ser julgado pelo Supremo lá por 2050”*. No ano 2050!

O que notamos na declaração do ex-Presidente Lula? Três coisas.

A primeira: desrespeito à Polícia Federal. Ao invés de reagir com cerimônia, com equilíbrio e com respeito ao trabalho feito pela Polícia Federal, o Presidente Lula reage com deboche, numa tentativa de diminuir o trabalho feito pela PF.

A segunda coisa que evidenciamos: desrespeito ao Supremo Tribunal Federal do Brasil. E por que desrespeito ao Supremo? Porque incutidas nas palavras do Presidente estão as opiniões de quem acha que o Supremo não vai cumprir com o seu papel e com o seu dever, o de concluir o processo do Mensalão e, ao final, determinar os responsáveis e impor pena a esses mesmos responsáveis.

A terceira coisa que observamos nas palavras do ex-Presidente Lula é, para mim, a mais grave. Se já considero um absurdo essa postura ofensiva diante do trabalho da Polícia Federal, se já considero descabido esse sentimento de confronto e até uma expressão de descrédito ao trabalho do Supremo Tribunal Federal, o

mais grave para mim está num aspecto que quero ressaltar, exatamente a postura de um ex-Presidente da República, que deveria ter uma posição de estadista, que deveria deixar o espírito público nortear as suas ações, mas que, ao contrário, aposta na impunidade.

Se uma coisa aflige o cidadão brasileiro, se uma coisa faz crescer no coração dos brasileiros a desconfiança no poder público, o descrédito nas instituições públicas, é exatamente a impunidade. O cidadão comum tem o sentimento de que no Brasil só vai para a cadeia, de que no Brasil só é responsabilizado o ladrão pobre, aquele que cometeu delitos e não tem como se defender e como se proteger. Esse vai para a cadeia, esse responde perante a Justiça. Já os poderosos, com ou sem cargo público, não, porque recorrem a bons advogados, protegem-se por meio de um processo penal brasileiro que, infelizmente, contribui para a morosidade. Ao fim e ao cabo de tudo isso, os anos se passam e esses poderosos não são punidos.

A declaração do ex-Presidente Lula, de que, quem sabe, em 2050 o Mensalão vai ser julgado pelo Supremo, traz de forma negativa a opinião de um ex-Presidente da República de que a impunidade prevalece neste País.

Até entendo a reação do ex-Presidente Lula. Afinal de contas, quando entregou o Governo à sua sucessora, no dia 1º de janeiro deste ano, ele saiu dizendo que iria desmontar a farsa do Mensalão. Ele estava disposto a percorrer este País para desmontar a farsa, palavra dele, do Mensalão.

É claro que, na medida em que a Polícia Federal faz um relatório consistente e contundente, mostrando que houve desvio de dinheiro público no Governo Lula, que o que abasteceu o Mensalão foi dinheiro público, o dinheiro sangrado das empresas públicas e do Governo Federal, na medida em que a Polícia Federal mostra que o Sr. Freud Godoy...

E quem era Freud Godoy? Eu já disse aqui na terça-feira e vou repetir hoje: assessor pessoal de Lula, segurança pessoal de Lula, responsável pela segurança do então candidato a presidente em 2002.

Ora, o Sr. Freud Godoy, que tinha a receber recursos do PT, da campanha de 2002, quando coordenou a segurança de Lula, para receber os recursos fez o quê? Foi ao PT cobrar. E o que o PT mandou o Sr. Freud Godoy fazer? *“Vá à SMP&B e busque os recursos.”*

Essa empresa, de propriedade do Sr. Marcos Valério, o grande mentor da operação do Mensalão, recebeu dinheiro público, dinheiro sujo, dinheiro fruto de corrupção, dinheiro desviado, e pagou o segurança do Presidente Lula.

Tudo isso está declarado e comprovado no relatório da Polícia Federal.

Claro, diante de provas tão evidentes e incontestáveis, não havia mais como o ex-Presidente da República desmontar, palavra dele, a farsa do Mensalão. Veio, então, essa reação de ontem, estampada hoje nos principais veículos de comunicação do País.

Quero pedir a esta Casa que fique atenta, porque nós, políticos, é que pagamos um preço alto, elevado, por esse sentimento de impunidade. Somos as maiores vítimas de um julgamento justo que é feito pela sociedade e que atribui, às vezes indevidamente, responsabilidades à classe política, exatamente porque neste País perguntas ficam sem resposta e poderosos que deveriam ter a penalidade dura da letra da lei passam impunes.

Daí por que deixo aqui o meu protesto, o meu registro de não aceitação, o meu registro de perplexidade diante de declarações infelizes, descabidas, inoportunas e ruins para o País, porque confrontam e questionam a Polícia Federal, confrontam e questionam o Supremo Tribunal Federal, mas, sobretudo, confrontam e questionam a sociedade brasileira nos seus valores mais profundos. Afinal de contas, a impunidade não pode prevalecer no nosso Brasil, não pode grassar no nosso País.

Confio no Ministério Público e no Supremo Tribunal Federal, para que o Mensalão chegue ao fim, com seus responsáveis punidos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra o Deputado Salvador Zimbaldi, pelo PDT de São Paulo, por 25 minutos.

O SR. SALVADOR ZIMBALDI (PDT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é a primeira vez que ocupo a tribuna no Grande Expediente neste mandato. Quero dizer da minha alegria em estar nesta Casa, representando o povo do meu Estado de São Paulo. Estive aqui por três mandatos, fiquei um fora e volto neste mandato.

Sr. Presidente, antes de abordar os assuntos que me levam a fazer este pronunciamento no Grande Expediente – vou tratar de alguns temas, não tenho um específico –, quero lamentar, de maneira veemente, o trágico ocorrido no Rio de Janeiro na manhã de hoje: o assassinato de crianças indefesas por um maníaco. Não sabemos o que o levou a cometer tal brutalidade contra crianças que não tinham sequer condição de se proteger.

Infelizmente, é mais uma tragédia que marca o País; e que chocou não só os governantes, mas toda a população brasileira. Todos ficamos realmente constrangidos e consternados, principalmente com as famílias que mandam seus filhos para a escola e, la-

mentavelmente, numa situação como aquela, acabam vendo-os assassinados.

Neste momento, nós nos solidarizamos com essas famílias, que passam por uma dor muito grande, e as abraçamos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos comemorando hoje o Dia Mundial da Saúde. O Deputado André Zacharow, no Grande Expediente, falou brilhantemente das entidades filantrópicas, das Santas Casas, da situação por que passa a saúde no Brasil, das dificuldades existentes. E nós queremos fazer uma homenagem às entidades filantrópicas, a todos os profissionais da saúde e, principalmente, à vida.

Para tanto, protocolamos no dia de hoje o requerimento de registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto, cujo objetivo principal, entre outros, é proteger a vida desde o momento da concepção.

Entendemos que a mulher tem o direito a decidir sobre o seu corpo, mas não sobre o do ser que está sendo gerado dentro dela. Este é o nosso posicionamento.

Não vamos mudar nossa maneira de pensar em hipótese alguma, porque temos certeza de que aquele ser indefeso também precisa de proteção. Quando vemos crianças sendo assassinadas, como as que foram massacradas na manhã de hoje no Rio de Janeiro, todos ficamos consternados. Porém, quantas crianças são ainda assassinadas dentro do útero de suas mães, ou seja, sem a menor possibilidade ao menos de se defenderem ou de se protegerem? É por essas crianças que estamos criando essa Frente Parlamentar. Às vezes, as pessoas dizem: “O Deputado Zimbaldi leva apenas essa situação por uma questão religiosa”. Não é apenas por uma questão religiosa; é também por temência a Deus, mas, muito mais do que isso, é por pensar na vida, é por proteger a vida ou saber que a vida começa desde o início do encontro dos gametas. Ou seja, o aborto é sempre aborto. Não adianta dizer que o aborto é legal ou é terapêutico. O aborto sempre vai deixar uma seqüela, inclusive e principalmente na mãe, porque ela vai carregar dentro de si, durante todo o resto de sua vida, aquela situação. Ou seja, aquela mãe vai ficar sempre pensando e sonhando com aquela criança, a quem não se deu a oportunidade de viver.

A criança que está sendo gerada não é simplesmente uma unha que se possa cortar, um cabelo que se possa fazer. Muito pelo contrário. Não é algo que se possa expelir ou jogar fora. São duas vidas: uma é a da mãe; a outra é a da criança. Portanto, ambas devem ser respeitadas.

A mãe, a mulher, tem, sim, direito sobre seu corpo; mas ao ser que está sendo gerado dentro dela ela

não tem esse direito, porque aquela já é uma outra vida, que não lhe pertence.

Essa Frente Parlamentar, composta por mais de 200 Parlamentares, entre Deputados e Senadores, pois se trata de uma Comissão Mista, é suprapartidária, é suprarreligiosa. Procuramos gerar uma unidade, porque sabemos que o reino dividido não subsiste. Então, procuramos gerar uma unidade para que pudéssemos ter uma ação objetiva, no âmbito da Comissão e dessa Frente Parlamentar. Ela é uma Frente Parlamentar suprapartidária, de âmbito nacional, que tem como objetivo mobilizar a opinião pública brasileira contra a legalização do aborto e quaisquer outras formas de atentado à vida.

Segundo ponto: atuar junto a Deputados e Senadores, conscientizando-os a cerrar fileiras para impedir a aprovação de projetos de lei que abram brechas na legislação para permitir a ampliação da prática do aborto em casos específicos.

Terceiro ponto: estimular a implementação de políticas públicas de atenção à gestação e à maternidade no âmbito do SUS e da Assistência Social. Neste momento, deveríamos fazer uma reflexão sobre o papel da paternidade e da maternidade responsável.

Uma vez, uma Deputada, que hoje é Senadora, disse-me: *“O senhor nunca engravidou. Por isso é contra a legalização do aborto”*. Respondi: *“Não. Muito pelo contrário. Sou contra porque sou a favor da vida”*. E ela repetiu: *“O senhor nunca engravidou”*. E eu disse a ela: *“Claro que sim!”* Uma coisa chama-se paternidade responsável. Todas as vezes em que a minha mulher engravidou, eu engravidei junto com ela. Qual o pai que não curte uma criança, a mãe que não curte uma criança, enquanto ela está sendo gerada? Daí a importância do carinho da família durante uma gestação.

Outro ponto: estimular a implementação de políticas de adoção de crianças recém-nascidas de mães vítimas de estupro, que, em razão da violência sofrida, possam vir a abdicar dos cuidados maternos.

Outro: aprovar o Projeto de Lei nº 478, de 2007, mais conhecido como Estatuto do Nascituro. Se garantimos os direitos civis de para todo e qualquer cidadão, de todas as raças, de qualquer credo religioso, de qualquer parte deste País, temos também que dar o direito àquele que está por nascer, pois este não tem o direito de se defender. Então, temos de garantir a aprovação, nesta Casa e no Senado Federal, do Estatuto do Nascituro.

Temos também de propor junto à Mesa Diretora desta Casa a criação de uma Comissão Especial para analisar todos os projetos de lei que disponham sobre o aborto e que tramitam na Câmara dos Deputados. Projetos assim são polêmicos, geram muitas divergên-

cias e, às vezes, vão até para a Comissão de Finanças e Tributação. E o que vai fazer um projeto como esse na Comissão de Finanças e Tributação? Vai também para a Comissão de Ciência e Tecnologia. São muitos projetos assim que tramitam nesta Casa. Portanto, deveríamos criar uma Comissão Especial.

Então, que essa Comissão Especial possa analisar as propostas apresentadas por uma Deputada ou por um Deputado. A proposta, é claro, vai tramitar pela CCJ, Comissão por onde passam todos os projetos nesta Casa, mas é muito importante que todos tenhamos a possibilidade de analisar projetos como esses no âmbito de uma Comissão Especial.

Foi o que procuramos fazer com essa Frente Parlamentar protocolada no dia de hoje. Eu me tornei o Presidente dessa Frente por decisão da maioria, e já fizemos a ata de fundação. O Deputado Aureo Lídio, do Rio de Janeiro, é o 1º Vice-Presidente; o Senador Marcelo Crivella é o 2º Vice-Presidente; a Deputada Sueli Vidigal é a 3ª Vice-Presidente; o Deputado Odair Cunha, pelo PT de Minas Gerais, é o 4º Vice-Presidente; o Deputado Eros Biondini, pelo PTB de Minas Gerais, é o Secretário-Geral; o Deputado Federal Alberto Filho é o Secretário-Executivo; o Deputado Federal Roberto Lucena, do PV de São Paulo, é o Secretário de Mobilização e Articulação; e a Senadora Lúcia Vânia é a Secretária de Relações Internacionais.

Para as coordenações regionais foram eleitos: Deputada Fátima Pelaes, responsável pela Região Norte; Deputado Federal Gonzaga Patriota, do PSB de Pernambuco, pela Região Nordeste; Deputado Federal Leonardo Monteiro, pelo PT de Minas Gerais, responsável pela Região Sudeste; e Deputado Federal João Campos, do PSDB de Goiás, pela Região Centro-Oeste. O coordenador da Região Sul ainda será escolhido numa próxima reunião.

Senhoras e senhores, fico muito feliz com esse projeto, essa obra defendida por tantos Parlamentares em legislaturas passadas, a iniciar pelo Deputado Bassuma, que defendeu com tanta veemência nesta Casa a questão da vida.

Podemos agora reeditar essa Frente Parlamentar Mista com um caráter único, ou seja: uma única Frente Parlamentar. Num passado recente, houve duas Frentes Parlamentares, o que nos dividia o trabalho. Procuraremos, então, dentro dessa linha, concentrar as nossas ações.

Um outro tema a que eu gostaria de me reportar, expondo o meu posicionamento, é a defesa da família.

Quando falo da defesa da família, defendo a instituição família. Daí as polêmicas geradas em legislaturas passadas, quando me posicionei – vejo agora outros Parlamentares também se posicionando – de

maneira bastante positiva contra a legalização do casamento *gay*.

Quero deixar bem claro o seguinte: não sou preconceituoso, não discrimino o homossexual. Por outro lado, não aceito que esta Casa possa vir a glorificar o homossexualismo, pois sabemos que, de qualquer maneira, é uma anomalia.

As pessoas falam: “*É um direito*”. Sim, é um direito. Cada um tem a sua opção. Não vou aqui contestar, mas fazer isso é legalizar algo que não está correto, que é contra a ordem natural das coisas, que é contra o princípio da natureza. Particularmente, vou lutar com todas as forças para que projetos como esses não venham a ser aprovados, principalmente o de adoção de filhos por casal homossexual.

Ora, nos dias de hoje, é tão comum vermos crianças filhas de pais separados com complexo, tendo de enfrentar problemas, em especial nos locais onde estudam. Fico imaginando o caso de uma criança adotada por dois homens ou por duas mulheres. É uma situação que não só vai constranger essa criança, mas que pode forçá-la a viver a mesma prática daqueles que a adotaram.

Acredito que o fortalecimento da família está exatamente no processo de fortalecer a vida e o casamento, dando-se acessibilidade às pessoas e fazendo-se com que realmente as famílias sejam mais fortes.

Vou sair um pouco desse tema. Fui Relator de um dos projetos que considero dos mais importantes desta Casa. É um projeto técnico: a Lei nº 9.998, de 2000, a Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST. Fui eu o Relator. Nós demos característica a essa lei.

Em determinado momento, numa disputa interna entre Ministério das Comunicações e ANATEL, esse projeto acabou emperrando, e Fernando Henrique Cardoso, Presidente à época, vetou a nossa proposta de criação do Conselho Gestor. Pretendíamos que esse órgão pudesse realmente gerar uma grande revolução das telecomunicações no Brasil.

Infelizmente, segundo palavras do Ministro das Comunicações, no dia de ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós temos aproximadamente 10 bilhões de reais. Para mim, a Lei nº 9.998, de 2000, virou a lei do engodo. Se nós temos uma lei aprovada cujo objetivo é fazer uma revolução nas telecomunicações, criar a universalização, levar as comunicações às pequenas comunidades, dar acessibilidade tecnológica às crianças nas escolas, queremos também fazer a educação, a segurança pública e a saúde – e este tema foi tratado aqui hoje, Dia Mundial da Saúde.

Por que, então, não implantarmos a telemedicina, não da forma tímida, como está sendo feita, mas de maneira bastante objetiva? Esse projeto está dentro do FUST, que já arrecada 1% de todas as operado-

ras de telecomunicações do Brasil. Esse 1% deveria ser destinado, por exemplo, para atendimento a uma pessoa que teve uma parada cardíaca e que necessita de uma cirurgia: um médico do INCOR poderia estar em São Paulo e dar assessoria a uma cirurgia de coração realizada lá no Pará. Por que não? Esse era o objetivo do FUST.

Por outro lado, nós tínhamos a questão da educação. O nosso ideal, a nossa maneira de pensar, tudo aquilo que nós pensávamos quando da implantação do FUST era fazer com que, por exemplo, houvesse telões em todas as salas de aula do Brasil, para que uma criança do Amazonas pudesse interagir com uma criança de São Paulo, cada uma mostrando as realidades diferentes deste País, que é continental. Existem diferenças, a começar pela maneira de falar, pelo sotaque. Por que não o Ministro da Saúde dar uma aula para os alunos de todo o Brasil?

Eu acho uma ousadia, mas o Governo, em si, não tem tecnologia sequer para ele mesmo; porque, se fizermos uma análise, cada Ministério e cada Secretaria têm lá os seus programas, mas só que eles não se comunicam, não conversam. E são milhões e milhões de reais gastos todos os anos. O FUST objetivava fazer essa comunicação, também.

No tocante à segurança pública, qual era o nosso objetivo com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações? Fazer com que nós pudessemos realizar o geoprocessamento. Ou seja, poderíamos mapear todas as cidades do Brasil, garantindo, dentro das viaturas policiais, condições para que cada uma delas tivesse um **laptop**. Elas poderiam receber uma ocorrência e fazer o atendimento rapidamente.

No que tange à carteira nacional de identidade, o objetivo é identificar um cidadão, por exemplo, nascido em São Paulo, que cometesse um tipo de delinquência e fosse embora para outro Estado. Hoje há dificuldades para essa identificação, porque, se o RG do sujeito é de Goiás, existem muito mais dificuldades para encontrá-lo numa cidade como São Paulo. Se nós criássemos um banco de dados nacional, esse cidadão poderia ser identificado sem sequer ter um documento, ou seja, poderia ser identificado apenas pelas digitais ou pela íris. Ele poderia rapidamente ser identificado numa rodoviária, no aeroporto, no metrô ou no polêmico trem-bala, que, graças a Deus, aprovamos nesta Casa, a quem parablenizo.

Mais de 10 bilhões de reais vêm sendo arrecadados desde o ano 2000. São aproximadamente 700 milhões de reais por ano, em média – era um pouco menos, mas hoje já se arrecada muito mais. Esse dinheiro vem sendo usado apenas para gerar superávit primário. E isso me entristece demais, porque, enquanto o próprio Ministro do Planejamento ontem disse das suas vontades a respeito da aplicação desse dinheiro,

a equipe econômica se manifesta contrariamente. Ou seja, é um imposto. O período para uso desses recursos seria de 10 anos.

O Deputado e agora Senador Walter Pinheiro, do PT, que nos ajudou na elaboração desse projeto, me fez lembrar os sonhos que tínhamos para que esse dinheiro fosse aplicado. Mas, nos dias de hoje, temos a infelicidade de ver esses recursos apenas gerando superávit primário, mas não permitindo que a população tenha acesso às telecomunicações.

Fala-se agora na extensão da banda larga. O Ministro lamentou a intenção de se fazer uma obra no Pará de aproximadamente 8 milhões de reais. O que são 8 milhões de reais no Orçamento Geral da União? Se retirássemos essa quantia dos 10 bilhões de reais que o FUST arrecadou nos quatro Governos – tanto nos 2 anos de Fernando Henrique, quanto nos 2 de Lula –, poderíamos, sem dúvida alguma, gerar uma grande revolução nas telecomunicações no Brasil. Mas, infelizmente, esse dinheiro está apenas servindo ao superávit primário.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de abordar rapidamente a reforma política, tema de que esta Casa vem tratando e sobre o qual o Governo vem falando com tanta veemência. Alguns Parlamentares mais entusiasmados também vêm falando sobre a reforma política.

Ora, Sr. Presidente, a impressão que isso me dá é que o problema está nesta Casa, na Câmara dos Deputados, porque, quando se fala em reforma política ou reforma eleitoral, na verdade, que é o que se quer gerar, não se fala em troca de sistema de governo, não se fala, por exemplo, nas questões do Senado nem do Judiciário. Fala-se somente sobre a Câmara dos Deputados ou sobre a maneira como se elegem os Deputados. O Deputado Federal vai ser eleito por lista partidária ou vai ser eleito na forma do Distritão? Parece-me que o problema está concentrado na Câmara dos Deputados.

Fala-se sobre o Distritão. Ora, se se aprovar uma proposta como essa, não precisaremos mais de partidos políticos neste País. Poderá haver, então, candidatos independentes.

Esta é a grande reflexão que deveríamos fazer antes de discutir a reforma política.

O Sr. Sibá Machado – V.Exa. me concede um aparte, se o tempo ainda permitir?

O SR. SALVADOR ZIMBALDI – Com todo o prazer.

O Sr. Sibá Machado – A angústia de V.Exa. é pertinente. Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal pagam a conta da reforma política. Mas o Senado Federal avançou também com o fim da reeleição no Executivo, com a ampliação do mandato para 5 anos e com a unificação do processo eleitoral. Se assim for, os

Senadores terão que reduzir o seu mandato de 8 para 5 anos. Há uma proposta também que poderá mexer brutalmente com a figura do suplente de Senador. Já que existe essa onda no Senado, mexendo inclusive em seu prazo de mandato, seria muito importante a nossa Casa seguir o exemplo e avançar rapidamente na reforma política, oferecendo à sociedade esse ganho. Parabéns a V.Exa. pela preocupação!

O SR. SALVADOR ZIMBALDI – Incorporo a sua fala ao meu pronunciamento, Deputado Sibá Machado.

Precisamos repensar o sistema de governo, os problemas que existem no Judiciário. Hoje, o Judiciário praticamente é quem tem legislado.

E é necessário abranger a reforma. Se é uma reforma política, devemos fazê-la de forma abrangente, não apenas pontual – acho que é até oportunista. E mais: temos que garantir ao povo o direito de votar. Tirar o voto do povo, o direito de o cidadão votar e eleger seus representantes, absolutamente, nunca!

Este é o meu posicionamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. DR. ROSINHA – Sr. Presidente, peço a palavra para um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, política não pode ser feita movida a ódio. O Líder do Democratas, que é o mesmo PFL, o mesmo PDS, a mesma ARENA – mudou o CPF, mas o DNA é o mesmo –, faz política com ódio. Não podemos esquecer que ele, recentemente, ameaçou a vida do Presidente Lula, ameaçou dar-lhe uma surra!

Ora, um cidadão que se move com ódio sempre perde a razão.

Peço aos telespectadores que nos assistem em casa que vejam a história de cada um de nós e que, quando formos atacados por alguém, procurem saber o passado dessa pessoa. Em entrevista à revista *Veja*, o ex-Governador do Distrito Federal José Roberto Aruda disse que, na campanha eleitoral, parte dos recursos que recebeu de maneira corrupta também foi para atender a ACM Neto na Bahia. Então, é importante que nossos tenham isso em mente.

Por fim, Sr. Presidente, solicito o registro nos Anais da Casa do ofício que eu e os Deputados Márcio Macêdo e Arlindo Chinaglia enviamos à Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, em que apresentamos importantes sugestões para o Código Florestal.

Obrigado.

OFÍCIO A QUE SE REFERE O ORADOR

Brasília, 05 de abril de 2011

Cara Ministra do Meio Ambiente,

Senhora Izabella Teixeira

Sugerimos á apreciação da Ministra, tendo em vista o objetivo declarado desse Ministério de simplificar o processo de regularização ambiental que, além de procedimentos que desburocratizem o cadastro ambiental rural, que os agricultores sejam desobrigados da necessidade de averbação da reserva legal.

A averbação seria feita, por arbítrio do agricultor, apenas para fins de compensação da reserva legal (cotas, servidão, etc) e outros em que a averbação se faça necessária.

Dada a complexidade do tema, pedimos a avaliação da sua equipe quanto a viabilidade da nossa proposta, mesmo cientes de que o debate do aperfeiçoamento do Código Florestal é bem mais amplo. Acreditamos que esta sugestão facilitaria a vida de milhares de agricultores brasileiros sinceramente interessados na regularização ambiental de suas propriedades.

Deputado ARLINDO CHINAGLIA

Deputado MÁRCIO MACEDO


Deputado DR. ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Apresentação de proposições.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2011

(Da Sra. Bruna Furlan)

Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório, na pavimentação de estacionamentos abertos, o uso de asfalto poroso, concreto poroso, blocos de concreto vazado ou outro material permeável em pelo menos 80% (oitenta por cento) da sua extensão.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, pavimento permeável é um dispositivo de infiltração onde o escoamento superficial é desviado através de uma superfície permeável para dentro de um reservatório de pedras localizado sob a superfície do terreno.

Art. 2º Esta lei aplica-se aos Municípios com mais de 20 mil habitantes.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da data da sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Vimos assistindo, nos últimos anos, em escala crescente, a uma sucessão de calamidades urbanas causadas por enchentes. Todos os anos centenas de brasileiros perdem a vida, tragicamente, em decorrência das inundações que acometem nossas cidades. Milhares de pessoas ficam desabrigadas e perdem, não raro, o patrimônio de toda uma vida. As enchentes causam severos danos aos equipamentos urbanos, aumentando as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras na gestão das cidades. É necessária e urgente a adoção de medidas efetivas para minorar o sofrimento e os danos causados por esses lamentáveis desastres.

Uma das causas das inundações é, sem nenhuma dúvida, a extensa impermeabilização do solo urbano, causada pela construção de prédios e a pavimentação de ruas, passeios e estacionamentos. A drenagem urbana, em geral, tem sido planejada e implementada com o propósito de drenar a água das precipitações o mais rápido possível para jusante, o que simplesmente transfere a inundação de um ponto para outro. Estas ações atuam sobre os efeitos, e não sobre as causas do aumento da vazão.

A tendência moderna na área da drenagem urbana é buscar manter as condições anteriores ao processo de urbanização, atuando nas fontes da geração do problema da inundação. Para isso procura-se utilizar técnicas e métodos que assegurem a máxima infiltração possível da água no solo e que retardem o seu escoamento. Uma técnica utilizada com este fim é a pavimentação com material permeável, que seja capaz de reduzir os volumes de escoamento superficial e as vazões de pico a níveis iguais ou até inferiores aos observados antes da urbanização,

Com este objetivo em mente, estamos propondo, neste Projeto de Lei, que na de pavimentação estacionamentos abertos sejam obrigatoriamente utilizados materiais permeáveis. Dada a relevância da medida proposta, estamos certos de que contaremos com o apoio de nossos pares nesta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputada **Bruna Furlan**.

PROJETO DE LEI Nº 954, DE 2011

(Do Sr. Felipe Bornier)

Acrescenta § 4º ao art. 733 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, a fim de estabelecer diretrizes para o cumprimento da ordem de prisão civil decretada em desfavor do devedor de alimentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. Esta lei acrescenta §4.º ao art. 733 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, a fim de estabelecer diretrizes para o cumprimento da ordem de prisão civil decretada em desfavor do devedor de alimentos.

Art. 2.º. O art. 733 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4.º:

“Art. 733.

§4.º Decretada a prisão, o devedor será segregado em estabelecimento prisional, em local separado e sem qualquer contato com presos em cumprimento de pena privativa de liberdade. (NR)”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei tem por objetivo estabelecer diretrizes para o cumprimento da ordem de prisão civil decretada em desfavor do devedor de alimentos.

Infelizmente, não existem nos estabelecimentos penais brasileiros dependências específicas em separado para albergar tal modalidade de preso.

Assim sendo, milhares de pessoas de bem que, por motivos como baixo salário ou falta de emprego, se tornam devedoras de pensão alimentícia, têm sua prisão civil decretada, são segregadas juntamente e mantêm contato diário com presos a cumprir pena privativa de liberdade, não raras vezes criminosos contumazes e de altíssima periculosidade.

No particular, além de a segregação conjunta contribuir para a superlotação do sistema prisional, o preso devedor de alimentos sofre todas as influências deletérias do convívio com tal sorte de criminosos.

Propomos, pois, a inserção de um novo parágrafo ao art. 733 do Código de Processo Civil, a determinar que a segregação do preso devedor de alimentos se dará em estabelecimento prisional em local separado e sem qualquer contato com presos em cumprimento de pena privativa de liberdade.

Há de se sobrelevar que a medida não tem por escopo isentar o alimentante de sua responsabilidade legal de sustento de seus dependentes ou de pessoa a que esteja obrigado a prestar alimentos, mas tão-somente determinar que tenham tratamento diverso.

Isso se justifica porque a prisão civil não tem característica de pena, mas de meio de coerção para o cumprimento da obrigação alimentar.

Certo de que meus nobres pares vislumbrarão a conveniência e oportunidade da medida proposta, conclamo-os a apoiar a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado

Felipe Bornier.

PROJETO DE LEI Nº 955, DE 2011

(Do Sr. Dr. Aluizio)

Modifica o inciso V do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1996, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”, para incluir irmão, neto e bisneto, cujos pais não auferem rendimentos superiores ao limite de isenção, no rol de dependentes, para efeito de apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui neto e bisneto, de até 21 anos, cujos pais não auferem rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção, no rol de dependentes, para efeito de apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.

Art. 2º O art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35.
.....”

V – os irmãos, o neto ou o bisneto:

a) até 21 anos, sem arrimo dos pais, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial;

b) até 21 anos, cujos pais não auferem rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção;

c) de qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 35 da Lei nº 9.250, de 1995, elenca os dependentes para efeito de apuração da base de cálculo, mensal e anual, do imposto de renda das pessoas físicas. De acordo a redação atual do inciso V do referido artigo, consideram-se dependentes “os irmãos, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho”.

No entanto, há irmãos, netos ou bisnetos, cujos pais auferem baixíssimos rendimentos, necessitando, portanto, de amparo financeiro de seus respectivos irmãos, avós ou bisavós, numa relação de efetiva dependência, com custeio de diversas despesas, inclusive relativas a saúde e instrução, que comprometem a sua capacidade contributiva.

Uma vez que a legislação tributária, no inciso VI do art. 35 da Lei nº 9.250, de 1995, arrola como dependentes pais, avós e bisavós, que não auferem rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção, justo incluir irmãos, netos e bisnetos, menores de 21 anos, cujos pais estejam na mesma situação.

Trata-se de iniciativa que não afeta as metas de resultados fiscais e que, pelo seu amplo alcance social, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Dr. Aluizio.**

PROJETO DE LEI Nº 956, DE 2011

(Do Sr. Marçal Filho)

Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico ao corpo discente das escolas públicas de ensino fundamental para prevenção de maus-tratos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As escolas públicas de ensino fundamental deverão dispor de assistência psicológica para o corpo discente com vistas à prevenção de maus-tratos.

§ 1º A assistência psicológica prevista no *caput* deverá ser realizada em parceria com os sistemas de educação e saúde, que disciplinarão em regulamento as condições de implementação.

§ 2º O profissional da área de Psicologia realizará o atendimento aos alunos, em caráter individual ou coletivo, na própria escola.

§ 3º Os sistemas de ensino e saúde terão o prazo de dois anos para implementar o disposto no artigo 1º, com prioridade para escolas localizadas em capitais e regiões metropolitanas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A infância tem sido objeto de inúmeras formas de violência, sendo aquela praticada em âmbito doméstico, geralmente pelos cuidadores principais, uma das mais graves, tanto pelo número de vítimas que faz, quanto pelas sequelas que deixa.

Essa forma de violência, denominada pela Organização Mundial da Saúde e pela Sociedade Internacional para a Prevenção do Abuso e da Negligência Infantil (2006) como maus-tratos infantis, referem-se a todas as formas de maus-tratos físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência, ou tratamento negligente ou comercial ou outra forma de exploração, resultando em dano real ou potencial para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. A desagregação das famílias, a iniquidade social e a carência de oportunidades promovem a violência contra a criança.

A negligência é a forma menos evidente de violência doméstica: não proteger a criança e/ou não dispensar a atenção adequada às suas necessidades. Pode ser identificada por uma alimentação inadequada, descuidos em relação a higiene e vestimentas, falta de afeto e desinteresse pela criança enquanto indivíduo. Causa danos psicológicos ou se confunde com resultados de acidentes comuns (queimaduras, fraturas, lesões). Muitas vezes é confundida com falta de recursos financeiros, porém ela está presente em todas as camadas sociais

Conforme o art. 205 da Constituição Federal, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, prevê para o atendimento a esses

fins, profissionais de educação que exerçam a docência, administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

De acordo com os princípios dos instrumentos legais descritos, as escolas de ensino fundamental deveriam contar com um profissional especializado em psicologia clínica, para avaliação e acompanhamento de crianças vítimas de maus-tratos.

Tendo em vista a relevância da matéria, conto com o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Marçal Filho**.

PROJETO DE LEI Nº 957, DE 2011

(Do Sr. Odair Cunha)

Acrescenta inciso ao art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, para que os serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres sejam incluídos no rol de operações sujeitas à legislação anterior a estas leis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 10 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXVIII:

Art. 10.....

XXVIII – as receitas decorrentes da prestação de serviços descritos nos subitens do item 17, da lista anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, realizados por sociedades uniprofissionais regulamentadas por Lei.

Art. 2º O artigo 8º da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 8º.....

XII – as receitas decorrentes da prestação de serviços descritos nos subitens do item 17, da lista anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, realizados por sociedades uniprofissionais regulamentadas por Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este Projeto de Lei tem por objetivo corrigir uma distorção na legislação tributária federal e preencher uma lacuna existente no ordenamento jurídico desde o início desta década.

Nos anos de 2002 e 2003, a legislação passou por profundas alterações relativas à incidência da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, tratadas nas Leis n.ºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

Antes dessas alterações, os contribuintes recolhiam PIS e COFINS às alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, sob o regime da cumulatividade. Com o advento das referidas leis, as alíquotas passaram a ser de 1,65% e 7,6% e os contribuintes passaram a contar com a possibilidade de aproveitar crédito oriundo das operações descritas na lei, descontando tal crédito para fins de apuração do tributo devido (princípio da não-cumulatividade).

Os efeitos benéficos da legislação não cumulativa do PIS e da COFINS foram sentidos nos setores de varejo e de indústria. Contudo, o mesmo benefício, infelizmente, não foi sentido no setor de serviço, notadamente, em relação às sociedades uniprofissionais regulamentadas por lei.

Diferentemente do varejo e da indústria, tais sociedades não possuem créditos a serem compensados com os débitos de PIS e da COFINS. O grande insumo das sociedades uniprofissionais é a mão de obra dos seus trabalhadores o que não gera crédito a ser descontado.

Em outras palavras, a tributação deste setor saltou de 3,65% sobre a receita (0,65% de PIS e 3% de COFINS) para 9,25% sobre a receita (1,65% de PIS e 7,6% de COFINS).

Nosso cenário político-econômico de formalização da economia nos leva a apresentar este projeto para corrigir a distorção de origem de tratamento deste setor no regime não cumulativo, e propiciar, com isso, a formação de novos postos de trabalho no setor altamente especializado.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Odair Cunha**, PT-MG.

PROJETO DE LEI Nº 958, DE 2011

(Do Sr. Alessandro Molon)

Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 que define os crimes de tortura e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 2º-A Os órgãos de segurança pública, previstos no art. 144 da Constituição Federal, bem como os do sistema penitenciário, deverão afixar, em suas sedes, repartições e

demais unidades de atendimento ao público ou de custódia de presos, cartazes informativos contendo:

I – as penas cominadas nesta Lei para a prática dos crimes de tortura;

II – os telefones, endereço eletrônico ou outros canais de comunicação para a denúncia da prática dos crimes de tortura.

Art. 2º esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Dados de levantamentos de organizações como a Pastoral Carcerária da CNBB e notícias dos mais diversos meios de comunicação mostram como o crime de tortura ainda vem sendo praticado por agentes do estado em órgãos públicos. Por esta razão, é fundamental divulgar que a tortura é crime, bem como as penalidades previstas e os meios pelos quais tal crime pode ser denunciado. Tal medida terá efeito preventivo e pedagógico.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – **Alessandro Molon**, Deputado Federal, PT-RJ.

PROJETO DE LEI Nº 959, DE 2011

(Do Sr. William Dib)

Acrescenta o § 6º ao art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de modo a incluir o tratamento odontológico à gestante no período pré-natal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art.8º

§6º Incumbe ao poder público garantir o tratamento odontológico à gestante, no período pré-natal, como forma de prevenir a prematuridade e/ou nascimento de bebês com baixo peso.” (NR)

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Depois de doenças cardio-vasculares, os estudos que mais reúnem evidências sobre a periodontite como

fator de risco são os que abordam a prematuridade e/ou o nascimento de bebês com baixo peso.

A literatura especializada tem indicado que, mesmo após serem considerados os outros fatores de risco obstétricos tradicionais, como fumo, álcool, idade, raça, cuidados pré-naturais, infecções genitourinárias e outras doenças infecciosas, a doença periodontal permanece como fator contribuinte de risco para o aumento dos casos de prematuridade e baixo peso em bebês.

É sabido que, no corpo humano, cada órgão funciona de forma integrada ao outro para garantir uma vida plena e saudável. Portanto, se houver deficiência de um órgão, haverá repercussão em todo o sistema, e é exatamente neste ponto que a Medicina Periodontal vem tentando integrar as ações em conjunto com outros profissionais de saúde.

A relação entre as doenças periodontais e as doenças sistêmicas é fato comprovado, e pode desencadear, em mulheres grávidas, a incidência de parto prematuro, denominado parto pré-termo.

As pesquisas apontam que a ruptura prematura de membranas, também denominada “amniorrexe prematura”, caracteriza-se pela rotura das membranas ovulares antes do início do parto e sua causa é infecciosa.

Estudos associam uma infecção ao nascer prematuro, tendo em vista que os próprios microorganismos ou suas toxinas, como endotoxinas (lipopolissacarídeos) podem alcançar a cavidade uterina durante a gestação pela corrente sanguínea, a partir de um foco não-genital ou por meio de uma rota ascendente do trato genital inferior.

Esses microorganismos ou seus produtos, ao interagirem, provavelmente na decídua (uma das membranas ovulares), estimulam a produção de mediadores químicos inflamatórios – as prostaglandinas (PGE2) e o fator de necrose tumoral (FNT) – pela gestante, que alcançam níveis elevados (durante a presença de processos infecciosos), acelerando a gestação (promovendo a dilatação cervical, a contração do músculo uterino e o início do trabalho de parto e nascimento propriamente dito).

Foi apresentado no Congresso Europeu, pela periodontista norte-americana Marjorie Jeffcoat, uma pesquisa que analisou 3 mil grávidas, dividindo-as em dois grupos. Nessa pesquisa, restou provado que entre as mulheres que receberam tratamento periodontal, a incidência do nascimento de crianças com baixo peso foi de 4%, enquanto que, entre as que não passaram pela terapia, a incidência foi de 13%.

Assim, a proteção da gestante visando a garantir o tratamento odontológico, no período pré-natal, como forma de prevenir a prematuridade e/ou nascimento de bebês com baixo peso é medida de saúde pública de proteção da mulher e do nascituro.

Pelas razões expostas, e pela importância da iniciativa tenho certeza que os nobres pares não dispensarão apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – **William Dib**, Deputado Federal, PSDB-SP.

PROJETO DE LEI Nº 960, DE 2011

(Do Sr. William Dib)

Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso.

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer gratuitamente aos idosos medicamentos, especialmente os de uso continuado decorrentes de doenças crônicas e degenerativas, bem como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação, obedidos os seguintes critérios: (NR)

I – distribuição pelo Sistema Único de Saúde – SUS, por tempo determinado em prescrição médica, por meio de órgão municipal, estadual e distrital ou entidade responsável, de acordo com a estrutura e a atribuição estabelecidas pelo Poder Executivo; (NR)

II – a distribuição de medicamentos será realizada em localidade central do Município, sendo vedada a disponibilização em uma única região ou divisão administrativa, que dificulte o acesso aos que deles necessitam; (NR)

III – haverá entrega em domicílio quando houver dificuldade de locomoção do portador da doença, nos termos de procedimento a ser estabelecido pelo Poder Executivo, sempre em atenção ao princípio da eficiência e da impessoalidade; (NR)

IV – a entrega dos medicamentos ao usuário será efetivada impreterivelmente até o prazo de 10 (dez) dias após o seu cadastrado no Programa de Medicamentos Excepcionais do SUS (Sistema único de Saúde), sob pena de multa de duas mil UFIR, e, em caso de reincidência, o dobro do valor, sem prejuízo da instauração de processo administrativo responsabilizando o agente e/ou órgão público que descumpriu o prazo; (NR)

V – para efetuar o cadastro no Programa, o usuário deverá apresentar laudo, receituário médico, exames que atestem a doença, cópia da Cédula de Identidade, CPF e comprovante de endereço; (NR)

VI – o laudo e o receituário médico deverão ser avaliados e assinados por médico do Estado ou do Município. Se necessária a realização de novos exames, estes não poderão exceder o prazo de até 5 (cinco) dias da data do efetivo cadastro, sob pena de responsabilidade. (NR)

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A população brasileira envelheceu e o Estado não foi capaz de aplicar, com eficácia, as políticas públicas e as estratégias para a efetiva prevenção e tratamento das doenças crônicas e degenerativas, com suas complicações.

Em um País onde as desigualdades regionais e sociais são uma realidade, a população carente, em especial os idosos, não encontra amparo adequado nas políticas públicas de seguridade social, o que corrobora para acumular sequelas de doenças, as quais desenvolvem incapacidades e incidem no aumento da perda da autonomia e da qualidade de vida.

Dentre outras doenças degenerativas, o mal de Alzheimer é uma das mais cruéis, pois se instala lentamente e mina a capacidade do indivíduo de se relacionar com o mundo exterior e consigo mesmo.

Ressalta-se que os indivíduos que necessitam dos medicamentos de alto custo enfrentam, além do sofrimento da doença, muitas dificuldades para realizar o cadastro no Programa de Medicamentos Excepcionais do SUS, devido à ausência deles nas prateleiras do sistema, além do procedimento burocrático que envolve consultas e exames, os quais levam meses para serem realizados.

Vale salientar que a questão é pacífica nos Tribunais Superiores, no sentido de constituir dever do Poder Público o custeio e o fornecimento dos medicamentos imprescindíveis à sobrevivência do portador de doença crônica e degenerativa.

Pelas razões expostas e pela importância da iniciativa, tenho certeza que os nobres pares não pensarão apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – **William Dib**, Deputado Federal, PSDB-SP.

PROJETO DE LEI Nº 961, DE 2011

(Do Sr. Renato Molling)

Dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A Para os fins desta Lei, considera-se prêmio por desempenho a retribuição ou a recompensa em forma de bens e serviços, espontaneamente, concedido pelo empregador, empresa ou entidade a ela equiparada a seus empregados ou a terceiros sem vínculo empregatício, individual ou coletivamente, no âmbito de programas e projetos de incentivo ao aumento de produtividade, eficiência ou qualidade, excluídas as premiações em pecúnia.

§ 1º A concessão do prêmio por desempenho não poder-se-á se dar em periodicidade inferior a 1 (um) trimestre civil, ou mais de 4 (quatro) vezes no mesmo ano civil, estando condicionada, no entanto, à elaboração e à divulgação, entre empregados e/ou terceiros interessados, de documento em que constem regras claras e objetivas quanto:

I – aos objetivos, às metas e ao prazo de duração do programa ou do projeto de incentivo ao aumento de produtividade, eficiência ou qualidade;

II – aos direitos substantivos de participação dos empregados e/ou terceiros no programa ou no projeto;

III – aos métodos de aferição do desempenho individual ou de grupos de trabalhadores e/ou terceiros.

§ 2º O documento mencionado no § 1º deverá ser mantido pelo contratante à disposição da fiscalização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de instituição do programa ou projeto de incentivo ao aumento de produtividade, eficiência ou qualidade.”

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A participação de que trata o art. 2º e o prêmio por desempenho mencionado no art. 2º-A não substituem ou complementam a remuneração devida a qualquer empregado e/ou terceiro nem constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 1º Para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional as participações nos lucros ou resultados dos empregados e os prêmios por desempenho atribuídos aos empregados e/ou terceiros, nos termos desta Lei, dentro do próprio exercício de sua constituição.

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a 1 (um) semestre civil, ou mais de 2 (duas) vezes no mesmo ano civil, excetuados os prêmios por desempenho.

§ 3º As participações nos lucros ou resultados atribuídos aos empregados e os prêmios por desempenho atribuídos aos empregados e/ou terceiros serão tributados na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto de renda devido na declaração de rendimentos da pessoa física, competindo à pessoa jurídica a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposta que ora apresentamos visa a estabelecer tratamento tributário, previdenciário e trabalhista diferenciado para concessão de prêmios por desempenho pessoal pelas empresas públicas ou privadas a seus quadros de profissionais e demais colaboradores como medida de estímulo ao atingimento de metas de qualidade e produtividade.

A temática mereceu a atenção de outros parlamentares desta Casa em legislaturas anteriores e, devido a sua relevância, esta proposição pretende, essencialmente, suprir a necessidade de implantação de mecanismos que propiciem a adoção de políticas de meritocracia pelas empresas a partir do incentivo à produtividade individual.

Salientamos que iniciativas no âmbito do Poder Legislativo que favoreçam práticas de integração do trabalhador ao seu ambiente laboral e que estimulem o processo produtivo individual, além de propiciarem o surgimento de um mercado de trabalho mais saudável, implicam positivamente sobre o vigor da economia nacional.

Não poderíamos deixar de mencionar que, representando o esforço do legislador infraconstitucional para conferir aos trabalhadores reconhecimento pelo seu empenho nos projetos empreendidos em um contexto

de acentuado crescimento da economia brasileira, a temática foi objeto de proposição apresentada ao fim da 52ª legislatura pelo nobre Deputado Júlio Redecker, parlamentar de excepcional produção legislativa.

No âmbito desta Casa, seu Projeto foi aprovado após minuciosa apreciação pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). No âmbito do Senado Federal, a deliberação da Câmara dos Deputados foi ratificada pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE) com a aprovação da proposição e o despacho à sanção presidencial.

No entanto, com indiferença à importância da temática e apesar do relevo que tomou a matéria durante sua discussão por este Poder, a proposição do Deputado Júlio Redecker foi rejeitada integralmente pela Presidência da República.

Não obstante o veto presidencial, aspiramos resgatar por meio desta proposição os resultados dos debates empreendidos no âmbito das Comissões permanentes desta Casa e do Senado Federal no processo de apreciação da matéria.

É flagrante que a aceleração do crescimento econômico do Brasil e a ampliação do consumo exigem a implementação de políticas eficazes por parte das empresas, que necessitam suprir com maior produtividade a crescente demanda. Nesse mote, alterações na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que viabilizem a criação de programas de produtividade e desempenho, podem favorecer as empresas, os trabalhadores e contemplar uma demanda que ainda hoje é reprimida.

A concessão de prêmio de caráter não monetário, com o objetivo de incentivar o cumprimento de metas individuais ou em grupos, é prática a que têm recorrido um número cada vez maior de empresários. Entretanto, atualmente, além de não existirem institutos que incentivem o estabelecimento de programas que resultem nos efeitos que comentamos, qualquer tentativa de implementação de uma política ou sistema de estímulo à produção individual por parte dos empregadores será estrangida pela legislação vigente.

Em um cenário de insegurança jurídica, em que não há tratamento claro à concessão de prêmios aos trabalhadores, as empresas que se arriscam na criação de políticas de premiação dos empregados que apresentam desempenho diferenciado estão sujeitas ao pagamento de obrigações adicionais que consistem, em suma, em fatores inibidores.

Conforme propomos, a questão pode ser sanada a partir da inserção de art. 2º-A e da alteração do art. 3º artigo da Lei 10.101, de 2000, que regula a

participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas.

A nova redação que atribuímos ao art. 3º da Lei 10.101, de 2000, vem estabelecer que o prêmio por desempenho disposto no art. 2º-A não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado e/ou terceiro nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

Ademais, para efeito de apuração do lucro real, fica disposto que a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional as participações nos lucros ou resultados dos empregados e os prêmios por desempenho atribuídos aos empregados e/ou terceiros, nos termos estabelecidos na Lei nº 10.101, de 2000, dentro do próprio exercício de sua constituição.

Acreditamos que o afastamento da natureza salarial e o reconhecimento da dedutibilidade para o empregador ao ressaltar o caráter do pagamento a título de prêmios por desempenho tem o condão de mitigar a insegurança jurídica que circunda a adoção da prática, propiciando o ambiente institucional adequado a formação de sistemas de incentivo à produtividade individual e de políticas que ampliem o potencial de competitividade da economia no cenário internacional.

Tendo em vista os relevantes objetivos de que se reveste nosso projeto, estamos certos de que contaremos com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2011. – Deputado

Renato Molling.

PROJETO DE LEI Nº 962, DE 2011

(Do Sr. Pauderney Avelino)

Altera o caput do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2038, o prazo do incentivo de redução do imposto de renda de pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em setores econômicos prioritários para o desenvolvimento nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O caput do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterado pelo art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2038 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração.

.....”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem o objetivo de estender até o ano de 2038 o prazo para que as pessoas jurídicas protocolizem e aprovelem projetos para a instalação, ampliação, modernização ou diversificação de empreendimentos nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a fim de terem direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

É sabido que as regiões Norte e Nordeste não atingiram o mesmo grau de desenvolvimento das demais regiões. Daí a necessidade de programas e incentivos que estimulem o desenvolvimento e o crescimento da economia. Somente com uma política de incentivos é que será possível atrair investimentos e desenvolver essas regiões, com a consequente redução das desigualdades regionais que observamos no País de forma bastante acentuada.

Ainda, a prorrogação do prazo é fundamental para a instalação de novas empresas, bem como para a ampliação e modernização das empresas existentes. Sem a concessão de tais benefícios as empresas não terão interesse em permanecer ou se instalar nas regiões Norte e Nordeste, devendo investir em regiões mais desenvolvidas, perpetuando, assim, o quadro de forte desigualdade existente.

Por esses motivos, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que visa prorrogar os incentivos até 2038, beneficiando regiões tão relegadas como são o Norte e o Nordeste.

Sala das sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado
Pauderney Avelino, DEM-AM.

PROJETO DE LEI Nº 963, DE 2011

(Do Sr. Eduardo Azeredo)

Dispõe sobre opção de naturalidade no registro de nascimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei permite optar pelo domicílio da mãe como naturalidade da criança que nascer em outro local.

Art. 2º Fica acrescido o § 6º ao art. 50 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a seguinte redação:

“Art. 50.....

.....
 § 6º. Quando a criança nascer em localidade diversa do município em que reside a mãe, constará, na certidão de nascimento, como naturalidade, o domicílio da mãe do recém-nascido, por opção desta, ou o local do cartório, na ausência de opção da mãe (NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com o passar do tempo as famílias vêm preferindo que os partos se realizem com assistência médica adequada em ambiente hospitalar, que nem sempre está disponível no local em que residem os pais do nascituro.

As razões para esse comportamento vão da segurança médica até às exigências dos Planos de Saúde, sejam individuais ou patrocinados pelas empresas onde os pais trabalham. Desta forma as cidades ou distritos vão declinando nas estatísticas oficiais, usadas no planejamento e distribuição de recursos, além de causar eventual desconforto cultural e até o natural constrangimento existente entre cidades e localidades de uma mesma região.

As pequenas cidades, ou até mesmo aquelas de porte maior, mas que também não contam com maternidade adequada, veem suas muncípes optarem por realizar o parto em cidades-pólo onde se encontram melhores instalações médicas.

Assim, não se trata de mera opção dos pais a escolha da maternidade, mas há uma imposição por conta dos fatores já comentados. Diante dessa mudança no comportamento social e nas circunstâncias de atendimento médico no pré-natal, torna-se necessário adequar a legislação a esse novo contexto, a fim de permitir que as crianças tenham como naturalidade o domicílio da mãe, desde que esta exerça essa opção.

Por essa razão, apresentamos este Projeto de Lei, com a finalidade de permitir que os pais exerçam a opção de registrar os filhos com a naturalidade de seu domicílio, e não do lugar de nascimento. Apenas diante da ausência de opção, constaria o local do cartório como naturalidade do recém-nascido.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Eduardo Azeredo**.

INDICAÇÃO Nº 305, DE 2011

(Do Sr. Alberto Filho)

Sugere ao Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, a adoção de medidas relativa à recuperação da ponte sobre o Rio Mearim, na BR 316, em Bacabal/MA.

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Na oportunidade, reitero o compromisso com o desenvolvimento do País e do Maranhão através da luta por investimentos nas rodovias e pontes do nosso Estado.

Neste sentido, acreditamos no esforço de Vossa Excelência compartilhado com o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes –, na resolução dos problemas de infraestrutura dos transportes terrestres, apresento-lhe esta INDICAÇÃO em que solicito a melhor atenção para as medidas de execução das obras de recuperação da ponte sobre o Rio Mearim, na BR 316, em Bacabal/MA. Subtítulo: Entr BR-222(A)/MA-006(B) 320 (Santa Inês) – Entr MA-245 (Bacabal).

Com o apoio de Vossa Excelência a tão nobre causa, nosso mandato está à disposição para o que se fizer necessário.

Sala das Sessões, 4 de Abril de 2011. – **Alberto Filho**, Deputado Federal, PMDB-MA.

INDICAÇÃO Nº 306, DE 2011

(Do Sr. Gastão Vieira)

Sugere ao Ministério dos Transportes, ao Senhor Ministro ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO, a liberação de recursos para a construção da estrada que liga Carolina/MA a Goiatins/TO.

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Pelo presente solicito a Vossa Excelência a alocação de recursos financeiros para a construção de uma estrada em solo maranhense, à margem do rio Manoel Alves, interligando os municípios de Carolina/Goiatins, de forma que venha facilitar o acesso aos municípios de Barra do Ouro, Campos Lindos, Palmeirante e outros, seguindo na direção da Fazenda Santa Teresa, Novo

Horizonte, Taboquinha e Carolina, considerando-se a grande produção agropecuária da região com significativa na economia do município. Tal pleito é de viável importância para a integração da BR-010, rodovia que liga Carolina/MA a Goiatins/TO, interligando a BR-020, tornando-a o principal canal de escoação da produção do município de Carolina e demais ao seu entorno e por um sonho do povo da região.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Gastão Vieira**, PMDB-MA.

INDICAÇÃO Nº 307, DE 2011

(Do Sr. Gastão Vieira)

Sugere ao Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, a inclusão no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de três unidades do Instituto Federal de Educação Tecnologia (IFET), nos municípios de Araiões, Vargem Grande e São Benedito do Rio Preto, estado do Maranhão.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação,

Sugerimos como Indicação a Vossa Excelência a inclusão no Plano de Expansão a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de três unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, nos municípios de Araiões, Vargem Grande e São Benedito do Rio Preto, estado do Maranhão.

Desde o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o nosso país vivencia um ciclo de crescimento econômico em decorrência de uma macro-política bem estruturada, a qual tem sido suporte para a implementação das ações sociais desejadas pelo nosso povo, responsáveis por promover a inclusão social dos segmentos mais vulneráveis da população e necessárias ao pleno desenvolvimento da nação.

Nos limites atuais do Plano de Expansão da Rede Federal, o Maranhão conta com uma Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia composta por 19 Unidades de Ensino, sendo 7 em construção, o que ainda é insuficiente em face dos desafios determinados pelas necessidades demandadas para a viabilização do desenvolvimento do Estado.

Na busca de um modelo que atenda em termos geográficos, a realidade estadual no tocante à formação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento técnico vinculada às condições e à importância das mesorregiões do interior, identifica-se a importância da instalação de pelo menos mais três Unidades de Ensino, vinculadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), para atender a população em outras cidades caracterizadas

como pólos e que funcionam como integradoras de políticas regionais.

A instalação de Unidades Federais de educação técnica nesses municípios possibilitará o acesso de mais pessoas das camadas menos

favorecidas à educação profissional pública, gratuita e de qualidade, oferecendo-lhes uma base de conhecimento técnico-científico ao cidadão, indispensável para sua inserção no mercado de trabalho ou para o Desenvolvimento de empreendimentos pessoais e coletivos, o que representará um divisor de largo apelo social, capaz de colaborar decisivamente para a transformação da condição econômica das microrregiões estaduais.

Convém destacar que, essa é uma demanda dos estudantes e particularmente de suas famílias mais carentes que vêm no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia a chance de profissionalização de seus filhos. Além disso, já existe o compromisso das prefeituras dessas cidades em estabelecer parcerias, criando as condições de infraestrutura necessárias às instalações da Escola em cada município

Dessa forma, em consonância com a política do governo federal, e o compromisso de campanha da Presidenta Dilma, de ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica e na condição de representante da comunidade maranhense, na Câmara Federal, vimos apelar às Vossas Excelências, no sentido de dar continuidade ao Plano de Expansão da Rede Federal.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Gastão Vieira**, PMDB-MA.

INDICAÇÃO Nº 308, DE 2011

(Da Sra. Marinha Raupp)

Sugere a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, a inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, da obra da ponte bi-nacional sobre o rio Mamoré, em Rondônia, interligando as cidades de Guajará-Mirim, no Brasil, e Guayaramerín, na Bolívia.

Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão:

A prioridade de investimento em infra-estrutura é condição essencial para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil. Somente assim, o País poderá superar as desigualdades sócio-regionais e estimular o aumento da produtividade da economia.

Mais que um plano de expansão do investimento, o PAC veio para introduzir um novo conceito de investimento em infraestrutura no Brasil. Um conceito que faz das obras de infraestrutura um instrumento de

universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do País.

No segmento de infraestrutura em transportes, o plano de investimentos vai significar a construção, adequação, duplicação e recuperação, somente em quatro anos, de mais de 45 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos, possibilitando a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil.

O Projeto de Lei nº 3.129/2008, que altera a Lei nº 5.917/1973 – o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal, assegura a integração de Guajará-Mirim, em Rondônia, ao Brasil central, uma vez que incluiu o Município no trecho da BR-080, com a extensão dessa importante rodovia até aquela longínqua localidade, fronteira com a Bolívia, no extremo-oeste do país.

A construção da ponte sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guayaramerin, do lado boliviano, e Guajará-Mirim, no lado brasileiro, constitui compromisso internacional assumido pelo Brasil com a Bolívia há mais de um século, nos termos dos acordos de Notas de 25 de setembro de 1971, e do Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis de 1903, de 27 de outubro de 1966, pelo qual ficou acordado entre os dois países que o Brasil arcará com os custos decorrentes da elaboração dos estudos, projetos e de engenharia e, por fim, pela construção da ponte.

Para o Estado de Rondônia e para todo o País, a construção desta ponte significará um importante progresso na ligação terrestre entre Brasil e Bolívia; questão importante não só para a população local, mas para a economia brasileira com a intensificação e flexibilidade do comércio regional, fortalecendo a integração política, econômica e de transportes entre os dois países, abrindo uma porta para o Brasil rumo ao continente asiático, alcançando-se, assim, aquele importante mercado.

Em face do exposto, considerando-se a relevância da obra para a região, sugiro a inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a obra de construção da ponte bi-nacional Brasil-Bolívia, em Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputada **Marinha Raupp**.

INDICAÇÃO Nº 309, DE 2011

(Do Sr. Pauderney Avelino)

Sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dê prosseguimento e permita a posse dos aprovados no último concurso do Banco Central do Brasil, realizado no início de 2010.

Excelentíssima Senhora Presidente da República,

O Banco Central do Brasil, instituição criada com a promulgação da Lei nº 4.595, de 1964, é reconhecido, interna e externamente, pela excelência técnica de seu quadro de funcionários. É inegável a relevância

dos serviços prestados por essa Autarquia à sociedade brasileira nesses últimos 46 anos.

Entendemos, entretanto, que há grande risco da estrutura montada ao longo dessa história entrar em colapso. Isso ocorre pela perspectiva de aposentadorias na instituição e pela falta de reposição dessa força de trabalho e conhecimento perdidos. Nas palavras do atual Diretor de Administração do Banco Central, Sr. Altamir Lopes, quase 35% do quadro atual de funcionários deve se aposentar até 2014. No curtíssimo prazo, até o final do presente ano, aproximadamente a quarta-parte dos servidores estará apta a solicitar aposentadoria.

Diante desse quadro, seria de se esperar uma ação contundente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de realizar mais concursos e permitir a posse de candidatos já aprovados. Todavia, não é isso o que observamos na prática. O último concurso realizado, no início de 2010, conta com um bom quantitativo de pessoas aprovadas que não tomaram posse. Nos parece que o governo federal se mostra insensível à situação da Instituição, principalmente após os cortes orçamentários anunciados no início de 2011.

De se registrar que louvamos a iniciativa do governo de buscar uma política fiscal mais restritiva, haja vista o aumento dos gastos públicos nos últimos anos acima do crescimento da economia. Ocorre que esse esforço fiscal não pode colocar em risco a estabilidade da moeda e a solidez do sistema financeiro, dois dos objetivos básicos a serem perseguidos pelo Banco Central.

Dessa forma, para evitar que casos como o do Banco Santos e do Panamericano se repitam no futuro, por conta da carência de pessoal especializado e em quantidade suficiente, sugerimos sejam tomadas providências no sentido de permitir a posse dos candidatos já aprovados no último concurso, além de estudar a possibilidade de realização de novos concursos nos próximos anos.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Pauderney Avelino**, DEM-AM.

REQUERIMENTO DE INSTITUIÇÃO DE CPI Nº 5, DE 2011

(Do Sr. Cláudio Puty (PT-PA) e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a exploração do trabalho escravo ou análogo ao de escravo, em atividades rurais e urbanas, de todo o território nacional.

Sr. Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal e dos arts. 35, 36 e 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o número de integrantes a ser fixado no ato de sua criação e destinada a investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a exploração do trabalho escravo

ou análogo a de escravo, em atividades rurais e urbanas, por todo o território nacional, em razão de tais circunstâncias representarem uma grave afronta à ordem constitucional, legal e ao desenvolvimento econômico e social do país, tendo sido constatadas algumas ocorrências pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, resultando no Cadastro de Empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava no país, cuja atualização foi divulgada no último dia 03 de janeiro de 2011 pelo próprio MTE.

Justificação

Anualmente, o Ministério do Trabalho e Emprego divulga a lista de empregadores fiscalizados e que exploram a força de trabalho das pessoas no regime análogo ao escravo, conhecida como “Lista Suja”. Neste janeiro de 2011 foram incluídos oitenta e oito (88) novos empregadores, totalizando 220 infratores cadastrados, entre pessoas físicas e jurídicas. Este ano se constatou a maior inclusão de infratores na Lista desde o início do Cadastro que foi criado pela Portaria nº 540/2004 do MTE.

Esse trabalho é resultante das equipes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel formado por agentes qualificados, incluindo auditores fiscais do trabalho, procuradores do Ministério Público do Trabalho e agentes da Polícia Federal sob a responsabilidade da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do MTE. No balanço divulgado este ano, entre 2003 e 2010 houve 32.986 resgatados. Atualmente, são mantidas cinco equipes, mas com a possibilidade de aumento desse número quando o número de denúncias exigir.

No Congresso Nacional, a existência da Frente Parlamentar Mista e a Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo que se reuniu na abertura dos trabalhos legislativos, no dia 03 de fevereiro de 2011, se constitui numa forte aliada nesta luta. O parlamento brasileiro historicamente se compromete com a defesa da dignidade nas relações de trabalho, com a garantia e respeito dos direitos trabalhistas e contra a prática da exploração do trabalho escravo ou análogo a escravo observando os ditames constitucionais, especialmente estabelecidos no Art 7º – que elenca os direitos sociais de trabalhadores – e também no Capítulo que trata dos princípios gerais da atividade econômica, nos quais se exige a valorização do trabalho humano, a existência digna e o respeito aos direitos sociais (Art 170 CF/88).

Ainda convém destacar a posição intransigente favorável à responsabilização, nas variadas formas legalmente admitidas, daqueles que afrontam os princípios básicos de nossa formação constitucional. É exemplo dessa contextualização constitucional o dispositivo que sustenta a prevalência dos direitos humanos, previsto no Art 4º, II da CF/88, frontalmente ultrajado pela prática de trabalho escravo ou análogo. Da mesma maneira que assim se configura tal conduta na violação dos fundamentos de nossa República que se constitui

em Estado Democrático de Direito, especificamente os definidos no Art 1º da Carta Constitucional, nos incisos II (cidadania), III (dignidade da pessoa humana) e IV (valores sociais do trabalho).

É com esse propósito que a inserção de novo dispositivo, associado ao texto do Art. 243 da Constituição Federal, objeto da PEC 438/2001¹, se harmoniza com os fundamentos e princípios norteadores do Estado Brasileiro, ao explicitamente dispor sobre a absoluta intolerância com a prática do trabalho escravo. Ainda para reforçar tal argumentação fundante da defesa desta PEC, é o parlamento brasileiro também atento aos objetivos fundamentais estabelecidos no Art 3º da CF/88 que se constitui – e deve preservar-se assim – pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária (inciso I); garantido o desenvolvimento nacional (II) que visa a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (III), com a promoção do bem de todos, sem preconceitos quaisquer ou formas de discriminação (IV).

Toda exploração de atividade econômica neste país nos termos estabelecidos no Art 170 da Constituição Federal deve ser fundada na valorização do trabalho humano, conforme os ditames da justiça social e deve observar princípios que coincidem com aqueles estabelecidos nos artigos introdutórios da CF, acima mencionado, agregado à função social da propriedade (Art. 170, III) e na busca do pleno emprego (idem, VIII). O conceito de “pleno emprego” é reconhecido no âmbito do Direito do Trabalho como aquela relação de trabalho em que estão garantidos os direitos e a proteção social do trabalho. Esta expressão vem sendo associada à definição de “trabalho decente” adotado pela OIT desde 1999 e incorporado nos Estados nacionais, inclusive pelo Brasil, e pelas representações de trabalhadores e empregadores que reconhecem a importância de um novo patamar de desenvolvimento das relações de trabalho no mundo. Nas palavras da Diretora **do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil** da OIT, trabalho decente “*É trabalho adequadamente remunerado, exercido em liberdade, equidade e segurança, e capaz de garantir vida digna. O conceito se apóia em quatro pilares: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social.*” (Revista Desafios, IPEA, edição nº 21, julho, 2005).

¹ O Art. 243 já prevê o confisco de imóvel destinado a cultura de plantas psicotrópicas. Esta PEC introduz o Art 243-A para dar semelhante modalidade de responsabilização ao proprietário de imóveis identificados com a exploração do trabalho escravo, marcando a perda deste imóvel particular para uma destinação adequada à função social de uma propriedade.

Por toda essa conformação jurídico-constitucional e conjuntural acima referida, a investigação sobre as condições e responsabilidades em que se exploram o trabalho análogo ao escravo no Brasil, como proposto no Requerimento de CPI em apreço, é coerente com o texto constitucional vigente e também configura ação de justiça social, sendo esta Casa Legislativa legítima para agir em defesa do desenvolvimento produtivo que não pode pautar-se na desconsideração das condições básicas das relações de trabalho.

É bastante saudável para a agenda legislativa e para o processo de crescimento de nosso país, revelar, investigar, evidenciar os abusos ocorridos nas relações produtivas; a proteção às vítimas e a devida repercussão patrimonial necessária como medida de responsabilização dos infratores. Viver com essa realidade é incompatível com o processo de desenvolvimento alcançado no Brasil neste Século XXI. Daí a relevância da iniciativa como a presente, articulada com os trabalhos e instâncias criadas para a fiscalização dos que exploram a força de trabalho das pessoas no regime análogo ao escravo.

Sala das sessões, 7 de abril de 2011. – **Cláudio Puty**, Deputado Federal, PT-PA.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 452, DE 2011

(Do Sr. Homero Pereira)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde quanto às análises realizadas para registro e reavaliação de agrotóxicos, analisados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde no sentido de esclarecer esta Casa quanto às providências administrativas tomadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, encaminhar ao Diretor da ANVISA, requerimento solicitando as seguintes informações:

– Quais os estudos e demais informações, na íntegra, sustentam as informações que constam na RESOLUÇÃO ANVISA RDC Nº 10, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2008, e que justificam a reavaliação dos ingredientes ativos cihexatina, acefato, metamidofós, endossulfam, fosmete, triclorfom, 2,4-D, paration metílico, glifosato, forato, paraquate, tiram, abamectina e lactofem, citados também como literatura científica pertinente naquela resolução.

Justificação

O artigo 49 da Constituição Federal estabelece em seu inciso X que é dever do Congresso Nacional fiscalizar os atos do Poder Executivo. Portanto, trata-se de uma atribuição constitucional, da qual esta Casa não pode abdicar. A Subcomissão com o objetivo de debater o uso dos produtos agrotóxicos e afins na agricultura brasileira coube a tarefa de avaliar os procedimentos de registro e reavaliação de agrotóxico, bem como seu uso na agricultura.

O registro de um produto formulado (agrotóxico pronto para uso) no Brasil, segue um rito rigoroso que passa pela análise da fitotoxicidade e eficiência agrônômica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, pela análise quanto ao impacto ambiental realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, bem como pela avaliação toxicológica, prerrogativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Portanto, para lograr êxito nesta tarefa é preciso avaliar em profundidade quais os dados embasaram a aprovação de registro dos produtos novos, bem como quais motivaram tanto o processo de reavaliação dos ingredientes ativos de agrotóxicos até o momento objeto de consulta pública, como daqueles que já possuem um cronograma de redução de uso e cancelamento de registro e ou monografia.

Desta forma será possível avaliar se o uso de agrotóxicos no Brasil tem sido feito de forma legal, segura e eficiente, seja do ponto de vista agrônômico, ambiental ou quanto aos riscos à saúde.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – Deputado **Homero Pereira**.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 453, DE 2011

(Do Senhor Homero Pereira)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde quanto às análises realizadas para registro e reavaliação de agrotóxicos, analisados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde no sentido de esclarecer esta Casa quanto às providências administrativas tomadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, encaminhar ao Diretor da ANVISA, requerimento solicitando as seguintes informações:

- No processo de registro dos ingredientes ativos cihexatina, acefato, metamidofós, endossulfam, fosmete, triclofom, 2,4-D, paration metílico, glifosato, forato, paraquate, tiram, abamectina e lactofem, quais os testes e estudos que embasaram a aprovação das monografias destes ingredientes ativos.

- No processo de reavaliação dos ingredientes ativos cihexatina, acefato, metamidofós, endossulfam, fosmete e triclofom, quais as metodologias para execução destes testes e estudos; diretrizes de análise para estes testes e estudos e os resultados dos testes e estudos que embasaram a elaboração e as conclusões das notas técnicas, regulamentos técnicos, consultas públicas, resoluções e outras normas publicadas.

Para responder as perguntas anteriores, solicita-se que sejam apresentados todos os dados dos estudos de toxicologia aportados no registro, do produto original (referência) e produtos registrados posteriormente, de:

- Toxicidade Oral Aguda (DL50 Oral)
- Toxicidade Dérmica Aguda (DL50 Dérmica)
- Toxicidade Inalatória Aguda (CL50)
- Irritação Ocular Aguda
- Irritação Cutânea Aguda
- Sensibilização Cutânea
- Toxicidade Dérmica 21/28 dias
- Toxicidade a curto prazo, duas espécies de animais, uma das quais não roedora
- Toxicidade a Longo Prazo
- Potencial Carcinogênico
- Efeitos sobre a reprodução e prole, em 3 gerações sucessivas
- Efeitos Teratogênicos
- Efeitos Mutagênicos
- Neurotoxicidade Retardada
- Metabolismo e vias de excreção, bem como a meia vida biológica em animais de laboratório.
- Toxicidades dos metabólitos, se forem diferentes nas plantas e animais..

Justificação

O artigo 49 da Constituição Federal estabelece em seu inciso X que é dever do Congresso Nacional fiscalizar os atos do Poder Executivo. Portanto, trata-se de uma atribuição constitucional, da qual esta Casa não pode abdicar. A Subcomissão com o objetivo de debater o uso dos produtos agrotóxicos e afins na agricultura brasileira coube a tarefa de avaliar os procedimentos de registro e reavaliação de agrotóxico, bem como seu uso na agricultura.

O registro de um produto formulado (agrotóxico pronto para uso) no Brasil, segue um rito rigoroso que passa pela análise da fitotoxicidade e eficiência agrônoma do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, pela análise quanto ao impacto ambiental realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, bem como pela avaliação toxicológica, prerrogativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Portanto, para lograr êxito nesta tarefa é preciso avaliar em profundidade quais os dados embasaram a aprovação de registro dos produtos novos, bem como quais motivaram tanto o processo de reavaliação dos ingredientes ativos de agrotóxicos até o momento objeto de consulta pública, como daqueles que já possuem um cronograma de redução de uso e cancelamento de registro e ou monografia.

Desta forma será possível avaliar se o uso de agrotóxicos no Brasil tem sido feito de forma legal, segura e eficiente, seja do ponto de vista agrônomo, ambiental ou quanto aos riscos à saúde.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – Deputado **Homero Pereira**.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 454, DE 2011

(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

“Solicita ao Ministro de Estado da Saúde sobre o cumprimento do art. 100, III, da Lei 10741/2003 – Estatuto do Idoso”.

Senhor Presidente:

Com fundamento nos artigos 50, § 2º, da Constituição da República, 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, encaminhe ao Ministro de Estado da Saúde, o presente Requerimento, solicitando as seguintes informações:

a) Quais as determinações dessa Pasta às Secretarias de Saúde, dos Governos Estaduais e Municipais, visando o cumprimento do Art. 100, III, da Lei 10741/2003, que diz:

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa: III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;

b) Quais as políticas públicas desenvolvidas visando esclarecimento da população sobre os direitos do idoso no atendimento preferencial nos hospitais públicos?

c) Quais as sanções aplicadas a esses hospitais? Quantos profissionais de saúde já foram punidos por não atenderem ao idoso, com base no Art.100, III?

d) Quantos hospitais foram notificados no ano de 2010, quando do descumprimento do Art. 100, III, da Lei 10.741 de 2003?

e) Após veiculada na mídia, da reportagem a qual demonstra o descaso para com os idosos por “profissionais” da saúde, qual a atitude tomada por essa Pasta visando puni-los?

Justificação

Chegam ao nosso conhecimento, diariamente e agora, publicamente veiculado na mídia, onde podemos destacar a excelente matéria publicada no noticiário Domingo Espetacular, da Rede Record de Televisão, no último domingo dia 04 de abril, sobre as irregularidades quando da não aplicação do Estatuto do idoso, em seu artigo 100, III, que trata do atendimento preferencial ao idoso.

Lamentável, Senhor Presidente, presenciarmos profissionais da saúde tratarem idosos como seres humanos descartáveis. Muita coisa está escondida nos hospitais, não apenas a falta de atendimento ambulatorial para todos os cidadãos, o que não é novidade, mas em especial o descaso para com os idosos que são deixados à mercê da sorte quando do atendimento médico.

É sofrida a vida do cidadão, mas é mais sofrida ainda a vida do idoso!

Tais informações fornecerão os subsídios necessários à nossa ação parlamentar, inclusive, se for o caso, para a fiscalização do FIEL cumprimento do artigo 100, III, do Estatuto do Idoso. Essa Lei é pra valer e tem que valer!!!

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Arnaldo Faria de Sá**, Deputado Federal – SP.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 455, DE 2011

(Do Sr. Joaquim Beltrão)

Requer informações ao Sr. Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, sobre a aplicabilidade do Art. 17, do Decreto nº 1998 de 08 de julho de 1998, dos estudos sócio-econômicos relativos a proibição do emprego do fogo na agricultura.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no Artigo 115, Inciso I, do Regimento Interno, que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, requerimento de informações relativas a aplicabilidade do Art. 17, Decreto Nº 2.661, de 08 de Julho 1998, que trata da redução gradativa do emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais.

Justificação

O Artigo 17, do Decreto 2.661/ 1998 determina que “A cada cinco anos, contados da data de publicação deste Decreto, será realizada, pelos órgãos competentes, avaliação das conseqüências sócio-econômicas decorrentes da proibição do emprego do fogo para promover os ajustes necessários nas medidas impostas.”

Diante desta determinação indago a Vossa Excelência:

Se esses estudos vem sendo realizados?
Em que região do País?

Qual órgão é responsável pelas ações?
Quais as soluções encontradas para Região Nordeste?

O questionamento decorre em virtude desse parlamentar e qualquer trabalhador/ produtor de cana-de-açúcar, não ter conhecimento de que haja estudos sócio-econômicos na região Nordeste, sobre o que poderá acontecer com o setor canavieiro após a aplicação deste artigo, e conseqüente mecanização da colheita.

Ressalto que a proibição da queima da palha da cana, irá acabar com o corte tradicional da cana nessa região, atingindo os trabalhadores que moram em municípios da região canavieira como também em municípios da região do semiárido que no verão, período da seca, coincide com a safra da cana -de- açúcar e tradicionalmente mais da metade dos cortadores de cana são os “sertanejos”, trabalhadores temporários, que após a colheita voltam ao seu município, para preparar a terra e espera as chuvas para o plantio, tratos culturais e a colheita, e com a chegada do verão, ter novamente a oportunidade deste emprego na cana.

Diante do exposto, solicito que este Ministério informe sobre o que

trata esse documento, para que os plantadores de cana, e os trabalhadores possam exercer suas funções nesta ou em outra atividade que o estudo sócio-econômico venha alocar.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – Deputado **Joaquim Beltrão**.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 456, DE 2011

(Do Sr. Joaquim Beltrão)

Requer informações a Srª Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Teixeira Vieira, sobre a aplicabilidade do Art. 17, do Decreto nº 1998 de 08 de julho de 1998, dos estudos sócio-econômicos relativos a proibição do emprego do fogo na agricultura.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no Artigo 115, Inciso I, do Regimento Interno, que seja encaminhado ao Sra. Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Teixeira Veira, Civil, requerimento de informações relativas a aplicabilidade do Art. 17, Decreto nº 2.661, de 08 de Julho 1998, que trata da redução gradativa do emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais.

Justificação

O Artigo 17, do Decreto nº 2.661/ 1998 determina que “A cada cinco anos, contados da data de publicação deste Decreto, será realizada, pelos órgãos competentes, avaliação das conseqüências sócio-econômicas

decorrentes da proibição do emprego do fogo para promover os ajustes necessários nas medidas impostas.”

Diante desta determinação indago a Vossa Excelência:

- Se esses estudos vem sendo realizados?
- Em que região do País?
- Qual órgão é responsável pelas ações?
- Quais as soluções encontradas para Região Nordeste?

O questionamento decorre em virtude desse parlamentar e qualquer trabalhador/produtor de cana-de-açúcar, não ter conhecimento de que haja estudos sócio-econômicos na região Nordeste, sobre o que poderá acontecer com o setor canavieiro após a aplicação deste artigo, e conseqüente mecanização da colheita.

Ressalto que a proibição da queima da palha de cana irá acabar com o corte tradicional da cana nessa região, atingindo os trabalhadores que moram em municípios da região canavieira como também em municípios da região do semiárido que no verão, período da seca, coincide com a safra da cana -de- açúcar e tradicionalmente mais da metade dos cortadores de cana são os “sertanejos”, trabalhadores temporários, que após a colheita voltam ao seu município, para preparar a terra e espera as chuvas para o plantio, tratos culturais e a colheita. Com a chegada do verão, ter novamente a oportunidade deste emprego na cana.

Diante do exposto, solicito que este Ministério informe sobre o que trata esse documento, para que os plantadores de cana, e os trabalhadores possam exercer suas funções nesta ou em outra atividade que o estudo sócio-econômico venha alocar.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – Deputado **Joaquim Beltrão**.

REQUERIMENTO Nº 1.186, DE 2011

(Do. Sr. Deputado Henrique Fontana – PT/RS)

“Requer o desarquivamento de proposições”

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exª o desarquivamento de todas as proposições de minha autoria.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Henrique Fontana**, Deputado Federal, PT-RS.

REQUERIMENTO Nº 1.190, DE 2011

Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 7699/2006.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa

Excelência a inclusão na Ordem do Dia da Proposta apreciação pelo Plenário desta Casa, do projeto de Lei n.º 7.699, de 2006 que “Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – **André Figueiredo**, Deputado Federal, PDT-CE.

REQUERIMENTO Nº 1.191, DE 2011

Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4651/2001.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a inclusão na Ordem do Dia da Proposta apreciação pelo Plenário desta Casa, do projeto de Lei n.º 4.645, de 2001 que “Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e acréscimo do § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir na isenção do imposto de renda os trabalhadores em atividade, atingidos pelas doenças lá referidas”.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – **André Figueiredo**, Deputado Federal, PDT-CE.

REQUERIMENTO Nº 1.194, DE 2011

(Senhor Antônio Carlos Biffi e Gilmar Machado)

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiramos a Vossa Excelência o desarquivamento da seguinte proposição.

PEC nº 49/2007

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Antônio Carlos Biffi**, Deputado Federal, PT-MS. – **Gilmar Machado**, Deputado Federal, PT-MG.

REQUERIMENTO Nº 1.195, DE 2011

(Do Sr. Flaviano Melo)

Requer a inclusão na Ordem do Dia do PL nº 2295/2000 do Senado Federal, que “dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e auxiliares de enfermagem”.

Senhor Presidente,

Com base no art. 114, inciso XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja incluída na Ordem do Dia o PL nº 2295/2000 do Senado Federal, que “dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem”.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Flaviano Melo**, PMDB-AC.

REQUERIMENTO Nº 1.196, DE 2011
(da Senhora Deputada Solange Almeida)

Requer o desarquivamento do Projeto de Lei 2003/2007 da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Senhor Presidente,

Com base nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 – Suplemento ao nº 14, requeiro a Vossa Excelência a inclusão o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2003/2007 da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Solange Almeida**, PMDB-RJ, Deputada Federal.

REQUERIMENTO Nº 1.197, DE 2011
(Do Sr. Deputado Marcelo Aguiar)

Requer a realização de Sessão Solene, em homenagem ao Dia do Taquígrafo.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 68, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho, respeitosamente, solicitar que seja ouvido o Plenário, para a convocação de sessão solene, a ser realizada no dia 20 de maio de 2011, na Câmara Federal, em homenagem ao Dia do Taquígrafo.

Justificação

Em 3 de maio, os taquígrafos comemoram o dia a eles consagrado no calendário nacional. A escolha da data refere-se à instalação da Primeira Assembléia Nacional Constituinte, ocorrida em 1823, quando, pela primeira vez no Brasil, os taquígrafos exerceram a profissão. Em 2011, portanto, os taquígrafos comemoram 188 anos de serviços prestados.

Profissional sempre presente nos parlamentos, bem como em tribunais, em conferências e em qualquer lugar em que seja necessário o registro sistemático da palavra falada, os taquígrafos constituem-se em imprescindíveis auxiliares da atividade parlamentar. Ao transformar a voz em palavra, o taquígrafo possibilita que a história e a cultura de um povo sejam guardadas para a posteridade.

Desse modo, dada a importância do profissional da taquígrafia para os trabalhos desta Casa Legislativa, nada mais justo que se homenageiem os taquígrafos, motivo pelo qual conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – Deputado **Marcelo Aguiar**, PSC-SP.

REQUERIMENTO Nº 1.198, DE 2011
(Do Sr. Artur Bruno)

Votos de Louvor à Dra. Luisa Elisabeth Timbó Corrêa Furtado e ao Professor Emmanuel Furtado pela autoria do livro “De Corpo e Alma – Trajetória de Thomaz de Araújo Corrêa Ícone de Ipu”.

Senhor Presidente,

Requeiro, de acordo com o Art. 117, inciso XIX, Parágrafo 3º do Regimento Interno, Vossa Excelência, se digne a registrar nos meios de comunicação desta Casa, votos de congratulações à Dra. Luisa Elisabeth Timbó Corrêa Furtado e ao Professor Emmanuel Furtado pela autoria e lançamento do livro “De Corpo e Alma – Trajetória de Thomaz de Araújo Corrêa Ícone de Ipu”, que será realizado no dia 29 do corrente mês, no Centro Cultural Oboé em Fortaleza-CE.

Desde já agradeço a atenção de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Artur Bruno**, Deputado Federal, PT-CE.

REQUERIMENTO Nº 1.199, DE 2011
(Do Sr. Artur Bruno)

Votos de Louvor à nova Diretoria da Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE.

Senhor Presidente,

Requeiro, de acordo com o Art. 117, inciso XIX, Parágrafo 3º do Regimento Interno, Vossa Excelência, se digne a registrar nos meios de comunicação desta Casa, votos de congratulações à nova Diretoria da Confederação Nacional dos Jovens Empresários – CONAJE pela cerimônia de posse, que será realizada no dia 12 do corrente mês, na Confederação Nacional da Indústria – Brasília/DF.

Desde já agradeço a atenção de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Artur Bruno**, Deputado Federal, PT-CE.

REQUERIMENTO Nº 1.200, DE 2011
(Do Sr. Missionário José Olímpio)

Requer à retirada de minha assinatura do Requerimento Sr. Anthony Garotinho e outros, que cria a CPI da CBF, nos termos do §4º do Art. 102 do Regimento Interno.

Sr. Presidente,

Nos termos do §4º do Art. 102 do Regimento Interno, requeiro à Vossa Excelência à retirada da minha assinatura do Requerimento do Sr. Anthony Garotinho e outros, que cria a CPI da CBF.

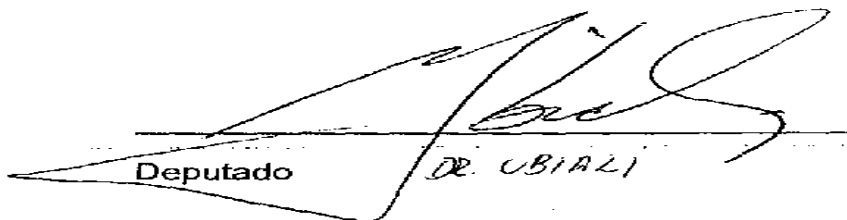
Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Missionário **José Olímpio**, Deputado Federal, (PP-SP).

REQUERIMENTO Nº 1201, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, REQUEIRO a V.Exa. a retirada de minha assinatura do Requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades para a realização da Copa do Mundo de 2014.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2011

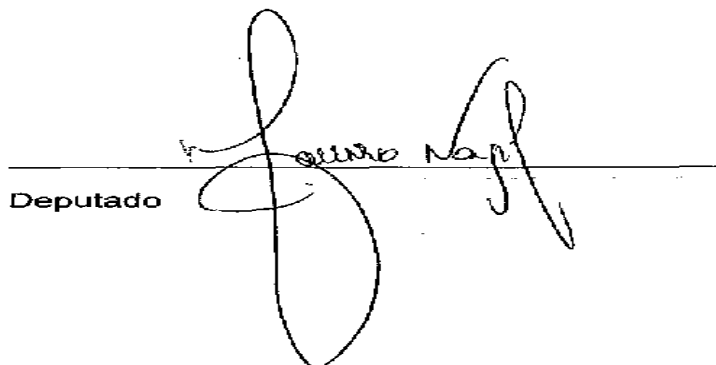

Deputado DE. UBIALI

REQUERIMENTO Nº 1202, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, REQUEIRO a V.Exa. a retirada de minha assinatura do Requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades para a realização da Copa do Mundo de 2014.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2011


Deputado

REQUERIMENTO Nº 1.203, DE 2011

(Do Sr. Roberto Britto)

Solicita a retirada de assinatura de requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada de minha assinatura do requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades na composição societária do COL, bem como nos critérios de divisão dos lucros da Copa de 2014 e nos acordos firmados entre a Confederação Brasileira de Futebol e redes de TV e patrocinadores, de autoria do Deputado ANTHONY GAROTINHO.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Roberto Britto**, PP-BA.

REQUERIMENTO Nº 1.204, DE 2011

(Do Sr. Edinho Araújo)

Solicita inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição de nº 89/2007, que “Dá nova redação ao inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.”

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 114, inciso XIV, do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, de Proposta de Emenda à Constituição de nº 89, de 2007, que “Dá nova redação ao inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.”

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Edinho Araújo**, PMDB-SP.

REQUERIMENTO Nº 1.205, DE 2011

(do Senhor Deputado Eli Correa Filho)

Requer a retirada de assinatura ao Requerimento nº ____/2011, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 102, § 4º, do Regimento Interno, seja determinada a retirada de minha assinatura aposta ao Requerimento nº ____/2011, de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades na composição societária do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014; investigar os acordos firmados pela CBF com redes de TV; o volume de recursos envolvidos na concessão de direitos de transmissão e destino dos recursos; o recebimento de salários pelos membros da diretoria da CBF; o finan-

ciamento de campanhas eleitorais; o uso da entidade para obtenção de recursos com vendas de jogadores; e, a tomada de empréstimos em instituições financeiras com juros prejudiciais à entidade.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Eli Correa Filho**, DEM-SP.

REQUERIMENTO Nº 1206, DE 2011

(Do Sr. Oziel Oliveira)

Requer o envio de Moção de Congratulação ao município de Correntina – BA, em comemoração aos seus 73 anos de emancipação política.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e com base no Art. 113, inciso I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja enviada Moção de Congratulação ao município de Correntina – BA, em comemoração aos seus 73 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, 07 de Abril de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal, PDT-BA.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO

Considerando que o município de Correntina – BA dista aproximadamente 980 km de Salvador, localizado na região Oeste da Bahia, situado em local privilegiado, banhado pelos rios Correntina, Arrojado, Santo Antônio, Guará e Rio de Meio, todos com águas cristalinas, tornam esse município em um importante atrativo turístico.

Em 30 de março de 1938, recebeu o foro de cidade sob a batuta do Intendente Major Félix Joaquim de Araujo, no entanto, seus habitantes somente vieram comemorar em 01 de janeiro de 1939, tendo em vista a demora que havia na comunicação.

Ressalte-se que o município de Correntina – BA com uma população estimada em 32.980 (trinta e dois mil novecentos e oitenta) habitantes possui tradição nos festejos carnavalesco, atraindo excursões dos estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, que chegam à cidade por meio de ônibus fretados lotando hotéis e pousadas, gerando emprego e renda para a região.

Considerando que ao longo desses 73 anos, em muito o município de Correntina – BA contribuiu com o desenvolvimento da região Oeste da Bahia, sobretudo no aspecto do ecoturismo, levando inúmeras pessoas dos diversos estados do Brasil a buscar em suas belezas naturais e seu povo hospitaleiro um lugar para descanso e lazer.

Considerando ainda que, em muito esse município contribui com o desenvolvimento da região oeste da Bahia no que tange a produção agrícola em larga

escala, tendo em vista que sua produção reflete em geração de emprego e renda para o município.

Reitere-se ainda que o município tem ainda contribuição da agricultura familiar, haja vista que por meio desse modelo milenar gerando renda e sobretudo, garantindo o sustento do povo correntinense.

Considerando, sobretudo, a importância dos moradores que residem nesse tão importante município, um povo carismático que cativa seus visitantes com sua culinária, um povo que luta pelo progresso e que constroem a cada dia a história de Correntina – BA.

Por todo o Exposto requeiro a Vossa Excelência o envio desta Moção de Congratulação ao Município de Correntina – BA, em comemoração aos seus 73 anos de emancipação.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal, PDT-BA.

REQUERIMENTO N° 1.207, DE 2011

(Do Sr. Oziel Oliveira)

Requer o envio de Moção de Congratulação ao município de Santa Rita de Cássia – BA, em comemoração aos seus 171 anos de emancipação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e com base no Art. 113, inciso I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja enviada Moção de Congratulação ao município de Santa Rita de Cássia – BA, em comemoração aos seus 171 anos de emancipação.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal, PDT-BA.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO

Considerando que o município de Santa Rita de Cássia – BA, dista aproximadamente 1.004 km de Salvador, localizado na região Oeste da Bahia, situada em um importante entroncamento rodoviário e hidroviário, interligando as Regiões Norte, Nordeste e Centro- Oeste do país.

Em 26 de março de 1840, por meio da Lei provincial n° 119, ocorreu a emancipação política do até então povoado de Santa Rita do Rio Preto, como se chamava, cujo território fora desmembrado do município de Barra do rio Grande.

Ressalte-se que o município de Santa Rita de Cássia foi o segundo município a ser criado na região Oeste da Bahia e hoje conta com uma população estimada em 26.261 habitantes.

Informe-se ainda que o município de Santa Rita de Cássia – BA se destaca sobretudo com sua pujante

pecuária, alavancando a economia local promovendo a geração de emprego e renda do município.

Considerando ainda sua privilegiada localização, haja vista que Santa Rita de Cássia é banhado pelo tão estima Rio Preto que com sua exuberância atrai turistas de todos os Estados do nosso país.

Considerando que ao longo desses 171 anos, em muito o município de Santa Rita de Cássia – BA contribuiu com o desenvolvimento da região Oeste da Bahia.

Considerando, sobretudo, a importância dos moradores que residem nesse tão importante município, um povo que luta pelo progresso e que constroem a cada dia a história de Santa Rita de Cássia.

REQUEIRO a Vossa Excelência o envio desta Moção de Congratulação ao Município de Santa Rita de Cássia – BA, em comemoração aos seus 171 anos de emancipação.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal, PDT-BA.

REQUERIMENTO N° 1.208, DE 2011

(Do Sr. Oziel Oliveira)

Requer o envio de Moção de Congratulação ao município de Luís Eduardo Magalhães – BA, em comemoração aos seus 11 anos de emancipação política.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e com base no Art. 113, inciso I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja enviada Moção de Congratulação ao município de Luís Eduardo Magalhães – BA, em comemoração aos seus 11 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, 7-4-11. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal, PDT-BA.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO

Considerando Excelência que em 1974 chega à região os baianos Enedino Alves da Paixão (Negão) e sua esposa Maria Firmino de Jesus, com seus oito filhos. Instalaram-se no entroncamento das BRs 242 e 020, construindo uma pensão que alojava os caminhoneiros que por ali transitavam.

Ressalte-se Excelência que no final da década de 70, se inicia o a um processo de colonização com a ida de diversas pessoas oriundas de todo o País, mais principalmente da Região Sul.

O pioneiro Sr. Constantino Catarino de Souza chega à Bahia em 1979 e começa a desbravar o cerrado baiano adquirindo para isso uma área de 272 mil hectares, hoje o município de Luís Eduardo Magalhães.

O Sr. Constantino como homem visionário, muito além da sua época inicia a colonização do oeste baiano

buscando seus conterrâneos no sul do país. Daí surgem os primeiros moradores que junto com ele dão início ao hoje município de Luís Eduardo Magalhães – BA.

Desse modo, citamos o engenheiro agrônomo Antônio Guadagnin, Hilário Cappes, Luís Ricardi, Leonates de Souza, Adelque Ramos e Arnaldo Horácio Ferreira, este último inicia a implantação do Loteamento mimoso do Oeste, hoje Sede do município. Com o passar do tempo surgem outras famílias, tais como Ottomar Scwengber, Roberto Fontana, Jacob Lauck, dentre outros.

Desse modo, Luís Eduardo Magalhães é um município brasileiro localizado no oeste do estado da Bahia com sua população estimada em 2011 é de mais de 60.000 habitantes, era um pequeno povoado denominado Mimoso do Oeste, que em 3 de dezembro de 1987 vem a ser um distrito de Barreiras.

Ressalte-se ainda que através da Lei nº 395/1997, em 17 de novembro de 1998, passou a denominação atual, para após referendo, decorrente de um projeto elaborado pela então Deputada Estadual **Jusmari Oliveira**, hoje prefeita do município de Barreiras e esposa desse deputado, seu nome é uma homenagem ao falecido deputado, filho do Senador Antônio Carlos Magalhães, criado em 30 de março de 2000, pela Lei 7619/00.

Considerando que o município possui a décima maior economia do estado da Bahia, sua região é responsável por sessenta por cento da produção de grãos do estado, sua renda *per capita* é uma das maiores do Brasil. O CIC – Centro Industrial do Cerrado é composto por empresas líderes em seus segmentos, inclusive quase vinte multinacionais. Entre as empresas que se instalaram no município, temos a Mauricea Alimentos, Bünge Alimentos, Indústria coringa, Icoforte, Tagi, ESA, Amagi & LD Commodities, entre outras.

Sua agricultura é pujante, diversificada e de grande produtividade, como a soja, algodão e milho, possuindo grandes áreas irrigadas de café e fruticultura, tendo uma pecuária de alta qualidade tanto na área genética como tecnológica. O município é um dos cinco do Brasil que sediam um dos maiores eventos de equipamentos de alta tecnologia destinados ao agronegócio, o Bahia Farm Show, antes denominado Agrishow.

Merece destaque ainda sua rede de hotéis por ser diversificada e suficiente, indo dos mais simples até o de categoria internacional. Seu comércio é suficiente para atender toda a demanda de seus habitantes, tanto na área de alimentos como produtos e implementos agropecuários e construção civil.

Ressalte-se ainda que todas as culturas citadas acima, juntamente com a cadeia do agronegócio, transformam a cada dia o Oeste da Bahia e o Município passa a ser o mais importante espaço do nordeste a

receber imigrantes, onde seus moradores passam a conviver com uma cultura mais característica dos estados do sul do Brasil.

Destaque ainda que Luis Eduardo Magalhães – BA, teve como seu primeiro prefeito este deputado de 2000 a 2008, que não economizou esforços para dirigir os caminhos do município de forma que a Administração Pública, pode-se acompanhar todo o seu crescimento, que procurou fazer o melhor. E neste dia através desta moção pelo seu 11º aniversário, se emociona em ver que todo o seu trabalho não foi em vão, e hoje o município, segue a sua trajetória para se tornar um dos mais importantes entes da federação.

Considerando, sobretudo, a importância dos moradores que residem nesse tão importante município, constituídos por homens e mulheres comprometidos com o progresso da região, bem como uma juventude forte que juntos constroem a cada dia a história de Luís Eduardo Magalhães – BA.

Por todo o Exposto requeiro a Vossa Excelência o envio desta Moção de Congratulação ao Município de Luís Eduardo Magalhães – BA, em comemoração aos seus 11 anos de emancipação.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal, PDT-BA.

REQUERIMENTO Nº 1.209, DE 2011

(da Sra. Deputada Rosane Ferreira)

Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008.

Senhor Presidente:

Com base no inciso XIV do art. 114 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008, que “Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferência para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo”.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – **Rosane Ferreira**, Deputada Federal, PV-PR.

REQUERIMENTO Nº 1.210, DE 2011

(Do Sr. Marçal Filho)

Requer o registro da “Frente de Apoio ao Ensino Técnico e Profissionalizante”.

Senhor Presidente,

Conforme Ato da Mesa 69 de 2005, solicitamos registro da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino

Técnico e Profissionalizante com atuação no âmbito do Congresso Nacional, com caráter suprapartidário, de interesse público, de natureza política, de âmbito nacional, e integrada por deputados federais, senadores e representantes de entidades da sociedade civil.

Instituição sem fins lucrativos, a Frente busca o cumprimento das seguintes finalidades:

1 – Contribuir com o debate e aprimoramento de toda e qualquer matéria legislativa concernente ao ensino técnico e profissionalizante no âmbito do Congresso Nacional.

2 – Estimular ampla participação da sociedade civil nas discussões sobre o ensino profissionalizante, de acordo com os princípios e objetivos fundamentais declarados na LEI ORDINÁRIA Nº 11741, DE 16 DE JULHO DE 2008, que altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional.

3 – Ampliar o debate sobre a relevância do Ensino Técnico e Profissionalizante para o Brasil, instruindo a população da necessidade que a presença do técnico de nível médio representa para o mundo do trabalho, sobretudo em função do crescente aumento das ino-

vações tecnológicas e dos novos modos de organização da produção.

4 – Propor legislação que proporcione a ampliação da participação popular nas decisões políticas relacionadas ao tema.

5 – Realizar seminários, debates e outros eventos, com vistas ao aprofundamento da discussão sobre o tema e a elaboração de propostas de Apoio ao Ensino Técnico e Profissionalizante.

6 – Promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar no âmbito do Parlamento e junto à sociedade.

7 – Articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações das entidades da sociedade civil, voltadas para o Ensino Tecnológico e Profissional.

8 – Servir de ponte entre o Parlamento e os movimentos da sociedade civil pelo desenvolvimento do Ensino Técnico e Profissionalizante.

Brasília, 7 de abril de 2011. – Deputado **Marçal Filho**, Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Técnico e Profissionalizante.

REQUERIMENTO Nº 1.211 DE 2011

REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura aposta ao Requerimento de autoria do Dep. Anthony Garotinho que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades na composição societária do COL; no critério de divisão dos lucros da Copa 2014; nos acordos firmados entre a Confederação Brasileira de Futebol e redes de TV e patrocinadores; o volume de recursos envolvidos nas concessões de transmissão e o destino dos mesmos, bem como a apuração dos responsáveis pelas alegadas irregularidades; recebimento de salários pelos membros da diretoria; prática de lavagem de dinheiro; desvio de recursos da entidade; financiamento de campanhas eleitorais; uso do dinheiro da instituição para pagamento de advogados em causas pessoais; uso da entidade para obtenção de lucros com a venda de jogadores; tomada de empréstimos em instituições financeiras internacionais com juros prejudiciais à entidade.

Sala das Sessões,

07 ABR 2011

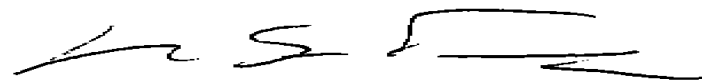

Deputada **ERIKA KOKAI**
PT/DF

REQUERIMENTO Nº 1.212 DE 2011**REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA**

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura aposta ao Requerimento de autoria do Dep. Anthony Garotinho que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades na composição societária do COL; no critério de divisão dos lucros da Copa 2014; nos acordos firmados entre a Confederação Brasileira de Futebol e redes de TV e patrocinadores; o volume de recursos envolvidos nas concessões de transmissão e o destino dos mesmos, bem como a apuração dos responsáveis pelas alegadas irregularidades; recebimento de salários pelos membros da diretoria; prática de lavagem de dinheiro; desvio de recursos da entidade; financiamento de campanhas eleitorais; uso do dinheiro da instituição para pagamento de advogados em causas pessoais; uso da entidade para obtenção de lucros com a venda de jogadores; tomada de empréstimos em instituições financeiras internacionais com juros prejudiciais à entidade.

Sala das Sessões,

07 ABR 2011



Deputado AMAURI TEIXEIRA
PT/BA

REQUERIMENTO Nº 1.213 DE 2011**REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA**

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura aposta ao Requerimento de autoria do Dep. Anthony Garotinho que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades na composição societária do COL; no critério de divisão dos lucros da Copa 2014; nos acordos firmados entre a Confederação Brasileira de Futebol e redes de TV e patrocinadores; o volume de recursos envolvidos nas concessões de transmissão e o destino dos mesmos, bem como a apuração dos responsáveis pelas alegadas irregularidades; recebimento de salários pelos membros da diretoria; prática de lavagem de dinheiro; desvio de recursos da entidade; financiamento de campanhas eleitorais; uso do dinheiro da instituição para pagamento de advogados em causas pessoais; uso da entidade para obtenção de lucros com a venda de jogadores; tomada de empréstimos em instituições financeiras internacionais com juros prejudiciais à entidade.

Sala das Sessões,

07 ABR 2011



Deputado NAZARENO FONTELES
PT/PI

REQUERIMENTO Nº 1.214 , DE 2011

(Do Sr. Wellington Roberto)

Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 54/1999, que acrescenta o artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/1999, que “dispõe que o pessoal em exercício que não tenha sido

admitido por concurso público, estável ou não, passe a integrar quadro temporário em extinção, à medida que vagarem os cargos ou empregos respectivos”.

Justificação

A referida matéria é de extrema relevância, ao passo que modifica o Art. 19 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal, criando quadro de pessoal, quadro extinto do pessoal temporário e incluindo os servidores em exercício efetivo.

Sala de Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Wellington Roberto, PR-PB.**

REQUERIMENTO Nº 1215 , DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, REQUEIRO a V.Exa. a retirada de minha assinatura do Requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades para a realização da Copa do Mundo de 2014.

07 ABR 2011

Sala das Sessões, de de 2011



Deputado

REQUERIMENTO Nº 1216/2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência requerer, nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, o pedido de desarquivamento das seguintes proposições:

PL nº 6167/2009
 PEC nº 295/2008
 PL nº 3728/2008
 PL nº 3497/2008
 PL nº 3202/2008
 PL nº 2644/2007

Certo de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para renovar protestos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das sessões, 7 de Abril de 2011. – **André Vargas, Deputado Federal, PT-PR.**

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2011

(Do Sr. Deputado João Arruda)

Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 270/2008.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 270/2008, que “Acrescenta o parágrafo 9º ao art. 40 da Constituição Federal de 1988”, garantindo ao servidor que aposentar-se por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – **João Arruda, Deputado Federal, PMDB-PR.**

REQUERIMENTO Nº 1.218, DE 2011

(Do Sr. Francisco Praciano)

Requer o registro da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção na 54ª Legislatura.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 3º do Ato da Mesa nº 69, de 2005, venho, respeitosamente, requerer a Vossa Excelência que se digne registrar, na 54ª Legislatura, perante a Mesa da Câmara dos Deputados, a **Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção**, constituída desde 03 de fevereiro de 2004.

Para o cumprimento do disposto no Parágrafo Único do citado artigo 3º, informamos a Vossa Excelência que a associação suprapartidária em referência funcionará com o nome já indicado e o Deputado abaixo assinado a representará perante a Casa por todas as informações que prestar à Mesa Diretora.

Encaminho em anexo, Ata de constituição, Estatuto e Relação dos Componentes.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. –

Atenciosamente, – **Francisco Praciano**, Deputado Federal, (PT-AM).

REQUERIMENTO Nº 1.219, DE 2011

Requer registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto conforme o disposto do Ato da Mesa nº 069 de 10/11/2005.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Em conformidade com o disposto no Ato da Mesa nº 069 de 10/11/2005 **REQUEREMOS** o registro da **FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA VIDA – CONTRA O ABORTO** para esta 54ª Legislatura do Congresso Nacional, cujo Presidente é um dos signatários deste requerimento, Deputado Federal Salvador Zimbaldi-PDT/SP.

Em anexo, consta a Ata de Fundação, o Estatuto e a Carta de Objetivos desta Frente, bem como as assinaturas de apoio.

Brasília, 06 de Abril de 2011.



Deputado Salvador Zimbaldi-PDT/SP
Presidente



Deputado Alberto Filho-PMDB/MA
Secretário Executivo

REQUERIMENTO Nº 1.220, DE 2011

(Do Senhor Felipe Maia)

Requer a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 270/2008.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigo 114,

inciso XIV, a inclusão na Ordem do Dia da proposta de Emenda à Constituição nº 270/2008, que “Acrescenta o parágrafo 9º ao art. 40 da Constituição Federal de 1988, garantindo ao servidor que aposentar-se por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade”.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2011. – Deputado **Felipe Maia**.

REQUERIMENTO Nº 1.221, DE 2011**Moção de Solidariedade**

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados expressa a sua solidariedade com as famílias das crianças do bairro de Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, vítimas de um ato de selvageria e crueldade cometida na escola municipal Tasso da Silveira.

Lamentamos profundamente esta tragédia que enluta não apenas os familiares, o Município e o Estado do Rio de Janeiro, mas todo o País. Estamos todos consternados e abalados com este ato e pedimos a Deus que conforte a todos, que de alguma forma foram atingidos por este drama indescritível. É que possamos todos refletir sobre este episódio.

Brasília, 07 de abril de 2011.



Deputada ROSE DE FREITAS
Primeira-Vice-Presidente

VI – ORDEM DO DIA

(Debates e Trabalho de Comissões.)

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Vai-se passar ao horário de

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, pelo PMDB.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, além de ser o Dia Mundial da Saúde, é também o Dia do Jornalista. Não podemos nos esquecer desta data. Queremos homenagear os jornalistas brasileiros e do mundo inteiro. Peço a V.Exa. que autorize a divulgação nos órgãos de comunicação da Casa do nosso pronunciamento em homenagem aos jornalistas.

Parabenizamos os jornalistas pelo seu dia, com respeito e admiração. Esses profissionais dão sua vida pelo trabalho, para o bom desempenho de sua profissão, pois não há democracia sem liberdade de imprensa, como não há liberdade de imprensa sem jornalista.

O fundamental para o jornalista é ter envolvimento com a profissão, é gostar de notícias, é querer fazer mais, é querer estar bem informado. Por isso precisamos reconhecer o diploma dessa classe, a fiel escudeira da democracia brasileira e do mundo.

Somos favoráveis a que os jornalistas exerçam sua profissão com diploma, assim como nós, advogados, também o conquistamos. E a advocacia sempre foi profissão-irmã do jornalismo brasileiro, a exemplo de Sobral Pinto, grande advogado e também jornalista brasileiro.

Mas quero falar também do Dia Mundial da Saúde e do meu partido, o PMDB, hoje sob a batuta do nosso

Líder Henrique Eduardo Alves e do nosso Presidente nacional licenciado, o Vice-Presidente Michel Temer.

O PMDB iniciou agora, neste mandato, debates sobre temas nacionais. E o de ontem foi sobre a saúde, principalmente a saúde pública, notadamente os hospitais filantrópicos que cuidam da população brasileira por intermédio do SUS.

O PMDB vai adotar como sua bandeira mais forte a defesa da saúde pública, do SUS, no Brasil.

Temos no pacto federativo uma distorção que não é deste Governo, mas que é prática do Executivo brasileiro desde há muitos anos, em que estamos desmontando a Federação. O Governo Federal fica com 70% dos recursos públicos, os Estados, com 25%, e os Municípios, com apenas 5%. Mesmo assim, os Municípios têm cumprido muito bem, e até mais, sua obrigação constitucional. Ou seja, os Municípios contribuíram com cerca de 30 bilhões de reais para a saúde pública, para o SUS, com suas obrigações constitucionais no Brasil. Eles contribuíram com 11,5 bilhões a mais. Os Estados devem 28 bilhões, e o Governo Federal, de 2000 a 2008, mais 20 bilhões para a saúde pública.

Hoje, na *Folha de S.Paulo*, Ives Gandra Martins coloca que nosso País está crescendo cada vez mais, mas que só seremos um país desenvolvido se tivermos um povo com saúde. A questão do capital humano, da educação e da saúde é fundamental para o desenvolvimento do País.

Por isso nosso partido quer defender que – e tenho certeza de que nossa Presidente Dilma está indo nessa direção –, depois de retirados do Orçamento da União os valores referentes aos pagamentos da dívida e dos juros, seja feita a aplicação de, no mínimo, 10% dos recursos orçamentários em saúde pública – se de fato quisermos ter uma saúde a contento.

Há 17 anos não são reajustados os valores pagos aos profissionais e aos hospitais do País. As casas de saúde filantrópicas estão fechando, falindo, porque há 17 anos não recebem reajuste, Deputado Onofre Santo Agostini. E é preciso que se faça uma opção. Governar é fazer opções.

Quero falar também, porque fui Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, sobre essa lástima, essa tragédia que ocorreu numa escola em Realengo, no Rio de Janeiro.

É claro que o ocorrido não faz parte do cenário comum no Rio de Janeiro, nada tem a ver com a criminalidade carioca. O assunto também não está diretamente ligado à polícia. Quem iria adivinhar que um jovem, sem passagem pela polícia, fosse capaz de cometer esse tipo de atrocidade? De repente, essa atitude patológica não surgiu do dia para a noite.

Faço aqui uma previsão, pois, com certeza, a investigação mostrará que esse jovem que infelizmente praticou essa chacina seguida de ato de suicídio, um verdadeiro genocídio, ao matar e ferir mais de duas dezenas de jovens alunos, era um ser violento, motivado talvez por ter sido vítima de *bullying* ou agasalar alguma revolta havida na infância. Muitos desses atiradores criminosos têm histórico de *bullying* ou de revolta na infância.

Na Internet ainda há essas loucuras, esses *sites* de malignidade humana que devem, sim, ser censurados. Lutamos tanto contra a censura política quanto somos a favor da censura da malignidade. Temos de defender a população para ter um mundo melhor. Porque muitas dessas pessoas, como a desse atirador, irão surgir, se inspirando nesse que apresentava distúrbios patológicos – porque isso é um tipo de patologia humana – e que o levaram à tamanha violência de tirar a vida de inocentes crianças.

Precisamos, sim, nós Parlamentares desta Casa, juntamente com o Governo, propor ações no sentido de que deve haver acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes que venham a apresentar, ainda na escola, atitudes próprias de um criminoso e assassino, como esse atirador no Rio de Janeiro.

Que determinadas pessoas sejam acompanhadas nas empresas onde trabalham, como também na Internet pelos internautas do bem, que, felizmente, são a grande maioria. Que consigam enviar, por meio de um *site* de informações à polícia, ou por meio da inteligência policial em cada Estado do País, dados de pessoas que apresentam tais desvios de personalidade.

É preciso que seja criada uma legislação que preveja o acompanhamento psicológico nas escolas e nas empresas, e que a polícia possa acompanhar essas pessoas que podem praticar crimes hediondos, horrendos, fruto de uma sociedade que acaba produzindo algum tipo de patologia.

É preciso que haja assistência psicológica nas escolas às crianças e aos adolescentes, assim como aos trabalhadores, funcionários de empresas.

Urge tornar legal o acompanhamento dos *sites* que fazem circular esse tipo de comportamento. Há de se dar informações para a polícia, a fim de evitar que isso torne a acontecer em nosso País, que não está acostumado a essas práticas.

Presto, pois, nossa homenagem aos jornalistas brasileiros pelo seu Dia. Temos o compromisso da defesa do diploma de jornalista para o exercício legal da profissão.

Que a saúde pública seja prioridade no Governo da nossa Presidenta. Que ela cumpra o prometido, em

prol de uma saúde pública e de um capital humano de qualidade.

Muito obrigado.

*PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO
PELO ORADOR*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna parabenizar os jornalistas pelo seu Dia. Como sinal de respeito e admiração a esses profissionais, quero aqui homenageá-los e pedir a valorização da profissão e do profissional jornalista. Pois não há democracia sem liberdade de imprensa e não há liberdade de imprensa sem jornalista.

O fundamental para o jornalista é ter envolvimento com a profissão. Gostar de notícia, querer saber mais, estar bem informado; por isso, precisamos reconhecer o diploma dessa classe, fiel escudeira da democracia.

A valorização do profissional jornalista passa pela valorização de todos os trabalhadores, a partir de políticas de defesa dos direitos trabalhistas e da garantia de condições de trabalho adequadas, que incluam emprego, salários dignos, proteção à saúde e relações trabalhistas respeitadas. Mas esta valorização precisa, também, atender às especificidades da profissão.

A profissão do jornalista tem sido, nos últimos anos, a mais atacada no Brasil e em muitos outros países. Um movimento mundial dos grandes conglomerados da mídia conseguiu desregular a atividade profissional no Brasil. No nosso País, a regulamentação da profissão, uma conquista de quase 70 anos, foi injustificada por uma decisão judicial que eliminou a exigência da formação de nível superior para o exercício do jornalismo. Por isso, hoje, Dia do Jornalista, quero desta tribuna manifestar o meu apoio e dizer que sou defensor dessa classe, que defendo os seus direitos, pois uma conquista de quase 70 anos não pode ficar sem reconhecimento. Esses profissionais são as vozes da democracia – eles que lutaram tanto pela liberdade de imprensa no regime militar; e juntos conseguimos a tão sonhada democracia neste País.

O Dia do Jornalista foi instituído pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em homenagem a João Batista Líbero Badaró, jornalista brasileiro de origem italiana que morreu assassinado por inimigos políticos, em São Paulo, no dia 22 de novembro de 1830, durante uma passeata de estudantes. A morte do jornalista levou a uma mobilização popular que resultou na abdicação de D. Pedro I, no dia 7 de abril de 1831.

À figura de João Badaró a nossa homenagem.

A profissão de jornalista precisa ser valorizada e fortalecida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sibá Machado, pelo PT.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, volto à tribuna hoje, depois de, ainda nesta semana, ter me reportado à mensagem da Presidenta Dilma Rousseff sobre a criação da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa.

Sr. Presidente, falo sobre um estudo que motivou minha tese de mestrado, concluído ano passado. Falo um pouco desse assunto, do qual não poderia deixar de tratar durante estes 10 minutos dedicados a comunicações partidárias.

O economista inglês Schumacher, ainda nos anos 1970, fez uma análise das empresas no mundo capitalista em seu livro intitulado *O Negócio é Ser Pequeno*. Porque se trabalha muito na direção de que quanto maior uma empresa maior seu significado para o desenvolvimento de sua nação. E reporta-se aos grandes clássicos, que vão de Adam Smith a David Ricardo e tantos outros. Mas houve no caminho uma pedra, uma grande pedra, que foi a crise econômica que assolou o mundo inteiro em 1929.

Daí nasceu Keynes, que trouxe outra dimensão, a de que é preciso a presença do Estado para coordenar e dinamizar a economia. Mas continuavam a pensar que o exemplo de um Estado nacional é o que tem na matriz do seu desenvolvimento as grandes empresas.

Pois muito bem: Schumacher nos diz que este pensamento está em desuso e que o mais importante para um país, especialmente os países em desenvolvimento, é ter na matriz de seu planejamento pequenos negócios. Porque a grande empresa, em sendo obrigada a crescer em volume e em tecnologias, inevitavelmente faz diminuir a participação de pessoas.

E aqui nós precisamos considerar alguns dados importantes. Vejam bem os dados do SEBRAE, Sras e Srs. Deputados. As pequenas e microempresas no Brasil, ou seja, as empresas que contratam menos de dez pessoas em seus quadros, são responsáveis pela construção de 20% do PIB nacional; 99% de todos os empreendimentos empresariais do País, que são cerca de 7 milhões e 500 mil; 95% do pagamento em dia, a adimplência de seus contratos; 69,5% da geração de empregos, com até quatro postos de trabalho. E mais: 64% desses empregos são gerados no interior do País. Ou seja, a economia sai dos grandes centros e vai se interiorizando, o que evita o êxodo e a migração. E as pequenas empresas constroem também uma forte base social, porque geralmente emprega a própria família, e seus arranjos produtivos são como sinônimo de desenvolvimento local.

O IBGE nos disse, em julho do ano passado, que, se se somar toda a economia informal com esse

setor, vê-se que ambos movimentam quase 500 bilhões de reais.

A criação da Secretaria Especial dos Pequenos Negócios teve o anúncio da Presidenta Dilma Rousseff quando ainda em campanha eleitoral. E o nosso Governador do Estado do Acre, Tião Viana, criou a Secretaria com esse mesmo propósito no nosso Estado do Acre.

Então, agora, nosso interesse é caminhar na direção de se avançar muito em tecnologias – no meu entendimento, o SEBRAE sozinho não dá conta disso – e na capacitação profissional e administrativa desse setor; de se tirar esse povo da informalidade, com geração de trabalho com carteira assinada; e de se debruçar sobre o principal gargalo, Sr. Presidente, que é o crédito.

Eu penso que os exemplos das cooperativas no Brasil hoje têm que ser adotados. Eu li muito sobre Muhammad Yunus e a criação do chamado banco dos pobres lá em Bangladesh. Ele fez um experimento e reuniu as pessoas mais pobres de seu país e criou um banco que, só em 2009, fechou seu faturamento em 7,5 bilhões de dólares em movimentação líquida.

Portanto, não podemos ter medo dos pobres. Eles são capazes, sim. Nós não podemos apostar apenas na grande empresa como geradora de oportunidades de trabalho. Isso é um erro. De minha parte, acho que isso é um grande erro.

Como tal, qual é o epicentro de minha dissertação de mestrado? O epicentro de minha dissertação de mestrado é dizer que nos empreendimentos para o setor produtivo, onde houver participação pública, a exemplo das PPPs, nós deveríamos inserir um percentual mínimo do setor comunitário, através de suas cooperativas, que intitulei de PPPC – Participação Pública, Privada e Comunitária.

Para minha satisfação, fiz essa defesa junto ao ex-Governador Binho Marques, que a adotou de imediato. Estamos experimentando um modelo dentro da economia do Estado do Acre. Hoje, vários empreendimentos dessa natureza têm a participação dos pequenos, só que com dois viés. Um deles é a cooperativa, que compra sua participação em até 30% ou 40% do negócio. Em algumas outras, como agora, o Governador Tião Viana nos oferece a possibilidade de o Estado pagar a participação da cooperativa nos próximos empreendimentos. Há uma empresa que vai nascer com cerca de 50 milhões de reais, transportando 30% de participação, com o pagamento da participação da cooperativa por meio de recurso público.

Portanto, estou muito feliz com isso. É algo no qual aposto muito. Entendo que esse é o caminho do Brasil, porque vai fortalecer, sim, Sr. Presidente, a eco-

nomia do País, com a inclusão dos mais pobres e com a capacidade do seu empreendedorismo.

Nós não podemos apostar que apenas o poder público seja a solução para as pequenas cidades do Brasil. E aqui faço um parêntese: nós temos 5.563 Municípios no nosso País, dos quais, segundo o IBGE, quase 2 mil não têm receitas próprias e vivem eminentemente das transferências da União. E como é que nós vamos transmitir empresas para esses Municípios, Sr. Presidente? Como vamos interiorizar grandes empresas no País? Isso é impossível. Portanto, temos que pegar a economia local e dar-lhe um *start* para a industrialização, para que gere oportunidades.

Nesse caso, a ZPE pode ser uma saída? Pode, através de um modelo corporativo também, com redução da carga tributária. Hoje, a ZPE é uma realidade em alguns pontos do Brasil, e nós temos que considerar isto ao máximo. Porque a zona de livre comércio, às vezes, gera um problema de equilíbrio entre o que perde e o que ganha.

O que falamos sobre reforma tributária também é um caos, é uma situação difícil, porque, quando se fala em Município que perde, esquecem-se de que os Estados também perdem, a União, enfim, também perde. É um problema.

Agora há a partilha do pré-sal. Podemos fazê-la de maneira que haja a interiorização de parte das riquezas naturais do nosso País por meio do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, a minha preocupação é essa.

Gostaria muito que a Câmara dos Deputados, juntamente com o Senado, pudesse dar mais celeridade possível ao processo de criação dessa Secretaria, porque entendo que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa – SEBRAE, sozinho, não tem condições, como já sabemos, de resolver todos esses problemas.

Há algum tempo, entre algumas iniciativas do Congresso Nacional, foi criado o SUPERSIMPLES, para facilitar a vida das pequenas empresas. Junto com isso foi apresentado ao Congresso o projeto da REDESIM, cujo objetivo é facilitar ao máximo a criação de empresas pelos pequenos empreendedores, como também, em caso de falência, poderem em breve espaço de tempo fazer essa correção, porque, segundo o SEBRAE, para se criar uma empresa no Brasil é um parto, enquanto para fechá-la, Sr. Presidente, eu não sei nem que adjetivo se poderia usar.

Sr. Presidente, o meu tempo já está se esgotando. Mas, antes de encerrar, eu gostaria de dizer que ouvi atentamente o pronunciamento do Líder do Democratas.

Sinto-me bastante contemplado com o que foi dito aqui pelo nosso Deputado Dr. Rosinha, na resposta dada.

Sr. Presidente, se formos tratar de política na base do ódio, na base desse tipo de citação que foi feita aqui, não vamos a lugar nenhum. Pela forma como o Líder do Democratas se reportou ao Presidente Lula no momento em que estava ainda na Presidência do Brasil, imaginem se a natureza tivesse dado a ele condições físicas para fazer um enfrentamento no pugilato com o Presidente Lula. Então, esse tipo de coisa só empobrece o diálogo nesta Casa, só dificulta as relações.

Eu espero, sim, que o Supremo Tribunal Federal dê encaminhamento à matéria, conforme o processo de investigação, diante do que já foi colocado aqui pelo Líder do Democratas. E espero também que o próprio Democratas possa deixar que venham à luz do dia as acusações feitas aqui pelo seu ex-governador, uma de suas principais lideranças aqui do Distrito Federal, que acusou algumas lideranças do DEM de terem participado daquela situação hoje mostrada por toda a televisão, acusados de receber dinheiro público, de colocá-lo na meia e não sei onde mais.

Sr. Presidente, espero que haja o mínimo de respeito nesse tipo de debate e que o Líder do DEM não venha mais a esta Casa com esse comportamento, porque assim não vamos chegar a conclusão nenhuma a respeito do processo que precisa ser encerrado num curto espaço de tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna por três razões: em primeiro lugar, quero trazer a minha solidariedade, conforme já expressa por Parlamentares do nosso partido e de todos os outros, à população do Rio de Janeiro e à população brasileira frente à atrocidade ocorrida numa das escolas daquele Estado, onde uma pessoa matou 13 outras nesta manhã. Lamentamos esse fato e registramos a solidariedade da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Essa é a cultura dos cinemas, dos filmes de Hollywood, que propaga a violência. Isso acaba resultando na multiplicação da violência. Precisamos rever os padrões das nossas televisões, dos nossos cinemas, para evitar essa cultura. Isso já ocorreu muito nos Estados Unidos e, nesta manhã, lamentavelmente, ocorreu no nosso País.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, venho a esta tribuna também para comemorar os 100 dias de Go-

verno da Presidenta Dilma Rousseff. Oitenta e três por cento da população brasileira aprovam este Governo, que demonstrou firmeza. A Presidenta Dilma continua trabalhando os parâmetros, os fundamentos da economia construídos pelo Governo do Presidente Lula, que fizeram com que retomássemos o crescimento, gerássemos mais de 14 milhões de emprego e tivéssemos um processo de distribuição de renda intenso.

Esse processo continua. A economia do Governador Dilma, nesses 100 dias de Governo, continua pujante, forte, com resultados muito positivos, entre eles a elevação da nota de risco soberano do Brasil, o entendimento de que as contas públicas estão sendo controladas, já que tivemos que fazer investimentos em 2009 para o enfrentamento da crise, o sentimento de que a dívida pública diminuiu e de que a política econômica é responsável.

S.Exa. também mostrou grande compromisso com a área social: corrigiu os programas Renda Mínima e Bolsa Família; lançou os programas de remédio gratuitos, principalmente para hipertensão e diabetes, na sacola de remédios gratuitos; lançou dois programas para a saúde da mulher, o programa de prevenção e tratamento ao câncer do colo do útero e de mama e o programa para a mulher gestante; lançou o Ministério da Micro e Pequena Empresa. Enfim, foram intensos dias de atuação na área social.

S.Exa. mostrou que tem alta governabilidade. Neste Parlamento, bem como no Senado, tem maioria e conseguiu aprovar inúmeras medidas e estabelecer um ambiente político de diálogo, inclusive com a Oposição, ao compartilhar a construção da agenda e da pauta parlamentar.

A Presidenta Dilma Rousseff mostrou, principalmente para a Oposição, que é uma mulher capaz de governar o Brasil, diferentemente daquela visão machista, na minha opinião, que dizia que o grupo “x”, o grupo “y”, a personalidade “z” iria controlar a figura da Presidenta e o Governo. Na campanha política, a Oposição criava um clima de insegurança, dizendo que a Presidenta não teria autonomia e condição de governo. E S.Exa. mostrou que tem enorme equilíbrio para governar o Brasil, fazendo com que os segmentos que a elegeram tivessem certeza e razão de que ela teria toda condição de governar o Brasil.

A Presidenta Dilma Rousseff mostrou que temos 4 grandes anos, principalmente de retomada da esperança no País. Durante 8 anos, dissemos que a esperança venceu o medo. Nos próximos 4 anos, vamos desbravar todo um terreno para levar o Brasil para um patamar superior de Nação, de civilização voltada ao crescimento, à geração de oportunidade, à distribuição de riqueza, à distribuição de poderes, a

uma economia abaixo dos trópicos sustentável, que usa energia limpa, que tem mixagem, uma democracia exemplar para o mundo.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, venho aqui rebater as acusações do Líder do Democratas, antigo PFL, antiga ARENA, que sustentou o regime militar, que veio hoje aqui fazer acusações indevidas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Líder do Democratas se referiu a uma afirmação do Presidente Lula para dizer que se novos inquéritos forem anexados ao processo no Supremo Tribunal Federal o julgamento vai demorar 50 anos. O ex-Presidente Lula disse que quer o julgamento este ano, que esse julgamento lhe interessa. Vários dos implicados naquele processo no Supremo Tribunal Federal querem que o julgamento aconteça este ano, porque muitos deles querem defender a sua inocência. O que disse o ex-Presidente Lula? Disse que os fatos trazidos pela revista *Época* são sobejamente conhecidos, não há novidade, e que se alguns quiserem mudar o curso do processo no Supremo estarão contribuindo para não haver julgamento.

Então, diferentemente do que disse o Líder Antonio Carlos Magalhães Neto, o Presidente Lula quer o julgamento. O Presidente Lula respeita o Supremo Tribunal Federal. E ele fez a crítica ao jogo da Oposição e de segmentos da mídia que querem influenciar o julgamento, inclusive com mecanismos que podem levar esse tema às calendas, para que não haja julgamento.

É importante dizer que a apuração havida no passado, que resultou nesse processo no Supremo Tribunal Federal, foi uma apuração na vigência do Governo do Presidente Lula, e esse inquérito trazido pela revista *Época*, ao que me parece, também foi no Governo do Presidente Lula, demonstrando que esse agia diferentemente do que se fazia no Governo Fernando Henrique Cardoso, que nada apurava quando se tratava de questões contrárias ao Governo.

O Procurador-Geral da República era então chamado de “engavetador-geral” da República. A Polícia Federal não tinha garras, diferentemente da Polícia Federal do Governo Lula e da Presidenta Dilma Rousseff, uma Polícia Federal bem remunerada e que produz relatórios e ações, ainda quando possa haver algum envolvimento justo ou injusto de membros do Governo.

Por isso, o ataque raivoso do Líder ACM Neto demonstra que aquilo o diminui, assim como o diminuiu o fato de ter ameaçado o Presidente Lula fisicamente. A política não admite senão o bom debate, a boa contenda, a disputa de ideias. E hoje S.Exa. interpretou inversamente a fala do Presidente da República.

A Oposição tem um problema: precisa se encontrar, achar um eixo, achar um rumo. Não me parece ter

encontrado. Vide a votação do Trem de Alta Velocidade, em que parte do PSDB, parte do Democratas votou a favor, e parte votou contra. Vide os argumentos trazidos ontem em relação a Itaipu, retrógrados, atrasados – muitos Deputados da Oposição sequer estavam aqui para votar ontem à noite.

Portanto, aceitamos o bom debate, aceitamos a boa crítica, aceitamos a boa sugestão, porque cabe a nós, do PT, cabe a essa base dirigir o grande País que é o Brasil. E vamos dirigi-lo com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Vamos pedir paciência aos inscritos, mas, segundo o art. 89 do Regimento Interno, têm preferência as Comunicações de Liderança. Temos três inscritos nesse período. O primeiro é o Deputado Adrian; em seguida, os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Felipe Maia; e, agora, mais um Líder inscrito, o Deputado Jonas Donizette.

Então, vamos ter paciência e cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Roberto de Lucena.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero comunicar, com grande pesar, o falecimento do ex-Deputado Federal Fausto Rocha, de São Paulo, e expressar os nossos sentimentos a sua esposa, Juliana, a seus filhos, a sua família.

Fausto Rocha, nascido em 1938, iniciou a sua carreira na *TV Tupi* de São Paulo como apresentador do telejornal *Imagens do Dia*, nos anos 60. Elegeu-se por duas vezes Vereador da cidade de São Paulo e, por duas vezes também, Deputado Estadual; exerceu três vezes o mandato de Deputado Federal, sendo um dos nossos ilustres Deputados Constituintes.

Fausto Rocha foi um exemplo de filho, de pai, de esposo, de cidadão. E o Brasil, Sr. Presidente, perdeu um grande brasileiro. A cidade de Campinas está de luto.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Recebo a manifestação de V.Exa. e garanto a palavra ao Deputado Adrian, que, inclusive, adiou a volta para o seu Estado. Peço paciência aos colegas, mas é uma prerrogativa da Liderança. S.Exa. está pacientemente esperando e, como transferiu a sua passagem para poder se manifestar, vamos garantir-lhe a palavra. Depois da palavra do Deputado Adrian faremos esse expediente. Peço licença aos Líderes inscritos para fazermos essas brevíssimas comunicações entre um Líder e outro.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB, ao nobre Deputado Adrian.

O SR. ADRIAN (PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, antes de começar o meu pronunciamento

propriamente dito, não posso deixar de lamentar profundamente a tragédia ocorrida em Realengo, no Rio de Janeiro, na Escola Municipal Tasso da Silveira, onde, até o momento, temos a notícia de que 12 crianças indefesas foram brutalmente assassinadas e várias feridas, algumas gravemente.

Quero solidarizar-me com as famílias atingidas pela tragédia e deixar claro que tenho certeza de que o Governador Sérgio Cabral e o Prefeito Eduardo Paes estão se empenhando para dar todo o apoio às famílias.

Chamo a atenção dos colegas Parlamentares para que este momento trágico sirva de alerta, que seja exigido controle mais rigoroso de segurança nas escolas públicas municipais, estaduais, federais e privadas, reforçando o sistema de segurança pública – um melhor controle de entrada e saída de pessoas. Hoje estamos lamentando esse fato.

O atirador entrou se passando por palestrante, não se confirmou ao menos a existência da palestra e ele não portava livros, mas duas armas e muita munição. Essa falha culminou em trágico fim.

Temos de rever a situação da segurança educacional para proteger nossas crianças nas escolas do País.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna para falar, neste 7 de abril, sobre a necessidade de expansão do Aeroporto de Macaé.

Estive em reunião, nesta semana, com o Presidente da INFRAERO, Gustavo do Vale, quando abordei a importância do aeroporto, atualmente o principal ponto de circulação e apoio logístico para os profissionais que atuam nas unidades de exploração de petróleo situadas na Bacia de Campos.

Segundo a INFRAERO, serão investidos 50 milhões de reais na expansão da infraestrutura do Aeroporto de Macaé, a serem aplicados no terminal de passageiros, no pátio e na pista de pouso e decolagem.

Hoje não existem voos entre a Capital do Rio de Janeiro e Macaé.

Segundo dados da própria INFRAERO, são registrados diariamente 150 pousos e decolagens de aeronaves, incluindo helicópteros e aviões. Mais de 1.200 passageiros transitarem por lá todos os dias.

Queremos a expansão do aeroporto para que sejam explorados voos em aeronaves de maior porte, que transportem mais passageiros.

Entendo que a INFRAERO, nessa nova gestão, está empenhada em trabalhar no PAC da Copa, que prioriza os principais aeroportos brasileiros para a Copa do Mundo. Porém, venho aqui pedir a atenção da empresa para que esse aeroporto, estratégico para o crescimento do País, esteja dentro das prioridades da estatal.

Lembro ainda que neste ano haverá, em Macaé, mais uma feira *offshore*, considerada a terceira maior feira mundial da área petrolífera. Por falta de voos, o brilhantismo da feira está diminuindo. Mesmo com esses fatores negativos, a cidade receberá representantes de 45 países para participar do evento.

Hoje não é só a indústria do petróleo que requer essa prioridade, o futebol brasileiro também.

Macaé tem um estádio municipal considerado pela Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro e pela Confederação Brasileira de Futebol como o que tem o melhor gramado do Estado do Rio de Janeiro e uma excelente logística para a prática do futebol. Os principais clubes do Brasil jogam lá. Mas Macaé não consegue ter essa ampliação do aeroporto. Precisamos realmente do apoio da INFRAERO e, acredito, do empenho do gestor máximo da instituição para que haja essa expansão de que tanto necessitamos.

Quero lembrar também que minha luta não é apenas pela expansão do aeroporto, mas também pela melhoria das condições da BR-101, principal via do Estado, que, após a privatização, teve poucas obras feitas. A população merece respeito. Na próxima segunda-feira, 11 de abril, estarei com o Senador Lindberg Farias na Câmara de Vereadores de Macaé para discutir a situação da rodovia. Até hoje só se cobra pedágio, mas nada é feito para sua melhoria.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que apresentei projeto de lei que cobra das empresas *offshore* o cumprimento da carga horária de 14x21, direito constitucional desses trabalhadores que, na prática, as empresas não cumprem, especificamente no que diz respeito aos trabalhadores terceirizados.

Hoje existem dois regimes diferenciados entre os empregados contratados pela PETROBRAS e os trabalhadores terceirizados, que prestam serviços inclusive em atividades essenciais da empresa.

Os funcionários terceirizados prestam, em muitos casos, os mesmos serviços ou até mais perigosos e desgastantes que os servidores da PETROBRAS, ficando, às vezes, confinados durante longo período em plataforma. Não podemos mais aceitar que um funcionário da PETROBRAS trabalhe 14 dias e folgue 21, e o terceirizado trabalhe 14 dias e folgue somente 14. Por que essa diferença? Queremos manter o direito dos funcionários da PETROBRAS, mas pedimos que se faça justiça com os terceirizados.

Não é possível que se falte com o respeito a tantos chefes de família, que se qualificaram para atuar na tão sonhada área petrolífera e acabam tendo o sonho transformado em pesadelo, pois seus direitos de trabalhadores não estão sendo respeitados.

Sr. Presidente, tratando de carga horária, trago outra demanda de suma importância, que não pode ser esquecida: a situação de uma classe de grande importância para a saúde do povo brasileiro: os profissionais de enfermagem – auxiliares, técnicos e enfermeiros. Essa classe também pede a redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais.

Estou trabalhando para aprovar a matéria na Casa, por entender a categoria é muito importante e pouco valorizada, executa uma árdua e cansativa tarefa em regime de plantões e não pode se descuidar 1 minuto de sua atividade. Como todos sabemos, nas mãos desses valorosos profissionais são entregues nossas vidas e as de nossos entes queridos.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero lembrar que apresentei requerimento na Comissão de Desenvolvimento Urbano, propondo a criação de subcomissão para acompanhar a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Entendo que a adoção de uma lei nacional para disciplinar o manejo de resíduos é uma revolução em termos ambientais. Esse é um dos problemas mais sérios do País. Diariamente são produzidas 150 toneladas de lixo. Desse total, 59% vão para lixões e 13% apenas são reaproveitados. A grande dificuldade não é somente armazenar, mas, sim, dar a destinação final a estes resíduos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje foi realizado um importante evento no Palácio do Planalto. Comemoramos o fato de termos conseguido, através de uma política para os pequenos, formalizar mais de 1 milhão de cidadãos no Programa Empreendedor Individual. Nossa Presidenta anunciou que enviará projeto de lei reduzindo a contribuição de 11% para 5% do salário mínimo para os empreendedores individuais.

É um programa fundamental para o público da pequena economia. A formalização como empreendedor individual lhe possibilitará o acesso aos benefícios da Previdência e tantos outros. O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior, com a colaboração do SEBRAE.

É assim que nosso Governo está mudando o Brasil. É assim que nós assumimos o compromisso com os pequenos. É por isso que o Brasil está crescendo e é um dos emergentes que mais têm se destacado no cenário internacional.

O evento foi absolutamente importante para a economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jonas Donizette, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSB/PTB/PCdoB.

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preparei-me para falar sobre dois projetos de lei que protocolei na Casa, na área de educação. Espero contar com o apoio dos Parlamentares para que eles se tornem leis.

Não poderia começar a falar sobre educação sem, pelo menos, solidarizar-me com os pais e as mães das crianças que foram brutalmente assassinadas hoje de manhã no Rio de Janeiro.

Essa chacina é uma notícia daquelas em que não queremos acreditar, que não estão no campo da realidade, em razão do impacto. Estava em audiência no Ministério, quando entrei no carro, para me dirigir à Câmara, e fui informado da tragédia por uma pessoa que trabalha comigo. Senti algo difícil de acreditar. Fico imaginando a dor dessas famílias. A violência já é muito dura no País. Até então só sabíamos de acontecimentos assim em outros países. Nunca tínhamos visto uma ocorrência de tamanha magnitude no nosso País.

Não sabemos ainda maiores detalhes; certamente, esse é um caso que vai ser muito fustigado. Mas a dor dessas famílias tem que ser respeitada.

Pude observar que muitos Parlamentares do Estado do Rio de Janeiro já se manifestaram hoje pela manhã. Quero me somar às manifestações de solidariedade. Que Deus dê conforto a essas famílias, e que possamos nos ver livres desse tipo de situação em nossa Pátria. Que isso não desencadeie nenhum tipo de onda, como acontece em outras partes do mundo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar sobre dois projetos de minha autoria. O primeiro deles é o Projeto de Lei nº 854, de 2011, que torna obrigatória a presença de um profissional de saúde em todas as escolas públicas e privadas do Brasil. A proposição foi apresentada por mim em São Paulo, inicialmente, quando ainda Deputado Estadual, com o apoio da Associação dos Diabéticos Infante-Juvenis.

Sr. Presidente, a ciência ainda está investigando as causas do grande número de crianças que nascem ou desenvolvem, já bem cedo, doenças de adultos, como diabetes ou doenças respiratórias e cardiológicas. Ainda não se sabe ao certo se isso vem ocorrendo em razão da alimentação da mãe durante a gestação ou se em razão dos hábitos de vida modernos.

Acredito ser muito importante o acompanhamento, desde cedo, dessas crianças, para que elas possam restabelecer a saúde – e a escola é o centro em que

pode estar o profissional de saúde que, ao perceber problemas, vai ajudar a criança no âmbito escolar e encaminhá-la devidamente à assistência na rede pública de saúde.

Ressalto que se adotou no País o sistema de inclusão escolar, que inclui nas salas de aula regulares crianças com deficiência.

No tempo em que eu estudava em escola pública, havia as chamadas classes especiais, destinadas a crianças com deficiência. Mas a pedagogia moderna acredita que o ideal é proporcionar às crianças com deficiência o convívio com as outras crianças.

Concordo – mas indago como isso está sendo feito. Muitas vezes, não existe preparo adequado. Creio que o profissional de saúde vai poder ajudar também nesse aspecto.

Mas há um entrave – e aqui entra o segundo projeto que apresentei, o Projeto de Lei nº 853, de 2011, que altera dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, possibilitando que esses profissionais sejam pagos com verbas reservadas à educação. Esse será um profissional da área de saúde, mas com dedicação exclusiva à escola.

Muitos prefeitos com quem conversei elogiaram a ideia. Sabemos que o problema do ensino hoje não é só com a Matemática ou o Português. Vivemos numa sociedade complexa – vejam o triste fato ocorrido na manhã de hoje, no Rio de Janeiro. Quantas crianças, vivendo em lares de pais separados ou convivendo com algum tipo de problema doméstico, vão para a escola carregando uma carga emocional muito grande devido a esse tipo de problema, de modo que suas cabezinhas não se acham aptas para o aprendizado escolar?

Pois bem. Muitos Prefeitos gostariam de ter uma equipe da área médica, aí incluído um psicólogo, que ajudasse no aprendizado dessas crianças. O que lhes impede? Eles não podem arrolar esse custo como despesa educacional, sob pena de o Tribunal de Contas rejeitar as contas. Dez artigos preveem de que forma o percentual de 25% pode ser gasto com educação nos Municípios. O Deputado Stédile foi Prefeito e sabe disso.

Estamos, então, criando outra alínea, que permite que o pagamento desse profissional de saúde, com dedicação exclusiva à escola por período integral, seja posto como despesa da área de educação. Com isso, poderemos qualificar o ensino público. Hoje, quase todas as escolas particulares oferecem algum tipo de apoio, com um técnico de enfermagem – não precisa ser um médico –, alguém que tenha conhecimentos na área da saúde para ajudar as crianças.

Pauto como muito importante, dentre tantos trabalhos que pretendo fazer nesta Casa, esta minha colaboração com a educação, que se traduz por dois

projetos: um que prevê a presença de pelo menos um profissional de saúde em todas as escolas, públicas ou privadas, e outro que dá abertura legal para que o primeiro se efetive.

Por último, Sr. Presidente, faço um registro.

Fui surpreendido pelo Deputado Roberto de Lucena, que nos informou do falecimento do Deputado Fausto Rocha.

O Deputado Fausto Rocha residia na minha cidade – sua família reside em Campinas – e era também um profissional da área de comunicação. O Deputado Roberto de Lucena falou aqui sobre seu currículo político, mas Fausto Rocha também trabalhou por muito tempo na área de comunicação, tendo sido apresentador de grandes jornais de repercussão nacional.

Quero deixar meus sentimentos aos familiares de Fausto Rocha, a quem rendo minhas homenagens. Foi um grande homem público e um homem de muita fé que certamente deixará muitas saudades. Nos últimos anos de vida, pregou muito a palavra de Deus por todos os lugares que percorria, tendo mesmo escrito livros. Certamente, a fé que professava em Jesus lhe dará o descanso eterno ao lado do Criador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – A Mesa apresenta votos de profundo pesar às famílias vítimas da tragédia ocorrida hoje no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB. S.Exa. dispõe de 6 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje todos nós compartilhamos com imenso sofrimento, tristeza e pesar a morte de crianças inocentes no Rio de Janeiro. E agora à tarde ainda tivemos a notícia tão triste do passamento do ex-Deputado Fausto Rocha, da cidade de Campinas, nosso amigo, ocasião em que encaminhamos à sua família nossos votos de profundo pesar, de profundo sentimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem esta Casa aprovou uma doação de mais de 5 bilhões de reais, em 13 anos, ao Paraguai ao reajustar o pagamento pela tarifa de energia elétrica não utilizada pelo Paraguai, compulsoriamente consumida pelo Brasil.

Uma doação. Doação vem do verbo doar, que é sinônimo de ceder, conceder, fazer uma cessão. Concede-se quando não se é obrigado a ceder mas se cede assim mesmo. Não se é obrigado a dar, mas mesmo assim pode-se fazer uma doação. Foi o que ocorreu.

Uma doação no sentido estrito da palavra, uma doação sem nenhuma justificativa técnica, sem nenhuma obrigatoriedade jurídica, sem nenhuma contrapar-

tida, sem nenhuma condição quanto à aplicação do recurso. Em suma, uma concessão.

Como explicar que, havendo tantas carências no Brasil, Deputados destinem 5 bilhões de reais ao Governo do Paraguai? Como explicar que esses Deputados, sabendo que centenas de milhares de crianças brasileiras não têm creche, ignorem esse fato e destinem esse recurso ao pagamento de uma tarifa reajustada sem necessidade?

Todos os Deputados que aqui estão, cada um representando a sua região, estão vendo o que está acontecendo com a infraestrutura rodoviária do País: o asfalto das rodovias federais se esfarela a cada dia. Com tanta deficiência no transporte coletivo urbano para sacrifício do dia a dia do trabalhador, como explicar que Deputados eleitos pelo povo e que aqui representam o trabalhador brasileiro ignorem essas carências e aprovevem essa doação de 5 bilhões de reais ao Paraguai?

Vemos, em nossas regiões, centenas de pessoas em filas de espera para se submeterem a hemodiálise, conscientes de que sem ela não conseguirão sobreviver. Vemos milhares de pessoas em filas de espera para se submeterem a quimioterapia, conscientes de que ela é o passaporte para continuarem vivas. Vemos centenas de milhares de pessoas sem tratamento condigno para a hepatite. Vemos centenas de milhares de pessoas esperarem dias por um exame de laboratório, semanas ou até meses por uma tomografia, ressonância magnética ou ultrassonografia. Como explicar, então, esse volume imenso de recursos destinado não para sanar essas deficiências do nosso povo, da nossa gente, mas sim doado ao Paraguai?

Só há uma explicação: parte dos Deputados aqui não se sente na obrigação de prestar satisfações a quem o elegeu, sentem-se acima de qualquer suspeita, acima de qualquer crítica, acima de qualquer questionamento. São donos absolutos do seu mandato e só vão se preocupar em dar satisfações aos seus eleitores no segundo semestre de 2014, às vésperas das próximas eleições, quando voltam a disputar a reeleição dos seus mandatos.

Só há uma explicação para tudo isso: o sistema que elege esses Deputados precisa ser mudado. Enquanto o povo não perceber ou não tomar consciência de que há umnexo causal entre a qualidade da representação política nesta Casa e o voto, não haverá pressão para mudar o sistema de escolha dos Deputados. Quando isso ocorrer, o voto distrital, sem dúvida, será implantado.

O voto distrital aproxima os eleitos dos eleitores, permite que se faça uma análise com o menor custo de informação sobre o passado de cada um. Mais ainda, que se faça a responsabilização, acompanhe-se cada

voto emitido por cada Deputado nesta Casa, para saber se ele está realmente cumprindo o que prometeu, se o mandato que exerce é instrumento de mudança para melhorar a vida das pessoas.

Por isso, vamos lutar a cada dia pela “distritalização” do voto, para aproximar os eleitores dos eleitos, para que o conceito desta Casa melhore, a fim de que ela receba o carinho, a afeição, a estima e, acima de tudo, a confiança da população brasileira, por saber que nela há pessoas que receberam um mandato, uma procuração para representar a Nação e defender seus interesses em primeiro lugar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Assis Carvalho.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje é dia de comemorar. Hoje é Dia Mundial da Saúde, criado em 1948, pela OMS, órgão ligado à ONU que estabeleceu o dia 7 de abril como a data comemorativa para os trabalhadores – médicos, enfermeiros, profissionais e servidores de maneira geral.

Mas hoje também é dia de comemorar 133 anos de emancipação política de José de Freitas, que veio da antiga Fazenda Boa Esperança, depois denominada Vila do Livramento, e está localizado na Região Metropolitana de Teresina.

Cidade muito próspera e hospitaleira, famosa pelo seu carnaval de Zé Pereira, mantém construções históricas como o Teatro Municipal Barítono Raimundo Pereira (com belo painel de artes de João Oliveira), a Barragem do Bezerra, a Igreja de Nossa Senhora do Livramento, a Vila do Tejo (1917) e o Complexo Cultural Monsenhor Deusdith Craveiro de Melo, entre outras obras de importância de seu patrimônio cultural.

Quero saudar a cidade de José de Freitas, seus moradores, pelo aniversário e pelo desenvolvimento que vem experimentando.

Mas, voltando ao Dia Mundial da Saúde, queremos destacar desta tribuna do Parlamento que o Brasil tem boas notícias para comemorar. Queremos parabenizar a Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro Alexandre Padilha, pelo sucesso do Governo, que em apenas 90 dias já obteve sua primeira vitória. Trata-se do Programa Saúde Não Tem Preço, que atingiu – em menos de 2 meses – a casa de 3,5 milhões de pessoas atendidas.

São milhões de brasileiros e brasileiras que passaram a receber gratuitamente o seu remédio para o tratamento de diabetes e hipertensão, através da rede Aqui tem Farmácia Popular, que também chegou a um recorde histórico de 15 mil farmácias credenciadas, espalhadas por todos os rincões do País, além de postos

do Governo que formam uma enorme rede de inclusão social e de tratamento das camadas mais carentes da população. Isto mostra que, apesar da crise, estamos no caminho certo.

Não por acaso, os brasileiros responderam “sim” à esperança de que a Presidenta Dilma vá no mesmo caminho do Presidente Lula, na atenção aos que mais precisam, numa opção preferencial pelos pobres, cuidando do seu povo com programas de saúde, moradia, água para todos. As pesquisas do IBOPE divulgadas na última semana apontam para uma aprovação recorde, 73% estão satisfeitos com este início de governo.

Reconhecemos que ainda é pouco. A imprensa tem divulgado notícias e resultados negativos que apontam para uma crise no sistema de saúde pública nos mais diversos Estados do País, mas já é possível vislumbrar um sinal de que a saúde vem sendo tratada com a máxima seriedade pelo Ministro Alexandre Padilha.

Em recente programa temático de uma importante rede de televisão do País, o meu Estado do Piauí teve seu destaque como melhor qualidade de assistência à saúde pública. Peço licença para lembrar, como ex-Secretário da Saúde do Piauí, alguns pontos que nos levaram a evoluir no atendimento da população, através de ações e programas como investimentos em infraestrutura e assistência à saúde de média e alta complexidade, bem como de atenção básica.

O Piauí não era diferente dos demais Estados, exceto por ser um dos menores e mais carentes de toda a Federação. Pois isso, queremos, sem arrogância nem falsa modéstia, fazer aqui um breve resumo de nossas ações que produziram resultados significativos na saúde dos piauienses, na gestão entre 2003 e 2009, tendo como parceiros inesquecíveis o Governador Wellington Dias e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Era preciso recuperar a estrutura física e modernizar as unidades de saúde do Estado, produzir reformas, ampliar e reequipar unidades em todo o Estado, e nós fomos ousados. É possível afirmar que todos, absolutamente todos os 31 hospitais que estão sob gestão do Estado receberam algum tipo de reforma, ampliação e equipamentos. Os investimentos tornaram hospitais regionais mais resolutivos e reduziram a transferência de pacientes para a capital, Teresina, diminuindo a demanda reprimida e descentralizando o atendimento em todo o Estado. Todos os hospitais de referência de Teresina também passaram por readequação do espaço físico, renovação do mobiliário e reequipamento.

O Hospital Getúlio Vargas foi modernizado e reequipado, transformando-se numa referência para todo o Meio Norte, com suas 15 clínicas totalmente

reformadas. O Instituto de Doenças Tropicais, o Hospital da Polícia Militar – que passou a integrar a rede do SUS –, o Hospital Infantil, o Areolino de Abreu e a Maternidade Evangelina Rosa, todos receberam investimentos e foram reformados. Só no HGV foram aplicados cerca de 46 milhões de reais.

No interior, investimos muito no Hospital Macrorregional de Picos, que hoje terá uma unidade do Centro Materno-Infantil e Adolescente. Também no Hospital de Parnaíba, que ganhou uma UTI igual à do ITT, de Teresina, que teve ampliada outras unidades de referência. Além disso, foram trabalhadas as condições para a implantação de UTIs em Floriano, Piriripiri e Oeiras e semi-UTIs em Picos e Floriano.

Nossa preocupação com a inclusão nos levou a ampliar o acesso ao SUS de portadores de necessidades especiais em toda a rede, com a construção de 34 centros de fisioterapia. Criamos o primeiro Banco de Olhos e o Serviço de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência, além de qualificarmos o HEMOPI, o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí, que recebeu certificado de qualidade internacional.

Tudo isso, mais a reforma psiquiátrica e a humanização do atendimento nos hospitais de referência estaduais, teve o reconhecimento da população. A acessibilidade, a integralidade e a universalidade sempre foram nossas premissas, viabilizando o deslocamento e o tratamento de patologias em todos os níveis de complexidade em centros de referência fora do Município de origem ou do Estado. Era preciso que fosse assim, e assim foi feito.

Deixamos também projetos para a construção, em parceria com o Banco Mundial e o Ministério da Saúde, de 76 Unidades Básicas de Atenção à Saúde, projetadas para assegurar cidadania, dentro do Projeto Direito de Nascer na Minha Terra, e contribuir para diminuir a mortalidade infantil. Teste do pezinho, teste da orelhinha, teste do olhinho foram implantados e exigidos para garantir detecção e tratamento precoce dos distúrbios neonatais.

A Rede de Farmácias Populares foi ampliada, e mais de cem medicamentos foram ofertados a baixo custo para o atendimento da população mais carente, notadamente idosos aposentados e portadores de deficiências físicas. Tudo isso ligado à implantação do Plano Diretor de Regionalização do Estado e à adesão do Piauí ao Pacto de Gestão, que alicerçaram os avanços conquistados no sistema de saúde do Estado, culminando com o lançamento em 2009 da Programação Pactuada Integrada.

Foram muitos os avanços, foram muitas as conquistas. Mercê de nossas limitações. De um Estado nordestino para o qual poucos governos olharam, a

eleição de Lula e Wellington deu outro norte para o Piauí, para a saúde de nossa gente e, para além disso, de toda a região do Meio Norte, o que hoje, quando comemoramos o Dia Mundial da Saúde, nos orgulha muito lembrar. A Escola Técnica do SUS, a melhoria da qualidade para os servidores da saúde, o fortalecimento do controle social e da participação popular no âmbito do SUS, tudo isso muito nos orgulha. Pudemos participar de um governo que mudou a cara da saúde no Piauí. Um jeito petista de governar.

A história do Dia Mundial da Saúde começa em 7 de abril de 1948, ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E nós temos uma compreensão de que são direitos humanos e uma questão de saúde o saneamento ambiental, a moradia digna, a água para todos, que a Presidenta Dilma também já anunciou como meta, e o esgoto tratado.

Lembramos que, quando o Presidente Lula foi ao Recife para o lançamento do Fome Zero, este extraordinário programa social, uma moradora de favela pediu a ele: *“O que o pessoal precisa mesmo é de uma casa com água e esgoto, uma habitação digna, o resto a gente consegue”*. Essa declaração foi decisiva para nós e ficou na nossa alma. É assim que nós vemos a saúde, de uma forma mais ampla.

Queremos reafirmar aqui, hoje e sempre, nosso total apoio ao Ministro Alexandre Padilha e à Presidenta Dilma e dizer que contem sempre conosco, com os Parlamentares comprometidos com o SUS e com a saúde pública no Brasil. Para o enfrentamento no Parlamento, para buscar uma saída para a crise, para o financiamento do SUS, para a melhoria na qualidade de oferta de serviços e de atendimento da população.

Sr. Presidente, quero somar-me ao povo brasileiro e manifestar meu voto de pesar, neste momento tão doloroso em que todos estamos em luto diante dos últimos acontecimentos no Rio de Janeiro. Estamos todos solidários com as famílias que neste momento sofrem com a perda de seus filhos.

Sr. Presidente, solicito seja este pronunciamento veiculado pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Felipe Maia, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria. S.Exa. dispõe de 6 minutos.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhoras e senhores que nos acompanham por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, ocupo esta tribuna para fazer uma reflexão sobre os acontecimentos desta semana na Câmara dos Deputados, em relação ao que foi votado e à razoabilidade do que foi decidido.

Votaram-se, basicamente, duas matérias. A primeira foi a Medida Provisória nº 511, que aprova a criação do trem de alta velocidade que ligará a cidade do Rio de Janeiro à de São Paulo/Campinas e custará 34 bilhões de reais – 20 bilhões de reais dos cofres públicos, dos quais 5 bilhões de reais deverão funcionar como uma garantia, e 14 bilhões de reais providos da iniciativa privada. Até o momento, no entanto, não apareceu nenhum consórcio privado interessado na obra. O fato é que não há viabilidade econômico-financeira no projeto.

Eu sou contra a criação de um trem de alta velocidade? Claro que não! O Líder do Governo disse que o Democratas tem uma mentalidade retrógrada. Ninguém pode ser contra o desenvolvimento; ninguém é contra um projeto típico do Primeiro Mundo. Porém, antes de se criar um trem de alta velocidade, não se deveria pensar nos aeroportos e portos, nas rodovias e em melhorias para os hospitais públicos do nosso Estado, dotando-os de macas, remédios, aparelhagem de cirurgia? Acho que sim. Deveríamos pensar na remuneração paga aos professores, em carteiras para estudo, livro, lápis, borracha, caneta. Como estão a educação, a saúde e a infraestrutura no nosso País?

É razoável que este Congresso aprove 34 bilhões de reais para um trem de alta velocidade que vai ligar São Paulo e Campinas ao Rio de Janeiro?

Estudos mostram que, se se quiser desenvolver o País, é preciso investir no Nordeste, não no Sudeste. Mas, enfim, a matéria foi aprovada.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 2.600, de 2010, objeto de comentários do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, também foi aprovado. Esse projeto, que na verdade modifica o Tratado de Itaipu, vai triplicar o custo da energia elétrica paga pelo Brasil ao Paraguai. Antes se pagavam 3 dólares por megawatt/hora de energia. Agora, vão-se pagar 9 dólares.

Existe entre o Brasil e o Paraguai o acordo de que cada país utilizará 50% da energia produzida. O Brasil utilizará os seus 50%, mas comprará os 40% excedentes de energia do Paraguai, o que vai custar 240 milhões de reais a mais por ano ao País. Como o decreto legislativo vai vigorar até 2023, estamos falando de praticamente 3 bilhões de dólares, ou seja, 6 bilhões de reais.

Sr. Presidente, o que está acontecendo neste Plenário? É início do Governo, temos uma nova Presidenta, muitos querem usufruir dos poderes do Governo Federal. Há muita gente entrando na base do Governo, como foi dito, mas esquecendo que fomos eleitos para defender o interesse nacional, e não os interesses particulares.

Nesta Casa, vota-se o que é colocado. Não se quer saber se vão ser gastos 34 bilhões de reais para construir um trem que não tem tanta importância para a infraestrutura do nosso País. Não se quer saber se vai triplicar o custo de energia, que passará de 120 milhões para 360 milhões. Não querem saber disso. Querem agradar ao Governo Federal, um Governo novo, que terá à frente pelo menos mais 4 anos. *“Vamos bajular a Presidenta para ter as benesses.”*

O problema é que do lado de cá, por enquanto, se baba; do lado de lá, leva-se chibatada.

Chamo esta Casa a uma reflexão. Vale a pena fazer o que este Plenário está fazendo, prejudicando o interesse nacional?

Já falei do corte das emendas parlamentares em 18 bilhões de reais. Isso envolve todos os Parlamentares, tanto os da base do Governo quanto os da Oposição.

Falei sobre esse assunto na quinta-feira passada. Na sexta-feira – creio que não por minha interferência –, a Presidenta revogou o decreto que o Presidente Lula havia assinado no dia 31 de dezembro de 2010, no qual estipulava o prazo de até 30 de abril para os restos a pagar de 2007, 2008 e 2009. A Presidenta cancelou o decreto, ou seja, prorrogou o prazo.

Agora, Sr. Presidente, eu pego a *Folha de S.Paulo* e leio que o Governo Dilma quer reduzir as emendas parlamentares.

Nós, que tínhamos 13 milhões de reais em emendas individuais, estamos ameaçados de ver esse valor reduzido entre 6 milhões e 8 milhões de reais por ano, sob o argumento de se liberar mais rapidamente. Na verdade, sabemos que isso não existe. Nossas emendas vão, sim, ser cortadas à metade. As emendas parlamentares são a ferramenta de que dispomos para atender às demandas de infraestrutura dos nossos Municípios e dos nossos Estados.

Precisamos refletir. Câmara dos Deputados, base do Governo, reflitam!

Não existe pensamento retrógrado. É preciso decidir como gastar melhor o dinheiro público. Não adianta bajular o Palácio do Planalto, porque aqui está a resposta do Planalto a esta Casa: cortar nossas emendas, benefícios que temos para atender às nossas bases, aos nossos Municípios e aos nossos Estados.

Quero deixar claro que não tomei essa atitude. A base do Governo, na minha opinião, está usando o dinheiro público de forma extremamente irresponsável.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a tolerância em relação ao tempo que me foi concedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes e todos os que nos acompanham, venho à tribuna da Casa para tratar sobre a recomendação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em nome da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para que o Governo brasileiro suspenda o processo de licenciamento das obras da Hidrelétrica no Rio Xingu, no Pará.

É fundamental que sempre saibamos receber as críticas, venham de onde vierem. Entretanto, o modo como o OEA se manifestou, além de precipitado, foi extemporâneo, fere princípios básicos das relações internacionais de respeito à soberania das decisões nacionais. Assim, se organismos internacionais, sejam quais forem, desejam contribuir para a construção de um processo que porventura não esteja contemplado no projeto original de Belo Monte, existem esferas menos desrespeitosas para tais observações.

O Governo brasileiro está ciente dos desafios socioambientais que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte pode acarretar. Justamente por essa razão é que está se buscando um amplo diálogo com diferentes segmentos da sociedade. O Governo Federal está observando, com rigor elevado, as normas cabíveis para que a construção leve em conta todos os aspectos sociais e ambientais envolvidos na efetivação da obra.

As demandas sociais existentes são pertinentes, e o Governo brasileiro tem atuado de forma efetiva e diligente para responder a elas de forma satisfatória aos anseios nacionais. A OEA parece não ter levado em consideração que a autorização para implementação do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte foi concedida pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 788/2005, que ressaltou como condição da autorização a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, em especial *“estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área sob influência do empreendimento”*, com a devida consulta a essas comunidades.

Coube aos órgãos competentes IBAMA e FUNAI a concretização de estudos de impacto ambiental e de consultas às comunidades em questão, em atendimento ao que prevê o § 3º do art. 231 da Constituição Federal.

Temos ciência de que o estabelecimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, requer uma profunda e participativa atenção dos órgãos públicos e da sociedade civil para se discernir, avaliar e propor ações que minimizem os grandes impactos ambientais e sociais que envolve o estabelecimento de uma hidrelétrica em âmbito geral e específico. Estabelecer critérios para avaliar e contribuir com a

construção de processos que favoreçam o coletivo é o caminho para se chegar ao ponto pacífico, e é essa a prática governamental, a do diálogo.

Dito isso, a OEA, que é um organismo internacional respeitável, deve rever sua conduta no que se refere a questões de interesse nacional. O tom do documento apresentado é equivocado e não condiz com a prática do fortalecimento das democracias, que é o que se espera de um órgão de tal relevância.

Sr. Presidente, solicito seja este pronunciamento divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Laercio Oliveira, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL. S.Exa. dispõe de 7 minutos.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, ocupo a tribuna, nesta tarde, para falar de um tema importante que, tenho certeza absoluta, atinge todos os cidadãos brasileiro.

Quem nunca abandonou uma ligação ao tentar resolver um problema com uma empresa aérea, de telefonia, financeira ou qualquer outro serviço depois de uma longa espera ouvindo gravações? Esse é um problema que atinge milhões de brasileiros.

Mais de 2 anos depois de terem sido anunciadas as regras para melhorar o atendimento dos serviços de *call centers*, elas continuam sendo descumpridas, agora com um agravante: multadas, as empresas não pagaram nenhum real por isso até agora.

Só na esfera federal, as empresas de diversas áreas foram multadas em 18,6 milhões de reais por desrespeitar o decreto que regulamentou o Serviço de Atendimento ao Consumidor.

De acordo com recente levantamento feito a pedido da *Folha de S.Paulo* ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, nada foi pago até agora.

Amparadas pela legislação, as empresas recorrem administrativamente, dentro do Ministério, onde, invariavelmente, não encontram sucesso, e depois à Justiça, protelando o pagamento.

As regras mais rígidas, anunciadas em dezembro de 2008, prometiam o fim das intermináveis esperas dos consumidores e o imediato cancelamento dos serviços.

A regulamentação dos serviços de atendimento ao consumidor entrou em vigor há 2 anos. Afirmava-se que nada seria como antes. O consumidor, finalmente, seria bem atendido, com respeito e eficiência. Ou os infratores teriam que arcar com pesadas multas.

Normalmente, o que faz as coisas mudarem em qualquer lugar do mundo, salvo exceções, é o peso das sanções para quem não cumprir a lei. Mas, no Brasil, nem assim a situação mudou. Afinal, as empresas não pagam as multas.

A moda agora é colocar longas mensagens gravadas. O consumidor fica do outro lado da linha pagando alta tarifa por minuto e, na maioria das vezes, não consegue resolver o problema.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, estou apresentando aqui, na Câmara dos Deputados, projeto de lei que obriga a manutenção pelos fornecedores de atendimento telefônico gratuito aos consumidores e veda a utilização de sistemas automatizados nesse atendimento.

Além disso, defendo que o tempo máximo para o contato direto com o atendente seja de 1 minuto, contado a partir do início da ligação telefônica.

Infelizmente, o desenvolvimento da percepção de cidadania entre os consumidores brasileiros não se fez acompanhar da compreensão pelas empresas aqui atuantes da importância de um atendimento digno e eficiente às demandas de seus clientes.

O atendimento telefônico, Sr. Presidente, para os serviços de telefonia, de energia e serviços financeiros, dentre outros, é disciplinado pelo Decreto nº 6.523, de 2008, que não é cumprido, conforme comentei há pouco. Nas demais dimensões do mercado de consumo, contudo, remanesce a ausência de uma norma que regule atendimento por telefone.

Nessa lacuna regulatória, tem-se perpetuado a desenfreada busca pela redução de despesas no atendimento aos clientes à custa dos direitos dos consumidores. Não bastasse o quase total desaparecimento das linhas de contato gratuitas, as famosas 0800, tem sido usual, igualmente, a substituição do atendimento pessoal aos consumidores por menus eletrônicos. Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

Desse modo, além de transferir, mediante cobrança das ligações, aos compradores de seus produtos e serviços os custos de manutenção dos sistemas de atendimento, os fornecedores eliminam milhares de postos de trabalho e dificultam sobremaneira a vida dos consumidores. Afinal, para os consumidores, a impossibilidade de receber atendimento pessoal constitui sério entrave à concretização dos mais prosaicos direitos que a Constituição e o Código de Defesa do Consumidor lhes outorgam.

Submeto o presente projeto de lei à apreciação dos nobres pares, solicitando a todos colaboração para seu aperfeiçoamento e aprovação. No sagrado direito da comunicação – gente fala com gente –, Sr.

Presidente e nobres colegas, o povo brasileiro precisa ser respeitado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Eu é que lhe agradeço pelo cumprimento do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao Deputado José Stédile, pelo PSB. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. JOSÉ STÉDILE (Bloco/PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, tem sido referência estadual e nacional na recuperação de dependentes químicos, através de convênios com fazendas, contrariando até a orientação do Ministério da Saúde, que incentiva investimentos em clínicas.

O Município de Cachoeirinha, com 120 mil habitantes, recuperou, através dessas fazendas, mais dependentes químicos do que a própria Capital do Estado do Rio Grande do Sul, que tem mais de 1 milhão de habitantes.

Agora, no último sábado, o Prefeito da nossa cidade inaugurou a primeira fazenda pública, com recursos municipais.

Faço este pronunciamento alertando o Ministério da Saúde para a necessidade de mudar seu posicionamento nessa questão. O Ministério não investiu coisa alguma nessa fazenda, alegando que as regras para utilização dos recursos precisam seguir as da internação médica.

Por isso, aqui fica a nossa sugestão ao Ministério da Saúde para conhecer e acompanhar o trabalho de recuperação dos dependentes químicos do Município de Cachoeirinha. Só assim poderá constatar que, nessas fazendas, os dependentes químicos realmente são recuperados. Aliás, não conheço nenhum recuperado em clínicas que seguem os critérios estabelecidos pelo Ministério.

Acompanhei hoje, Sr. Presidente, a entrega ao Presidente desta Casa, meu colega Deputado Marco Maia, pela CONTAG e pela FETAG, de uma proposta alternativa ao Código Florestal que está sendo apresentado pelo Deputado Aldo Rebelo.

Nesse proposta, está prevista a preservação do meio ambiente, mas com privilégios para a pequena propriedade. Precisamos nos preocupar com a permanência de todo agricultor na terra, em especial o pequeno agricultor.

Na ocasião, foram entregues mais de 150 mil assinaturas coletadas de pequenos agricultores do Rio Grande do Sul.

Tenho certeza de que, se os Deputados se debruçarem sobre essa proposta, o projeto do Aldo Rebelo

e o projeto dos ambientalistas do nosso País, podem chegar a um consenso quanto ao Código Florestal.

Sr. Presidente, cinco Municípios gaúchos estão enfrentando uma forte seca, que tem acontecido todos os anos.

Os Prefeitos de Aceguá, Pinheiro Machado, Hulla Negra, Pedras Altas e Candiotas estão sugerindo que, em vez de paliativos, como sexta básica e caminhão-pipa, haja programas permanentes para enfrentar a seca. O Prefeito de Aceguá afirmou que o Município gasta mais com caminhão-pipa do que se fosse feita canalização até as casas dos moradores.

Por isso, estamos sugerindo ao Ministério da Integração Nacional e à Secretaria da Defesa Civil, ao Secretário Humberto Viana, que nos recebeu com muita eficiência, que sejam destinados recursos para a área de saneamento desses cinco Municípios.

Sr. Presidente, gostaria de informá-lo de que tivemos uma reunião com o Ministro da Justiça e todos os sindicatos da Polícia Rodoviária Federal, a fim de alertá-lo sobre as condições da PRF e sobre como o Superintendente vinha conduzindo a entidade, de forma incorreta.

Por coincidência, a *TV Globo*, em uma das reportagens do *Fantástico*, botou a nu toda a deficiência da Polícia Rodoviária Federal, e o Ministro da Justiça trocou o Superintendente. Mas S.Exa. acabou indicando uma pessoa de estrito relacionamento com o antigo Superintendente, o que não agradou aos policiais rodoviários federais, nem aos sindicatos da categoria.

Por isso, faço sugestão ao Ministério da Justiça de que ouça os sindicatos da Polícia Rodoviária Federal, que estão reivindicando serem ouvidos e querem a modernização dessa polícia, que está defasada.

No Rio Grande Sul, temos apenas 700 policiais rodoviários federais. É grande o contrabando que entra pelo nosso Estado e pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Nós precisamos de uma Polícia Rodoviária Federal forte, atuante, capacitada e com o número efetivo de policiais adequado à sua situação.

Sr. Presidente, há uma grande polêmica no Rio Grande Sul sobre onde será construído o aeroporto da região da Serra, que tem um enorme potencial turístico e industrial. Há uma disputa entre as várias cidades da região.

Caxias do Sul quer que o aeroporto seja lá, apesar de já ter um, e o restante das cidades da região da Serra preferem Farroupilhas, por ser mais centralizada.

Estamos convocando, através da Comissão de Viação e Transportes, da qual sou o único titular do Rio Grande Sul, uma audiência pública.

Fica o convite a todos os Prefeitos e a todos os interessados do Estado do Rio Grande do Sul, princi-

palmente os da região da Serra, para que façam parte dessa audiência pública que ocorrerá na Comissão de Viação e Transporte e que tratará do citado aeroporto.

Sr. Presidente, também quero, desta tribuna, homenagear os 50 anos da Federação Israelita do Estado do Rio Grande do Sul.

Desde 1904, quando os primeiros judeus, imigrantes vindos da Europa, instalaram-se no interior do Estado, a comunidade judaica gaúcha floresceu e se desenvolveu junto com o Rio Grande do Sul.

Hoje, a integração à sociedade gaúcha e brasileira é um fato consumado, e as gerações de judeus que sucederam os primeiros imigrantes construíram, ao longo dessa trajetória de mais de 100 anos, uma identidade judaica, gaúcha e brasileira.

A história da Federação Israelita do Rio Grande do Sul começou a ser escrita no início da década de 60, quando os primeiros imigrantes judeus ainda sofriam com as guerras e perseguições. Eram tempos de superação, esperança e, acima de tudo, de união. União para preservar valores, cultura, família e amizades.

Nesse contexto, foi fundada a entidade que iria representar a história desse povo bravo, obstinado, trabalhador, alegre e orgulhoso de suas raízes, um povo que soube valorizar sua terra, mas também preservar as relações de amizade entre outras culturas.

Através de atividades políticas, culturais e sociais, a então Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Rio Grande do Sul deu início a um trabalho de êxito, que permanece até os dias hoje, um trabalho voltado à coordenação das atividades das suas entidades filiadas, razão de ser da Federação.

É dessa federação a responsabilidade de organizar as atividades e eventos de todas as entidades judaicas do Estado, apoiando e estimulando seus acontecimentos. Também é papel da federação fomentar o ensino religioso, fomentar a educação cívica e cultural por meio de conferências, cursos, publicações, e manter a memória da presença judaica no Estado do Rio Grande do Sul, além de ser da entidade a representação política perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

Deixo aqui o nosso registro de parabéns pelos 50 anos da Federação Israelita do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo espaço concedido.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Eu que agradeço, Deputado, pelo cumprimento do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Antes de prosseguirmos com as inscrições, vou ler uma moção de solidariedade encaminhada pela Deputada Rose de Freitas, que é a 1ª Vice-Presidente desta Mesa:

“MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados expressa a sua solidariedade com as famílias das crianças do bairro de Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, vítimas de um ato de selvageria e crueldade cometido na Escola Municipal Tasso da Silveira.

Lamentamos profundamente esta tragédia que enluta não apenas os familiares, o Município e o Estado do Rio de Janeiro, mas todo o País. Estamos todos consternados e abalados com esse ato e pedimos a Deus que conforte a todos que de alguma forma foram atingidos por esse drama indescritível. E que possamos todos refletir sobre este episódio.

Brasília, 7 de abril de 2011. – Deputada **Rose de Freitas**, Primeira-Vice-Presidente”.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Continuaremos com a lista de inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia.

Meu amigo Valmir, que está triste porque o seu Fluminense perdeu, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde, quero primeiro parabenizar a Presidenta Dilma por ter recebido mulheres do MAB. Representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens passaram 4 dias aqui em Brasília, fazendo um encontro, debatendo políticas e ao mesmo tempo comemorando os 20 anos de construção e de resistência do MAB.

E a Presidenta Dilma, que poderia ter recebido uma pequena comissão dessas mulheres trabalhadoras, preferiu receber em torno de 500 mulheres hoje à tarde. Isso foi importante, porque é a sinalização da nossa Presidenta do trato que dará aos movimentos sociais da via campesina, os movimentos sociais que lutam pelo espaço, pela vida, pela soberania nacional.

Por isso, quero parabenizar a nossa Presidenta e, ao mesmo tempo, parabenizar o MAB por ter completado 20 anos de resistência, de luta, de convicção, reafirmando os seus pontos de vista. Isso é importante para a nossa sociedade.

Quero, Sr. Presidente, aproveitar para falar do debate que houve durante toda esta semana acerca de tratado do Brasil com o Paraguai. Os Deputados de oposição, especificamente os do DEM, colocaram-se contra a solidariedade que a nossa Presidenta, juntamente com o ex-Presidente Lula, estabeleceu. É preciso ajudarmos a população daquele país. Mas eles se manifestam contra, de forma raivosa, Sr. Presidente.

Sabe por quê? Porque não têm o marco da solidariedade na formação.

Qualquer cidadão solidário sabe que o nosso País tem muitos problemas, muitas dificuldades, mas não é em nome das dificuldades que temos, não é em nome das nossas necessidades que vamos deixar de ajudar um dos países mais pobres desta região, o Paraguai.

Por isso, em todas as votações que tivemos no dia de ontem, reafirmamos nossa convicção e dissemos que a bancada do Governo está de parabéns pela compreensão na votação dessa medida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Pela sua trajetória, Deputado Valmir, pela sua história, V.Exa. sabe muito bem da importância da solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco Praciانو, do PT do Amazonas, nosso amigo. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado se desloca, quero parabenizar todos os jornalistas pelo seu dia, especialmente os que trabalham nesta Casa, os quais têm feito excelente trabalho nas coberturas.

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, cada Parlamentar tem uma pauta, uma agenda. Mas seria muito bom que, paralelamente a essa agenda, houvesse de cada Deputado a dedicação ao combate a uma coisa que considero ainda muito agressiva neste País chamada corrupção.

Segundo a FIESP, a corrupção tira do povo brasileiro, companheiro Zé Geraldo, em torno de 2% – varia de 1,3% a 2,2% – Do PIB nacional, ou seja, aproximadamente 60 bilhões de reais por ano.

Essa informação vem de um trabalho contratado pela FIESP que mostra, além dos custos econômicos, o impacto da corrupção no crescimento do País, na renda *per capita* nacional e na economia, porque diminui a competitividade das empresas, por conta das propinas e do ambiente de negócio instável e, às vezes, imoral, e a atratividade sobre o capital. Portanto, os custos sociais da corrupção, que tira dinheiro da educação, da saúde, do serviço público, têm impacto muito grande na economia nacional.

Eu tenho as minhas pautas: a Amazônia e a Zona Franca. São pautas que buscam melhorar no dia a dia a vida do nosso Estado e da nossa região. Mas, paralelamente, sempre coloquei a corrupção na minha luta. Por esse motivo, fiz todo o esforço para relançar a Frente Mista de Combate à Corrupção do Congresso Nacional. Duzentos e nove Deputados subscreveram a recriação. Esperamos uma grande participação nes-

sa frente para reduzir essa desgraça, essa doença na política nacional, na administração pública nacional.

É este o pedido que faço ao Congresso: colocar o combate à corrupção na pauta desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paes Landim, pelo PTB do Piauí. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero aplaudir a escolha do Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira para Ministro da Secretaria de Aviação Civil.

Ex-Diretor de Infraestrutura do BNDES, S.Sa. é um técnico respeitado, já credenciado pelo êxito com que sempre se comportou à frente de todos os empreendimentos de que participou, inclusive no setor privado. Com certeza, é um nome à altura dos desafios que aguardam a Secretaria de Aviação Civil, que vai ter em sua jurisdição a INFRAERO e a ANAC, duas peças importantes na estruturação do País para a Copa do Mundo, em 2014, e para as Olimpíadas, em 2016. Já temos a Autoridade Olímpica, comandada pelo Sr. Henrique Meirelles, um técnico altamente respeitado e credenciado, e agora a escolha de Wagner Bittencourt, um homem que vem do BNDES, ligado a toda a política de infraestrutura de um dos maiores bancos do mundo, para a Secretaria de Aviação Civil.

O Dr. Wagner Bittencourt terá papel decisivo na consolidação desse novo Ministério, que surge da transformação da atual Secretaria da Aviação Civil do Ministério da Defesa em Ministério propriamente dito. Essa Secretaria já teve como seu dirigente o Brigadeiro Jorge Godinho Barreto Nery, uma das figuras exponenciais da Aeronáutica, que honra aquela Força, honra a Bahia e que assumiu há poucos dias – e tive o prazer de estar lá presente – a Chefia do Estado-Maior da Aeronáutica.

Portanto, acho que a Presidenta Dilma escolheu muito bem o futuro Ministro da Secretaria de Aviação Civil, homem que veio do BNDES, tem experiência no Ministério da Integração Nacional, na SUDENE, na Companhia Ferroviária do Nordeste, é conhecido pessoalmente da Sra. Presidenta Dilma Rousseff e, com certeza, está à altura dos novos desafios que lhe estão sendo cometidos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Depu-

tados, todos aqueles que me ouvem neste momento, vou continuar tecendo comentários sobre Belo Monte.

Meu pronunciamento já considerado lido é uma manifestação contrária à decisão da OEA – na minha avaliação, precipitada, extemporânea e infeliz – de pedir ao Governo brasileiro, esta é a verdade, a suspensão de Belo Monte, para atender a um pleito daqueles que não concordam, e têm todo o direito de não concordar, daqueles que não querem, daqueles que são contra a política de governo de gerar energia limpa e renovável a partir da potencialidade dos rios da Amazônia, como está acontecendo em Rondônia e em Belo Monte e daqui a pouco acontecerá em Itaituba (no Tapajós) e em Marabá (no Tocantins), até porque a Amazônia hoje, Deputado, ainda queima diariamente mais de 6 milhões de litros de óleo *diesel*, gerando uma energia suja, não renovável e cara. Como é que vamos suprir o déficit de energia se não aproveitarmos esse potencial?

Os órgãos federais, o IBAMA, a FUNAI e outros, estão acompanhando o processo. As comunidades indígenas estão sendo respeitadas nas discussões, e não acredito que morrerá nenhum índio nessa região. E nenhum índio vai piorar de vida. Muito pelo contrário, os Governos Lula e Dilma, porque Dilma estava com o Governo Lula, demarcaram e vão demarcar terras indígenas. Tanto é que, só no território do Xingu, aproximadamente 1.500 famílias de pequenos produtores terão de sair de áreas indígenas. E é um desafio para o Governo assentar essas famílias.

Devemos assentar aproximadamente 8 mil famílias, entre as que sairão de terras indígenas, as que terão suas propriedades atingidas e as que já estão sem terra na região. Aproximadamente 8 mil famílias na região precisam de moradia na área urbana.

Quanto à infraestrutura, até o asfaltamento da Transamazônica, Deputado Giovanni Queiroz – acompanho isso há 3, 4 anos –, não foi possível avançar no ano passado porque todas as comunidades indígenas, num total de 27, estão sendo ouvidas, inclusive aldeias distantes 180 quilômetros da rodovia.

No caso de Novo Repartimento, serão entregues, nesta semana ou na semana que vem, 12 toyotas Hilux e dois micro-ônibus para os paracanãs, como compensação só de uma moita de açaí na faixa de domínio de 20 quilômetros dos paracanãs, antes de chegar a Novo Repartimento.

E, aí, usam os índios. O problema lá não são os índios, mas a população toda. Lá, os trabalhadores rurais, os pequenos empresários, os comerciantes, as igrejas, os professores, as universidades, os Deputados estão se organizando para que possamos ter realmente um projeto diferente do que foram Tucuruí

e outros. Lá, existe um plano de desenvolvimento regional, coisa que nunca aconteceu em outras regiões.

Não há como contrapor-se, principalmente num momento em que o mundo discute o desenvolvimento sustentável, com fonte de energia segura, porque agora até a energia nuclear, com o acidente no Japão, entra em debate. Então, por que não podemos aproveitar os potenciais hídricos dos rios da Amazônia para produzir energia limpa e renovável para essa região?

Por isso, faço este pronunciamento. Gostaria que a OEA fosse até a região para conhecer um pouco mais e participar mais, e não se posicionar de longe, por meio de notícias que são levadas por alguém que é contra os projetos de governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma – é a sequência de um plano de governo para essa região.

Na condição de Deputado Federal da região, estarei atento.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabei de ouvir o pronunciamento do Deputado Zé Geraldo, que é do Pará, da região da Transamazônica, do Baixo Amazonas, mas também atua em outras áreas do Estado, particularmente no sul.

S.Exa. veio fazer a denúncia da intromissão indevida de alguns órgãos nas questões de desenvolvimento da Amazônia. Há muitos anos, inúmeras entidades internacionais tentam atravancar, travar, engessar, aniquilar o nosso desenvolvimento. E agora estamos a ver que o aniquilamento vai se estender um pouco mais, porque vai atingir todo o Brasil.

A construção da Hidrelétrica de Belo Monte é de interesse nacional, não apenas do Estado do Pará. É de interesse do País, senão teremos apagão energético nos próximos 5 anos ou, então, vamos ter de acelerar a construção de uma usina nuclear, que já se esboça – e deve ser construída também – porque talvez o barulho das turbinas de Belo Monte possa atrapalhar o sono de meia dúzia de indígenas que estão a 180 quilômetros. Isso não acontecerá. São indigenistas criando problemas.

O depoimento do Deputado é muito sério. Os paracanãs estão recebendo mais de dez veículos porque numa extensão de 20 quilômetros de onde passa a Transamazônica, uma moita de açaí teve de ser aniquilada. Esse pessoal vai receber um mundo de veículos como indenização porque, para a Transamazônica, que existe há 30 anos, ser asfaltada, houve necessidade de mexer numa moita de açaí.

Deputado Zé Geraldo, quero lhe dizer que me somo a V.Exa. quanto a essa preocupação. Precisamos do asfaltamento da Transamazônica, de Belo Monte e também da reforma do Código Florestal, para tirarmos da marginalidade quem produz e trabalha para nos alimentar.

Esses dias, alguém me perguntou, Presidente: *“O senhor é a favor do Código Florestal, Deputado, porque recebeu ajuda financeira para a sua campanha de um setor rural?”*

Eu disse que não, que sou a favor do produtor rural e da reforma do Código Florestal porque, senão, vão para a marginalidade milhares de brasileiros que hoje produzem alimentos para me alimentar e te alimentar, jornalista – não se esqueça disso.

Também sou a favor da reforma do Código Florestal porque sou produtor rural, produzo alimento e estou na marginalidade porque o Código Florestal me colocou na marginalidade. Se não houver uma reforma do Código, teremos de paralisar a produção agrícola nacional. E o povo brasileiro vai comer como?

Tivemos aqui um movimento extraordinário, na terça-feira, dia 5, de milhares de brasileiros produtores deste País. Vieram solidarizar-se com os nossos Parlamentares, que, preocupados com o Código Florestal, estão a analisá-lo, a discuti-lo.

O Deputado Aldo Rebelo, companheiro do PCdoB, andou por este Brasil inteiro. Ele, com o nosso Presidente da Comissão Especial e outros Deputados, conversou com entidades de todos os lugares – a base científica, tecnológica, que trabalha com a questão ambiental, com a EMBRAPA –, buscando sugestões, e pôde elaborar uma proposta de Código Florestal extraordinária.

Isso não significa, no entanto, que o Código esteja pronto e acabado. Ele ainda pode ser emendado, mas entendo que não podemos mais ficar com o Código de 1965, defasado, haja vista que coloca todo o setor produtivo brasileiro à margem da legalidade.

E aproveitando-se dessa situação, o IBAMA e a Polícia Federal, de forma agressiva e desrespeitosa – anteontem, inclusive, eles tiveram seu helicóptero acorrentado pelos produtores da região –, embargaram fazendas, confiscaram boi, tratando como marginal aqueles que produzem na Transamazônica, na Cuiabá-Santarém ou no sul do Pará.

Sr. Presidente, não podemos admitir mais que o IBAMA se intitule como o único dono da verdade e saia agredindo produtores rurais neste País, principalmente aqueles que foram para a Amazônia, sacrificando a vida de seus filhos, de suas corajosas mulheres, que, acompanhando os maridos, adentraram a mata para produzir e integrar a Amazônia ao Brasil. Não

podemos deixar de ser solidários a esses homens e a essas mulheres.

Portanto, desejo somar-me ao Deputado Zé Geraldo quanto ao que acaba de dizer e aos inúmeros companheiros que vivem naquela região e produzem neste Brasil. Infelizmente, eles estão hoje colocados à margem, tratados como marginais, repito, pela Polícia Federal, que acompanha os técnicos do IBAMA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Chamo a atenção dos Deputados para que sejam breves, porque o nosso limite de horário é 19 horas.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joaquim Beltrão, do PMDB de Alagoas.

O SR. JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou apresentando requerimento de informação a ser dirigido à Casa Civil, a fim de tomarmos conhecimento dos estudos socioeconômicos previstos no Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, que trata de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais.

Até hoje a cana-de-açúcar na nossa região é cortada por cortadores de cana – parte deles mora nos Municípios canavieiros, parte deles mora no Semiárido nordestino. Exatamente no período da seca, quando eles precisam de emprego, são admitidos para cortar cana na região canavieira. Os jovens são aqueles que mais estão nessa atividade. Algumas pessoas cortam cana com tanta desenvoltura que chegam a pagar Imposto de Renda, têm oportunidade de comprar o seu pedacinho de terra, fazer a sua casa, ter um transporte e melhorar a sua vida. Dependendo também da responsabilidade social do patrão, ele pode aprender a ler e a escrever e ter uma vida melhor.

Naturalmente, os grandes empresários vão mecanizar a sua colheita, como hoje já o fazem. Trata-se de uma questão de mercado, que não é problema. Acredito que fica até um pouco mais barato o corte da cana feito por máquinas. Mas, a partir do momento em que os grandes proprietários comprarem as suas máquinas colheitadeiras de cana, o trabalho do cortador ficará inviável, e o pequeno produtor, que não tem condições de comprar uma máquina de colher cana, terá de mudar de atividade.

Portanto, espero que os estudos socioeconômicos indiquem que atividade será oferecida aos atuais cortadores de cana e ao pequeno produtor rural, que não terá oportunidade de comprar máquina para mecanizar a sua produção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra, pela ordem, a Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esteve ontem na Comissão de Direitos Humanos desta Casa a Ministra Maria do Rosário. S.Exa., com imensa lucidez, pontuou não apenas a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos, mas também algumas prioridades absolutamente harmonizadas com a discussão que está sendo travada nessa Comissão, presidida pela Deputada Manuela d'Ávila, com muita sabedoria.

Dentre os tantos temas ali abordados, um deles diz respeito à Comissão da Verdade. Penso que o ser humano é um ser histórico. Não podemos ser considerados sujeitos sem história, somos seres históricos. Na condição de seres históricos, precisamos mergulhar na nossa própria história para fechar os ciclos.

Este País vivenciou um período de ditadura militar, em que a democracia foi esmagada por botas e baionetas, a República foi vergada para, em detrimento do Estado Democrático de Direito, se alcançar desenvolvimento utilizando-se paus de arara, choques elétricos. Esse período não pode ser apagado. A história não pode ser considerada como argila ou massa amorfa, que vai sendo moldada com base no desejo de quem a manipula.

A história deste País envolve, primeiro, a africanidade. Quando pessoas dizem que é necessário amaldiçoar a África, elas ferem a nossa brasilidade. A nossa brasilidade tem uma africanidade.

É preciso fecharmos os ciclos da história deste País. Que possamos fazer o luto da escravidão, o luto da República Velha, o luto da ditadura, senão ela volta. E vimos nesta Casa expressões disso, da arrogância, tão comum durante a ditadura militar. Aqueles que expressam manifestações absolutamente racistas ou homofóbicas negam a condição humana e a obviedade, negada quase todos os dias, cotidianamente, de que a humanidade é uma só.

Sr. Presidente, ao encerrar as minhas palavras, digo que não podemos confundir liberdade de expressão com afronta à Constituição. Temos um código de ética nesta Casa que diz que é dever de cada Parlamentar honrar a Constituição deste País. É dever de todos os Parlamentares e de todas as Parlamentares honrar as leis deste País.

A liberdade de expressão e a imunidade parlamentar não podem ser utilizadas como escudo para ferir a Constituição brasileira, para incitar pessoas ao ódio e ao crime. Por isso, Sr. Presidente, Parlamentares como o Deputado Jair Bolsonaro, que se expres-

saram dessa forma, têm de responder a esta Casa e à sociedade, para que possamos atestar a quebra de decoro parlamentar. Esta Casa não pode calar-se diante dessas manifestações. Tem de instaurar um processo de investigação relacionado a quebra de decoro parlamentar, a fim de que não haja postura que incite alguém ao ódio, desrespeite a Constituição Federal e fira o decoro parlamentar.

Essa é a resposta que a sociedade exige desta Casa neste momento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Parabeno a Deputada Erika Kokay pela persistente luta em prol dos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, que tem feito, com muita elegância e muita tranquilidade, oposição sistemática nesta Casa. S.Exa. é um dos Parlamentares mais atuantes da Câmara dos Deputados. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aos valorosos profissionais que cobrem o dia a dia do Congresso Nacional, aos que estão na redação relatando fatos do cotidiano e fazendo reportagens especiais, aos que interagem quase que em tempo real com os leitores, através de seus *blogs*, aos que estão atuando nas assessorias, aos que transmitem a notícia pelo rádio e pela televisão e aos correspondentes que trazem em primeira mão as notícias do mundo, quero aqui, no Dia do Jornalista, dar os meus parabéns, pela dedicação e compromisso com a imparcialidade.

Aproveito este 7 de abril para reiterar o meu compromisso com a defesa da regulamentação da profissão. Desde junho de 2009, a questão do diploma foi derrubada – 8 votos contra 1 – no Supremo Tribunal Federal (STF).

Quero também salientar que, nesses quase 2 anos de instabilidade profissional, os jornalistas estão expostos aos mais diversos riscos e fragilidades. Prova disso são as estatísticas. Somente em 2009, foram registradas 58 agressões a jornalistas no Brasil, sendo três no Estado do Ceará.

No último mês de março, por exemplo, num período de 10 dias, ocorreram duas agressões a profissionais do Ceará. Uma delas envolveu uma equipe da *TV Ceará* que fazia a cobertura de um protesto de trabalhadores da construção civil. O outro caso se deu com a assessora do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará (MOVA-SE), detida

por seguranças do Hospital Geral de Fortaleza após gravar imagens da superlotação da emergência.

Em termos mundiais, a violência que atinge jornalistas é igualmente preocupante. Os dados são de 2010 e apontam que 57 jornalistas foram mortos nesse ano; 51, sequestrados; 535, presos; 1.374, agredidos ou ameaçados; 127 fugiram de seu país; 52 foram agredidos; 152 “blogueiros” ou “net-cidadãos”, presos. Indicam ainda que 504 meios de comunicação foram censurados, e 62 países, afetados pela censura na Internet.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está em nossas mãos priorizarmos a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 386, de 2009, e votarmos favoravelmente, ainda neste mês de abril, ao restabelecimento da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Antes disso, torna-se fundamental a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Diploma de Jornalista, a fim de que cessem todas as dúvidas e possa o projeto ser aprovado nesta Casa por unanimidade.

Paralelamente, é das mais positivas a mobilização que a Federação Nacional dos Jornalistas e os sindicatos da categoria estão promovendo junto a cidadãos e instituições diversas, em prol da validade do diploma. A causa já foi abraçada pela Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e pela Federação dos Jornalistas da América Latina e do Caribe (FEPALC), que passaram a distribuir entre suas filiadas, nas versões em inglês e em espanhol, o manifesto de apoio às PECs dos jornalistas.

Tramita no Congresso Nacional a PEC 386. Precisamos fazer com que, lado a lado com a Federação Nacional dos Jornalistas, com os sindicatos, esta Casa dê à Nação brasileira, ao processo democrático brasileiro, o grande exemplo de regulamentar a profissão dos jornalistas, que fazem com que possamos, por meio do processo democrático brasileiro, fortalecer o pacto federativo, a transparência das ações em todos os níveis.

Acreditamos que, com essa mobilização da Federação Nacional dos Jornalistas, paralelamente com a mobilização que vêm fazendo os sindicatos dos jornalistas em cada localidade, em cada Estado, em cada Município, lado a lado com todos os Congressistas, possamos solicitar urgentemente ao Presidente Marco Maia a votação da PEC 386, até porque a matéria já foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

Nossa saudação a todos que fazem o jornalismo no Brasil.

Ao concluir este pronunciamento, destaco um trecho do manifesto à Nação elaborado pela FENAJ:

“O jornalismo é uma forma de produção de conhecimento sobre a realidade social e requer prévios conhecimentos teóricos e metodológicos, que fundamentam o conhecimento produzido. (...) A liberdade de expressão é um direito individual de cada cidadão que não se realiza somente pelos meios de comunicação. O papel do jornalista é o de buscar a diversidade e a pluralidade de opiniões, garantindo com o seu trabalho a expressão dos indivíduos e dos grupos sociais constituídos.”

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Filho, do PMDB da Paraíba, por 3 minutos.

O SR. WILSON FILHO (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como os grandes parceiros, outros Deputados, venho dizer que hoje, quando acordei, vi pela tevê o que todo o Brasil acompanhou: a tragédia que aconteceu hoje naquela escola, com várias vítimas fatais.

Faz pouco mais de 1 semana que ocorreu – ainda estamos tentando digerir – o falecimento de um grande homem, o herói José Alencar, e o Brasil volta a ter um luto nacional.

Venho aqui dizer que, no período da tarde, depois de saber da tragédia que aconteceu pela manhã no Rio, fui agraciado pelo Presidente Marco Maia com a indicação para representar o Parlamento no Conselho Nacional de Juventude.

Quero tomar como exemplo essa tragédia de hoje e dizer que, representando o Congresso Nacional no Conselho Nacional de Juventude, vamos lutar contra isso. Isso não pode mais acontecer.

Só víamos casos como esse nos Estados Unidos, em outros países. Pela primeira vez vimos acontecer com mais força um problema como esse no Brasil. Isso não pode acontecer. Muitas coisas não podem continuar.

Vamos, no Conselho Nacional de Juventude, lutar contra o **bullying**, que afeta as escolas brasileiras de todas as regiões do Brasil; lutar contra as drogas; lutar a favor da educação, do esporte, do primeiro emprego. Realmente vamos valorizar a juventude.

Qualquer custo, Sr. Presidente, com a juventude não é despesa, é investimento. É o futuro do Brasil que está nas nossas mãos. Esse caso que aconteceu hoje no Brasil vai ser lembrado por muito tempo não só pelas famílias das vítimas, mas por todos os brasileiros.

Estamos à disposição de todo o Brasil, de toda a juventude brasileira no Conselho Nacional de Juventude.

de. Se Deus quiser, com muito trabalho, muita garra, muita vontade, vamos fazer valer no Conselho Nacional de Juventude não só o Parlamento, mas também o Estado da Paraíba e toda a juventude paraibana.

O meu muito obrigado a todos os que nos assistem e nos escutam na Paraíba. Se Deus quiser, com muito trabalho, vamos mostrar que a juventude também trabalha com muita competência.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Luciano Moreira, do PMDB do Maranhão, por 3 minutos, sem prorrogação.

O SR. LUCIANO MOREIRA (PMDB-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita alegria, neste dia de comemoração da nobre profissão, quero saudar jornalistas da *Agência Câmara*, *Jornal da Câmara*, *Rádio Câmara* e *TV Câmara*, repórteres credenciados, editores renomados, colunistas consagrados, “blogueiros” e “tuiteiros”, daqui ou de longe, especialmente os do meu querido Maranhão.

É privilégio nosso vivenciar esses auspiciosos anos de imprensa sem amarras, de meios, veículos e mídias cada vez mais fortes, de jornalismo dinâmico, ágil e preciso, de opinião pública consciente, atenta e crítica, de instituições consolidadas, estáveis e imunes, de direitos humanos, liberdades individuais e transparências sociais garantidas, tudo filho da sagrada democracia.

Nada mais hoje é segredo, manchetes ganham ares de espetáculo, pautas quentes levam índices de audiência ao topo, geram milhões de acessos, veículos reconhecidos atraem altas verbas publicitárias, produzem lucros astronômicos. Até estratégias informações ninguém consegue impedir que transitem pela Internet igual a banais conversas de botequim. Tudo é híbrido, misturado, holístico: densos conteúdos de qualidade convivem com efêmeras superficialidades, público e privado perdem fronteiras, relevos, detalhes e contornos surgem do nada ou somem para sempre, pincéis eletrônicos dão forma, beleza e *glamour* ao que antes parecia irremediavelmente rude, feio ou incômodo. Mas o compromisso sagrado com a verdade, a ética, a isenção e a credibilidade conquistada fortalecem imprensa e jornalistas, crescem na sociedade a cidadania, o sonho, a esperança, a crença e a fé.

Sr. Presidente, também é privilégio nosso viver nesta época de Parlamento atuante, de Congresso com agenda cheia, de galerias repletas, corredores movimentados, gabinetes agitados, gramados ocupados por imensos acampamentos, vaivém de pessoas nas rampas, escadas e esteiras rolantes, setores fazendo pressão, buscando exibição pública, querendo ampla repercussão. Dessas causas e bandeiras emergem lide-

ranças, interesses são revelados, e quem representa o povo tem chance de legislar digna e conscientemente, tudo igualmente filho da democracia, quase milagre que nos deu e mantém esta Nação respeitada, soberana.

Política e imprensa são irmãos siameses, compartilham órgãos vitais, ouvidos, olhos, mentes, corações; têm de viver juntas, separadas morrem ambas. Abraçadas, tiram de cena déspotas, fazem desaparecer regimes autoritários, trazem luzes da razão sobre as trevas do obscurantismo, há séculos, das prensas pioneiras de Gutenberg aos arquivos eletrônicos, virtuais que voam na velocidade da luz. Lá atrás, eram de chumbo tipos que compuseram letras, palavras e frases, que trouxeram até nós ideias humanistas e reformistas; também foram de chumbo aqui duros tempos da ditadura, da censura prévia que jamais teremos de volta, porque a sociedade, o cidadão, todos queremos ser mais que testemunhas, temos vocação para ser protagonistas da história.

Mais uma vez, parabéns aos jornalistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Agradeço, Deputado Luciano Moreira, a compreensão.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

Partido Bloco

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Edio Lopes PMDB

Jhonatan de Jesus PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Luciano Castro PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Paulo Cesar Quartiero DEM

Raul Lima PP

Teresa Surita PMDB

Total de Roraima: 7

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT

Davi Alcolumbre DEM

Evandro Milhomen PCdoB PsbPtbPcdob

Fátima Pelaes PMDB

Professora Marcivania PT

Sebastião Bala Rocha PDT

Vinicius Gurgel PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Amapá: 7

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS PvPps

Beto Faro PT

Cláudio Puty PT
 Dudimar Paxiúba PSDB
 Giovanni Queiroz PDT
 José Priante PMDB
 Josué Bengtson PTB PsbPtBpcdob
 Lúcio Vale PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luiz Otávio PMDB
 Miriquinho Batista PT
 Wladimir Costa PMDB
 Zé Geraldo PT
 Zequinha Marinho PSC

Total de Pará: 13

AMAZONAS

Átila Lins PMDB
 Carlos Souza PP
 Francisco Praciano PT
 Henrique Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Pauderney Avelino DEM
 Rebecca Garcia PP
 Silas Câmara PSC

Total de Amazonas: 7

RONDÔNIA

Carlos Magno PP
 Lindomar Garçon PV PvPps
 Marinha Raupp PMDB
 Mauro Nazif PSB PsbPtBpcdob
 Moreira Mendes PPS PvPps
 Natan Donadon PMDB
 Nilton Capixaba PTB PsbPtBpcdob
 Padre Ton PT

Total de Rondônia: 8

ACRE

Antônia Lúcia PSC
 Flaviano Melo PMDB
 Gladson Cameli PP
 Marcio Bittar PSDB
 Perpétua Almeida PCdoB PsbPtBpcdob
 Sibá Machado PT
 Taumaturgo Lima PT

Total de Acre: 7

TOCANTINS

Agnolin PDT
 César Halum PPS PvPps
 Irajá Abreu DEM
 Júnior Coimbra PMDB
 Laurez Moreira PSB PsbPtBpcdob
 Lázaro Botelho PP
 Professora Dorinha Seabra Rezende DEM

Total de Tocantins: 7

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
 Carlos Brandão PSDB
 Cleber Verde PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Davi Alves Silva Júnior PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Domingos Dutra PT
 Edivaldo Holanda Junior PTC PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Francisco Escórcio PMDB
 Gastão Vieira PMDB
 Luciano Moreira PMDB
 Pinto Itamaraty PSDB
 Professor Setimo PMDB
 Sarney Filho PV PvPps

Total de Maranhão: 12

CEARÁ

André Figueiredo PDT
 Antonio Balhmann PSB PsbPtBpcdob
 Artur Bruno PT
 Chico Lopes PCdoB PsbPtBpcdob
 Edson Silva PSB PsbPtBpcdob
 Eudes Xavier PT
 Genecias Noronha PMDB
 Gorete Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 João Ananias PCdoB PsbPtBpcdob
 José Guimarães PT
 Manoel Salviano PSDB
 Mauro Benevides PMDB
 Raimundão PMDB
 Raimundo Gomes de Matos PSDB
 Vicente Arruda PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Ceará: 15

PIAUI

Assis Carvalho PT
 Hugo Napoleão DEM
 Iracema Portella PP
 Jesus Rodrigues PT
 Júlio Cesar DEM
 Marcelo Castro PMDB
 Marillos Sampaio PMDB
 Nazareno Fonteles PT
 Osmar Júnior PCdoB PsbPtBpcdob
 Paes Landim PTB PsbPtBpcdob

Total de Piauí: 10

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
 Felipe Maia DEM
 Paulo Wagner PV PvPps
 Sandra Rosado PSB PsbPtBpcdob

Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP
 Benjamin Maranhão PMDB
 Damião Feliciano PDT
 Efraim Filho DEM
 Hugo Motta PMDB
 Manoel Junior PMDB
 Nilda Gondim PMDB
 Romero Rodrigues PSDB
 Ruy Carneiro PSDB
 Wellington Roberto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Wilson Filho PMDB

Total de Paraíba: 11**PERNAMBUCO**

Anderson Ferreira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Augusto Coutinho DEM
 Bruno Araújo PSDB
 Carlos Eduardo Cadoca PSC
 Fernando Coelho Filho PSB PsbPtbPcdob
 Fernando Ferro PT
 Inocêncio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 João Paulo Lima PT
 Jorge Corte Real PTB PsbPtbPcdob
 José Augusto Maia PTB PsbPtbPcdob
 José Chaves PTB PsbPtbPcdob
 Luciana Santos PCdoB PsbPtbPcdob
 Mendonça Filho DEM
 Pastor Eurico PSB PsbPtbPcdob
 Pedro Eugênio PT
 Raul Henry PMDB
 Roberto Teixeira PP
 Sergio Guerra PSDB
 Silvio Costa PTB PsbPtbPcdob
 Vilalba PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Pernambuco: 20**ALAGOAS**

Arthur Lira PP
 Célia Rocha PTB PsbPtbPcdob
 Givaldo Carimbão PSB PsbPtbPcdob
 Joaquim Beltrão PMDB
 Maurício Quintella Lessa PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Rosinha da Adefal PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Alagoas: 6**SERGIPE**

Almeida Lima PMDB
 Andre Moura PSC
 Heleno Silva PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Laercio Oliveira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Márcio Macêdo PT
 Mendonça Prado DEM

Rogério Carvalho PT
 Valadares Filho PSB PsbPtbPcdob
Total de Sergipe: 8

BAHIA

Acelino Popó PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Amauri Teixeira PT
 Antonio Brito PTB PsbPtbPcdob
 Antonio Carlos Magalhães Neto DEM
 Antonio Imbassahy PSDB
 Arthur Oliveira Maia PMDB
 Claudio Cajado DEM
 Erivelton Santana PSC
 Fábio Souto DEM
 Felix Júnior PDT
 Fernando Torres DEM
 Geraldo Simões PT
 Jânio Natal PRP PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 João Carlos Bacelar PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 José Carlos Araújo PDT
 José Nunes DEM
 José Rocha PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Joseph Bandeira PT
 Josias Gomes PT
 Jutahy Junior PSDB
 Lucio Vieira Lima PMDB
 Luiz Alberto PT
 Luiz Argôlo PP
 Márcio Marinho PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Maurício Trindade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Nelson Pellegrino PT
 Oziel Oliveira PDT
 Paulo Magalhães DEM
 Roberto Britto PP
 Rui Costa PT
 Sérgio Barradas Carneiro PT
 Valmir Assunção PT

Total de Bahia: 32**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo PDT
 Aelton Freitas PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Antônio Andrade PMDB
 Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Diego Andrade PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dimas Fabiano PP
 Domingos Sávio PSDB
 Dr. Grilo PSL PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Eduardo Azeredo PSDB
 Eduardo Barbosa PSDB
 Eros Biondini PTB PsbPtbPcdob
 George Hilton PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Geraldo Thadeu PPS PvPps
 Gilmar Machado PT
 Jaime Martins PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Jairo Ataíde DEM
 Jô Moraes PCdoB PsbPtbPcdob
 João Magalhães PMDB
 José Humberto PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Júlio Delgado PSB PsbPtbPcdob
 Lael Varella DEM
 Leonardo Monteiro PT
 Leonardo Quintão PMDB
 Lincoln Portela PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Luis Tibé PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Márcio Reinaldo Moreira PP
 Marcos Montes DEM
 Marcus Pestana PSDB
 Mauro Lopes PMDB
 Miguel Corrêa PT
 Newton Cardoso PMDB
 Odair Cunha PT
 Padre João PT
 Paulo Piau PMDB
 Reginaldo Lopes PT
 Renzo Braz PP
 Rodrigo de Castro PSDB
 Saraiva Felipe PMDB
 Stefano Aguiar PSC
 Toninho Pinheiro PP
 Vitor Penido DEM
 Walter Tosta PMN
 Weliton Prado PT
 Zé Silva PDT

Total de Minas Gerais: 44

ESPÍRITO SANTO

Audifax PSB PsbPtbPcdob
 Cesar Colnago PSDB
 Lauriete PSC
 Manato PDT
 Rose de Freitas PMDB
 Sueli Vidigal PDT

Total de Espírito Santo: 6

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
 Alessandro Molon PT
 Alexandre Santos PMDB
 Alfredo Sirkis PV PvPps
 Andreia Zito PSDB
 Anthony Garotinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Arolde de Oliveira DEM
 Aureo PRTB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Benedita da Silva PT

Chico Alencar PSOL
 Chico D'Angelo PT
 Cristiano PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Deley PSC
 Dr. Adilson Soares PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Dr. Aluizio PV PvPps
 Dr. Carlos Alberto PMN
 Dr. Paulo César PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Edson Ezequiel PMDB
 Eduardo Cunha PMDB
 Eliane Rolim PT
 Felipe Bornier PHS PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Fernando Jordão PMDB
 Filipe Pereira PSC
 Glauber Braga PSB PsbPtbPcdob
 Hugo Leal PSC
 Jair Bolsonaro PP
 Jandira Feghali PCdoB PsbPtbPcdob
 Jean Wyllys PSOL
 Liliam Sá PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Marcelo Matos PDT
 Miro Teixeira PDT
 Nelson Bornier PMDB
 Otavio Leite PSDB
 Rodrigo Maia DEM
 Romário PSB PsbPtbPcdob
 Solange Almeida PMDB
 Stepan Nercessian PPS PvPps
 Vitor Paulo PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Washington Reis PMDB
 Zoinho PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Rio de Janeiro: 40

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB PsbPtbPcdob
 Alberto Mourão PSDB
 Alexandre Leite DEM
 Aline Corrêa PP
 Antonio Bulhões PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
 Arlindo Chinaglia PT
 Arnaldo Faria de Sá PTB PsbPtbPcdob
 Arnaldo Jardim PPS PvPps
 Beto Mansur PP
 Bruna Furlan PSDB
 Carlinhos Almeida PT
 Carlos Sampaio PSDB
 Carlos Zarattini PT
 Delegado Protógenes PCdoB PsbPtbPcdob
 Devanir Ribeiro PT
 Dimas Ramalho PPS PvPps
 Dr. Ubiali PSB PsbPtbPcdob
 Edinho Araújo PMDB

Eli Correa Filho DEM
 Gabriel Chalita PSB PsbPtbPcdob
 Guilherme Campos DEM
 Guilherme Mussi PV PVPps
 Ivan Valente PSOL
 Janete Rocha Pietá PT
 Jefferson Campos PSB PsbPtbPcdob
 Jilmar Tatto PT
 João Paulo Cunha PT
 Jonas Donizette PSB PsbPtbPcdob
 Jorge Tadeu Mudalen DEM
 José De Filippi PT
 José Mentor PT
 Junji Abe DEM
 Keiko Ota PSB PsbPtbPcdob
 Luiz Fernando Machado PSDB
 Luiza Erundina PSB PsbPtbPcdob
 Mara Gabrilli PSDB
 Marcelo Aguiar PSC
 Milton Monti PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Missionário José Olimpio PP
 Newton Lima PT
 Otoniel Lima PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Pastor Marco Feliciano PSC
 Paulo Freire PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Paulo Pereira da Silva PDT
 Paulo Teixeira PT
 Penna PV PVPps
 Ricardo Berzoini PT
 Ricardo Izar PV PVPps
 Roberto de Lucena PV PVPps
 Roberto Freire PPS PVPps
 Roberto Santiago PV PVPps
 Rodrigo Garcia DEM
 Salvador Zimbaldi PDT
 Tiririca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Valdemar Costa Neto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Vanderlei Macris PSDB
 Vaz de Lima PSDB
 Vicente Candido PT
 Vicentinho PT
 Walter Ihoshi DEM
 William Dib PSDB
Total de São Paulo: 62

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
 Homero Pereira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Júlio Campos DEM
 Neri Geller PP
 Roberto Dorner PP
 Ságuas Moraes PT
 Valtenir Pereira PSB PsbPtbPcdob
Total de Mato Grosso: 7

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho PPS PVPps
 Erika Kokay PT
 Izalci PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Policarpo PT
 Reguffe PDT
 Ricardo Quirino PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Ronaldo Fonseca PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
Total de Distrito Federal: 7

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
 Delegado Waldir PSDB
 Flávia Moraes PDT
 Heuler Cruvinel DEM
 Íris de Araújo PMDB
 João Campos PSDB
 Jorge Pinheiro PRB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Jovair Arantes PTB PsbPtbPcdob
 Marina Santanna PT
 Pedro Chaves PMDB
 Ronaldo Caiado DEM
 Rubens Otoni PT
 Sandes Júnior PP
 Sandro Mabel PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Valdivino de Oliveira PSDB
Total de Goiás: 15

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
 Fabio Trad PMDB
 Geraldo Resende PMDB
 Giroto PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Mandetta DEM
 Marçal Filho PMDB
 Reinaldo Azambuja PSDB
Total de Mato Grosso do Sul: 7

PARANÁ

Alex Canziani PTB PsbPtbPcdob
 Alfredo Kaefer PSDB
 André Vargas PT
 André Zacharow PMDB
 Assis do Couto PT
 Cida Borghetti PP
 Dilceu Sperafico PP
 Dr. Rosinha PT
 Eduardo Sciarra DEM
 Fernando Francischini PSDB
 Giacobbo PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl
 Hermes Parcianello PMDB
 João Arruda PMDB
 Leopoldo Meyer PSB PsbPtbPcdob

Luiz Carlos Setim DEM
 Luiz Nishimori PSDB
 Moacir Micheletto PMDB
 Nelson Padovani PSC
 Osmar Serraglio PMDB
 Reinhold Stephanes PMDB
 Rosane Ferreira PV PvPps
 Rubens Bueno PPS PvPps
 Sandro Alex PPS PvPps
 Takayama PSC
 Zeca Dirceu PT

Total de Paraná: 25

SANTA CATARINA

Carmen Zanotto PPS PvPps
 Celso Maldaner PMDB
 Edinho Bez PMDB
 Esperidião Amin PP
 Jorge Boeira PT
 Jorginho Mello PSDB
 Luci Choinacki PT
 Mauro Mariani PMDB
 Onofre Santo Agostini DEM
 Ronaldo Benedet PMDB
 Valdir Colatto PMDB
 Zonta PP

Total de Santa Catarina: 12

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
 Alexandre Roso PSB PsbPtbPcdob
 Danrlei De Deus Hinterholz PTB PsbPtbPcdob
 Fernando Marroni PT
 Henrique Fontana PT
 Jeronimo Goergen PP
 José Otávio Germano PP
 Jose Stédile PSB PsbPtbPcdob
 Luis Carlos Heinze PP
 Marco Maia PT
 Marcon PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB
 Nelson Marchezan Junior PSDB
 Paulo Pimenta PT
 Pepe Vargas PT
 Renato Molling PP
 Ronaldo Nogueira PTB PsbPtbPcdob
 Sérgio Moraes PTB PsbPtbPcdob
 Vilson Covatti PP

Total de Rio Grande do Sul: 19

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

Partido Bloco

RORAIMA

Berinho Bantim PSDB

Total de Roraima: 1

AMAPÁ

Luiz Carlos PSDB

Total de Amapá: 1

PARÁ

André Dias PSDB

Elcione Barbalho PMDB

Lira Maia DEM

Wandenkolk Gonçalves PSDB

Total de Pará: 4

AMAZONAS

Sabino Castelo Branco PTB PsbPtbPcdob

Total de Amazonas: 1

ACRE

Henrique Afonso PV PvPps

Total de Acre: 1

TOCANTINS

Eduardo Gomes PSDB

Total de Tocantins: 1

MARANHÃO

Hélio Santos PSDB

Lourival Mendes PTdoB PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Nice Lobão DEM

Ribamar Alves PSB PsbPtbPcdob

Waldir Maranhão PP

Zé Vieira PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Total de Maranhão: 6

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB

Ariosto Holanda PSB PsbPtbPcdob

Arnon Bezerra PTB PsbPtbPcdob

Danilo Forte PMDB

Domingos Neto PSB PsbPtbPcdob

José Airton PT

José Linhares PP

Total de Ceará: 7

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PMN

Henrique Eduardo Alves PMDB

João Maia PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsl

Rogério Marinho PSDB

Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

Luiz Couto PT

Total de Paraíba: 1**PERNAMBUCO**

Ana Arraes PSB PsbPtbPcdob

Eduardo da Fonte PP

Gonzaga Patriota PSB PsbPtbPcdob

Paulo Rubem Santiago PDT

Wolney Queiroz PDT

Total de Pernambuco: 5**ALAGOAS**

João Lyra PTB PsbPtbPcdob

Renan Filho PMDB

Rui Palmeira PSDB

Total de Alagoas: 3**BAHIA**

Alice Portugal PCdoB PsbPtbPcdob

Daniel Almeida PCdoB PsbPtbPcdob

Edson Pimenta PCdoB PsbPtbPcdob

Emiliano José PT

Marcos Medrado PDT

Sérgio Brito PSC

Waldenor Pereira PT

Total de Bahia: 7**MINAS GERAIS**

Antônio Roberto PV PvPps

Aracely de Paula PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi

Bonifácio de Andrada PSDB

Carlaile Pedrosa PSDB

Fábio Ramalho PV PvPps

Gabriel Guimarães PT

João Bittar DEM

Luiz Fernando Faria PP

Paulo Abi-Ackel PSDB

Total de Minas Gerais: 9**ESPÍRITO SANTO**

Camilo Cola PMDB

Dr. Jorge Silva PDT

Lelo Coimbra PMDB

Paulo Foletto PSB PsbPtbPcdob

Total de Espírito Santo: 4**RIO DE JANEIRO**

Brizola Neto PDT

Edson Santos PT

Francisco Floriano PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi

Neilton Mulim PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi

Simão Sessim PP

Walney Rocha PTB PsbPtbPcdob

Total de Rio de Janeiro: 6**SÃO PAULO**

Aldo Rebelo PCdoB PsbPtbPcdob

Cândido Vaccarezza PT

Duarte Nogueira PSDB

Eleuses Paiva DEM

João Dado PDT

Nelson Markezelli PTB PsbPtbPcdob

Paulo Maluf PP

Ricardo Tripoli PSDB

Total de São Paulo: 8**MATO GROSSO**

Wellington Fagundes PR PrPrbPtdobPrtbPrpPhsPtcPsi

Total de Mato Grosso: 1**DISTRITO FEDERAL**

Jaqueline Roriz PMN

Total de Distrito Federal: 1**GOIÁS**

Leandro Vilela PMDB

Roberto Balestra PP

Total de Goiás: 2**MATO GROSSO DO SUL**

Vander Loubet PT

Total de Mato Grosso do Sul: 1**PARANÁ**

Abelardo Lupion DEM

Angelo Vanhoni PT

Edmar Arruda PSC

Nelson Meurer PP

Ratinho Junior PSC

Total de Paraná: 5**SANTA CATARINA**

Décio Lima PT

Pedro Uczai PT

Rogério Peninha Mendonça PMDB

Total de Santa Catarina: 3**RIO GRANDE DO SUL**

Alceu Moreira PMDB

Assis Melo PCdoB PsbPtbPcdob

Bohn Gass PT

Darcísio Perondi PMDB

Enio Bacci PDT

Giovani Cherini PDT

Luiz Noé PSB PsbPtbPcdob

Manuela D'ávila PCdoB PsbPtbPcdob

Onyx Lorenzoni DEM

Osmar Terra PMDB

Ronaldo Zulke PT

Vieira da Cunha PDT

Total de Rio Grande do Sul: 12

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Encerro a sessão, convocando para amanhã, sexta-feira, dia 8 de abril, às 9 horas, sessão ordinária de debates da Câmara dos Deputados.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O RICD

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Art. 216, § 1º, do RICD).

Nº 21/11 (Nazareno Fonteles) – Acrescente-se o inciso XXI ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para criar a Comissão de Controle Legislativo dos atos normativos dos Poderes Executivo e Judiciário.

ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS),

ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 3232/2008 (Senado Federal – Cristovam Buarque) – Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio ao Estudante da Educação Básica (Proesb).
Apensados: PL nº 3811/2008 (Aníbal Gomes) PL nº 3837/2008 (Valdir Colatto) PL nº 4446/2008 (Gorete Pereira)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

4. DEVOLVIDO(S) AO(S) AUTOR(ES)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – RCP: art. 35, §§ 1º e 2º, do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 137, § 1º, do RICD.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

INDICAÇÃO

Nº 106/2011 (Weliton Prado) – Sugere ao Senado Federal, a realização dos esforços necessários para criação da Resolução que instituirá a unificação da alíquota máxima sobre o IPVA em 2,5% a ser aplicada em todos os estados da federação, nos termos do art. 155, §2º, inciso V, alínea “b”, da Constituição Federal de 1988.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

PROJETO DE LEI

Nº 274/2011 (Enio Bacci) – Cria a Semana da Prevenção contra os Efeitos do Alcool e do Tabaco nas escolas públicas e dá outras providências.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Nº 305/2011 (Marçal Filho) – Acrescenta o art. 15-A ao texto da Lei de nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Nº 335/2011 (Felipe Bornier) – Dispõe sobre incentivos a feirantes e expositores.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Nº 349/2011 (Sandes Júnior) – Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para cominar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos arts. 213 e 218 for considerado estupro.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Nº 427/2011 (Flávia Morais) – Dispõe sobre o Dia Nacional de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 14-4-11

Nº 439/2011 (Inocência Oliveira) – Dispõe sobre a obrigação dos fornecedores e das entidades que mantenham banco de dados de consumidor para proteção ao crédito a excluir o registro de débito do consumidor de suas bases de dados num prazo máximo de 48 horas após o pagamento do débito.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 14-4-11

Nº 468/2011 (Laercio Oliveira) – Dispõe sobre a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico no âmbito da Administração Federal.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Nº 597/2011 (Marçal Filho) – Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para cominar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos arts. 213, 214, 218 e 224 for considerado pedófilo, conforme o Código Internacional de Doenças.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE ABRIL DE 2011

Dia 8, 6ª-feira

10:00 LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE)
10:25 SOLANGE ALMEIDA (PMDB – RJ)
10:50 JÂNIO NATAL (PRP – BA)
11:15 KEIKO OTA (PSB – SP)
11:40 ANDRÉ ZACHAROW (PMDB – PR)

Dia 11, 2ª-feira

15:00 EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP)
15:25 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO)
15:50 ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
16:15 RAIMUNDÃO (PMDB – CE)
16:40 VALDIR COLATTO (PMDB – SC)

Dia 12, 3ª-feira

15:00 MARINA SANTANNA (PT – GO)
15:25 PASTOR MARCO FELICIANO (PSC – SP)

Dia 13, 4ª-feira

15:00 LUIZA ERUNDINA (PSB – SP)
15:25 JEFFERSON CAMPOS (PSB – SP)

Dia 14, 5ª-feira

15:00 ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO)
15:25 ROSANE FERREIRA (PV – PR)

Dia 15, 6ª-feira

10:00 EDSON PIMENTA (PCdoB – BA)
10:25 SÉRGIO BRITO (PSC – BA)
10:50 CRISTIANO (PTdoB – RJ)
11:15 JOSÉ AIRTON (PT – CE)
11:40 ALEXANDRE ROSO (PSB – RS)

Dia 18, 2ª-feira

15:00 AUREO (PRTB – RJ)
15:25 ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN)
15:50 DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS)
16:15 ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC)
16:40 GUILHERME MUSSI (PV – SP)

Dia 19, 3ª-feira

15:00 REBECCA GARCIA (PP – AM)
15:25 FELIPE BORNIER (PHS – RJ)

Dia 20, 4ª-feira

15:00 ARTHUR LIRA (PP – AL)
15:25 FERNANDO JORDÃO (PMDB – RJ)

Dia 25, 2ª-feira

15:00 RODRIGO GARCIA (DEM – SP)
15:25 WELITON PRADO (PT – MG)
15:50 JORGINHO MELLO (PSDB – SC)
16:15 FÁBIO RAMALHO (PV – MG)
16:40 MANUELA D'ÁVILA (PCdoB – RS)

Dia 26, 3ª-feira

15:00 ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ)
15:25 IVAN VALENTE (PSOL – SP)

Dia 27, 4ª-feira

15:00 LUIZ OTAVIO (PMDB – PA)
15:25 HÉLIO SANTOS (PSDB – MA)

Dia 28, 5ª-feira

15:00 ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA)
15:25 IRAJÁ ABREU (DEM – TO)

Dia 29, 6ª-feira

10:00 BOHN GASS (PT – RS)
10:25 DR. ROSINHA (PT – PR)
10:50 PAULO FREIRE (PR – SP)
11:15 PEDRO UCZAI (PT – SC)
11:40 TAKAYAMA (PSC – PR)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 14-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 472/11 – Do Sr. Inocêncio Oliveira – que “dispõe sobre a implantação de sistemas de aquecimento e de geração de energia elétrica, com base em energia solar, em empreendimentos financiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural”.

RELATOR: Deputado OZIEL OLIVEIRA.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.989/09 – Do Sr. Nelson Meurer – que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispondo sobre a aquicultura de espécies autóctones, alóctones ou exóticas e sobre a obrigatoriedade de os proprietários ou concessionários de represas procederem à respectiva recomposição ambiental”.

RELATOR: Deputado CARLOS MAGNO.

PROJETO DE LEI Nº 2.824/08 – Do Sr. Zequinha Marinho – que “revoga a alínea “c “ do art. 2º da Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, para vedar o exercício da profissão de Zootecnista aos agrônomos e veterinários”.

RELATOR: Deputado ONYX LORENZONI.

PROJETO DE LEI Nº 271/11 – Do Sr. Ricardo Izar – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de concessão de seguro-desemprego aos trabalhadores rurais em âmbito de contrato por tempo determinado”.

RELATOR: Deputado LIRA MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 380/11 – Da Sra. Rebecca Garcia – que “dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao agricultor familiar rural e/ou extrativista que tenha suas terras inundadas por ocasião de enchentes sazonais”.

RELATOR: Deputado HELENO SILVA.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 234/07 – Do Sr. João Dado – que “acrescenta Art. 13-A na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a atividade dos trabalhadores no corte de cana”.

RELATOR: Deputado ARTHUR LIRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.225/08 – Do Sr. João Dado – que “altera e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MOACIR MICHELETTO.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.859/10 – Do Sr. Wandenkolk Gonçalves – que “dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Parauapebas, no Estado do Pará”.

RELATOR: Deputado LÚCIO VALE.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA

(DIA 11-4-11)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.637/07 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional”. (Apensados: PL nº 3793/2008 (Apensado: PL nº 7174/2010 (Apensado: PL nº 7648/2010)), PL nº 4462/2008, PL nº 7304/2010, PL nº 7644/2010 e PL nº 7667/2010)

RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PROJETO DE LEI Nº 5.059/09 – Do Sr. Otavio Leite – que “estabelece procedimento facilitador para a acessibilidade na comunicação telefônica, através de SMP – Serviço Móvel Pessoal, para pessoa com deficiência auditiva e da fala em cumprimento ao inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal”.

RELATOR: Deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PROJETO DE LEI Nº 6.809/10 – Do Sr. Ratinho Junior – que “altera o § 2º do art. 213 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações”.

RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 490/11 – Do Senado Federal – Roberto Cavalcanti – (PLS nº 500/2009) – que “altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que “institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências”, para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária”. (Apensado: PL nº 4186/1998 (Apensados: PL nº 1513/1999, PL nº 2949/2000, PL nº 4225/1998 (Apensado: PL nº 6851/2002), PL nº 4156/2001, PL nº 4165/2001, PL nº 5669/2001, PL nº 6464/2002, PL nº 1550/2003, PL nº 1665/2003 (Apensado: PL nº 7046/2006), PL nº 1594/2003, PL nº 2105/2003, PL nº

2189/2003, PL nº 7542/2006, PL nº 2480/2007 (Apen-
sado: PL nº 3790/2008) e PL nº 4799/2009))
RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.402/99 – Do Sr. Dr. Evilásio –
que “modifica a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996,
estabelecendo restrições à propaganda de medica-
mentos e terapias”. (Apensados: PL nº 2117/1999,
PL nº 2191/1999, PL nº 2880/2000, PL nº 3513/2000,
PL nº 3752/2000, PL nº 5532/2001, PL nº 4572/2001,
PL nº 1739/1999 (Apensado: PL nº 2322/2000), PL
nº 5211/2005, PL nº 7571/2006, PL nº 3511/2008,
PL nº 5729/2009 (Apensado: PL nº 404/2011), PL nº
5924/2009 e PL nº 6724/2010)
RELATOR: Deputado JOSIAS GOMES.

PROJETO DE LEI Nº 4.961/05 – Do Sr. Antonio Car-
los Mendes Thame – que “altera dispositivos da Lei
nº 9.279, de 14 de maio de 1996”. (Apensado: PL nº
654/2007)
RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 91/07 – Do Sr. Neilton Mulim –
que “altera os arts. 79, 109 e 163 da Lei nº 9.472, de
16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organiza-
ção dos serviços de telecomunicações”, e dá outras pro-
vidências”. (Apensados: PL nº 428/2007, PL nº 515/2007,
PL nº 585/2007, PL nº 1902/2007 e PL nº 1907/2007)
RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.

PROJETO DE LEI Nº 691/07 – Do Senado Federal –
Paulo Paim – (PLS nº 351/2004) – que “altera a Lei nº
9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo
de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
para determinar a aplicação de recursos em educação
e em ciência e tecnologia”.
RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 5.657/09 – Do Senado Federal –
Valdir Raupp – (PLS nº 74/2008) – que “altera o art. 19 do
Regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19
de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro
ao território da República, para incluir como competência
dos leiloeiros a venda em hasta pública ou público pregão
por meio da rede mundial de computadores”.
RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 104/11 – Do Sr. Sandes Júnior
– que “obriga as pessoas jurídicas que comercializem
produtos ou serviços pela Internet a informar seu núme-

ro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ,
e o endereço e o telefone de suas instalações físicas”.
RELATOR: Deputado RATINHO JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 112/11 – Do Sr. Sandes Júnior
– que “altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de
1971, tornando obrigatória a transmissão de sorteios
e operações assemelhadas, ao momento em que se
realizem, pela Internet”.
RELATOR: Deputado JÚLIO CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 175/11 – Do Sr. Antonio Carlos
Mendes Thame – que “determina a adoção de número
único para emergências e segurança pública”.
RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PROJETO DE LEI Nº 188/11 – Do Sr. Weliton Prado –
que “dispõe sobre a adaptação de computadores em
Lan Houses, Cyber Cafés, para utilização por pesso-
as portadoras de necessidades visuais e dá outras
providências”.
RELATOR: Deputado AUREO.

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.646/09 – Do Sr. Antonio Carlos
Mendes Thame – que “dispõe sobre a obrigatoriedade
do uso de sistema eletrônico de reconhecimento de
registros biométricos digitalizados para o pagamento
de benefícios da seguridade social, em transações de
financiamentos e empréstimos pessoais consignados
e para a habilitação e utilização de aparelhos de tele-
fonia celular pré-pagos”.
RELATOR: Deputado MANOEL SALVIANO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 11-4-11)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

**A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridici-
dade (art. 54, I):**

PROJETO DE LEI Nº 1.226/07 – Do Sr. Eduardo Go-
mes – que “regulamenta o exercício do Profissional
de Marketing, e dá outras providências”. (Apensado:
PL nº 1944/2007)
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS (5 SESSÕES)****DECURSO:** 1ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 14-4-11**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)****A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:**

PROJETO DE LEI Nº 7.506/02 – Do Poder Executivo – que “altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à antecipação dos efeitos de tutela e aos pedidos de liminar em ação cautelar”.

RELATOR: Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 5.085/09 – Do Sr. Nelson Bornier – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964”.

RELATOR: Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 5.297/09 – Da Sra. Dalva Figueiredo – que “altera o art. 16 da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher é pública e incondicionada”. (Apensado: PL nº 6929/2010)

RELATORA: Deputada MARINA SANTANNA.

PROJETO DE LEI Nº 204/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “acrescenta parágrafo ao art. 1.876 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”.

RELATOR: Deputado VICENTE CANDIDO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 5.894/09 – Do Poder Executivo – que “transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona, altera a Lei nº 10.410, de 2002, que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre

a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”.

RELATORA: Deputada REBECCA GARCIA.

PROJETO DE LEI Nº 6.289/09 – Do Sr. Alex Canziani – que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia de ligação que permitirá o acesso ao Instituto Federal do Paraná – IFPR (Campus Jacarezinho)”.

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

DECURSO: 2ª SESSÃO**ÚLTIMA SESSÃO:** 13-04-11**Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)****A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:**

PROJETO DE LEI Nº 49/07 – Do Sr. Neilton Mulim – que “estabelece a obrigatoriedade da comunicação ao Congresso Nacional da situação dos imigrantes no Brasil e dos emigrantes brasileiros no exterior”.

RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 97/07 – Do Sr. Neilton Mulim – que “altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado FABIO TRAD.

PROJETO DE LEI Nº 378/07 – Do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de declaração e comprovação de origem de recursos empregados na constituição de pessoas jurídicas de direito privado e demais situações que especifica, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 383/07 – Do Sr. Onyx Lorenzoni – que “altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 7.029/06 – Do Poder Executivo – (AV nº 489/2006) – que “acresce dispositivos ao art. 22 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e fracionamento de medicamentos para dispensação, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MÁRCIO MACÊDO.

PROJETO DE LEI Nº 7.243/06 – Do Sr. Reginaldo Lopes – que “erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 7.500/06 – Da Sra. Professora Raquel Teixeira – que “acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica”. (Apensado: PL nº 653/2007)

RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 176/07 – Do Sr. Fábio Souto – que “veda a cobrança de taxa de inscrição em vestibular para alunos egressos da rede pública de ensino”.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PROJETO DE LEI Nº 270/07 – Do Sr. Jilmar Tatto – que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de Marinheiro de Esportes e Recreio”.

RELATOR: Deputado JOÃO PAULO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 399/07 – Do Sr. Fábio Souto – que “dispõe sobre a interdição definitiva de estabelecimentos que, reincidentemente, distribuam, adquiram, comercializem, transportem ou estoquem derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis ou biocombustíveis que estejam em desconformidade com as normas estabelecidas pelo órgão regulador”.

RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 824/07 – Do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “autoriza a criação de Distritos Agropecuários nos Municípios de Porto Grande e Amapá, do Estado do Amapá, e dá outras providências”

RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 901/07 – Do Sr. Valdir Colatto – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, na seção referente ao Banco de Dados e Cadastros de Consumidores”.

RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PROJETO DE LEI Nº 1.771/07 – Do Sr. Beto Faro – que “dá nova redação ao §1º, do art. 4º, da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, que “acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CARLOS BEZERRA.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 849/07 – Do Sr. Neilton Mulim – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos valores arrecadados a título de multas de trânsito e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PROJETO DE LEI Nº 937/07 – Da Sra. Íris de Araújo – que “dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda, nos programas oficiais de produção de moradia”.

RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 2.716/07 – Do Sr. Onyx Lorenzoni – que “altera a Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 3.743/08 – Do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “acrescenta parágrafo único ao art. 201 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil”. (Apensado: PL nº 5585/2009)

RELATOR: Deputado WOLNEY QUEIROZ.

PROJETO DE LEI Nº 4.152/08 – Do Sr. Laercio Oliveira – que “revoga integralmente a Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, que instituiu a modalidade de penhora por meio eletrônico”.

RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 4.917/09 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “dá nova redação ao art. 1.134, caput, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “Institui o Código Civil”.

RELATOR: Deputado VIEIRA DA CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 6.518/09 – Do Sr. Vicentinho – que “acrescenta dispositivo ao Código Civil, a fim de autorizar a assembleia de condôminos a contratar síndico como empregado”.

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.595/00 – Do Sr. Glycon Terra Pinto – que “dispõe sobre a manutenção de elevadores em edifícios residenciais e comerciais e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 3644/2000 e PL nº 4701/2001)

RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.546/01 – Do Sr. Gonzaga Patriota – que “altera o art. 279 do Código de Trânsito Brasileiro, habilitando o agente da autoridade de trânsito a proceder a retirada do disco ou unidade de registro dos veículos equipados com registrador instantâneo de velocidade e tempo”.

RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 3.120/04 – Do Sr. Edson Ezequiel – que “estabelece o fornecimento periódico de um Kit de saúde dentária, aos alunos da rede pública de educação fundamental, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.802/05 – Do Sr. Edson Ezequiel – que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional””.

RELATOR: Deputado PAES LANDIM.

PROJETO DE LEI Nº 2.769/08 – Do Sr. Fábio Souto – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte de crianças”.

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PROJETO DE LEI Nº 2.827/08 – Do Sr. Vicentinho – que “altera a ementa e os arts. 1º e 4º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária”

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

PROJETO DE LEI Nº 3.190/08 – Do Sr. Max Rosenmann – que “dá nova redação ao art. 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para determinar o perdimento e a doação dos veículos não reclamados no prazo de quatro meses”. (Apensado: PL nº 3346/2008)

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PROJETO DE LEI Nº 3.266/08 – Do Sr. Dr. Adilson Soares – que “dispõe sobre a criação das sociedades seguradoras especializadas em microsseguros, dos corretores de seguros especializados e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 3.546/08 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “torna obrigatório a veiculação de mensagens educativas nas capas e contracapas dos cadernos escolares adquiridos pela rede pública em todo o País, proibindo a veiculação de mensagens promocionais de realizações governamentais”.

RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES.

PROJETO DE LEI Nº 3.898/08 – Do Sr. Arnaldo Jardim – que “altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei”.

RELATOR: Deputado VALTENIR PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.223/08 – Do Sr. Paulo Rubem Santiago – que “altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para impor limite no mandato dos dirigentes das entidades desportivas beneficiárias de recursos públicos”. (Apensado: PL nº 4862/2009)

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.314/08 – Do Sr. Gonzaga Patriota – que “dispõe sobre a denominação do prédio da Administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado na cidade de Petrolina / PE”.

RELATOR: Deputado WOLNEY QUEIROZ.

PROJETO DE LEI Nº 5.140/09 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.790/09 – Do Sr. Jaime Martins – que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo incluir na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, os Portos de Costa Marques, Pimenteiras do Oeste, Tabajara e Cabixi, no Estado de Rondônia”.

RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PROJETO DE LEI Nº 5.848/09 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando o prazo para registro de consumidor inadimplente nos serviços de proteção ao crédito”.

RELATOR: Deputado MARÇAL FILHO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 302/07 – Do Sr. Paulo Piau – que “dispõe sobre a não aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às relações cooperativistas”.

RELATOR: Deputado VILSON COVATTI.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:**

PROJETO DE LEI Nº 5.325/09 – Do Sr. Geraldo Resende – que “dispõe sobre a proibição de titular de cargo eletivo receber benefícios pecuniários provenientes de programas assistenciais”.

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 4.354/98 – Do Sr. Antonio Carlos Pannunzio – que “altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Nacional de Trânsito”. (Apensados: PL nº 4441/1998 e PL nº 4556/1998)

RELATOR: Deputado HUGO LEAL.

PROJETO DE LEI Nº 4.798/01 – Do Senado Federal – José Jorge – (PLS nº 573/1999) – que “altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA.

PROJETO DE LEI Nº 7.403/02 – Do Poder Executivo – que “inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria”.

RELATOR: Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 4.535/08 – Do Sr. Walter Ihoshi – que “acrescenta o inciso XI ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 5.982/09 – Do Sr. Jair Bolsonaro – que “altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 5997/2009)

RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.828/08 – Do Sr. Valdir Colatto – que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor”.

RELATORA: Deputada NILDA GONDIM.

PROJETO DE LEI Nº 234/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “inclui os parágrafos primeiro e segundo ao art. 781 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, de modo estabelecer normas sobre indenização para os contratos de seguro de veículos automotores”.

RELATOR: Deputado RICARDO IZAR.

PROJETO DE LEI Nº 240/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa e Proteção do Consumidor”.

RELATOR: Deputado CARLOS EDUARDO CADUCA.

PROJETO DE LEI Nº 275/11 – Do Sr. Chico Lopes – que “proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional de deslocamento, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada”.

RELATOR: Deputado ROBERTO SANTIAGO.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.632/09 – Do Sr. Valdir Colatto – que “dispõe sobre a padronização de documentos públicos e privados”.

RELATOR: Deputado FILIPE PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.063/09 – Do Sr. Beto Faro – que “veda a cobrança de taxas pelas operadoras de cartão de crédito para transferência de pontos dos clientes para outros programas de fidelidade ou para recebimento de prêmios, no âmbito dos programas correspondentes”.

RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA**

(DIA 11-4-11)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.722/08 – Do Sr. Augusto Carvalho – que “altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro”.

RELATOR: Deputado RENATO MOLLING.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.316/09 – Do Sr. Marco Maia – que “dispõe sobre a instalação de Free Shopping nas faixas de fronteira”.

RELATOR: Deputado RENATO MOLLING.

PROJETO DE LEI Nº 7.587/10 – Do Sr. Décio Lima – que “altera a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que trata das alterações da legislação tributária”.

RELATOR: Deputado RENATO MOLLING.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 14-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.687/09 – Do Sr. João Dado – que “altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), prevenindo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida ou o meio ambiente, e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 5825/2009)

RELATOR: Deputado JOÃO LYRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.652/09 – Do Sr. Jairo Ataíde – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado MIGUEL CORRÊA.

PROJETO DE LEI Nº 318/11 – Do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos – que “regulamenta o exercício da atividade das Cooperativas de Profissionais da Saúde que menciona e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado GIACOBBO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.962/10 – Do Sr. Cleber Verde – que “acrescenta ao art. 136 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas, o inciso XI e o § 5º, para estabelecer a obrigatoriedade da participação das Assembléias de Acionistas no conhecimento prévio da chamadas operações com partes relacionadas e nas operações que envolvam conflitos de interesses da Companhia”.

RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13-04-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 371/11 – Da Sra. Manuela D’ávila – que “prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres”.

RELATOR: Deputado WELLINGTON FAGUNDES.

PROJETO DE LEI Nº 373/11 – Da Sra. Manuela D’ávila – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de as embalagens de medicamentos conterem tampa de segurança”.

RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

PROJETO DE LEI Nº 417/11 – Do Sr. Eli Correa Filho – que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a fim de incluir o Artigo 44-A”.

RELATOR: Deputado AGNOLIN.

PROJETO DE LEI Nº 418/11 – Do Sr. Eli Correa Filho – que “proíbe o envasamento e a comercialização de bebida em embalagem PET e dá providências correlatas”.

RELATOR: Deputado JOÃO MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 419/11 – Do Sr. Aureo – que “regulamenta a venda de compostos líquidos prontos para consumo”

RELATOR: Deputado FRANCISCO PRACIANO.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 353/11 – Do Sr. Vicentinho – que “dispõe sobre as atividades dos caixas de supermercado”.

RELATOR: Deputado LUIS TIBÉ.

PROJETO DE LEI Nº 359/11 – Do Sr. Julio Lopes – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial- Sinmetro”.

RELATOR: Deputado LUIS TIBÉ.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.534/07 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “regula a constituição e o funcionamento das entidades certificadoras de manejo florestal”. (Apensado: PL nº 7820/2010)

RELATOR: Deputado JOÃO LYRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.448/09 – Do Sr. Sarney Filho – que “acresce dispositivo na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispondo sobre a rotulagem de produtos alimentares”.

RELATOR: Deputado DR. CARLOS ALBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 7.207/10 – Da Sra. Jô Moraes e outros – que “altera a Subseção II da Seção VI do Capítulo II do Título III da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a Reabilitação Profissional”.

RELATOR: Deputado ASSIS MELO.

PROJETO DE LEI Nº 88/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “dispõe sobre a inclusão de municípios do Estado de Minas Gerais na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE”.

RELATOR: Deputado DAMIÃO FELICIANO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.108/08 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “fixa limites de emissão de poluentes por motores de máquinas móveis não rodoviárias e veículos similares”.

RELATOR: Deputado MIGUEL CORRÊA.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.749/09 – Do Sr. Celso Rusomanno – que “eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis”. (Apensados: PL nº 6429/2009 (Apensados: PL nº 6439/2009 e PL nº 7023/2010) e PL nº 243/2011)

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

PROJETO DE LEI Nº 7.562/10 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre Financiamento Imobiliário pela Caixa Econômica Federal”.

RELATOR: Deputado GENECIAS NORONHA.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 263/07 – Do Sr. Pompeo de Mattos – que “dispõe sobre diretrizes, critérios e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza”. (Apensados: PL nº 863/2007 e PL nº 2330/2007)

RELATOR: Deputado WILLIAM DIB.

PROJETO DE LEI Nº 5.252/09 – Do Sr. Leonardo Quintão – que “limita a fixação de cota de rateio em despesas de condomínio”.

RELATOR: Deputado JOÃO ARRUDA.

PROJETO DE LEI Nº 5.900/09 – Do Senado Federal-Marisa Serrano – (PLS nº 69/2008) – que “altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para tornar obrigatória a construção de estabelecimento de educação infantil nos conjuntos habitacionais de interesse social financiados por recursos públicos”.

RELATORA: Deputada ELIANE ROLIM.

PROJETO DE LEI Nº 6.342/09 – dos Srs. Paulo Teixeira e Zezéu Ribeiro – que “institui no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, o Serviço de Moradia Social para famílias de baixa renda”.

RELATOR: Deputado LEOPOLDO MEYER.

PROJETO DE LEI Nº 6.364/09 – Do Sr. Sarney Filho – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de medidas ecologicamente sustentáveis nas obras de infra-estrutura necessárias à realização das Olimpíadas de 2016”.

RELATORA: Deputada ROSANE FERREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.474/09 – Do Sr. Jaime Martins – que “institui o Programa Bicicleta Brasil, para incentivar o uso da bicicleta visando a melhoria das condições de mobilidade urbana”.

RELATOR: Deputado ROBERTO BRITTO.

PROJETO DE LEI Nº 6.709/09 – Do Senado Federal – Rosalba Ciarlini – (PLS nº 198/2009) – que “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”.

RELATOR: Deputado JOSÉ DE FILIPPI.

PROJETO DE LEI Nº 6.748/10 – Do Senado Federal – Arthur Virgílio – (PLS nº 664/2007) – que “acrescenta dispositivos à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos”.

RELATOR: Deputado PEDRO FERNANDES.

PROJETO DE LEI Nº 6.926/10 – Do Sr. Ronaldo Caiaido – que “dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal”.

RELATOR: Deputado EDIVALDO HOLANDA JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 7.143/10 – Da Sra. Andreia Zito – que “institui o Fundo e Programa Nacional de Erradicação de Favelas e loteamentos irregulares”.

RELATOR: Deputado FERNANDO MARRONI.

PROJETO DE LEI Nº 7.803/10 – Do Senado Federal – Marcelo Crivella – (PLS nº 219/2003) – que “altera o § 1º do art. 1.331 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios”.

RELATOR: Deputado GENECIAS NORONHA.

PROJETO DE LEI Nº 7.914/10 – Do Sr. Bonifácio de Andrada – que “regulamenta construções nas áreas metropolitanas”.

RELATOR: Deputado ROBERTO DORNER.

PROJETO DE LEI Nº 61/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “institui mecanismo tributário através do Imposto de Renda Pessoa Física, para fins de estímulo à aquisição de casa própria por contribuinte, desde que, exclusivamente destinada para sua moradia”.

RELATOR: Deputado ROBERTO BRITTO.

PROJETO DE LEI Nº 80/11 – Do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos e à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, conferindo aos condomínios edilícios a oportunidade de se constituírem como pessoas jurídicas”.

RELATOR: Deputado JOSÉ CHAVES.

PROJETO DE LEI Nº 178/11 – Do Sr. Eli Correa Filho – que “altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a fim de disciplinar o prazo de entrega de imóveis ofertados no mercado de consumo”.

RELATOR: Deputado HEULER CRUVINEL.

PROJETO DE LEI Nº 185/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “dispõe sobre a garantia de percentual de moradias para idosos no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)”. (Apensados: PL nº 390/2011 e PL nº 459/2011)

RELATOR: Deputado VILALBA.

PROJETO DE LEI Nº 237/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “altera os arts. 7º, 13 e 15 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que, primordialmente, dispõe sobre

a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União”.

RELATOR: Deputado ZOINHO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.467/10 – Do Senado Federal – Francisco Dornelles – (PLS nº 730/2007) – que “altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico”.

RELATOR: Deputado ARNALDO JARDIM.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.325/07 – Da Sra. Rose de Freitas – que “altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 3100/2008 e PL nº 6862/2010)

RELATOR: Deputado GERALDO THADEU.

PROJETO DE LEI Nº 257/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “torna obrigatória a inserção de cláusula protetora de direitos humanos em contratos de financiamentos concedidos por instituições oficiais”.

RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.

PROJETO DE LEI Nº 276/11 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “altera o art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que “Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência – ABIN, e dá outras providências”, para criar a Controladoria das Atividades de Inteligência”. (Apensado: PL nº 480/2011)

RELATORA: Deputada MANUELA D’ÁVILA.

PROJETO DE LEI Nº 370/11 – Do Sr. Alessandro Molon – que “estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacifi-

cação social, policiamento comunitário e Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada LILIAM SÁ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA

(DIA 11-4-11)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.051/96 – Do Sr. Ricardo Barros – que “dispõe sobre a assistência médica, hospitalar e educacional gratuita aos ex-combatentes e a seus dependentes, prevista no inciso IV do artigo 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. (Apensados: PL nº 2712/2000 e PL nº 4785/2009)

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PROJETO DE LEI Nº 1.937/07 – Do Poder Executivo – que “disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 2072/2007, PL nº 3461/2008, PL nº 6404/2009 e PL nº 7258/2010)

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 1.025/95 – Do Sr. Aldo Arantes – que “acrescenta artigo à Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispondo sobre a administração de arquivos públicos federais, relacionados à repressão política”. (Apensados: PL nº 1150/1995, PL nº 463/2003 e PL nº 2649/2003)

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 4.047/01 – Do Sr. Givaldo Carimbão – que “altera o art. 16 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para definir os horários de veiculação e a duração dos programas educativos”.

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 6.630/02 – Do Senado Federal – (PLS nº 212/2001) – que “dá nova redação ao § 1º do art. 19 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior), para atribuir prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes e ameríndios”.

RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.

PROJETO DE LEI Nº 6.875/02 – Do Sr. Dr. Rosinha – que “altera o § 5º do art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999 que “dispõe sobre o valor total das

anuidades escolares e dá outras providências””. (Apensados: PL nº 208/2003 (Apensado: PL nº 5055/2009), PL nº 4870/2005, PL nº 35/2003 (Apensado: PL nº 4192/2004), PL nº 6489/2006, PL nº 1110/2007, PL nº 1596/2007 e PL nº 2775/2008)

RELATOR: Deputado SÁGUAS MORAES.

PROJETO DE LEI Nº 5.706/05 – Do Senado Federal – Leomar Quintanilha – (PLS nº 60/2005) – que “altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior”. (Apensado: PL nº 3148/2008)

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 6.089/05 – Do Sr. Alex Canziani – que “inclui novo inciso ao art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB”. (Apensado: PL nº 1109/2007 (Apensado: PL nº 1123/2007))

RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.

PROJETO DE LEI Nº 1.189/07 – Do Sr. Felipe Maia – que “modifica o § 1º, do art. 9º, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil”. (Apensados: PL nº 3026/2008 e PL nº 3628/2008)

RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA.

PROJETO DE LEI Nº 1.370/07 – Do Sr. Filipe Pereira – que “dispõe sobre a criação de uma Universidade Federal no Município de Itaperuna”.

RELATOR: Deputado PENNA.

PROJETO DE LEI Nº 1.468/07 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS nº 4/2006) – que “altera os arts. 4º, 9º, 11 e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com vistas a garantir atendimento médico e odontológico ao educando no ensino fundamental público, dispor sobre a incumbência da União na avaliação do ensino, prever a avaliação das escolas no âmbito municipal e assegurar licença periódica de capacitação para os profissionais da educação”.

(Apensado: PL nº 1831/2007)

RELATOR: Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 2.341/07 – Do Sr. Filipe Pereira – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado ZÉ SILVA.

PROJETO DE LEI Nº 2.479/07 – Do Sr. Ivan Valente – que “dispõe sobre a divulgação obrigatória, pela União, do montante de tributos que deixou de ser recolhido aos cofres públicos a título de benefícios fiscais concedidos às instituições privadas, prestadoras de serviços educacionais, na realização de atividades de ensino”.

RELATOR: Deputado NAZARENO FONTELES.

PROJETO DE LEI Nº 3.238/08 – Do Senado Federal – Sérgio Zambiasi – (PLS nº 604/2007) – que “altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir, no art. 18, § 3º, alínea “c”, a doação e patrocínio para a música regional”. (Apensado: PL nº 2948/2008)
RELATOR: Deputado OZIEL OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.623/08 – Do Sr. Valdir Colatto – que “institui incentivos fiscais para operações com instrumentos musicais”. (Apensado: PL nº 7973/2010)
RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

PROJETO DE LEI Nº 3.788/08 – Da Sra. Rebecca Garcia – que “acrescenta o § 6º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Educação Ambiental como componente curricular obrigatório nos currículos do ensino fundamental e médio”. (Apensados: PL nº 4358/2008 (Apensado: PL nº 7990/2010), PL nº 5340/2009, PL nº 6099/2009 e PL nº 15/2011)
RELATOR: Deputado ELEUSES PAIVA.

PROJETO DE LEI Nº 4.041/08 – Do Senado Federal – Marconi Perillo – (PLS nº 85/2007) – que “altera os arts. 1º, 5º, 14 e 16 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências, para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não-gratuitas”. (Apensado: PL nº 686/2007 (Apensados: PL nº 766/2007, PL nº 1588/2007 e PL nº 2489/2007))
RELATOR: Deputado SÁGUAS MORAES.

PROJETO DE LEI Nº 4.579/09 – Do Sr. Dr. Pinotti – que “altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para ampliar o prazo máximo do estágio para três anos e para tornar obrigatória a concessão de auxílio-alimentação ao estagiário pela empresa concedente”. (Apensados: PL nº 5094/2009 e PL nº 5262/2009)
RELATOR: Deputado JOSÉ DE FILIPPI.

PROJETO DE LEI Nº 4.831/09 – Do Senado Federal – Wilson Matos – (PLS nº 387/2007) – que “altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na educação superior, a frequência mínima exigida para aprovação”.

PROJETO DE LEI Nº 4.872/09 – Do Sr. Eliene Lima – que “acrescenta os parágrafos 4º e 5º ao art. 48 da LDB e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 6957/2010)
RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 5.837/09 – Do Sr. Pompeo de Mattos – que “torna obrigatória a inclusão dos sucos de laranja e uva no cardápio da merenda escolar previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001”. (Apensado: PL nº 7524/2010)

RELATOR: Deputado JORGINHO MELLO.

PROJETO DE LEI Nº 6.060/09 – Do Sr. Vicentinho – que “estabelece mecanismos de incentivo para a produção, publicação e distribuição de revista em quadernos nacionais”.

RELATOR: Deputado RUI COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 6.110/09 – Do Senado Federal – Senador Flexa Ribeiro – (PLS nº 70/2009) – que “dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio”.

RELATOR: Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 6.162/09 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS nº 27/2008) – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre inclusão facultativa do ensino do Esperanto no ensino médio”.

RELATOR: Deputado JOÃO BITTAR.

PROJETO DE LEI Nº 6.234/09 – Do Sr. Maurício Trindade – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução do valor referente à matrícula em caso de desistência do curso de ensino superior pelo aluno”.

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 6.303/09 – Do Sr. Zequinha Marinho – que “dispõe sobre o livre exercício da profissão de músico”. (Apensado: PL nº 6930/2010)

RELATOR: Deputado IVAN VALENTE.

PROJETO DE LEI Nº 6.383/09 – Do Senado Federal – Serys Slhessarenko – (PLS nº 12/2005) – que “determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas”.

RELATORA: Deputada ELIANE ROLIM.

PROJETO DE LEI Nº 6.464/09 – Do Senado Federal – Osmar Dias – (PLS nº 2/2007) – que “altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para autorizar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais e daquelas que, mantidas pelos Municípios, ofereçam cursos gratuitos”.

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 6.478/09 – Do Sr. Fábio Faria – que “dispõe sobre a introdução do cargo de assistente social nos quadros funcionais das escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país”. (Apensado: PL nº 6874/2010)

RELATOR: Deputado SÁGUAS MORAES.

PROJETO DE LEI Nº 6.516/09 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “Dá equivalência escolar do Ensino Médio em relação ao Ensino Técnico profissionalizante.”
RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI.

PROJETO DE LEI Nº 6.521/09 – Do Sr. João Dado – que “institui nas escolas públicas programa de educação para prevenção dos cânceres de mama e de colo do útero”.

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 6.533/09 – Da Sra. Alice Portugal – que “dispõe sobre a proibição de alienação de bens imóveis, de valor artístico, histórico e/ou cultural, pertencentes a instituições religiosas, que tenham recebido quaisquer imunidades, isenções e benefícios do Governo Federal, e dá outras providências”.

PROJETO DE LEI Nº 6.747/10 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS nº 449/2007) – que “altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento dos benefícios do “Programa Bolsa Família””.

RELATOR: Deputado ROMÁRIO.

PROJETO DE LEI Nº 6.834/10 – Do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “acrescenta novo parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com o objetivo de permitir aos jovens aprovados em processos seletivos a cursos de graduação, ao término do segundo ano do ensino médio, cursarem o primeiro ano do curso superior”.

RELATOR: Deputado ARTUR BRUNO.

PROJETO DE LEI Nº 7.450/10 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre a inclusão da matéria de estudo crítico “Leitura e Educação para as Mídias” nas grades curriculares dos ensinos fundamental e médio nas escolas públicas privadas da rede de ensino do País”.

RELATOR: Deputado GABRIEL CHALITA.

PROJETO DE LEI Nº 375/11 – Da Sra. Manuela D’ávila – que “dispõe sobre a proibição da exigência do número mínimo de créditos “Grade Fechada” para a efetivação ou continuidade da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior”.

RELATORA: Deputada ROSANE FERREIRA.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 14-04-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.559/09 – Do Sr. Otavio Leite – que “estabelece que os programas de fomento, apoio

e incentivo à cultura, empreendidos pela administração federal, possam se estender a atividades e projetos que objetivem o desenvolvimento do Turismo Receptivo Brasileiro, nos termos desta Lei”. (Apensado: PL nº 5724/2009)

RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES.

PROJETO DE LEI Nº 6.114/09 – Do Senado Federal-Senador Wilson Matos – (PLS nº 403/2007) – que “institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica – Enameb”. (Apensado: PL nº 1088/2007)

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 7.415/10 – Do Sr. Gilmar Machado – que “altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 13-04-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.961/04 – Do Senado Federal – Eduardo Azeredo – (PLS nº 287/2003) – que “permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até 24 (vinte e quatro) anos de idade”. (Apensados: PL nº 2752/2003 (Apensados: PL nº 2979/2004 e PL nº 2765/2003 (Apensado: PL nº 3286/2004)), PL nº Nº 4454/2004, PL nº Nº 4897/2005, PL nº Nº 5371/2005, PL nº Nº 6382/2005, PL nº Nº 6436/2005, PL nº Nº 6580/2006, PL nº 6961/2006, PL nº Nº 7312/2006, PL nº Nº 7595/2006, PL nº 110/2007, PL nº Nº 253/2007, PL nº Nº 1447/2007 e PL nº Nº 7010/2010)

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.336/10 – Do Sr. Manoel Junior – que “altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, de forma que o ajuste à complementação da União ao Fundeb seja realizado em três parcelas quadrimestrais, no exercício subsequente”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.505/10 – Do Senado Federal-Paulo Paim – (PLS nº 10/2010) – que “dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Vigilante”. (Apensado: PL nº 7399/2010)

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.534/10 – Do Sr. Angelo Vanhoni – que “cria o Dia Nacional da Diplomacia Cultural e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.718/10 – Do Sr. Hugo Leal – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, permitindo abatimento de saldo devedor do FIES às pessoas que exercerem o cargo de conciliador nos juizados especiais”. (Apensado: PL nº 389/2011)

RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.785/10 – Do Sr. Felipe Maia – que “dispõe sobre o intercâmbio acadêmico de estudantes de graduação e de pós-graduação no País”. RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PROJETO DE LEI Nº 7.081/10 – Do Senado Federal – Gerson Camata – (PLS nº 402/2008) – que “dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica”. (Apensado: PL nº 3040/2008 (Apensados: PL nº 4933/2009 e PL nº 5700/2009)) RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.

PROJETO DE LEI Nº 7.109/10 – Do Senado Federal – Expedito Júnior – (PLS nº 48/2008) – que “assegura à estudante grávida o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para possibilitar a interrupção do estágio da estudante grávida”. (Apensado: PL nº 5877/2009) RELATORA: Deputada ELIANE ROLIM.

PROJETO DE LEI Nº 7.157/10 – Do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS nº 178/2009) – que “altera os arts. 3º, 14 e 67 e acresce o art. 67-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para fortalecer a cultura da paz nas escolas e nas comunidades adjacentes”. (Apensado: PL nº 5612/2009 (Apensado: PL nº 6928/2010)) RELATOR: Deputado ANTÔNIO ROBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 7.251/10 – Do Sr. Sandro Mabel – que “estabelece a dedutibilidade das doações a escolas públicas de ensino fundamental e médio para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado GASTÃO VIEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.332/10 – Do Senado Federal – Tasso Jereissati – (PLS nº 247/2009) – que “altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que “Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências”, para

instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 7.447/10 – Do Sr. Luiz Alberto – que “estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 7.511/10 – Do Senado Federal – Marisa Serrano – (PLS nº 515/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio ao Esporte”.

RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

PROJETO DE LEI Nº 7.517/10 – Da Sra. Janete Rocha Pietá – que “dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo integrais para estudantes de cursos de idiomas e de informática, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo”. RELATOR: Deputado REGINALDO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 7.746/10 – Do Sr. Ronaldo Caiaido – que “inclui-se o inciso V ao art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de noções técnicas, não partidárias, de Ciência Política no ensino médio”. RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

PROJETO DE LEI Nº 7.984/10 – Do Sr. Bonifácio de Andrada – que “disciplina ações judiciais em questões universitárias”.

RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

PROJETO DE LEI Nº 8.011/10 – Do Sr. Vitor Penido – que “dispõe sobre diretrizes para a seleção e indicação dos diretores das escolas públicas de educação básica com oferta dos níveis fundamental e/ou médio”. RELATOR: Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 8.032/10 – dos Srs. Vignatti e Décio Lima – que “dispõe sobre o enquadramento das instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal, existentes na data da promulgação da Constituição Federal no que dispõem os arts. 157, I, e 158, I, da Constituição”.

RELATOR: Deputado PEDRO UCZAI.

PROJETO DE LEI Nº 3/11 – Do Sr. Maurício Rands – que “declara o Movimento Hip Hop manifestação de cultura popular de alcance nacional, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.

PROJETO DE LEI Nº 31/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “dispõe sobre as doações feitas pelas pessoas físicas ao Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC,

previsto pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, bem como aos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, acrescentando o § 6º ao art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e alterando o inciso III, do art. 45, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001”.
RELATOR: Deputado ROGÉRIO MARINHO.

PROJETO DE LEI Nº 58/11 – Do Sr. Lourival Mendes – que “dispõe sobre o reconhecimento da arte evangélica como cultura no Brasil e dá outras Providências”.
RELATOR: Deputado PAULO FREIRE.

PROJETO DE LEI Nº 71/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “altera o art. 318 do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT)”.
RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO.

PROJETO DE LEI Nº 75/11 – Do Sr. Luiz Pitiman – que “dispõe sobre o atendimento em creches domiciliares das crianças de 0 a 3 anos em consonância com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei nº 9.394 de 1996)”.
RELATORA: Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE.

PROJETO DE LEI Nº 128/11 – Do Sr. Pepe Vargas – que “denomina “Nicolau Luis Amoretti” o edifício da Agência Central dos Correios da Cidade de Caxias do Sul/RS (antigo PL nº 6.894, de 2010, objeto do Recurso 390/2010)”
RELATOR: Deputado PAULO PIMENTA.

PROJETO DE LEI Nº 138/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental”.
RELATOR: Deputado IZALCI.

PROJETO DE LEI Nº 142/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências”.
RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

PROJETO DE LEI Nº 181/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “acrescenta o parágrafo 2º ao art. 30 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para introduzir a destinação obrigatória dos materiais de informática apreendidos nas ações de combate ao contrabando para as escolas públicas”. (Apensado: PL nº 212/2011)
RELATOR: Deputado WALDIR MARANHÃO.

PROJETO DE LEI Nº 197/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “dispõe sobre o desconto de 50% (cinquenta

por cento) em eventos culturais e artísticos para doadores de sangue”.

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 220/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “determina a inclusão da disciplina Organização dos Poderes em todas as Instituições de Ensino de segundo grau e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado RAUL HENRY.

PROJETO DE LEI Nº 232/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente”.
RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

PROJETO DE LEI Nº 256/11 – Do Sr. Arnaldo Jordy – que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo os Direitos Humanos como diretriz a ser observada pela educação básica e meio de alcance dos objetivos do ensino fundamental”.

RELATOR: Deputado WALDENOR PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 263/11 – Do Sr. Marçal Filho – que “assegura aos profissionais da educação básica, no exercício da profissão, o pagamento da meia-entrada em estabelecimentos culturais e de lazer e define outras providências”.

RELATOR: Deputado ANTÔNIO CARLOS BIFFI.

PROJETO DE LEI Nº 268/11 – Da Sra. Cida Borghetti – que “altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para permitir o estágio aos alunos dos anos finais do ensino fundamental regular, maiores de quatorze anos”.
RELATOR: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO.

PROJETO DE LEI Nº 285/11 – Do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “acrescenta § 3º ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.
RELATOR: Deputado SÁGUAS MORAES.

PROJETO DE LEI Nº 309/11 – Do Sr. Pastor Marco Feliciano – que “altera o art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino religioso nas redes públicas de ensino do país”.

RELATOR: Deputado PEDRO UCZAI.

PROJETO DE LEI Nº 483/11 – Do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS nº 23/2003) – que “acrescenta dispositivos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir ao trabalhador deixar de comparecer ao trabalho para tratar de interesse particular ou para acompanhamento de atividade escolar de dependente”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS SETIM.

PROJETO DE LEI Nº 510/11 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS nº 306/2009) – que “institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação”.

RELATORA: Deputada NICE LOBÃO.

PROJETO DE LEI Nº 530/11 – Do Senado Federal – Marco Maciel – (PLS nº 565/2009) – que “inscreve os nomes de Francisco Barreto de Menezes, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Antônio Filipe Camarão e Antônio Dias Cardoso no Livro dos Heróis da Pátria”.

RELATOR: Deputado RAUL HENRY.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.406/08 – Do Sr. Ribamar Alves – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Pindaré – UFEVAPI, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão”.

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 6.106/02 – Do Sr. Luiz Alberto – que “denomina “Aeroporto Internacional de Salvador – Dois de Julho” o aeroporto da Cidade de Salvador, Estado da Bahia”. (Apensados: PL nº 297/2003 e PL nº 620/2003 (Apensado: PL nº 1601/2007))

RELATOR: Deputado RUI COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 1.574/03 – Do Sr. Gonzaga Patriota – que “altera a Lei nº 10.473, de 27 de Junho de 2002, que institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco”.

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

PROJETO DE LEI Nº 858/07 – Do Sr. Neilton Mulim – que “institui a Semana Nacional de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos”.

RELATOR: Deputado SÁGUAS MORAES.

PROJETO DE LEI Nº 4.241/08 – Do Sr. Mauro Nazif – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Guajará-Mirim no Estado de Rondônia”.

RELATORA: Deputada ELIANE ROLIM.

PROJETO DE LEI Nº 4.344/08 – Do Sr. Lira Maia – que “altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA para “Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAMA””.

RELATOR: Deputado GASTÃO VIEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.437/08 – Do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS nº 73/2008) – que “dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes”.

RELATOR: Deputado SÁGUAS MORAES.

PROJETO DE LEI Nº 4.527/08 – Do Sr. Otavio Leite – que “institui o dia 14 de dezembro, como Dia Nacional do Movimento de Vida Independente”.

RELATORA: Deputada MARA GABRILLI.

PROJETO DE LEI Nº 4.543/08 – Do Sr. Vitor Penido – que “autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Itapeçerica, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS SETIM.

PROJETO DE LEI Nº 4.768/09 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “institui o Dia Nacional da Indústria Farmacêutica”.

RELATORA: Deputada ROSANE FERREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.796/09 – Do Sr. Carlos Zarattini – que “autoriza o Poder Executivo criar a Universidade Federal da Região Sul da Grande São Paulo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOAQUIM BELTRÃO.

PROJETO DE LEI Nº 4.875/09 – Do Sr. Luis Carlos Heinze – que “denomina Escola Agrotécnica José Pereira Alvarez a escola agrotécnica federal implantada pelo Ministério da Educação, em parceria com a prefeitura do município, na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul”. (Apensado: PL nº 6137/2009)

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.275/09 – Da Sra. Gorete Pereira – que “denomina Hospital Núbia Brasileiro o Hospital da Mulher de Fortaleza, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará”.

RELATOR: Deputado ARTUR BRUNO.

PROJETO DE LEI Nº 5.316/09 – Do Senado Federal- Marconi Perillo – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás”.

RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

PROJETO DE LEI Nº 5.645/09 – Do Senado Federal – Cícero Lucena – (PLS nº 101/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Catolé do Rocha, no Estado da Paraíba, campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) da Paraíba”.

RELATOR: Deputado RAUL HENRY.

PROJETO DE LEI Nº 5.647/09 – Do Senado Federal – João Vicente Claudino – (PLS nº 197/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Piauí no Município de Valença do Piauí”.

RELATOR: Deputado IZALCI.

PROJETO DE LEI Nº 5.654/09 – Do Senado Federal – Flávio Arns – (PLS nº 416/2008) – que “autoriza

o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Cerro Azul, vinculada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no Município de Cerro Azul, no Estado do Paraná”.

RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO.

PROJETO DE LEI Nº 5.734/09 – Do Senado Federal – Maria do Carmo Alves – (PLS nº 257/2006) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe”.

RELATOR: Deputado PAULO FREIRE.

PROJETO DE LEI Nº 5.738/09 – Do Senado Federal – Fátima Cleide – (PLS nº 398/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari, com sede no Município do Vale do Anari, no Estado de Rondônia”.

RELATOR: Deputado LUIZ NOÉ.

PROJETO DE LEI Nº 5.739/09 – Do Senado Federal – Flávio Arns – (PLS nº 417/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal do Paraná no Município de Loanda, no Estado do Paraná”.

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROJETO DE LEI Nº 5.777/09 – Da Sra. Gorete Pereira – que “denomina Metrô Governador Virgílio Távora, o Metrô de Fortaleza – Metrofor, no Estado do Ceará”.

RELATOR: Deputado ARTUR BRUNO.

PROJETO DE LEI Nº 5.795/09 – Da Sra. Marinha Raupp – que “denomina a BR-429, no Estado de Rondônia, como “Rodovia da Integração””

RELATORA: Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE.

PROJETO DE LEI Nº 5.855/09 – Do Sr. Carlos Sampaio – que “cria a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO.

PROJETO DE LEI Nº 5.902/09 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS nº 256/2008) – que “autoriza a criação de Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação nas instituições federais de ensino superior”. (Apensado: PL nº 6243/2009)

RELATOR: Deputado NEWTON LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 5.904/09 – Do Senado Federal – Cícero Lucena – (PLS nº 377/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba, no Município de Guarabira”.

RELATOR: Deputado ANTÔNIO ROBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 6.131/09 – Do Sr. Gilmar Machado – que “denomina “Viaduto Homero Santos” o viaduto de duas passagens superiores, sendo uma na Av. Europa e outra na Rua Londres, ligando os bairros

Tibery e Custódio Pereira da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado REGINALDO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 6.165/09 – Do Senado Federal – (PLS nº 440/2008) – que “denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da rodovia BR-319 compreendido entre a cidade de Manaus e o rio Tupunã, no Estado do Amazonas”.

RELATOR: Deputado STEPAN NERCESSIAN.

PROJETO DE LEI Nº 6.210/09 – Do Sr. João Dado – que “denomina “Professora Lourdes Mainardi” o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo localizado no Município de Votuporanga”.

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS SETIM.

PROJETO DE LEI Nº 6.248/09 – Da Sra. Andreia Zito – que “altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para acrescentar o artigo 13-A, dispondo sobre a vacância dos cargos de Reitor ou Diretor-Geral do Campus dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, por aposentadoria voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo”.

RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO.

PROJETO DE LEI Nº 6.507/09 – Do Sr. Lincoln Portela – que “institui o Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde”.

RELATOR: Deputado NAZARENO FONTELES.

PROJETO DE LEI Nº 6.540/09 – Do Senado Federal – Efraim Moraes – (PLS nº 197/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Esperança”.

RELATOR: Deputado WALDIR MARANHÃO.

PROJETO DE LEI Nº 6.541/09 – Do Senado Federal – Sérgio Zambiasi – (PLS nº 33/2009) – que “inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria”.

RELATORA: Deputada NICE LOBÃO.

PROJETO DE LEI Nº 6.579/09 – Do Senado Federal – Marcelo Crivella – (PLS nº 402/2005) – que “determina que seja mantida nos aeroportos homenagem permanente a Alberto Santos Dumont”. (Apensado: PL nº 5437/2009)

RELATOR: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO.

PROJETO DE LEI Nº 6.583/09 – Do Senado Federal – Flávio Arns – (PLS nº 430/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Paraná no Município de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná”.

RELATOR: Deputado ROGÉRIO MARINHO.

PROJETO DE LEI Nº 6.584/09 – Do Senado Federal – Flávio Arns – (PEC 446/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Paraná no Município de União da Vitória”.

RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

PROJETO DE LEI Nº 6.603/09 – Do Sr. Alex Canziani – que “dá a denominação de “Centro Histórico Cultural Estação Ferroviária Nadir Glade” à estação ferroviária do Município de Apucarana, no Estado do Paraná”.

RELATOR: Deputado ANGELO VANHONI.

PROJETO DE LEI Nº 6.733/10 – Da Sra. Gorete Pereira – que “institui, na República Federativa do Brasil, a data de 30 de abril, como Dia do Ferroviário”.

RELATOR: Deputado ZÉ SILVA.

PROJETO DE LEI Nº 6.765/10 – Do Senado Federal – Demosténes Torres – (PLS nº 300/2009) – que “denomina “Campus Ceres – Domingos Mendes da Silva” o campus do Instituto Federal Goiano, localizado em Ceres, Estado de Goiás”.

RELATOR: Deputado GASTÃO VIEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.955/10 – Do Sr. Vicentinho – que “institui o Dia 24 de junho, como o dia Nacional da Agricultura Familiar”.

RELATOR: Deputado PAULO PIMENTA.

PROJETO DE LEI Nº 7.031/10 – Do Sr. Vieira da Cunha – que “denomina “Viaduto Manoel Luiz Nunes” elevada situada no Município de São Leopoldo – RS”.

RELATOR: Deputado LUIZ NOÉ.

PROJETO DE LEI Nº 7.065/10 – Do Sr. Paulo Piau – que “denomina “Viaduto Jairo Nogueira” o viaduto localizado no “Trevo da Pipoca”, no entroncamento das BRs 354 e 365, a 5 Km da sede do Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

PROJETO DE LEI Nº 7.077/10 – Do Sr. Eduardo Barbosa – que “autoriza a criação de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado RENAN FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.130/10 – Do Sr. Raimundo Gomes de Matos – que “institui a Semana de Debates sobre Crianças e Adolescentes Desaparecidos”.

RELATOR: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO.

PROJETO DE LEI Nº 7.273/10 – Do Senado Federal – Maria do Carmo Alves – (PLS nº 256/2006) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano (Unisse), com sede na cidade de Poço Redondo – SE”.

RELATOR: Deputado WALDENOR PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.275/10 – Do Senado Federal – Flávio Arns – (PLS nº 431/2008) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal do Paraná no Município de Reserva – PR”.

RELATOR: Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PROJETO DE LEI Nº 7.278/10 – Do Senado Federal – Eduardo Azeredo – (PLS nº 23/2010) – que “denomina “Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos” o trecho da BR-259 que liga os Municípios de Curvelo e Inimutaba, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado REGINALDO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 7.289/10 – Do Senado Federal – Roseana Sarney – (PLS nº 212/2006) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Baixada Maranhense (UFBAM), com sede no Município de Pinheiro – MA”.

RELATOR: Deputado JOÃO BITTAR.

PROJETO DE LEI Nº 7.291/10 – Do Senado Federal – Rosalba Ciarlini – (PLS nº 273/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal do Rio Grande do Norte no Município de Goianinha – RN”.

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 7.292/10 – Do Senado Federal – Rosalba Ciarlini – (PLS nº 297/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal do Rio Grande do Norte no Município de Macaíba – RN”.

RELATOR: Deputado ELEUSES PAIVA.

PROJETO DE LEI Nº 7.294/10 – Do Senado Federal – Adelmir Santana – (PLS nº 491/2009) – que “institui o Dia do Empreendedor Individual”.

RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.

PROJETO DE LEI Nº 7.405/10 – Do Sr. Carlos Zarattini – que “denomina “Passarela do Parque Jane – Embu das Artes” a passarela localizada no Km 277 da Rodovia Régis Bittencourt (BR 116/SP/PR) no município de Embu das Artes – SP”.

RELATOR: Deputado DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ.

PROJETO DE LEI Nº 7.419/10 – Do Senado Federal – Flexa Ribeiro – (PLS nº 360/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal do Pará no Município de São Miguel do Guamá – PA”.

RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.

PROJETO DE LEI Nº 7.510/10 – Do Senado Federal – Renato Casagrande – (PLS nº 398/2010) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto

Federal do Espírito Santo no Município de Barra de São Francisco – ES”.

RELATOR: Deputado IVAN VALENTE.

PROJETO DE LEI Nº 7.532/10 – Do Sr. Otavio Leite – que “institui o Dia 23 de Abril como o Dia Nacional dos Escoteiros”

RELATOR: Deputado PINTO ITAMARATY.

PROJETO DE LEI Nº 7.627/10 – Da Sra. Janete Rocha Pietá – que “altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática gênero e suas relações intra e interpessoais”.

RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 7.786/10 – Do Senado Federal – Inácio Arruda – (PLS nº 542/2009) – que “denomina “Dom Antônio Fragoso” a unidade do campus do Instituto Federal do Ceará, no Município de Crateús – CE”.

PROJETO DE LEI Nº 7.789/10 – Do Senado Federal – Álvaro Dias – (PLS nº 446/2009) – que “institui o Dia Nacional do Interactiano”.

RELATORA: Deputada MARA GABRILLI.

PROJETO DE LEI Nº 7.790/10 – Do Senado Federal – João Vicente Claudino – (PLS nº 445/2009) – que “denomina “Rodovia Governador Alberto Silva” o trecho da rodovia BR-343 compreendido entre as localidades de Luís Correia e Bertolínia, no Estado do Piauí”.

RELATOR: Deputado NAZARENO FONTELES.

PROJETO DE LEI Nº 7.852/10 – Do Sr. Hugo Leal – que “confere o título de “Capital Nacional da Energia Limpa” ao município de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro”.

RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.

PROJETO DE LEI Nº 7.536/10 – Do Sr. Márcio Marinho – que “institui o Dia Nacional da Capoeira”.

RELATOR: Deputado WALDENOR PEREIRA.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-04-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.801/10 – Do Senado Federal – Gerson Camata – (PLS nº 267/2008) – que “acrescenta art. 326-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para reconhecer o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito”.

RELATOR: Deputado LELO COIMBRA.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 14-4-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 1.909/07 – Da Sra. Gorete Pereira – que “altera dispositivo da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativo ao Processo de Execução”. (Apensados: PL nº 2488/2007 e PL nº 4591/2009)

RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 916/03 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre a disponibilização do percentual de 1% de alíquota do IPI e do IR para aplicação em programas de alimentação para a população carente e/ou desempregados no País”.

RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR.

PROJETO DE LEI Nº 3.096/00 – Do Sr. Enio Bacci – que “dispensa do pagamento de taxa, o cidadão desempregado, para inscrição a Concurso Público”. (Apensados: PL nº 2282/2003 e PL nº 3093/2004)

RELATOR: Deputado POLICARPO.

PROJETO DE LEI Nº 848/03 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “estabelece que nenhum saldo devedor de financiamento imobiliário poderá ser superior ao valor de mercado do imóvel”. (Apensados: PL nº 4602/2004 e PL nº 5786/2009)

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 880/03 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre as compras de remédios e equipamentos de saúde pela União”.

RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

PROJETO DE LEI Nº 1.785/03 – Da Sra. Vanessa Grazziotin – que “dispõe sobre a desoneração da responsabilidade solidária dos sócios minoritários das Socie-

dades Limitadas quanto a débitos relativos a Tributos Federais ou à Seguridade Social”. (Apensados: PL nº 2023/2003 e PL nº 2129/2003)

RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

PROJETO DE LEI Nº 2.634/03 – Do Sr. Dr. Ribamar Alves – que “dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União, administrados pela Câmara dos Deputados”.

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 2.825/03 – Do Sr. Sandro Mabel – que “acrescenta os arts. 77-A e 86-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que “Institui a Lei de Execução Penal”, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 2.868/04 – Do Sr. Gonzaga Patriota – que “altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 3.349/04 – Do Sr. Augusto Nardes – que “dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP incidente sobre as receitas auferidas pelas indústrias de calcário agrícola, acrescentando alínea “d” ao inciso VII do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002”. (Apensado: PL nº 7603/2006)

RELATOR: Deputado JERÔNIMO GOERGEN.

PROJETO DE LEI Nº 3.825/04 – Do Sr. Milton Monti – que “acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada para a realização de reforma na moradia do titular”.

RELATOR: Deputado JERÔNIMO GOERGEN.

PROJETO DE LEI Nº 3.911/04 – Do Sr. Pedro Fernandes – que “dispõe sobre anistia de multas, correção monetária e juros referentes a dívidas com foros de terrenos interiores das ilhas oceânicas e costeiras pertencentes à União”. (Apensado: PL nº 5138/2005)

RELATOR: Deputado RUI COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 5.348/05 – Do Senado Federal – Paulo Octávio – (PLS nº 174/2003) – que “institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – Pace”. (Apensado: PL nº 5769/2005)

RELATOR: Deputado LUCIANO MOREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.651/05 – Do Sr. João Pizzolatti – que “acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.989,

de 24 de fevereiro de 1995, para incluir entre seus beneficiários os centros de formação de condutores”. (Apensados: PL nº 6864/2006, PL nº 1968/2007 e PL nº 7315/2010)

RELATOR: Deputado ASSIS CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 6.358/05 – Do Sr. Vicentinho – que “inclui parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica”.

RELATOR: Deputado AMAURI TEIXEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.420/05 – Do Senado Federal – Rodolpho Tourinho – (PLS nº 344/2004) – que “altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.429, de 2 de junho de 1992, para regular a contratação de empresas prestadoras de serviços e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado AMAURI TEIXEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.455/05 – Do Sr. Milton Monti – que “cria o Programa de Modernização e Renovação da Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos Municipais e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado AUDIFAX.

PROJETO DE LEI Nº 7.254/06 – Do Sr. Ronaldo Caiaido – que “altera a exigibilidade bancária para aplicação em crédito rural”

RELATOR: Deputado ASSIS CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.575/06 – Do Senado Federal – Tasso Jereissati – (PLS nº 265/2003) – que “altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas”.

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 7.683/06 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “dispõe sobre abatimento integral no Imposto de Renda a pagar e/ou restituição das despesas havidas com o custeio de defesa judicial das pessoas físicas e jurídicas, que tenham obtido sentença favorável, no exercício do ano do trânsito em julgado, decorrente da ação movida por beneficiário de Gratuidade de Justiça”.

PROJETO DE LEI Nº 214/07 – Do Sr. Sandes Júnior – que “dispõe sobre o recebimento de dotações orçamentárias por entidades intermunicipais, sem fins lucrativos”.

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 411/07 – Do Senado Federal – Antônio Carlos Magalhães – (PLS nº 415/2005) – que “estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

RELATOR: Deputado ASSIS CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 493/07 – Do Sr. Eduardo Gomes – que “dispõe sobre a organização e regulação do mercado de Carbono na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro através da geração de Redução Certificada de Emissão – RCE em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL”. (Apensados: PL nº 594/2007 e PL nº 494/2007 (Apensado: PL nº 1657/2007))

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 568/07 – Da Sra. Sandra Rosado – que “reduz a alíquota da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre produtos destinados à alimentação humana”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 574/07 – Do Senado Federal - Paulo Paim – (PLS nº 298/2003) – que “dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas”.

RELATOR: Deputado LUCIANO MOREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 950/07 – Do Sr. Luiz Couto – que “altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 1.062/07 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “institui incentivo fiscal para o controle biológico de pragas agrícolas e de vetores de interesse para a saúde pública e animal”. (Apensado: PL nº 1166/2007)

RELATOR: Deputado ASSIS CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 1.322/07 – Do Sr. Marcos Montes – que “torna isentas do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM – que incide sobre o transporte de cargas de fertilizantes e demais insumos agropecuários”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 1.364/07 – Do Sr. Lelo Coimbra – que “altera Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, estabelece isenção do imposto de renda sobre ganhos de capital nos casos em que especifica, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

PROJETO DE LEI Nº 1.418/07 – dos Srs. Antonio Carlos Mendes Thame e Luiz Carlos Hauly – que “altera a tributação dos rendimentos financeiros percebidos por beneficiário residente ou domiciliado no exterior, revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 2503/2007, PL nº 2791/2008, PL nº 2967/2008, PL nº 3107/2008 e PL nº 3315/2008)

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 2.825/08 – Do Sr. Moreira Mendes – que “revoga o art. 46 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, “que dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências”

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 3.543/08 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “acresce dispositivo ao art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 2.604/96 – Do Sr. Jovair Arantes – que “institui incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, inclusive ambulâncias, e de materiais de construção destinados a instituições públicas ou entidades privadas de assistência à saúde, sem fins lucrativos”. (Apensados: PL nº 1255/1999, PL nº 1848/1999 (Apensado: PL nº 2920/2004), PL nº 1939/1999, PL nº 3045/2000, PL nº 3399/2000, PL nº 3915/1997, PL nº 3992/1997, PL nº 4165/1998, PL nº 6196/2002, PL nº 2326/2003, PL nº 3304/2004, PL nº 4406/2004 (Apensado: PL nº 7519/2006), PL nº 5081/2005 e PL nº 161/2007)

RELATOR: Deputado AUDIFAX.

PROJETO DE LEI Nº 5.995/05 – Do Senado Federal - José Sarney – (PLS nº 107/2004) – que “institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, e acrescenta § 2º ao art. 13 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981”.

RELATOR: Deputado VALMIR ASSUNÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 700/07 – Do Sr. Sandes Júnior – que “estabelece que parte dos recursos captados junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública seja destinado à capacitação e ao reaparelhamento dos institutos de criminalística estaduais”.

RELATOR: Deputado VALMIR ASSUNÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 777/07 – Do Sr. Paulo Piau – que “cria Programa de Fornecimento de Leite a Famílias Carentes e de Baixa Renda e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

PROJETO DE LEI Nº 7.577/10 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado RUI COSTA.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-04-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.635/01 – Do Senado Federal – Geraldo Althoff – (PLS nº 225/2000) – que “acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica, e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 5034/2001, PL nº 5916/2001 e PL nº 6675/2002)

RELATOR: Deputado LUCIANO MOREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.472/01 – Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “concede dilação de prazo para pagamento do imposto de importação, nas operações de importação de mercadoria, com o objetivo de incentivar a instalação de fábricas no país, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 6.034/02 – Do Poder Executivo – (MSC 39/2002) – que “altera o parágrafo único do art. 31 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 623/03 – Do Sr. Maurício Quintella Lessa – que “acrescenta art. à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro, de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – Cide”. (Apensados: PL nº 1434/2003 e PL nº 6120/2009)

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 2.638/03 – Do Senado Federal – Marina Silva – que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para incluir as empresas estatais do setor elétrico, bancos de desenvolvimento regional e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) entre as instituições para as quais não se aplica a autorização genérica de privatização”. (Apensado: PL nº 160/1999 (Apensados: PL nº 1409/1999, PL nº 2543/2000 (Apensados: PL nº 3748/2000, PL nº 4167/2001, PL nº 4310/2001, PL nº 4356/2001 (Apensado: PL nº 4708/2001), PL nº 4269/2001 e PL nº 1744/2003), PL nº 4974/2001, PL nº 1166/2003 e PL nº 61/2003))

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 4.376/04 – Do Sr. Lincoln Portela – que “altera a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, para dispor sobre as infrações contra as Leis de Finanças Públicas”.

RELATOR: Deputado JERÔNIMO GOERGEN.

PROJETO DE LEI Nº 4.392/04 – Do Sr. Enio Bacci – que “dispõe sobre a isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, na aquisição de móveis escolares e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado AUDIFAX.

PROJETO DE LEI Nº 5.408/05 – Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “autoriza, nos termos do § 3º do art. 164 da Constituição Federal, que até cinco por cento das disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sejam depositadas em cooperativas de crédito”.

RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.752/05 – Do Sr. Nelson Bornier – que “concede isenção de pagamento de pedágio para os veículos táxi”. (Apensado: PL nº 7272/2006)

RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 5.894/05 – Do Sr. Itamar Serpa – que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e concessão de linhas especiais de crédito na aquisição de caminhões para utilização no transporte de cargas, e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 6661/2006, PL nº 2892/2008, PL nº 3698/2008, PL nº 3834/2008, PL nº 4217/2008 (Apensado: PL nº 7945/2010) e PL nº 6576/2009)

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 6.258/05 – dos Srs. Inácio Arruda e Daniel Almeida – que “dispõe sobre a reintegração no emprego dos funcionários da Caixa Econômica Federal, demitidos no período de 1995 a 2003”. (Apensado: PL nº 1603/2007)

RELATOR: Deputado RUI COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 6.301/05 – Do Sr. Celso Rusomanno – que “altera os arts. 26, 39, 51, 82, 102 e 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências””. (Apensados: PL nº 7318/2006, PL nº 1580/2007 e PL nº 5597/2009)

RELATOR: Deputado RUI PALMEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.776/06 – Do Sr. Renildo Calheiros – que “institui regras para o reajuste periódico dos valores do salário mínimo”.

RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

PROJETO DE LEI Nº 7.530/06 – Do Sr. Sandro Mabel – que “cria o Programa Nacional de Incentivo ao Emprego de Egressos do Sistema Penitenciário – PRO-ESP e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 1.961/07 – Do Sr. Maurício Rands – que “altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, aumentando a faixa de isenção no pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios às pessoas consideradas carentes ou de baixa renda, nos casos que especifica, e do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, no que dispõe sobre o laudêmio, relativo a imóveis da União”. (Apensados: PL nº 4140/2008 e PL nº 5294/2009)

RELATOR: Deputado RUI COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 2.060/07 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera o art. 1º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que “Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências””.

RELATOR: Deputado JOSÉ GUIMARÃES.

PROJETO DE LEI Nº 2.691/07 – Do Sr. Bruno Araújo e outros – que “dispõe sobre o parcelamento, isenção de multas e renegociação de débitos da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS de responsabilidade das sociedades de advogados regularmente inscritas e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 3.050/08 – Do Sr. Sandes Júnior – que “dispõe sobre o incentivo aos professores por meio de bonificações”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 3.479/08 – Do Sr. Iran Barbosa – que “altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aparelhos de audição entre as deduções permitidas para efeito

da apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas”. (Apensados: PL nº 3590/2008 (Apensados: PL nº 3689/2008 e PL nº 5138/2009 (Apensado: PL nº 272/2011)), PL nº 5038/2009 (Apensados: PL nº 5291/2009, PL nº 6305/2009, PL nº 7683/2010 e PL nº 7684/2010), PL nº 7606/2010 e PL nº 312/2011)

RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 3.569/08 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “determina aos estabelecimentos bancários situados em todo território nacional a instalação de assentos para os usuários que estiverem no aguardo da vez de serem atendidos pelo caixa”. (Apensados: PL nº 4100/2008 e PL nº 5033/2009)

RELATOR: Deputado ASSIS CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.712/08 – Do Sr. Maurício Rands – que “altera o inciso II do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, incluindo na situação jurídica de dependente, para fins tributários, o companheiro homossexual do contribuinte e a companheira homossexual da contribuinte do Imposto de Renda de Pessoa Física e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 4.583/09 – Do Sr. Mauro Mariani – que “altera a redação do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007”. (Apensado: PL nº 5906/2009)

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 4.702/09 – Do Senado Federal – Jayme Campos – (PLS nº 440/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado do Mato Grosso”.

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.705/09 – Do -Senado Federal – Arthur Virgílio – (PLS nº 458/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga no Estado do Amazonas”

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.711/09 – Do Senado Federal – Kátia Abreu – (PLS nº 529/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Gurupi, no Estado do Tocantins”.

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.714/09 – Do Senado Federal – Mário Couto – (PLS nº 554/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Exportação (ZPE) no Município de Paragominas, no Estado Pará”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.721/09 – Do Senado Federal – João Durval – (PLS nº 716/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, no Estado da Bahia”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.726/09 – Do Senado Federal – Wellington Salgado de Oliveira – (PLS nº 245/2008) – que “dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.737/09 – Do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS nº 352/2007) – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia”.

RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.774/09 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “altera a Lei nº 8.981 de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.826/09 – Do Sr. João Herrmann – que “acrescenta a alínea “h” ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que trata sobre o imposto de renda pessoa física”. (Apensados: PL nº 5331/2009 e PL nº 286/2011)

RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 4.973/09 – Da Sra. Perpétua Almeida – que “concede a indenização e tratamento médico aos trabalhadores da extinta Sucam, atual Funasa, contaminados pelos inseticidas DDT e Malathion”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 5.207/09 – Da Sra. Manuela D’ávila – que “altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para dispor sobre a reserva de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – para a população jovem”.

RELATOR: Deputado AUDIFAX.

PROJETO DE LEI Nº 5.418/09 – Do Sr. Lira Maia – que “cria Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 5.773/09 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS nº 20/2008) – que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais, pelos Estados e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas

cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar”. (Apensados: PL nº 6184/2005 (Apensados: PL nº 6215/2005, PL nº 6224/2005 (Apensado: PL nº 6880/2006 (Apensado: PL nº 419/2007)), PL nº 6879/2006, PL nº 6521/2006 (Apensados: PL nº 7190/2006, PL nº 7355/2006, PL nº 7532/2006, PL nº 4837/2009, PL nº 5803/2009, PL nº 5937/2009, PL nº 6150/2009, PL nº 6246/2009, PL nº 6901/2010 e PL nº 408/2011), PL nº 602/2007, PL nº 1452/2007, PL nº 1958/2007, PL nº 2393/2007, PL nº 4387/2008, PL nº 5004/2009, PL nº 5757/2009 e PL nº 7698/2010), PL nº 6079/2009, PL nº 7739/2010 e PL nº 719/2011)

RELATOR: Deputado LUCIANO MOREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.862/09 – Do Sr. Valadares Filho – que “dispõe sobre concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, a empresas de turismo que empreguem, no seu quadro de funcionários, jovens oriundos de programas sociais do Governo Federal na condição de Aprendiz, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 6.066/09 – Do Sr. Paulo Piau – que “autoriza a dedução do imposto de renda devido dos valores doados pelas pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Nacional Antidrogas”.

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 6.174/09 – Do Sr. Guilherme Campos – que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Campinas, no Estado de São Paulo”.

RELATOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO.

PROJETO DE LEI Nº 7.617/10 – Do Sr. Sebastião Bala Rocha – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 7.979/10 – Do Poder Executivo – que “altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

B – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária (art. 54):

PROJETO DE LEI Nº 6.388/02 – Do Senado Federal – LUIZ PONTES – (PLS nº 190/2001) – que “aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante em caso de parto antecipado”.

RELATOR: Deputado LUCIANO MOREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.064/02 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “dispõe sobre a complementação da aposentadoria a ex-servidores autárquicos do extinto

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 2.315/03 – Do Sr. Jorge Bittar – que “dispõe sobre os critérios para definição dos valores das bolsas de fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JERÔNIMO GOERGEN.

PROJETO DE LEI Nº 2.672/03 – Do Senado Federal – Tião Viana – que “altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS, para incluir nesse benefício os portadores dos vírus das hepatites, os doentes com hepatites crônicas e com fibrose cística”. (Apensados: PL nº 2092/2003 e PL nº 3706/2004)

RELATOR: Deputado RUI PALMEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 5.717/05 – Do Sr. Nelson Pellegrino – que “autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal da Serra Geral da Bahia, no Estado da Bahia, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 2.728/07 – Do Senado Federal – Cícero Lucena – (PLS nº 145/2007) – que “institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas, altera o art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e autoriza a criação, pela União, do Programa Nacional de Uniforme Escolar”. (Apensado: PL nº 3199/2008)

RELATOR: Deputado AUDIFAX.

PROJETO DE LEI Nº 3.037/08 – Do Sr. Sandes Júnior – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos hospitais da rede pública, de pontos com solução anti-séptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares”. (Apensado: PL nº 5807/2009)

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 3.045/08 – Do Sr. Sandes Júnior – que “cria o Programa Entrada do Idoso nos hospitais e postos de saúde no âmbito de todo o Território Nacional”.

RELATOR: Deputado JOÃO DADO.

PROJETO DE LEI Nº 3.429/08 – Do Poder Executivo – (MSC 286/2008) – que “dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCPE”.

RELATOR: Deputado CLÁUDIO PUTY.

PROJETO DE LEI Nº 4.293/08 – Do Sr. Leonardo Picciani e outros – que “concede anistia aos ex-servidores da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, exonerados em virtude de adesão, a partir de 21 de novembro de 1996, a programas de desligamento voluntário”. (Apensados: PL nº 4499/2008 (Apensado: PL nº 5149/2009) e PL nº 5447/2009)

RELATOR: Deputado ANDRE VARGAS.

PROJETO DE LEI Nº 7.521/10 – Do Poder Executivo – que “dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio – QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEPE VARGAS.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 632/07 – Do Sr. Lincoln Portela – que “dispõe sobre a cobrança de tarifa de abertura de crédito no financiamento de veículos automotores, acrescenta dispositivo ao art. 36 da Lei nº 8.078, de 1990, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado AELTON FREITAS.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.253/07 – Do Sr. Antônio Roberto – que “estabelece a Política de Conservação da Biodiversidade Aquática e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado OZIEL OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.009/97 – Do Senado Federal – Carlos Patrocínio – (PLS nº 59/1996) – que “estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos d’água, quando da construção de barragens”.

RELATOR: Deputado HOMERO PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 266/07 – dos Srs. Rogerio Lisboa e Marcio Junqueira – que “altera a Lei nº 9.985, de 2000, que “regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”, no que se refere à compensação por significativo impacto ambiental”. (Apensados: PL nº 453/2007, PL nº 701/2007 e PL nº 6519/2009)

RELATOR: Deputado MARCOS MONTES.

PROJETO DE LEI Nº 1.301/07 – Do Sr. Valdir Colatto – que “dispõe sobre o uso e a conservação do solo e da água no meio rural”.

RELATOR: Deputado GIVALDO CARIMBÃO.

PROJETO DE LEI Nº 1.862/07 – Do Sr. Jurandy Loureiro – que “dispõe sobre a etiquetagem de produtos nacionais ou estrangeiros, alertando o consumidor sobre os graus de impacto ambiental”. (Apensados: PL nº 5199/2009, PL nº 5305/2009 (Apensado: PL nº 7114/2010), PL nº 7919/2010 e PL nº 430/2011)
RELATOR: Deputado PAULO PIAU.

PROJETO DE LEI Nº 2.418/07 – Do Sr. Homero Pereira – que “dispõe sobre a substituição, em todo o território nacional, de carvão mineral e de combustíveis derivados de petróleo por biodiesel na geração de energia em centrais termelétricas, e dá outras providências”.
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME.

PROJETO DE LEI Nº 2.441/07 – Do Sr. Celso Maldaner – que “altera a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 2751/2008 e PL nº 2995/2008)
RELATOR: Deputado IRAJÁ ABREU.

PROJETO DE LEI Nº 3.056/08 – Do Sr. Angelo Vannahoni – que “institui as unidades de preservação do patrimônio cultural brasileiro”.
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME.

PROJETO DE LEI Nº 4.995/09 – Do Sr. Geraldo Simões – que “institui a política de conservação das áreas de cultivo tradicional de cacau no sistema cabruca”.
RELATOR: Deputado PAULO PIAU.

PROJETO DE LEI Nº 7.999/10 – Do Sr. Magela – que “altera a Lei nº 11.285, de 08 de março de 2006, que estabelece os limites do Parque Nacional de Brasília”.
RELATOR: Deputado JORGE PINHEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 29/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “complementa dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no que se refere a planos estaduais de recursos, destinação do resultado da cobrança pelo uso de recursos hídricos e competências das Agências de Água”.
RELATOR: Deputado OZIEL OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 136/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “altera o Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981”.
RELATOR: Deputado SARNEY FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 143/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “dispõe sobre o serviço de “Disque-Denúncia” de atos ou infrações praticadas contra o meio ambiente, e dá outras providências.””
RELATORA: Deputada MARINA SANTANNA.

PROJETO DE LEI Nº 195/11 – Da Sra. Rebecca Garcia – que “institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento

dos estoques de carbono florestal (REDD+), e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 12-4-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.566/96 – Do Senado Federal – Marina Silva – (PLS nº 54/1996) – que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 1749/2003, PL nº 1563/2003 (Apensados: PL nº 1222/2007, PL nº 2095/2007 e PL nº 2573/2007), PL nº 1624/1996, PL nº 3215/1997 (Apensado: PL nº 2594/2000), PL nº 3313/2000, PL nº 4158/1998 (Apensado: PL nº 2568/1996), PL nº 1768/2007, PL nº 2998/2008 e PL nº 2999/2008)

RELATOR: Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI.

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 107/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “isenta do imposto de importação as lâmpadas fluorescentes (CFL’s) e ou diodos (LED’s) e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado WLADIMIR COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 280/11 – Do Sr. Thiago Peixoto – que “reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de energia elétrica para os consumidores classificados na subclasse residencial baixa renda”.

RELATOR: Deputado MARCELO MATOS.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.893/07 – Do Sr. Paulo Teixeira – que “dispõe sobre medidas de suspensão e diluição temporárias ou extinção da proteção de direitos de propriedade intelectual no Brasil em caso de descumprimento de obrigações multilaterais por Estado estrangeiro no âmbito da Organização Mundial do Comércio”.
RELATOR: Deputado VITOR PAULO.

PROJETO DE LEI Nº 7.330/10 – Do Poder Executivo – que “dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008”.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 14-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 402/11 – Da Sra. Nilda Gondim – que “proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear os brinquedos conhecidos como “pipas ou papagaios””.
RELATOR: Deputado EDIO LOPES.

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-04-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 364/11 – Do Sr. William Dib – que “altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências”.
RELATOR: Deputado JAIR BOLSONARO.

PROJETO DE LEI Nº 410/11 – Do Sr. Fábio Faria – que “altera o art. 17 do Código de Processo Penal, e o art. 24 do Código de Processo Penal Militar, para dispor sobre ve-dações à divulgação das informações que especifica e dá providências correlatas”.
RELATOR: Deputado DR. CARLOS ALBERTO.

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.726/10 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “dispõe sobre o acesso de autoridades

às informações relativas à localização de aparelhos de telefonia celular”.

RELATOR: Deputado MAURO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 7.309/10 – Do Sr. Silas Câmara – que “dispõe sobre o direito de acesso gratuito dos órgãos de segurança ao rádio e à televisão, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOSÉ AUGUSTO MAIA.

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.618/05 – Do Sr. Durval Orlato – que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de vigia e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 7456/2006 e PL nº 7741/2010)

RELATOR: Deputado EMILIANO JOSÉ.

PROJETO DE LEI Nº 6.241/09 – Do Senado Federal – Renato Casagrande – (PLS nº 372/2007) – que “autoriza a União a criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social”.

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PROJETO DE LEI Nº 6.971/10 – Do Sr. Milton Monti – que “acrescenta o inciso XI ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA PELAES.

PROJETO DE LEI Nº 7.484/10 – Da Sra. Sueli Vidigal – que “institui a Semana Nacional de Combate às Drogas”.

RELATOR: Deputado GIVALDO CARIMBÃO.

PROJETO DE LEI Nº 225/11 – Do Sr. Sandes Júnior – que “cria a notificação compulsória dos casos de violência doméstica por toda a rede de serviços de saúde e secretarias de segurança pública existentes no território nacional”.

RELATORA: Deputada BENEDITA DA SILVA.

PROJETO DE LEI Nº 283/11 – Do Sr. Thiago Peixoto – que “dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao “bullying” escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas em todo o território nacional, e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 350/2011)
RELATORA: Deputada KEIKO OTA.

PROJETO DE LEI Nº 513/11 – Do Senado Federal – Magno Malta – (PLS nº 43/2003) – que “autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso de drogas”.

RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO
DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA**

(DIA 11-4-11)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.579/07 – Da Sra. Jusmari Oliveira – que “altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que “cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências”, para dispor sobre o Programa de Assistência às Adolescentes Gestantes”. (Apensados: PL nº 1685/2007 (Apensados: PL nº 2192/2007 e PL nº 5865/2009 (Apensado: PL nº 30/2011)), PL nº 1839/2007 (Apensado: PL nº 6312/2009) e PL nº 5691/2009)

RELATORA: Deputada TERESA SURITA.

PROJETO DE LEI Nº 692/07 – Do Senado Federal – Antônio Carlos Valadares – (PLS nº 190/2006) – que “altera as Leis nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para restringir a venda de álcool etílico líquido e submetê-la à regulação das autoridades sanitárias”. (Apensado: PL nº 4664/2004 (Apensado: PL nº 6320/2005))

RELATORA: Deputada ALINE CORRÊA.

PROJETO DE LEI Nº 791/07 – Do Sr. Walter Ihoshi – que “acrescenta parágrafos ao art. 18 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro”.

RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

PROJETO DE LEI Nº 6.097/05 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para instituir desonerações fiscais”. (Apensados: PL nº 6180/2005 e PL nº 2399/2007)

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 1.296/07 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder desconto na tarifa de energia elétrica consumida por entidades filantrópicas”.

RELATOR: Deputado ROGÉRIO CARVALHO.

PROJETO DE LEI Nº 2.144/07 – Do Sr. Homero Pereira – que “cria o Programa de Redistribuição de Alimentos Excedentes e dá outras providências”.

RELATORA: Deputada BENEDITA DA SILVA.

PROJETO DE LEI Nº 2.602/07 – Do Sr. Duarte Nogueira – que “altera o art. 133 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre requisitos de candidatura a membro

de Conselho Tutelar”. (Apensados: PL nº 4300/2008 e PL nº 7777/2010)

RELATOR: Deputado CHICO D’ANGELO.

PROJETO DE LEI Nº 2.941/08 – Do Senado Federal – Patrícia Saboya Gomes – que “dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”.

RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.

PROJETO DE LEI Nº 3.908/08 – Do Senado Federal – José Maranhão – (PLS nº 273/2005) – que “altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que disciplina o instituto do bem de família, para assegurar proteção ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro do devedor de pensão alimentícia”.

RELATORA: Deputada ERIKA KOKAY.

PROJETO DE LEI Nº 4.019/08 – Da Sra. Elcione Barbalho – que “altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para permitir a separação litigiosa e o divórcio litigioso por meio de convenção de arbitragem, salvo quando houver interesse de incapazes”.

RELATOR: Deputado GERALDO RESENDE.

PROJETO DE LEI Nº 4.237/08 – Do Sr. Sandes Júnior – que “obriga os funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a notificação dos casos de violência contra a criança e adolescente aos Conselhos Tutelares, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 7728/2010)

RELATOR: Deputado PADRE JOÃO.

PROJETO DE LEI Nº 4.400/08 – Do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS nº 672/2007) – que “altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer a concessão de dois salários mínimos de benefício mensal ao idoso carente com cem anos ou mais”.

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

PROJETO DE LEI Nº 4.815/09 – Do Sr. Dr. Nechar – que “veda a comercialização de brinquedos acompanhados de lanches”. (Apensados: PL nº 4888/2009 e PL nº 4935/2009)

RELATOR: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO.

PROJETO DE LEI Nº 5.477/09 – Do Sr. Dr. Ubiali – que “altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre a organização da Assistência Social”, acrescentando Seção I-A em seu Capítulo IV e art. 28-B, para instituir o Pecúlio da Criança e do Adolescente Carente”.

RELATOR: Deputado ALEXANDRE ROSO.

PROJETO DE LEI Nº 5.857/09 – Da Sra. Sueli Vidigal – que “autoriza o Poder Executivo Federal, em articulação com os municípios sedes das regiões administrativas, a criar clínicas públicas para dependentes químicos de

álcool e drogas”. (Apensado: PL nº 6644/2009 (Apensado: PL nº 7704/2010))

RELATOR: Deputado EROS BIONDINI.

PROJETO DE LEI Nº 7.664/10 – Do Sr. Ribamar Alves – que “altera a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências””.

RELATOR: Deputado HENRIQUE AFONSO.

PROJETO DE LEI Nº 117/11 – Do Sr. Hugo Leal – que “altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para elevar para ½ (meio) salário mínimo per capita para concessão do benefício de prestação continuada e dos benefícios eventuais”. (Apensados: PL nº 130/2011 e PL nº 289/2011)

RELATOR: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO.

PROJETO DE LEI Nº 279/11 – Da Sra. Andreia Zito – que “altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a emissão e apresentação de carteira de identidade para crianças a partir de seis anos como condicionalidade para o pagamento do Bolsa-Família”.
RELATORA: Deputada NILDA GONDIM.

PROJETO DE LEI Nº 489/11 – Do Senado Federal – Rosalba Ciarlini – (PLS nº 407/2009) – que “altera o art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para conceder benefício variável no programa Bolsa Família à unidade familiar em que haja pessoa acometida por neoplasia maligna, pela síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) ou por doença crônica”.

RELATOR: Deputado ANTONIO BRITO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 14-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.682/07 – Do Sr. Cleber Verde – que “acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 54 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”. (Apensados: PL nº 3884/2008, PL nº 4264/2008 e PL nº 7092/2010)

RELATOR: Deputado ANTONIO BULHÕES.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.326/09 – Do Sr. Geraldo Resende – que “dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de editais de concursos públicos impressos no Sistema Braille”.

RELATOR: Deputado HENRIQUE AFONSO.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.064/08 – Do Sr. Cleber Verde – que “dá nova redação ao art. 1.524 do Código Civil, que dispõe sobre o rol de pessoas habilitadas a argüirem as causas suspensivas do casamento, incluindo expressamente o ex-cônjuge, e acrescenta o parágrafo único, estabelecendo-se prazo para argüição de causa suspensiva”.

RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 14-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.746/05 – Do Senado Federal – Marcelo Crivela – (PLS nº 19/2003) – que “altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente”. (Apensados: PL nº 6130/2005 e PL nº 296/2007)

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 1.939/07 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a execução no âmbito da Justiça do Trabalho”. (Apensado: PL nº 7448/2010)

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 2.993/00 – Do Sr. Jaime Martins – que “altera a Lei nº 8.706, de 14 setembro de 1993, com vistas a vincular os ferroviários e metroviários ao sistema SEST – Serviço Social de Transporte e SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 3.662/00 – Do Sr. Jair Bolsonaro – que “concede anistia de multas aplicadas a militares com base no art. 15, inciso I, “e”, da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 7.142/02 – Do Sr. Welinton Fagundes – que “altera o art. 9º, caput, da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que “Altera a Legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)”, e dá outra providências”. (Apensados: PL nº 7161/2002, PL nº 7145/2002, PL nº 941/2003, PL nº 4882/2005, PL nº 7518/2006 e PL nº 7645/2006)

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 3.130/04 – Do Sr. Eduardo Valverde – que “inclui o parágrafo terceiro no artigo segundo da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 1334/2007)

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 4.330/04 – Do Sr. Sandro Mabel – que “dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes”. (Apensado: PL nº 5439/2005)

RELATOR: Deputado SILVIO COSTA.

PROJETO DE LEI Nº 6.363/05 – Do Sr. Vicentinho – que “altera a redação do caput do art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a fim de assegurar aos trabalhadores temporários e prestadores de serviços tratamento isonômico em relação aos direitos concedidos aos empregados das empresas contratantes”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 6.966/06 – Do Sr. Inocêncio Oliveira – que “cria a profissão de Cuidador”. (Apensado: PL nº 2880/2008)

RELATOR: Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO.

PROJETO DE LEI Nº 82/07 – Do Sr. Beto Mansur – que “altera a redação do art 8º da Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, que “dispõe sobre normas e condições gerais e proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências””. (Apensado: PL nº 4819/2009)

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 226/07 – Do Sr. Felipe Bornier – que “dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, de que trata a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 1.312/07 – Do Sr. Valdir Colatto – que “dispõe sobre a criação de nota fiscal a ser emitida por trabalhador avulso, com abrangência em todo o território nacional”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 1.366/07 – Do Sr. Guilherme Campos – que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalho dos músicos, revoga a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 1.830/07 – Do Senado Federal – Valdir Raupp – (PLS nº 233/2006) – que “acrescenta dispositivo ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir o exame de detecção de câncer de mama, útero ou próstata nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 4.763/09 – Do Sr. Carlos Bezerra – que “altera o art. 147 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para suprimir a expressão “sem justa causa””.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 5.692/09 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “institui o Fundo de Amparo ao Aposentado”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 5.911/09 – Do Poder Executivo – que “dispõe sobre a criação e a transformação de cargos de Agências Reguladoras, referidos na Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004”.

RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

PROJETO DE LEI Nº 6.465/09 – Do Senado Federal – Rodolpho Tourinho – (PLS nº 175/2006) – que “acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispensar o empregador doméstico do pagamento da indenização ali prevista”.

RELATORA: Deputada FÁTIMA PELAES.

PROJETO DE LEI Nº 6.609/09 – Do Senado Federal – Demonstenes Torres – (PLS nº 322/2006) – que “altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos possa movimentar sua conta vinculada”. (Apensados: PL nº 6770/2006 (Apensados: PL nº 948/2007, PL nº 1357/2007 e PL nº 1844/2007), PL nº 6860/2010 e PL nº 7446/2010)

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 6.610/09 – Do Senado Federal – Alvaro Dias – (PLS nº 620/2007) – que “dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária, determina outras providências e revoga a Lei nº 6.710, de 5 de novembro de 1979”.

RELATOR: Deputado WALNEY ROCHA.

PROJETO DE LEI Nº 6.672/09 – Da Sra. Marinha Raupp – que “acrescenta dispositivo ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para tornar imprescritível o direito de ação para reparação de danos oriundos de atividade em indústria nuclear”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 7.156/10 – Do Senado Federal – Serys Slhessarenko – (PLS nº 159/2009) – que “altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre multa por infração à legislação do trabalho doméstico, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.277/10 – Do Senado Federal – Marconi Perillo – (PLS nº 534/2009) – que “autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Goiás na região noroeste de Goiânia – GO”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 7.391/10 – Do Sr. Odair Cunha – que “dispõe sobre a reserva de vagas para menores

infratores nos contratos de prestação de serviços de Administração Pública, alterando o art. 105 da Lei nº 8.069 de 3 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 7.473/10 – Do Sr. Luiz Carlos Haully – que “dispõe sobre a devolução dos valores cobrados a título de Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social do contribuinte e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

PROJETO DE LEI Nº 62/11 – Do Sr. Otavio Leite – que “estabelece a afetação específica do imóvel da União a que faz referência, para o exclusivo fim de implantação de aterro sanitário de interesse metropolitano, em atenção ao disposto no Art. 225 da Constituição Federal”.

RELATORA: Deputada ANDREIA ZITO.

PROJETO DE LEI Nº 161/11 – Do Sr. Weliton Prado – que “altera o art. 16 da Lei nº 8.934, de novembro de 1994, que “Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.””

RELATOR: Deputado EROS BIONDINI.

PROJETO DE LEI Nº 369/11 – Do Sr. Marçal Filho – que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista”.

RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

PROJETO DE LEI Nº 7.541/10 – Do Senado Federal – Marconi Perillo – (PLS nº 159/2008) – que “autoriza a União a celebrar convênio com o Estado de Goiás, com vistas à implantação do Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros de Goiânia – GO”.

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 11-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.935/08 – Do Senado Federal – Patrícia Saboya – (PLS nº 666/2007) – que “acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal”. (Apensados: PL nº 4853/2009 e PL nº 4913/2009)

RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.386/06 – Do Senado Federal – Sérgio Zambiasi – (PLS nº 116/2003) – que “dá nova redação ao art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 5965/2005, PL nº 1600/2007 e PL nº 3851/2008)

RELATOR: Deputado LAERCIO OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 227/07 – Do Sr. Milton Monti – que “dispõe sobre a movimentação e armazenagem

de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 4138/2008)

RELATOR: Deputado ROBERTO BALESTRA.

PROJETO DE LEI Nº 342/07 – Do Sr. Sérgio Barradas Carneiro – que “dispõe sobre a regulamentação da atividade de Ouvidor, nas empresas públicas ou privadas e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ROBERTO BALESTRA.

PROJETO DE LEI Nº 1.439/07 – Do Sr. Dilceu Sperafico – que “altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que “Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos”, estabelecer prazo prescricional e alterar o valor da indenização por rompimento contratual”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 2.389/07 – Do Sr. Otavio Leite – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição via internet em concurso público”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PROJETO DE LEI Nº 3.145/08 – Da Sra. Alice Portugal – que “dispõe sobre a contratação de assistentes sociais”.

RELATOR: Deputado ROBERTO BALESTRA.

PROJETO DE LEI Nº 3.507/08 – Do Sr. Tarcísio Zimmermann – que “dispõe sobre a fixação de limites máximos para os valores das anuidades, multas, taxas e emolumentos devidos às entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 6463/2009)

RELATOR: Deputado EUDES XAVIER.

PROJETO DE LEI Nº 4.648/09 – Do Sr. Vicentinho – que “acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imprevisibilidade da perícia”.

RELATOR: Deputado ROBERTO BALESTRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.961/09 – Do Sr. Otavio Leite – que “dispõe sobre a publicidade oficial em jornais intitulados alternativos, de bairros ou regionais, de todo o País”.

RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

PROJETO DE LEI Nº 7.067/10 – Do Sr. Cândido Vaccarezza – que “institui normas gerais para apresentação à administração pública de projetos, estudos, levantamentos e investigações elaborados por conta e risco do setor privado e dá outras providências”

RELATOR: Deputado RONALDO NOGUEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.191/10 – Do Sr. Dr. Ubiali – que “regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência”. (Apensado: PL nº 7895/2010)

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PROJETO DE LEI Nº 7.279/10 – Do Senado Federal – Serys Slhessarenko – (PLS nº 160/2009) – que “dispõe sobre a definição de diarista”.

RELATORA: Deputada SANDRA ROSADO.

PROJETO DE LEI Nº 7.794/10 – Do Senado Federal – César Borges – (PLS nº 347/2004) – que “altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar para 5 (cinco) dias o prazo de dispensa de comparecimento ao trabalho do empregado em caso de falecimento de familiar ou dependente”.

RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 8.050/10 – Do Senado Federal – Antonio Carlos Júnior – (PLS nº 310/2009) – que “acrescenta art. 487-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever a obrigação de informar aos empregados, por meio do aviso prévio ou do recibo de rescisão contratual, o prazo prescricional do direito de ação previsto no inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal”.

RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 8.053/11 – Do Senado Federal – Gilberto Goellner – (PLS nº 80/2008) – que “altera o art. 636 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, para dispor sobre a notificação por infração à legislação do trabalho, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado LUCIANO CASTRO.

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 08-04-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.317/01 – Do Senado Federal – Marina Silva – (PLS nº 183/2000) – que “altera o caput do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a nova composição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA e dá outras providências”. (Apensados: PL nº 5186/2001 (Apensado: PL nº 3024/2008) e PL nº 2939/2008)

RELATOR: Deputado EROS BIONDINI.

PROJETO DE LEI Nº 3.699/04 – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que “dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado RONALDO NOGUEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 422/07 – Do Sr. Flaviano Melo – que “Altera o art. 162, Seção III, e o art. 168, Seção V, do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.” (Apensado: PL nº 3707/2008)

RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

PROJETO DE LEI Nº 1.122/07 – Do Sr. Léo Vivas – que “altera o artigo 487, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para disciplinar a proporcionalidade do aviso prévio”. (Apensado: PL nº 4989/2009)

RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 1.249/07 – Do Sr. Jilmar Tatto – que “altera o art. 6º da Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, para estabelecer nova composição dos Conselhos do Serviço Social do Transporte – SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT”.

RELATOR: Deputado LAERCIO OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 4.475/08 – Do Sr. Cândido Vaccarezza – que “concede horário especial ao trabalhador estudante”.

RELATOR: Deputado ASSIS MELO.

PROJETO DE LEI Nº 5.019/09 – Do Sr. Júlio Delgado – que “altera o art. 2º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, para permitir a redução da jornada de trabalho nos termos que estabelece”.

RELATOR: Deputado RONALDO NOGUEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.479/09 – Do Sr. Moreira Mendes – que “altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado RONALDO NOGUEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.607/09 – Do Senado Federal-Marcelo Crivella – (PLS nº 159/2003) – que “determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho”.

RELATOR: Deputado RONALDO NOGUEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 6.757/10 – Do Senado Federal – Inácio Arruda – (PLS nº 79/2009) – que “altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre coação moral”. (Apensado: PL nº 2369/2003 (Apensados: PL nº 2593/2003, PL nº 4593/2009 e PL nº 6625/2009 (Apensado: PL nº 7146/2010)))

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 6.766/10 – Do Senado Federal – Romero Jucá – (PLS nº 330/2009) – que “dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.

PROJETO DE LEI Nº 6.855/10 – Do Sr. Milton Monti – que “obriga as concessionárias de serviços públicos a encaminharem por escrito, contrato com informações detalhadas sobre produtos e serviços ofertados via telefone através de telemarketing e call”s center”s”.

RELATOR: Deputado SABINO CASTELO BRANCO.

PROJETO DE LEI Nº 7.203/10 – Do Sr. Ricardo Berzoini e outros – que “altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a inclusão da habilitação profissional como prestação de serviço ao segurado e dependente do Regime Geral de Previdência Social”.

RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

PROJETO DE LEI Nº 7.204/10 – Do Sr. Ricardo Berzoini e outros – que “acrescenta § 6º ao art. 22 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a não exigência de Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT na concessão de benefício de auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho”.

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.215/10 – Do Sr. Ricardo Berzoini e outros – que “altera os §§ 3º e 4º e acrescenta o § 5º ao art. 19 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito à informação do segurado do Regime Geral de Previdência Social”.

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.387/10 – Do Sr. Dr. Ubiali – que “acrescenta ao art. 168-A na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas, para regulamentar as implementações de planos de opções de compra de ações, pelos administradores e demais funcionários a título retributivo da empresas, denominados de “stock options” ou “ stock options plans””. (Apensado: PL nº 7635/2010)

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

PROJETO DE LEI Nº 7.580/10 – Do Poder Executivo – que “cria cargos de Advogado da União”.

RELATOR: Deputado RONALDO NOGUEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.582/10 – Do Senado Federal – Pedro Simon – (PLS nº 332/2005) – que “acrescenta § 3º ao art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer responsabilidade solidária a terceiros contratados pela Administração”.

RELATOR: Deputado LAERCIO OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 7.607/10 – Do Sr. José Chaves – que “inclui parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.639/10 – Da Sra. Maria do Rosário e outros – que “dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI.

PROJETO DE LEI Nº 7.676/10 – Do Poder Executivo – (MSC 535/2010) – que “transforma Funções Comissionadas Técnicas – FCT em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinadas a institutos de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia”.

RELATOR: Deputado ASSIS MELO.

PROJETO DE LEI Nº 7.868/10 – Do Sr. Paulo Bornhausen – que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011 e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de Junho de 2010”. (Apensado: PL nº 7893/2010)

RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 8.047/10 – Do Senado Federal – Gerson Camata – (PLS nº 206/2009) – que “regula o exercício da profissão de barista”.

RELATOR: Deputado WALNEY ROCHA.

PROJETO DE LEI Nº 89/11 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF – que “dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos, no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências”

RELATOR: Deputado POLICARPO.

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-04-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.371/07 – Da Sra. Alice Portugal – que “Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998””. (Apensado: PL nº 1607/2007)

RELATOR: Deputado OTAVIO LEITE.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 8-4-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.799/08 – Do Sr. Silas Câmara – que “torna obrigatória a afixação do texto da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, nos guichês para atendimento ao público das empresas de transporte interestadual”.

PROJETO DE LEI Nº 6.319/09 – Do Sr. Hugo Leal – que “institui a Década de Ações de Segurança no Trânsito”.

PROJETO DE LEI Nº 7.547/10 – Do Sr. Nelson Marquezelli – que “institui a redução em 50% (cinquenta pontos percentuais) no pagamento de tarifa de pedágio em rodovias federais para os veículos que especifica”.
RELATOR: Deputado MAURO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 7.768/10 – Do Sr. Mauro Mariani – que “altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre delegação da administração de aeroportos a Estados e Municípios”.

PROJETO DE LEI Nº 7.770/10 – Da Sra. Sueli Vidigal – que “acrescenta ao art. 1º da Lei nº 10.866, de 04 de maio de 2004, o repasse da arrecadação do Imposto de Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) para atender a renovação da frota de transporte público ferroviário, aquaviário e rodoviário”.

PROJETO DE LEI Nº 284/11 – Do Sr. Wellington Fagundes – que “denomina “Rodovia Onésimo Prati” o trecho urbano da rodovia BR-070, na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso”.

RELATOR: Deputado GIROTO.

II – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES**ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES**

EM 07/04/2011

Comissão de Viação e Transportes:

PROJETO DE LEI Nº 355/2011

PROJETO DE LEI Nº 447/2011

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 57 minutos)

DESPACHOS DO PRESIDENTE EM PROPOSIÇÕES**PROJETO DE LEI Nº 427, DE 2011**

(Da Sra. Flávia Morais)

Dispõe sobre o Dia Nacional de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa

(Devolva-se a proposição, com base no Art. 137, §1º, Inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por Contrariar o

Disposto no Art. 4º da Lei 12.345/10. **Oficie-se** ao autor e, após, **Publique-se.**)

PROJETO DE LEI Nº 439, DE 2011

(Do Sr. Inocêncio Oliveira)

Dispõe sobre a obrigação dos fornecedores e das entidades que mantenham banco de dados de consumidor para proteção ao crédito a excluir o registro de débito do consumidor de suas bases de dados num prazo máximo de 48 horas após o pagamento do débito

(Devolva-se a Presente Proposição, Tendo em vista já se encontrar em Tramitação na casa Proposição de Idêntico Teor de Autoria do mesmo Parlamentar. **Oficie-se** e, após, **Publique-se.**)

RECURSO Nº 19, DE 2011

(Do Sr. Hugo Leal)

Recorre ao Plenário, nos termos do art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da decisão da Presidência que indeferiu liminarmente a Emenda nº 38 apresentada à Medida Provisória nº 514, de 2010

(Submeta-se ao Plenário, nos Termos do Art. 125 do Regimento Interno e da Decisão Proferida na questão de Ordem nº 480, de 2009. **Publique-se.**)

RECURSO Nº 21, DE 2011

(Do Sr. Hugo Leal)

Recorre ao Plenário, nos termos do art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da decisão da Presidência que indeferiu liminarmente a Emenda 39 apresentada à Medida Provisória nº 514, de 2010

(Submeta-se ao Plenário, nos Termos do Art. 125 do Regimento Interno e da Decisão Proferida na Questão de Ordem Nº 480, de 2009. **Publique-Se.**)

REQUERIMENTO Nº 1.049, DE 2011

Solicita reconstituição do PL nº N° 1.248, de 2007, do Sr. Raul Henry.

Defiro, nos termos do art. 106, do RICD, a reconstituição do Projeto de Lei Nº 1.248/2007. **Publique-se.**

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 38, combinado com o § 1º do art. 33, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide criar **Comissão Externa para fiscalizar as entradas de produtos oriundos do Japão no Porto de Santos**, sem ônus para a Câmara dos Deputados, composta pelos seguintes Deputados:

- Roberto Santiago (PV/SP) – Coordenador
- Carlos Sampaio (PSDB/SP)
- Ricardo Izar (PV/SP)
- Walter Ihoshi (DEM/SP)

Brasília, 06 de abril de 2011.



MARCO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

Em 07/04/2011.

Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente

PARECERES**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.627-A, DE 2010**

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática)

TVR 2.117/2010**MSC 95/2010**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Giruá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. VILSON COVATTI).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, Ricd).

Apreciação:proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**I – Relatório**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato constante do Decreto de 4 de março de 2010, que renova, por dez anos, a partir de 17 de fevereiro de 2008, a concessão outorgada à Rádio Giruá Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.627, de 2010.

Sala da Comissão, em 29 de março de 2011.–
Vilson Covatti, Deputado Federal PP/RS, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.627/2010, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Vilson Covatti.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Oliveira Maia – Vice-Presidente no exercício da Presidência, João Paulo Cunha – Presidente, Vicente Candido e Cesar Colnago – Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dimas Fabiano, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Esperidião Amin, Evandro Milhomen, Fabio Trad, Felipe Maia, Felix Júnior, Gabriel Chalita, Henrique Oliveira, Jilmar Tatto, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Luiz Carlos, Luiz Couto, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Marco Feliciano, Paulo Maluf, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Solange Almeida, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wilson Filho, Assis Carvalho, José Carlos Araújo, Nazareno Fonteles, Nelson Marchezan Junior, Pedro Uczai, Ricardo Tripoli e Sandro Alex.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2011.– Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Presidente em exercício.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.630-A, DE 2010**

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática)

**TVR 2.099/2010
MSC 91/2010**

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FUNDAEPE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Bonifácio de Andrada).

Despacho: à Comissão De Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Apreciação: proposição Sujeita À Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

Publicação do Parecer da omissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 764, de 21 de setembro de 2009, que outorga permissão à Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FUNDAEPE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e

às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.630, de 2010.

Sala da Comissão, 23 de março de 2011.– Deputado **Bonifácio De Andrada**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.630/2010, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bonifácio de Andrada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Oliveira Maia – Vice-Presidente no exercício da Presidência, João Paulo Cunha – Presidente, Vicente Candido e Cesar Colnago – Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Antonio Buihães, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dimas Fabiano, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Esperidião Amin, Evandro Milhomen, Fabio Trad, Felipe Maia, Felix Júnior, Gabriel Chalita, Henrique Oliveira, Jilmar Tatto, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Luiz Carlos, Luiz Couto, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Marco Feliciano, Paulo Maluf, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Solange Almeida, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Wilson Covatti, Wilson Filho, Assis Carvalho, José Carlos Araújo, Nazareno Fonteles, Nelson Marchezan Junior, Pedro Uczai, Ricardo Tripoli e Sandro Alex.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2011.– Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Presidente em exercício.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.704-A, DE 2010**

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática)

**TVR 2.274/2010
MSC 99/2010**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sistema FM de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Formiga, Estado de Minas Gerais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. BONIFÁCIO DE ANDRADA).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 582, de 18 de agosto de 2009, que renova, a partir de 27 de dezembro de 2004, a permissão outorgada à Sistema FM de Rádio Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Formiga, Estado de Minas Gerais.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legis-

lativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.704, de 2010.

Sala da Comissão, 23 de março de 2011.– Deputado **Bonifácio de Andrada**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.704/2010, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bonifácio de Andrada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Oliveira Maia – Vice-Presidente no exercício da Presidência, João Paulo Cunha – Presidente, Vicente Candido e Cesar Colnago – Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dimas Fabiano, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Esperidião Amin, Evandro Milhomen, Fabio Trad, Felipe Maia, Felix Júnior, Gabriel Chalita, Henrique Oliveira, Jilmar Tatto, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Luiz Carlos, Luiz Couto, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Marco Feliciano, Paulo Maluf, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Solange Almeida, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wilson Filho, Assis Carvalho, José Carlos Araújo, Nazareno Fonteles, Nelson Marchezan Junior, Pedro Uczai, Ricardo Tripoli e Sandro Alex.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2011.– Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Presidente em exercício.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.706-A, DE 2010
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comuni-
cação e Informática)
TVR 2.276/2010
MSC 99/2010**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Porteirinha, Estado de Minas Gerais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. BONIFÁCIO DE ANDRADA).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 608, de 24 de agosto de 2009, que renova, a partir de 16 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda. – ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.706, de 2010.

Sala da Comissão, em 23 de março de 2011.– Deputado **Bonifácio de Andrada**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.706/2010, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bonifácio de Andrada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Oliveira Maia – Vice-Presidente no exercício da Presidência, João Paulo Cunha – Presidente, Vicente Candido e Cesar Colnago – Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dimas Fabiano, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Esperidião Amin, Evandro Milhomen, Fabio Trad, Felipe Maia, Felix Júnior, Gabriel Chalita, Henrique Oliveira, Jilmar Tatto, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Luiz Carlos, Luiz Couto, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Marco Feliciano, Paulo Maluf, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Solange Almeida, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wilson Filho, Assis Carvalho, José Carlos Araújo, Nazareno Fonteles, Nelson Marchezan Junior, Pedro Uczai, Ricardo Tripoli e Sandro Alex.

Sala da Comissão 5 de abril de 2011.– Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Presidente em exercício.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.975-A, DE 2010**

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática)

**TVR 2.534/2010
MSC 361/2010**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Brasília Super Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brasília, Distrito Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Antonio Bulhões).

Despacho: à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 34, de 5 de fevereiro de 2010, que renova, a partir de 23 de agosto de 2009, a permissão outorgada à Brasília Super Rádio FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Brasília, do Distrito Federal.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legis-

lativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2975, de 2010.

Sala da Comissão, em 30 de março de 2011.

Deputado **Antonio Bulhões**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.975/2010, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Bulhões.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Oliveira Maia – Vice-Presidente no exercício da Presidência, João Paulo Cunha – Presidente, Vicente Candido e Cesar Colnago – Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dimas Fabiano, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Esperidião Amin, Evandro Milhomen, Fabio Trad, Felipe Maia, Felix Júnior, Gabriel Chalita, Henrique Oliveira, Jilmar Tatto, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Luiz Carlos, Luiz Couto, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Marco Feliciano, Paulo Maluf, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Solange Almeida, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wilson Filho, Assis Carvalho, José Carlos Araújo, Nazareno Fonteles, Nelson Marchezan Junior, Pedro Uczai, Ricardo Tripoli e Sandro Alex.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2011.– Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Presidente em exercício.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 3.105-A, DE 2010**

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática)

**TVR 2.573/2010
MSC 363/2010**

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Vale de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Décio Lima).

Despacho: à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria nº 1.014, de 16 de dezembro de 2009, que outorga permissão à Sociedade Vale de Comunicações Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município no Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legis-

lativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 3.105, de 2010.

Sala da Comissão, em 25 de março de 2011.
Deputado **Décio Lima**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 3.105/2010, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Décio Lima.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Oliveira Maia – Vice-Presidente no exercício da Presidência, João Paulo Cunha – Presidente, Vicente Candido e Cesar Colnago – Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dimas Fabiano, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Esperidião Amin, Evandro Milhomen, Fabio Trad, Felipe Maia, Felix Júnior, Gabriel Chalita, Henrique Oliveira, Jilmar Tatto, João Campos, João Paulo Lima, Jorginho Mello, Luiz Carlos, Luiz Couto, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Marco Feliciano, Paulo Maluf, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Solange Almeida, Vicente Arruda, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Wilson Filho, Assis Carvalho, José Carlos Araújo, Nazareno Fonteles, Nelson Marchezan Junior, Pedro Uczai, Ricardo Tripoli e Sandro Alex.

Sala da Comissão, em 5 de abril de 2011.– Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Presidente em exercício.

COMISSÕES**ATAS****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
E DE CIDADANIA****54ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária****Ata da Oitava Reunião Ordinária realizada em
06 de abril de 2011**

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia seis de abril de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no Anexo II, Plenário 01 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados João Paulo Cunha – Presidente; Arthur Oliveira Maia, Vicente Candido e Cesar Colnago – Vice-Presidentes; Alessandro Molon, Almeida Lima, André Dias, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Bonifácio de Andrada, Carlos Bezerra, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Esperidião Amin, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Felix Júnior, Gabriel Chalita, Henrique Oliveira, Jilmar Tatto, João Campos, Jorginho Mello, Jutahy Junior, Luiz Couto, Marçal Filho, Marcos Medrado, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Filho, Mendonça Prado, Nelson Pellegrino, Odair Cunha, Onyx Lorenzoni, Osmar Serraglio, Paes Landim, Pastor Marco Feliciano, Paulo Maluf, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandra Rosado, Solange Almeida, Vicente Arruda, Vilson Covatti e Wilson Filho – Titulares; Arolde de Oliveira, Assis Carvalho, Bruna Furlan, Chico Lopes, Cida Borghetti, Cleber Verde, Daniel Almeida, Dilceu Sperafico, Gorete Pereira, Jaime Martins, José Nunes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Lourival Mendes, Márcio Macêdo, Márcio Reinaldo Moreira, Marina Santana, Maurício Trindade, Mauro Lopes, Moreira Mendes, Nazareno Fonteles, Nelson Marchezan Junior, Nilton Capixaba, Pedro Uczai, Rebecca Garcia, Ricardo Tripoli, Roberto Balestra, Rodrigo Garcia, Sérgio Barradas Carneiro, Silas Câmara, Valtenir Pereira e Vitor Paulo – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Brizola Neto, Dimas Fabiano, Efraim Filho, João Paulo Lima, José Mentor, Luiz Carlos e Vieira da Cunha. O Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da sétima reunião ordinária realizada em cinco de abril. O Deputado Mendes Ribeiro Filho requereu dispensa da leitura da Ata. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. O Presidente agradeceu e registrou a presença do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), De-

sembargador André Genn; do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE), Desembargador Jorge Antonio Andrade Cardoso; do Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT), Desembargador Tarcísio Regis Valente; do Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), Desembargador Júlio César Brito; do Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região de Goiás, Elvécio Moura dos Santos; da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, Desembargadora Vanda Lustosa e do Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, o Juiz Ary Faria Marimon Filho. **ORDEM DO DIA:** Os Deputados Sandra Rosado, Valtenir Pereira, Mendes Ribeiro Filho, Pedro Uczai, Arnaldo Faria de Sá, Mendonça Prado e João Campos requereram inversão de pauta para apreciação dos itens oito, cinco, sete, um seis, quatro e dois, respectivamente. Foram os requerimentos aprovados pelo plenário da Comissão. O Deputado Arnaldo Faria de Sá levantou Questão de Ordem sobre a inconstitucionalidade de todos os itens da pauta, exceto do item número oito de relatoria da Deputada Sandra Rosado, informando que um dos dispositivos dos Projetos de Lei fere artigo da Constituição Federal. O Presidente respondeu que o Deputado poderia fazer a observação durante a discussão de cada item e, caso o Relator não aceitasse como sugestão a supressão do dispositivo, o Deputado poderia pedir vista e apresentar voto em separado ou destaque para suprimir o dispositivo. **1 – PROJETO DE LEI No 7.624/10 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** – que “altera a composicao e a organizacao interna do Tribunal Regional do Trabalho da 21a Regiao, cria Varas do Trabalho em sua jurisdicao e da outras providencias”. **RELATORA:** Deputada SANDRA ROSADO. **PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, tecnica legislativa e, no merito, pela aprovacao deste e da Emenda da Comissao de Financas e Tributacao, com emenda. Lido o Parecer, discutiram a matéria os Deputados Fabio Trad e Mendes Ribeiro Filho e Esperidião Amin. Foi concedida vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior. **2 – PROJETO DE LEI No 7.621/10 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** – que “dispoe sobre a criacao de Varas do Trabalho na jurisdicao do Tribunal Regional do Trabalho da 23a Regiao e da outras providencias”. **RELATOR:** Deputado VALTENIR PEREIRA. **PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no merito, pela aprovacao deste e da Emenda da Comissao de Financas e Tributacao, com emenda. Lido o Parecer, discutiu a matéria o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Foi concedi-

da vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior. **3 – PROJETO DE LEI Nº 7.623/10** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “dispoe sobre a criacao de Varas do Trabalho na jurisdicao do Tribunal Regional do Trabalho da 4a Regiao e da outras providencias”. RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO. PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO: pela constitucionalidade, juridicidade, tecnica legislativa e, no merito, pela aprovacao deste e da Emenda da Comissao de Financas e Tributacao, com emenda. Lido o Parecer, foi concedida vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior. **4 – PROJETO DE LEI Nº 7.573/10** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “dispoe sobre a criacao de Varas do Trabalho na jurisdicao do Tribunal Regional do Trabalho da 12a Regiao e da outras providencias”. RELATOR: Deputado DECIO LIMA. Ausente, o Presidente designou o Deputado Pedro Uczai como relator substituto. PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da emenda da Comissão de Finanças e Tributação, com emenda. Lido o Parecer, discutiram a matéria os Deputados Delegado Protógenes, Foi concedida vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior. **5 – PROJETO DE LEI Nº 7.622/10** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “altera a composicao do Tribunal Regional do Trabalho da 9a Regiao e da outras providencias”. RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, tecnica legislativa e, no merito, pela aprovacao deste e da Emenda da Comissao de Financas e Tributacao. Lido o Parecer, foi concedida vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior. **6 – PROJETO DE LEI Nº 7.576/10** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “dispoe sobre a criacao de Varas do Trabalho na jurisdicao do Tribunal Regional do Trabalho da 20a Regiao e da outras providencias”. RELATOR: Deputado MENDONCA PRADO. PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO: pela constitucionalidade, juridicidade, tecnica legislativa e, no merito, pela aprovacao deste e da Emenda da Comissao de Financas e Tributacao, com emenda. Lido o Parecer, foi concedida vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior. **7 – PROJETO DE LEI Nº 7.574/10** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “altera a composicao do Tribunal Regional do Trabalho da 18a Regiao, cria Varas do Trabalho em sua jurisdicao e da outras providencias”. RELATOR: Deputado JOAO CAMPOS. PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO: pela constitucionalidade, juridicidade, tecnica legislativa e, no merito, pela aprovacao deste e da Emenda da Comissao de Financas e Tributacao, com emenda. Lido o Parecer, discutiram a matéria os Deputados Paes

Landim e Roberto Balestra. Foi concedida vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior. O Deputado João Campos usou da palavra para cumprimentar o Desembargador Júlio César Cardoso de Brito do Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região com sede em Goiânia. **8 – PROJETO DE LEI Nº 7.575/10** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “dispoe sobre a criacao de Varas do Trabalho na jurisdicao do Tribunal Regional do Trabalho da 19a Regiao e da outras providencias”. RELATOR: Deputado MAURICIO QUINTELLA LESSA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, tecnica legislativa e, no merito, pela aprovacao deste e da Emenda da Comissao de Financas e Tributacao. Lido o Parecer, foi concedida vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior. **9 – PROJETO DE LEI Nº 7.625/10** – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – que “altera a composicao do Tribunal Regional do Trabalho da 6a Regiao, cria Varas do Trabalho com sua jurisdicao e da outras providencias”. RELATOR: Deputado GONZAGA PATRIOTA. PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, tecnica legislativa e, no merito, pela aprovacao deste e da Emenda da Comissao de Financas e Tributacao. Lido o Parecer, foi concedida vista conjunta aos Deputados Nelson Marchezan Junior e Arnaldo Faria de Sá. O Deputado Luiz Couto solicitou que ficasse registrado em Ata sua ausência na reunião do dia sete de abril, pois acompanharia visita do Ministro da Justiça em seu Estado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e seis minutos, antes convocando reunião ordinária, para a próxima quinta-feira, sete de abril, às dez horas, para apreciar os itens da pauta já divulgada. E, para constar, eu, Rejane Salete Marques, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado João Paulo Cunha, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Oitava Reunião Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2008.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 9, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados Dr. Pinotti – Presidente; João Oliveira e Paulo Pimenta – Vice-Presidentes; Damião Feliciano, Felipe Bornier, Jaime Martins, Juvenil, Leonardo Quintão, Manato, Roberto Balestra e Vicentinho Alves – Titulares; Celso Russomanno, Duarte Noguei-

ra, Eugênio Rabelo, Eunício Oliveira, João Dado, Manoel Salviano, Solange Almeida e Wellington Roberto – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aníbal Gomes, Carlos Willian, Custódio Mattos, Fernando Diniz, João Pizzolatti, Léo Vivas, Marcos Antonio e Rubens Otoni. Nos termos regimentais, assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Paulo Pimenta. Foram aprovadas, unanimemente, as atas das 26ª e 27ª reuniões. **EXPEDIENTE:** Nos termos do artigo 50, inciso II, do Regimento Interno, o Presidente comunicou que os resultados das ações da Controladoria-Geral da União nas unidades municipais sorteadas na 26ª etapa do Programa de Fiscalização, a partir de Sorteios Públicos, se encontravam à disposição dos membros, para consulta, na secretaria da Comissão. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1) REQUERIMENTO Nº 116/08** – do Sr. Moreira Mendes – que “solicita Audiência Pública Conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, tendo como convidados o Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, o Presidente da INFRAERO, o Diretor-Geral da Polícia Federal, o Procurador da República no Amapá Rodrigo Luiz Bernardo Santos; o Governador do Estado do Amapá e representante do Consórcio Guatama/Beter para discutir relatórios de auditoria, providências e estágio atual dos processos e obras do aeroporto de Macapá-AP”. **RETIRADO DE TRAMITAÇÃO A PEDIDO DO AUTOR. B – Proposição Sujeita a Apreciação Conclusiva pela Comissão: 2) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 14/99** – do Sr. Miro Teixeira – “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle quanto à legalidade dos procedimentos administrativos por parte do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, relativamente à contratação de projeto, sem licitação pública, com vistas à modernização e revitalização do seu edifício-sede”. **RELATOR:** Deputado João Dado. **RELATÓRIO FINAL:** pelo encerramento e arquivamento. **EM VOTAÇÃO:** aprovado unanimemente. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dez horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Maria Linda Magalhães, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Paulo Pimenta, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Nona Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2008.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia dez de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 09, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados Dr. Pinotti – Presidente; João Oliveira e Paulo Pimenta – Vice-Presidentes; Aníbal Gomes, Carlos Willian, Damião Feliciano, Felipe Bornier, Jaime Martins, Juvenil, Leonardo Quintão, Manato, Roberto Balestra, Rubens Otoni e Vicentinho Alves – Titulares; Duarte Nogueira, Eugênio Rabelo, Eunício Oliveira, João Dado, João Magalhães, Moreira Mendes, Nelson Bornier, Solange Almeida e Wellington Roberto – Suplentes. Compareceram os não-membros Deputados Bruno Araújo e José Carlos Aleluia. Deixaram de comparecer os Deputados Custódio Mattos, Fernando Diniz, João Pizzolatti, Léo Vivas e Marcos Antonio. Foi aprovada, unanimemente, a ata da 28ª reunião. **ORDEM DO DIA: Matéria sobre a Mesa:** Requerimento s/n do Deputado Carlos Willian, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 123/08, também de sua autoria. **EM VOTAÇÃO:** pela inclusão na pauta, votaram os Deputados Carlos Willian, Leonardo Quintão, Dr. Pinotti, Felipe Bornier, Juvenil, João Magalhães, Nelson Bornier e Solange Almeida, quórum que se mostrou insuficiente para deliberação. **A – Requerimentos: 1) REQUERIMENTO Nº 117/08** – do Sr. Juvenil – que “requer seja aprovada a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer as razões do refazimento da Operação Satiagraha, bem como detalhamento dos respectivos gastos da operação e eventuais prejuízos financeiros à Nação Brasileira”. Ao manifestar-se o Deputado Carlos Willian sugeriu que a proposição ficasse sobrestada até que o autor tivesse audiência com o Ministro da Justiça, a fim de obter os esclarecimentos necessários sobre o assunto. O autor concordou com a sugestão e solicitou a retirada de pauta da proposição. **2) REQUERIMENTO Nº 118/08** – do Sr. Juvenil – que “solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre afirmação dada à imprensa brasileira a respeito da FUNASA, na forma que especifica”. O Deputado Carlos Willian solicitou que o autor sobrestasse o requerimento, por considerar insatisfatória a motivação. Manifestaram-se ainda os Deputados Leonardo Quintão e Nelson Bornier, este último sugerindo que, além do requerimento de informação, também fosse submetido a deliberação convite ao Ministro da Saúde,

para prestar esclarecimentos em audiência pública na Comissão. Com a concordância do autor o convite ao Ministro José Gomes Temporão foi acrescentado ao requerimento. Em votação simbólica, o requerimento foi aprovado, ensejando pedido de verificação de votação pelos Deputados João Magalhães e Duarte Nogueira. Procedendo-se à chamada nominal dos membros, votaram “sim” os Deputados Dr. Pinotti, João Oliveira, Felipe Bornier, Juvenil, Nelson Bornier e Duarte Nogueira; votaram “não” os Deputados Carlos Willian, Leonardo Quintão, Rubens Otoni, João Magalhães e Solange Almeida. Resultado: (6) seis votos favoráveis e (5) cinco votos contrários. **O requerimento foi aprovado com alteração. 3) REQUERIMENTO Nº 119/08** – do Sr. Juvenil – que “requer seja aprovada a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer conflito diplomático travado entre Brasil e Equador, na forma que especifica”. Manifestaram-se favoravelmente os Deputados Leonardo Quintão, Duarte Nogueira e João Oliveira. O Deputado Leonardo Quintão sugeriu que também fossem incluídas na audiência as questões relativas ao Paraguai. O Deputado Duarte Nogueira sugeriu que, além do Ministro das Relações Exteriores e de representante da Empresa Odebrecht, também fosse convidado a participar da audiência o Presidente do BNDES. O Presidente ponderou que não seria oportuno convidar o representante da Odebrecht na reunião com os representantes do governo. O autor concordou com a retirada do representante da Odebrecht do rol de convidados, mas acatou a inclusão do Presidente do BNDES, bem como a extensão do assunto às questões relativas ao Paraguai. **EM VOTAÇÃO:** aprovado, unanimemente, com alterações. **4) REQUERIMENTO Nº 120/08** – do Sr. Carlos Willian – que “solicita ao Ministro da Fazenda cópia da ata da Assembléia Geral do Banco da Amazônia que deliberou o Senhor Gilvandro Negrão Silva como Diretor Comercial e de Distribuição”. **EM VOTAÇÃO:** aprovado unanimemente. **5) REQUERIMENTO Nº 121/08** – do Sr. Juvenil – que “requer a realização de audiência pública com a presença do Presidente da Petrobras S.A., para esclarecer questões relativas à veiculação, pela mídia nacional, sobre empréstimos tomados pela Estatal, na forma que especifica”. O autor informou que recebera informações da Presidência da Petrobras em seu gabinete e, que, por esse motivo, **solicitava a retirada de tramitação do requerimento. 6) REQUERIMENTO Nº 122/08** – dos Srs. Rubens Otoni e Nelson Pellegrino – que “solicitam reunião de audiência pública em data a ser definida, para debate acerca da determinação do Tribunal de Contas da União, que

suspendeu o pagamento de R\$ 50,5 milhões de reais às empresas que integram o consórcio Metrosal, por suspeita de irregularidade na construção do metrô de Salvador”. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR. B – Proposições Sujeitas a Apreciação Conclusiva pela Comissão: 7) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 73/05** – do Sr. Paulo Feijó – que “propõe a realização pelo TCU de uma auditoria operacional em caráter de urgência, com o objetivo de uma reavaliação do real patrimônio público da extinta Rede Ferroviária Federal S/A”. RELATOR: Deputado Rubens Otoni. RELATÓRIO FINAL: pelo encerramento e arquivamento. **RETIRADA DE PAUTA DE OFÍCIO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR. 8) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 60/08** – do Sr. Dr. Pinotti – que “propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização sobre os recursos federais destinados à aquisição, controle e manutenção dos mamógrafos na rede pública de saúde e na rede conveniada”. RELATOR: Deputado Juvenil. RELATÓRIO PRÉVIO: pela implementação. **EM VOTAÇÃO:** aprovado unanimemente. Nos termos regimentais, assumiu a presidência o Deputado Paulo Pimenta. **9) REPRESENTAÇÃO Nº 19/07** – de Josina Ribeiro de Souza – “requer que sejam tomadas providências cabíveis para que a Secretaria de Saúde da cidade de São José dos Campos, especificamente as UBS, prestem atendimento ao público corretamente, a fim de alcançarem o objetivo para o qual foram criadas, ou seja, cuidar de maneira eficaz da saúde da comunidade do referido município”. RELATOR: Deputado Celso Russomanno. RELATÓRIO PRÉVIO: pelo arquivamento. **RETIRADA DE PAUTA DE OFÍCIO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR.** Encerrada a Ordem do Dia, o Deputado Moreira Mendes solicitou a palavra, pela ordem, para informar ao plenário que estava se dirigindo à Comissão o Senhor Roberto Messias Franco, Presidente do Ibama, atendendo ao convite para participar da audiência pública a seguir. Em face dessa informação, o Deputado Carlos Willian, autor do requerimento nº 123/08, solicitou a sua retirada de tramitação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e trinta e um minutos, lembrando a audiência pública requerida pelo Deputado Duarte Nogueira. E, para constar, eu, Maria Linda Magalhães, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publi-

cação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Paulo Pimenta, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Reunião Extraordinária de Audiência Pública, realizada em 10 de dezembro de 2008.

Às treze horas e vinte e quatro minutos do dia dez de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 09, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados Dr. Pinotti – Presidente; João Oliveira e Paulo Pimenta – Vice-Presidentes; Aníbal Gomes, Carlos Willian, Damião Feliciano, Felipe Bornier, Jaime Martins, Juvenil, Leonardo Quintão, Manato, Roberto Balestra, Rubens Otoni e Vicentinho Alves – Titulares; Duarte Nogueira, Eugênio Rabelo, Eunício Oliveira, João Dado, João Magalhães, Moreira Mendes, Nelson Bornier, Solange Almeida e Wellington Roberto – Suplentes. Compareceram os não-membros Deputados Bruno Araújo e José Carlos Aleluia. Deixaram de comparecer os Deputados Custódio Mattos, Fernando Diniz, João Pizzolatti, Léo Vivas e Marcos Antonio. Nos termos regimentais, assumiu a presidência o Deputado João Oliveira. O Presidente declarou aberta a reunião, destinada a verificar o fiel cumprimento das cláusulas constantes do edital referente ao aproveitamento hidrelétrico de Jirau, no Estado de Rondônia”, requerida pelo Deputado Duarte Nogueira. Compareceram os expositores Francisco Lopes Viana, Superintendente de Outorga e Fiscalização da Agência Nacional de Águas – ANA; Humberto Cunha dos Santos, Assessor da Superintendência de Concessões de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; e Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Também convidado, o Senhor Jerson Kelman, Diretor-Geral da Aneel, somente participou da parte final da reunião em virtude de sua presença, no mesmo horário, na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, para prestação de contas da entidade, conforme comunicação prévia à CFFC, em que também indicara substituto para representar aquela agência reguladora. Manifestaram-se com interpelações os Deputados João Oliveira, Carlos Willian, Duarte Nogueira, Moreira Mendes, Bruno Araújo, João Magalhães, Felipe Bornier, Solange Almeida, Nelson Bornier e José Carlos Aleluia. Após os questionamentos e dadas as explicações pelos convidados, o Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e treze minutos, antes

agradecendo a participação de todos. O inteiro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental desta reunião. E, para constar, eu, Maria Linda Magalhães, Secretária, lavrei a presente ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado João Oliveira, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Primeira Reunião Ordinária, realizada em 17 de dezembro de 2008.

Às onze horas e quatro minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 09, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados João Oliveira – Vice-Presidente; Carlos Willian, Damião Feliciano, Jaime Martins, João Pizzolatti, Leonardo Quintão, Felipe Bornier e Vicentinho Alves – Titulares; Duarte Nogueira, Eugênio Rabelo, Eunício Oliveira, João Dado, João Magalhães, Nelson Bornier, Solange Almeida e Wellington Roberto – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Dr. Pinotti, Aníbal Gomes, Fernando Diniz, Paulo Pimenta, Rubens Otoni, Custódio Mattos, Manato, Léo Vivas, Marcos Antonio, e Juvenil. Foram aprovadas, unanimemente, as atas das 29ª e 30ª reuniões. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1) REQUERIMENTO Nº 122/08** – dos Srs. Rubens Otoni e Nelson Pellegrino – que “solicitam reunião de audiência pública em data a ser definida, para debaterem a determinação do Tribunal de Contas da União, que suspendeu o pagamento de R\$ 50,5 milhões de reais às empresas que integram o consórcio Metrosal, por suspeita de irregularidade na construção do metrô de Salvador”. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DOS AUTORES. 2) REQUERIMENTO Nº 124/08** – do Sr. Moreira Mendes – que “solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria na execução dos recursos provenientes de doações de entidades ou países ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, bem como nos contratos e convênios firmados, durante a execução do programa, entre o Ministério do Meio Ambiente e Organizações Não-Governamentais – ONG’s, referentes aos exercícios financeiros de 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007 e 2008”. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO AUTOR. B – Proposições Sujeitas a Apreciação Conclusiva pela Comissão: 3) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

Nº 73/05 – do Sr. Paulo Feijó – que “propõe a realização pelo TCU de auditoria operacional em caráter de urgência, com o objetivo de uma reavaliação do real patrimônio público da extinta Rede Ferroviária Federal S/A”. RELATOR: Deputado Rubens Otoni. RELATÓRIO FINAL: pelo encerramento e arquivamento. **RETIRADA DE PAUTA DE OFÍCIO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR**

4) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 63/08 – do Sr. Dr. Pinotti – que “propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização nas Secretarias Estadual e Municipais de Saúde do Estado de São Paulo”. RELATOR: Deputado João Oliveira. RELATÓRIO PRÉVIO: pela implementação. **EM VOTAÇÃO**: aprovado unanimemente.

5) REPRESENTAÇÃO Nº 19/07 – de Josina Ribeiro de Souza – “requer que sejam tomadas providências cabíveis para que a Secretaria de Saúde da cidade de São José dos Campos, especificamente as UBS, prestem atendimento ao público corretamente, e, assim, cumpram o objetivo para o qual foram criadas, ou seja, cuidar de maneira eficaz da saúde da comunidade do referido município”. RELATOR: Deputado Celso Rusomanno. RELATÓRIO PRÉVIO: pelo arquivamento.

RETIRADA DE PAUTA DE OFÍCIO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DO RELATOR. A seguir, o Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos para elaboração da ata. **EM VOTAÇÃO**: a ata foi aprovada unanimemente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e dezesseis minutos, antes lembrando a realização, a seguir, da audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável requerida pelos Deputados Carlos Willian e Fernando Gabeira, sobre a Dengue. E, para constar, eu, Maria Linda Magalhães, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado João Oliveira, Presidente em exercício.

53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Reunião Extraordinária de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Realizada em 17 de Dezembro de 2008.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 09, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Deputados da CFFC, João Oliveira – Vice-Presidente; Carlos Willian, Damião Feliciano, Jaime Martins, João Pizzolatti, Leonardo Quintão, Felipe Bornier e Vicentinho Alves (Titulares); Eugênio Rabelo,

Eunício Oliveira, João Dado, Duarte Nogueira, Nelson Bornier, Solange Almeida e Wellington Roberto (Suplentes); e da CMADS, André de Paula – Presidente, Paulo Teixeira, Leonardo Monteiro e Ricardo Trípoli (Titulares); Fábio Souto e Fernando Gabeira (Suplentes). Compareceu o Deputado Índio da Costa não-membro. No exercício da presidência, o Deputado João Oliveira declarou aberta a reunião destinada a esclarecer questões alusivas a medidas adotadas pelo Ministério da Saúde em função das recomendações realizadas pelo Tribunal de Contas da União no tocante ao controle da dengue, atendendo aos requerimentos nºs 107 e 108/2008- CFFC, do Deputado Carlos Willian, e 221/2008 – CMADS, do Deputado Fernando Gabeira. A seguir, convidou para comporem a mesa os Senhores Giovanini Coelho, representante do Ministro da Saúde; Luis Carlos Reblim, Secretário Municipal de Saúde de Vitória; e Álvaro Eduardo Eiras, Professor do Departamento de Parasitologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Os Deputados Duarte Nogueira e João Magalhães manifestaram indignação pela ausência do Ministro da Saúde, apesar de confirmar que compareceria à audiência. Inicialmente, a palavra foi concedida ao Senhor Álvaro Eduardo Eiras e, sucessivamente, aos Srs. Luis Carlos Reblim e Giovanini Coelho. O Presidente deu início ao debate, passando a palavra aos autores dos requerimentos, Deputados Carlos Willian e Fernando Gabeira. Após os questionamentos e as explicações pelos convidados, o Presidente suspendeu os trabalhos por cinco minutos para redação da ata. **EM VOTAÇÃO**: a ata foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às treze horas e vinte e três minutos, antes agradecendo a participação de todos. O inteiro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental desta reunião. E, para constar, eu, Maria Linda Magalhães, Secretária, lavrei a presente ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelos Presidentes da CFFC e da CMADS e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado João Oliveira, Presidente em exercício da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Deputado André de Paula, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

54ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 2ª Reunião Ordinária realizada em 16 de março de 2011

Às dez horas e três minutos do dia dezois de março de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Família, no Anexo II, Plenário 07

da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Saraiva Felipe – Presidente; Padre Joao e Dr. Paulo César – Vice-Presidentes; Alexandre Roso, Amauri Teixeira, André Zacharow, Antonio Brito, Benedita da Silva, Celia Rocha, Chico Dangelo, Darcísio Perondi, Dr. Jorge Silva, Eduardo Barbosa, Elcione Barbalho, Eleuses Paiva, Givaldo Carimbão, Henrique Afonso, Jhonatan de Jesus, João Ananias, José Linhares, Lael Varella, Marcus Pestana, Nilda Gondim, Osmar Terra, Professora Marcivania, Raimundo Gomes de Matos, Rogério Carvalho, Rosinha da Adefal, Sueli Vidigal e Teresa Surita – Titulares; Acelino Popó, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Cesar Colnago, Cida Borghetti, Danilo Forte, Davi Alves Silva Júnior, Erika Kokay, Flávia Moraes, Geraldo Resende, Henrique Fontana, Jânio Natal, Jô Moraes, João Campos, Pastor Eurico, Pastor Marco Feliciano, Paulo Foletto, Raimundão, Roberto de Lucena, Ronaldo Caiado e Salvador Zimbaldi – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aline Corrêa, Jandira Feghali e Mandetta.

ABERTURA: Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 1ª reunião, realizada no dia dois de março de dois mil e onze. Manifestaram-se os Senhores Deputados Amauri Teixeira, Osmar Terra, Jô Moraes, Benedita da Silva, Rogério Carvalho, Mandetta, André Zacharow, Paulo Cesar Quartiero, Marcus Pestana, Padre João e Jandira Feghali. **Em votação, a Ata foi aprovada.** Em seguida, o Senhor Presidente fez a leitura do Roteiro dos procedimentos a serem adotados para os trabalhos na Comissão, que dispõe sobre as datas e horários das futuras Reuniões Ordinárias e Audiências Públicas. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente esclareceu que esta Comissão era composta por trinta e três deputados titulares e igual número de suplentes, e que a reunião realizar-se-ia por escrutínio secreto, exigida maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, e maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria dos membros deste colegiado, nos termos do artigo 7º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A seguir, antes de iniciar o processo de votação, anunciou, conforme acordo de Lideranças, o nome da Senhora Deputada Professora Marcivania como candidata ao cargo de Terceira Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família. Logo após, o Presidente designou como Secretária a Senhora Deputada Jandira Feghali para compor a Mesa e determinou o início do processo de votação, às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Às onze horas e dez minutos, foi encerrada a votação e constatada a igualdade entre o número de cédulas e de votantes. Processada a apuração, o Senhor Deputado Padre João, no exercício da Presi-

dência, proclamou eleita, por unanimidade, a Senhora Deputada Professora Marcivania para a Terceira Vice-Presidentência desta Comissão, declarando-a empossada. Foram vinte e oito Senhores Deputados votantes, sendo que vinte e sete votaram favoravelmente e um voto em branco. **ORDEM DO DIA: 1 – REQUERIMENTO Nº 1/11** – da Sra. Jô Moraes – que “requer a realização de Audiência Pública para debater a Nota Técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA que prevê o banimento dos medicamentos inibidores de apetite”. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO.** **2 – REQUERIMENTO Nº 2/11** – da Sra. Jandira Feghali – que “requer a constituição de Subcomissão Especial de Desenvolvimento do complexo industrial em saúde, produção de fármacos, equipamentos e outros insumos”. O Senhor Deputado Amauri Teixeira subscreveu o Requerimento. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO.** **3 – REQUERIMENTO Nº 3/11** – do Sr. João Ananias – que “requer a realização de Audiência Pública para discussão da MP 520/2010”, tendo sido acordado os seguintes convidados: Doutor Milton Arruda, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – Ministério da Saúde; Professor Aloísio Teixeira, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Senhor José Lião de Almeida, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde; e Senhora Léia de Souza Oliveira, Coordenadora-Geral da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras – FASUBRA. O Senhor Deputado Amauri Teixeira subscreveu o Requerimento. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO.** **4 – REQUERIMENTO Nº 4/11** – do Sr. Henrique Afonso – que “requeremos a V. Ex.^a, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para tratarmos das Políticas de Assistência e de Afirmação de Direitos dos Portadores de Transtorno Mental no Brasil, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias”. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO.** **5 – REQUERIMENTO Nº 5/11** – do Sr. Osmar Terra – que “requer reunião de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família para discutir proposta de Formação de Lideranças em Desenvolvimento na Primeira Infância”. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO.** **6 – REQUERIMENTO Nº 6/11** – do Sr. Dr. Rosinha – que “requer a realização de Audiência Pública para discutir parecer da AGU sobre patentes de medicamentos”. O Senhor Deputado Amauri Teixeira subscreveu o Requerimento. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO.** **7 – REQUERIMENTO Nº 7/11** – do Sr. Amauri Teixeira – que “requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 270 de 2008”. **EM VOTAÇÃO, O REQUE-**

RIMENTO FOI APROVADO. 8 – REQUERIMENTO Nº 8/11 – do Sr. Marcus Pestana – que “requerimento de Audiência Pública: Solicita sejam convidados o Sr. Ministro da Saúde, o Sr. Coordenador-Geral de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde e o Sr. Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, para discutirem a Política Nacional de Atenção às Urgências, normatizada pela Portaria nº 1.863/GM, de 29 de setembro de 2003”. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO. 9 – REQUERIMENTO Nº 9/11** – do Sr. Givaldo Carimbão – que “requer a criação de Subcomissão Permanente destinada a acompanhar as políticas públicas sobre drogas”. **NÃO DELIBERADO. 10 – REQUERIMENTO Nº 10/11** – do Sr. João Ananias – que “requer Audiência Pública para discutir a abertura da Emergência do Hospital Universitário Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará”. Manifestaram-se os Deputados Amauri Teixeira, Marcus Pestana, Rogério Carvalho, Jô Moraes, Benedita da Silva, Mandetta e Professora Marcivânia. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO A SER REALIZADO CONJUNTAMENTE COM A AUDIÊNCIA PÚBLICA APROVADA DO REQUERIMENTO Nº 08/11. 11 – REQUERIMENTO Nº 12/11** - do Senhor Deputado Padre João – que “requer que sejam convidados para participarem na sessão de audiência Pública que irá debater a comercialização, fiscalização e utilização de agrotóxicos nas lavouras do País e a conseqüentemente contaminação dos alimentos e demais produtos agrícolas, aprovada na última reunião dessa Comissão, o representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA, o representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e o representante do Fórum Nacional de Agrotóxicos. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO. ENCERRAMENTO:** Às doze horas e vinte e oito minutos, o Senhor Deputado Padre João, no exercício da Presidência, encerrou os trabalhos, antes convocando os membros da Comissão para reunião a realizar-se na próxima quarta-feira, dia vinte e três de março, às nove horas e trinta minutos, neste mesmo Plenário, para discutir os itens da pauta. O inteiro teor desta reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o respectivo acervo documental para degravação mediante solicitação. E, para constar, eu, Lin Israel Costa dos Santos, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Saraiva Felipe, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

54ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 3ª Reunião Ordinária realizada em 23 de março de 2011

Às dez horas e três minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Família, no Anexo II, Plenário 07 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Saraiva Felipe – Presidente; Padre João, Dr. Paulo César e Professora Marcivânia – Vice-Presidentes; Alexandre Roso, Amauri Teixeira, André Zacharow, Antonio Brito, Benedita da Silva, Celia Rocha, Chico Dangelo, Darcísio Perondi, Dr. Jorge Silva, Eduardo Barbosa, Elcione Barbalho, Eleuses Paiva, Givaldo Carimbão, Jandira Feghali, Jhonatan de Jesus, José Linhares, Lael Varella, Mandetta, Marcus Pestana, Nilda Gondim, Osmar Terra, Raimundo Gomes de Matos, Rogério Carvalho e Rosinha da Adefal – Titulares; Acelino Popó, Andreia Zito, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Cesar Colnago, Cida Borghetti, Danilo Forte, Erika Kokay, Geraldo Resende, Jânio Natal, Jô Moraes, João Campos, Marlllos Sampaio, Pastor Eurico, Roberto de Lucena e Ronaldo Caiado – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Aline Corrêa, Henrique Afonso, João Ananias e Teresa Surita. A Senhora Deputada Sueli Vidigal justificou suas faltas. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente Deputado Saraiva Felipe declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 2ª reunião, realizada no dia vinte e três de março de dois mil e onze. **Em votação, a Ata foi aprovada. EXPE-DIENTE:** O Senhor Presidente declarou prejudicados todos os requerimentos da legislatura passada, nos termos do Artigo 105, combinado com o Artigo 163, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente sugeriu a retomada da discussão dos procedimentos a serem adotados para os trabalhos da Comissão durante este ano. Manifestaram-se os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Arnaldo Faria de Sá, Marcus Pestana, Rogério Carvalho, Jandira Feghali, Benedita da Silva, João Ananias, Darcísio Perondi, Amauri Teixeira e Osmar Terra. Terminada a discussão, ficou decidido que serão criadas seis Comissões Temporárias, com temas pré-estabelecidos, prazo de funcionamento de noventa dias, prorrogáveis por mais noventa dias, constituídas por seis membros. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença da Central Única dos Trabalhadores – CUT de Minas Gerais. **ORDEM DO DIA: 1 – REQUERIMENTO Nº 11/11** – do Senhor Deputado Eleuses Paiva – que “Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº

7.200, de 2010, que “Altera o § 1º do art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ampliação da participação dos profissionais de saúde na perícia da Previdência Social”. Encaminharam a matéria os Senhores Deputados Darcísio Perondi e Eduardo Barbosa. Na qualidade de Relator do Projeto de Lei em questão, o Senhor Deputado Eduardo Barbosa sugeriu a inclusão do Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **EM VOTAÇÃO O REQUERIMENTO FOI APROVADO, COM ALTERAÇÃO.** 2 – **REQUERIMENTO Nº 13/11** – do Senhor Deputado Raimundo Gomes de Matos, que “Solicita a realização de Audiência Pública com a presença dos Senhores Dr. Luiz Antônio Santini – Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer – INCA, Dr. José Agenor Alvares da Silva Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Dra. Mariana de Araújo Ferraz – Advogada do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC, Dra. Paula Johns Diretora Executiva da Aliança de Controle do Tabagismo- ACT para debater questões ligadas ao tabagismo”. **EM VOTAÇÃO, O REQUERIMENTO FOI APROVADO.** 3- **REQUERIMENTO Nº 14/11** – do Senhor Deputado Dr. Jorge Silva, que “Solicita a realização de Audiência Pública com a presença do Ministro da Justiça, Doutor José Eduardo Cardozo; do Presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General José Elito Carvalho Siqueira, da Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas – Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, para fazer uma explanação, seguida de debate, sobre a política de governo de enfrentamento e combate ao Crack”. O Senhor Deputado Jorge Silva solicitou a exclusão do convite ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, bem como do Senhor Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional General José Elito. Solicitou também a inclusão dos Senhores Ministros de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e da Saúde. **EM VOTAÇÃO O REQUERIMENTO FOI APROVADO, COM ALTERAÇÃO.** 4 – **REQUERIMENTO Nº 15/11** – do Sr. Rogério Carvalho – que “requer a criação de Subcomissão Especial destinada a tratar da Reestruturação da Organização, Funcionamento e Financiamento do Sistema Único de Saúde – SUS, com a Regulamentação da Emenda 29”. O Senhor Deputado Arnaldo Faria de Sá sugeriu a retirada da “Regulamentação da Emenda Constitucional nº 29”, focando o financiamento, a reestruturação e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS. **EM VOTAÇÃO O REQUERIMENTO FOI APROVADO, COM ALTERAÇÃO.** 5 – **REQUERIMENTO Nº 16/11** – do Senhor Deputado Padre João,

que “Requer a constituição de Subcomissão Especial sobre o uso dos Agrotóxicos e suas consequências à saúde, a Previdência e Assistência Social e na contaminação dos alimentos disponíveis a população”. **EM VOTAÇÃO O REQUERIMENTO FOI APROVADO.** A Senhora Deputada Erika Kokay solicitou ao Senhor Presidente um plano de ação em favor da Emenda Constitucional nº 29 junto à Presidência da Casa, ficando estabelecido uma audiência com o Senhor Presidente Deputado Marcos Maia, na Presidência da Câmara dos Deputados, hoje, às 15 horas. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos, antes convocando os membros da Comissão para Reunião Extraordinária de Audiência Pública a realizar-se nos próximos cinco minutos, neste mesmo Plenário, para discutir proposta de Formação de Lideranças em Desenvolvimento na Primeira Infância. O inteiro teor desta reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o respectivo acervo documental para gravação, mediante solicitação. E, para constar, eu, Lin Israel Costa dos Santos, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Saraiva Felipe, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

54ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 4ª Reunião Extraordinária Audiência Pública realizada em 23 de março de 2011

Às onze horas e três minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Família, no Anexo II, Plenário 07 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Saraiva Felipe – Presidente; Padre Joao, Dr. Paulo César e Professora Marcivania – Vice-Presidentes; Amauri Teixeira, André Zacharow, Antonio Brito, Benedita da Silva, Celia Rocha, Chico Dangelo, Darcísio Perondi, Dr. Jorge Silva, Eduardo Barbosa, Elcione Barbalho, Eleuses Paiva, Givaldo Carimbão, Jandira Feghali, Jhonatan de Jesus, José Linhares, Lael Varella, Mandetta, Marcus Pestana, Nil-da Gondim, Osmar Terra, Raimundo Gomes de Matos, Rogério Carvalho e Rosinha da Adefal – Titulares; Acelino Popó, Alexandre Leite, Andreia Zito, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Cesar Colnago, Cida Borghetti, Danilo Forte, Flávia Moraes, Geraldo Resende, Jô Moraes, Pastor Eurico, Pastor Marco Feliciano, Roberto de Lucena, Ronaldo Caiado e Salvador Zimbaldi – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Alexandre Roso, Aline Corrêa, Henrique Afonso, João Ananias e Teresa Surita. **ABERTURA:** Havendo

número regimental, o Senhor Deputado Osmar Terra, no exercício da Presidência, declarou abertos os trabalhos e comunicou que esta reunião fora convocada nos termos do Requerimento de sua autoria, aprovado por esta Comissão para discutir proposta de Formação de Lideranças em Desenvolvimento na Primeira Infância, tendo como convidados a Doutora Mary E. Young, Consultora Sênior do Centro de Desenvolvimento da Criança da Universidade de Harvard e Consultora em Saúde Global e Desenvolvimento Infantil; o Senhor Vital Didonet, Representante da Rede Nacional Primeira Infância; a Doutora Gaby Fujimoto, Especialista em Educação Sênior da Organização dos Estados Americanos – OEA; e Liliane Penello, Coordenadora do Grupo Executivo da Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis do Instituto Fernandes Figueira – FIOCRUZ, do Ministério da Saúde. Dando andamento aos trabalhos, o Senhor Presidente solicitou aos convidados que tomassem assento à Mesa e comunicou aos membros da Comissão que cada convidado teria o prazo de quinze minutos para fazer sua exposição prorrogáveis a juízo da Presidência, não podendo ser aparteados e que os Deputados inscritos para interpelar os convidados poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição facultadas as réplicas e as trélicas, pelo mesmo prazo, não sendo permitido ao orador interpelar quaisquer presentes. Em seguida, passou a palavra aos convidados para que fizessem as suas exposições e considerações finais. **ENCERRAMENTO:** Às treze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Deputado Osmar Terra, no exercício da Presidência, encerrou os trabalhos, antes convocando os membros da Comissão para Reunião Ordinária de Audiência Pública a realizar-se na próxima terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, para discutir a Medida Provisória nº 520, de 2010, que “autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – EBSEH e dá outras providências”. O inteiro teor desta reunião foi gravado passando o arquivo de áudio a integrar o respectivo acervo documental, para degravação mediante solicitação. E, para constar, eu, Lin Israel Costa dos Santos, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Saraiva Felipe, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

54ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 5ª Reunião Ordinária Audiência Pública realizada em 29 de março de 2011

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Seguridade Social e Família, no Anexo II, Plenário 07 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Saraiva Felipe –

Presidente; Padre Joao, Dr. Paulo César e Professora Marcivania – Vice-Presidentes; Amauri Teixeira, André Zacharow, Celia Rocha, Darcísio Perondi, Jandira Feghali, José Linhares, Mandetta, Marcus Pestana, Nilda Gondim, Raimundo Gomes de Matos e Rosinha da Adefal – Titulares; Acelino Popó, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Danilo Forte, Dr. Aluizio, Dr. Rosinha, Flávia Moraes, Geraldo Resende, Jô Moraes, Pastor Marco Feliciano, Raimundão, Roberto de Lucena e Salvador Zimbaldi – Suplentes. Compareceram também os Deputados Alice Portugal, Assis Melo, Carmen Zanotto, Chico Lopes, Eudes Xavier e Ivan Valente, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Alexandre Roso, Aline Corrêa, Antonio Brito, Benedita da Silva, Chico D’Angelo, Dr. Jorge Silva, Eduardo Barbosa, Elcione Barbalho, Eleuses Paiva, Givaldo Carimbão, Henrique Afonso, Jhonatan de Jesus, João Ananias, Lael Varella, Osmar Terra, Rogério Carvalho e Teresa Surita. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Deputado Padre João, no exercício da Presidência, declarou abertos os trabalhos e comunicou que esta reunião fora convocada nos termos do Requerimento de autoria dos Senhores Deputados João Ananias e Amauri Teixeira, aprovado por esta Comissão, para discutir a Medida Provisória nº 520, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – EBSEH e dá outras providências”, tendo como convidados os Senhores José Carlos da Silva, Representante do Ministério da Saúde; Armando Nogueira, Superintendente do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Rolando Rubens Malvácio Júnior, Coordenador-Geral da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras – FASUBRA; e João Rodrigues Filho, Diretor Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Dando andamento aos trabalhos, o Senhor Deputado João Ananias, no exercício da Presidência, solicitou aos convidados que tomassem assento à Mesa e comunicou aos membros da Comissão que cada convidado teria o prazo de quinze minutos para fazer sua exposição prorrogáveis a juízo da Presidência, não podendo ser aparteados e que os Deputados inscritos para interpelar os convidados poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição facultadas as réplicas e as trélicas, pelo mesmo prazo, não sendo permitido ao orador interpelar quaisquer presentes. Em seguida, passou a palavra aos convidados para que fizessem as suas exposições. Ato contínuo manifestaram-se os Deputados Amauri Teixeira, Danilo Forte, Alice Portugal, Dr. Paulo César, Marcus Pestana, Mandetta, Chico Lopes,

Eudes Xavier, Darcísio Perondi, Camen Zanotto e Ivan Valente. Na sequência, após os esclarecimentos solicitados, os convidados fizeram suas considerações finais.

ENCERRAMENTO: Às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, o Senhor Deputado João Ananias, no exercício da Presidência, encerrou os trabalhos antes convocando os membros da Comissão para Reunião Ordinária a realizar-se na próxima quarta-feira, dia trinta de março, às nove horas e trinta minutos, neste mesmo Plenário, para discutir os itens da pauta. O inteiro teor desta reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o respectivo acervo documental para degravação, mediante solicitação. E, para constar, eu, Lin Israel Costa dos Santos, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Saraiva Felipe, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, BASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

54ª Legislatura –

1ª Sessão Legislativa Designação de Relator

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Jairo Ataíde.

PFC 5/1999 – do Sr. Saulo Pedrosa – que “Propõe que a Comissão de Agricultura e Política Rural fiscalize o Banco do Nordeste do Brasil, relativamente aos procedimentos adotados na recuperação dos financiamentos concedidos ao Frigorífico FRIBASA, de Barreiras, Estado da Bahia.”

Em 7 de abril de 2011, Deputado **Júlio Cesar**, Presidente.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Alexandre Roso

PROJETO DE LEI Nº 5.477/09 – do Sr. Dr. Ubiali – que “altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre a organização da Assistência Social”, acrescentando Seção I-A em seu Capítulo IV e art. 28-B, para instituir o Pecúlio da Criança e do Adolescente Carente”.

À Deputada Aline Corrêa

PROJETO DE LEI Nº 692/07 – do Senado Federal – Antônio Carlos Valadares – (PLS 190/2006) – que “altera as Leis nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para restringir a venda de álcool etílico líquido e submetê-la à

regulação das autoridades sanitárias”. (Apensado: PL 4664/2004 (Apensado: PL 6320/2005))

Ao Deputado Antonio Brito

PROJETO DE LEI Nº 489/11 – do Senado Federal – Rosalba Ciarlini – (PLS 407/2009) – que “altera o art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para conceder benefício variável no programa Bolsa Família à unidade familiar em que haja pessoa acometida por neoplasia maligna, pela síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) ou por doença crônica”.

Ao Deputado Arnaldo Faria de Sá

PROJETO DE LEI Nº 3.688/00 – do Sr. José Carlos Elias – que “dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola”.

PROJETO DE LEI Nº 791/07 – do Sr. Walter Ihoshi – que “acrescenta parágrafos ao art. 18 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro”.

À Deputada Benedita da Silva

PROJETO DE LEI Nº 2.144/07 – do Sr. Homero Pereira – que “cria o Programa de Redistribuição de Alimentos Excedentes e dá outras providências”.

Ao Deputado Chico D’Angelo

PROJETO DE LEI Nº 2.602/07 – do Sr. Duarte Nogueira – que “altera o art. 133 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre requisitos de candidatura a membro de Conselho Tutelar”. (Apensados: PL 4300/2008 e PL 7777/2010)

Ao Deputado Dr. Paulo César

PROJETO DE LEI Nº 4.703/98 – do Sr. Francisco Silva – que “acrescenta o inciso VIII e o § 1º ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos”. (Apensados: PL 4917/2001 (Apensado: PL 7443/2006) e PL 3207/2008)

Ao Deputado Eduardo Barbosa

PROJETO DE LEI Nº 6.097/05 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para instituir desonerações fiscais”. (Apensados: PL 6180/2005 e PL 2399/2007)

À Deputada Erika Kokay

PROJETO DE LEI Nº 3.908/08 – do Senado Federal – José Maranhão – (PLS 273/2005) – que “altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que disciplina o instituto do bem de família, para assegurar proteção ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro do devedor de pensão alimentícia”.

Ao Deputado Eros Biondini

PROJETO DE LEI Nº 5.857/09 – da Sra. Sueli Vidigal – que “autoriza o Poder Executivo Federal, em articulação com os municípios sedes das regiões administrativas, a criar clínicas públicas para dependentes químicos de álcool e drogas”. (Apensado: PL 6644/2009 (Apensado: PL 7704/2010))

PROJETO DE LEI Nº 6.719/09 – do Senado Federal – (PLS 234/2009) – que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes”.

Ao Deputado Geraldo Resende

PROJETO DE LEI Nº 4.019/08 – da Sra. Elcione Barbalho – que “altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para permitir a separação litigiosa e o divórcio litigioso por meio de convenção de arbitragem, salvo quando houver interesse de incapazes”.

Ao Deputado Henrique Afonso

PROJETO DE LEI Nº 7.664/10 – do Sr. Ribamar Alves – que “altera a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências””.

À Deputada Jandira Feghali

PROJETO DE LEI Nº 2.941/08 – do Senado Federal – Patrícia Saboya Gomes – que “dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”.

Ao Deputado José Linhares

PROJETO DE LEI Nº 4.400/08 – do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS 672/2007) – que “altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer a concessão de dois salários mínimos de benefício mensal ao idoso carente com cem anos ou mais”.

À Deputada Nilda Gondim

PROJETO DE LEI Nº 279/11 – da Sra. Andreia Zito – que “altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a emissão e apresentação de carteira de identidade para crianças a partir de seis anos como condicionalidade para o pagamento do Bolsa-Família”.

Ao Deputado Padre João

PROJETO DE LEI Nº 4.237/08 – do Sr. Sandes Júnior – que “obriga os funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a notificação dos casos de violência contra a criança e adolescente aos Conselhos Tutelares, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências”. (Apensado: PL 7728/2010)

Ao Deputado Pastor Marco Feliciano

PROJETO DE LEI Nº 4.815/09 – do Sr. Dr. Nechar – que “veda a comercialização de brinquedos acompanhados de lanches”. (Apensados: PL 4888/2009 e PL 4935/2009)

PROJETO DE LEI Nº 117/11 – do Sr. Hugo Leal – que “altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para elevar para ½ (meio) salário mínimo per capita para concessão do benefício de prestação continuada e dos benefícios eventuais”. (Apensados: PL 130/2011 e PL 289/2011)

Ao Deputado Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº 1.296/07 – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que “altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder desconto na tarifa de energia elétrica consumida por entidades filantrópicas”.

À Deputada Teresa Surita

PROJETO DE LEI Nº 1.579/07 – da Sra. Jusmari Oliveira – que “altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que “cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências”, para dispor sobre o Programa de Assistência às Adolescentes Gestantes”. (Apensados: PL 1685/2007 (Apensados: PL 2192/2007 e PL 5865/2009 (Apensado: PL 30/2011)), PL 1839/2007 (Apensado: PL 6312/2009) e PL 5691/2009)

Sala da Comissão, 7 de abril de 2011. **Saraiva Felipe**, Presidente.

SEÇÃO II

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ALESSANDRA MÜLLER VIDAL GUERRA**, ponto nº 6548, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, da Assessoria de Projetos e Gestão, da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 05 de abril de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **EMILIA MARIA DE ARAUJO CARVALHO**, ponto nº 4266, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Conservação e Restauração, Classe Especial, Padrão 33, da função comissionada de Chefe da Seção de Apoio

ao Plenário, FC-05, da Coordenação de Revisão, do Departamento de Taquigrafia Revisão e Redação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 06 de abril de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **FRANCISCO VAZ NETO**, ponto nº 3415, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 33, da função comissionada de Chefe da Seção de Policiamento do Anexo I, FC-05, da Coordenação de Segurança Orgânica, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 05 de abril de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **OSMAR PERAZZO LANNES JUNIOR**, ponto nº 5089, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Consultoria, Classe Especial, Padrão 45, da função comissionada de Consultor Legislativo – Área IX, FC-07, da Consultoria Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 25 de abril de 2011.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **RAIMUNDO JOSÉ ALVES**, ponto nº 6780, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 42, da função comissionada de Chefe da Seção de Apoio Técnico, FC-05, do Departamento de Apoio Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 04 de abril de 2011.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **EDLEUZA DE SOUZA DE CASTRO**, ponto nº 5452, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 33, para exercer, a partir de 06 de abril de 2011, a função comissionada de Chefe da Seção de Apoio ao Plenário, FC-05, da Coordenação de Revisão, do Departamento de Taquigrafia Revisão e Redação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **LUIZ HUMBERTO FERREIRA CARNEIRO**, ponto nº 7113, ocupante de

cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe A, Padrão 07, para exercer, a partir de 05 de abril de 2011, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, da Assessoria de Projetos e Gestão, da Diretoria-Geral, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **RONEY GANDRA PEREIRA**, ponto nº 3518, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Polícia Legislativa, Classe Especial, Padrão 33, para exercer, a partir de 05 de abril de 2011, a função comissionada de Chefe da Seção de Policiamento do Anexo I, FC-05, da Coordenação de Segurança Orgânica, do Departamento de Polícia Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, **SIMONE SARKIS TEIXEIRA BERGO**, ponto nº 7145, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Assistente Administrativo, Classe A, Padrão 07, para exercer, a partir de 05 de abril de 2011, a função comissionada de Chefe da Seção de Apoio Técnico, FC-05, do Departamento de Apoio Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **ELZI TEIXEIRA MELO**, ponto nº 111.049, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “a”, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **EDUARDO JOSE BERTI** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 7 de abril de 2011. **Marco Maia**, Presidente.

MESA DIRETORA

Presidente:

MARCO MAIA - PT - RS

1º Vice-Presidente:

ROSE DE FREITAS - PMDB - ES

2º Vice-Presidente:

EDUARDO DA FONTE - PP - PE

1º Secretário:

EDUARDO GOMES - PSDB - TO

2º Secretário:

JORGE TADEU MUDALEN - DEM - SP

3º Secretário:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PR - PE

4º Secretário:

JÚLIO DELGADO - PSB - MG

1º Suplente de Secretário:

GERALDO RESENDE - PMDB - MS

2º Suplente de Secretário:

MANATO - PDT - ES

3º Suplente de Secretário:

CARLOS EDUARDO CADUCA - PSC - PE

4º Suplente de Secretário:

SÉRGIO MORAES - PTB - RS

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT

Líder: PAULO TEIXEIRA

Vice-Líderes:

Arlindo Chinaglia, José Guimarães, Henrique Fontana, Artur Bruno, Dr. Rosinha, Janete Rocha Pietá, Pepe Vargas, Valmir Assunção, Assis Carvalho, Beto Faro, Carlos Zarattini, Edson Santos, Emiliano José, Márcio Macêdo, Odair Cunha, Pedro Eugênio, Dalva Figueiredo, Sibá Machado, Waldenor Pereira, Zeca Dirceu, Assis do Couto e Chico D'angelo.

PMDB

Líder: HENRIQUE EDUARDO ALVES

Vice-Líderes:

Mendes Ribeiro Filho (1º Vice), Teresa Surita, Almeida Lima, Antônio Andrade, Benjamin Maranhão, Darcísio Perondi, Edinho Araújo, Edinho Bez, Eduardo Cunha, Gastão Vieira, Genecias Noronha, Júnior Coimbra, Mauro Benevides, Osmar Serraglio, Renan Filho, Newton Cardoso, Marcelo Castro, Marllós Sampaio e Lucio Vieira Lima.

Bloco PSB, PTB, PCdoB

Líder: ANA ARRAES

Vice-Líderes:

Jovair Arantes (1º Vice), Osmar Júnior, Givaldo Carimbão, Edson Silva, Fernando Coelho Filho, Glauber Braga, Gabriel Chalita, Jose Stédile, Valadares Filho, Sandra Rosado, Arnaldo Faria de Sá, Arnon Bezerra, Josué Bengtson e Antonio Brito.

Bloco PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC, PSL

Líder: LINCOLN PORTELA

Vice-Líderes:

George Hilton (1º Vice), José Rocha, Anthony Garotinho, Dr. Paulo César, João Carlos Bacelar, Laercio Oliveira, Ronaldo Fonseca, Gorete Pereira, Homero Pereira, Izalci, Bernardo Santana de Vasconcellos, Francisco Floriano e Cleber Verde.

PSDB

Líder: DUARTE NOGUEIRA

Vice-Líderes:

Otávio Leite (1º Vice), Alfredo Kaefer, Antonio Imbassahy, Bruno Araújo, Cesar Colnago, Domingos Sávio, Luiz Fernando Machado, Raimundo Gomes de Matos, Rogério Marinho, Vanderlei Macris, Andreia Zito, Pinto Itamaraty e Reinaldo Azambuja.

DEM

Líder: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

Vice-Líderes:

Pauderney Avelino (1º Vice), Abelardo Lupion, Claudio Cajado, Efraim Filho, Marcos Montes, Mendonça Filho, Nice Lobão,

Onofre Santo Agostini, Onyx Lorenzoni, Ronaldo Caiado e Rodrigo Maia.

PP

Líder: NELSON MEURER

Vice-Líderes:

José Otávio Germano (1º Vice) e Roberto Britto.

PDT

Líder: GIOVANNI QUEIROZ

Vice-Líderes:

André Figueiredo (1º Vice), Wolney Queiroz, Paulo Pereira da Silva, Miro Teixeira, Agnolin, Sueli Vidigal e Sebastião Bala Rocha.

Bloco PV, PPS

Líder: SARNEY FILHO

Vice-Líderes:

Rubens Bueno (1º Vice), Fábio Ramalho, Guilherme Mussi, Paulo Wagner, Arnaldo Jardim, Roberto de Lucena e Moreira Mendes.

PSC

Líder: RATINHO JUNIOR

Vice-Líderes:

Zequinha Marinho (1º Vice), Edmar Arruda, Silas Câmara, Filipe Pereira e Carlos Eduardo Cadoca.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PMN

Repr.: FÁBIO FARIA

PSOL

Repr.:

Liderança do Governo

Líder: CÂNDIDO VACCAREZZA

Vice-Líderes:

.

Liderança da Minoria

Líder: PAULO ABI-ACKEL

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Berinho Bantim - PSDB

Chico das Verduras - PRP

Edio Lopes - PMDB

Jhonatan de Jesus - PRB

Luciano Castro - PR

Paulo Cesar Quartiero - DEM

Raul Lima - PP

Teresa Surita - PMDB

Amapá

Dalva Figueiredo - PT

Davi Alcolumbre - DEM

Evandro Milhomen - PCdoB

Fátima Pelaes - PMDB

Luiz Carlos - PSDB

Professora Marcivania - PT

Sebastião Bala Rocha - PDT

Vinicius Gurgel - PRTB

Pará

André Dias - PSDB

Arnaldo Jordy - PPS

Beto Faro - PT

Cláudio Puty - PT

Dudimar Paxiuba - PSDB

Elcione Barbalho - PMDB

Giovanni Queiroz - PDT

José Priante - PMDB

Josué Bengtson - PTB

Lira Maia - DEM

Lúcio Vale - PR

Luiz Otavio - PMDB

Miriquinho Batista - PT

Wandenkolk Gonçalves - PSDB

Wladimir Costa - PMDB

Zé Geraldo - PT

Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB

Carlos Souza - PP

Francisco Praciano - PT

Henrique Oliveira - PR

Pauderney Avelino - DEM

Rebecca Garcia - PP

Sabino Castelo Branco - PTB

Silas Câmara - PSC

Rondônia

Carlos Magno - PP

Lindomar Garçon - PV

Marinha Raupp - PMDB

Mauro Nazif - PSB

Moreira Mendes - PPS

Natan Donadon - PMDB

Nilton Capixaba - PTB

Padre Ton - PT

Acre	Lourival Mendes - PTdoB
Antônia Lúcia - PSC	Luciano Moreira - PMDB
Flaviano Melo - PMDB	Nice Lobão - DEM
Gladson Cameli - PP	Pinto Itamaraty - PSDB
Henrique Afonso - PV	Professor Setimo - PMDB
Marcio Bittar - PSDB	Ribamar Alves - PSB
Perpétua Almeida - PCdoB	Sarney Filho - PV
Sibá Machado - PT	Waldir Maranhão - PP
Taumaturgo Lima - PT	Zé Vieira - PR
Tocantins	Ceará
Agnolin - PDT	André Figueiredo - PDT
César Halum - PPS	Aníbal Gomes - PMDB
Eduardo Gomes - PSDB	Antonio Balhmann - PSB
Irajá Abreu - DEM	Ariosto Holanda - PSB
Júnior Coimbra - PMDB	Arnon Bezerra - PTB
Laurez Moreira - PSB	Artur Bruno - PT
Lázaro Botelho - PP	Chico Lopes - PCdoB
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM	Danilo Forte - PMDB
Maranhão	Domingos Neto - PSB
Alberto Filho - PMDB	Edson Silva - PSB
Carlos Brandão - PSDB	Eudes Xavier - PT
Cleber Verde - PRB	Genecias Noronha - PMDB
Davi Alves Silva Júnior - PR	Gorete Pereira - PR
Domingos Dutra - PT	João Ananias - PCdoB
Edivaldo Holanda Junior - PTC	José Airton - PT
Francisco Escórcio - PMDB	José Guimarães - PT
Gastão Vieira - PMDB	José Linhares - PP
Hélio Santos - PSDB	Manoel Salviano - PSDB

Mauro Benevides - PMDB	Efraim Filho - DEM
Raimundão - PMDB	Hugo Motta - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB	Luiz Couto - PT
Vicente Arruda - PR	Manoel Junior - PMDB
Piauí	Nilda Gondim - PMDB
Assis Carvalho - PT	Romero Rodrigues - PSDB
Hugo Napoleão - DEM	Ruy Carneiro - PSDB
Iracema Portella - PP	Wellington Roberto - PR
Jesus Rodrigues - PT	Wilson Filho - PMDB
Júlio Cesar - DEM	Pernambuco
Marcelo Castro - PMDB	Ana Arraes - PSB
Marllos Sampaio - PMDB	Anderson Ferreira - PR
Nazareno Fonteles - PT	Augusto Coutinho - DEM
Osmar Júnior - PCdoB	Bruno Araújo - PSDB
Paes Landim - PTB	Carlos Eduardo Cadoca - PSC
Rio Grande do Norte	Eduardo da Fonte - PP
Fábio Faria - PMN	Fernando Coelho Filho - PSB
Fátima Bezerra - PT	Fernando Ferro - PT
Felipe Maia - DEM	Gonzaga Patriota - PSB
Henrique Eduardo Alves - PMDB	Inocência Oliveira - PR
João Maia - PR	João Paulo Lima - PT
Paulo Wagner - PV	Jorge Corte Real - PTB
Rogério Marinho - PSDB	José Augusto Maia - PTB
Sandra Rosado - PSB	José Chaves - PTB
Paraíba	Luciana Santos - PCdoB
Aguinaldo Ribeiro - PP	Mendonça Filho - DEM
Benjamin Maranhão - PMDB	Pastor Eurico - PSB
Damião Feliciano - PDT	Paulo Rubem Santiago - PDT

Pedro Eugênio - PT	Alice Portugal - PCdoB
Raul Henry - PMDB	Amauri Teixeira - PT
Roberto Teixeira - PP	Antonio Brito - PTB
Sergio Guerra - PSDB	Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM
Silvio Costa - PTB	Antonio Imbassahy - PSDB
Vilalba - PRB	Arthur Oliveira Maia - PMDB
Wolney Queiroz - PDT	Claudio Cajado - DEM
Alagoas	Daniel Almeida - PCdoB
Arthur Lira - PP	Edson Pimenta - PCdoB
Celia Rocha - PTB	Emiliano José - PT
Givaldo Carimbão - PSB	Erivelton Santana - PSC
João Lyra - PTB	Fábio Souto - DEM
Joaquim Beltrão - PMDB	Félix Mendonça Júnior - PDT
Maurício Quintella Lessa - PR	Fernando Torres - DEM
Renan Filho - PMDB	Geraldo Simões - PT
Rosinha da Adefal - PTdoB	Jânio Natal - PRP
Rui Palmeira - PSDB	João Carlos Bacelar - PR
Sergipe	José Carlos Araújo - PDT
Almeida Lima - PMDB	José Nunes - DEM
Andre Moura - PSC	José Rocha - PR
Heleno Silva - PRB	Joseph Bandeira - PT
Laercio Oliveira - PR	Josias Gomes - PT
Márcio Macêdo - PT	Jutahy Junior - PSDB
Mendonça Prado - DEM	Lucio Vieira Lima - PMDB
Rogério Carvalho - PT	Luiz Alberto - PT
Valadares Filho - PSB	Luiz Argôlo - PP
Bahia	Márcio Marinho - PRB
Acelino Popó - PRB	Marcos Medrado - PDT

Maurício Trindade - PR	George Hilton - PRB
Nelson Pellegrino - PT	Geraldo Thadeu - PPS
Oziel Oliveira - PDT	Gilmar Machado - PT
Paulo Magalhães - DEM	Jaime Martins - PR
Roberto Britto - PP	Jairo Ataíde - DEM
Rui Costa - PT	Jô Moraes - PCdoB
Sérgio Barradas Carneiro - PT	João Bittar - DEM
Sérgio Brito - PSC	João Magalhães - PMDB
Valmir Assunção - PT	José Humberto - PHS
Waldenor Pereira - PT	Júlio Delgado - PSB
Minas Gerais	Lael Varella - DEM
Ademir Camilo - PDT	Leonardo Monteiro - PT
Aelton Freitas - PR	Leonardo Quintão - PMDB
Antônio Andrade - PMDB	Lincoln Portela - PR
Antônio Roberto - PV	Luis Tibé - PTdoB
Aracely de Paula - PR	Luiz Fernando Faria - PP
Bernardo Santana de Vasconcellos - PR	Márcio Reinaldo Moreira - PP
Bonifácio de Andrada - PSDB	Marcos Montes - DEM
Carlaile Pedrosa - PSDB	Marcus Pestana - PSDB
Diego Andrade - PR	Mauro Lopes - PMDB
Dimas Fabiano - PP	Miguel Corrêa - PT
Domingos Sávio - PSDB	Newton Cardoso - PMDB
Dr. Grilo - PSL	Odair Cunha - PT
Eduardo Azeredo - PSDB	Padre João - PT
Eduardo Barbosa - PSDB	Paulo Abi-ackel - PSDB
Eros Biondini - PTB	Paulo Piau - PMDB
Fábio Ramalho - PV	Reginaldo Lopes - PT
Gabriel Guimarães - PT	Renzo Braz - PP

Rodrigo de Castro - PSDB	Benedita da Silva - PT
Saraiva Felipe - PMDB	Brizola Neto - PDT
Stefano Aguiar - PSC	Chico Alencar - PSOL
Toninho Pinheiro - PP	Chico D'angelo - PT
Vitor Penido - DEM	Cristiano - PTdoB
Walter Tosta - PMN	Deley - PSC
Weliton Prado - PT	Dr. Adilson Soares - PR
Zé Silva - PDT	Dr. Aluizio - PV
Espírito Santo	Dr. Carlos Alberto - PMN
Audifax - PSB	Dr. Paulo César - PR
Camilo Cola - PMDB	Edson Ezequiel - PMDB
Cesar Colnago - PSDB	Edson Santos - PT
Dr. Jorge Silva - PDT	Eduardo Cunha - PMDB
Lauriete - PSC	Eliane Rolim - PT
Lelo Coimbra - PMDB	Felipe Bornier - PHS
Manato - PDT	Fernando Jordão - PMDB
Paulo Foletto - PSB	Filipe Pereira - PSC
Rose de Freitas - PMDB	Francisco Floriano - PR
Sueli Vidigal - PDT	Glauber Braga - PSB
Rio de Janeiro	Hugo Leal - PSC
Adrian - PMDB	Jair Bolsonaro - PP
Alessandro Molon - PT	Jandira Feghali - PCdoB
Alexandre Santos - PMDB	Jean Wyllys - PSOL
Alfredo Sirkis - PV	Liliam Sá - PR
Andreia Zito - PSDB	Marcelo Matos - PDT
Anthony Garotinho - PR	Miro Teixeira - PDT
Arolde de Oliveira - DEM	Neilton Mulim - PR
Aureo - PRTB	Nelson Bornier - PMDB

Otavio Leite - PSDB	Devanir Ribeiro - PT
Rodrigo Maia - DEM	Dimas Ramalho - PPS
Romário - PSB	Dr. Ubiali - PSB
Simão Sessim - PP	Duarte Nogueira - PSDB
Solange Almeida - PMDB	Edinho Araújo - PMDB
Stepan Necessian - PPS	Eleuses Paiva - DEM
Vitor Paulo - PRB	Eli Correa Filho - DEM
Walney Rocha - PTB	Gabriel Chalita - PSB
Washington Reis - PMDB	Guilherme Campos - DEM
Zoinho - PR	Guilherme Mussi - PV
São Paulo	Ivan Valente - PSOL
Abelardo Camarinha - PSB	Janete Rocha Pietá - PT
Alberto Mourão - PSDB	Jefferson Campos - PSB
Aldo Rebelo - PCdoB	Jilmar Tatto - PT
Alexandre Leite - DEM	João Dado - PDT
Aline Corrêa - PP	João Paulo Cunha - PT
Antonio Bulhões - PRB	Jonas Donizette - PSB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB	Jorge Tadeu Mudalen - DEM
Arlindo Chinaglia - PT	José de Filippi - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB	José Mentor - PT
Arnaldo Jardim - PPS	Junji Abe - DEM
Beto Mansur - PP	Keiko Ota - PSB
Bruna Furlan - PSDB	Luiz Fernando Machado - PSDB
Cândido Vaccarezza - PT	Luiza Erundina - PSB
Carlinhos Almeida - PT	Mara Gabrilli - PSDB
Carlos Sampaio - PSDB	Marcelo Aguiar - PSC
Carlos Zarattini - PT	Milton Monti - PR
Delegado Protógenes - PCdoB	Missionário José Olímpio - PP

Nelson Marquezelli - PTB	Júlio Campos - DEM
Newton Lima - PT	Neri Geller - PP
Otoniel Lima - PRB	Roberto Dorner - PP
Pastor Marco Feliciano - PSC	Ságuas Moraes - PT
Paulo Freire - PR	Valtenir Pereira - PSB
Paulo Maluf - PP	Wellington Fagundes - PR
Paulo Pereira da Silva - PDT	Distrito Federal
Paulo Teixeira - PT	Augusto Carvalho - PPS
Penna - PV	Erika Kokay - PT
Ricardo Berzoini - PT	Izalci - PR
Ricardo Izar - PV	Jaqueline Roriz - PMN
Ricardo Tripoli - PSDB	Policarpo - PT
Roberto de Lucena - PV	Reguffe - PDT
Roberto Freire - PPS	Ricardo Quirino - PRB
Roberto Santiago - PV	Ronaldo Fonseca - PR
Rodrigo Garcia - DEM	Goiás
Salvador Zimbaldi - PDT	Carlos Alberto Leréia - PSDB
Tiririca - PR	Delegado Waldir - PSDB
Valdemar Costa Neto - PR	Flávia Moraes - PDT
Vanderlei Macris - PSDB	Heuler Cruvinel - DEM
Vaz de Lima - PSDB	Íris de Araújo - PMDB
Vicente Candido - PT	João Campos - PSDB
Vicentinho - PT	Jorge Pinheiro - PRB
Walter Ihoshi - DEM	Jovair Arantes - PTB
William Dib - PSDB	Leandro Vilela - PMDB
Mato Grosso	Marina Santanna - PT
Carlos Bezerra - PMDB	Pedro Chaves - PMDB
Homero Pereira - PR	Roberto Balestra - PP

Ronaldo Caiado - DEM	Giacobo - PR
Rubens Otoni - PT	Hermes Parcianello - PMDB
Sandes Júnior - PP	João Arruda - PMDB
Sandro Mabel - PR	Leopoldo Meyer - PSB
Valdivino de Oliveira - PSDB	Luiz Carlos Setim - DEM
Mato Grosso do Sul	Luiz Nishimori - PSDB
Antônio Carlos Biffi - PT	Moacir Micheletto - PMDB
Fabio Trad - PMDB	Nelson Meurer - PP
Geraldo Resende - PMDB	Nelson Padovani - PSC
Giroto - PR	Osmar Serraglio - PMDB
Mandetta - DEM	Ratinho Junior - PSC
Marçal Filho - PMDB	Reinhold Stephanes - PMDB
Reinaldo Azambuja - PSDB	Rosane Ferreira - PV
Vander Loubet - PT	Rubens Bueno - PPS
Paraná	Sandro Alex - PPS
Abelardo Lupion - DEM	Takayama - PSC
Alex Canziani - PTB	Zeca Dirceu - PT
Alfredo Kaefer - PSDB	Santa Catarina
Andre Vargas - PT	Carmen Zanotto - PPS
André Zacharow - PMDB	Celso Maldaner - PMDB
Angelo Vanhoni - PT	Décio Lima - PT
Assis do Couto - PT	Edinho Bez - PMDB
Cida Borghetti - PP	Esperidião Amin - PP
Dilceu Sperafico - PP	Jorge Boeira - PT
Dr. Rosinha - PT	Jorginho Mello - PSDB
Edmar Arruda - PSC	Luci Choinacki - PT
Eduardo Sciarra - DEM	Mauro Mariani - PMDB
Fernando Francischini - PSDB	Onofre Santo Agostini - DEM

Pedro Uczai - PT

Rogério Peninha Mendonça - PMDB

Ronaldo Benedet - PMDB

Valdir Colatto - PMDB

Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP

Alceu Moreira - PMDB

Alexandre Roso - PSB

Assis Melo - PCdoB

Bohn Gass - PT

Danrlei de Deus Hinterholz - PTB

Darcísio Perondi - PMDB

Enio Bacci - PDT

Fernando Marroni - PT

Giovani Cherini - PDT

Henrique Fontana - PT

Jerônimo Goergen - PP

José Otávio Germano - PP

Jose Stédile - PSB

Luis Carlos Heinze - PP

Luiz Noé - PSB

Manuela D'ávila - PCdoB

Marco Maia - PT

Marcon - PT

Mendes Ribeiro Filho - PMDB

Nelson Marchezan Junior - PSDB

Onyx Lorenzoni - DEM

Osmar Terra - PMDB

Paulo Pimenta - PT

Pepe Vargas - PT

Renato Molling - PP

Ronaldo Nogueira - PTB

Ronaldo Zülke - PT

Sérgio Moraes - PTB

Vieira da Cunha - PDT

Vilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Júlio Cesar (DEM)

1º Vice-Presidente: Lira Maia (DEM)

2º Vice-Presidente: Celso Maldaner (PMDB)

3º Vice-Presidente: José Nunes (DEM)

Titulares Suplentes**PT**

Assis do Couto Geraldo Simões

Beto Faro Luci Choinacki

Bohn Gass Miriquinho
Batista

Jesus Rodrigues Padre Ton

Josias Gomes Valmir
AssunçãoMarcon Waldenor
Pereira

Vander Loubet 1 vaga

PMDB

Alceu Moreira Alberto Filho

Celso Maldaner Antônio
Andrade

Leandro Vilela Edinho Araújo

Moacir Micheletto Elcione
Barbalho ^{vaga do}
PR

Paulo Piau Lelo Coimbra

Pedro Chaves ^{vaga do}
PDT Lucio Vieira
Lima

Reinhold Stephanes Valdir Colatto

PSDB

Domingos Sávio Alfredo Kaefer

Hélio Santos Raimundo
Gomes de
MatosLuiz Nishimori Wandenkolk
GonçalvesReinaldo Azambuja (Dep. do PP
ocupa a vaga)(Dep. do DEM
ocupa a vaga) 1 vaga**PP**Arthur Lira ^{vaga}
do PR Afonso Hamm
^{vaga do} PSDBCarlos Magno ^{vaga do}
PSB Lázaro Botelho
^{vaga do} PR

Dilceu Sperafico Neri Geller

Luis Carlos Heinze Roberto Dornier

Zonta (Dep. do PTB
ocupa a vaga)**DEM**Abelardo Lupion ^{vaga do}
Bloco PV, PPS Jairo AtaídeJosé Nunes Luiz Carlos
SetimJúlio Cesar Marcos Montes
^{vaga do} PSBLira Maia ^{vaga do}
PSB Onofre Santo
AgostiniPaulo Cesar Quartiero ^{vaga do}
PSB Onyx Lorenzoni
^{vaga do} PSB

Ronaldo Caiado

Vitor Penido ^{vaga do}
PSDB**PR**

Davi Alves
Silva Júnior

Aelton Freitas

Homero
Pereira

(Dep. do PMDB
ocupa a vaga)

(Dep. do PP
ocupa a vaga)

(Dep. do PP
ocupa a vaga)

PSB

(Dep. do PP
ocupa a vaga)

Fernando
Coelho Filho

(Dep. do DEM
ocupa a vaga)

(Dep. do DEM
ocupa a vaga)

(Dep. do DEM
ocupa a vaga)

(Dep. do DEM
ocupa a vaga)

PDT

Zé Silva

Giovanni
Queiroz

(Dep. do
PMDB ocupa a
vaga)

Oziel Oliveira

Bloco PV, PPS

Moreira
Mendes

César Halum

(Dep. do DEM
ocupa a vaga)

1 vaga

PTB

Josué
Bengtson

Celia Rocha

Nilton
Capixaba

Nelson
Marquezelli

Sérgio Moraes
vaga do PP

PSC

Nelson
Padovani

Antônia Lúcia

PCdoB

Edson Pimenta

João Ananias

PRB

Heleno Silva

Jhonatan de
Jesus

PMN

(Dep. do PRP
ocupa a vaga)

Jaqueline Roriz

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 32

Telefones: 3216-6403/6404/6406

FAX: 3216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Gladson Cameli (PP)

1º Vice-Presidente: Carlos Souza (PP)

2º Vice-Presidente: Raul Lima (PP)

3º Vice-Presidente: Zequinha Marinho (PSC)

Titulares

Suplentes

PT

Miriquinho
Batista

Francisco
Praciano

Padre Ton

Professora
Marcivania

Taumaturgo
Lima

Zé Geraldo

PMDB

Marinha Raupp

Átila Lins

(Dep. do PP
ocupa a vaga)

José Priante

1 vaga

1 vaga

PSDB

Dudimar
Paxiuba

Hélio Santos
vaga do PP

Marcio Bittar

Luiz Carlos ^{vaga}

do PR

2 vagas

PP

Carlos Souza Luis Carlos
Heinze

Gladson Cameli (Dep. do PSDB
ocupa a vaga)

Neri Geller ^{vaga do}
PMDB

Raul Lima ^{vaga do}
Bloco PV, PPS

DEM

(Dep. do PSB Paulo Cesar
ocupa a vaga) Quartiero

1 vaga 1 vaga

PR

2 vagas Lúcio Vale

(Dep. do PSDB
ocupa a vaga)

PSB

Laurez Moreira Glauber Braga

Valtenir Pereira
^{vaga do DEM}

PDT

Giovanni Ademir Camilo
Queiroz

Bloco PV, PPS

(Dep. do PP Lindomar
ocupa a vaga) Garçon

PTB

1 vaga Ronaldo
Nogueira

PSC

Zequinha Antônia Lúcia
Marinho

PCdoB

Perpétua Almeida 1 vaga

Secretário(a): Iara Araújo Alencar Aires

Local: Anexo II - Sala T- 59

Telefones: 3216-6432

FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Bruno Araújo (PSDB)

1º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)

2º Vice-Presidente: Silas Câmara (PSC)

3º Vice-Presidente: Ruy Carneiro (PSDB)

Titulares

Suplentes

PT

Carlinhos Almeida Antônio Carlos
Biffi

Emiliano José Beto Faro

Gilmar Machado Dalva
Figueiredo

Newton Lima Fernando
Marroni

Sibá Machado Josias Gomes

(Dep. do PSC ocupa a vaga) 2 vagas

(Dep. do PRTB ocupa a vaga)

PMDB

Hermes Benjamin
Parcianello Maranhão ^{vaga}
do PMN

Hugo Motta Júnior Coimbra

Marlos Sampaio Manoel Junior

Rogério Peninha Mendes
Mendonça Ribeiro Filho

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga) Wilson Filho

(Dep. do PSC ocupa a vaga) (Dep. do PR ocupa a vaga)

(Dep. do PSC ocupa a vaga)

PSDB

Antonio Eduardo
Imbassahy Azeredo

Bruno Araújo Paulo Abi-
ackel

Manoel Salviano Rodrigo de
Castro

Ruy Carneiro Romero
Rodrigues

PP

Beto Mansur Carlos Souza

Missionário José Renzo Braz
Olimpio

Sandes Júnior Waldir
Maranhão

DEM

Arolde de Eduardo
Oliveira Sciarra

Júlio Campos Eli Correa
Filho

Marcos Montes Rodrigo Maia
vaga do PTB

Walter Ihoshi

PR

Dr. Adilson Diego Andrade
Soares vaga do PRB

Francisco Gorete Pereira
Floriano vaga do PMDB

José Rocha Izalci

Milton Monti

Wellington
Roberto

PSB

Ariosto Holanda Domingos
Neto

Luiza Erundina Edson Silva

Pastor Eurico vaga do PTB
Luiz Noé

Paulo Foletto vaga
do PCdoB

Ribamar Alves

PDT

Miro Teixeira Brizola Neto

Salvador Félix
Zimbaldi Mendonça
Júnior

Bloco PV, PPS

Lindomar Stepan
Garçon Necessian

Paulo Wagner (Dep. do PSC
ocupa a vaga)

Sandro Alex vaga
do PTB

PTB

(Dep. do PSB ocupa a vaga) Arnon Bezerra

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga) (Dep. do DEM ocupa a vaga)

PSC

Antônia Lúcia Stefano Aguiar
vaga do PT vaga do Bloco PV, PPS

Marcelo Aguiar Takayama vaga
do PMDB do PMDB

Ratinho Junior Zequinha
Marinho

Silas Câmara
vaga do PMN

PCdoB

Luciana Santos Evandro
vaga do PMDB Milhomen

(Dep. do PSB
ocupa a vaga)

PRB

Cleber Verde (Dep. do PR
ocupa a vaga)

Márcio Marinho
vaga do PTdoB

PMN

(Dep. do PSC (Dep. do
ocupa a vaga) PMDB ocupa a
vaga)

PTdoB

(Dep. do PRB (Dep. do PSL
ocupa a vaga) ocupa a vaga)

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira

Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49

Telefones: 3216-6452 A 6458

FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: João Paulo Cunha (PT)

1º Vice-Presidente: Arthur Oliveira Maia (PMDB)

2º Vice-Presidente: Vicente Candido (PT)

3º Vice-Presidente: Cesar Colnago (PSDB)

Titulares Suplentes

PT

Alessandro Molon Assis Carvalho

Jilmar Tatto Décio Lima

João Paulo Cunha Fátima Bezerra

João Paulo Lima Gabriel
Guimarães

José Mentor Márcio Macêdo

Luiz Couto Marina Santanna

Nelson Pellegrino Nazareno
Fonteles

Odair Cunha Pedro Eugênio

Ricardo Berzoini Pedro Uczai

Rubens Otoni Sérgio Barradas
Carneiro

Vicente Candido Sibá Machado

PMDB

Almeida Lima João Magalhães

Arthur Oliveira Maia Leandro Vilela

Carlos Bezerra Mauro Lopes ^{vaga}
vaga do PMN do PSB

Danilo Forte (Dep. do Bloco
PV, PPS ocupa
a vaga)

Eduardo Cunha (Dep. do PSC
ocupa a vaga)

Fabio Trad ^{vaga}
do Bloco PV, PPS 5 vagas

Marçal Filho
vaga do PSC

Mauro Benevides

Mendes Ribeiro Filho

Osmar

Serraglio

Solange
Almeida

Wilson Filho

PSDB

André Dias Bruna Furlan

Bonifácio de
Andrada Bruno Araújo

Cesar Colnago
vaga do PTB Carlos Sampaio

João Campos Fernando
Francischini

Jorginho Mello Luiz Fernando
Machado vaga do
DEM

Jutahy Junior Nelson
Marchezan
Junior

Luiz Carlos Ricardo Tripoli

PP

Dimas Fabiano Cida Borghetti

Esperidião
Amin Dilceu Sperafico

Paulo Maluf Márcio Reinaldo
Moreira

Roberto
Teixeira Rebecca Garcia
vaga do PTB

Vilson Covatti Roberto Balestra

Sandes Júnior

DEM

Efraim Filho Arolde de
Oliveira

Felipe Maia José Nunes

Mendonça
Filho Pauderney
Avelino

Mendonça Rodrigo Garcia

Prado

Onyx
Lorenzoni (Dep. do PSDB
ocupa a vaga)

PR

Anthony
Garotinho Gorete Pereira

Henrique
Oliveira Jaime Martins

Maurício
Quintella
Lessa Maurício
Trindade

Ronaldo
Fonseca Sandro Mabel

Vicente Arruda (Dep. do PRB
ocupa a vaga)

PSB

Edson Silva Gonzaga
Patriota

Gabriel Chalita Laurez Moreira

Sandra
Rosado Valtenir Pereira

(Dep. do PDT
ocupa a vaga) (Dep. do PMDB
ocupa a vaga)

PDT

Brizola Neto José Carlos
Araújo

Félix
Mendonça
Júnior Wolney Queiroz

Marcos
Medrado (Dep. do PMN
ocupa a vaga)

Vieira da
Cunha vaga do
PSB

Bloco PV, PPS

Fábio
Ramalho Alfredo Sirkis

Roberto Freire Moreira Mendes
vaga do PMDB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) Sandro Alex

Sarney Filho

PTB

Arnaldo Faria de Sá João Lyra

Paes Landim Nilton Capixaba

(Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)

PSC

Pastor Marco Feliciano Hugo Leal

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) Sérgio Brito ^{vaga}
do PMDB

Silas Câmara

PCdoB

Delegado Protógenes Chico Lopes

Evandro Milhomen Daniel Almeida

PRB

Antonio Bulhões Cleber Verde ^{vaga}
do PR

Vitor Paulo

PMN

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) Fábio Faria ^{vaga do}
PDT

Walter Tosta

PTdoB

(Dep. do PSL ocupa a vaga) Lourival Mendes

Secretário(a): Rejane Salete Marques

Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 21

Telefones: 3216-6494

FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Roberto Santiago (PV)

1º Vice-Presidente: César Halum (PPS)

2º Vice-Presidente: Ricardo Izar (PV)

3º Vice-Presidente: Wolney Queiroz (PDT)

Titulares

Suplentes

PT

(Dep. do PDT ocupa a vaga) Carlinhos Almeida

3 vagas Cláudio Puty

João Paulo Cunha

Weliton Prado

PMDB

Raimundão Fabio Trad

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga) Nilda Gondim

(Dep. do PSC ocupa a vaga) (Dep. do PMN ocupa a vaga)

PSDB

Carlos Sampaio Rogério Marinho

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga) (Dep. do DEM ocupa a vaga)

PP

Iracema Portella Aline Corrêa

João Leão (Licenciado) 1 vaga

Roberto Dornier
vaga do PDT

Roberto
Teixeira

DEM

(Dep. do
Heuler Cruvinel PCdoB ocupa a
vaga)

PR

Zoinho João Carlos
Bacelar ^{vaga do}
PRTB

Paulo Freire

PSB

Leopoldo Meyer Audifax

PDT

(Dep. do PP
ocupa a vaga) Marcelo Matos

Bloco PV, PPS

Rosane Ferreira Arnaldo Jardim

PTB

Pedro
Fernandes José Chaves
(Licenciado)

PRTB

(Dep. do PRB (Dep. do PR
ocupa a vaga) ocupa a vaga)

PRP

(Dep. do PTC (Dep. do PMDB
ocupa a vaga) ocupa a vaga)

PSL

(Dep. do PMDB (Dep. do PMDB
ocupa a vaga) ocupa a vaga)

Secretário(a): Iracema Marques

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188

Telefones: 3216-6551/ 6554

FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Manuela D'Ávila (PCdoB)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PT

Domingos Dutra Luiz Couto

Edson Santos Marcon

Erika Kokay Vicentinho

Janete Rocha
Pietà ^{vaga do PTB}

PMDB

3 vagas Fabio Trad

Íris de Araújo

(Dep. do PSB
ocupa a vaga)

PSDB

Marco Tebaldi (Dep. do PRB
(Licenciado) ocupa a vaga)

Rodrigo de
Castro 1 vaga

PP

(Dep. do Bloco
PV, PPS ocupa a Jair Bolsonaro
vaga)

DEM

1 vaga Paulo
Magalhães

PR

Lilium Sá Anderson
Ferreira

PSB

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga) Keiko Ota

Luiza
Erundina vaga do PMDB

PDT

Manato Flávia Morais

Bloco PV, PPS

Arnaldo Jordy Henrique Afonso

Geraldo Thadeu
vaga do PP

PTB

(Dep. do PT ocupa a vaga) Josué Bengtson

PSOL

Chico Alencar Jean Wyllys

PRP

(Dep. do PRB ocupa a vaga) (Dep. do PMN ocupa a vaga)

PTC

(Dep. do PMN ocupa a vaga) (Dep. do PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185

Telefones: 3216-6571

FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Fátima Bezerra (PT)

1º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PT

Antônio Carlos Biffi Alessandro Molon

Artur Bruno Angelo Vanhoni

Fátima Bezerra Eliane Rolim

Nazareno Fonteles Emiliano José

Paulo Pimenta José de Filippi
vaga do PMDB

Pedro Uczai vaga do PDT Newton Lima

Reginaldo Lopes Rui Costa vaga do PRB

Ságuas Moraes
vaga do PSC

Waldenor Pereira vaga do PP

PMDB

Gastão Vieira Mauro Benevides vaga do PR

Joaquim Beltrão Osmar Serraglio

Lelo Coimbra Renan Filho

Professor Setimo Rogério Peninha Mendonça

Raul Henry vaga do PP (Dep. do PSOL ocupa a vaga)

Thiago Peixoto (Licenciado) (Dep. do PT ocupa a vaga)

PSDB

Mara Gabrilli Bonifácio de Andrada

Pinto Itamaraty Eduardo Barbosa

Rogério Marinho Jorginho Mello
vaga do PP

Nelson
Marchezan
Junior

PP

Waldir Maranhão Esperidião
Amin

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) José Linhares

(Dep. do PT ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)

DEM

Luiz Carlos Setim Eleuses Paiva

Nice Lobão João Bittar

Professora Dorinha Seabra Rezende 1 vaga

PR

Izalci (Dep. do PSB ocupa a vaga)

Paulo Freire (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Tiririca (Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSB

Dr. Ubiali Ariosto Holanda
vaga do PR

Luiz Noé Gabriel Chalita

Romário
vaga do PR

1 vaga

PDT

Paulo Rubem Santiago Oziel Oliveira

(Dep. do PT ocupa a vaga) Zé Silva

Bloco PV, PPS

Antônio Roberto Penna

Stepan Nercessian Rosane
Ferreira

PTB

Alex Canziani Danrlei de
Deus
Hinterholz

PSC

(Dep. do PT ocupa a vaga) Pastor Marco
Feliciano

PCdoB

Alice Portugal Jandira
Feghali

PRB

(Dep. do PT ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga)

Secretário(a): Jairo Luís Brod

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170

Telefones: 3216-6625/6626/6627/6628

FAX: 3216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Cláudio Puty (PT)

1º Vice-Presidente: Luciano Moreira (PMDB)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PT

Andre Vargas Amauri Teixeira

Assis Carvalho José Mentor

Cláudio Puty Odair Cunha

José Guimarães Policarpo

Pedro Eugênio Reginaldo
Lopes

Pepe Vargas Ricardo
Berzoini

Rui Costa ^{vaga do} Zeca Dirceu ^{vaga}
PDT do PDT

Valmir
Assunção ^{vaga do}
PMDB

PMDB

José Priante Arthur Oliveira
Maia

Júnior Coimbra Celso Maldaner
^{vaga do PR}

Luciano Moreira Eduardo Cunha

Lucio Vieira Genecias
Lima Noronha

(Dep. do PT Lelo Coimbra
ocupa a vaga) ^{vaga do Bloco PV, PPS}

Reinhold
Stephanes

Solange
Almeida

PSDB

Alfredo Kaefer Antonio Carlos
Mendes Thame

Rui Palmeira Marcus
Pestana

Vaz de Lima Valdivino de
Oliveira

PP

Aguinaldo José Otávio
Ribeiro Germano

Jerônimo Paulo Maluf

Goergen

Márcio Reinaldo (Dep. do DEM
Moreira ocupa a vaga)

DEM

Alexandre Leite Heuler Cruvinel

Jairo Ataíde João Bittar

Pauderney ^{vaga do} Júlio Cesar ^{vaga}
Avelino do Bloco PV, PPS do PP

Rodrigo Maia Lira Maia
^{vaga do PCdoB}

1 vaga

PR

Aelton Freitas João Maia

Maurício Luciano Castro
Trindade

(Dep. do PHS Maurício
ocupa a vaga) Quintella Lessa
^{vaga do PTB}

(Dep. do PMDB
ocupa a vaga)

PSB

Audifax Jose Stédile

Fernando Coelho Filho Mauro Nazif

PDT

João Dado André
Figueiredo

(Dep. do PT (Dep. do PT
ocupa a vaga) ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

Carmen Zanotto Arnaldo Jardim

(Dep. do DEM (Dep. do PMDB
ocupa a vaga) ocupa a vaga)

PTB

Jorge Corte (Dep. do PR

Real ocupa a vaga)

PSC

Edmar Arruda Marcelo Aguiar

PCdoB

(Dep. do DEM ocupa a vaga) (Dep. do PRB ocupa a vaga)

PRB

(Dep. do PSOL ocupa a vaga) Ricardo Quirino
vaga do PCdoB

(Dep. do PRTB ocupa a vaga)

Secretário(a): Marcelle R C Cavalcanti

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136

Telefones: 3216-6654/6655/6652

FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Sérgio Brito (PSC)

1º Vice-Presidente: Carlos Brandão (PSDB)

2º Vice-Presidente: Jorge Boeira (PT)

3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PT

Angelo Vanhoni Edson Santos

Jorge Boeira Eudes Xavier

Sérgio Barradas Gilmar
Carneiro Machado

PMDB

Alexandre Santos Edinho Bez

Edio Lopes ^{vaga}
do PP 2 vagas

João Magalhães

Marcelo Castro
vaga do PSC

Nelson Bornier

PSDB

Carlos Brandão Carlaile
Pedrosa

Delegado Waldir Manoel
Salviano

Fernando Francischini ^{vaga}
do PTB Vanderlei ^{vaga do PSC}
Macris

Vaz de Lima
vaga do PTB

PP

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) Carlos Magno

(Dep. do PSC ocupa a vaga) Sandes Júnior

DEM

Antonio Carlos Davi
Magalhães Neto Alcolumbre

1 vaga Mendonça
Filho

PR

Wellington Anthony
Roberto Garotinho ^{vaga do}
PSB

(Dep. do PTdoB ocupa a vaga) Dr. Paulo
César

(Dep. do PRTB ocupa a vaga)

PSB

Glauber Braga (Dep. do PR ocupa a vaga)

PDT

Ademir Camilo João Dado

Bloco PV, PPS

(Dep. do PSC ocupa a vaga) Moreira Mendes

PTB

(Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PSC

Filipe Pereira Deley ^{vaga do}
vaga do PP PCdoB

Sérgio Brito ^{vaga} (Dep. do PSDB
do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PCdoB

Osmar Júnior (Dep. do PSC ocupa a vaga)

Secretário(a): Regina Pereira Games

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161

Telefones: 3216-6671 A 6675

FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Vitor Paulo (PRB)

1º Vice-Presidente: Edivaldo Holanda Junior (PTC)

2º Vice-Presidente: Dr. Grilo (PSL)

3º Vice-Presidente: Jânio Natal (PRP)

Titulares **Suplentes**

PT

Fernando Ferro Leonardo Monteiro

Fernando Marroni Marina Santanna

Paulo Pimenta Miriquinho

Batista

Ságuas Moraes
vaga do PR

PMDB

(Dep. do PSB ocupa a vaga) 3 vagas

(Dep. do PRB ocupa a vaga)

1 vaga

PSDB

Luiz Fernando Machado 2 vagas

Otávio Leite

PP

Roberto Britto 2 vagas

Waldir Maranhão

DEM

Paulo Magalhães 1 vaga

PR

(Dep. do PT ocupa a vaga) 1 vaga

PSB

Glauber Braga Jose Stédile
vaga do PMDB

Luiza Erundina

PDT

Sebastião Bala Paulo Rubem
Rocha Santiago

Bloco PV, PPS

(Dep. do PSL ocupa a vaga) Arnaldo Jordy

PTB

(Dep. do PRP Antonio Brito

ocupa a vaga)

PSC

Silas Câmara Erivelton
Santana

PCdoB

(Dep. do PTC ocupa a vaga) 1 vaga

Secretário(a): Sônia Hypolito

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122

Telefones: 3216-6692 / 6693

FAX: 3216-6700

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Presidente: Giovani Cherini (PDT)

1º Vice-Presidente: Oziel Oliveira (PDT)

2º Vice-Presidente: Claudio Cajado (DEM)

3º Vice-Presidente: Penna (PV)

Titulares Suplentes

PT

Leonardo Monteiro Assis do Couto

Márcio Macêdo Domingos Dutra

Marina Santanna Fernando Ferro

Zé Geraldo vaga do PSOL Taumaturgo Lima vaga do PP

PMDB

Valdir Colatto Fernando Jordão

(Dep. do PDT ocupa a vaga) Moacir Micheletto

(Dep. do PP Paulo Piau vaga do

ocupa a vaga)

PTB

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PSDB

Nelson Marchezan Junior Antonio Carlos Mendes Thame

Ricardo Tripoli Marcio Bittar

PP

Rebecca Garcia vaga do PMDB (Dep. do PT ocupa a vaga)

Toninho Pinheiro

DEM

Claudio Cajado vaga do PSB Marcos Montes

Irajá Abreu

PR

(Dep. do PRB ocupa a vaga) Bernardo Santana de Vasconcellos vaga do PRTB

Homero Pereira

PSB

(Dep. do DEM ocupa a vaga) Givaldo Carimbão

PDT

Giovani Cherini Miro Teixeira

Oziel Oliveira vaga do PMDB

Bloco PV, PPS

Augusto Carvalho vaga do PTB 1 vaga

Penna vaga do

PRTB

Sarney Filho

PTB

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga) (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PSC

Stefano Aguiar Lauriete

PSOL

(Dep. do PT ocupa a vaga) Chico Alencar

PRTB

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga) (Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142

Telefones: 3216-6521 A 6526

FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Luiz Fernando Faria (PP)

1º Vice-Presidente: Wladimir Costa (PMDB)

2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (DEM)

3º Vice-Presidente: Simão Sessim (PP)

Titulares **Suplentes**

PT

Carlos Zarattini Andre Vargas

Fernando Ferro Devanir Ribeiro

Gabriel Guimarães Padre João

Luiz Alberto Ronaldo Zulke

Weliton Prado (Dep. do PP ocupa a vaga)

PMDB

Adrian Alexandre Santos vaga do PCdoB

Aníbal Gomes Edio Lopes

Antônio Andrade João Arruda

Edinho Bez vaga do PSB Leonardo Quintão

Fernando Jordão Professor Setimo

Luiz Otavio vaga do PCdoB (Dep. do PSB ocupa a vaga)

Ronaldo Benedet vaga do PTB

Wladimir Costa

PSDB

Berinho Bantim André Dias

Luiz Fernando Machado vaga do PSB Carlos Brandão

Paulo Abi-ackel Domingos Sávio

Sergio Guerra vaga do PSC

Wandenkolk Gonçalves

PP

José Otávio Germano Aguinaldo Ribeiro

Luiz Fernando Faria Carlos Souza vaga do PT

Simão Sessim Dimas Fabiano

Luiz Argôlo

DEM

Davi Alcolumbre Abelardo
Lupion

Onofre Santo Fernando
Agostini Torres

(Dep. do Bloco
PV, PPS ocupa a Júlio Campos
vaga)

PR

Bernardo Aracely de
Santana de Paula
Vasconcellos

João Carlos Laercio
Bacelar Oliveira

PSB

(Dep. do PMDB Antonio
ocupa a vaga) Balhmann ^{vaga}
do PMDB

(Dep. do PSDB Ribamar
ocupa a vaga) Alves

(Dep. do PRB
ocupa a vaga)

PDT

Marcelo Matos Agnolin

Bloco PV, PPS

Arnaldo Jardim Arnaldo Jordy

Dr. Aluizio Paulo Wagner

Guilherme Mussi
vaga do DEM

PTB

(Dep. do PMDB Sabino
ocupa a vaga) Castelo
Branco

PSC

(Dep. do PSDB Nelson
ocupa a vaga) Padovani

PCdoB

(Dep. do PMDB (Dep. do
ocupa a vaga) PMDB ocupa
a vaga)

PRB

(Dep. do PRTB George Hilton
ocupa a vaga) vaga do PSB

(Dep. do
PTdoB ocupa
a vaga)

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56

Telefones: 3216-6711 / 6713

FAX: 3216-6720

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL**

Presidente: Carlos Alberto Leréia (PSDB)

1º Vice-Presidente: Fábio Souto (DEM)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente: Vítor Paulo (PRB)

Titulares

Suplentes

PT

Arlindo Benedita da
Chinaglia Silva

Dalva Carlos Zarattini
Figueiredo

Décio Lima Janete Rocha
Pietá

Dr. Rosinha Jilmar Tatto

Henrique Leonardo
Fontana Monteiro

(Dep. do PSOL Paulo Pimenta
ocupa a vaga)

PMDB

Átila Lins Almeida Lima

Flaviano Melo André Zacharow

Geraldo Resende vaga do PP Marcelo Castro vaga do PSB

Íris de Araújo Raul Henry vaga do PMN

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame Berinho Bantim

Carlos Alberto Leréia Luiz Nishimori

Eduardo Azeredo Reinaldo Azambuja

PP

Cida Borghetti Beto Mansur

Jair Bolsonaro Missionário José Olímpio

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) Renato Molling

DEM

Fábio Souto Claudio Cajado

Hugo Napoleão Mandetta

PR

(Dep. do PRB ocupa a vaga) José Rocha

(Dep. do PRB ocupa a vaga) Vicente Arruda

PSB

Gonzaga Abelardo

Patriota Camarinha

Jefferson Campos (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PDT

Damião Feliciano Salvador Zimbaldi

Sebastião Bala Rocha Vieira da Cunha

Bloco PV, PPS

Alfredo Sirkis Augusto Carvalho vaga do PSC

Dimas Ramalho vaga do PMDB Geraldo Thadeu vaga do PMDB

Roberto de Lucena vaga do PTdoB Roberto Freire

PTB

Arnon Bezerra Antonio Brito

Paes Landim vaga do PMDB

PSC

Takayama (Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

PCdoB

Aldo Rebelo Perpétua Almeida

PMN

Jaqueline Roriz (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTdoB

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga) (Dep. do PRB ocupa a vaga)

Secretário(a): Ana Cristina Oliveira

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125

Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737

FAX: 3216-6745

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO
CRIME ORGANIZADO**

Presidente: Mendonça Prado (DEM)

1º Vice-Presidente: Fernando Francischini (PSDB)

2º Vice-Presidente: Enio Bacci (PDT)

3º Vice-Presidente: José Augusto Maia (PTB)

Titulares Suplentes

PT

Alessandro Molon Benedita da Silva

Domingos Dutra Dalva Figueiredo

Nelson Pellegrino Emiliano José

PMDB

Alberto Filho Edio Lopes

Marlios Sampaio Fátima Pelaes

(Dep. do PMN ocupa a vaga) Mauro Lopes

PSDB

Fernando Francischini Carlos Sampaio

João Campos
vaga do PSC Delegado Waldir

Romero Rodrigues Pinto Itamaraty
vaga do Bloco PV, PPS

William Dib
vaga do PP

PP

Arthur Lira (Dep. do PRB

ocupa a vaga)

Jair Bolsonaro (Dep. do PSDB ocupa a vaga)

DEM

Mendonça Prado (Dep. do PSB ocupa a vaga)

PR

(Dep. do PTdoB ocupa a vaga) Ronaldo Fonseca

PSB

Keiko Ota Givaldo Carimbão

Pastor Eurico
vaga do DEM

PDT

Enio Bacci Sergio Zveiter
(Licenciado)

Bloco PV, PPS

Stepan Nercessian (Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PTB

José Augusto Maia Arnaldo Faria de Sá

PSC

(Dep. do PSDB ocupa a vaga) Hugo Leal

PCdoB

Perpétua Almeida Delegado Protógenes

Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo

Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C

Telefones: 3216-6761 / 6762

FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)

1º Vice-Presidente: Padre João (PT)

2º Vice-Presidente: Dr. Paulo César (PR)

3º Vice-Presidente: Professora Marcivania (PT)

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

PT

Amauri Teixeira	Arlindo Chinaglia
-----------------	-------------------

Benedita da Silva	Dr. Rosinha
-------------------	-------------

Chico D'angelo	Erika Kokay
----------------	-------------

Padre João	Henrique Fontana
------------	------------------

Professora Marcivania	Pepe Vargas
-----------------------	-------------

Rogério Carvalho	Ságuas Moraes
------------------	---------------

PMDB

André Zacharow	Danilo Forte
----------------	--------------

Darcísio Perondi	Geraldo Resende
------------------	-----------------

Elcione Barbalho	Marllos Sampaio
------------------	-----------------

Nilda Gondim	Raimundão
--------------	-----------

Osmar Terra vaga do Bloco PV, PPS	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
--------------------------------------	-------------------------------

Saraiva Felipe

Teresa Surita
vaga do PSC

PSDB

Eduardo Barbosa	Andreia Zito
-----------------	--------------

Marcus Pestana	Cesar Colnago
----------------	---------------

Raimundo Gomes de	João Campos
-------------------	-------------

Matos

PP

Aline Corrêa	Cida Borghetti vaga do PR
--------------	------------------------------

José Linhares	Iracema Portella
---------------	------------------

(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Toninho Pinheiro
-------------------------------	------------------

(Dep. do PRB
ocupa a vaga)

DEM

Eleuses Paiva	Alexandre Leite
---------------	-----------------

Lael Varella	Ronaldo Caiado
--------------	----------------

Mandetta	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
----------	-------------------------------

PR

Dr. Paulo César	Davi Alves Silva Júnior
-----------------	----------------------------

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
---------------------------------	------------------------------

(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
---------------------------------	-------------------------------

PSB

Alexandre Roso	Pastor Eurico
----------------	---------------

Givaldo Carimbão	Paulo Foletto
------------------	---------------

PDT

Dr. Jorge Silva	Flávia Moraes
-----------------	---------------

Sueli Vidigal	Salvador Zimbaldi
---------------	-------------------

Bloco PV, PPS

Henrique Afonso	Dr. Aluizio
-----------------	-------------

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Roberto de Lucena
--------------------------------	-------------------

PTB

Antonio Brito Arnaldo Faria
de Sá

Celia Rocha ^{vaga} Eros Biondini
do PP vaga do DEM

PSC

(Dep. do PMDB Pastor Marco
ocupa a vaga) Feliciano

PCdoB

Jandira Feghali Jô Moraes

João Ananias
vaga do PR

PRB

Jhonatan de Acelino Popó
Jesus vaga do PP

Antonio
Bulhões

Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145

Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786

FAX: 3216-6790

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**

Presidente: Silvio Costa (PTB)

1º Vice-Presidente: Eros Biondini (PTB)

2º Vice-Presidente: Sabino Castelo Branco (PTB)

3º Vice-Presidente: Augusto Coutinho (DEM)

Titulares Suplentes

PT

Eudes Xavier Bohn Gass

Policarpo Nelson
Pellegrino

Vicentinho

Rogério
Carvalho

(Dep. do PTB
ocupa a vaga)

1 vaga

PMDB

Fátima Pelaes

Darcísio
Perondi

(Dep. do PR
ocupa a vaga)

Elcione
Barbalho

(Dep. do PTB
ocupa a vaga)

Leonardo
Quintão

1 vaga

(Dep. do
PCdoB ocupa a
vaga)

PSDB

Andreia Zito

Jutahy Junior

(Dep. do PTB
ocupa a vaga)

Luiz Fernando
Machado

(Dep. do PTB
ocupa a vaga)

(Dep. do PTB
ocupa a vaga)

PP

Roberto
Balestra

Luiz Fernando
Faria

(Dep. do PDT
ocupa a vaga)

(Dep. do PDT
ocupa a vaga)

DEM

Augusto
Coutinho

Efraim Filho

1 vaga

Irajá Abreu

PR

Gorete Pereira
vaga do PMDB

Henrique
Oliveira

Laercio Oliveira

(Dep. do PMN
ocupa a vaga)

Luciano Castro

Sandro Mabel
vaga do PRB

PSB

Mauro Nazif Alexandre Roso

(Dep. do
PCdoB ocupa a vaga) Sandra Rosado

PDT

Flávia Morais André
vaga do PP Figueiredo vaga
do PP do PP

Paulo Pereira Sebastião Bala
da Silva Rocha

Bloco PV, PPS

(Dep. do PTB Roberto
ocupa a vaga) Santiago

PTB

Eros Biondini Alex Canziani
vaga do PSDB vaga do PSDB

Ronaldo Nogueira vaga do
PSDB Jovair Arantes

Sabino Castelo
Branco vaga do
PMDB

Sérgio Moraes
vaga do PT

Silvio Costa

Walney Rocha
vaga do Bloco PV, PPS

PSC

Erivelton Filipe Pereira
Santana

PCdoB

Assis Melo Alice Portugal

Daniel Almeida Manuela D'ávila
vaga do PSB vaga do PMDB

PRB

(Dep. do PR Heleno Silva

ocupa a vaga)

Secretário(a): Ruy Omar Prudêncio da Silva

Local: Anexo II, Sala T 50

Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807

FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Jonas Donizette (PSB)

1º Vice-Presidente: Romário (PSB)

2º Vice-Presidente: Valadares Filho (PSB)

3º Vice-Presidente: Renan Filho (PMDB)

Titulares**Suplentes****PT**

José Airton Chico D'angelo

Luci Choinacki Vicente Candido

(Dep. do PSB (Dep. do PDT
ocupa a vaga) ocupa a vaga)

PMDB

Benjamin Edinho Bez
Maranhão

Renan Filho Hermes
Parcianello

(Dep. do PMN Joaquim Beltrão
ocupa a vaga)

PSDB

Carlaile Rui Palmeira
Pedrosa

Otavio Leite Ruy Carneiro

PP

Afonso Hamm Roberto Britto

Renzo Braz (Dep. do PTB
ocupa a vaga)

DEM

(Dep. do PSB ocupa a vaga) Fábio Souto

(Dep. do PSB ocupa a vaga) Professora Dorinha Seabra Rezende

PR

(Dep. do PRB ocupa a vaga) Giroto

José Rocha ^{vaga}
do Bloco PV, PPS

PSB

Domingos Neto ^{vaga do DEM} Jefferson Campos

Jonas Donizette

Romário ^{vaga do DEM}

Valadares Filho ^{vaga do PT}

PDT

André Figueiredo Dr. Jorge Silva

Manato ^{vaga do PT}

Bloco PV, PPS

Rubens Bueno (Dep. do PR ocupa a vaga)

PTB

Danrlei de Deus Hinterholz Arnon Bezerra ^{vaga do PP}

Walney Rocha

PSC

Carlos Eduardo Cadoca Andre Moura

PCdoB

Jô Moraes

Delegado Protógenes

Secretário(a): James Lewis Gorman Júnior

Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo

Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833

FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)

1º Vice-Presidente: Washington Reis (PMDB)

2º Vice-Presidente: Lázaro Botelho (PP)

3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)

Titulares**Suplentes****PT**

Devanir Ribeiro

José Airton

Geraldo Simões

Rubens Otoni

Zeca Dirceu

Vander Loubet

(Dep. do PR ocupa a vaga)

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

(Dep. do PR ocupa a vaga)

1 vaga

PMDB

Edinho Araújo

Camilo Cola

Edson Ezequiel

Marinha Raupp

Leonardo Quintão ^{vaga do PCdoB}

Mauro Mariani

Mauro Lopes ^{vaga do PSDB}

Ronaldo Benedit ^{vaga do PT}

Newton Cardoso

(Dep. do PDT ocupa a vaga)

Washington
Reis

PSDB

Alberto Mourão Carlos Alberto
Leréia

Vanderlei Macris Mara Gabrielli

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) William Dib

PP

Lázaro Botelho Jerônimo
Goergen

Luiz Argôlo Raul Lima

(Dep. do PR ocupa a vaga) Zonta

DEM

Eduardo Sciarra Lael Varella

João Bittar Vitor Penido

(Dep. do Bloco Rodrigo Garcia PV, PPS ocupa a vaga)

PR

Anderson Ferreira vaga do PP Francisco
Floriano

Aracely de Paula vaga do PDT Liliam Sá

Diego Andrade vaga do PT Zoinho vaga do PHS

Giroto

Jaime Martins vaga do PT

Lúcio Vale vaga do PSOL

Milton Monti

Wellington

Fagundes vaga do PHS

PSB

Abelardo Camarinha Gonzaga
Patriota

Jose Stédile Leopoldo Meyer

PDT

(Dep. do PR ocupa a vaga) Giovanni Cherini

Zé Silva vaga do PMDB

Bloco PV, PPS

(Dep. do PRP ocupa a vaga) Arnaldo Jardim vaga do PCdoB

Fábio Ramalho

Ricardo Izar vaga do DEM

PTB

José Chaves Pedro
Fernandes (Licenciado)

PSC

Hugo Leal Sérgio Brito

PCdoB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

PTdoB

Lourival Mendes (Dep. do PTC ocupa a vaga)

PSOL

(Dep. do PR ocupa a vaga) 1 vaga

PHS

(Dep. do PR ocupa a vaga) (Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Admar Pires dos Santos

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175

Telefones: 3216-6853 A 6856

FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA POLÍTICA.

Presidente: Almeida Lima (PMDB)

1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)

2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)

3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)

Relator: Henrique Fontana (PT)

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

Erika Kokay	Bohn Gass
-------------	-----------

Henrique Fontana	Fernando Ferro
------------------	----------------

João Paulo Lima	Luci Choinacki
-----------------	----------------

José Guimarães	Luiz Alberto
----------------	--------------

Ricardo Berzoini	Sibá Machado
------------------	--------------

Rubens Otoni	Taumaturgo Lima
--------------	-----------------

Waldenor Pereira	Vicente Candido
------------------	-----------------

PMDB

Alceu Moreira	Danilo Forte
---------------	--------------

Almeida Lima	Eduardo Cunha
--------------	---------------

Edinho Araújo	Íris de Araújo
---------------	----------------

Mauro Benevides	Marcelo Castro
-----------------	----------------

Newton Cardoso	Professor Setimo
----------------	------------------

(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Raul Henry
-----------------------------	------------

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
-----------------------------	----------------

Eduardo Azeredo	Bonifácio de Andrada
-----------------	----------------------

Marcus Pestana	Marcio Bittar
----------------	---------------

William Dib	Romero Rodrigues
-------------	------------------

PP

Esperidião Amin	Aguinaldo Ribeiro
-----------------	-------------------

José Otávio Germano	Arthur Lira
---------------------	-------------

Paulo Maluf	Márcio Reinaldo Moreira
-------------	-------------------------

Simão Sessim	Roberto Balestra
--------------	------------------

DEM

Augusto Coutinho	Eleuses Paiva
------------------	---------------

Efraim Filho	Irajá Abreu
--------------	-------------

Pauderney Avelino	Onofre Santo Agostini
-------------------	-----------------------

Ronaldo Caiado	Rodrigo Garcia
----------------	----------------

PR

Luciano Castro	Maurício Quintella Lessa
----------------	--------------------------

Valdemar Costa Neto	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
---------------------	----------------------------

Vicente Arruda (Dep. do PTdoB
ocupa a vaga)

PSB

Luiza Erundina Gabriel Chalita

Ribamar Alves Jefferson
Campos

Valtenir Pereira Valadares Filho

PDT

Miro Teixeira Félix Mendonça
Júnior

Reguffe Sueli Vidigal

Bloco PV, PPS

Alfredo Sirkis Penna

Sandro Alex Rosane Ferreira

PTB

Arnaldo Faria Eros Biondini
de Sá

Jovair Arantes Paes Landim

PSC

Carlos Eduardo Edmar Arruda
Cadoca

PCdoB

Daniel Almeida Delegado
Protógenes

PRB

Vitor Paulo George Hilton

PMN

Fábio Faria Dr. Carlos
Alberto

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6214

FAX: (61) 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E
APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO ÀS MEDIDAS
PREVENTIVAS E SANEADORAS DIANTE DE CATÁSTROFES
CLIMÁTICAS.**

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PT

Décio Lima Chico D'angelo

José Airton Fernando Ferro

Leonardo Monteiro Jorge Boeira

Luci Choinacki Pedro Eugênio

PMDB

Adrian Fernando
Jordão

Celso Maldaner João Arruda

Edinho Araújo João Magalhães

Mauro Lopes (Dep. do PSC
ocupa a vaga)

PSDB

Andreia Zito 3 vagas

Jorginho Mello

Otavio Leite

PP

Márcio Reinaldo Arthur Lira
Moreira

Simão Sessim Esperidião Amin

DEM

Heuler Arolde de

Cruvinel Oliveira

Onofre Santo Agostini Vitor Penido

PR

Anthony Garotinho (Dep. do PRTB ocupa a vaga)

Dr. Paulo César (Dep. do PTC ocupa a vaga)

PSB

Audifax Paulo Foletto

Glauber Braga 1 vaga

PDT

Marcelo Matos Ademir Camilo

Bloco PV, PPS

Stepan Nercessian Dr. Aluizio

PTB

Walney Rocha Eros Biondini

PSC

Hugo Leal Andre Moura

Silas Câmara
vaga do PMDB

PCdoB

Perpétua Almeida Jandira Feghali

PRB

Vitor Paulo Antonio Bulhões

PTdoB

Cristiano Rosinha da Adefal

Secretário(a): Fernando Maia Leão

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6205

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PT

Angelo Vanhoni Alessandro Molon

Emiliano José Antônio Carlos Biffi

Fátima Bezerra Artur Bruno

Newton Lima Dr. Rosinha ^{vaga}
do PRB

Gilmar Machado

PMDB

Gastão Vieira Joaquim Beltrão

Lelo Coimbra ^{vaga do PMN} Luciano Moreira ^{vaga do PMN}

Raul Henry Osmar Serraglio

Renan Filho Pedro Chaves

Teresa Surita Professor Setimo

PSDB

Eduardo Barbosa Jorginho Mello

Nelson Marchezan Mara Gabrilli

Junior

Rogério Marinho Raimundo
Gomes de
Matos

PP

José Linhares Esperidião
Amin

Waldir Iracema
Maranhão Portella

DEM

Nice Lobão Marcos Montes

Professora Onyx
Dorinha Seabra Lorenzoni
Rezende

PR

Izalci Paulo Freire

Neilton Mulim (Dep. do PSOL
ocupa a vaga)

PSB

Ariosto Holanda Dr. Ubiali

Gabriel Chalita 1 vaga

PDT

Paulo Rubem Brizola Neto
Santiago

Bloco PV, PPS

Antônio Roberto Stepan
Nercessian

PTB

Alex Canziani Paes Landim

PSC

Hugo Leal Andre Moura

PCdoB

Alice Portugal Chico Lopes

PRB

Márcio Marinho (Dep. do PT
ocupa a vaga)

PMN

(Dep. do PMDB (Dep. do
ocupa a vaga) PMDB ocupa a
vaga)

Secretário(a): -

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6

FAX: (61) 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS
E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE PROJETOS
DE LEI DESTINADOS A COMBATER E PREVENIR OS
EFEITOS DO CRACK E DE OUTRAS DROGAS ILÍCITAS.**

Presidente: Reginaldo Lopes (PT)

1º Vice-Presidente: Wilson Filho (PMDB)

2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

3º Vice-Presidente: Iracema Portella (PP)

Relator: Givaldo Carimbão (PSB)

Titulares

Suplentes

PT

Luiz Couto

Artur Bruno

Nelson
Pellegrino

José
Guimarães

Reginaldo Lopes

Paulo Pimenta

Rogério
Carvalho

Weliton Prado

PMDB

Fabio Trad

Fátima Pelaes

Hugo Motta

Marllos
Sampaio

Wilson Filho

Osmar Terra

(Dep. do PMN ocupa a vaga) Raimundão

PSDB

Delegado Waldir Eduardo Barbosa

João Campos Fernando Francischini

William Dib 1 vaga

PP

Afonso Hamm Aline Corrêa

Iracema Portella José Linhares

DEM

Eli Correa Filho Augusto Coutinho

Fábio Souto Mandetta

PR

Anderson Ferreira ^{vaga do} PSOL Dr. Paulo César

Giacobo Liliam Sá

(Dep. do PRTB ocupa a vaga)

PSB

Domingos Neto Pastor Eurico

Givaldo Carimbão Sandra Rosado

PDT

Vieira da Cunha Dr. Jorge Silva

Bloco PV, PPS

Rosane Ferreira Geraldo Thadeu

PTB

Arnaldo Faria de Sá Ronaldo Nogueira

PSC

Deley Marcelo Aguiar

PCdoB

Evandro Milhomen Manuela D'ávila

PRB

Ricardo Quirino Otoniel Lima

PSOL

(Dep. do PR ocupa a vaga) 1 vaga

Secretário(a): Fátima Moreira

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6204

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR TODOS OS ARTIGOS AINDA NÃO REGULAMENTADOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PMDB

Fabio Trad

PSDB

Nelson Marchezan
Junior

PDT

Félix Mendonça
Júnior

Secretário(a): EUGÊNIA Kimie Suda Camacho Pestana

Local: Anexo II, CEDI, 1º Piso

Telefones: (61) 3216-5631

FAX: (61) 3216-5605

**GRUPO DE TRABALHO QUE PROMOVE A CÂMARA
CONCILIATÓRIA DESTINADA A VIABILIZAR A VOTAÇÃO DO
PROJETO DE LEI Nº 1876, DE 1999, DO SR. SÉRGIO
CARVALHO, QUE TRATA DO CÓDIGO FLORESTAL**

Coordenador: Eduardo Gomes (PSDB)

Titulares **Suplentes**

PT

Assis do Couto

Luci Choinacki

Márcio Macêdo

Vander Loubet

PMDB

Paulo Piau

Reinhold Stephanes

PSDB

Antonio Carlos

Mendes Thame

Eduardo Gomes

Reinaldo Azambuja

Ricardo Tripoli

DEM

Marcos Montes

PP

Luis Carlos Heinze

PTB

Nilton Capixaba

PV

Sarney Filho

PSOL

Ivan Valente

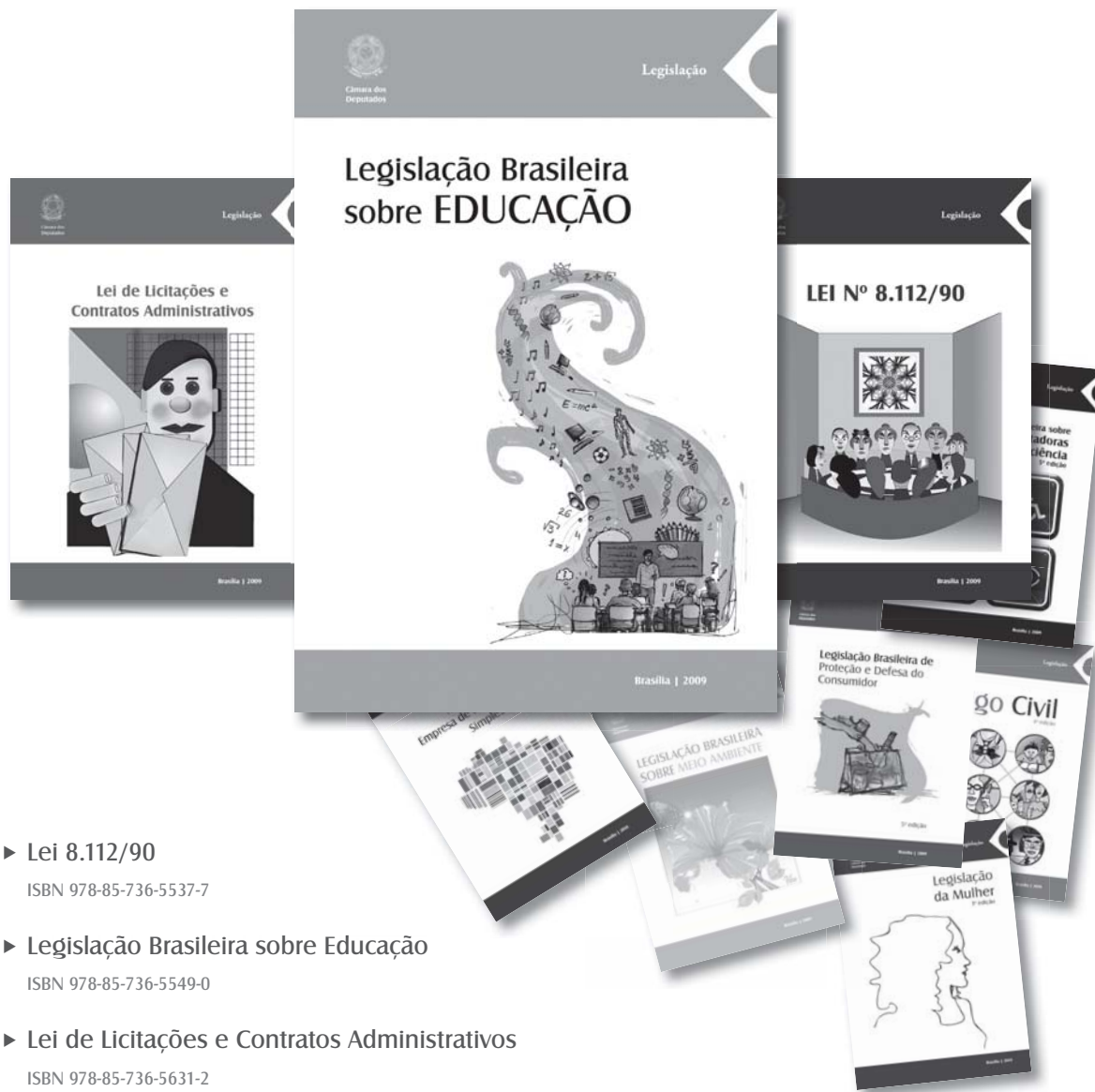
Secretário(a): EVELINE de Carvalho Alminta

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6211

FAX: (61) 3216-6225

Lançamentos da Edições Câmara



- ▶ Lei 8.112/90
ISBN 978-85-736-5537-7
- ▶ Legislação Brasileira sobre Educação
ISBN 978-85-736-5549-0
- ▶ Lei de Licitações e Contratos Administrativos
ISBN 978-85-736-5631-2

edições
câmara

CEDI
CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

INFORMAÇÕES

Coordenação Edições Câmara

Telefones: (61) 3216-5809

E-mail: edicoes.cedi@camara.gov.br

Site: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes>

LOCAL DE VENDA

Livraria Miller

Ed. Principal e Anexo IV
da Câmara dos Deputados
Telefone: (61) 3216-9971



Edição de hoje: 340 páginas

OS: 2011/12607